

# Arqueologia História

Volume nº 58|59 - 2006|2007

Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses

In Memoriam

Teresa Gamito  
João José Fernandes  
Gomes



# Associação dos Arqueólogos Portugueses





# Arqueologia & História

Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Volume nº 58 | 59 - 2006 | 2007

**Título**

Arqueologia e História

**Volume**

58 - 59

**Edição**

Associação dos Arqueólogos Portugueses  
Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa  
Telefone: 213 460 473 | Fax: 213 244 252  
email: associacao.arqueologos@clix.pt

**Direcção**

José Morais Arnaud

**Coordenação**

Paulo Almeida Fernandes

**Projecto Gráfico**

2aocubo - António Cruz

**Design Gráfico**

Artinvento - Estudos e Projectos  
António José Cruz | José Marono

**Impressão**

Dpi-Cromotipo

Tiragem:

400 exemplares

Depósito legal

????????????????

©Associação dos Arqueólogos Portugueses

ISSN

972/9451-39-7

Solicita-se a permuta

Exchange wanted

Os artigos publicados nesta revista são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores



# Índice:

## Editorial

José Morais Arnaud 7

## ■ EVOCAÇÃO

*In memoriam*

**Teresa Júdice Gamito**

José Morais Arnaud 9

**João José Fernandes Gomes**

João Luís Cardoso 11

## ■ ARTIGOS

**O Neolítico Antigo em Portugal**

**Contributos para uma historiografia do tema**  
Mariana Diniz 17

**Fragmentos da Paisagem:**

**o pote isolado da Ponte da Azambuja 3**  
Andrea Martins / César Neves / Marisa Cardoso 35

**As grutas artificiais da Estremadura portuguesa:**  
**uma leitura crítica das arquitecturas**

Patrícia Jordão / Pedro Mendes 43

**Inscrição, na escrita do Sudoeste, do Vale de**  
**Águia São Bartolomeu de Messines, Silves**

Mário Varela Gomes / Luís Miguel Cabrita 79

**O *proscenium* do Teatro romano de Lisboa:**  
**aspectos arquitectónicos, escultóricos e epigráfi-**  
**cos da renovação decorativa do espaço cénico**

Lídia Fernandes / Ana Caessa 83

**Uma unidade de produção de preparados de**  
**peixe de época romana na Casa do Governador**  
**da Torre de Belém (Lisboa)**

Iola Filipe / Carlos Fabião 103

**Ruínas arqueológicas de São Miguel de Odrinhas**

Catarina Coelho 119

**D. Afonso IV e a Sé de Lisboa**

**A escolha de um lugar de memória**  
Carla Varela Fernandes 143

**O Vale e o Convento de Chelas**

Eduardo Sucena 167

**A Casa da Flor da Murta**

Eduardo Sucena 177

**Pedra de Armas de Flor da Murta**

J. Ramos Baptista 181

**D. Maria Ana de Áustria - a Rainha desaparecida**

Eduardo Sucena 183

**Uma enigmática pedra de armas oitocentista**  
**em Lisboa**

Francisco de Simas Alves de Azevedo 191

**Joaquim Possidónio Narciso da Silva 1806 – 1896**

**A intervenção como Presidente da Comissão**  
**dos Monumentos Nacionais**

José Trindade Chagas 195

## ■ RELATÓRIOS

**Relatório de actividades da Direcção**  
**referente ao ano de 2006** 202

**Relatório de actividades da Secção**  
**de Pré-História. Ano associativo 2005-2006** 204

**Relatório de actividades da Secção de História.**  
**Ano associativo 2005-2006** 205

**Relatório de actividades da Comissão de**  
**Estudos Olissiponenses.**  
**Ano associativo 2005-2006** 206

**Relatório de actividades da Comissão**  
**de Heráldica. Ano associativo 2005-2006** 206

**Relatório de actividades da Direcção**  
**referente ao ano de 2007** 207

Associação dos

Arqueólogos

Portugueses



José Morais Arnaud

Presidente da Direcção

# Editorial

No decurso do ano associativo de 2005-2006 a Associação dos Arqueólogos Portugueses perdeu dois dos seus mais destacados membros, João José Fernandes Gomes, Vice-Presidente da Direcção, em Dezembro, e Teresa Júdice Gamito, Presidente da Mesa da Assembleia Geral, em Abril. Ambos foram oportunamente homenageados, em sessões especiais, para as quais foram convidados os familiares e amigos mais próximos. Este volume é assim especialmente dedicado a perpetuar a sua memória.

Além dos artigos evocativos da vida e da obra desses nossos estimados consócios, publicam-se, como tem sido habitual, os textos das comunicações apresentadas nas secções e comissões que nos foram entregues, os quais só reflectem uma parte relativamente reduzida da actividade desenvolvida ao longo dos anos de 2006 e 2007. Com efeito, a maior parte dos nossos associados continua a mostrar pouco interesse em publicar os trabalhos apresentados nesta revista, apesar dos esforços desenvolvidos pelo seu coordenador, o Dr. Paulo Almeida Fernandes, no sentido de obter os textos e do sucessivo alargamento dos prazos de entrega, o que muito lamentamos. Esse fenómeno é tanto mais estranho quanto a nossa revista é uma das poucas que se vai publicando, embora de uma forma um tanto irregular, nos actuais tempos de crise, em que muitas revistas de Arqueologia, História e Património começam a ter uma existência meramente virtual. Contrasta ainda com a elevada qualidade da maior parte dos trabalhos apresentados nas várias secções e comissões, e do interesse que os mesmos suscitaram entre a audiência.

Não podemos, assim, deixar de saudar os nossos consócios que tornaram possível a publicação deste volume, no qual se encontra um leque muito variado e abrangente de temas, desde o Neolítico até ao século XIX, e de metodologias de abordagem, da Arqueologia à História da Arte e do Património, de acordo com o carácter bastante ecléctico da revista e da própria Associação.

Esperamos, assim, que todos os nossos consócios e demais pessoas interessadas pelas Ciências Históricas e Patrimoniais encontrem neste volume leituras úteis e agradáveis.

Evocação

*In memoriam*

# Teresa Júdice Gamito

José Morais Arnaud

Cabe-me a dolorosa mas honrosa missão de evocar aqui a memória da nossa ilustre consócia, Prof.<sup>a</sup> Doutora Teresa Júdice Gamito, Catedrática de Arqueologia da Universidade do Algarve, que, à data do seu falecimento, exercia as funções de Presidente de Mesa da Assembleia Geral da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Sendo sem dúvida o consócio que melhor a conheceu, ao longo de um quarto de século de vida em comum, ser-me-ia difícil apresentar aqui uma abordagem objectiva de uma vida tão intensamente vivida, e de uma obra tão diversificada. Procurarei, no entanto, destacar os traços mais marcantes da sua personalidade, e as suas principais contribuições para o avanço dos nossos conhecimentos no domínio da Arqueologia<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Um estudo bio-bibliográfico mais completo pode encontrar-se em José Morais Arnaud - “Teresa Júdice Gamito: uma vida dedicada ao ensino e à investigação arqueológica”. *In Sic memorat, Estudos em Homenagem a Teresa Júdice Gamito*. Organização de João Pedro Bernardes. Universidade do Algarve 2008, p.11-24.

Dotada de uma forte personalidade, auto-confiante, orgulhosa, corajosa e determinada, ninguém lhe podia ficar indiferente. Nunca a vi ter medo nem queixar-se de nada, nem mesmo nas situações mais críticas.

Apesar de ter entrado tardiamente na Faculdade, graças à sua inteligência, capacidade de trabalho e tenacidade, fez uma carreira brilhante, primeiro como professora do Ensino Secundário, e mais tarde, após a conclusão do seu Mestrado e Doutoramento na Universidade de Cambridge, como professora da Universidade do Algarve, a cujos quadros docentes pertenceu, desde a sua fundação: Assistente de 1982 a 1986, Professora Auxiliar em 1987, Professora Associada em 1989, Professora Associada com Agregação em 1993, tornou-se, em 1995, a primeira Professora Catedrática portuguesa no domínio da Arqueologia.

A Universidade do Algarve deve-lhe a criação do seu núcleo de Património Cultural, bem como os numerosos cursos livres e de licenciatura e mestrado que aí criou, entre 1995 e 2000, com o apoio de um pequeno grupo de jovens docentes e investigadores, por si seleccionados, que muito têm contribuído para prestigiar a sua universidade, a nível regional, nacional e internacional.

A sua actividade arqueológica teve início no final dos anos 60, em prospecções e escavações de pequena amplitude dirigidas pelo signatário, na região de Lisboa e no Alto Alentejo, mas foi sobretudo a partir de 1978 que Teresa Júdice Gamito iniciou a sua actividade de forma autónoma, no âmbito da preparação da sua tese de mestrado no Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade de Cambridge, a qual teve como tema o povoamento, a economia e a sociedade no Sul de Portugal de 600 AC até à conquista romana<sup>2</sup>.

Após a obtenção do grau de Master of Philosophy, prosseguiu as suas investigações na Universidade de Cambridge, como bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian, tendo obtido o grau de Philosophy Doctor em 1986, com uma tese que teve como tema a complexidade social no Sudoeste da Ibéria e a emergência do reino de Tartessos<sup>3</sup>.

A obra acima referida constitui uma importante contribuição para o conhecimento da Proto-história

peninsular, ao utilizar uma metodologia lógico-dedutiva, que a conduziu a uma série de modelos, testados através de um meticoloso trabalho de campo, baseado em modernos métodos de prospecção por amostragem estatisticamente significativa. Teve ainda o mérito de chamar a atenção para a importância da influência grega no Sudoeste, até então quase por completo ignorada, devido à predominância dos paradigmas orientalistas, adoptados pelos investigadores espanhóis e alemães.

Após uma fase em que estudou as civilizações pré- e proto-históricas peninsulares, passou a dedicar-se sobretudo ao estudo da Arqueologia do Algarve, tendo realizado várias intervenções de salvamento e de investigação, quer em meio rural, como por exemplo na necrópole da Idade do Bronze de Corte Cabreira, perto de Aljezur, quer em meio urbano, como foi o caso da “Vila Velha” de Alvor, onde encontrou moedas e outros vestígios que lhe permitiram aí localizar a antiga cidade ibérica de Ipses.

Em Faro, antiga Ossónoba, cujas origens remontam à Idade do Ferro, merecem especial referência as suas escavações no antigo núcleo urbano, as quais permitiram verificar que a cidade foi fundada, por razões estratégicas, sobre uma ilha, de origem sedimentar, no meio dos sapais da ria Formosa, a qual só séculos mais tarde se ligou à terra firme, e se desenvolveu ao longo de mais de 2000 anos, formando uma pequena colina artificial.



<sup>2</sup> Teresa Júdice Gamito - *Aspects of settlement, economy and society in Southern Portugal from 600 BC till the Roman Conquest*. M. Phil Thesis presented to the University of Cambridge. Cambridge 1979 (manuscrito inédito).

<sup>3</sup> Teresa Júdice Gamito - *Social complexity in Southwest Iberia (800-300 B.C.), the Case of Tartessos*. British Archaeological Reports. Oxford 1988.

Igualmente importante e inovador foi o seu estudo da própria muralha de Faro, cujas origens remontam ao século II d.C., período em que se dá a plena consolidação do domínio romano, tendo ainda detectado elementos característicos da arquitectura militar bizantina, cujo domínio de parte do território algarvio só terá durado cerca de 70 anos, e do qual ainda se não conheciam quaisquer vestígios materiais.

Entre os projectos de investigação mais interessantes e originais que Teresa Júdice Gamito desenvolveu destacam-se as investigações etno-arqueológicas que realizou na Serra Algarvia. Com efeito, o estudo da cultura material, da organização social e da economia das populações que ainda subsistem numa região inhóspita e quase despovoada, forneceu importantes elementos para a interpretação dos dados arqueológicos, mostrando em que medida é que os condicionamentos ambientais podem influenciar o comportamento das populações de uma dada região, ao longo dos tempos, e de que forma é que as influências exógenas se esbatem e os factores de continuidade se sobrepõem aos factores de mudança. Com efeito, as escavações pontuais realizadas em antigas alcarias medievais, de origem islâmica, mostraram inúmeros traços comuns às actuais aldeias, que permaneceram quase isoladas do resto do país até à recente abertura de estradas.

Em paralelo com o seu trabalho de docente e investigadora, Teresa Júdice Gamito desenvolveu ao longo da sua carreira uma intensa actividade de divulgação dos resultados das suas investigações, em Portugal e no Estrangeiro, e promoveu entre nós a discussão das mais avançadas perspectivas teóricas e metodológicas.

Merecem especial destaque os Colóquios Internacionais “Arqueologia Hoje”, dedicados ao tema Etno-arqueologia (1989), e Mudança e Complexidade Social (1990), que permitiram a toda uma nova geração de arqueólogos e estudantes portugueses um contacto directo e um debate de ideias com as mais destacadas figuras da Arqueologia Mundial, tais como os Profs. Lewis Binford, Sir Colin Renfrew, Ian Hodder, Anthony Snodgrass, Joachim Hahn, Alain Schnapp, Jean-Paul Demoule, Xavier de Hoz, e Gonzalez Morales, o que muito contribuiu para uma mudança qualitativa da investigação arqueológica e para romper o isolamento em que a Arqueologia Portuguesa então se encontrava.

Teresa Júdice Gamito teve também um importante papel na divulgação internacional da Arqueologia Portuguesa através da sua participação em congressos e reuniões internacionais, e das conferências que proferiu,

como professora convidada, em diversas universidades dos EUA, Canadá, Inglaterra, França, Espanha e Marrocos, etc.

A partir dos anos 90 do século XX, os seus interesses científicos passaram a incidir cada vez mais sobre a influência da Civilização Islâmica no Sul da Península, tendo integrado o grupo de trabalho da UNESCO, cujo objectivo era promover a aproximação entre as culturas islâmica, cristã e judaica. Neste contexto, insere-se a criação, no ano 2000, na Universidade do Algarve, do Centro de Culturas Árabe, Islâmica e Mediterrânea.

Quis o destino que fosse precisamente no final de uma muito interessante viagem de estudo a um país islâmico, o Irão, organizada pelo Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia, e após uma breve palestra sobre cerâmica islâmica, que viesse a falecer subitamente, rodeada de colegas e amigos, e fazendo as coisas que mais gostava na vida: viajar e ensinar. Quando, naquele fim de tarde de 17 de Abril de 2006, depois de uma memorável visita à cidade de Esfahan, atravessámos juntos a magnífica ponte de Khaju, sobre o rio Zayandeh, não poderia imaginar que essa seria a derradeira caminhada que fazíamos juntos.

Em Portugal a maior parte dos seus trabalhos de investigação foram apresentados e discutidos na Associação dos Arqueólogos Portugueses, de que foi sócia efectiva desde 1977, tendo presidido à Secção de Pré-História e à Mesa da Assembleia Geral. A sua generosa contribuição para a vida associativa, por vezes com grande sacrifício da sua vida pessoal e profissional, obrigando-a a deslocar-se centenas de quilómetros, a grande velocidade, com risco da própria vida, foi decisiva para o processo de renovação que teve lugar nos últimos 10 anos. Por isso é mais que merecedora da nossa especial gratidão, expressa através das honras fúnebres que lhe foram prestadas e da sessão de homenagem, que contou com a participação do Ex.º Reitor da Universidade do Algarve, e de numerosos familiares, colegas e amigos.



# João José Fernandes Gomes

Vogal da Secção de  
Arqueologia da Sociedade  
de Geografia de Lisboa

João Luís Cardoso

Senhor Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, Prof. Eng. Luís Aires-Barros  
Senhor Presidente da Associação dos Arqueólogos Portuguesas e anfitrião desta despojada  
cerimónia, Dr. José Morais Arnaud  
Familiares de João José Fernandes Gomes  
Caros Vogais da Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa e Sócios da  
Associação dos Arqueólogos Portugueses  
Caros colegas e amigos

Quando, em Dezembro do ano transacto, fomos informados do falecimento de João José Fernandes Gomes, imediatamente acertámos, na qualidade de Presidente da Secção de Arqueologia da SGL, com o Presidente desta Associação, a que também tenho a honra de pertencer, uma homenagem conjunta ao nosso colega desaparecido: a razão era simples: João José Fernandes Gomes tinha-se destacado em ambas as agremiações científicas, não devendo, por isso, o seu nome ficar esquecido; por outro lado, esta homenagem conjunta permitiria estreitar os laços de boa convivência e colaboração entre instituições que perseguem fins comuns, de índole puramente científica, como é o caso das duas que, hoje, ambos aqui representamos; numa época de desenfreada competição, quase sempre ditada por ambições de protagonismo estranhas ao desempenho científico, importa valorizar oportunidades como esta, sobretudo quando a figura a que hoje se presta homenagem se pautou, no decurso da sua longa vida, por uma atitude exactamente contrária à referida, embora jamais abdicando da independência para formar opinião, com a legitimidade que lhe advinha da sua postura eticamente irrepreensível.

A 11 de Dezembro de 1956, menos de um ano após a criação da Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa (a 12 de Janeiro de 1955), sob a presidência do Prof. Doutor Joaquim Fontes, a Acta da reunião nesse dia efectuada refere o seguinte: “Antes da ordem da noite, o Sr. Presidente convidou todos os presentes a participarem nas prospecções arqueológicas a realizar no próximo ano no concelho de Sintra, prospecções que são da iniciativa e subsidiadas pela respectiva Câmara Municipal. Todos agradeceram e aceitaram tão honroso convite.

A propósito, o vogal Sr. Eduardo Prescott Vicente referiu-se aos Srs. Gil Migueis Andrade e João José Gomes, que recentemente descobriram algumas estações arqueológicas no mesmo concelho.

O Sr. presidente agradeceu a informação e incumbiu o mesmo vogal de convidar os referidos arqueólogos para igualmente participarem nas mencionadas prospecções”.

É esta a razão imediata do ingresso de João José Fernandes Gomes como Vogal da Secção de Arqueologia, depois de adquirida a condição de Sócio efectivo da Sociedade de Geografia, onde recebeu o número 16369, em Abril de 1957.

As referidas prospecções relacionavam-se com a notável actividade arqueológica desenvolvida pelo Prof. Joaquim Fontes no concelho de Sintra, a qual esteve na origem, entre muitas outras iniciativas culturais, da realização das Jornadas Arqueológicas de Sintra, nesse mesmo ano de 1957, cujas actas constituem o tomo 39 das Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, integrado no plano de publicações das comemorações do centenário daquela Instituição.

Os resultados das aludidas prospecções foram prontamente apresentados, logo em 14 de Junho de 1957, como ficou exarado na Acta da sessão realizada nesse dia: “Os Srs. Gil Migueis Andrade e João José Fernandes Gomes pediram a palavra para fazerem comunicação acerca de estações que descobriram e estão estudando (...). Seguidamente o primeiro e depois o segundo, em presença de projecção de fotografias e de cartas das regiões que têm estudado do ponto de vista arqueológico, enumeraram e localizaram as estações e jazidas paleolíticas e eneolíticas que descobriram no espaço de dez anos.

O Sr. Gil Migueis Andrade referiu-se às (...) no distrito de Santarém e o Sr. João José Fernandes Gomes às (...) no Distrito de Lisboa”.

A 18 de Dezembro de 1957 foi eleito como vice-secretário da Secção, numa lista com o Prof. Joaquim

Fontes (Presidente); Dr. Fernando Bandeira Ferreira (Vice-Presidente); e Dr. Eduardo da Cunha Serrão (Secretário).

A assiduidade neste primeiros anos foi elevada, compaginando-a com a preparação de trabalhos científicos, como o apresentado ao I Congresso Nacional de Arqueologia, reunido em Lisboa de 15 a 20 de Dezembro de 1958, dedicado ao “Estudo preliminar da estação pré-histórica de Carnaxide”, o qual foi ali apresentado na sequência de um convite endereçado a todos os vogais da Secção que, em 1959, alteraria a sua designação de “Secção de Arqueologia Prehistorica”, para, simplesmente, “Secção de Arqueologia”, por unanimidade dos votantes, entre os quais se incluía o homenageado de hoje. A secção entrou depois em fase de profunda crise, agravada com a morte, em 1960 do seu primeiro presidente, e também do Prof. Mendes Corrêa, seu impulsionador, situação que se reflectia em um número irregular e diminuto de sessões realizadas anualmente. Apesar disso, a assiduidade de Fernandes Gomes manteve-se.

De novo com Gil Migueis Andrade, apresentou a 13 de Março de 1963 a comunicação “Observações arqueológicas na Lapa das Moneiras e nas estações dois e cinco da Serra de Aire”, situadas na encosta sudeste da serra e na planície adjacente.

A 9 de Abril de 1964 Fernandes Gomes retoma a temática inicial das suas indagações apresentando a comunicação “Recordando algumas estações paleolíticas dos arredores de Lisboa”. No ano seguinte, a 8 de Abril, encontrava-se prevista a apresentação de nova comunicação sobre esta região, intitulada “Primeira campanha de escavações no povoado pré-histórico do Penedo (Cortegaça)”, a qual só se veio a concretizar, por motivos alheios ao Autor, a 13 de Janeiro de 1966, com seguimento na sessão de 9 de Março de 1967, onde apresentou os resultados obtidos na segunda campanha de escavações por si dirigidas naquele importante sítio arqueológico do concelho de Sintra. Apesar de no essencial inéditos, estes trabalhos tiveram expressão em comunicação ao II Congresso Nacional de Arqueologia, reunido em Coimbra, em 1970, publicada nas respectivas Actas, “Objectos manufacturados sobre osso, do povoado pré-histórico do Penedo, Cortegaça”, que é um estudo cuidadoso e metodologicamente inovador, para a época. Recordo-me, quando publiquei a monografia, dedicada às indústrias de osso do povoado pré-histórico de Leceia, em 2003, o interesse com que Fernandes Gomes a solicitou, invocando justamente a

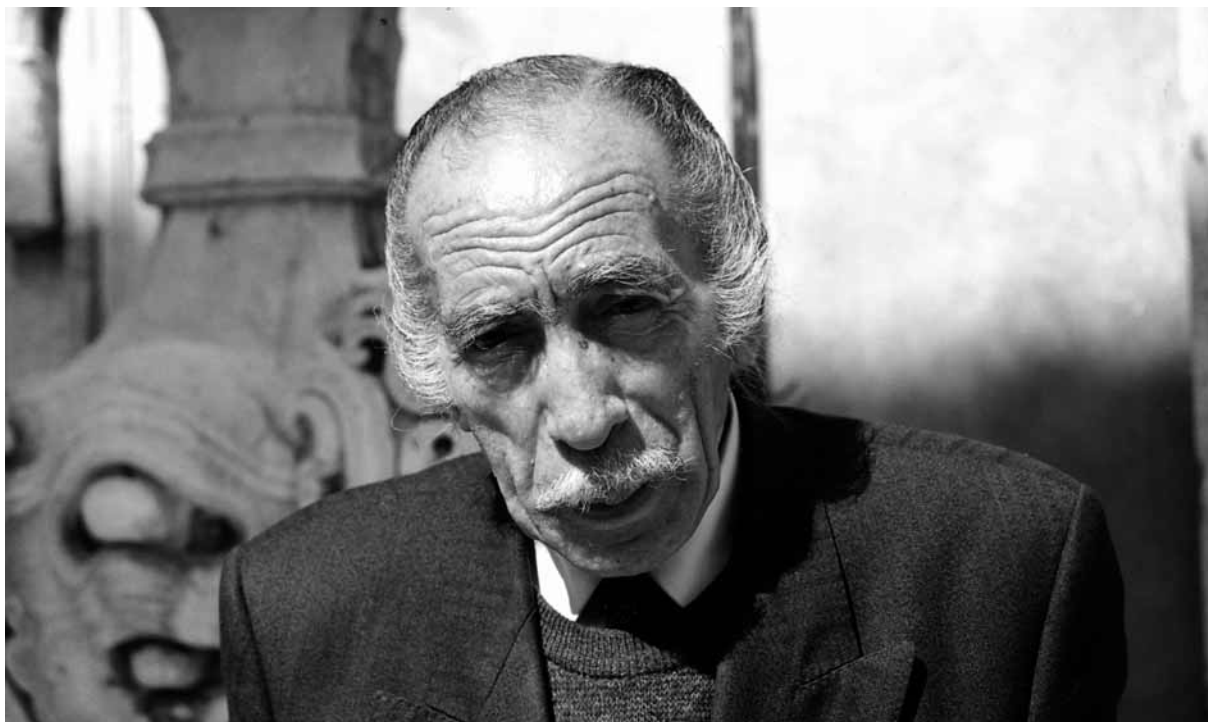
realização deste estudo, que não envelheceu com o tempo.

Com efeito, uma das recordações mais vivas que tenho de Fernandes Gomes, é a sua permanente curiosidade e interesse que mantinha pelas descobertas arqueológicas, alegrando-se com todas elas como se fossem suas. Quando, ultimamente, me deslocava à Sede desta Associação, e o encontrava, dizia-me: “apareça mais vezes!”, manifestando-se interessado em continuar a integrar a Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa, Sociedade na qual reingressou como sócio, em 2000, depois de ter perdido essa qualidade no ano de 1984. Já doente, e por dificuldades de deslocação, não se esquecia de justificar a sua ausência às sessões. Este espírito de franca disponibilidade, também o exprimiu quando, uma vez em sua casa, e de forma incondicional, acedeu a empréstimo de desenhos originais de cerâmicas campaniformes de Carnaxide, de sua autoria, para a ilustração de trabalho que então vinha preparando com Guilherme Cardoso, a Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras, no já longínquo ano de 1992.

Tal foi o espírito com que Fernandes Gomes ajudou também a construir na Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa.

À genuína dedicação dos seus membros, juntava-se um verdadeiro culto pelo rigor - veja-se a forma como estão redigidas as actas - não incompatível com uma certa prática romântica de fazer Arqueologia em Portugal:

sem prejuízo das motivações que nortearam a acção daquele grupo de genuínos amadores, o debate da ideias fluía, com evidente espírito crítico, proporcionado pela informação a que, com esforço e muitas limitações, todos procuravam aceder, mas largamente compensados pelo puro prazer da descoberta. Sem preocupações de muito publicar, pois as suas motivações eram outras, sacrificaram recursos próprios e tempos livres disponíveis (sobretudo fins de semana), assim desviados de outros usos mais convencionais. Foi, contudo, ali, mais do que em qualquer outra instituição oficial, no convívio com tal punhado de idealistas, que alguns recolheram o exemplo e a prática que enformaram a sua futura actividade de todos os dias. Mais: A congregação de um corpo de profissionais liberais, tão empenhado quanto alheio a interesses materiais, que via a prática arqueológica como uma forma útil de dar resposta às suas necessidades intelectuais, prestando ao mesmo tempo um serviço à sociedade e à cultura nacional, constitui sem dúvida um dos pontos mais relevantes e positivos da actividade arqueológica portuguesa nas décadas de 1950 e 1960, que muito enobrece a Sociedade de Geografia de Lisboa. Por isso, merecem ser recordados. Entre eles ocupa lugar destacado João José Fernandes Gomes, que até à morte, não mais deixou cultivar o ideal da juventude, já como Vice-Presidente da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses, como sempre, de forma altruísta e desinteressada.



Artigos  
Artigos

# O Neolítico Antigo em Portugal Contributos para uma historiografia do tema

Mariana Diniz

Centro de Arqueologia  
(UNIARQ).  
Faculdade de Letras de Lisboa.  
m.diniz@fl.ul.pt.

## APRESENTAÇÃO <sup>1</sup>

Num momento em que o futuro parece tão incerto, pensar o Passado pode, a alguns, parecer um exercício ocioso. Um futuro incerto, no plano menor da actividade arqueológica em Portugal que, e apesar do espantoso crescimento da última década, parece refém de outras agendas e incapaz de, perante a hostilidade dos poderes com que se cruza, traçar o seu próprio rumo e capitalizar, através da divulgação da sua acção, o desejo de Passado que é vital a todos os Presentes.

Incerto o futuro, numa macro-escala, das sociedades ocidentais tais como as conhecemos, nas últimas décadas. Perante o colapso que os mais pessimistas, ou realistas, crêem inevitável assistir-se-á ao derradeiro estertor da Revolução Neolítica. As sociedades que dela emergem souberam produzir e acumular riqueza, gerar e canalizar mão-de-obra, explorar e fazer circular, a curta média e longa distância, matérias-primas e produtos acabados (alguns tóxicos, outros apenas opacos...), criar hierarquias e elites que alimentam o progresso e a interdependência dos mercados, mas parecem também, e com notável eficácia, incapazes de redistribuir a riqueza que geram, criando, por isso, multidões de excluídos que ambicionam o consumo desregrado, do qual não participam.

---

<sup>1</sup> O artigo que agora se publica corresponde, apesar dos pequenos cortes e das necessárias actualizações, ao capítulo 2, até ao momento inédito, da minha tese de doutoramento intitulada "O sítio da Valada do Mato, Évora: aspectos da neolitização no Interior/Sul de Portugal", já disponível na colecção Trabalhos de Arqueologia, do Instituto Português de Arqueologia.

Esquecidos, pelos herdeiros da Revolução Neolítica, os mais elementares princípios de solidariedade, as sociedades de caçadores-recolectores emergem como necessária utopia social, e a análise da Revolução Neolítica, ou dos processos de neolitização constitui, hoje, extraordinária metáfora de reflexão sobre diferentes mundos que se confrontam.

O contributo, que abaixo se apresenta, para a história da investigação sobre o Neolítico antigo, em Portugal, trata apenas da história escrita, nos últimos 150 anos, acerca dos, tristemente? vitoriosos, produtores de alimentos, e das distintas modalidades de análise deste momento, decisivo na construção do mundo moderno.

### **As etapas de uma genealogia Os primórdios, ou a materialização do Progresso.**

Em Portugal, a história da investigação sobre o Neolítico remonta ao momento do estabelecimento e da afirmação da Arqueologia científica no país e, como sucede com outras temáticas, este campo de estudo foi inaugurado por membros da Comissão Geológica do Reino.

Os trabalhos realizados por Joaquim Nery Delgado (1867, 1884), na década de 60 do século XIX, nas grutas do planalto da Cesareda e na gruta da Furninha, Peniche, puseram a descoberto, sobretudo no último caso, entre um vasto espólio pertencente a diferentes cronologias, um significativo conjunto de materiais neolíticos, que o autor julgou pertencerem a uma etapa tardia deste patamar evolutivo.

Esses materiais provenientes dos entulhos, ou níveis superiores, constituíam matéria que, ao contrário dos depósitos quaternários, “(...) sae do dominio da geologia e entra nos limites da archeologia e da historia (...) e portanto objectos privilegiados de estudo para outros especialistas.” (Delgado, 1867, p. 52).

Estas primeiras referências a testemunhos, que sabemos hoje, dos inícios do Neolítico foram, na obra deste investigador, marginais. Os efectivos interesses de Nery Delgado estão, aliás, claramente explicitados nos títulos das suas obras. A notícia acerca das grutas da Cesareda é um estudo geológico relacionado com a antiguidade do Homem, tema que aliás prende “(...) tão vivamente a atenção dos geologos de todos os paizes (...)”, (Delgado, 1867, p. 1), e o texto dedicado à gruta da Furninha é, no Congresso de 1880, incluído na II Secção destinada a analisar “(...) l’age paléolithique en Portugal pendant l’époque quaternaire (...)” (Compte-Rendue du IX CIAAP, 1884).

O discurso acerca do Neolítico inaugura-se, assim, por um acaso e com um equívoco, as escavações, dirigidas por Nery Delgado, destinavam-se a recuperar o Homem paleolítico, e o carácter fundamentalmente funerário das ocupações holocénicas das cavidades passa despercebido, porque os restos antropológicos são entendidos como sinais de um arraigado canibalismo, comum a populações que se encontram nos primeiros degraus da escada da civilização (Diniz, 1994).

Ainda nesta fase inaugural da ciência arqueológica em Portugal, a identificação dos núcleos de povoamento neolítico, ao ar livre, nos arredores da Figueira da Foz, realizada por António dos Santos Rocha, nos finais da década de 80, pressagiava um desenrolar da investigação em torno deste tipo de realidades que não teve, infelizmente, sequência.

As recolhas de superfície então realizadas e a abertura de “valas” e “fossos” na Várzea do Lírio, no Vale da Junqueira e Forno da Cal, forneceram um conjunto de materiais pertencentes à “época neolítica”, então classificados como genericamente contemporâneos da utilização dos megálitos. Esta etapa teria o seu termo aquando da introdução do cobre, “Mas para o começo desse período [Neolítico] não temos ponto algum de referência dentro ou fora da área das nossas explorações. (Rocha, 1949, p. 233).

Para além da utilidade lítica e do mais raro material cerâmico então recolhidos, a identificação de um fundo de cabana e a presença de animais domésticos, no Forno da Cal, forneciam importantes indicações acerca das estruturas habitacionais, e confirmavam o carácter produtor destas populações.

Os textos deste jurista incluíam, a par da descrição dos artefactos, um ponto dedicado à “Etnografia”, e abordavam um leque variado de questões que iam da antropologia física, à circulação de matérias-primas, à produção de alimentos e aos rituais funerários. A partir dos dados arqueológicos, lidos quer como presenças quer como ausências, passava à classificação e interpretação “funcional” dos sítios, como estações amplas de ocupação permanente, ou como pequenos sítios especializados na pesca, ou na obtenção de matérias-primas.

Santos Rocha reconhece, ainda, a impossibilidade efectiva, perante o estado do conhecimento na época, em estabelecer sequências cronológicas fiáveis. Um evolucionismo linear, assente na maior ou menor perfeição estilística dos artefactos encontrados, não lhe parece defensável, uma vez que alguns contextos possuem,

em simultâneo, artefactos de grosseira execução e outros de perfeito fabrico. Esta aparente contradição foi, nalguns casos, ultrapassada assumindo que as belas peças são importadas (Rocha, 1949, p. 233), ou que alguns artifices são, naturalmente, mais habilidosos que outros.

Alguns anos mais tarde, nas suas “Phases do neolítico em Portugal”, Santos Rocha (1908) discute e ensaia uma periodização, ortodoxamente tripartida, para esta etapa. Admite a existência de uma primeira fase, que seria a do “Começo do Neolítico” (p. 194), e onde, seguindo a posição de Carlos Ribeiro (1884), coloca os *kjoekkenmoeddings* do vale do Tejo.

Estações como a Várzea do Lírio seriam posteriores aos concheiros, porque possuíam cerâmica e pedra polida, e podiam ser atribuídas ao “Pleno Neolítico” que, no entanto, se encontrava particularmente bem representado em dólmenes e grutas. Esta etapa terminaria com a introdução do metal, no período “Cupro- Lítico”.

Estava assim criada, nos inícios do passado século, uma periodização para o Neolítico, que permitiria com o desenrolar da investigação de campo precisar, e caracterizar de forma substantiva, estes diferentes momentos.

No entanto, a qualidade da investigação, e o tipo de discurso arqueológico que este jurista produziu, e que não se esgota nos estudos acerca do Neolítico, não parecem ter tido seguidores, e se são menos óbvias as causas que ditaram o não sucesso do estilo de análise histórica que caracteriza os textos de Santos Rocha, e aos quais se pode reconhecer uma inegável modernidade, são mais claras as razões que justificam a falta de continuidade nos estudos acerca dos contextos habitacionais, das primeiras fases do Neolítico.

A efectiva dificuldade em identificar, através de prospecções superficiais, vestígios deste tipo de povoamento ficou bem patente durante a realização do levantamento arqueológico do Baixo Mondego (Vilaça, 1988), e no facto de só passados cerca de 80 anos terem sido identificados outras ocupações de ar livre, como a Cabranosa, no Algarve (Ferreira, 1970), ou os povoados da área de Sines (Silva e Soares, 1981), integráveis no mesmo universo cronológico e cultural que os sítios da Figueira da Foz.

Na transição da centúria, os estudos de um outro investigador incidem também, e ainda que periféricamente sobre esta temática.

O trabalho de Vieira Natividade sobre “as diversas

grutas do meu concelho” (Natividade, 1899-1903) apresenta, de forma muito nítida, alguns dos componentes estruturantes de um certo discurso, que sobrevive até quase finais do século XX, e que constituía uma das faces da arqueologia com maior impacto e visibilidade social.

Natividade pertence ao característico grupo dos eruditos locais, para quem os estudos arqueológicos, que podem possuir uma maior ou menor dimensão científica, são sobretudo um meio, e uma via, de enaltecimento de uma região, ou localidade.

E a escavação de grutas, nas paisagens onde estas existem naturalmente, revela-se uma das fórmulas mais eficazes de criar colecções de objectos que, organizadas segundo o quadro evolucionista adoptado pelas elites intelectuais, enriquecem as vitrinas dos museus e atestam a antiguidade do povoamento, num território específico.

Para Natividade, as cavidades de onde provem pouco, e grosseiro, material devem ser das “primeiras estações neolíticas” (1899-1903, p. 435), e podem, como a gruta III do Cabeço da Ministra, ser “(...) para além de uma estação tipicamente neolítica, no seu ponto mais fulgurante do seu máximo desenvolvimento, uma verdadeira habitação e verdadeira oficina”.

O abandono da gruta, como lugar de habitação, devia ter ocorrido num momento do Neolítico em que as populações que dominavam a agricultura constroem abrigos ligeiros, no entanto estranha o autor que estes grupos mais evoluídos possuísem “(...) instrumentos de pedra(...) imperfeitíssimos em desenho e acabamento” (1899-1903, p. 454).

As origens do Neolítico são ainda um tema em aberto, mas “A colleção de Alcobça (...) ha-de (...) concorrer (...) para o estudo seguro da Pré-história nacional e ha-de definir se certos instrumentos são resultado do aperfeiçoamento local, ou se estão ou não relacionadas com estações mais ou menos afastadas.” (Natividade, 1899-1903, p. 461).

A Arqueologia que permite colocar questões tão específicas acerca das trajectórias históricas, e onde se prefigura já o dilema invenção-importação, faz parte de um cenário mental que “(...) me levou a vêr em cada gruta um altar em que posso venerar a sciencia (...)” (Natividade, 1899-1903, p. 463).

Porque as grutas continham os materiais necessários para a construção positiva do Passado, porque as grutas ilustravam a incessante evolução do espírito humano.

Desta primeira fase da Arqueologia pré-histórica, em Portugal, ficam para a posteridade sítios, alguns dos quais com um peso imenso no discurso arqueológico posterior, como é o caso dos estações da Figueira da Foz ou da Furninha, a constatação da intensa ocupação das grutas, e alguns conjuntos de materiais para o estudo do Neolítico português.

A classificação de uma estação faz-se de acordo com critérios tipológicos, e no quadro de um evolucionismo mais ou menos ortodoxo, a presença de determinadas categorias artefactuais, nomeadamente de cerâmica e de pedra polida, e a ausência de instrumentos metálicos, são considerados elementos decisivos para a integração de um sítio no período Neolítico. Exceptuando Santos Rocha faz-se pouca “etnografia”, ou esta é, muito mais que problematizante, essencialmente, descritiva.

Se os métodos utilizados para escavar os sítios nem sempre são claramente apresentados, a questão “tafonomica” não passou despercebida a estes investigadores. São várias vezes referidas as perturbações, de ordem natural ou humana, produzidas no passado ou em tempos mais recentes, que afectaram os sítios, e a imagem, por isso, alterada que o escavador pode recuperar.

Depois dos trabalhos inaugurais, de investigadores como Nery Delgado, Vieira Natividade ou Santos Rocha, seguem-se, no campo dos estudos sobre o Neolítico, improdutivos anos de quase total silêncio.

Figuras como Leite de Vasconcellos, com uma imensa actividade nas primeiras décadas do século, não revelaram particular interesse pelo tema que aqui se trata. Nas “Religiões da Lusitânia” (1897), o capítulo dedicado às “Ideias religiosas no período neolithico” é, de facto, uma extraordinária miscelânea de toda a informação especificamente arqueológica existente na época acerca de sítios, de artefactos ou de rituais, e do profundo conhecimento que este autor possuía do mundo clássico e do folclore europeu (Diniz, 2008).

### **A primeira metade do século XX, ou a longa noite histórico-cultural**

Na década de 20, os textos de síntese produzidos por Mendes Corrêa são o espelho claro da estagnação, e até do retrocesso, da investigação em redor do tema. A periodização proposta por Santos Rocha foi desmantelada, e o Neolítico esvaziado de conteúdo arqueológico.

<sup>2</sup> Lateralmente, refira-se que muito mais rápidos foram os nossos vizinhos peninsulares a preencher esta lacuna...

Segundo Mendes Corrêa, o megalitismo arranca no Neolítico final, e “(...) muitas outras estações que passavam por neolíticas, foram mais remoçadas, sendo incluídas antes no eneolítico ou calcolítico (...) poucas ficaram no neolítico final. Dêste modo, não sobejam entre nós os documentos de valor paleontológico, cronologicamente intermediários entre os kjoekkenmoeddings do vale do Tejo e as estações portuguesas do neolítico final. Uma ampla lacuna existe também em Espanha entre o asturiense e a última fase do neolítico.” (Corrêa, 1924, p. 180)<sup>2</sup>.

Estão, portanto, criadas as condições epistemológicas subjacentes ao não-discurso acerca do Neolítico que, de alguma forma, permanecerá até aos anos 70. Se alguns textos podem ser considerados seminais, porque criam novas linhas de investigação, outros, como este, parecem produzir o efeito contrário, e encerram por longos períodos a reflexão e a discussão em torno de algumas problemáticas.

A defesa de uma tardia introdução do Neolítico no espaço português, que justifica também a pouca expressividade dessa etapa no nosso território (Corrêa, 1928, p. 114), a ausência nesta fase de “(...) achados arqueológicos de vulto, como os que correspondem às fases seguintes (...)” (Corrêa, 1924, p. 216), retiram ao conceito o seu significado cultural, e condicionam a futura investigação pouco capaz de reconhecer traços de uma etapa que, oficialmente, não existia.

Para Mendes Corrêa, os inícios do Neolítico, no nosso território, assistiriam a uma mudança populacional, e ainda que reconhecendo a escassez, e a pouca qualidade, da informação disponível considera que o *Homo Taganus* foi substituído, porque se extingue ou porque é absorvido, por outras populações “(...) de tipos francamente caucasóides (...) talvez correspondente (...) à onda cultural que teria trazido a pedra polida, a agricultura, a domesticação de animais e até porventura os rudimentos da modelação cerâmica.” (1924, p. 216).

Este é, no entanto, um discurso sobretudo retórico, uma vez que a etapa mais antiga do Neolítico estava representada apenas na Várzea do Lírio, no Forno da Cal, e na sepultura da Quinta das Lages, na Ota.

Os principais elementos caracterizadores do Neolítico são já referidos como um bloco, mas “Quando, como e donde surgiu (...) a cultura neolítica, (...) eis um novo problema que, de resto se apresenta também obscuro para outros países.” (1928, p. 116).

A pertinência das questões que aqui são colocadas acerca das origens do Neolítico parece, no entanto, não

ter encontrado eco na actividade arqueológica posteriormente desenvolvida pelo próprio, ou por outros investigadores.

Outro tipo de silêncio rodeia a acção de Manuel Heleno, director do Museu Etnológico e catedrático da Faculdade de Letras, que entre as décadas de 30 e 60, é responsável pela identificação, e escavação, de um importante conjunto de sítios com ocupação neolítica, não produzindo, no entanto qualquer texto acerca destas estações, que se tornam do conhecimento público décadas mais tarde quando, num processo que, ainda hoje, não está concluído, diferentes arqueólogos publicam os dados, que conservou, inéditos.

Estão nestas circunstâncias, em Rio Maior, as grutas da Senhora da Luz, o Abrigo Grande das Bocas, e o povoado do Alto das Bocas. Estes sítios, escavados entre os finais da década de 30 e o princípio dos anos 40 (Carreira, 1994, p. 49; Araújo, 1993, p. 16), são publicados, pela primeira vez, em finais dos anos 70 (Gonçalves, 1978a; Gonçalves et al., 1987; Cardoso et al., 1996b).

Ao contrário de Heleno, funestamente célebre pelo seu secretismo (Gonçalves, 1978a; Zilhão, 1997, p. 13; Fabião, 1999), a “escola” dos Serviços Geológicos será, neste período, um dos mais activos centros de actividade arqueológica.

Os trabalhos realizados, entre 37 e 42, na Gruta da Nascente do rio Almonda (Paço et al., 1947), marcam o retomar da escavação de grutas, por parte dos funcionários dos Serviços Geológicos, que assumem a direcção das intervenções ou, como neste caso, colaboram com outros vultos, e outras instituições da arqueologia nacional.

Figuras como Georges Zbyszewski recuperam a antiga tradição arqueológica desta instituição, dedicada aos estudos geológicos. Tal como acontecera com os seus antecessores é o reconhecimento geológico do terreno que o coloca em contacto directo com as realidades arqueológicas.

Zbyszewski esteve envolvido nos trabalhos realizados, nos finais de 30, na Gruta da Nascente do Almonda e, quatro décadas mais tarde, nas intervenções efectuadas no habitat neolítico, ao ar livre, da Cabranosa (Zbyszewski et al., 1981).

Acerca da Gruta do Almonda, e apesar de, na publicação de 47, os autores reconhecerem que foi aí recuperado o mais vasto conjunto de cerâmica impressa com *Cerastoderma edule*, existente em Portugal, cerâmica que na época era já considerada um fóssil-director das

primeiras ocupações neolíticas peninsulares (Silva, 1999, p. 162), estes não hesitam, no entanto, em colocar a ocupação da cavidade no Bronze I Mediterrâneo.

A correcta classificação de parte dos materiais então exumados, e a sua integração no Neolítico antigo dá-se apenas em 1970, aquando da estadia, em Portugal, de Jean Guilaine.

O Neolítico não despertava, nem para Paço nem para Zbyszewski, qualquer interesse particular. Para o geólogo russo, os testemunhos paleolíticos ocupavam um lugar central na sua actividade como arqueólogo, enquanto o militar dispersava a sua atenção por todo o espectro da diacronia pré-histórica.

Desta pouca atenção que o tema recebe são exemplo as actas dos principais colóquios organizados nas décadas de 30 e 40. No XV CIAAP<sup>3</sup> realizado em 1930, em Coimbra e no Porto, e no Congresso do Mundo Português realizado, em Lisboa, em 1940, o Neolítico não é objecto de qualquer comunicação.

Em 45, e no “âmbito de uma excursão geológica”, Carlos Teixeira, dos Serviços Geológicos de Portugal, toma conhecimento da existência de materiais arqueológicos, e restos humanos, no complexo de grutas de Eira Pedrinha, em Condeixa.

A presença de restos antropológicos leva a equipa dos Serviços a convidar Mendes Corrêa, director do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, para integrar o grupo. Os trabalhos então realizados são publicados, em 1949, na colecção Memórias dos Serviços Geológicos de Portugal, que depois de um intervalo, de mais de 60 anos, volta a editar monografias de temática arqueológica (Côrrea e Teixeira, 1949).

O espólio recolhido durante as escavações é atribuído ao “Eneolítico”, e no comentário a materiais provenientes do mesmo conjunto de grutas e abrigos, depositados no Museu Machado de Castro, os autores referem a presença, entre outros recipientes decorados, de cerâmica cardial, e a semelhanças entre estes e alguns fragmentos provenientes do gruta do Almonda.

<sup>3</sup> Ao contrário do IX CIAAP, que constitui no imaginário da classe um momento alto da ciência arqueológica em Portugal, o XV CIAAP, caiu no mais absoluto esquecimento, ainda que nele tenham estado presentes todas as, ou que viriam a ser, grandes figuras da arqueologia portuguesa da época, e algumas personalidades de renome internacional. Se tal se deve, sobretudo, a uma agenda excessivamente marcada por comunicações produzidas no âmbito de uma antropologia física de pendor racista que não teve, depois de 1945, sequência, este olvido é também o resultado da falta de intervenções de primeiro plano, que tornassem o Congresso uma referência obrigatória para as futuras gerações.

Não são tecidas quaisquer outras considerações, e tal como sucedeu com parte do espólio da gruta do Almonda é o trabalho de Guilaine e Ferreira (1970, p.314), que, pela primeira vez, atribui ao Neolítico antigo, parte do conjunto artefactual então recuperado.

Uma década mais tarde, a colaboração entre o Centro de Estudos de Etnologia Peninsular e os Serviços Geológicos de Portugal volta a contribuir para a História do Neolítico. Entre 1958 e 1960, L. Albuquerque e Castro e Veiga Ferreira, contando com a colaboração de Camarate França e G. Zbyszewski, exploraram na periferia de Lisboa, na região de ponte de Lousa, o complexo arqueológico das Salemas.

Dos primeiros trabalhos realizados no lapiás, em 1957, “(...) em cata de antiguidades (...)”, dão conta Albuquerque e Castro e Veiga Ferreira, numa curta notícia onde apresentam um vaso de tipo neolítico recolhido no sítio, então, designado como Alto da Toupeira (Castro e Ferreira, 1959).

Dois anos mais tarde, têm início os trabalhos de escavação na gruta das Salemas. Ao contrário do acontecido no povoado, que foi apenas objecto de recolhas de superfície enquanto o lapiás ia sendo explorado como pedreira, a cavidade foi integralmente escavada.

O nível I da gruta, que contém enterramentos, é classificado como um nível neolítico, numa fase já evoluída, mas conservando tradições “(...) dum tardenoisense final.” (Ferreira, 1965, p.80), num artigo que é, de alguma forma, a matriz de muitas publicações que se seguem.

Trata-se, quase sempre, de pequenas notícias que dão, de forma sumária, uma descrição dos trabalhos efectuados, do espólio recolhido e que, por regra, terminam com a integração cronológica dos artefactos aferida a partir de uma listagem, mais ou menos longa, de paralelos conhecidos. Não são, por norma, abordados outros assuntos para além da filiação cronológica e cultural de alguns elementos da cultura material.

Em 1967, um novo texto de Ferreira e Castro apresenta, com maior detalhe, os materiais recolhidos no “povoado neo-eneolítico” das Salemas, então já irreversivelmente destruído pelos trabalhos da pedreira.

Ao nível da indústria lítica, reconhecem uma tradição arcaica no talhe da pedra, que prolonga os tipos frequentes nos concheiros mesolíticos do vale do Tejo, e que parte da cerâmica encontra paralelos nos materiais da gruta da Furninha, da gruta da Nascente do Almonda e da Casa da Moura. Referem, em simultâneo, a existência, nas Salemas, de materiais idênticos aos dos estratos pré-campaniformes do Zambujal e de Vila Nova de São Pedro.

A leitura conjunta destes dados transforma o sítio num povoado “neo-eneolítico” essa “(...) absurda expressão (...)” (Gonçalves, 1978a, p. 149), que comprimiu numa realidade obscura, e pouco coerente, todas as ocupações que contendo cerâmica não possuíam exemplares com decoração campaniforme.

Desde os trabalhos de Santos Rocha que não se tinha notícia de povoados, ao ar livre, que possuíssem ocupações pertencentes a etapas antigas do Neolítico, uma vez que da estação do Alto das Bocas conhecia-se apenas, e ainda hoje pouco mais se conhece, o nome e a adscrição, feita por Heleno (1956), do sítio ao Neolítico Puro.

Ainda na década de 50, é pela primeira vez escavada, a Sul do Tejo, uma gruta que contém materiais, hoje, integráveis no Neolítico antigo.

Os trabalhos de Eduardo da Cunha Serrão, na Lapa do Fumo, são o resultado de prospecções e reconhecimentos de terreno, realizados no concelho de Sesimbra, especificamente destinados a identificar património arqueológico na região, permitiram, acrescentar um outro ponto na carta de distribuição do povoamento da primeira etapa do Neolítico (Serrão, 1959, p. 337).

Os dois vasos globulares com decoração em espinha da Lapa do Fumo são classificados por Cunha Serrão, em 1959, e como se mostra na Estampa III, como antecampaniforme, pertencentes, portanto, a esse momento “neo-eneolítico”, também documentado em alguns materiais de Olelas, e da Senhora da Luz, em Rio Maior.

No estudo do sítio são, mais uma vez, os materiais cerâmicos que recebem atenção quase exclusiva. Como refere Serrão, a Lapa do Fumo “(...) oferece-nos um panorama de cerâmicas que poderá esclarecer muitos pontos obscuros deste capítulo tão atraente da arqueologia, capítulo de tal importância que, como é sobejamente sabido, há culturas que são apenas conhecidas pelas designações que os pré-historiadores deram aos vasos cerâmicos mais característicos.” (Serrão, 1959, p. 347).

Em finais dos anos 60, e após uma efectiva ausência, durante as primeiras décadas do século XX, de trabalhos sobre sítios com ocupações atribuíveis ao Neolítico antigo, o panorama pode assim resumir-se:

Das actividades realizadas por Manuel Heleno, que personifica a acção de duas instituições com responsabilidades na actividade arqueológica portuguesa, a Faculdade de Letras de Lisboa e o (hoje) Museu Nacional de Arqueologia, pouco ou nada se sabia.

Os trabalhos, muitas vezes em colaboração, dos investigadores do Centro de Estudos de Etnologia Penin-

sular, dos Serviços Geológicos de Portugal, da Associação dos Arqueólogos Portugueses, associados por vezes a “eruditos locais” puseram a descoberto um leque reduzido de ocupações, quase sempre em gruta e de onde não se recupera, por norma, outra informação que não a artefactual.

Com alguma frequência, ao longo de todo o século XX, serão identificadas e, parcial ou totalmente, escavadas grutas naturais, como a Senhora da Luz, em 1936, o Abrigo das Bocas, em 1937, a gruta da nascente do Almonda, em 1941, o complexo de Eira Pedrinha, em 1949, a Lapa do Fumo, em 1957, a gruta das Salemas, em 1959, a Cova da Moura em 1961, a gruta do Escoural, em 1966, citando, apenas, os casos mais célebres.

Trata-se, portanto, de uma verdadeira “cultura das grutas”, ainda que este rótulo designe, para além, da efectiva utilização destas cavidades pelos grupos humanos do passado, especificidades da história da investigação, e da vocação dos seus praticantes, no Presente.

A escavação destas grutas tende a seguir uma lógica relativamente uniforme. Os primeiros depósitos são, quase sempre, definidos como nível I, ou nível superior, e, por regra, atribuídos a uma etapa “Neo-eneolítica”, que se estima rondar os 3000 a.C. e que integra um extenso lote de materiais - geométricos, pontas de seta, machados circulares e quadrangulares, enxós e goivas, dentes perfurados, e contas de pedra ou alfinetes de cabelo, placas de xisto e estatuetas em terra-cota – mas sem recipientes campaniformes.

Este depósitos – cuja incongruência é por vezes reconhecida – cobrem, nas grutas da Estremadura, níveis paleolíticos definidos a partir das tipologias líticas do Sudoeste francês.

Ao contrário de outros períodos da Pré-história, o Neolítico não contou, e numa sociedade feita, sobretudo, de iniciativas individuais, ainda que a mais das vezes sem continuidade, essa não é uma lacuna menor, com um investigador que dedicasse a sua carreira a este período.

Ainda que, por norma, as personalidades que praticavam a arqueologia não organizassem a sua investigação em torno de temáticas concretas, algumas realidades despertaram continuados interesses, mas não os vestígios das primeiras fases do Neolítico, que tendiam a ser marginalmente discutidos, por investigadores que cobriam com frequência amplíssimos espectros da diacronia humana, e que, em determinados momentos do seu percurso, terão identificado/escavado/estudado sítios com ocupação neolítica.

Este é um tópico, secundariamente, tratado e

abordado nos textos e, quase sempre, porque se encontra documentado em sítios, com longas, ou mesmo muito longas, seqüências de ocupação.

Ainda assim, o artigo de Vera Leisner sobre “As diferentes fases do Neolítico em Portugal”, escrito em 1966, é, de alguma forma, um texto precursor, que podia ter orientado a pesquisa futura. Admite-se aí, de forma explícita, a antiguidade da cerâmica cardial e inventariam-se brevemente os sítios onde esta foi identificada, integrando-os na primeira fase do Neolítico ibérico.

No entanto, o facto de ter sido originalmente publicado em alemão, e só traduzido para português em 1983, quando estava, em grande parte, ultrapassado, deve justificar o escasso eco que conheceu. De entre os autores que, na década de 70 e 80, se dedicam ao Neolítico, apenas J. Arnaud, no seu trabalho de 1982, o cita.

Não existiu, portanto, até finais do século XX, uma linha, ou sequer uma tradição, de estudos sobre o Neolítico.

A falta de profissionalização daqueles que se dedicavam à Arqueologia, e a consequente falta de especialização (Zilhão, 1997, 2, p. 12), associadas a um débil investimento por parte do Estado, que dispensava o Passado remoto enquanto fonte de legitimação política e social (Fabião, 1996), são, em grande medida, responsáveis pela produção de um discurso arqueológico essencialmente descritivo, e no que toca ao período Neolítico um discurso, mais do que artefactualista, ceramográfico.

Como refere Savory, na introdução de *Espanha e Portugal* “Uma outra razão prática do tratamento da Pré-história peninsular num único volume relaciona-se com a situação relativamente rudimentar do assunto, consequência natural do próprio atraso e isolamento económico da Península nos últimos tempos.” (1971, p. 23).

No entanto, nos finais dos anos 60, em Portugal, não é só o estado da investigação sobre o Neolítico que sofre de “atraso e isolamento”, é o próprio País.

### **O momento da ruptura, ou a Revolução no Neolítico**

Este isolamento foi, na história da investigação acerca do Neolítico, quebrado, de forma definitiva, com a vinda a Portugal, em 1969, de Jean Guilaine.

Em 72, num texto assinado pelo “Grupo do Bombaral” e por Veiga Ferreira, escreve-se que “Desde os vasos da Gruta da Furninha (...) até à descoberta do vaso da Gruta das Pulgas (...) os conceitos sobre o Neolítico português têm evoluído duma maneira extraordinária” (Côrtes et al., 1972, p. 233).

Ao invés, pode antes dizer-se que os conceitos pouco, ou nada, evoluíram até aquele que foi, de facto, um momento de ruptura, e de inauguração do discurso moderno sobre o Neolítico na arqueologia portuguesa, que se opera quando é publicado, em 1970, por Jean Guilaine e Veiga Ferreira, o artigo de revisão, síntese, e problematização do Neolítico antigo em Portugal.

A escassez de dados disponíveis para tratar o tema é expressamente referida (Guilaine e Ferreira, 1970, p. 304), mas e apesar da exiguidade da informação tratada, com este texto o Neolítico antigo ganha autonomia cronológica e cultural. A presença do arqueólogo francês foi absolutamente decisiva para o abandono do velho hábito de atribuir ao “Neo-eneolítico” a totalidade dos horizontes que possuíssem cerâmica “pré-campaniforme”. Sítios ou materiais há muito conhecidos são, pela primeira vez, correctamente classificados e integrados no Neolítico antigo, etapa que se subdivide, depois, em dois momentos principais.

É, também, apresentada a primeira carta de distribuição do povoamento do Neolítico antigo, em Portugal, e estabelecem-se alguns postulados fundamentais para a futura investigação: a distribuição costeira do povoamento antigo, a foz do Mondego como limite setentrional dos avanços cardiais, o isolamento geográfico dos materiais do Escoural, e a colonização dos territórios de interior numa fase megalítica.

As alterações no discurso arqueológico que resultam desta colaboração estão bem patentes no texto que Veiga Ferreira apresenta, ainda em 1969, às I Jornadas Arqueológicas, no qual refere o debate com “(...) especialistas peninsulares e franceses (...)” (p. 233), e onde o Neolítico antigo é tratado como uma etapa específica, e comentada a existência de diferentes áreas culturais na bacia do Mediterrâneo.

É, igualmente, apresentada uma seriação cronológica deste período, que segue, no essencial, a produzida em parceria com Guilaine e, então, ainda inédita.

Com base nos materiais cerâmicos, Veiga Ferreira define quatro fases: “A primeira post-mesolítica ou post-culturas do Mesolítico costeiro ou ocidental dos Vales do Tejo e do Sado; a segunda, constituída pela cerâmica cardinal, embora rara; a terceira, pelas cerâmicas incisadas do tipo Furninha, Casa da Moura (Cesareda), Almonda, Bugalheira, Bocas I, Pedreira das Salemas, etc; a quarta e última fase seria, justamente, ocupada pela cerâmica com “falsa folha de acácia” (1969, p. 234).

E, nos primeiros anos da década de 70, são nítidas

as consequências da estadia de Jean Guilaine, reflectidas num multiplicar de artigos de revisão de materiais, sítios, e níveis, “neolíticos”, que surgiam agora aos olhos dos arqueólogos portugueses como neolíticos e já não como “neo-eneolíticos”.

Estão nestas circunstâncias, ainda em 70, o texto dedicado à ocupação detectada na ponta de Sagres, por Veiga Ferreira, e a primeira apresentação, por Farinha dos Santos, ao II Congresso Nacional de Arqueologia, das cerâmicas cardiais provenientes das escavações realizadas, em 1963, na gruta do Escoural. Em 1972, Veiga Ferreira associa-se à revisão dos materiais neolíticos de Santa Olaia, à publicação dedicada ao nível neolítico da gruta das Salemas, e ao artigo onde se apresentam dois vasos raros do Museu do Bombarral.

No trabalho dedicado, por Albuquerque e Castro e Veiga Ferreira, ao “nível neolítico da Gruta das Salemas”, inicialmente apresentado ao Colóquio Portuense de Arqueologia e tardiamente publicado, em 1972, na revista *Arqueologia e História*, os autores definem o que, na época, podia ser o estatuto do Neolítico, um “(...) período pré-eneolítico e pós-mesolítico (...)”. (Castro e Ferreira, p. 1972, p.407).

O Egipto é, ainda, a fonte de referência cronológica, mas envolta numa polémica, mais que científica pessoal (1972, p. 409), é publicada a primeira datação absoluta para um contexto do Neolítico em Portugal, com um resultado de  $6320 \pm 350$  BP, obtido sobre madeira carbonizada recolhida nas sepulturas identificadas na Gruta.

Ainda que o Neolítico seja definido como qualquer coisa entre dois momentos bem caracterizados, o Mesolítico dos concheiros e a Cultura do Vaso Campaniforme, esta leitura traduz uma nova concepção desta etapa crono-cultural.

O mesmo pode ser observado no artigo dedicado a “dois vasos raros do Museu do Bombarral”. Esse curtíssimo texto, um paradigma da arqueologia “ceramográfica”, possui para a história do Neolítico uma importância muito acima da sua dimensão.

Escreve-se que “Torna-se necessário fazer um estudo de conjunto sobre o Neolítico português (...) Aguardamos, no entanto, que mais elementos surjam, em especial, na utensilagem lítica, adornos, motivos religiosos, necrópoles e, sobretudo, no “habitat”.” (Côrtes et al., 1972, p. 233).

Faltava, portanto, quase tudo, para discutir o Neolítico português, e pela primeira vez é claramente referida a escassez de informação acerca dos sítios de habitat.

Ainda em 1971, na publicação do “Estrato pré-campaniforme da Lapa do Fumo”, Cunha Serrão e Gustavo Marques referem a existência na base da estratigrafia de uma “Bolsa com areias acinzentadas, contendo fragmentos de cerâmica com decoração impressa (ausência do tipo clássico cardial).” (p. 127). Este nível pertenceria “(...) pelo tipo da cerâmica (...) a uma fase antiga do Neolítico (...)”. (p. 127).

A menção à presença/ausência de cerâmica cardial, a utilização das cerâmicas impressas como elemento de definição cultural, e a referida necessidade de conhecer também os povoados e não só as necrópoles, constituem óbvios indicadores do novo discurso.

Serrão e Marques (1971) optam por criar uma outra terminologia, e inscrevem este ““Neolítico I ou Antigo”” (p. 140) no ““Neolítico Primário Ocidental”” (p. 141). Esta procura de outros rótulos, que não os usados pela dupla luso-francesa, está ainda presente na periodização sobre o Neolítico e o Calcolítico, (re-)apresentada em 78, por Cunha Serrão, onde nomeia, criando uma expressão que não teve qualquer sucesso, a primeira etapa do Neolítico como “Neolítico inferior” (Serrão, 1979, p. 149).

No entanto, e após esta primeira movimentação, o panorama geral não sofreu alterações de monta.

Um habitat de ar livre como o da Ponta de Sagres não foi objecto de qualquer escavação, o ritmo de identificação de novas grutas decresceu significativamente, e não se acrescentaram os novos dados, e os dados de outra natureza, indispensáveis para a construção de um discurso que ultrapassasse as listagens de materiais.

O Neolítico antigo em Portugal continuará a ser uma etapa particularmente mal conhecida, identificado sobretudo em grutas, com complexas sucessões estratigráficas e um acentuado grau de perturbações pós-deposicionais, onde, na maior parte dos casos, não é possível recuperar outro tipo de informação que não a artefactual.

Disso são claros exemplos os capítulos dedicados ao Neolítico nas obras de síntese que tratam o Portugal Pré-histórico, publicadas nos inícios dos anos 70/80 (Santos, 1972; Ferreira e Leitão, 1981). Por isso, em finais de 70, pode escrever-se que “(...) ignora-se ainda a verdadeira extensão e as incidências do Neolítico em Portugal (...)”. (Gonçalves, 1978a, p. 150).

## **A modernidade ou a emergência de uma Nova Arqueologia**

Nos finais dos anos 70, inícios da década de 80 assiste-se, no quadro amplo das profundas transformações que Portugal conheceu após a Revolução de 1974, a uma renovação e modernização da Arqueologia portuguesa.

Projectos como o da barragem do Fratel (Baptista, 1981) ou o do Gabinete da Área de Sines (G.A.S.) (Silva e Soares, 1981), são o reflexo não só da presença, no terreno, de uma nova geração de arqueólogos, mas também de uma nova forma de fazer arqueologia.

Os trabalhos realizados, entre 1972 e 1977, pelo Grupo de Trabalhos de Arqueologia (G.T.A.) do G.A.S., pioneiros ao nível da filosofia que os orienta, dos meios empregues e da dimensão atingida, representaram um marco na história do Neolítico em Portugal. Pela primeira vez, no século XX, ou mais exactamente em toda a história da arqueologia portuguesa, são escavados, em extensão povoados ao ar livre, contendo estruturas habitacionais integráveis no Neolítico antigo.

A constituição e os objectivos da equipa interdisciplinar associada aos trabalhos arqueológicos, demonstrava claramente a existência de uma nova agenda, onde se pretendia ultrapassar a clássica aproximação artefactual ao Passado, e por isso estavam presentes, para além dos arqueólogos, técnicos de áreas como a geologia, a topografia, a pedologia, a sedimentologia, a conservação e o restauro, com um programa completo de prospecção, escavação, tratamento de dados, salvaguarda e divulgação da informação.

As primeiras notícias acerca destes trabalhos, apresentadas nas III Jornadas Arqueológicas, ainda em 77, e depois no Porto, em 1978, contêm já os elementos estruturantes do que virá a ser, ao longo das décadas seguintes, o discurso de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares (1979), acerca do Neolítico antigo da Costa Alentejana.

Do conjunto de estações identificadas destacam-se desde logo dois sítios, Vale Pincel I e Salema, que correspondem, segundo os autores, a dois momentos bem diferenciados da diacronia da primeira etapa do Neolítico. Vale Pincel I representa uma fase plena do Neolítico antigo, a Salema uma ocupação do Neolítico antigo evolucionado. Esta periodização obteve-se, dada a escassez de matéria orgânica que não permitiu a realização de datações absolutas, a partir de critérios tipológicos e ecológico/espaciais.

Nos cerca de 40 m<sup>2</sup>, então, escavados em Vale

Pincel, e nos cerca de 100 m<sup>2</sup> escavados na Salema, escavações cuja extensão não possuía, à época, paralelos no panorama português ou mesmo peninsular, foram pela primeira vez, em Portugal, identificadas estruturas domésticas em espaços habitacionais.

Os dados provenientes destas intervenções associados à pouca, informação proveniente dos sítios da Figueira da Foz ou da ponta de Sagres, estabelecem o modelo acerca do povoamento do Neolítico antigo, em qualquer uma das suas fases.

Este povoamento deve fazer-se em sítios planos, amplos, abertos, sem condições naturais de defesa, implantados sobre solos leves e arenosos, onde se edificam estruturas frágeis, em materiais perecíveis. Ocupados por sociedades igualitárias estes sítios traduziam a lenta aculturação das populações mesolíticas locais, e a ausência de rupturas com momentos anteriores (Silva e Soares, 1981, p. 45).

Este discurso “indigenista”, absolutamente coerente com o momento político que fazia um processo de condenação absoluta sobre qualquer forma de colonialismo, permanecerá nos textos posteriores que os autores dedicarão ao Neolítico antigo da Costa Sudoeste.

A não conservação de matéria orgânica nestes contextos, à parte alguns carvões em Vale Pincel I, fez permanecer, no entanto, em aberto questões decisivas acerca das actividades económicas destas populações.

Se estes sítios acrescentam, ao banco de dados, o conhecimento de algumas das estruturas existentes em espaços domésticos, a ausência de informação de outra natureza não permitiu datar cronometricamente estas ocupações, e os sub-sistemas paleo-económicos puderam apenas ser indirectamente caracterizados, o que prolonga a natureza, sobretudo, artefactualista do discurso, apesar da constituição pluridisciplinar da equipa que assumiu o projecto.

No entanto, e uma década após a publicação, por Guilaine e Veiga, da carta dos sítios com cerâmica cardial, os trabalhos de Tavares da Silva e Joaquina Soares introduzem uma importante alteração na distribuição geográfica do povoamento do Neolítico antigo em Portugal. A Costa Sudoeste passa a fazer parte integrante desta História, e cria-se uma cartografia que, com pequenas alterações, se mantém até aos primeiros anos da década de 90.

Em 1970, Guilaine e Ferreira tinham defendido “(...) l’existence d’un fonds cardial assez important au Portugal.” (p. 319), mas, nos finais da década, esta ideia conhecia activos opositores, que discutiam o papel da

cerâmica cardial enquanto fóssil-director da etapa, atendendo à sua escassa presença no território português.

Escrevia-se então “Começa a figurar-se na orla marítima do Sul de Portugal um Neolítico Antigo caracterizado pela escassa representatividade do cardial (...)”. (Gomes et al., 1978, p. 46), “(...) verifiquei, com certa surpresa, que, ao contrário do que habitualmente se afirma, a cerâmica com impressões de *cardium* é bastante rara entre nós (...)” (Gonçalves, 1978a, p. 148), “(...) pois a cerâmica cardial constitui uma rara presença, o que aliás se verifica em relação ao resto do país (...)” (Silva e Soares, 1981, p. 98).

Confirma-se, assim, a ideia expressa na alínea 2.3 das “Conclusões relativas ao Neolítico e Calcolítico em Portugal”, aprovada, em Abril de 1978, nas Actas da 1ª Mesa Redonda dedicada ao tema, “Verifica-se a existência provável de um Neolítico antigo em Portugal, constituído por cerâmicas impressas e escassamente incisas, no qual as cerâmicas decoradas com técnica cardial aparecem em menor percentagem, o que poderá vir a refutar a existência de um “horizonte cardial” no Neolítico antigo português (...)” (Actas d’O Neolítico e o Calcolítico em Portugal, 1979, p. 228).

A partir deste momento, e pelo espaço de uma década, tornou-se praticamente consensual atribuir pouca importância à cerâmica cardial, não se negando, no entanto, a antiguidade relativa desta técnica decorativa.

Entre os finais dos anos 70 e até 1983, a investigação em torno do Neolítico antigo conheceu grande actividade. Publicam-se novos dados que, contrariando a tradição, provêm de sítios de habitat ao ar livre, como Vale Pincel I, Vale Vistoso, Salema (Soares e Silva, 1979; Silva e Soares, 1981), Caramujeira (Gomes et al., 1978), Cabranosa (Zbyszewski et al., 1981), revêem-se, ou publicam-se, antigas colecções como as da Figueira da Foz (Jorge, 1979), das grutas de Alcoaça (Gonçalves, 1978b), do Abrigo de Bocas I (Gonçalves et al., 1987), apresentam-se programas de estudo (Gonçalves, 1978a), e são apresentados modelos de neolitização para o território português (Arnaud, 1982).

Esta actividade fica, em parte, expressa na participação portuguesa nos dois colóquios internacionais dedicados ao Neolítico Antigo, realizados em Montpellier, em 1981 e em 1983.

No “Colloque Neolithique Ancien”, J. Morais Arnaud (1982) publica aquele que é o primeiro modelo explicitamente elaborado para explicar a neolitização no sul

do território português. Este modelo, construído em moldes estritamente processuais, traduz a adesão do autor aos princípios da *New Archaeology*, que então atingia parte significativa da comunidade dos pré-historiadores portugueses.

Ao contrário da produção bibliográfica das décadas anteriores, que assentava na descrição e classificação de um sítio ou de um lote de materiais, Arnaud pretende discutir “(...) modèles globaux explicatifs du processus de néolithisation (...)”. (1982, p.29).

O autor depois de apresentar, numa clara perspectiva sistémica, a realidade empírica disponível, discute dois modelos de neolitização alternativos, cuja função, atendendo ao grau de informação existente, é mais “(...) exploratoire qu’explicatoire.”(p.46).

Ao longo do texto são decisivas, na análise dos comportamentos humanos do Passado, duas variáveis que a Nova Arqueologia consagrou, o meio ambiente e o sub-sistema económico que assumem um peso determinante nestas leituras “bio-economicistas”.

Definidas as variáveis em acção pretende-se “(...) modeler le comportement territorial des communautes des chasseurs-cueilleurs (...)”.(p.44), em função de estímulos que podem ser externos/internos ou combinados e que provocam a reorganização do sistema. As hipóteses apresentadas, não só em versão narrativa, mas também sobre a forma de modelizações gráficas da realidade, devem ser aceites ou corrigidas de acordo com os resultados da futura investigação.

O modelo dual de Arnaud, que admitia, para justificar a primeira etapa do processo de neolitização deste território, a fixação de comunidades alógenas na Costa Sudoeste, ou em alternativa o estabelecimento de “contactos” entre os indígenas mesolíticos e grupos de “navegadores” neolíticos, não levantou polémica entre uma comunidade arqueológica que adoptava, para explicar a origem do Neolítico, um indigenismo moderado.

Na bibliografia deste artigo constam, com um peso significativo e a par dos trabalhos de outros arqueólogos ibéricos e franceses que constituíam o enquadramento científico tradicional, autores anglo-saxónicos, muitos deles directamente envolvidos na criação da Nova Arqueologia, e que pressagia o domínio futuro da bibliografia de língua inglesa entre os pré-historiadores portugueses.

A longa etapa histórico-artefactualista parece, definitivamente, ultrapassada. A abordagem paleo-económica da escola de Higgs, ou do trabalho de David

Clarke, a perspectiva antropológica de aproximação ao Passado, a introdução da Teoria dos Sistemas na análise do comportamento dos grupos humanos, presentes no texto de Arnaud, tornam-se os eixos de organização do discurso, na década seguinte.

Esta dinâmica, no entanto, diluí-se ao longo da década de 80. Concluem-se os trabalhos de escavação na Área de Sines, o sítio da Caramujeira não volta a ser intervencionado, e as novas escavações na Cabranosa, limitadas a uma área de 9 m<sup>2</sup>, confirmam, apenas, o carácter “cardial” do sítio. Não se obtêm datações absolutas, não se dispõe de matéria orgânica, não se prosseguem as escavações em extensão que permitiriam conhecer a organização interna dos lugares habitacionais.

A história do Neolítico antigo continua, em grande medida, a escrever-se a partir dos dados da cultura material, e dentre estes os recipientes cerâmicos e as suas técnicas decorativas continuam a ocupar um lugar de destaque.

### **Os finais do século ou a nova pluralidade do Neolítico Antigo**

Em 1992, a publicação de João Zilhão, acerca do Neolítico antigo da gruta do Caldeirão, abre uma nova etapa no debate.

Se os dados provenientes dos horizontes do Neolítico antigo, conservados na cavidade, não são em si mesmos revolucionários, o aproveitamento que deles foi feito, e o discurso que a partir deles se produziu conduziram os estudos acerca do Neolítico antigo, em Portugal, para um outro patamar teórico-metodológico.

Datam-se pela primeira vez, em Portugal, restos de animais domésticos do Neolítico antigo (Zilhão, 1988), e a informação acerca das ocupações neolíticas, ainda que numericamente pouco expressiva, foi sujeita a uma exaustiva análise transdisciplinar, materializada nos 10 anexos com que termina a monografia do sítio (Zilhão, 1992).

Ao contrário de J. Arnaud que, em 1982, não optou por nenhum dos modelos de neolitização que definiu, em 92, João Zilhão considera reunidos os dados suficientes para a apresentação um modelo de neolitização, para o Sul de Portugal, apoiado na difusão démica de pequenos grupos cardiais, criadores de colónias, em territórios desocupados.

Nos anos seguintes, e na linha dos textos produzidos

pelo grupo de Valencia (Forteza Perez e Martí Oliver, 1984-85), Zilhão revê criticamente os contextos e as sucessões estratigráficas de sítios e/ou materiais atribuídos ao Neolítico antigo (1993, 1998). De entre estes trabalhos, destaca-se o artigo no primeiro número da Revista Portuguesa de Arqueologia, onde o autor avança com uma interpretação para as datações absolutas obtidas para o sítio de Vale Pincel I, distinta da proposta pelos escavadores do sítio (1998).

A polémica Zilhão/Silva-Soares, um reflexo nacional dos confrontos entre difusionistas e indigenistas que animaram o debate sobre a neolitização do espaço peninsular, ficou registada no debate acontecido no II Colóquio Internacional de Megalitismo, realizado em Monsaraz, em Maio de 2000 (Gonçalves, 2003b).

Ao mesmo tempo que decorre a discussão entre difusionistas e indigenistas, os anos 90 assistem a um outro movimento paralelo, que permitiu redefinir as coordenadas espaço-temporais do Neolítico antigo, em Portugal.

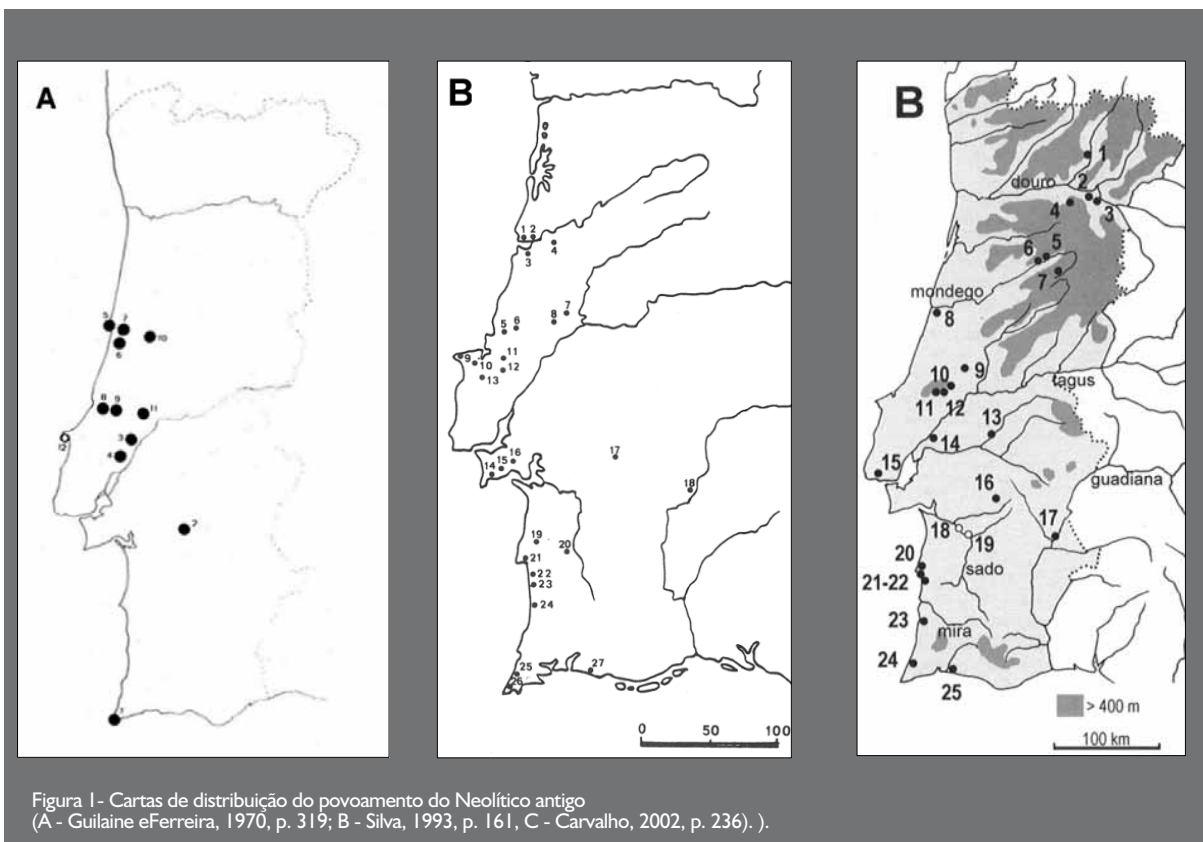
Ao longo da década passada, foram apresentados resultados provenientes de distintos projectos de investigação que incidiram sobre o Neolítico antigo, e no âmbito dos quais foram identificados/escavados novos sítios, e/ou estudadas antigas colecções depositadas

em museus, que permaneciam total ou parcialmente inéditas, e obtidas datações absolutas para um número significativo de contextos.

A ampliação da base de dados é visível na nova carta de povoamento do Neolítico antigo, e no conseqüente abandono, por desadequados, de uma série de paradigmas acerca desta etapa crono-cultural (Fig. 1).

No Maciço Calcário Estremenho, as sistemáticas prospecções, realizadas pela STEA, levaram, para além da realização de novas escavações em estações já identificadas, mas mal conhecidas como a gruta do Almonda, (Zilhão et al., 1991), à identificação de um conjunto de sítios como o Abrigo da Pena d'Água, e o Laranjal do Cabeço das Pias (Carvalho, 1998b, p. 40; Carvalho e Zilhão, 1994, p.61), que estão na origem do primeiro modelo crono-estratigráfico para a região (Zilhão e Carvalho, 1996), assente em duas fases, que os autores definem como Neolítico cardial e Neolítico epicardial.

A raridade dos dados paleo-económicos não impede os autores de, e ao contrário da “voz corrente”, admitir um carácter plenamente agro-pastoril para estas populações (1996, p.659), de acordo com o modelo explanativo já apresentado por Zilhão, em 1992.



Na península de Lisboa, Teresa Simões iniciava escavações em São Pedro de Canaferrim, junto ao Castelo dos Mouros, na Serra de Sintra. A “(...) originalidade da implantação no terreno (...)” (1999, p.13) registada em S. Pedro, um sítio de montanha, onde estão disponíveis para ocupação pequenas plataformas de difícil acesso, e onde o armazenamento em estruturas negativas teve um papel evidente, contrastava de forma nítida com o modelo de povoamento, até então admitido, para o Neolítico antigo, que se restringia à ocupação de zonas planas, abertas sobre solos arenosos e sem condições naturais de defesa.

Ao mesmo tempo que os habitats estremenhos demonstravam a existência de estratégias de implantação no espaço que não seleccionaram zonas planas e abertas, foi também ultrapassada uma outra imagem clássica acerca da distribuição do povoamento dos primeiros produtores.

Debilmente acumulavam-se sinais de uma penetração antiga no Interior/Sul de Portugal. O sítio de Pipas, em Reguengos de Monsaraz, identificado e sondado por Joaquina Soares e Tavares da Silva (1992), é a partir da tipologia dos materiais recolhidos, alguma cerâmica impressa e micro-utensilagem sobre sílex, adscrito a uma etapa inicial do megalitismo da região.

As anteriores, e brevíssimas, referências que já haviam sido feitas acerca de alguns materiais cerâmicos, com decoração impressa e incisa, provenientes do povoados dos Almendres atribuídos, com reservas, por Varela Gomes ao Neolítico médio (Gomes, 1989, p. 264), não provocaram significativas alterações no discurso que, continuou a considerar a ocupação neolítica do interior alentejano como um fenómeno tardio.

São as prospecções realizadas por Manuel Calado (Calado e Sarantopoulos, 1996), nos arredores de Évora, que permitiram identificar, na área, uma densa mancha de sítios ao ar livre com materiais atribuíveis ao Neolítico antigo, e que fizeram antever o significado histórico, e a efectiva dimensão, dessa ocupação de que os resultados das escavações na Valada do Mato (Diniz, 2007), constituem o mais claro testemunho.

Este mesmo cenário foi confirmado, em Reguengos de Monsaraz, em resultado dos trabalhos realizados por Victor Gonçalves nos sítios da Carraça I, Xarez 4, Fonte dos Sapateiros e Xarez 12 (Gonçalves, 2002a).

Ao longo dos anos 90, e em sintonia com os resultados de projectos de investigação que incidem sobre o interior peninsular, foram igualmente identificados nas Beiras, e a norte do Douro, sítios, níveis e materiais integráveis numa fase antiga do Neolítico, na maior parte dos casos impossível de datar absolutamente, mas sempre considerada pré-megalítica.

Ocupações como as registadas no Buraco da Pala (Sanches, 1997), no Prazo (Monteiro-Rodrigues, 2000), nas Quebradas e na Quinta da Torrinha (Aubry et al., 1997b, p.183 - 194; Aubry e Carvalho, 1998; Carvalho, 1999), na Quinta da Assentada, no Buraco da Moura de S. Romão, Penedo da Penha I e Quinta do Soito (Valera, 1998; 2002), ou no habitat das Carriceiras (Senna-Martinez e Estevinha, 1994), comprovam que também no interior de Portugal, neolitização e megalitismo são dois fenómenos, cultural e cronologicamente, diferenciados, e permitem contextualizar num novo cenário crono-cultural dados como os provenientes do Abrigo da Fraga d’Aia (Jorge et al., 1988a; Jorge et al., 1988b; Jorge, 1991), e do habitat da Lavra (Sanches, 1988).

A partir desta informação, as linhas de debate, e as problemáticas em discussão, ampliam-se de forma irreversível. A neolitização enquanto processo, e o Neolítico antigo enquanto etapa histórica não se restringem aos corredores litorais, e a costa atlântica do Sul de Portugal já não constitui o único cenário geográfico da movimentação dos primeiros grupos agro-pastoris.

Os caminhos do interior terão conhecido, ainda na primeira fase do Neolítico, um movimento, eventualmente ténue, mas seguramente superior ao, até há pouco, estimado, e apesar do número de prospecções realizadas, a escassez de dados relativos a uma ocupação mesolítica desses territórios sugere uma efectiva “colonização” neolítica, das terras de interior, muito mais rápida do que a inicialmente prevista. O vazio pré-megalítico no interior residia apenas em falhas de natureza arqueográfica e não em lacunas historiográficas.

O povoamento da primeira fase do Neolítico sabemos-lo hoje não se restringe a corredores litorais ou ao vale de grandes rios como o Ebro, e informações, ainda que esparsas provêm agora de áreas tradicionalmente consideradas retardatárias no que toca ao processo de neolitização como a Meseta, a Galiza, ou a região Cantábrica.

No extremo Sul, os trabalhos desenvolvidos pela

equipa de Nuno Bicho (Bicho et al., 2000, 2003) permitiram colocar, cronometricamente, no Neolítico antigo ocupações em sítios de tipo concheiro, como Vale Santo I ou Ribeira de Alcantarilha, que forneceram para além de fauna malacológica, escassa cerâmica impressa.

Ao longo dos anos 90, e para além da nova informação resultante de trabalhos de terreno, foram obtidas datas, e revistos e/ou publicados, pela primeira vez, dados provenientes de antigas escavações que permaneciam, total ou parcialmente, inéditos, como acontecia com os materiais neolíticos da gruta da Furninha (Diniz, 1994), do Abrigo Grande das Bocas (Carreira, 1994), das grutas naturais da Senhora da Luz (Cardoso et al., 1996b) do povoado das Salemas, da Gruta do Correio-Mor (Cardoso et al., 1996a), ou do povoado da Cabranosa (Cardoso et al., 1998).

Ainda que parte da discussão tenda a centrar-se, de forma algo redutora, em torno da defesa de modelos explicativos assentes na difusão démica ou na difusão cultural, os novos dados ampliam a cartografia da neolitização, e permitem rever a geografia, os modelos de povoamento, os equipamentos materiais, as estratégias de subsistência, e a personalidade cultural dos diferentes grupos envolvidos no processo.

### **No novo milénio, ou um novo lugar para o Neolítico Antigo**

Na primeira década do novo milénio, a investigação em torno do Neolítico antigo, em Portugal, atinge uma etapa de efectiva maioridade. Defendem-se as primeiras teses de doutoramento, respectivamente na Universidade de Lisboa (Diniz, 2003; Calado, 2005), do Algarve (Carvalho, 2006) e do Porto (Monteiro-Rodrigues, 2008), que tratam especificamente o tema, e que são produzidas sobre contextos culturais que cobrem distintos pontos do território nacional, e para alguns dos quais não existia um discurso historiográfico prévio.

Estas dissertações são construídas segundo um modelo já clássico na arqueologia pré-histórica continental, que integra numa matriz claramente processual, e onde está bem documentada a perspectiva interdisciplinar, uma decisiva componente artefactual, utilizada agora numa lógica tecno-tipológica, que permite a construção de um discurso de natureza histórica, com a definição de entidades culturais en-

volvidas em processos de mudança, que operam em quadros espaciais e cronológicos concretos.

Nestes discursos, é variável o peso das conexões com o Mediterrâneo neolítico numa clara demonstração que a História tem geografias específicas e que o ponto de observação em que se encontra o autor não é indiferente na sua interpretação dos fenómenos pretéritos.

É também nesta primeira década do novo milénio que, a par dos palcos cada vez mais exíguos da arqueologia de investigação, se definem, enquanto fenómeno incontornável em Portugal, os contextos de acção da arqueologia empresarial. Vocacionada para situações de prevenção e/ou emergência, e portanto não conectada, mas também não condicionada pelas problemáticas, científicas e logísticas, que rodeiam a investigação, a arqueologia empresarial tem contribuído para uma efectiva ampliação da base de dados sobre o Neolítico antigo, tornando mais densa a mancha de povoamento desta etapa e ampliando a tipologia dos sítios conhecidos (eg., Valera, 2006; Muralha e Costa, 2004; Santos e Sobral, 2008; Aldeias e Gaspar, 2004).

Apesar da crescente investigação em torno do Neolítico antigo, o milénio abre com inúmeras questões em aberto, algumas das quais já enunciadas por Carlos Ribeiro, em 1880, e com problemáticas crónicas e de difícil resolução, nomeadamente em torno:

- do papel das sociedades de caçadores-recolectores e das modalidades de interacção entre grupos mesolíticos e neolíticos no desenrolar dos processos de neolitização;
- da registada escassez de matéria orgânica que, e por questões fundamentalmente tafonómicas, compromete definitivamente alguns campo de análise, entre os quais poderão estar o das práticas funerárias;
- da dissolução dos esquemas culturais do Neolítico antigo e os mecanismos de passagem ao Neolítico médio.

### Em suma...

Na história da Arqueologia portuguesa, o Neolítico foi, quase sempre, encarado como uma etapa periférica, em grande medida porque a difícil identificação destes contextos, a escassa ou nula monumentalidade das estruturas e a simplicidade dos espólios tornava o tema menos atractivo, para uma comunidade mais atenta, ao nível da Pré-história, a outro tipo de realidades, como a dos concheiros mesolíticos, dos monumentos megalíticos, em particular na sua vertente funerária, das cerâmicas campaniformes, e a partir dos anos 80, dos povoados calcolíticos.

Ainda que muito escassa em alguns momentos, a investigação produzida acerca do Neolítico antigo reflecte, no entanto, os grandes quadros epistemológicos a que aderiu a ciência arqueológica.

A investigação em torno do Neolítico remonta à fase de implantação da Arqueologia científica em Portugal. A qualidade dos trabalhos produzidos nessa “Idade do Ouro”, e a adesão entusiástica da burguesia pensante ao Positivismo e ao Evolucionismo, que ditam o método de construção do Conhecimento e fornecem a teoria geral onde se enquadram os dados particulares, constituem sinais claros do esforço do Liberalismo para criar, em Portugal, uma classe ilustrada como existia em outros países da Europa moderna (Diniz e Gonçalves, 1994).

Mas algumas linhas estruturantes da sociedade lusa ditam a agonia rápida, no campo dos estudos sobre o Neolítico, desse momento de arranque. Os trabalhos arqueológicos, com escasso enquadramento institucional, dependem sobretudo da vontade dos indivíduos, e uma vez sepultada a primeira geração segue-se uma longa “travessia do deserto”, em que os oásis são, sobretudo, miragens...

Se a Arqueologia oitocentista é, fundamentalmente, uma arqueologia de seguidores e executores (Fabião, 1999, p., 101), mas cuja qualidade dos resultados é, segundo os padrões da época, inegável, a arqueologia histórico-culturalista, que se prolongou em Portugal até à década de 70, não cumpriu, em absoluto, o programa que lhe estaria destinado.

A Arqueologia continuou a ser, para a maior parte dos seus praticantes, e nas suas próprias palavras uma actividade que desenvolviam com grande esforço, nas escassas horas vagas que as suas profissões lhe permitiam, utilizando muitas vezes os seus próprios

meios financeiros. A par deste amadorismo, algumas instituições com responsabilidades oficiais na matéria não foram capazes de produzir para o Portugal pré-histórico um quadro geral de referenciação cronológica e cultural.

Portanto, quando os pré-historiadores portugueses aderem teoricamente à Nova Arqueologia não existiam dados disponíveis que permitissem responder aos novos inquéritos antropológicamente construídos. Como seria possível discutir, a propósito da passagem Mesolítico/Neolítico, as alterações do subsistema económico, num determinado quadro ambiental se, nesse momento, eram muito raros os sítios de habitat que se conheciam atribuíveis aos primeiros produtores de alimentos?

Por isso, nos finais de 70, inícios de 80, vários serão vários os arqueólogos que analisam e procuram seriar a informação existente apresentando, depois, programas de investigação orientados para a recolha de evidência que permitiria discutir as questões em aberto.

Mas, se a Arqueologia Processual, nas suas inúmeras linhas de acesso ao Passado, dominou, nas últimas décadas, o quadro teórico-metodológico de referência dos pré-historiadores nacionais, a sua efectiva aplicação ficou aquém da adesão que suscitou.

A Arqueologia Processual é uma arqueologia excessivamente dispendiosa para uma comunidade que, salvo excepções, vive, e viveu, em permanente sub-financiamento.

Pensar o Passado como um imenso laboratório onde está preservada a informação necessária, e ao alcance dos investigadores que reúnam os meios suficientes para a recuperar, é quase impossível em economias cronicamente deficitárias, e onde a investigação, no campo das ciências sociais e humanas, nunca foi prioritária.

No entanto, o discurso conheceu profundas alterações, e é evidente na bibliografia produzida, ao longo dos anos 80/90, o impacto da abordagem sistémica, e das propostas processuais, ao nível da análise dos componentes da cultura material, das paleo-economias, das paisagens e territórios, a tentativa de constituição de equipas interdisciplinares, e a orientação da pesquisa para resolução de problemas específicos.

Neste cenário, a introdução da Pós-modernidade e das arqueologias interpretativas não produziu efeitos significativos. Se, e sobretudo nos pontos que nos textos se dedicam à “discussão ou interpretação” dos dados, são visíveis sinais de uma outra linguagem, que

se pretende plural e aberta a outras narrativas, conferindo à negociação social, no Passado e no Presente, o papel antes desempenhado pelo desequilíbrio de algum sub-sistema, o Neolítico antigo em Portugal continua a ser objecto de uma análise, na sua estrutura interna, positivista.

Previsões para o futuro parecem hoje particularmente difíceis de desenhar, e se no campo da investigação nada se vislumbra que contrarie a atrofia dominante, no campo da arqueologia empresarial não são perceptíveis as consequências que possam advir da falência das economias neo-liberais e do protagonismo que o Estado pretenda assumir nesse processo.

Ao mesmo tempo, numa Europa artificialmente unida e onde são cada vez mais visíveis os sinais de descontentamento que conduzem às implosões das entidades políticas, as perspectivas que subjazem à investigação acerca do Neolítico poderão caminhar, simultaneamente, em duas direcções contraditórias:

- acentuando o carácter transregional e portanto socialmente aglutinador dos fenómenos de neolitização ou;

- enfatizando a diversidade regional e a especificidade dos trajectos de cada grupo específico,

- procurando ambas, no Passado, argumentos opostos para a legitimação dos seus projectos de Futuro.

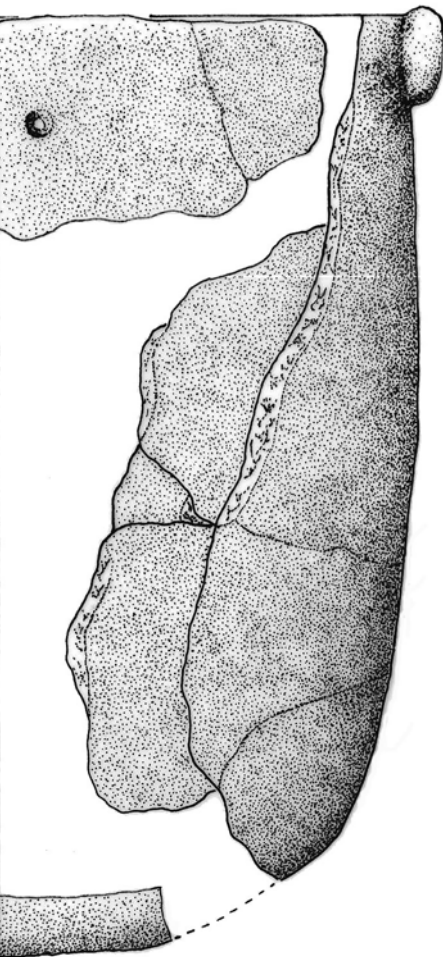
## Bibliografia

- Actas da 1ª Mesa Redonda "O Neolítico e o Calcolítico em Portugal". (1979). Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto (Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 3).
- ALDEIAS, V., GASPAS, R. (2004) – O sítio da Vala Real (Salvaterra de Magos, Santarém): contributo para o conhecimento do Neolítico antigo no Baixo Tejo. *Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Algarve: Universidade do Algarve, p. 171-182.
- ARAÚJO, A. C. (1993) – A estação mesolítica do Forno da Telha (Rio Maior). In *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. 1, p.15-45 (Trabalhos de Antropologia e Etnologia; 33:1-2).
- ARNAUD, J. M. (1982) - Néolithique ancien et le processus de neolithisation au Portugal. In *Actes du Colloque Néolithique Ancien*. Montpellier, p. 29-48. (Archéologie en Languedoc; n.º spécial).
- BAPTISTA, A. M. (1981) - *A rocha F-155 e a origem da arte do vale do Tejo*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. (Monografias Arqueológicas, 1).
- CALADO, M. (2005) – *Menires do Alentejo Central. Génes e Evolução da Paisagem Megalítica Regional*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. Policopiada.
- CARDOSO, J. L.; FERREIRA, O.V.; CARREIRA, J. R. (1996b) – O espólio arqueológico das grutas naturais da Senhora da Luz (Rio Maior). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 195-256.
- CARREIRA, J. R. (1994) – A Pré-história recente do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 2, p. 47-144
- CARVALHO, A. F. (2002) – Current Perspectives on the Transition from the Mesolithic to the Neolithic in Portugal. In In BADAL, E., BERNABEU, J., MARTÍ, B., eds. - *El paisaje en el Neolítico mediterráneo*. Valencia: Universidade de Valencia, p.235-250 (Saguntum – Extra; 5).
- CARVALHO, A.F. (2007) – *A Neolitização do Portugal Meridional: os exemplos do Maciço Calcário Estremenho e do Algarve Ocidental*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Algarve. Policopiada.
- CASTRO, L. A.; FERREIRA, O.V. (1972) – O nível neolítico da Gruta das Salemas (Ponte de Lousa). *Arqueologia e História*. 9ª Série, 4, p. 399 - 413 .
- CASTRO, L.A.; FERREIRA, O.V. (1959) – Vaso de tipo-neolítico do Alto da Toupeira – Lousa. In *I Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. 1, p. 109-111.
- CORRÊA, A. M. (1924) – *Os povos primitivos da Lusitânia*. Porto: Casa Editora de A. Figueirinhas.
- CORRÊA, A. M. (1928) – Os Pre-celtas dos dolmens, das grutas e das cistas. *História de Portugal*. Porto: Portucalense Editora, 1, p. 114-212.
- CORRÊA, A. M.; TEIXEIRA, C. (1949) – *A jazida pré-histórica de Eira Pedrinha (Condeixa)*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal, (Memórias dos Serviços Geológicos de Portugal).
- CÔRTEZ, V.; FURTADO, A.; FERREIRA, O.V.; MAURÍCIO, A.; MONTEIRO, J. A. (1972) – Dois vasos raros do Museu do Bombarral. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 82: 3-4, p. 231-236.
- DELGADO, J. F. N. (1867) - *Estudos geológicos: Da existência do homem no nosso solo em tempos mui remotos provada pelo estudo das cavernas. Primeiro opúsculo: Notícia acerca das grutas da Cesareda*. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal (Memórias da Comissão Geológica de Portugal).
- DELGADO, J. F. N. (1884) - La grotte de Furninha a Peniche. In *IX Congrès International de Anthropologie et Archéologie Préhistorique*. Lisboa: Typographie de l'Académie Royale des Sciences, p. 207- 264.
- DINIZ, M. (1994) – *Acerca das cerâmicas do Neolítico antigo da gruta da Furninha (Peniche) e da problemática da neolitização do Centro/Sul de Portugal*. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentadas à Faculdade de Letras de Lisboa. (policopiado).
- DINIZ, M. (2003) – *O sítio da Valada do Mato (Évora): aspectos da Neolitização no Interior/Sul de Portugal*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. Policopiada.
- DINIZ, M. (2007) – *O sítio da Valada do Mato (Évora): aspectos da Neolitização no Interior/Sul de Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 48)
- FABIÃO, C. (1996) – Archaeology and nationalism: some aspects of the portuguese case. In DÍAZ-ANDREU, M.; CHAMPION, T., eds. - *Nationalism and Archaeology in Europe*. Londres: University Colleague of London Press, p. 90-107.
- FABIÃO, C. (1999) – Um século de Arqueologia em Portugal – I. *Almadan*. Almada. 2ª Série. 8, p. 86-108.
- FERREIRA, O. V. (1965) – Os pendentes de osso «canelados» do nível I da Gruta das Salemas (Ponte de Lousa). *Revista de Guimarães*. Guimarães. 75, 1-4, p. 73-81.
- FERREIRA, O. V. (1969) – Acerca dos vasos globulares, com asas perfuradas e ornamentação em «falsa folha de acácia». In *I Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2, p. 229-237.
- FERREIRA, O. V. (1970) - A estação com cerâmica cardial da Ponta de Sagres (Algarve). *Arqueologia e História*. 9ª Série., 2, p. 347-359.
- FERREIRA, O. V.; CASTRO, L. A. (1967) – O povoado neo-eneolítico das Salemas (Ponte de Lousa). *Revista de Guimarães*. Guimarães. 77, 1-2, p. 39-53
- FERREIRA, O. V.; LEITÃO, M. (1981) – *Portugal Pré-Histórico. Seu enquadramento no Mediterrâneo*. Lisboa: Europa-América.
- FORTEA PEREZ, J.; MARTÍ OLIVER, B. (1984-85) - Consideraciones sobre los inicios del Neolítico en el Mediterráneo español. *Zephyrus*. Salamanca. 37-38, p. 167-199.
- GOMES, M. V.; MONTEIRO, J. P.; SERRÃO, E. C. (1978) – A estação pré-histórica da Caramujeira: Trabalhos de 1975/76. In *Actas das III Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 35-72
- GONÇALVES, V. S. (1978a) - Para um programa de estudo do Neolítico em Portugal. *Zephyrus*. Salamanca. 28-29, p. 147-162.
- GONÇALVES, V. S.; GUILAINE, J.; ARRUDA, M.; BARBAZA, M.; COULAROU, J.; GEDDES, D. (1987) - Le Néolithique ancien de l'Abri de Bocas I (Rio Maior, Portugal). In *Premières communautés paysannes en méditerranée occidentale*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, p. 673-680.

- GONÇALVES, V. S.; GUILAINE, J.; ARRUDA, M.; BARBAZA, M.; COULAROU, J.; GEDDES, D. (1987) - Le Néolithique ancien de l'Abri de Bocas I (Rio Maior, Portugal). In *Premières communautés paysannes en méditerranée occidentale*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, p. 673-680.
- GUILAINE, J.; FERREIRA, O., V. (1970) - Le Néolithique ancien au Portugal. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Paris. 67:1, p. 304-322.
- HELENO, M. (1956) - Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*. Nova Série, 3, p. 221- 237
- LEISNER, V. (1983) - As diferentes fases do Neolítico em Portugal. *Arqueologia*. Porto. 7, p. 7-15.
- MONTEIRO-RODRIGUES, S. (2008) - *Pensar o Neolítico Antigo - contributo para o estudo do Norte de Portugal entre o VII e o V milénio BC*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Porto. Policopiada.
- MURALHA, J., COSTA, C. (2004) - A ocupação neolítica da Encosta de Sant'Ana (Martim Moniz, Lisboa). *Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Algarve: Universidade do Algarve, p. 157-170.
- NATIVIDADE, M. V. (1899-1903)- Grutas de Alcobaça. Materiaes para o estudo do Homem. *Portugália*. Porto. I: 1-3, p. 433-474.
- PAÇO, A.; VAULTIER, M.; ZBYSZEWSKI, G. (1947) - Gruta da Nascente do Rio Almonda. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 11, p. 171- 203
- RIBEIRO, C. (1884) - Les kjoekkenmoeddings de la Vallée du Tage. In *Compte-rendue du IX Congrès International de Anthropologie et Archéologie Préhistorique*. Lisboa: Typographie de l'Académie Royale des Sciences, p. 279-288.
- ROCHA, A. S. (1908) - Phases do neolithico em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 13: 7-12, p.193-201
- ROCHA, A. S. (1949) - *Memórias e explorações arqueológicas. Antiguidades Pré-históricas do concelho da Figueira da Foz*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, 1.
- SANTOS, F., SOBRAL, P. (2008) - O Sítio Neolítico da Defesa de Cima 2 (Torre de Coelheiros, Évora): Primeiros resultados. *Vipasca*. Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel, 2, 2ª s., p. 56-68.
- SANTOS, M. F. (1972) - *Pré-história de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo.
- SAVORY, H. N. (1971) - *Espanha e Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo
- SERRÃO, E. C. (1959) - Cerâmica com ornatos a cores da Lapa do Fumo (Sesimbra). In *I Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. 1, p. 337-358
- SERRÃO, E. C. (1979) - Sobre a periodização do Neolítico e Calcolítico do território português. In *Actas da 1ª Mesa Redonda "O Neolítico e o Calcolítico em Portugal"*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, p. 147-179 (Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto; 3).
- SERRÃO, E. C.; MARQUES, G. (1971) - Estrato pré-campaniforme da Lapa do Fumo (Sesimbra). In *II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Instituto de Alta Cultura. 1, p. 121-149.
- SILVA, C. T. (1999) - Os Serviços Geológicos e o estudo do Neolítico antigo em Portugal. *Al-madan*. 2ª Série. 8, p. 161-168.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1981) - *Pré-História da área de Sines: trabalhos arqueológicos*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. (1979) - Alguns aspectos do Neolítico antigo do Alentejo Litoral. In *Actas da 1ª Mesa Redonda "O Neolítico e o Calcolítico em Portugal"*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, p. 9-50 (Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto; 3).
- VALERA, A.C. (2006) - O Neolítico da desembocadura do Paleo Estuário do Tejo: dados preliminares do Palácio dos Lumiães (Bairro Alto, Lisboa). *Era Arqueologia*. Lisboa: Era Arqueologia/Colibri, 7, p. 86-108.
- VASCONCELLOS, J. L. (1897) - *Religiões da Lusitania*. Lisboa: Imprensa Nacional, 3 vols.
- VILAÇA, R. (1988) - *Subsídios para o estudo da Pré-História recente do Baixo Mondego*. Trabalhos de Arqueologia. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 5.
- ZBYSZEWSKI, G. (1963) - A importância das grutas em Pré-história. *Boletim da Sociedade de Geografia*. Lisboa. p. 31-50.
- ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O.V.; LEITÃO, M.; NORTH, C. T.; NORTON, J. (1981) - Nouvelles données sur le Néolithique Ancien de la station à céramique cardiale de Sagres (Algarve). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 67:2, p. 301-311.
- ZILHÃO, J. (1988) - Nouvelles datations absolues pour la préhistoire ancienne du Portugal. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Paris. 85: 8, p. 247-250.
- ZILHÃO, J. (1992) - *Gruta do Caldeirão: O Neolítico antigo*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (Trabalhos de Arqueologia 6).
- ZILHÃO, J. (1993) - The Spread of Agro-Pastoral Economies across Mediterranean Europe: a view from the Far West. *Journal of Mediterranean Archaeology*. Sheffield. 6:1, p. 5-63.
- ZILHÃO, J. (1997) - *O Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa*. Lisboa: Colibri, 2 vols.
- ZILHÃO, J. (1998) - A passagem do Mesolítico ao Neolítico na Costa do Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1:1, p. 27-44.

# Fragmentos da Paisagem: o pote isolado da Ponte da Azambuja 3

Andrea Martins<sup>1</sup>  
César Neves<sup>2</sup>  
Marisa Cardoso<sup>3</sup>



## 0. Nota Prévia

O presente texto resulta de uma apresentação realizada pelos signatários no *IV Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, que teve lugar em Aracena. Uma vez que as Actas do referido Encontro, seguindo as normas iniciadas com *III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, serão publicadas em CD-ROM, optou-se por publicar este trabalho na revista *Arqueologia & História*, espaço cultural e de debate científico que muito nos apraz, e à qual estamos gratos pela oportunidade de efectuar esta colaboração.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2009

## 1. Introdução

Durante a execução do acompanhamento arqueológico realizado no âmbito da empreitada de implementação do Aproveitamento Hidroagrícola de Monte Novo – Bloco 4, foi identificado “...um recipiente cerâmico, de dimensões razoáveis, que se encontra fragmentado devido à pressão do terreno. O recipiente foi identificado a uma profundidade aproximada de 2,50m do nível do terreno actual. Não foi atribuída qualquer cronologia a este sítio.” (EDIA – referência nº 6164/DEAOT/DIAP/2007).

Afim de se registar e caracterizar os níveis arqueológicos observados, bem como de se determinar a existência e grau de conservação dos contextos estratigráficos, foi implantada uma sondagem arqueológica de 2x2 m. Para a realização das medidas de minimização propostas, a EDIA, S.A., contratou os serviços da empresa de Arqueologia CRIVARQUE, Lda., tendo sido um dos signatários o responsável científico pela mesma. A intervenção teve a duração de dois dias úteis, tendo ocorrido entre os dias 27 e 28 de Setembro de 2007.

<sup>1</sup> Doutoranda em Arqueologia Pré-Histórica (Universidade do Algarve), Fundação para a Ciência e Tecnologia – [andrea.arte@gmail.com](mailto:andrea.arte@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestrando em Arqueologia (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) – [c.augustoneves@gmail.com](mailto:c.augustoneves@gmail.com)

<sup>3</sup> Arqueóloga – [tropicodcancer@sapo.pt](mailto:tropicodcancer@sapo.pt)

## 2. Enquadramento

### Localização Administrativa e Geográfica

O sítio arqueológico Ponte da Azambuja 3 localiza-se, administrativamente, em Portugal, na freguesia de Monte do Trigo, concelho de Portel e distrito de Évora. A zona intervencionada localiza-se na Carta Militar de Portugal na folha nº 472, na escala de 1:25 000 (Fig. 1).

As coordenadas correspondentes no Datum Lisboa são:

M – 236310,63

P – 161887,84

A – 166,70 m

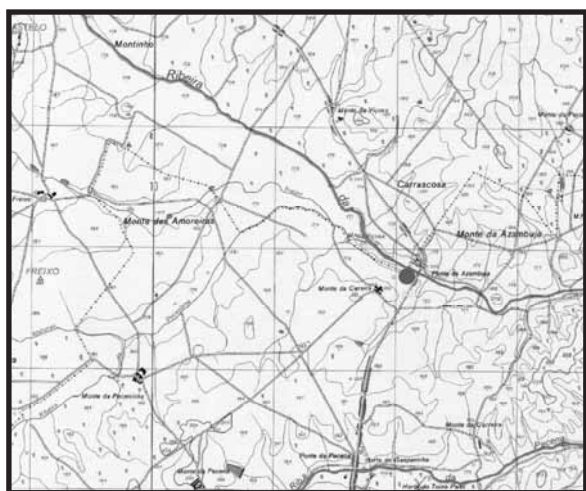
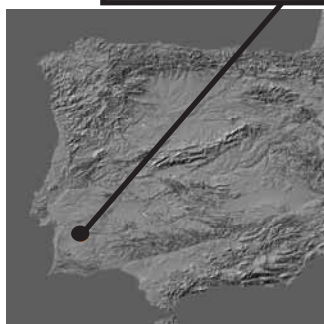


Figura 1 – Localização da Ponte da Azambuja 3 na Península Ibérica e CMP 1: 25 000



### Geologia e Geomorfologia

Geomorfologicamente, o sítio Ponte da Azambuja 3 implanta-se em plena peneplanície alentejana, unidade fundamental do relevo, encontrando-se, nesta zona, levemente dissecada pela rede hidrográfica.

Na área da Carta Geológica 40-B esta unidade desenvolve-se irregularmente nas rochas granitóides, com altitudes que oscilam entre os 210 e os 220 m, encontrando-se rebaixada em relação às formações dos xistos metamórficos. Tal facto encontra-se bem demarcado no contacto entre as rochas granitóides e os xistos metamórficos no troço NNW-SSE do rio Degebe.

A área de implantação do sítio Ponte da Azambuja 3 corresponde à bacia hidrográfica do Rio Guadiana, sendo o principal curso de água daquela região o Rio Degebe (Carvalhosa *et al.*, 1991 p.24). Este rio recebe,

a montante, vários afluentes e diversas linhas de água, não se conhecendo, contudo, cursos de água de regime permanente, que denunciem a presença de recursos hídricos subterrâneos significativos. A ribeira da Azambuja é a linha de água mais próxima, encontrando-se a escassos metros do sítio arqueológico, correspondendo assim ao elemento geográfico com que o sítio está directamente relacionado. Trata-se de uma pequena linha de água, afluente da margem direita do rio Degebe, com um traçado moderadamente linear, de orientação Noroeste – Este e de caudal sazonal. Em alguns troços o seu traçado encontra-se muito alterado devido aos diversos trabalhos de construção de infra-estruturas.

No que se refere à Geologia da área em estudo, verifica-se que o sítio está implantado sobre rochas intrusivas, que, na Carta Geológica, encontram-se representadas no maciço eruptivo de S. Mancos, entre a Formação dos “Xistos de Moura” e os gnaisses migmatíticos (ambos pertencentes ao substrato Hercínico – Área da Vendinha).

Tratam-se de tonalitos gnáissicos de grão médio e fino ( $\Delta$  qz) compostos por: quartzo, plagioclase, biotite e hornblenda verde. Residualmente apresentam ainda mirmequite, feldspato potássico, apatite, esfena, zircão, minério opaco e, raramente, granada e turmalina (Carvalhosa *et al.*, 1991, p.24).

O sítio Ponte da Azambuja 3 localiza-se assim junto de uma pequena linha de água, no sopé de uma pequena elevação, sendo a sua visibilidade reduzida. Actualmente toda a área encontra-se muito transformada antropicamente, maioritariamente pelo IP2, que levou a que fosse necessário realizar um aterro de grandes dimensões nesta área.

### 3. Descrição dos trabalhos: metodologia e caracterização estratigráfica

No decorrer do acompanhamento arqueológico, realizado pelo arqueólogo André Freitas, durante a abertura de uma vala, foi identificado, a cerca de 4 m de profundidade, um recipiente cerâmico fracturado.

Foi implantada uma sondagem arqueológica com uma área total de 4m<sup>2</sup>, que correspondia à área contratualizada entre a EDIA, S.A. e a Crivarque, Lda. e, previamente, acertada com o IGESPAR.

Por motivos de segurança, foi retirado, mecanicamente, parte do talude, deixando cerca de 0,50m até ao nível do recipiente cerâmico, possibilitando assim a intervenção arqueológica.

A sondagem foi implantada nesta área disponível,

ficando o corte do talude dentro da área da sondagem. Optou-se por subdividir a sondagem, escavando-se primeiro 1 m, onde se encontrava o recipiente cerâmico, permitindo assim compreender a estratificação e a presença ou a ausência de mais materiais arqueológicos. (Fig.2)

A escavação arqueológica foi realizada integralmente de forma manual e decorreu em profundidade até atingir o substrato geológico. Os materiais arqueológicos recolhidos foram individualizados e identificados consoante a sua proveniência.

Esta intervenção desenvolveu-se metodologicamente segundo o princípio da estratigrafia de Harris, ou seja, por unidades estratigráficas (escavação de camadas, interfaces arqueológicas e estruturas, seguindo uma lógica inversa ao seu processo de formação, ou seja, a última camada arqueológica a formar-se foi a primeira a ser decapada) (Harris, 1991; Harris, et al., 1993).

Todas as unidades estratigráficas foram registadas através do preenchimento de uma ficha adequada ao método proposto e fotografadas em formato digital. As unidades estratigráficas foram registadas fotograficamente, realizando-se, por outro lado, os desenhos de todos os planos de depósitos, estruturas, alçados e perfis estratigráficos, à escala 1:20, sempre com a indicação das cotas altimétricas (Fig.3). A implantação da área de escavação, assim como todos os pontos altimétricos e registos topográficos efectuados, foram realizados com o apoio de uma equipa de topografia.

**Descrição estratigráfica:**

[101] – Depósito de formação natural, constituído por sedimento de matriz arenosa, solto a semi-compacto, muito heterogéneo, sendo constituído por uma sucessão de camadas muito finas mais arenosas e outras mais argilosas. Apresenta coloração castanho – clara e nas zonas mais argilosas torna-se mais escura e acinzentada. Tem escassos elementos pétreos de pequena dimensão e não apresenta qualquer tipo de materiais ou níveis arqueológicos. Cobre a [102]

[102] – Depósito de formação natural, caracterizado como nível de cascalheira. Sedimento argiloso,



Figura 2 – Aspecto de escavação do recipiente cerâmico *in situ* arqueológico.

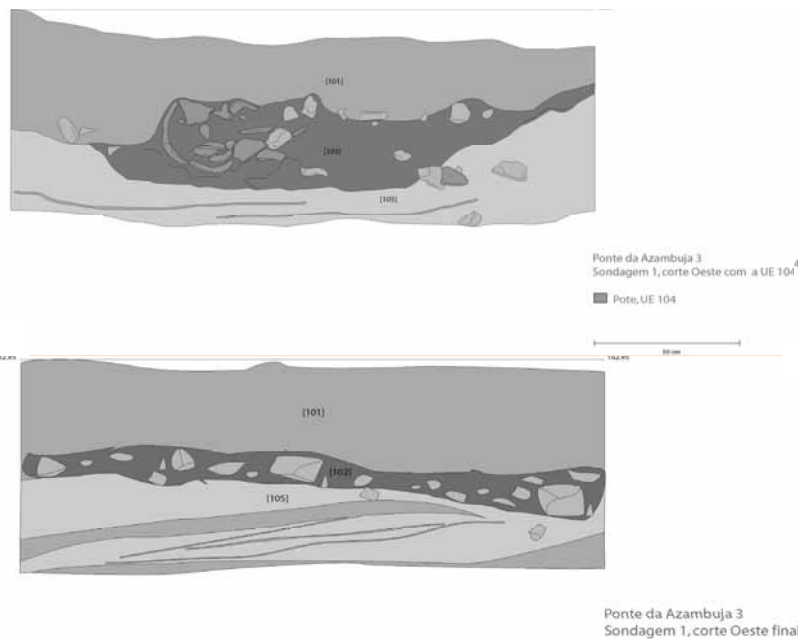


Figura 3 – Estratificação.

castanho-acinzentado, com zonas mais escuras, semi-compacto e muito plástico. Tem abundantes elementos pétreos (quartzo, granito e grano-diorito) de várias dimensões, sendo mais frequentes os pequenos e médios. Sem níveis ou materiais arqueológicos associados. Cobre a [103] e a [104].

[103] – Depósito de formação natural, constituído por sedimento de matriz areno-argilosa, solto a semi-compacto, muito heterogéneo, sendo constituído por uma sucessão de camadas muito finas mais arenosas e outras mais argilosas. Apresenta coloração castanho – clara e nas zonas mais argilosas torna-se mais escura e acinzentada. Tem escassos elementos pétreos de pequena dimensão. Ao centro encontram-se os fragmentos de cerâmica manual, que correspondem ao pote. Cobre a [105]

[104] – Recipiente cerâmico. Este pote foi colocado *in situ*, no momento de formação do topo da [103], não fazendo assim parte desta, estando coberto pela [102] e assentando na [103]. Encontrava-se fragmentado mas em conexão próxima, correspondendo todos os fragmentos cerâmicos ao mesmo recipiente, não existindo qualquer outro tipo de material arqueológico associado. Não foi identificado qualquer tipo de fossa ou depressão antrópica onde o recipiente tivesse sido colocado.

[105] - Depósito de formação natural, caracterizado como nível de cascalheira, idêntico à [102]. Sedimento argiloso, castanho-acinzentado, com zonas mais escuras, semi-compacto e muito plástico. Apresenta abundantes elementos pétreos (quartzo, granito e grano-diorito) de várias dimensões, sendo mais frequentes os pequenos e médios. Sem níveis ou materiais arqueológicos associados.

#### 4. Análise Geomorfológica

O contexto geomorfológico do sítio intervencionado torna-se determinante para a sua compreensão crono-cultural. O recipiente cerâmico encontrava-se a uma cota muito inferior do topo do terreno actual (Fig.4), coberto por uma sucessão de camadas aluvionares, ou seja, coberto por sedimentos transportados pela acção da deslocação da água e depositados neste local. A ribeira da Azambuja é o corpo de água corrente que se localiza a cerca de 10 m do sítio arqueológico, sendo assim o responsável pela erosão, transporte e deposição de sedimentos. Trata-se de uma ribeira de tipologia perene, ou seja, que apresenta água todo o ano, podendo unicamente secar em períodos de seca contínua. A descarga apresenta-se como o factor principal no sistema de erosão, transporte e deposição dos sedimentos aluvionares. Quando a força da corrente é mais forte do que a força da gravidade, inicia-se o arrastamento das partículas. O tamanho destas e a velocidade da corrente são os dois factores principais que possibilitam a erosão e transporte dos sedimentos em ambiente fluvial. As areias, siltes e argilas correspondem à maioria dos sedimentos transportados por energia fluvial. Por outro lado, os seixos e calhaus dependem, geralmente, de situações especiais de grande energia como são os momentos de cheia (Bicho, 2006, pp.318-320).

As camadas aluvionares observadas no sítio Ponte da Azambuja 3 reflectem estes ciclos de transporte e deposição de sedimentos: após um período de cheia ou migração da margem direita da ribeira com deposição

rápida e violenta de seixos e calhaus irregulares, sucedeu-se uma deposição de sedimentos mais leves constituídos, essencialmente, por grãos de areia e silte, intercalados por pequenos depósitos/níveis argilosos, resultantes do transporte aluvionar num momento em que a descarga do caudal foi mais gradual e calma. Sobre este nível, de areias junto à margem direita da ribeira, foi depositado o recipiente cerâmico, num momento anterior a um novo período de cheia violenta, visível através da análise do depósito sedimentar. Assim, sobre o nível onde se encontrava o pote reconhecemos nova sequência sedimentar: camada de seixos angulosos e irregulares, sobreposta por outra camada de areias, siltes e argilas correspondendo a distintos momentos de transporte e deposição aluvionares.

A camada mais recente depositada sobre o sítio arqueológico corresponde a sedimentos arenosos, com características distintas dos anteriores, quer em parâmetros cromáticos como em termos sedimentológicos. Tratam-se de areias contemporâneas depositadas no momento de construção do IP2, para nivelamento desta zona, permitindo a construção do viaduto sobre a ribeira da Azambuja.



Figura 4 – Localização do horizonte arqueológico face à topografia actual.

## 5. Análise Artefactual e Interpretação Crono-Cultural

A intervenção arqueológica revelou a existência de um depósito arqueológico *in situ*. O recipiente cerâmico foi colocado próximo da margem da ribeira da Azambuja, ou, mesmo na margem de outra pequena linha de água anteriormente existente neste local, numa deposição intencional revelada pela sua posição. Encontrava-se colocado direito, sendo que provavelmente foi realizada uma pequena cova para que se mantivesse nesta posição pois o seu fundo é ligeiramente convexo, porém esta acção não foi identificada no registo arqueológico (Figura 5).

Segundo um critério e análise meramente tecno-tiológica, o vaso da Ponte da Azambuja 3 caracteriza-se como sendo de grandes dimensões (diâmetro externo do bordo – 38cm; altura - 40cm; espessura máxima do bojo – 2cm), possivelmente pertencente a um contentor de armazenagem, estando praticamente intacto (composto por 29 fragmentos) na sua composição. No que diz respeito à sua produção, estamos perante um recipiente de produção manual, composto por argilas obtidas no território imediato de captação e exploração de recursos, a julgar pela elevada quantidade de elementos não plásticos de cariz marcadamente regional (quartzo, feldspato e micas).

A sua forma remete para um vaso de paredes rectas com um fundo parabolóide ou “quase” plano, estando esta dificuldade de caracterização associada às suas grandes dimensões e ao simples facto de se tratar de uma produção manual que confere ligeiras oscilações ao longo das paredes do recipiente.

Ao nível da temática de técnicas e padrões decorativos, o vaso da Ponte da Azambuja 3 tem presente, sobre o bordo, dois elementos de preensão atestados por dois mamilos cónicos. Nas paredes, o recipiente



Figura 5 – Vaso antes da sua remoção.

encontra-se totalmente liso. Apresenta apenas dois conjuntos de pequenas perfurações (4) de formato circular, localizadas abaixo do bordo, que poderiam ser resultado dos denominados “gatos”, ou seja, após a quebra de parte do recipiente este foi novamente “colado” com recurso a “agrafos”. Outra hipótese para estas perfurações será a de corresponderem a orifícios que permitiam a suspensão do recipiente. Esta hipótese será, meramente, especulativa e de difícil aferição científica, devido, por um lado, às grandes dimensões e peso elevado da peça, bem como à impossibilidade de visualização da localização, na peça, do segundo conjunto de perfurações, devido à sua fragmentação (Fig.6).

As características formais remetem-no para um espaço crono-cultural inserido na Pré-História recente do actual espaço peninsular, embora uma abordagem científica ao contexto onde foi identificado permita colocar propostas com balizas cronológicas mais estreitas.

Uma das leituras possíveis pode remeter este recipiente para o povoado Ponte da Azambuja 2, que se encontra a cerca de 150m deste achado. Trata-se de um recinto de fossos que terá um horizonte cultural que o insere no Neolítico final. Em termos tipológicos, o vaso da Ponte da Azambuja 3 encontra paralelos em sítios desta cronologia, como por exemplo no Monte da Quinta 2 (Valera, et al., 2006, fig. 4.1). No entanto, no registo artefactual da Ponte da Azambuja 2, não se observaram recipientes com dimensão semelhante ao da Ponte da Azambuja 3 (Rodrigues, 2008). Porém, esta intervenção não abrangeu a totalidade do espaço do sítio arqueológico, não sendo, assim, de descuidar que os limites do mesmo ainda possam integrar o espaço onde foi identificado este artefacto.

O Vaso da Ponte da Azambuja 3 surge num contexto, embora de difícil definição,

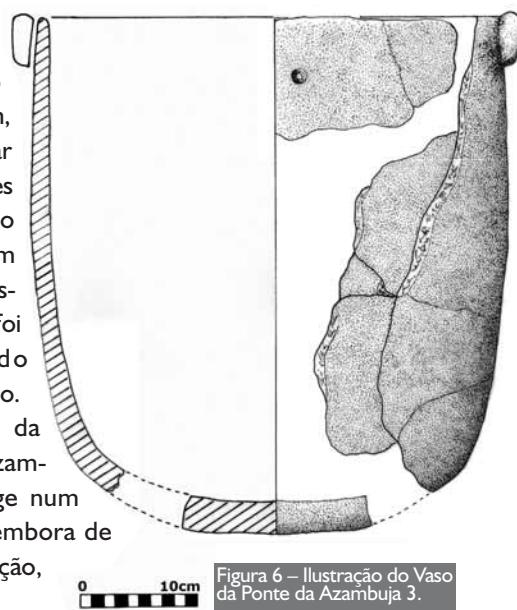


Figura 6 – Ilustração do Vaso da Ponte da Azambuja 3.

bem característico do actual território português. Recipientes isolados, aparentemente sem outros materiais ou elementos estruturais associados, próximos de linhas de água ou de zonas pantanosas e alagadiças, são comuns no registo arqueológico do Neolítico antigo no centro e sul de Portugal. Os vasos mais conhecidos e rapidamente identificados como enquadrados com o Neolítico antigo provêm de contextos semelhantes ao do vaso aqui reportado. Neste conjunto estão representados os vasos de Santarém, Cartaxo (Guilaine e Ferreira, 1970), Alto da Toupeira-Lousa (Castro e Ferreira, 1959; Guilaine e Ferreira, 1970), Casével (Pessoa, 1983), Monte da Vinha (GAMNA, 2005) e São Julião (Simões, 1999). No geral, foram encontrados de forma fortuita, em épocas distintas da investigação arqueológica em Portugal, o que terá contribuído para o parco conhecimento do contexto arqueológico e geomorfológico que os envolveria (Fig.7).

Esta realidade também encontra paralelos em outras zonas da Europa, associadas ao neolítico antigo, como em Ensuinès, Marselha (Courtin, J., 1972) e na Dinamarca (Price, 2000, p. 278).

Os vasos de São Julião e Monte da Vinha poderão estar associados a áreas de povoamento. No caso de São Julião, Teresa Simões afirma poder haver uma grande proximidade com um concheiro identificado um pouco a norte do local onde foi identificado o vaso (Simões, 1999, p. 86 e 87). No que diz respeito ao vaso do Monte da Vinha, este foi identificado no decorrer de trabalhos agrícolas, podendo, segundo os proprietários do terreno, existir mais artefactos atribuíveis a uma ocupação neolítica (GAMNA, 2005, p. 1). A principal lacuna na abordagem científica deste tipo de contextos é o desconhecimento da forma como foram identificados pela primeira vez. Desconhecendo a envolvimento geomorfológica e arqueológica (nesta última, se, de facto, tinha algum “contexto arqueológico”) do espaço onde foram descobertos estes vasos, torna-se difícil aferir a real funcionalidade dos mesmos.

Se, por outro lado, considerarmos a hipótese destes artefactos terem sido, antropicamente, depositados de forma isolada, seguindo um padrão no que diz respeito ao local de depósito, afigura-se como provável uma funcionalidade votiva e simbólica desta acção. Nos referidos contextos da Dinamarca, um desses vasos continha restos de ossos não carbonizados de aves, supondo-se, desta forma, tratar-se de um depósito votivo de alimentos, em áreas limítrofes aos respectivos núcleos de povoamento (Price, 2000, p. 278). Por outro lado,

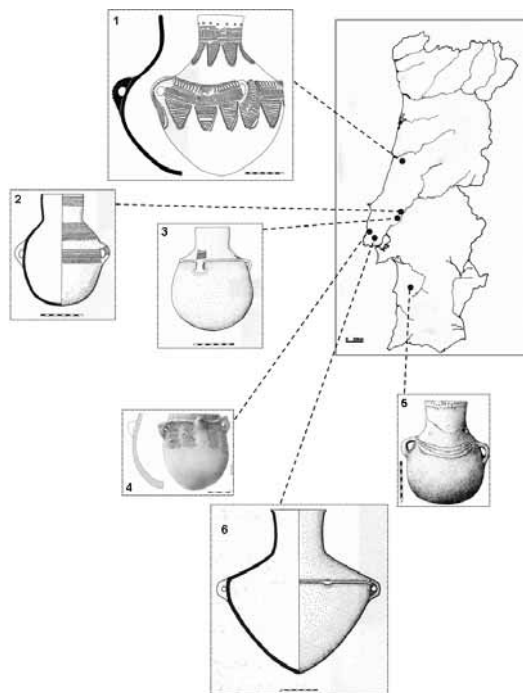


Figura 7 – Distribuição dos potes “isolados” do Neolítico antigo: 1. Casével; 2. Santarém; 3. Cartaxo; 4. Praia de S. Julião; 5. Monte da Vinha; 6. Alto da Toupeira-Lousa; (As imagens são retiradas das respectivas publicações, mas foram adaptadas para este trabalho; escala em centímetros)

esta realidade é desconhecida no território nacional. Em nenhum dos vasos foram observados quaisquer restos de matéria orgânica ou de outra qualquer natureza.

O paralelismo cronológico do vaso da Ponte da Azambuja 3 com o Neolítico antigo também encontra semelhanças num quadro de análise tecno-tipológico do próprio vaso. Embora os recipientes acima referidos, em contraste com o da Ponte da Azambuja 3, tenham dimensões mais reduzidas, a verdade é que existem no registo arqueológico, em povoados, vasos com dimensões aproximadas ao recipiente que aqui se reporta e com claras semelhanças morfológicas. Na Valada do Mato e São Pedro de Canaferrim estão presentes fragmentos de vasos de grandes dimensões, com a funcionalidade direccionada para o armazenamento, atestando um elevado grau de estabilização destas sociedades, quer na implantação de povoamento, quer ao nível da produção de alimentos (Diniz, 2007; Simões, 1999). No sítio da Cabranosa, um dos poucos povoados que revelou um conjunto cerâmico com recipientes quase intactos, observam-se grandes vasos com grande proximidade formal com o da Ponte da Azambuja 3 (Cardoso et al., 1998, fig. 4 e 5).

Nos vasos identificados em condições, aparente-

mente, semelhantes com o da Ponte da Azambuja 3, observa-se uma temática decorativa diferente do vaso aqui analisado. Estão presentes diversos elementos e técnicas decorativas (impressão, aplicação plástica, incisão e compósita) em oposição ao observado neste recipiente, onde só estão presentes dois mamilos cônicos. Estes mamilos terão que funcionalidade? Serão elementos funcionais de prensão e manuseamento do recipiente? Ou terão uma índole essencialmente decorativa? Tendo em conta as suas reduzidas dimensões (2 cm de espessura) e as próprias dimensões do vaso, não é de crer que estes elementos tivessem a função de manuseamento e transporte do recipiente. Segundo os autores que estudaram os materiais da Cabranosa, este tipo de mamilos estarão dissociados, pelo seu carácter funcional, das pegas, visto terem dimensões mais reduzidas (Idem, 1998, p. 62 e 63). Segundo os mesmos, terão um carácter predominantemente decorativo e simbólico (Idem, 1998, p. 62). Neste povoado localizado na zona de Sargres, estes mamilos de menores dimensões estão "...estritamente articulados com outros elementos decorativos ou isolados." (Idem, 1998, p. 62).

Se a presença, no recipiente da Ponte da Azambuja 3, de decoração impressa, incisa e plástica através de cordões horizontais e verticais, permitiria uma caracterização cronológica mais precisa, por outro lado, a existência de mamilos isolados ou, desprovidos de qualquer outro motivo decorativo em recipientes cerâmicos do Neolítico antigo português é uma realidade vincada. Retomando a Cabranosa, refira-se a existência de um grande vaso "liso", com mamilos na parte superior do bojo (Idem, 1998, p. 83, fig. 7), na Valada do Mato, Mariana Diniz indica que "...o número de peças que possuem, para além de mamilos, decoração é, relativamente, escasso." (Diniz, 2007, p. 132), realidade esta que se encontra atestada noutros sítios com o mesmo horizonte crono-cultural.

Um vaso isolado, encontrado em zonas de linhas de água, não é uma realidade nova na Pré-História recente do actual espaço português. A importância do vaso da Ponte da Azambuja 3 e da intervenção arqueológica aí realizada está relacionada com facto de se conhecer o enquadramento geomorfológico do vaso, conseguindo perceber que foi aqui depositado de forma intencional. Se a descoberta destes artefactos, nos outros casos acima mencionados (com excepção dos vasos de São Julião e do Alto da Toupeira-Lousa), pode estar condicionada com o carácter monumental do recipiente (logo mais fácil de observar, mesmo a uns olhos menos

"preparados e científicos") em detrimento de outros elementos de cultura material, pelo contrário, o vaso da Ponte da Azambuja 3, desde da sua descoberta à sua remoção, foi realizada por arqueólogos e meios metodológicos desenvolvidos e adequados para o devido efeito.

### **6. Ponte da Azambuja 3: problemas e futuras linhas de investigação**

Este sítio arqueológico apresenta diversas premissas que condicionam a sua interpretação: a própria área intervencionada e o seu enquadramento geomorfológico. O enquadramento crono-cultural da realidade intervencionada na Ponte da Azambuja 3 encontra diversas limitações ao nível da sua caracterização, pois a área intervencionada corresponde à zona de minimização de impacto após a identificação do recipiente cerâmico no decorrer do acompanhamento arqueológico. Assim é uma área restrita do ponto de vista arqueológico correspondendo a um espaço aleatório, deixado para possibilitar a intervenção arqueológica, mas que não corresponde a um contexto arqueológico integral. Este parâmetro espacial leva a que a interpretação do sítio fique, desde o início, condicionada. Torna-se impossível saber o contexto arqueológico em que se insere este recipiente cerâmico, pois na área intervencionada ele encontrava-se totalmente isolado, sendo que a realidade poderá ser distinta num local muito próximo.

Assim, podemos afirmar que, num determinado momento da Pré-História recente, foi colocado intencionalmente um pote, próximo do leito de uma ribeira, sem qualquer outro tipo de material ou nível arqueológico associado. Não foi aferido se foi realizada uma cova para o manter de pé ou se continha no seu interior qualquer tipo de material, independentemente da sua natureza.

Posteriormente, processos de deposição fluvial levaram a que ficasse coberto por diversas camadas de sedimentos de matriz aluvionar, estéreis do ponto de vista arqueológico. Os trabalhos de construção do IP2, que se localiza muito próximo, originaram a deposição de uma camada muito espessa de sedimentos, observada no talude. Estas diversas camadas de sedimentos levaram a que o pote ficasse fracturado, devido ao peso exercido, ficando colmatado até que os trabalhos de abertura da vala para a conduta principal e a acção do acompanhamento arqueológico o identificou e revelou novamente.

Que realidade social demonstra esta acção de colocar

este vaso de forma isolada? Que significado simbólico estaria implícito nesta acção? Seria uma constante das populações do neolítico antigo? Se assim for, haverá um desvio arqueográfico que impeça a detecção de realidades semelhantes?

Os parques conhecidos que se detêm acerca destas realidades impossibilitam, nesta fase, a sua interpretação funcional. De futuro, será imperativo a observação dos resultados provenientes de intervenções recentes na área do Alqueva, ocorridas no âmbito de minimização de impactes. Destas, importará destacar as que possibilitaram a identificação de núcleos de habitat do Neolítico antigo, nomeadamente em áreas limítrofes à Ponte da Azambuja 3. Por outro lado, parece-nos determinante perceber se os vasos identificados de forma isolada farão, ou não, parte integrante de uma zona dentro de um possível núcleo habitacional, que por razões de natureza arqueográfica, não foi reconhecido aquando a identificação dos mesmos. Tornase assim, relevante, voltar aos locais onde foram identificados, proceder a prospecções arqueológicas, observar na bibliografia a existência de povoamento do Neolítico antigo na envolância e, no caso do vaso do Monte da Vinha, observar os materiais arqueológicos que parecem estar associados a si, que poderão ser cronologia análoga mas que, talvez por serem menos “monumentais”, foram relegados para segundo plano pelos seus descobridores.

#### Referências Bibliográficas:

- BICHO, Nuno Ferreira (2006) – *Manual de Arqueologia Pré-Histórica*, Edições 70.
- CASTRO, L. A.; FERREIRA, O. V. (1959) – “Vaso do tipo Neolítico do Alto da Toupeira – Lousa”, *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. I, Lisboa, pp. 109-110.
- CARVALHOSA, António; ZBYSZEWSKI, G. (1991) – *Carta Geológica de Portugal, Notícia explicativa da Folha 40 – B, Reguengos de Monsaraz*, Serviços Geológicos de Portugal, p. 51
- CARDOSO, J. L., CARVALHO, A. F. e NORTON, J. (1998) – “A estação do Neolítico Antigo de Cabranosa (Sagres, Vila do Bispo): estudo dos materiais e integração cronológico-cultural”, *Arqueólogo Português*, Série IV, 16, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 55-96.
- COURTIN, J. (1972) – “Vase néolithique ancien à anses superposés découvert à Ensuiès près de Marseille, Bouche du Rhône”, *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, Paris, 69: II, pp. 533-537.
- DINIZ, Mariana (2007) – “O Sítio da Valada do Mato (Évora): aspectos da neolitização no Interior/Sul de Portugal”, *Trabalhos de Arqueologia*, 48, Lisboa, IPA.
- GAMNA (2005) – “Vaso do Monte da Vinha. Espólio da Gruta do Correio-Mór”, *Boletim Informativo*, nº 5, Janeiro, Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, p. 1.
- GUILAINE, J. e FERREIRA, O. da Veiga (1970) – “Le Néolithique ancien au Portugal”, *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, Paris, 67: I, pp. 304-322.
- HARRIS, Edward C. (1991) – *Princípios de Estratigrafia Arqueológica*, Editorial Crítica, Barcelona.
- HARRIS, Edward C.; BROWN III, Marley e BROWN, Gregory (1993) – *Practices of Archaeological Stratigraphy*, Academic Press.
- PESSOA, M. (1983) – “Vaso Neolítico de Casével”. *Arqueologia*, Porto, 7, pp. 16-23.
- PRICE, T. D. (2000) – “The introduction of farming in northern Europe. *Europe's First Farmers*, ed. T. Douglas Price, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 260-300.
- RODRIGUES, F. (2008) – “O Recinto de Fossos da Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora): primeira notícia”, *Apontamentos de Arqueologia e Património – 2*, NIA, Lisboa, pp. 49-56.
- SIMÕES, T. (1999) – “O sítio neolítico de São Pedro de Canaferrim, Sintra. Contribuições para o estudo da Neolitização da Península de Lisboa”, *Trabalhos de Arqueologia*, 12, Lisboa, IPA.
- VALERA, A.C., TERESO, J.P., REBUJE, J. (2006) – “O Monte da Quinta 2 (Benavente) e a Produção de Sal no Neolítico Final/Calcolítico Inicial do Estuário do Tejo”, *Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Universidade do Algarve, Promontoria Monográfica 04, pp. 291-305.

Carta Militar de Portugal à escala 1:25 000, do IGeoe, folha nº 472

Carta Geológica de Portugal, folha 40-B

<http://www.ipa.min-cultura.pt/>  
[www.ippar.pt](http://www.ippar.pt)

# As grutas artificiais da Estremadura portuguesa:

Patrícia Jordão  
Pedro Mendes

Arqueólogos.  
Museu  
Arqueológico de São Miguel de  
Odrinhas

## uma leitura crítica das arquitecturas

### 0. Introdução

No ano 2000, tivemos oportunidade de fazer uma intervenção num sítio arqueológico, aparentemente incapaz de fornecer quaisquer dados novos. Tratava-se das grutas de Ribeira de Crastos (Caldas da Rainha), escavadas nos anos 40 por Manuel Heleno e cujo espólio foi, em parte, publicado em 1977 por Veiga Ferreira. Neste artigo, o autor nada refere relativamente ao tipo arquitectónico das grutas, pois nunca chegou a visitar o local dos achados. Para a comunidade científica, Ribeira de Crastos passou a ser mais um ponto no mapa da distribuição da cerâmica campaniforme.

As grutas foram sendo citadas na bibliografia ora como artificiais (Machado, 1964: 73; Senna-Martinez, 1990: 14), ora como abrigos naturais (Silva, 1993: 32), ficando, no entanto, esta questão em aberto por falta de registos fotográficos e topográficos das cavidades.

Importava assim esclarecer a natureza e tipologia destas estruturas, justificando-se uma intervenção no local para remover o sedimento que cobria a base das grutas e que impedia a sua leitura integral.

A arquitectura dos monumentos desde logo suscitou várias questões – não desenvolvidas na primeira publicação do sítio (Jordão e Mendes, 2000) – que conduziram a um estudo mais aprofundado das mesmas, que agora se apresenta.

Relativamente às grutas, a gruta I é constituída por uma câmara de tendência ovalada, escavada na rocha a partir de um corredor natural preexistente (diacrise). A gruta II é o resultado do alargamento de uma outra diacrise, afeiçoada de forma a obter uma câmara arredondada, irregular, possuindo ainda um nicho e duas pequenas cavidades artificiais.

Embora reconhecendo um certo ar de “família” nas duas grutas – por serem artificiais – não é possível “encaixá-las” na tipologia das de Alapraia ou Carenque. De facto, existe em Ribeira de Crastos uma característica que as distancia das chamadas grutas “clássicas”: a sua construção foi condicionada por uma sugestão da Natureza, não em termos de matéria-prima, mas porque existia uma cavidade *ab initio*. Na gruta 1 e na Gruta 2 estamos perante duas soluções arquitectónicas desenvolvidas a partir de cavidades naturais.

Estes não são monumentos únicos no grupo das grutas artificiais estremenhas, apresentando semelhanças formais com monumentos bem conhecidos da bibliografia, como Quinta das Lapas I e II. Movidos pela necessidade de uma mais clara classificação tipológica, procurámos definir as características técnicas e morfológicas dos monumentos existentes, mas efectivamente mal conhecidos, que não se enquadravam no quadro tipológico já existente. Segundo V. Gonçalves (1992, 1995 e 2005) não existe uma categoria que consiga definir este grupo de monumentos. O autor classifica as grutas artificiais portuguesas em três grupos: “1. tipo “coelheira”; 2. de câmara tipo I. com acesso vertical periférico e 3. “variações locais”, isto é, monumentos que [...] nada têm a ver, nem pela arquitectura nem pelos artefactos votivos com o que referimos.” (Gonçalves, 2003: 120)

Neste momento, consideramos manifestamente insuficiente esta tipologia para as grutas artificiais portuguesas, nomeadamente estremenhas, nosso objecto de estudo.

### 1. Metodologia

O trabalho de inventariação das grutas artificiais da Estremadura teve início com um levantamento bibliográfico, bastante exaustivo no que respeita aos sítios sobre os quais não existia informação suficiente: uma planta, uma descrição das estruturas ou a sua localização exacta.

A partir daqui conseguiu-se identificar um universo de 32 monumentos (Quadro 1). Para alguns casos foi necessário iniciar um processo de prospecção, identifica-

Grutas artificiais	Conhecidas	Relocalizadas	Alvo de limpeza e levantamento	Destruídas
Pernes				
Ribeira Branca I				
Ribeira Branca 2				
Ribeira de Crastos I e 2				
Quinta das Lapas I e 2				
Casal da Lapa				
Ermegeira				
Cabeço da Arruda				
Praia das Maças				
Verdelha dos Ruivos				
Monte do Castelo				
Carenque 1, 2, 3				
Alapraia 1, 2, 3 e 4				
S. Pedro do Estoril I e 2				
S. Paulo I e 2				
Palmela 1, 2, 3 e 4				
Capuchos I e 2				

Quadro 1 - Grutas artificiais da Estremadura Portuguesa

ção, relocalização e posterior registo gráfico e fotográfico, nem sempre bem conseguido, dado que alguns sítios já se encontravam destruídos. Foi necessário a limpeza do interior de algumas cavidades de modo a permitir expôr a totalidade das estruturas. Relativamente aos sítios bem identificados, com desenhos e descrições morfológicas, efectuámos um confronto entre as interpretações publicadas e as realidades que era possível observar culminando, por vezes, com a execução de novos registos.

### 2. O hipogeísmo no contexto mediterrânico: donde e quando

Ao falar das grutas artificiais estremenhas, não podemos deixar de procurar origens, influências, similitudes. De origem alógena, a ideia da construção de sepulcros escavados na rocha tem raízes mediterrânicas. Alheios à discussão de um ou de múltiplos focos difusores para Ocidente interessa-nos, sobretudo, e mais uma vez, procurar regularidades. Isto é, a verificação de que, em determinada altura, e em vários pontos do Mediterrâneo, as populações constroem estruturas tipologicamente similares para acolher os mortos. Ao mesmo tempo documentam-se, através de objectos e por intermédio de manifestações artísticas, práticas rituais e simbólicas, semelhanças desde o Levante até ao extremo Ocidente peninsular.

A partir do Neolítico (no Mediterrâneo Central e Oriental) as sepulturas começam a ser pensadas e realizadas segundo uma intenção comum de estruturar e, progressivamente, monumentalizar os espaços da morte.

Encontramos dois modelos independentes de construção funerária: sepulturas epigeicas construídas com grandes pedras – megalitismo; sepulturas hipogeicas escavadas na rocha – hipogeísmo (Lilliu, 2000). Estes dois conjuntos acabam por estabelecer relações materializadas por monumentos de técnica mista: um bom exemplo são os

Origem	Ref <sup>o</sup>	Natureza da amostra	Data convencional BP	Cal BC I $\delta$	Cal BC 2 $\delta$	Fonte
<b>Monte do Castelo</b>	ICEN 738	Osso humano	4630 $\pm$ 45 anos BP	3497-3351	3509-3147	(Cardoso, 1991)
<b>Praia das Maças (Câmara Ocidental)</b>	H 2049/1487	Carvão	4260 $\pm$ 60 anos BP	2910-2710	3020-2630	(Soares, 1993)
	OxA 5509	Alfinete de cabelo	4410 $\pm$ 75 anos BP	3260-2920	3340-2880	(Cardoso, 1995)
	OxA 5510	Alfinete de cabelo	4395 $\pm$ 60 anos BP	3090-2920	3310-2890	(Cardoso, 1995)
<b>Cabeço da Arruda I</b>	Beta-123363	Mandíbula humana	4370 $\pm$ 70 anos BP	3070-2900	3310-2880	(Silva, 1999)
<b>S. Paulo 2</b>	UBAR-629	Osso humano	3960 $\pm$ 190 anos BP	2845-2200	2905-1950	(Silva, 2002)
	UBAR-630	Osso humano	3870 $\pm$ 70 anos BP	2456-2209	2553-2137	(Silva, 2002)
<b>Alapraia 4</b>	Beta 178461	Diáfise de fémur	4110 $\pm$ 40 anos BP	2860-2580	2870-2500	(Gonçalves, 2005)
	Beta 178462	Crânio	3260 $\pm$ 40 anos BP	1540-1500	1620-1440	(Gonçalves, 2005)
<b>S. Pedro do Estoril I</b>	Beta 188390	Tíbia	4720 $\pm$ 40 anos BP	3620-3380	3640-3770	(Gonçalves, 2005)
	Beta 178468	Falange da mão com espiral de ouro	3790 $\pm$ 40 anos BP	2290-2140	2330-2060	(Gonçalves, 2005)
	Beta 178467	Epífise superior de fémur	3830 $\pm$ 40 anos BP	2330-2210	2450-2140	(Gonçalves, 2005)
<b>S. Pedro do Estoril 2</b>	Beta 188389	Epífise proximal de fémur	4090 $\pm$ 40 anos BP	2850-2580	2860-2490	(Gonçalves, 2005)
	Beta 178466	Fémur	3850 $\pm$ 40 anos BP	2400-2220	2460-2200	(Gonçalves, 2005)
	Beta 178465	Úmero	4090 $\pm$ 40 anos BP	2850-2580	2860-2490	(Gonçalves, 2005)

Quadro 2 - Cronologia absoluta das grutas artificiais da Estremadura portuguesa

monumentos de Arles, em França, – sepulturas em corredor escavadas na rocha, cobertas por ortóstatos (Guilaine, 2000: 226) ou sepulturas hipogeicas com corredor dolménico, como Maone-Benetutti (Lilliu, 2000: 19).

Relativamente aos hipogeus a sua origem é, provavelmente poligenética, com dois focos principais, no Mediterrâneo Oriental e Central. As sepulturas hipogeicas, no Levante, começam a ser construídas em meados do 5º milénio A.C., recebendo poucos indivíduos passando, em meados ainda do 4º milénio A.C., a sepulturas destinadas a enterramentos colectivos (Miroschedji, 2000: 48).

A Sardenha foi também palco de um dos focos de génese e de difusão do fenómeno das grutas artificiais. As primeiras manifestações remontam ao Neolítico médio (cultura de Bonuighinu), balizado entre 5200-3800 a.C. (Contu, 2000: 313). As “grotticella a forno”, com poço vertical de acesso a uma câmara circular, cuja entrada era fechada com uma laje, destinavam-se a conter um ou dois enterramentos. Aparecem isoladas ou em grupo, chegando a existir necrópoles com mais de cinquenta hipogeus, como Cucurru S’Arriu (Contu, 2000: 341). A partir do chamado horizonte de Ozieri (3800-2900 a.C.), as estruturas complexificam-se, construindo-se monumentos “a scavo orizzontale”, com portas visíveis, com corredores de acesso a câmaras que desembocam noutras, formando plantas em “T” ou radiais, como na necrópole de Anghelu Rujù (idem: 313). A arquitectura interior parece reproduzir as casas dos vivos, exibindo colunas, pilares, portas, janelas e até mobiliário. Esta ideia de recriar as habitações como se houvesse a necessidade de perpetuar a vida através dos

objectos que rodeiam e acolhem os mortos é uma hipótese defendida por vários autores e utilizada para interpretar as realidades do Mediterrâneo. Pensamos que esta “humanização” dos recintos funerário, mais do que dotar os indivíduos, na morte, dos seus objectos pessoais e simbólicos, constitui a afirmação da vontade do “Homem” em dominar os espaços da morte. Com a neolitização, foram-se desenvolvendo modos de vida cada vez mais interventivos e condicionantes dos processos naturais, domesticando animais e plantas, complexificando, técnica e mentalmente, estratégias de subsistência. Ao determinar, criando ele próprio os espaços funerários, está a alargar o processo de domesticação ao mundo da morte. As tentativas de reprodução das manifestações materiais da vida nos espaços da morte – evidentes sobretudo em sepulturas hipogeicas – parecem indiciar que o ser humano tenta tomar para si a determinação dessa parte da vida, que é a morte, necessitando, para isso, de construir os espaços em que esta se manifesta. Mais do que uma ideia será, provavelmente, uma acção de “domesticar a morte”, estruturando-a.

Em Portugal, “[...] na transição do 4º para o 3º milénio, ou logo no início deste [...]” (Gonçalves, 2005: 78), escavam-se na rocha branda sepulturas, provavelmente logo colectivas, características do Mediterrâneo central e oriental. As datas disponíveis para as grutas artificiais da Estremadura (Quadro 2) apontam para uma contemporaneidade do fenómeno na sua fase de expansão (finais do 4º milénio, inícios do 3º milénio a.C.) – encontramos estas formas de enterramento em França,

Espanha e Portugal. Os monumentos da região de Arles (França), colocam o fenómeno do hipogeísmo para finais do 4º milénio a.C. (Guillaine, 2000: 235). Em Espanha parece existir a correspondência com o 3º milénio a.C. comparando tipologicamente os materiais das grutas artificiais peninsulares, embora as estruturas verticais de tipo silo pareçam inscrever-se numa tradição cultural mais antiga que remonta ao Neolítico final portanto, finais do 4º milénio a.C. (Muñoz Amilibia, 2000: 173). Em Portugal, excluindo a data mais recente para Alapraia 4 (relativa à ocupação da Idade do Bronze), as restantes apontam seguramente para o 3º milénio a.C., algumas para o início deste. O 3º milénio é o período mais expressivo no que respeita à utilização destes espaços funerários, existindo uma conjugação de datações absolutas juntamente com artefactos cronologicamente bem documentados noutros contextos. Contudo, parece-nos verosímil que os contextos de fundação possam recuar até “aos últimos séculos do 4º milénio e na transição deste para o 3º” (Gonçalves, 2003: 166), principalmente pela presença frequente de espólio de finais do Neolítico (placas de xisto gravadas, alfinetes de cabeça postiça, geométricos, etc.) associado às utilizações mais antigas detectáveis.

Nas ilhas Baleares, sem datações absolutas mas por analogia tipológica, o fenómeno parece ser um pouco mais recente – finais do 3º milénio a.C. (Rosselló Bordoy, 2000: 202).

As datações indiciam um movimento em direcção a Ocidente, que pode partir de um ou mais focos mediterrânicos expandindo-se, aparentemente, de forma rápida e simultânea no final do 4º milénio a.C. Contribuindo para esta ideia encontramos a cronologia das grutas artificiais portuguesas que, mesmo não datando os contextos de fundação e apenas os de utilização, apresenta valores conformes com os monumentos franceses.

Relativamente ao espólio associado a estes espaços não foi possível ainda, para os monumentos portugueses, registar um conjunto proveniente de um contexto seguro atribuível ao momento da sua fundação. Porém, é possível identificar objectos pertencentes a um fundo indígena, como sejam as placas de xisto gravadas, geométricos e lâminas ovóides, machados, enxós e goivas, alfinetes de cabeça postiça, entre outros, e artefactos de fundo mediterrânico – copos e taças canelados e artefactos votivos de calcário. Fazendo parte deste conjunto, e como influência mediterrânica, será também a ideia de concepção destas estruturas funerárias, o seu “plano construtor” (Gonçalves, 1995: 83), num sentido

genérico, sofrendo adaptações caso a caso. A ideia difundida contemplaria uma tipologia variada, de uma ou mais câmaras, circulares ou ovaladas, com ou sem corredor, que adopta características regionais próprias, como, por exemplo, a construção das grutas artificiais das Penínsulas de Lisboa e Setúbal, evidenciando câmara com clarabóia e corredor longo e, normalmente, bipartido. Mas todos estes monumentos apresentam uma grande simplicidade formal, comparados com os congéneres do Mediterrâneo, de múltiplas câmaras com uma arquitectura interior bastante complexa.

### **3. Procurando uma tipologia para as grutas artificiais estremenhas**

“Os arqueólogos podem descobrir de muitas maneiras, e de forma sistemática, correlações, associações e diferenças significativas, mas o modelo inferido será mais interessante quanto mais coincidências existam na rede. Dado que a definição deste tipo de modelos estatisticamente significativos depende da própria teoria, requerem-se princípios gerais para os tipos de semelhança e diferença significativas que possam descobrir-se.”

Ian Hodder, 1988: 151

A chave da ideia de Ian Hodder é a “existência de princípios gerais para o tipo de semelhança e diferença” na caracterização de elementos a integrar numa tipologia. No nosso universo de estudo, o trabalho de averiguação desses princípios reveste-se de grandes dificuldades, nomeadamente na identificação dos componentes estruturais das grutas artificiais. Como notou V. Gonçalves, os principais problemas na definição de tipos decorre do “[...] estado de destruição que afecta a esmagadora maioria e [...] a data precoce da escavação de muitas delas.” (1992-1994: 34). Outra das dificuldades é a classificação incorrecta de alguns monumentos que foram sendo citados por vários autores ao longo dos anos, aceitando de uma forma acrítica algumas interpretações que reflectem simplesmente o paradigma e o estado da investigação então vigente.

Até à década de 70 do século XIX, as antas eram as únicas estruturas funerárias pré-históricas conhecidas. Com a descoberta dos monumentos de Folha das Barradas e Monge, por Carlos Ribeiro, publicados em 1878 como grutas artificiais, observou-se a existência de outro grupo de monumentos. Entre 1886 e 1891, Estácio da Veiga dá a conhecer outro conjunto de estruturas – grutas e silos escavados na rocha. José Leite de Vasconcelos, numa tentativa de sistematizar o uni-

verso conhecido, foi o primeiro a utilizar o termo “gruta semi-artificial” para descrever os monumentos de falsa cúpula de Monge e Arrife (idem, 1897). Com a descoberta de outras estruturas funerárias do mesmo género, generalizou-se o termo *tholos* e, em Portugal, a designação “gruta semi-artificial” deixou de ser aplicada. No início do século XX, o padre Belchior da Cruz publica as grutas de Palmela (1906) e, com a identificação de Carenque (Heleno, 1933) e Ermegeira (Heleno, 1942), as grutas artificiais ganham importância no panorama das manifestações funerárias do 4º – 3º milénio a.C. Estas últimas são consideradas de imediato grutas artificiais, escavadas na rocha, grupo coeso, ao qual se junta Alapraia (Paço, 1955) e S. Pedro do Estoril (Leisner et al., 1964). Este conjunto de grutas portuguesas das Penínsulas de Lisboa e Setúbal, pela sua coerência arquitectónica, monumentalidade e riqueza de espólio é considerado um dos mais importantes da Península Ibérica. Monumentos como Ermegeira, Cabeço da Arruda, etc., por possuírem um menor potencial de informação, passam para segundo plano na história das estruturas de enterramento pré-históricas, porém integrados na categoria das grutas artificiais.

Utiliza-se exclusivamente o termo gruta artificial, que pode ser “clássica” ou “mal conhecida”, não se optando por utilizar expressões como “gruta semi-artificial” ou de “tipo misto”. De facto, os dois últimos são conceitos que carecem de definição, sendo por isso de utilização muito subjectiva. O único que foi definido, em Portugal, é o de “gruta artificial” (Gonçalves, 1992; Forenbaher, 1999) ou “hipogeu” (Jorge, 1999).

Em Espanha, o termo “gruta semi-artificial” é generalizado a partir do final do século XIX, desde que Leite de Vasconcelos o utilizou, embora tenha sofrido uma evolução, passando a designar as grutas artificiais com construções pétreas. B. Berdichewsky, em 1964, elabora uma tipologia das grutas artificiais peninsulares, distinguindo um grupo de grutas semi-artificiais – “1. Sepulturas subterrâneas com revestimentos megalíticos” e “2. Abrigos rochosos com lajes megalíticas” (idem: 166). Esta designação foi utilizada por R. Cruz-Auñon, numa sistematização sobre a arquitectura das estruturas sepulcrais da Andaluzia, na qual distingue quatro grupos sendo o terceiro, “grutas semi-artificiais”, monumentos entre a gruta natural e a construção pétreia (Cruz-Auñon, 1983-1984: 3). Mais tarde, E. Rivero Galán, publica *Análisis de las cuevas artificiales de Andalucía y Portugal* (1988), aplicando o mesmo conceito no Tipo III da sua tipologia (idem: 31)<sup>1</sup>. Encontramos variados

exemplos na bibliografia espanhola da utilização corrente do termo “gruta semi-artificial”, por exemplo, para a estrutura 6 do Cerro de las Aguilillas (Ramos Muñoz et al., 1994: 359).

O problema mais complexo que encontramos nas atribuições tipológicas é a aceitação de que alguns monumentos, por serem mal conhecidos – ou por que foram escavados mas não publicados, ou por que foram destruídos – não nos permitem, com os dados que temos, avançar uma designação mais precisa, enquadrando-se numa categoria genérica de grutas artificiais, cujo traço familiar comum é o de serem escavadas na rocha. Estes factos geraram classificações imprecisas que nunca foram objecto de uma reavaliação.

Assumiram-se como exclusivas as duas categorias definidas por V. Gonçalves (1992): as grutas artificiais tipo coelheira, típicas da Península de Lisboa e Setúbal; e as grutas de tipo poço, com acesso vertical, frequentes no Sul de Espanha, estendendo-se geograficamente para o Algarve, segundo os registos efectuados por Estácio da Veiga (1886-1891). O primeiro grupo de monumentos é o único que, segundo o autor citado, se reveste de grande homogeneidade, sendo por isso mais fácil a sua caracterização (idem, 1995:107). Os restantes monumentos, menos bem conhecidos, são colocados numa categoria de “miscelânea” sendo, por isso, considerados, no universo das grutas artificiais portuguesas, casos excêntricos, atípicos ou tardios. Porém, fazendo uma primeira análise aos dados que possuímos, notamos de imediato que existem diferenças substanciais na qualidade da informação, o que permite desde logo hierarquizar os sítios consoante a sua capacidade para enriquecer o nosso conhecimento acerca deste fenómeno.

Esta primeira etapa, de crítica de fontes, revelou-se fundamental para conseguir construir os dados que, como sabemos, não existem por si só. Aliás, como pensamos que nada nos é dado primordialmente, que os dados não existem *a priori* e têm de ser construídos para serem significativos (Ricoeur, 1981).

Há sítios sobre os quais existe bastante informação, mas não trabalhada de modo a permitir produzir um texto sobre o passado. É o caso da Quinta das Lapas I e II, sobre as quais temos a descrição do espólio exumado, infelizmente sem contexto, e uma sumária descrição das cavidades. Muitas vezes, como se privilegia o espólio em detrimento das estruturas, principalmente quando se trata de necrópoles, temos publicações em

<sup>1</sup> O que estamos exclusivamente a considerar é a utilização do conceito em si e não a sua aplicação, com mais ou menos propriedade.

que se descrevem exaustivamente materiais arqueológicos, normalmente isolados do seu contexto (perdido quando os objectos foram recolhidos sem registo!), cuja informação contextual é praticamente nula.

Sistematicamente as estruturas sepulcrais foram colocadas num plano secundário. Veja-se o exemplo de Capuchos II, na qual foi recolhido muito pouco espólio, figurando no panorama das grutas artificiais como mais um ponto na Península de Setúbal (Gonçalves, 1992: 177; Soares, 2003: 170).

Estes sítios tornam-se limitados em termos de objecto de estudo se não forem alvo de uma reavaliação. Se tomarmos em consideração as grutas de Ribeira de Crastos, verificamos que na sua primeira publicação apenas foi valorizado o espólio (aliás, o autor nunca chegou a conhecer as cavidades), ficando por perceber a real natureza das estruturas. E também aqui detectámos informação com valor potencial para contribuir para a complexificação deste fenómeno do 4<sup>o</sup> – 3<sup>o</sup> milénio a.C.

A primeira tarefa consistiu então em organizar o nosso universo de estudo, seleccionando o tipo de informação que possuíamos sobre os monumentos.

Tomámos em consideração a categoria “outros”, a partir dos quais foi possível determinar qual era de facto o nosso universo possível de estudo, e conseguimos definir cinco casos de grutas artificiais:

Destruído; referido na bibliografia como gruta artificial: Pernes (Ferreira, 1966; Ferreira, 1970), Monte do Castelo (Cardoso *et al.*, 1991; Cardoso *et al.*, 1996), ou publicado como gruta semi-artificial, Verdelha dos Ruivos (Zbyzsewski, *et al.*, 1976).

Existente, mas praticamente impossível de caracterizar; referido na bibliografia como gruta artificial ou publicado preliminarmente: Ermegeira (Helena, 1933), Bolores (Zilhão, 1986).

Existente; referido na bibliografia com imprecisão: Ribeira de Crastos 1 e 2 (Ferreira, 1977), Capuchos 2 (Ferreira, 1966; Silva e Soares, 1986; Soares, 2003), Casal da Lapa (Freitas, 1959), Ribeira Branca (Jalhay *et al.*, 1941; Leisner, 1965).

Existente; publicado: Câmara Ocidental da Praia das Maças (Leisner *et al.*, 1969; Gonçalves, 1979; Gonçalves, 1982-1983), Quinta das Lapas (Gonçalves, 1992).

O grupo a) é constituído pelos sítios cujas informações estão cingidas à bibliografia e sobre os quais os registos são escassos (respectivamente, uma fotografia e um esboço de Verdelha dos Ruivos e Samarra). Trata-se de um grupo relativamente pouco importante de forma a servir de base para uma tipologia.

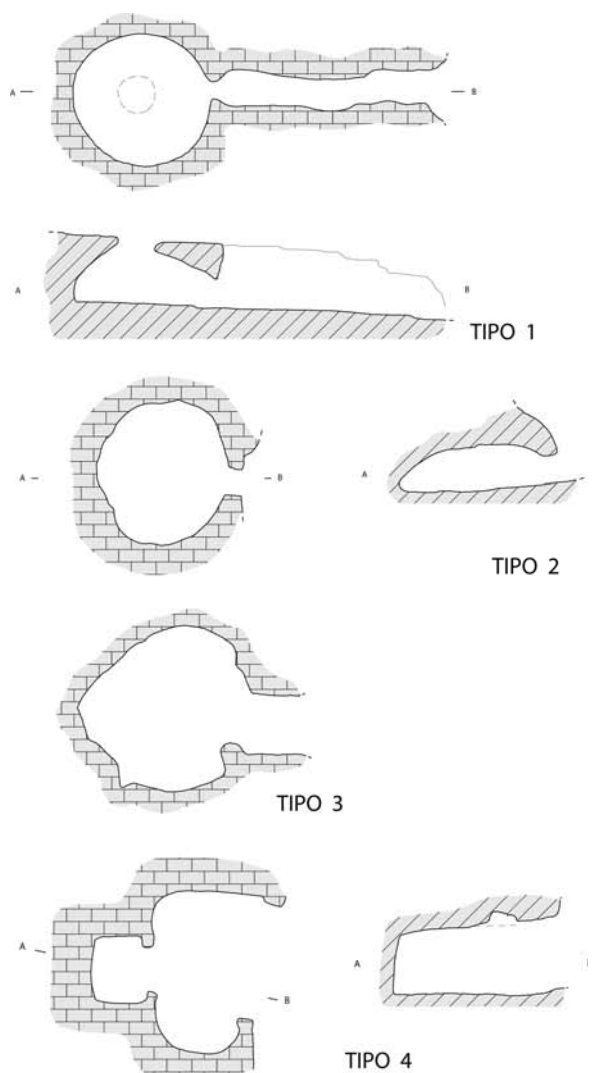


Fig. 1 - Quatro tipos de grutas artificiais: tipo 1, 2, 3 e 4.

As grutas inseridas nas categorias b), c) e d) constituem o grosso dos sítios passíveis de reavaliação. Ao iniciar este processo tornou-se para nós insuficiente a utilização do conceito de gruta artificial tal como havia sido definido anteriormente. Será necessário, primeiramente, encontrar as características comuns que nos permitem identificar uma gruta artificial. Tomando em consideração o conceito de V. Gonçalves, ele é aplicado exclusivamente às grutas de “tipo coelheira”, com corredores longos e sinuosos. Já S. Forenbaher começa por definir o conceito por “collective burial monuments excavated out of bedrock [...]” (idem: 67). Acrescentaríamos – tendo como elementos fundamentais uma câmara e o seu acesso. A primeira é geralmente de tendência circular, cuja entrada seria fechada com uma laje. As grutas artificiais podem apresentar também elementos acessórios, tal como clarabóia, antecâmaras, átrios e ainda nichos, degraus e bancadas. O essencial é escavar uma câmara

na rocha, na medida em que é o elemento comum a todos os monumentos.

Porém, o nosso universo não se resume a monumentos deste tipo. Impôs-se a necessidade de definir com propriedade o conceito de “gruta semi-artificial”, e de “monumento de técnica mista” para podermos utilizar a mesma linguagem.

Assim, uma gruta semi-artificial é um monumento funerário colectivo constituído por uma câmara de tendência circular escavada na rocha, que pressupõe a existência prévia de uma pequena cavidade natural ou diaclase que, posteriormente, é afeiçoada.

Parece-nos de extrema importância associar de modo intrínseco o monumento à sua técnica e agente de construção. Uma gruta natural é exclusivamente criada por agentes naturais. Uma gruta artificial, pelo contrário, é uma arquitectura antrópica. Há estruturas que são iniciadas pela Natureza e tornados monumentos funerários pelo Homem, que continua o trabalho de escavar a rocha – é uma gruta semi-artificial.

Quando a gruta escavada também é construída, com lajes ou ortóstatos, forma-se um monumento constituído por estruturas negativas e positivas, isto é, o mesmo agente utiliza duas técnicas distintas. Consideramos este tipo um monumento de técnica mista, denominado “hipogeu dolménico” por M. Hoskins (2001:140) – construção que materializa duas influências distintas, neste caso, no modo de construir uma sepultura. Podemos referir como exemplo Pego Longo (Sintra), sepultura rectangular escavada na rocha coberta por grandes lajes (Ribeiro, 1880).

Assumindo como característica dominante a morfologia podemos definir quatro tipos de grutas artificiais (fig. 1):

- Tipo 1 – Câmara com clarabóia e corredor
- Tipo 2 – Câmara única
- Tipo 3 – Câmara e corredor
- Tipo 4 – Duas câmaras

Ao Tipo 1 pertencem as chamadas grutas “clássicas” ou de “tipo coelheira” (Gonçalves, 1995) que se distinguem das outras grutas artificiais por ostentarem um conjunto de características que lhes conferem grande homogeneidade: como se perseguissem a ideia de um “plano construtor” (idem: 83), possuem uma câmara circular ou sub-circular, de tecto abobadado, e um corredor, com ou sem estrangulamentos, distinguindo-se pela exibição de uma clarabóia, elemento característico destas estruturas. O tipo de rocha seleccionado para a sua construção é, recorrentemente, um calcário mais puro,

Grutas artificiais	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
Ribeira Branca 1				
Ribeira de Crastos 1				
Ribeira de Crastos 2				
Quinta das Lapas 1				
Quinta das Lapas 2				
Casal da Lapa				
Ermegeira				
Câmara Ocidental da Praia das Maças				
Carenque 1				
Carenque 2				
Carenque 3				
Alapraia 1				
Alapraia 2				
Alapraia 3				
Alapraia 4				
S. Pedro do Estoril 1				
S. Pedro do Estoril 2				
S. Paulo 2				
Palmela 1				
Palmela 2				
Palmela 3				
Palmela 4				
Capuchos 2				

Quadro 3 – Tipologia das grutas artificiais da Estremadura portuguesa

compacto e homogéneo (considerando o restante universo de monumentos), sob a forma de afloramentos aplanados ou bancadas pouco elevadas. Em grande parte devido ao tipo de rocha, são os monumentos que apresentam o melhor grau de conservação. Como resultado final podemos observar as grutas artificiais portuguesas de melhor qualidade em termos de construção. Não foram registadas grutas semi-artificiais de Tipo 1.

O Tipo 2 representa o outro grande conjunto de grutas artificiais estremenhas: câmara única, sem corredor. Morfologicamente, é de tendência circular, por vezes irregular. Pelo facto de este tipo de cavidades se encontrar com frequência em reduzido estado de conservação, não é possível definir uma regularidade para a forma das entradas. A impossibilidade de construir acessos na forma de clarabóia e corredor e a ausência de construções dolménicas (como elementos pétreos ou negativos dos mesmos) reduzem substancialmente as probabilidades da sua existência. O tipo 2 está associado, em termos de relevo, a encostas ou bancadas elevadas, preferencialmente constituídas por rochas brandas – arenitos, calcários margosos, etc. Existem grutas artificiais e semi-artificiais de Tipo 2.

O terceiro tipo define-se como uma estrutura constituída por uma câmara de planta circular e um corredor. Difere do Tipo I, essencialmente, pela ausência de clarabóia e pela manifesta irregularidade do conjunto sepulcral, nomeadamente o tecto da câmara, não abobadada, e o corredor, escavado na rocha.

O quarto tipo de grutas artificiais foi definido a partir de Ribeira Branca I: estrutura formada por duas câmaras, uma de tendência ovalada/rectangular, a outra quadrangular. Este é um caso único no conjunto das grutas artificiais portuguesas (quadro 3).

#### 4. A morfologia do terreno e a matéria-prima

Em 1897, José Leite Vasconcelos observava “Naquelles pontos em que a fragilidade do terreno permittia que este fosse escavado com instrumentos de que se podia dispor na idade da pedra, ou no princípio da seguinte, o homem abriu grutas artificiaes, à maneira das naturaes.” (p.227).

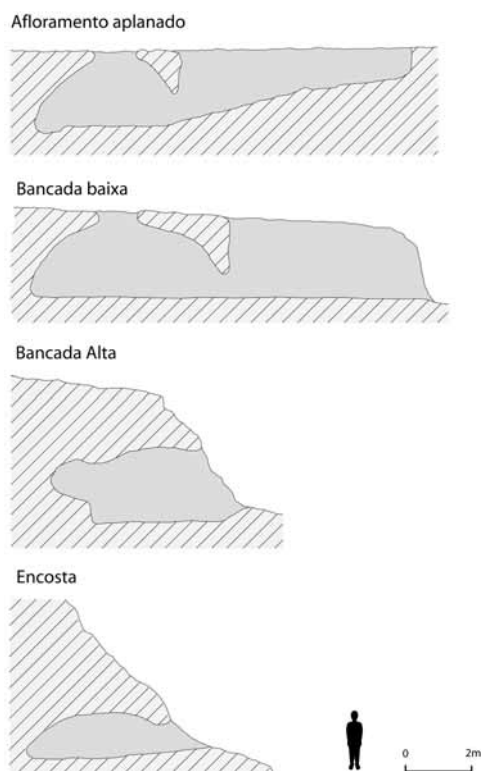
Subjacente às diferenças morfológicas entre estes dois tipos de grutas há duas características naturais que podem ter sido procuradas, ou simplesmente aceites, como uma imposição da natureza, mas que em qualquer um dos casos nos ajudam a compreender

as diferentes opções arquitectónicas dos seus construtores: são elas a

morfologia do terreno e a matéria-prima.

Relativamente à primeira, podemos dizer que as grutas artificiais estudadas estão implantadas em quatro formas diferentes de relevo: afloramentos aplanados, bancadas baixas, bancadas altas e encostas (fig.2).

Verifica-se que existe uma tendência para cada topografia de afloramento corresponder com um dos tipos de grutas anteriormente definidos (quadro 4). Ou seja, as grutas do género clássico foram escavadas no topo de um afloramento aplanado, como as grutas 2 e 3 de Carenque ou na bordadura de uma bancada rochosa pouco elevada, como Carenque I ou Palmela I, em contrapartida, as grutas de câmara única foram quase sempre escavadas a partir de uma parede rochosa aproveitando uma encosta, como é o caso da Gruta 2 dos Capuchos ou na extremidade de uma bancada elevada as Grutas da Quinta das Lapas (até ao momento não se conhecem grutas artificiais na Estremadura com um corredor longo feitas a partir de uma parede rochosa). Mas se as grutas de câmara única poderiam ter sido feitas em topos aplanados ou bancadas pouco elevadas sem dificuldade, o mesmo não se pode dizer da construção em paredes rochosas de grutas do tipo clássico, constituídas por antecâmaras e corredores, alguns deles longos (Alapraia I chega a atingir 13,5m). Estes são em grande parte a céu aberto, sem tecto rochoso, muito provavelmente para facilitar o seu processo de escavação, uma vez que fazê-los integralmente no interior da rocha dificultaria bastante mais a tarefa. Numa área plana a superfície exposta a desbastar



Sítios	Afloramento aplanado	Bancada baixa	Bancada alta	Encosta
Ribeira Branca 1				☆
Ribeira de Crastos 1 e 2				○
Quinta das Lapas 1 e 2			○	
Casal da Lapa			○	
Ermegeira			○	
Cabeço da Arruda			○	
Praia das Maças		△		
Carenque 1		●		
Carenque 2 e 3	●			
Alapraia 1 e 2		●		
Alapraia 3 e 4	●			
S. Pedro do Estoril 1 e 2		○		
S. Paulo 2		△		
Palmela 1, 3 e 4		●		
Palmela 2	●			
Capuchos 2				○

Fig.2– Implantação das grutas artificiais no relevo

Quadro 4 – Tipos de grutas artificiais segundo a morfologia do terreno

é superior, o que permite que vários construtores o façam em simultâneo, possibilitando uma maior amplitude de movimentos e melhores ângulos de ataque da rocha ao trabalhar com um percutor de forma directa ou indirecta.

No mesmo sentido as clarabóias teriam, para além de outros significados e funcionalidades, simplificado a construção da câmara, constituindo uma segunda frente do trabalho (a primeira seria a partir da entrada ao nível de base da câmara) que posteriormente encontraria a outra e então alargar-se-ia a câmara. Estes elementos arquitectónicos só seriam exequíveis em monumentos feitos em afloramentos planos ou em bancadas pouco elevadas devido à necessária proximidade que abóbada tinha de estar da superfície. Acrescente-se que se a clarabóia fosse a última a ser feita haveria eventualmente algum risco da abóbada abater.

Para além dos condicionalismos morfológicos dos afloramentos, outros factores teriam pesado na decisão de escolher um local para construir uma gruta artificial, nomeadamente, o tipo e as características estruturais das rochas.

Os granitos e xistos, principal matéria-prima para a construção de monumentos funerários do 3º e 4º milénio, em grande parte da Estremadura portuguesa são inexistentes e esta terá sido uma das razões que favoreceu o aparecimento de outras soluções arquitectónicas exequíveis noutras matérias-primas, nomeadamente em rochas sedimentares que aqui abundam. A estrutura e composição destas rochas favorecem o trabalho de corte e desbaste, permitindo fazer aquilo a que designamos por estruturas negativas.

Deste modo, as rochas que servem de suporte para construção das grutas artificiais nesta região são sedimentares<sup>2</sup>. Destas, os arenitos e conglomerados, parecem ter sido as menos usadas, porém esta conclusão poderá ser falsa na medida em que são também, normalmente, as mais vulneráveis à erosão. Observámos inúmeros afloramentos de “grés” na zona de Torres Vedras que poderiam ter sido potenciais grutas artificiais, no entanto a falta de um espólio arqueológico associado e a erosão da sua possível forma original, quer pela acção dos agentes naturais, quer pela acção do homem, que em tempos históricos usou estes espaços como “minas de sarrisca”<sup>3</sup>, não nos autorizam a considerar estes vestígios como verdadeiros. A própria gruta da Ermegeira, tal como existe, teria sido excluída da nossa lista se não tivéssemos conhecimento da sua publicação e de uma testemunha que nos indicasse o local exacto.

É no diversificado grupo do calcário que encontramos a maior parte das construções que estudamos, cujos exemplares observados são, geralmente, de dureza superior, resistindo melhor aos agentes erosivos. Consequentemente, as grutas artificiais que nelas são feitas chegaram até nós em maior número e em melhor estado de conservação.

Estas rochas, maioritariamente, possuem uma estrutura estratificada constituída por estratos e juntas de estratificação. Será através destas fissuras e discontinuidades que a água irá preferencialmente infiltrar-se e actuar mecânica e quimicamente, fragilizando a rocha, gerando fissuras e diaclases. Estes aspectos são fundamentais para compreendermos o comportamento destas rochas face à erosão natural e antrópica.

Observamos que alguns dos monumentos estão implantados exactamente no sítio onde essas discontinuidades existem levando-nos a concluir que provavelmente estas eram escolhidas para facilitar o processo de escavação das grutas. Este facto poderia ter sido um dos critérios de escolha do local exacto da construção. Neste sentido, da cuidada observação dos afloramentos rochosos seriam escolhidos aqueles que apresentassem características que simplificassem o início e o decurso da escavação. Quanto maior fosse essa fractura mais facilitado o trabalho, contudo o seu tamanho exagerado poderia condicionar a arquitectura da gruta.

Este aspecto é particularmente visível nas grutas semi-artificiais. Por vezes estas discontinuidades da rocha estão tão vincadas que obrigam os construtores a distanciarem-se do modelo de câmara sub-circular. Ribeira de Crastos 2 é um bom exemplo disto. Aqui houve um aproveitamento de uma diaclase que foi alargada de forma a criar uma câmara ficando parte do tecto e parede com a textura natural da rocha. Ao fundo da gruta esta diaclase prolonga-se indefinidamente para o interior.

Uma outra forma de aproveitamento é a escolha de uma rocha que possua estratos diferenciados quanto à coesão dos seus elementos constituintes de maneira a que os superiores sejam mais competentes e os inferiores mais frágeis. Nestas camadas mais macias são

<sup>2</sup> Ou seja, aquelas que se formaram “à superfície da Terra por acumulação de produtos da desagregação de rochas preexistentes, de restos de seres vivos, ou ainda por precipitação química.” (Costa, 2001: 21).

<sup>3</sup> Um exemplo desta realidade é o sítio do Barqueiro no concelho de Sobral de Monte Agraço onde uma possível gruta artificial foi usada para exploração de sarrisca e posteriormente adaptada como estábulo, não existindo ali nada actualmente que nos leve a ter certeza da existência de uma necrópole.

escavadas as câmaras e as outras mais duras e compactas são deixadas em bruto servindo de tecto. Como consequência, muito provavelmente o tecto não teria uma forma abobadada mas manteria a inclinação da camada e a textura natural sem intervenção. Este parece ser o caso que observamos na câmara ocidental da Praia das Maças ou em S. Pedro do Estoril I<sup>4</sup>.

Será esta opção de técnica construtiva – aproveitar os estratos superiores da rocha como tecto – que em alguns casos levaria ao rebaixamento da câmara e/ou corredor em relação ao nível exterior de forma a aumentar a altura interior do monumento. Assim toda a construção destas estruturas está condicionada pelo aproveitamento do estrato superior da rocha. Na prática há uma imitação do processo de formação de uma pala ou abrigo natural onde as camadas mais frágeis são erodidas, mas procurando uma planta de tendência circular. Acrescente-se que esta acção fragilizaria bastante estas grutas ao ponto de não se ter conservado integralmente nenhum destes tectos formados pela camada mais rígida e compacta que ficaria em suspenso e mal apoiada nas camadas pouco consolidadas das paredes da câmara, mais frágeis e sensíveis à erosão natural.

Esta terá sido uma das formas de construir grutas artificiais, tirando partido das características naturais da rocha que, necessariamente condicionaria a arquitectura, pois nestes casos a construção de uma câmara com tecto abobadado e clarabóia ficaria comprometida.

O facto de constatar-mos de maneira recorrente uma estratégia oportunista no aproveitamento da rocha leva-nos a considerar que este facto é uma prática comum e que, provavelmente, os construtores procurariam diaclases e pequenas fissuras no afloramento rochoso para facilitar a escavação destas estruturas. Neste sentido estas “imperfeições da rocha”, não sendo condição *sine qua non* para escavar grutas, constituiriam uma ajuda que não se desdenharia e até se podia procurar.

Em síntese, observamos que há diferentes formas de aproveitamento das rochas que dependem da existência de fissuras e diaclases; de pequenas cavidades naturais, por exemplo, em S. Paulo I; e ainda da presença de camadas com distintos graus de dureza. Estes factos denunciam o recurso a uma estratégia de procura

<sup>4</sup> Sem possibilidade de confirmação o mal conhecido monumento feito na escarpa da praia da Samarra, hoje desaparecido, também poderia ter sido feito com esta técnica.

<sup>5</sup> As plantas de Ribeira Branca I, Ribeira de crastos I e 2, Casal da Lapa e Capuchos 2 são inéditas e da autoria dos signatários. As restantes foram redesenhadas a partir de bibliografia e notas de campo.

de pequenos “esboços naturais” para iniciar a escavação. Será legítimo pensar que algumas grutas artificiais possam ter começado a ser construídas a partir destes esboços, e com a conclusão da escavação se tenham tornado irreconhecíveis.

## 5. Inventário das grutas artificiais da Estremadura portuguesa

Apresentamos a descrição de cada sítio referindo, sempre que possível, uma breve história do monumento, sua localização, implantação, orientação, matéria-prima, medidas das cavidades, tipologia e, sempre que se considere pertinente, leituras críticas e reinterpretações<sup>5</sup>. A sequência de apresentação será de norte para sul.

### Ribeira Branca I

No interior da localidade de Ribeira Branca (Torres Novas), existiam duas grutas artificiais, sendo que uma delas, Ribeira Branca 2, em meados do século XX, já estava destruída. Foram identificadas por M. Vaultier, G. Zbyzsewski, E. Jalhay e Afonso do Paço em 1940, aquando de uma visita ao local. Os autores referem também que “numa delas nota-se ainda a parte abobadada [...] Noutra foi encontrada há tempo um dos chamados ídolos cilíndricos, semelhantes aos nossos de Alapraia.” (Jalhay *et al.*, 1941: 112). Este artefacto recolhido pelo Sr. Romão de Matos, proprietário do terreno e colector dos Serviços Geológicos, constitui o único objecto proveniente da necrópole, divulgado por V. Leisner em 1965.

A gruta que subsiste é escavada numa bancada de “Tufos calcários de Ribeira Branca” (Manuppella *et al.*, 1999c), quaternários, e localiza-se sobranceira ao vale do rio Almonda, orientando-se para NNO.

A gruta I foi descrita por V. Leisner sem grande pormenor, mas o suficiente para destacar a existência



Figura 3 - Ribeira Branca I

de duas câmaras, uma delas de planta quadrangular (idem, 1965: 276) (fig. 3).

Este é o monumento mais curioso, em termos de forma, registado em Portugal. A arquitectura de duas câmaras, uma delas cubicular, confere-lhe uma originalidade com paralelos, em época pré-histórica, fora da Península Ibérica. Passando à descrição, a gruta de Ribeira Branca I está, de um modo geral, em bom estado de conservação. Apenas o acesso à mesma se encontra danificado, tendo certamente contribuído para o facto a construção de um alicerce de betão que se encontra adossada à entrada.

O grau de afectação torna imperceptível a forma original da entrada do monumento. Quanto à primeira câmara, se a dividirmos através de um eixo norte-sul, no lado nascente a forma é ovalada, a poente é sub-retangular. Podemos dizer que apresenta uma planta sub-retangular com um eixo máximo de 4,52m por cerca de 2,40m e 1,90m de altura máxima. Esta cavidade comunica com a segunda através de uma abertura com 1,40m de largura máxima, e 70cm, no topo, de recorte rectangular cuja base, mais larga, evidencia sinais de algum desgaste. A outra câmara, mais pequena, tem uma forma quadrangular, com 1,80mx1,70m e 1,80m de altura; possui uma pequena cavidade 25cmx30cm, provavelmente natural, que se prolonga para o interior do afloramento. O acesso a esta câmara não possui qualquer rebaixamento (fig. 4).

A forma cubicular da cavidade menor, de paredes direitas, e o facto da abertura para a mesma apresentar um recorte rectilíneo são elementos que, conjugados, permitem colocar a hipótese de estarmos perante uma segunda fase de construção, em época histórica. Por exemplo, a tendência para se construírem câmaras não circulares manifesta-se bastante no período medieval espanhol, mas com outro tipo de funcionalidade (Monreal Jimeno, 1989). Por outro lado, atendendo aos monumentos da Estremadura, estas características são únicas dado que as formas das câmaras são tendencialmente circulares, de tecto abobadado, geralmente mais baixo, por vezes insuficiente para se entrar numa posição erecta. Inicialmente, poderia ter sido escavada uma câmara única, de planta ovalada ou mesmo sub-rectangular,

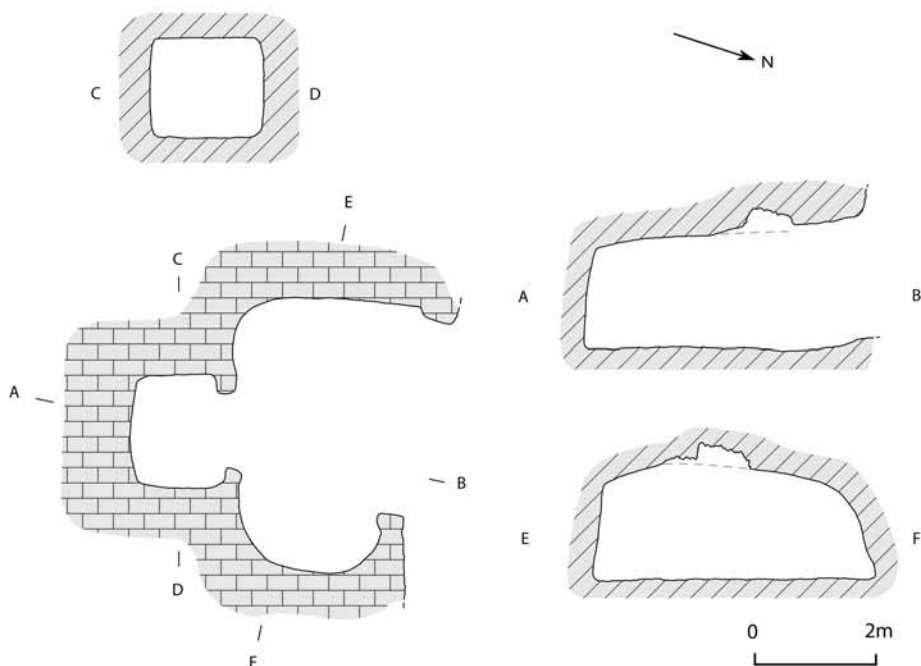


Fig 4 - Ribeira Branca : planta e cortes

destinada a acolher enterramentos. Num segundo momento, ter-se-ia escavado a segunda câmara e, eventualmente, regularizado a primeira, tornando-a mais rectilínea. Os “reutilizadores” poderiam ter esvaziado o conteúdo da gruta, à semelhança de outros sepulcros. Note-se que o único objecto recolhido é o betilo de calcário. Admitimos que a construção, pelo menos da câmara maior, remonte à Pré-história. Não sendo de excluir a possibilidade, bastante provável, de todo o monumento ter sido construído obedecendo à forma que hoje conhecemos.

Em termos formais, Ribeira Branca I é semelhante ao monumento II de Mournouards (Marne), constituído por duas câmaras, ambas de planta sub-rectangular, assimétricas, de paredes direitas. O hipogeu francês tem uma altura máxima de 1,15m. Esta gruta continha um contexto funerário conservado, atribuível ao início do 3º milénio. Foi considerado « [...] une variation originale et d'excellente qualité sur un thème classique. » (Leroi-Gourhan et al. 1962 : 30).

#### Ribeira de Crastos

As grutas artificiais de Ribeira de Crastos situam-se na localidade com o mesmo nome, na vertente Sul do vale da Ribeira de Crastos, freguesia de Vidais (Caldas da Rainha). Do ponto de vista geológico integram-se no complexo de grés superiores do Jurássico (Zbyszewski; Almeida, 1960: 20): as grutas 1 e 2 são escavadas num calcarenito, embora a segunda gruta corte também um estrato margoso, subjacente ao primeiro. Ambas têm a entrada orientada a Nordeste.

Escavadas por Manuel Heleno nos anos 40 do século XX, o seu espólio foi posteriormente publicado por O. da Veiga Ferreira, que assinala a sua proveniência como sendo de “grutas” (idem, 1977).

A partir do espólio exumado, sem registo do seu contexto, podemos identificar um conjunto, associado a uma fase de ocupação campaniforme, e um outro, talvez mais antigo, mas cuja atribuição segura a um período é bem mais complexa devido às longas diacronias dos materiais (Jordão e Mendes, 2000). Apontamos para uma ocupação ao longo do 3º milénio a.C.

A gruta I (fig. 5) é constituída por uma câmara tendencialmente ovalada, tem 2mx4,25m e uma altura máxima de 2m. Possui uma diáclase, lateral à câmara, que se desenvolve para o interior do afloramento, de altura e largura médias, respectivamente, de 0,30m e 1,20m. Poderá ter sido utilizada como corredor de acesso, apesar da reduzida largura inicial. Actualmente a parede Nordeste está destruída, conferindo-lhe aspecto de abrigo sob rocha, porém, é plausível que aqui tivesse sido feita também uma entrada, da qual não restam vestígios. Este acesso teria facilitado a escavação da câmara bem como a sua utilização. Se admitirmos o corredor como única entrada – lateral e natural – este seria um caso atípico nas grutas artificiais estremenhas (fig. 7).

A segunda cavidade (fig. 6) é contígua à pri-

meira, composta por uma câmara mais pequena, com 1,80mx4m. A planta é de tendência circular, mas irregular. Ostenta dois “nichos” naturais à direita da entrada. Desenvolve-se para Oeste, estreitando abruptamente em relação ao resto da câmara, prolongando-se por mais 5m, perdendo-se esta diáclase para o interior do aflora-

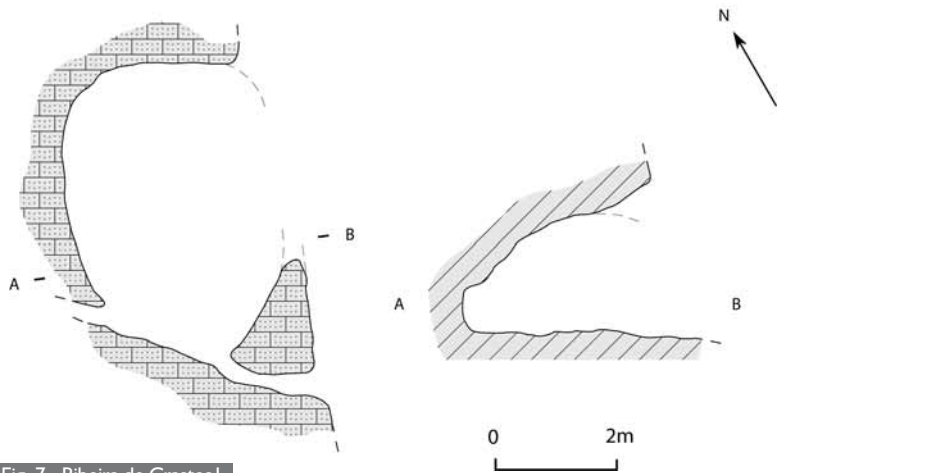


Fig. 7 - Ribeira de Crastos I

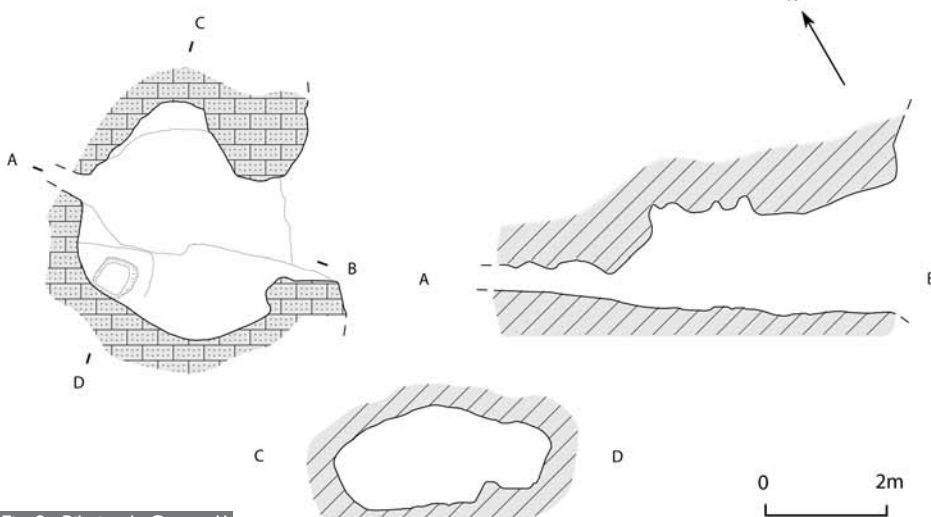


Fig. 8 - Ribeira de Crastos II



Fig. 5 - Gruta de Ribeira de Crastos I



Fig. 6 - Gruta de Ribeira de Crastos 2

mento. Apresenta um pequeno nicho, com 35cmx25cm; uma pequena cavidade no rodapé norte e, por último, uma concavidade hemisférica (50cm de diâmetro por 15cm de profundidade) escavada numa pequena bancada,(fig. 9). O chão é escavado na rocha, uma marga, camada estratigraficamente inferior à de calcarenito, e mais branda, rebaixada cerca de 80 cm relativamente à entrada. O tecto não apresenta traços de acção antrópica, ao invés, a parede Sul, foi afeiçoada de forma a formar um declive suave até ao chão (fig. 8).

Ambas as grutas foram escavadas a partir de uma sugestão natural. A câmara da gruta 1 foi construída provavelmente a partir da diáclase/corredor. No caso da gruta 2, essa sugestão foi bem mais evidente, existindo mesmo uma cavidade natural, bastante irregular, alvo de afeiçoamentos em zonas particulares: o chão, a parede Sul, dois nichos e uma cavidade em bancada. Esta característica semi-artificial foi notada por Manuel Heleno, que lhe parecia “[...] ter sido feita numa lapa natural e afeiçoada pelo homem.” (Cadernos de Manuel Heleno, 1952 nº 8). Relativamente à arquitectura interior, destacamos a depressão hemisférica na bancada, dado que continha “[...] um vaso, uma faca que se partiu em três fragmentos e uma ponta de seta.” (idem)(fig.9). A associação dos artefactos à estrutura parece evidente, apesar de não haver qualquer registo gráfico. A corroborar esta ideia temos a confirmação oral do colaborador de Manuel Heleno, o Sr. João “Moleiro”, que retirou depósitos que selavam os artefactos. Ao contrário dos nichos, frequentes nos monumentos espanhóis e, sobretudo, mediterrânicos, as bancadas (receptáculos de oferendas) não são tão comuns. Existem em Palmela 4 (Soares, 2003: 60) e na Sardenha, em hipogeus do Vale do Tirso (Depalmas, 1994) ou no território de Florinas (Melis, 1994).



Fig. 9 - Bancada com depressão hemisférica

### **Pernes**

Este é talvez o sítio sobre o qual possuímos menor volume de informação. Foi referido pela primeira vez por V. Ferreira “uma gruta junto à ribeira de Pernes, 600m abaixo de Pernes” (idem, 1966: 64). Porém, o próprio, quando publica os materiais de Quinta das Lapas, faz uma breve alusão às de Pernes, por serem as que mais se assemelham às de Monte Redondo, e “que hoje desapareceram completamente” (idem, 1970: 4). Não sabemos, portanto, se existiria um ou mais monumentos mas presumimos que a sua tipologia seria idêntica à de Quinta das Lapas. Em termos geológicos, esta zona é de “tufos calcários quaternários dos rios Alviela e Almonda” (Zbyszewski *et al.*, 1974: 36), a mesma matéria-prima utilizada para a construção das grutas de Ribeira Branca.

### **Casal da Lapa**

Descrita sumariamente por M. Heleno nos seus cadernos de campo (Gruta artificial do Casal da Lapa, Torres Vedras, s.d.), foi posteriormente referida por Cândido de Freitas na sua tese de licenciatura em 1959, subordinada ao tema “A Arqueologia do concelho de Torres Vedras”, segundo a qual teria sido Leonel Trindade, em 1947, o ilustre descobridor. Sabemos que há uma notícia de jornal datada de 22-11-1941 com uma fotografia da gruta do Casal da Lapa, recortada e colada nos Cadernos de Heleno (fig 11). Portanto ela existe para a comunidade, pelo menos, desde 1941. Cândido de Freitas informa ainda que a cavidade já não continha qualquer espólio, embora houvesse rumores da possibilidade de haver vestígios de ocupação. Depois desta houve outras vagas e pontuais referências a uma gruta no Casal da Lapa, nunca se chegando a apresentar qualquer descrição ou imagem da mesma.

Localiza-se na freguesia de A-dos-Cunhados (Torres Vedras), a Sul da Ribeira de Alcabrichel. Geologicamente, numa pequena encosta de arenito, integrada na formação de “grés, margas, argilas e conglomerados do Bombarral” (Manuppella *et al.*, 1999a: 75), virada a Nascente.

A sua existência foi confirmada por nós próprios, que em 2002 tivemos oportunidade de visitar o local, juntamente com Emanuel Carvalho. Actualmente a cavidade encontra-se permanentemente inundada devido a um canal de uso agrícola que passa junto à entrada. Este facto dificultou a tarefa do seu levantamento.

Trata-se de uma gruta escavada na rocha, constituída por uma câmara de planta sub-circular, ao nível

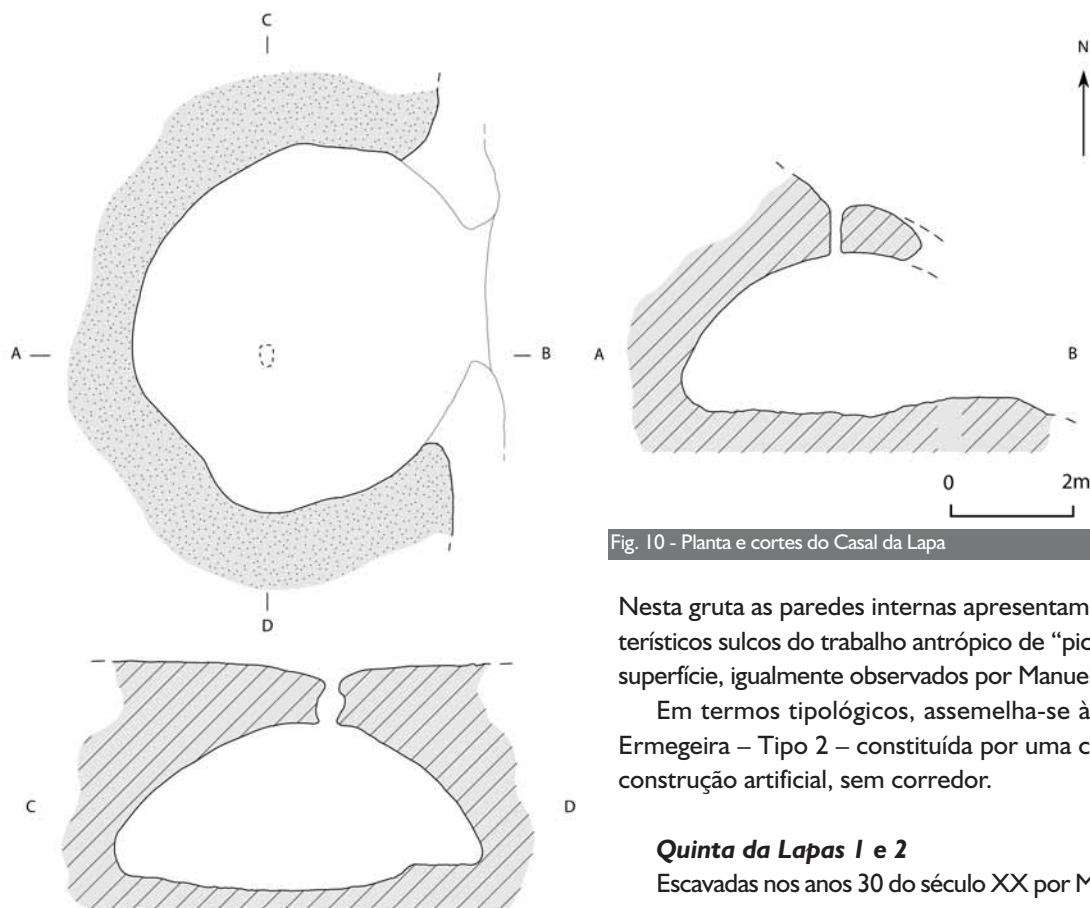


Fig. 10 - Planta e cortes do Casal da Lapa

Nesta gruta as paredes internas apresentam os característicos sulcos do trabalho antrópico de “picagem” da superfície, igualmente observados por Manuel Heleno.

Em termos tipológicos, assemelha-se à gruta da Ermegeira – Tipo 2 – constituída por uma câmara de construção artificial, sem corredor.

#### Quinta da Lapas 1 e 2

Escavadas nos anos 30 do século XX por M. Heleno, as grutas de Quinta das Lapas permaneceram inéditas até à publicação do seu espólio por V. Ferreira nos anos 70. Em 1992, J. Ludgero Gonçalves estuda e publica integralmente os artefactos, propondo uma cronologia desde o Calcolítico ao Bronze.

Localizam-se no concelho de Torres Vedras, freguesia de Monte Redondo, em frente à Quinta das Lapas. Foram escavadas numa pequena elevação de arenito, chamado também “Grés de Torres”. Ambas as aberturas estão viradas a Noroeste.

Quinta das Lapas 1, contígua à gruta 2, apresenta uma câmara de planta ovalada, com cerca de 4,20mx2,50m e 2,10m de altura, ostentando um pequeno constrangimento no acesso à mesma. A cota do chão é mais baixa relativamente à cota da entrada (fig. 12 e 14).

Esta cavidade é mais regular do que a gruta 2, evidenciando-se aqui o trabalho antrópico. Podemos supor, à semelhança da segunda, que teria existido uma forma natural, posteriormente afeiçoada, porém, não existem provas físicas suficientes para sustentar esta afirmação.

A gruta 2 de Quinta das Lapas é constituída por uma câmara tendencialmente circular na sua base, com 3,20mx4m e 2,20m de altura; a cerca de 40 cm do chão, as paredes apresentam três concavidades, respectivamente, de sul para norte, de 3,20mx1,60m, 1,60mx1,55m e 1,60mx0,60m, traçando neste nível uma planta bastante mais irregular, (fig. 13 e 14).

da base, com cerca de 6mx5,80m. A probabilidade de não existir um corredor é elevada, quer pelo facto de o limite do afloramento ser junto à entrada, quer pelos paralelos arquitectónicos que existem na região. Corredor, a existir, teria que ser construído, não existindo vestígios do mesmo. O tecto abobadado apresenta uma pequena abertura que comunica com o exterior, apenas semelhante na sua localização às clarabóias das grutas da Península de Lisboa e Setúbal. Porém, o orifício parece natural e é bastante irregular e estrangulado, com larguras que variam entre os 15cm e os 40 cm. Não nos parece defensável a classificação como clarabóia, (fig 10).



Fig. 11 - Casal da Lapa

A gruta já não possui potência estratigráfica, encontrando-se toda a rocha da estrutura à vista. Se considerarmos a cavidade provida de enteramentos e respectivo espólio, estes “nichos” localizar-se-iam junto ao chão. A sua formação é natural. Muito provavelmente, foi encontrada uma cavidade, com uma estrutura bastante irregular que, pontualmente, foi afeiçoada. Podemos verificar a escavação antrópica na base da gruta – o chão foi rebaixado cerca de 30 cm –, em parte das paredes e do tecto. Porém, estas últimas são bastante irregulares, sugerindo que não foram alisadas por opção. As pequenas cavidades laterais permaneceram. Não sabemos se teriam sido aproveitadas no contexto de utilização deste espaço.

Ambas as cavidades enquadram-se no tipo de grutas aparentemente características da região Oeste – Tipo 2, câmara única sem corredor. Cremos, ao

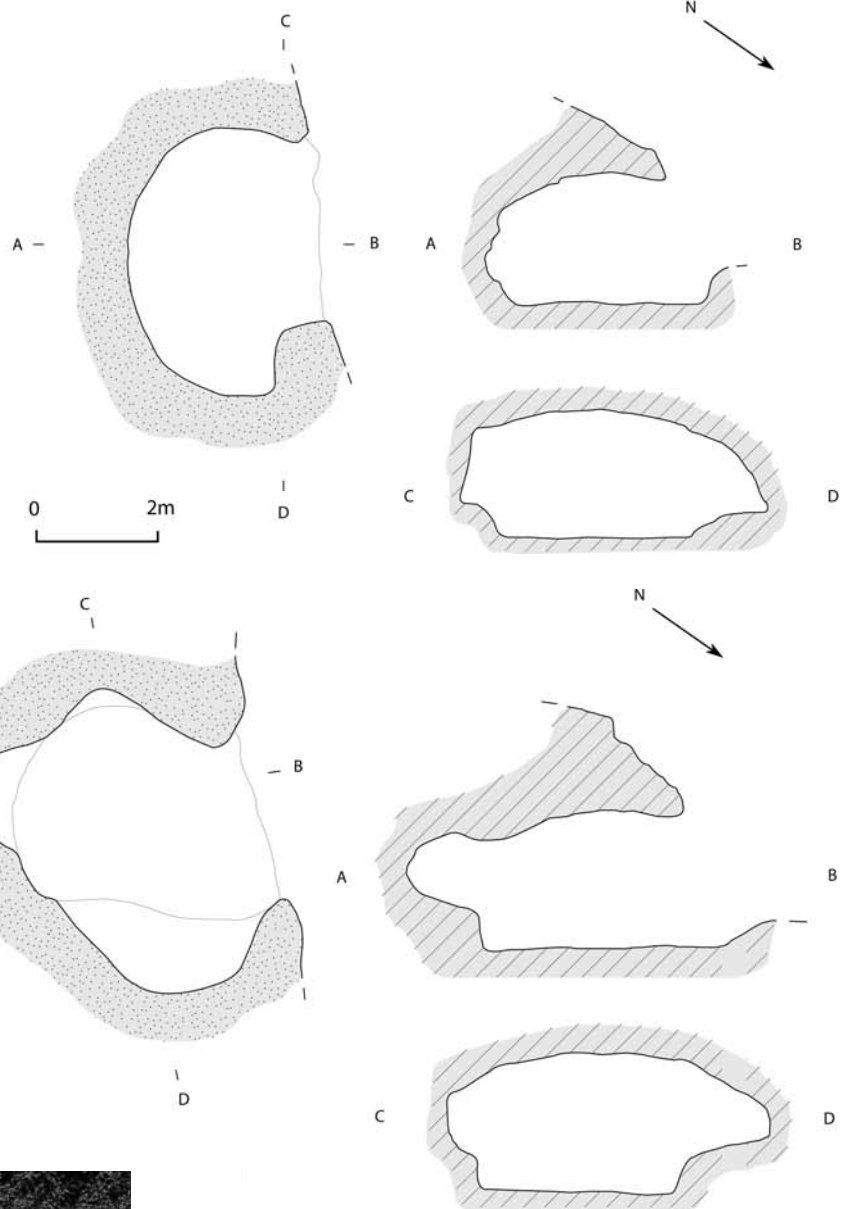


Fig 14 - Quinta das Lapas I e II



Fig. 12 - Quinta das Lapas I



Fig 13 - Quinta das Lapas II

contrário de J. Ludgero Gonçalves, que a ausência de corredor é uma realidade original, e não consequência de qualquer acção destrutiva (idem, 1992: 248). Observando as entradas verificamos que se encontram à face do próprio monte e não existem vestígios de uma construção pétreia que formasse um corredor. Paralelamente, não foram encontrados indícios de qualquer tipo de estrutura no local, quer pelo autor citado, quer por nós próprios.

Quinta das Lapas 1 é uma gruta artificial. Quinta das Lapas 2 é um recurso natural disponível que foi gerido no sentido de agir o suficiente sobre ele de modo a torná-lo adequado a determinada função – é uma gruta semi-artificial. Curiosamente, o seu escavador, Manuel Heleno, escreve nas suas notas de campo que se trata de uma gruta “intermediária entre as naturais e as artificiais” (Cadernos de Manuel Heleno, 1939).

À direita da gruta 2 há uma pequena reentrância natural na rocha da qual não existe nenhum registo oral ou escrito, nem tão pouco de artefactos aí encontrados não fazendo parte deste estudo.

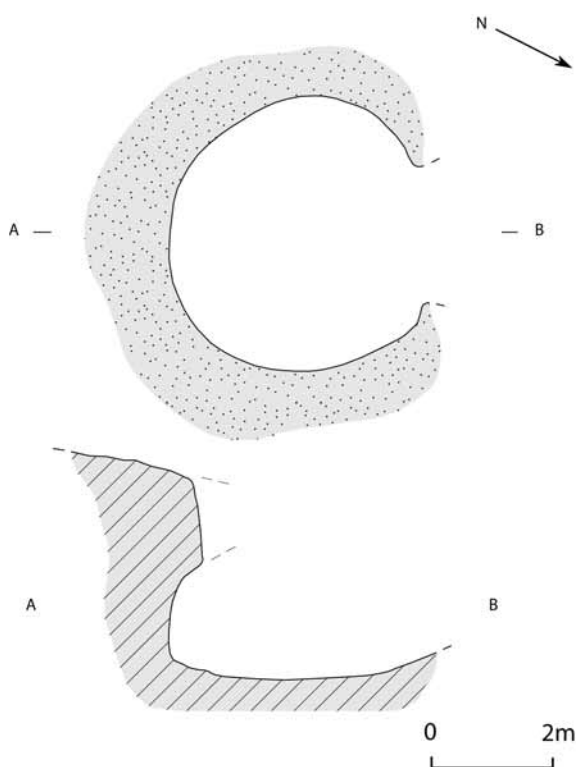


Fig 15 - Ermegeira

<sup>6</sup>Através do decreto 30762 de 26 de Setembro de 1940 a Ermegeira foi classificado como Monumento Nacional.

### Ermegeira

Em 1939 foram descobertos próximo da aldeia da Ermegeira (Torres Vedras) os vestígios de uma gruta artificial escavada no arenito Cretácico e da qual restavam apenas as paredes sul e oeste da câmara, bem como o chão da mesma, sendo por isso possível fazer uma reconstituição da sua planta. Contudo, o seu perfil foi comprometido pela ruína da abóbada devido a acção dos “violadores” que, segundo M. Heleno, autor do estudo deste sítio (1942), “O aparecimento de um par de brincos de ouro e quatro tubozinhos de fôlha enrolada do mesmo metal, ocasionaram a destruição de parte do monumento e das ossadas e abundante cerâmica que possuía”, (fig. 16).

Em 2002 relocalizámos o sítio que se encontrava votado ao abandono e à mercê dos agentes erosivos<sup>6</sup>. Constatámos que já só restava o fundo da câmara e parte do chão que ia sendo destruído devido aos alargamentos sucessivos do caminho que lhe estava adjacente. Voltamos ao local em 2007 e só quem conheceu este sítio no passado é que dirá que ali existiu uma gruta artificial.

É constituída por uma câmara circular, bastante regular, “com diâmetros que oscilam entre 4,50m e 4,30m” (Heleno, 1933: 29). Não é possível saber a altura da abóbada que, em 1932, já não existia, (fig. 15).

O aparecimento de uma laje ao fundo da câmara na altura da descoberta levou o autor a considerar a hipótese de que esta poderia ser a pedra de fecho de uma clarabóia. Contudo, a referida laje nunca foi convenientemente descrita e provém de um contexto pouco seguro que foi alvo de violações. Sabemos também que há outras utilizações possíveis para este tipo de elementos, veja-se por exemplo o caso da Praia das Maças. Por conseguinte consideramos precipitado concluir a partir daqui a existência de uma clarabóia.



Fig 16 - Ermegeira

A matéria-prima escolhida é talvez a mais frágil de todas as estruturas que encontramos, sendo admirável o facto de estes vestígios chegarem até nós. É pertinente supor que muitos destes monumentos funerários se tenham perdido devido a esta fragilidade.

A Ermegeira pertence ao conjunto de grutas que foram escavadas no limite de uma bancada rochosa, impossibilitando a existência de um corredor escavado na rocha. Resta a hipótese de ter tido um corredor construído, de estilo dolménico, contudo, a construção de uma estrada afectou possíveis vestígios que possam ter sobrevivido. Parece-nos mais provável que este seja um monumento de câmara única, muito à semelhança do que acontece com as suas congéneres da região, nomeadamente, a Gruta do Casal da Lapa e as Grutas da Quinta das Lapas.

### **Bolores**

Em 1986 foi efectuada uma intervenção de emergência numa câmara funerária, cujo tecto havia abatido. J. Zilhão, responsável pela escavação, considerou tratar-se de “uma gruta artificial escavada pelo homem na rocha branda” (idem, 1987), não só pela própria estrutura mas também pelo espólio associado: taças de bordo reentrante, um ídolo de calcário e um fragmento de báculo de xisto.

Tivemos oportunidade de visitar o local com um dos escavadores, Emanuel Carvalho, verificando que praticamente já nada restava do monumento.

A sepultura foi escavada num substrato de argilas margosas (Zbyszewski *et al.*, 1955: 17), numa pequena bancada virada a nascente.

### **Cabeço da Arruda I**

A necrópole do Cabeço da Arruda é constituída por três monumentos: uma gruta artificial, um *tholos* e outra sepultura de tipologia indeterminada. Localiza-se na freguesia de Freiria (Torres Vedras).

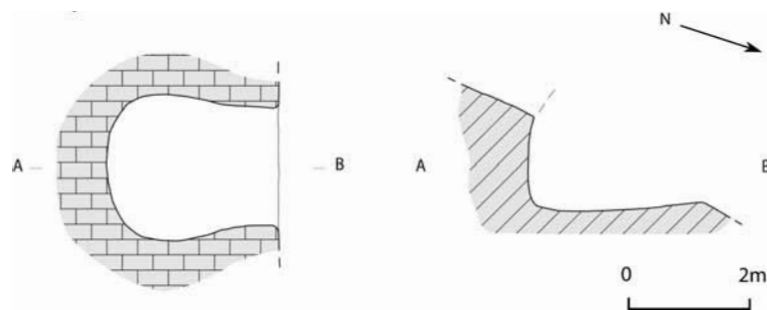


Fig 17 - Cabeço da Arruda

O monumento I – gruta artificial – foi escavado no afloramento calcário, na base de uma colina, e está bastante destruído, conservando-se o chão e uma pequena parte das paredes. A planta é em forma de “U” (Ferreira, 1954: 504). A entrada está orientada a NEE. Foi escavado um nível arqueológico de 45cm de espessura que contém “dês ossements humains (environ 41 individus [...]) associés à dês rares fragments de poteries (seulement un bord denticulé) [...]” (Idem, *ibidem*), e um conjunto diversificado de objectos líticos (pontas de seta, lâminas, seixos talhados, alabardas, etc.), placas de xisto gravadas, ídolos de calcário, objectos em osso e dentes perfurados, contas de xisto, calcário e turquesa. Este espólio, na sua maioria, não destoaria num contexto de Neolítico final, mas a presença dos artefactos de calcário, nomeadamente um “ídolo piriforme”, torna-o heterogéneo. Realçamos a ausência de objectos relacionados com o mundo campaniforme. É importante salientar a observação de que « ce désordre donnait l'impression que tout cet amoncellement avait été transporté et placé dans un creux excavé sur le terrain » (idem, *ibidem*). O facto de os objectos arqueológicos e osteológicos se encontrarem fragmentados e dispersos sugere que, muito provavelmente, este contexto não está preservado e pode ser até uma deposição secundária. Veiga Ferreira coloca a hipótese de este espólio ser proveniente do monumento 2, um *tholos* construído no topo da colina a 15m da gruta, esvaziado e só depois reutilizado. Porém, esta ideia não nos parece consistente, principalmente por duas razões: primeiro, o *tholos* seria então mais antigo do que a gruta artificial, cuja função se resumiria a uma espécie de depósito funerário; segundo, os materiais encontrados, designadamente as pontas de seta de base pedunculada, um micrólito geométrico e o bordo denteado, estão associados a um Neolítico final e não ao Calcolítico. Parece-nos mais plausível pensar num contexto de deposição secundária dentro da própria câmara ou, eventualmente, oriundo de outra sepultura que não o *tholos*. Esta é uma discussão que, dificilmente, poderá ser desenvolvida devido à ausência física dos monumentos.

O tipo de monumento destaca-se pela forma pouco comum da planta e pelo seu reduzido tamanho. Através do único registo gráfico disponível e associando a morfologia do afloramento à tipologia das grutas artificiais da região apontamos como provável estarmos perante um monumento de câmara única, (fig.17).

### **Samarra**

A estrutura da Samarra, quando foi identificada em 1958, já se encontrava bastante destruída. C. França e Veiga Ferreira efectuaram a escavação de um depósito arqueológico, sem estratigrafia conservada, com vestígios materiais e osteológicos resultantes de enterramentos. A um número mínimo de 130 inumações corresponderia um conjunto de artefactos consentâneo com o mundo funerário do 4º – 3º milénio a.C: cilindros e outras peças de calcário, designadamente uma enxó encabada, contas de calaíte, xisto e calcário, fragmentos de instrumentos polidos em osso, nomeadamente alfinetes, lâminas e pontas de seta em sílex (França, 1958).

A arquitectura desta sepultura é impossível de averiguar. Sabemos que, sobre um patamar a cerca de 3m do topo de uma escarpa, localizada junto à foz da ribeira da Samarra, existiu um depósito arqueológico que assentava numa formação arenosa dunar que, por sua vez, se sobrepunha à camada de calcários e margas do Cenomaniano (Almeida, 1991). No topo, uma camada de rochas vulcânicas assenta em calcário do Cretácico, em processo de lapiarização. O estrato arqueológico, embora possa estar em deposição secundária, assenta na camada de areias e é coberto por calcários do Cretácico. Não sabemos se teria existido alguma cavidade natural, proporcionada pela erosão de algum dos estratos. Se o que existiu foi produto de afeiçoamento antrópico então, provavelmente, seria escavada nos estratos arenosos consolidados uma cavidade que mantinha um tecto calcário. Note-se que foram recolhidas numerosas “plaquetas de calcário” (França, 1958: 5), o que nos sugere uma utilização relacionada com a estruturação de uma câmara, servindo como revestimento de um substrato muito friável. Esta situação está atestada na Câmara Ocidental da Praia das Maças, que apresenta algumas lajes a revestir as paredes da cavidade, exactamente onde a rocha é mais branda. Contudo, nada do que foi sugerido anteriormente tem para nós um maior ou menor peso na construção de uma tese sobre a natureza desta estrutura que, infelizmente, desapareceu.

### **Verdelha dos Ruivos**

Perto da aldeia de Verdelha dos Ruivos (Vialonga) foram encontrados vestígios arqueológicos pré-históricos funerários, nomeadamente uma anta (Vaultier *et al.*, 1951), um silo (Zbyszewski *et al.*, 1976) e uma gruta (Leitão *et al.*, 1984). Esta última foi detectada em 1973 já bastante afectada por uma pedreira de exploração de calcário. Revelou uma estratigrafia conservada – foram

identificados quatro níveis arqueológicos – com um espólio associado constituído por material osteológico e um conjunto de artefactos atribuíveis ao mundo campaniforme (*idem*). Foi descrita simplesmente como gruta funerária. M. Leitão não coloca a possibilidade de ter existido algum afeiçoamento da rocha. Porém, quando G. Zbyszewski escreve sobre os vestígios arqueológicos na envolvência do silo, refere-se à gruta como sendo “*mis-naturelle, mis-artificielle*” (*idem*: 76). Esta curiosa observação revela, pelo menos, a suspeita de que não seria uma gruta natural, talvez devido ao facto de não ser escavada apenas no calcário: a cavidade atravessa diversas camadas de rocha com diferentes graus de dureza. De facto, não parece credível que, uma escavação efectuada por agentes naturais, actuando sobre materiais heterogéneos produza, como resultado final, uma cavidade regular. É verosímil que tenha existido um abrigo natural, afeiçoado de alguma forma para ser utilizado como sepultura. Tal como a Samarra, são sítios que foram encontrados bastante destruídos, hoje desaparecidos, impossibilitando a percepção das respectivas arquitecturas.

### **Praia das Maças (câmara ocidental)**

Na povoação da Praia das Maças, no lugar do Outeiro das Mós, foram descobertos em 1927, no decurso de trabalhos agrícolas, os vestígios de uma necrópole pré-histórica. Dois anos mais tarde Saavedra Machado, colaborador do Museu de Etnologia, publica n’O Arqueólogo Português uma primeira notícia deste monumento. Apesar da importância do sítio este é votado ao abandono até 1961, altura em que os investigadores V. Leisner, G. Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira promovem escavações arqueológicas e realizam o levantamento do local, publicando os resultados em 1965 e 1969.

Dez anos depois J. Ludgero Gonçalves faz novas escavações numa pequena parte do complexo funerário que J. Cardim Ribeiro, nos anos setenta, notara que ficara por estudar. Nesta altura é elaborado um novo e rigoroso levantamento das estruturas.

O conjunto de estruturas funerárias é constituído por uma gruta artificial, que desemboca numa câmara de um *tholos*, numa rara associação espacial em continuidade temporal. Ambos os monumentos estão orientados para Este e implantados no complexo de arenitos, argilas e calcários do período Cenomaniano (Almeida *et al.*, 1991). No presente trabalho interessa-nos essencialmente a cavidade artificial que encerra em si uma série de singularidades que passaremos a descrever e analisar.

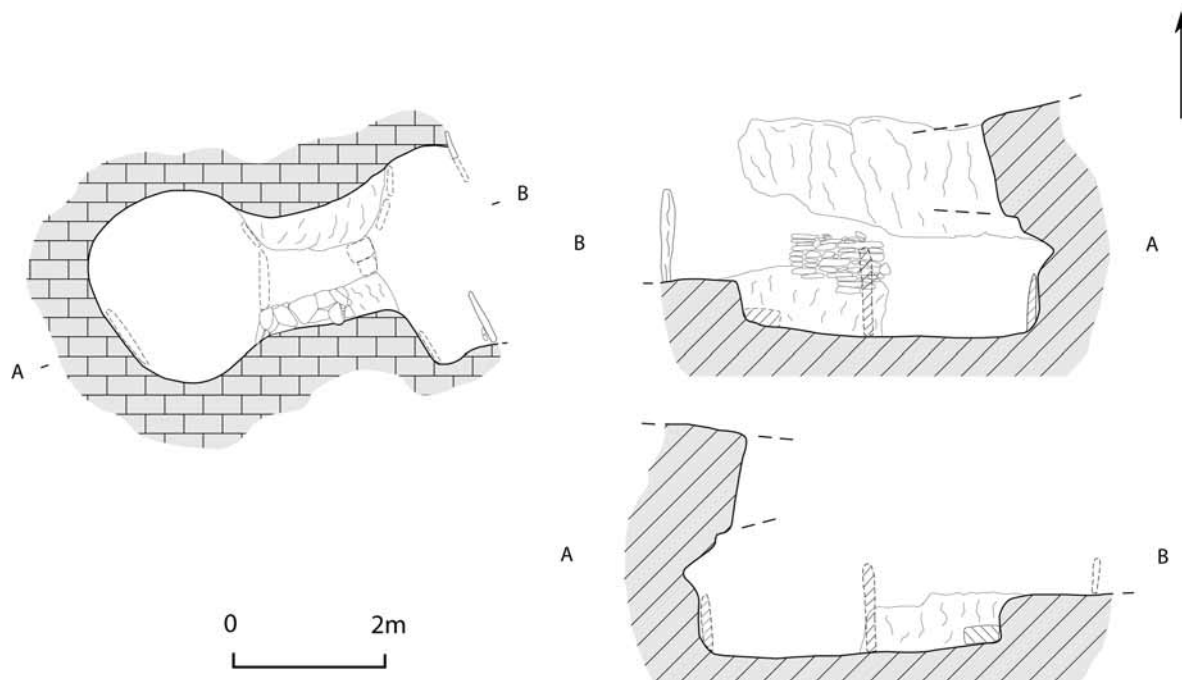


Fig 18 - Câmara Ocidental da Praia das Maças

A estrutura é divisível em três partes distintas – câmara, corredor e um átrio. Começando por este último, é uma área de acesso com dois nichos laterais, um a norte e outro a sul, formando um espaço sub-retangular com cerca de 2,80m por 0,70m/ 0,90m, perpendicular à orientação longitudinal do resto do monumento. Os nichos são parcialmente escavados num calcário margoso muito friável e forrados na sua base com 5 lajes calcárias com cerca de 0,70m de altura. Estas, por um lado, definem a planta dos nichos a Este, e por outro reforçam a frágil camada de rocha onde foram escavados a Oeste. Possivelmente este átrio seria também coberto por lajes horizontais (cf. Leisner et al., 1969). Apesar de não existirem indícios, o facto de esta parte constituir a transição entre o corredor da gruta e a câmara do *tholos*, a sua arquitectura original poderá ter sido alterada ou perturbada aquando da construção do muro de base que suporta a falsa cúpula.

A segunda parte corresponde a um pequeno corredor de 1,80m de comprimento por 0,50m de largura escavado 0,30m abaixo do nível do átrio. Para atenuar o desnível foram colocadas duas pequenas lajes horizontalmente, uma ao lado da outra em jeito de degrau. As paredes do corredor são verticais na base até à altura de 0,70m alargando a partir daí de forma irregular. Na parede sul há uma reentrância para o interior da rocha que foi preenchida com pequenas lajes sobrepostas.

A terceira e última parte é uma pequena câmara circular de 2m de diâmetro com cerca de 1,50m de altura. As escavações de 1961 revelaram uma grande pedra

tombada para dentro câmara que foi interpretada como sendo a de fecho deste espaço. Tal como nos nichos do átrio, também aqui foram encontradas três lajes em posição vertical a forrar a parede, (fig. 18).

A observação atenta do que resta desta gruta, tendo em consideração as informações publicadas sugeriu-nos algumas interpretações.

A estrutura estratificada da rocha onde se implanta a Câmara Ocidental é do topo para a base constituída por um estrato calcário compacto e rijo mas muito fragilizado pela sua lapiarização, com cerca de 1,5m; os restantes estratos, de calcário margoso pouco coeso e muito friável, à medida que nos aproximamos do chão da gruta vão acentuando estas características. Os construtores não foram indiferentes a esta sequência, escavando unicamente a camada mais branda e deixando ficar a espessa camada superior de calcário, na qual não efectuam qualquer intervenção, mantendo e aproveitando a sua inclinação horizontal natural. Desta forma, o tecto da gruta seria plano e não abobadado. Isto é observável no seu arranque, que não se desenvolve através de uma curva suave para obter a forma de abóbada, mas através de um ângulo vincado que coincide com a mudança de estrato da rocha. Por outro lado, e não menos importante, é o facto de os construtores com a mesma intenção de manter a camada de rocha mais rija intocável, e simultaneamente ganhar pé-direito, rebaixarem a câmara e corredor em relação ao nível do átrio. Esta é também uma das razões porque acreditamos que este último, a ter uma cobertura, seria de lajes e não rochosa.

Não é de excluir que este monumento tenha sido construído partindo de uma pequena cavidade natural no estrato de calcário margoso, que estaria em formação na junta de estratificação com o calcário. Este facto justificaria a razão da grande irregularidade na parte superior das paredes do corredor, que são verticais na base até à altura de 0,70m, alargando a partir daí sem que se perceba a razão para os construtores o terem feito, se de seguida a viriam a preencher com lajes, aparentemente para manter a largura do corredor e a verticalidade das suas paredes.

O aproveitamento das características da rocha e o recurso a esta técnica de construção teria condicionado um plano arquitectónico da gruta caso houvesse a intenção de a fazer maior com uma câmara abobadada e clarabóia, (fig. 19).

Outra questão que se afigura particularmente interessante é a possibilidade que temos em associar um monumento deste tipo e construído desta maneira às fases finais do Neolítico através do conjunto artefactual homogéneo que aqui foi encontrado composto por placas de xisto, alfinetes de cabeça canelada, pontas de seta com base pedunculada, vasos hemisféricos e taças carenadas. Assim, este tipo de cavidade é coevo com o primeiro momento de construção das grutas artificiais neste território, anulando a possibilidade destes monumentos mais “toscos” corresponderem a fases tardias e decadentes do fenómeno podendo, no entanto, prolongar-se até elas.



Fig. 19 - Câmara Ocidental

### **Tojal de Vila Chã 1, 2 e 3**

As grutas artificiais de Tojal de Vila Chã, Carenque, localizam-se na freguesia da Mina (Amadora). Construídas numa bancada de “calcários e margas do Albiano-Cenomaniano” e de “calcários com rudistas do Cenomaniano” (Ramalho *et al.*, 2001), situada na margem direita da ribeira de Carenque, a meio da encosta da Serra da Silveira.

A necrópole foi escavada por M. Heleno pouco depois da sua descoberta, em 1932, e publicadas pelo mesmo um ano depois. Foram apresentadas descrições dos monumentos e o espólio é caracterizado sumariamente, identificando um conjunto de “estilo dolménico” e outro de “tipo Palmela” (1933: 12). O conjunto conta com artefactos votivos de calcário, como enxós, ídolos, lúnulas, etc., alfinetes em osso, contas diversas e placas de xisto gravadas. Recentemente, V. Gonçalves publicou um estudo sobre as placas de xisto das necrópoles de Carenque e das Baútas, no qual reúne todos os elementos disponíveis sobre estes sítios, incluindo a republicação das plantas e a referência aos materiais arqueológicos dispersos por várias publicações (Gonçalves *et al.*, 2004).

A necrópole de Carenque é constituída por três grutas artificiais às quais, provavelmente, poderíamos acrescentar uma quarta, já destruída, referida por Heleno nos cadernos de campo, cujo espólio seria pouco significativo (Gonçalves *et al.*, 2002: 123). No artigo sobre a gruta da Ermegeira, M. Heleno publica a sua planta – Vila Chã, gruta IV (1939). Aparenta ser uma estrutura

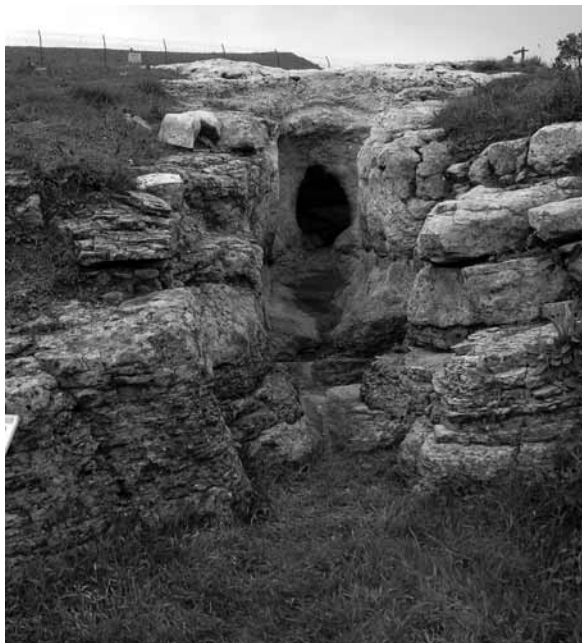


Fig. 20 Vila Chã – gruta I

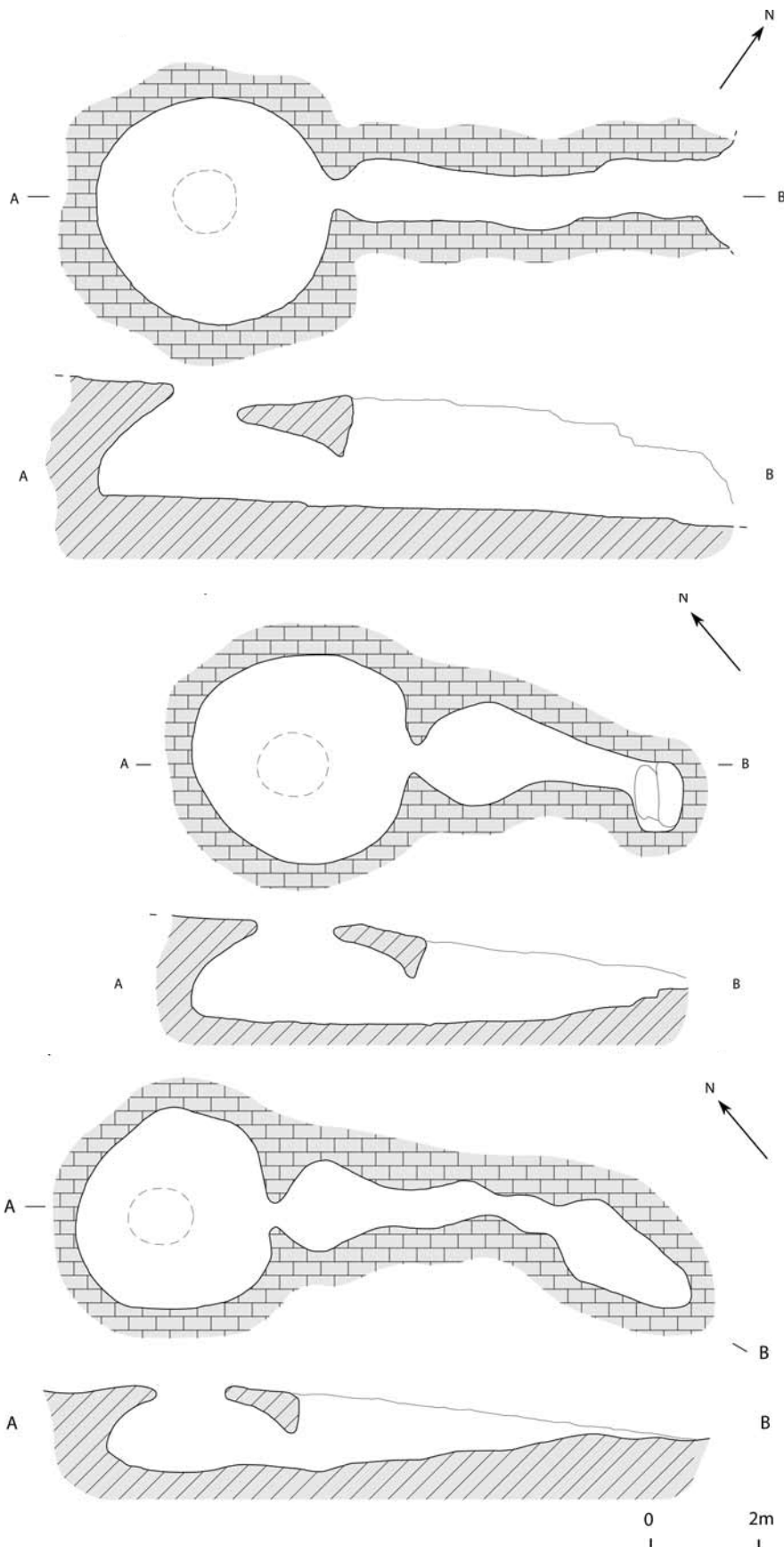


Fig.21,22 e 23 - Carenque I, II e III

constituída por uma pequena câmara circular, com cerca de 1m de diâmetro, eventualmente comunicando com uma outra, de planta irregular com, grosseiramente, 2mx1,5m. Estas pequenas cavidades são escavadas na rocha mas, através dos registos gráficos, verifica-se que já não apresentariam tecto. Pela sua reduzida dimensão e pelo seu afastamento relativamente à necrópole, poder-se-ia tratar de uma estrutura diferente das grutas artificiais.

As três grutas artificiais têm, como elementos principais, uma câmara com clarabóia e um corredor fazendo parte, tipologicamente, do grupo principal de monumentos da Península de Lisboa e Setúbal – Tipo I, (fig. 20).

A gruta I foi escavada na base da bancada de calcário, sendo constituída por uma câmara de planta circular, com 4,35mx4,20m, e uma entrada é oval com “0,83m de altura e largura máxima de 0,59m” (Heleno, 1933: 8). Possui ainda uma clarabóia com um eixo máximo de 1,30m. O acesso ao monumento começa com “uma espécie de vestíbulo circular de paredes em parte abertas no calcário, em parte feitas em lages delgadas com barro e sôbrepostas ao banco rochoso.” (idem: 8). De seguida começa o corredor que, segundo M. Heleno, “esteve coberto de lages assentes numa reentrância do bordo superior. Chegou até nós uma delas, embora partida. Junto dela, em reforço da parede, uma lage a pino a servir de esteio, com altura de 0,87m. Do lado oposto, sôbre o banco, uma parede para levantamento do mesmo.” (idem, *ibidem*). As paredes são, tendencialmente, paralelas e direitas durante os dois primeiros metros, distando entre si cerca de 1,10m. A partir daqui há um estrangulamento passando a ter, aproximadamente, entre 0,80m-0,90m, durante 1,5m. Posteriormente abre-se, em jeito de antecâmara, e as paredes tornam-se côncavas. Este último troço tem 3m de comprimento. Esta gruta tem a particularidade de conservar os negativos, nomeadamente, da laje de fecho da entrada da câmara e das lages que tapavam o corredor. A entrada está virada a NE, (fig. 21).

Curiosamente, M. Heleno publica as

plantas das grutas 2 e 3 mas nunca chegou a publicar o desenho da gruta 1. Só em 1999 esta é revelada, sendo redesenhada a partir do esboço original de Valença (Miranda et al., 1999) - fig. 20.

As grutas 2 e 3 são escavadas no topo da plataforma calcária orientadas, respectivamente, para SE e S/SE. A primeira apresenta uma câmara de planta de tendência circular, com 4,80mx4,20m; a entrada tem o recorte de uma “ferradura” (idem, ibidem: 9). O corredor, “piriforme, de fundo côncavo, apresenta-se com comprimento de 5,50m e bojo de 2,10m e altura junto à câmara de 1,75” (idem, ibidem); desenvolve-se como uma rampa em direcção à superfície e, no final, alarga-se formando “uma espécie de concha” (idem, ibidem), na qual se escavaram dois degraus; (fig.24). Este monumento possui uma clarabóia circular com cerca de 1,60m de diâmetro. Por último, segundo o seu escavador, o corredor seria coberto por lajes, (fig. 22).

A gruta 3 de Carenque é de câmara sub-circular, com 3,80mx3,60; tal como a gruta 2 a entrada é em forma de “ferradura” (idem, ibidem); com um corredor bastante irregular, que se pode dividir num primeiro troço, junto à câmara, de cerca de 5m de comprimento, com uma largura máxima de 1,85m e uma largura mínima de 40cm; um segundo segmento, ovalado, orientado mais para SO, de 2,90m de comprimento por 1,50m de largura. A câmara possuía uma clarabóia cujos bordos se encontram erodidos, não se conseguindo perceber as dimensões originais, (fig.23).



Fig. 24- Tojal Vila Chã II – degraus

Esta necrópole é um dos conjuntos mais bem preservados do seu género. A sua homogeneidade arquitectónica permite-nos testemunhar que houve um plano prévio dos seus construtores que concebia uma câmara circular com clarabóia e um acesso que poderíamos dividir em três partes: a primeira assemelha-se a um átrio, de morfologia diferente em cada uma das grutas. Como é a parte mais exposta, e menos estruturada, é também a menos bem conservada, porém em Carenque, ao contrário de Alapraia e Palmela, ainda é visível. A segunda corresponde a um corredor de dimensão variável, por vezes sinuoso, e que possivelmente seria coberto por lajes. A terceira, designada por alguns autores de antecâmara, tem uma planta ovóide e paredes côncavas. Em alguns casos poderia ser parcialmente coberto por tecto rochoso, como Palmela I.

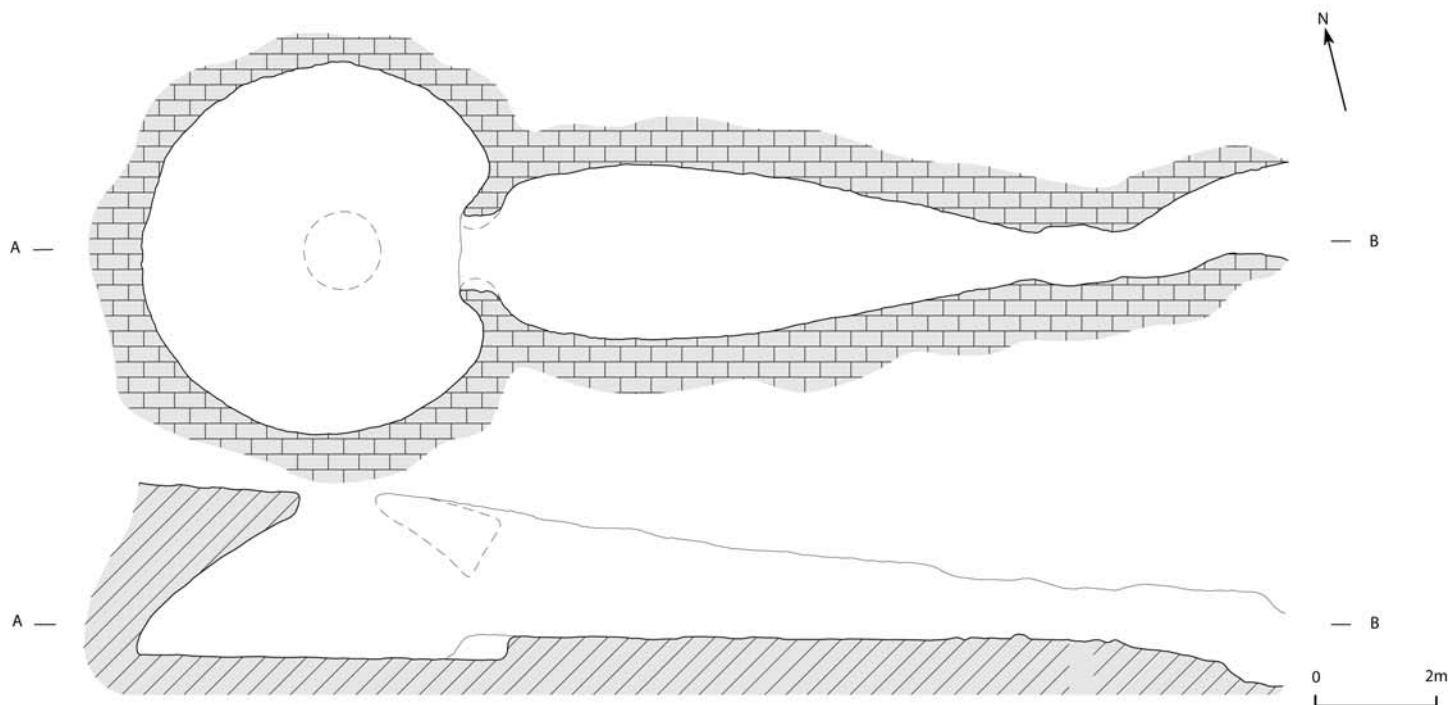
#### **Alapraia 1, 2, 3 e 4**

A notável necrópole de Alapraia é das maiores e mais bem preservadas da Estremadura portuguesa sobre a qual se produziu grande quantidade de estudos. A sua homogeneidade arquitectónica não oferece dúvidas quanto ao género morfológico. São quatro grutas artificiais de tipo clássico de câmara abobadada com clarabóia e corredor. Este último é o único elemento que possui alguma variabilidade quer em forma quer em tamanho. Assim, embora partilhemos globalmente das últimas interpretações publicadas, no que concerne à arquitectura deste conjunto, seria incoerente não incluir estas descrições neste trabalho, ainda que de maneira simples e sintética.

Situadas na povoação com o mesmo nome, as grutas foram escavadas num afloramento calcário do “Mioceno Bordigeliano” (Paço, 1955: 27) que é relativamente homogéneo e compacto aspectos que, à semelhança de Carenque, terão ajudado à sua preservação.

A primeira notícia escrita desta necrópole remonta a 1889 por Francisco de Paula e Oliveira acerca da Gruta I que era já conhecida localmente como “Cova dos Mouros”. Nesta altura encontrava-se já desprovida de espólio e era usada como pocilga e depósito para lenha.

Com a descoberta em 1932 de uma segunda gruta por Eugénio Jalhay e Afonso do Paço esta necrópole ganhou renovado interesse e atenção. As escavações começaram nesse mesmo ano e prolongaram-se até 1935. A convivência com o local permitiu descobrir uma terceira cavidade em 1934 que no entanto só foi alvo de investigações em 1942. No ano seguinte, en-



quanto se abria uma vala para instalação de uma conduta de água, encontrou-se a Gruta 4. Todas elas foram objecto de estudo e de trabalhos de campo, dando origem a diversas publicações durante a década de 40 e 50 do século passado. Recentemente, V. S. Gonçalves tem vindo a fazer vários trabalhos de síntese e a publicar novas interpretações numa perspectiva crítica sobre o conjunto de Alapraia, quer do ponto de vista da arquitectura quer do seu espólio (1992, 1993, 1994, 1995, 2003 e 2005).

Fazendo uma breve descrição de cada uma das estruturas, a Gruta 1 é composta por uma câmara circular de 5,30m de diâmetro, não ostentando já o topo da sua abóbada. A conversão deste espaço em pocilga no século XIX provocou estragos no recorte da entrada que passou a ser quadrangular. O seu corredor, o maior de entre todos os conhecidos, com cerca de 13,5m, é constituído por duas partes. Uma mais estreita e tortuosa com uma largura que varia entre 1,50m no seu início e 0,80m no máximo estrangulamento e outra em forma de gota alongada – antecâmara – com 8,5m de comprimento e 2,9m de largura máxima, estreitando de seguida até à entrada da referida câmara, (fig.25).

Passando para a Gruta 2, o corredor possui só esta espécie de antecâmara, que aqui toma uma forma mais ovalada com cerca de 4,90m no seu eixo longitudinal e 2m de largura máxima. A possibilidade de existir um primeiro troço não é de excluir mas este, estando a uma cota superior, teria sido facilmente destruído com a abertura da estrada que lhe está adjacente. A câmara

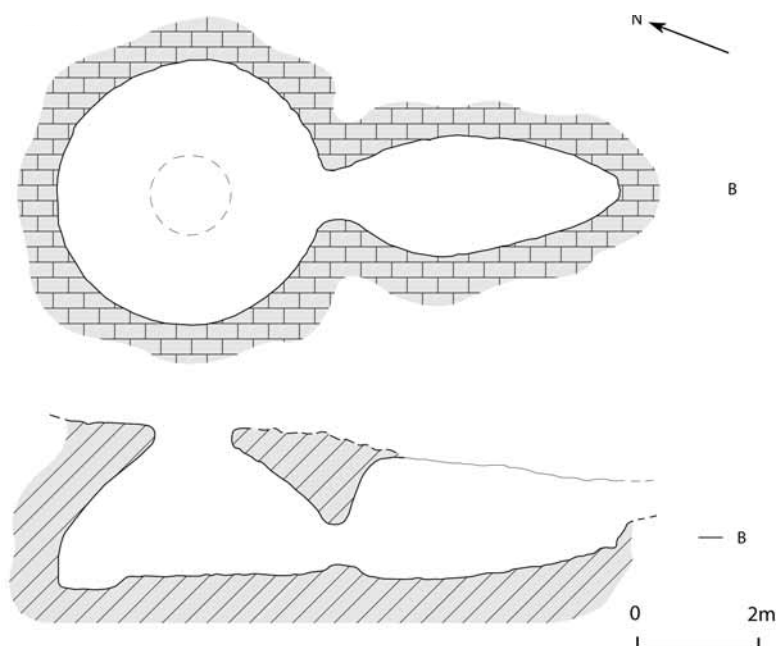


Fig. 25 e 26- Alapraia I e 2

circular com 4,30m de diâmetro ainda conserva a totalidade da abóbada que atinge 2,20m de altura. No topo e ao centro, encontra-se a característica clarabóia que aqui tem 1,40m de diâmetro (fig.26). A terceira gruta que se encontrava parcialmente no interior de uma casa rústica (hoje já desafogada dessa “cobertura”) apresenta uma câmara de 6,20m de diâmetro, 2,40 de altura e uma clarabóia de 1,40m de diâmetro (fig.27). Eugénio Jalhay e Afonso do Paço apenas escavaram e desenharam esta parte em 1942 por questões de segurança

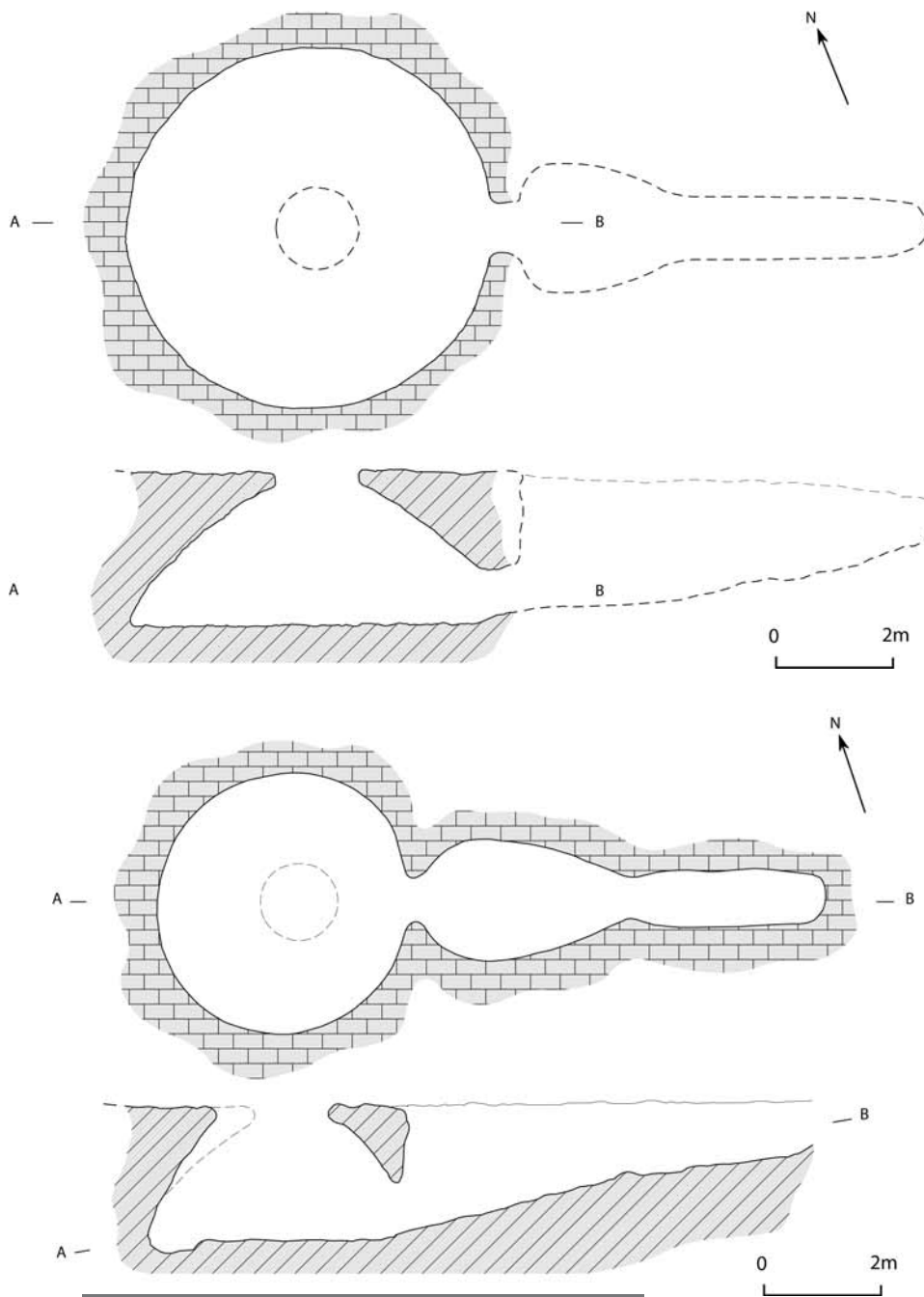


Fig. 27 e 28- Alapraia 3 e 4

deixando parte do “vestíbulo”. Actualmente decorre uma intervenção arqueológica no corredor, não existindo por isso ainda o seu levantamento completo.

A quarta gruta conhecida corresponde sensivelmente ao modelo das outras. Começa por um corredor que logo no início tem a sugestão de dois degraus seguindo durante 3m entre duas paredes praticamente paralelas que distam entre si cerca de 0,90m estreitando para 0,80m para de seguida se abrir e voltar a estrangular quase abruptamente antes da câmara

criando um espaço de forma ovóide com 3,80m de comprimento e 2m de largura máxima. Na passagem entre o primeiro e o segundo segmento de corredor parece existir um novo degrau. Por fim, com 4,20m de diâmetro a câmara circular, cuja abóbada parcialmente destruída, tem 2,10m de altura e uma clarabóia com 1,30m de diâmetro, (fig.28).

A partir do espólio exumado nas grutas de Alapraia, nomeadamente nas grutas 2 e 4, “duas fases são detectáveis na ocupação de este conjunto, a segunda das quais tem a ver com uma utilização terminal, atribuível aos oleiros ou utilizadores de cerâmicas campaniformes [...] e “[...] um grupo antigo, datável de fins do 4º milénio e dos inícios do 3º.” (Gonçalves, 2003: 136).

A arquitectura das grutas de Tipo I evidencia-se em Alapraia, designadamente quanto à regularidade das câmaras circulares e á tendência bipartida dos corredores. Estes monumentos são um bom exemplo da capacidade técnica destas comunidades do final do 4º milénio para escavar um afloramento compacto de calcário e as

suas dimensões, assim como as qualidades da rocha são prova disso mesmo.

#### **Monte do Castelo**

Monte do Castelo foi uma gruta artificial que já se encontrava destruída pelo avanço de uma pedreira pelo menos em 1969, ano em que foi publicada pela primeira vez (Oliveira e Brandão, 1969). Nessa altura apenas restava uma pequena parte da câmara (Cardoso, 1991; Cardoso, 1996). Sabemos que foi escavada numa pe-

quena elevação 800m a Sul do povoado pré-histórico de Leceia, geologicamente constituída por calcários brandos. Foi possível efectuar datações a partir de espólio osteológico exumado (vd. Quadro I), apontando uma ocupação com início no Neolítico final. Os restantes artefactos sugerem que a utilização se prolongou pelo Calcolítico, afirmação sustentada pela existência de espólio característico, como copos canelados e cerâmica campaniforme de tipo Palmela.

### S. Pedro do Estoril 1 e 2

Sobranceiras à praia de São Pedro do Estoril, no topo de uma escarpa virada a Sudeste, foram descobertas em 1944 duas grutas artificiais implantadas no calcário margoso do Cenomaniano. No mesmo ano Leonel Ribeiro, Afonso do Paço e Vera Leisner procederam a escavações arqueológicas que viriam a ser publicadas em 1964. Neste estudo, os investigadores descrevem a Gruta 1: uma câmara de 4,70m por 4,30m de diâmetro, com uma planta irregular e tendencialmente poligonal. O acesso à mesma fazia-se por Sudoeste através de uma faixa de terreno com 6m de comprimento e 2 a 3m de largura limitado, de um lado pela escarpa, e do outro por um talude onde encosta uma “muralla aprumada de blocos e lajes de tamanho diferente, empilhadas sem argamassa” (Leisner *et al.*, 1964:6) com a altura máxima de 1,10m. Os autores colocam a hipótese da entrada original da gruta ter sido pelo lado do mar, à semelhança de S. Pedro do Estoril 2, porém a rápida erosão da escarpa teria limitado a sua utilização. Este facto justificaria ter sido feita a entrada SO anteriormente descrita. A segunda cavi-

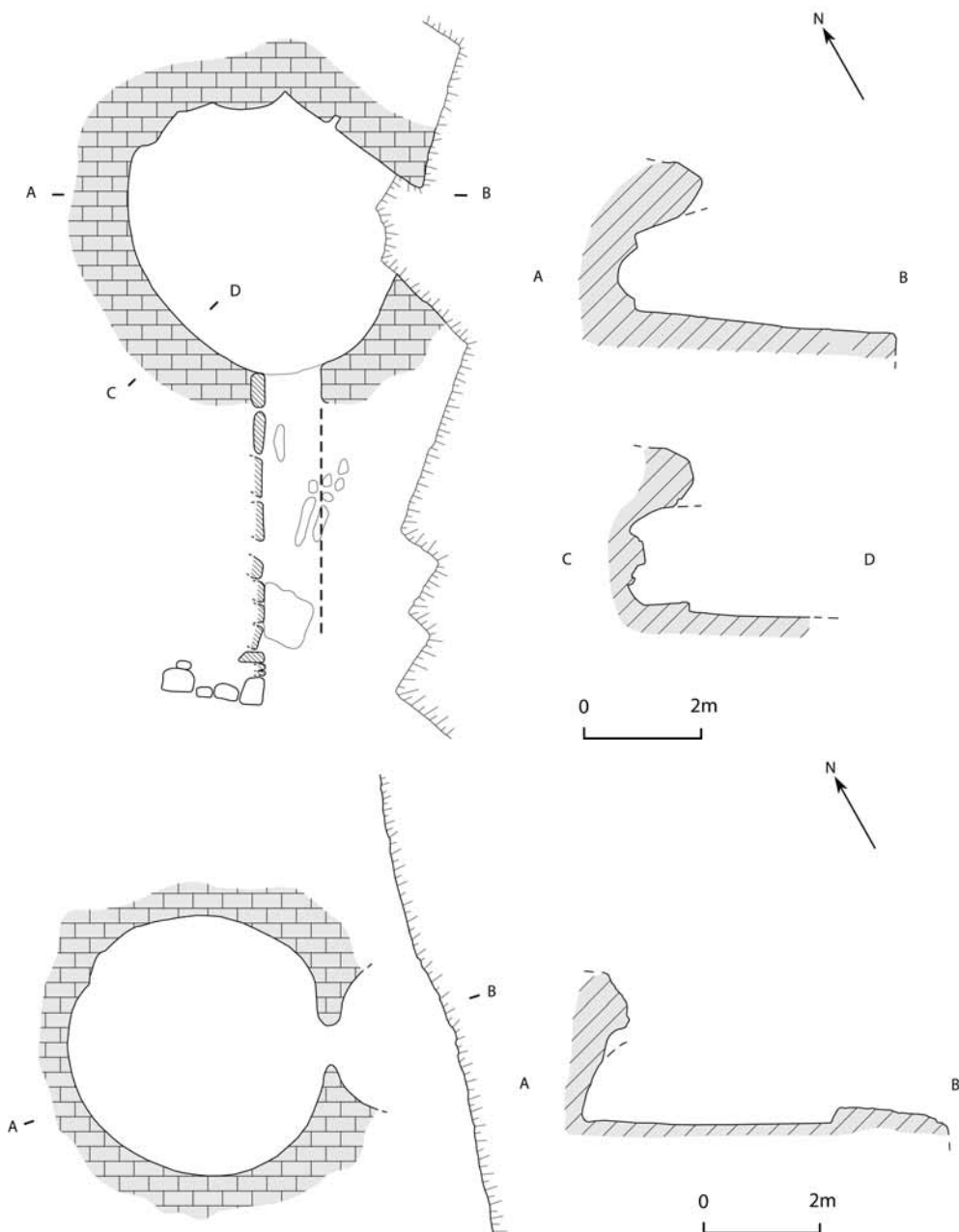


Fig. 29 e 30- S. Pedro do Estoril 1 e 2

dade, mais regular, possui uma câmara circular com 4,50m de diâmetro que apenas conservou o arranque da abóbada até à altura de 0,75m. A entrada, com 0,70m de largura, dá acesso a um corredor de paredes divergentes, através de um degrau de 0,25m e com apenas 0,50m de comprimento conservado, terminando abruptamente juntamente com a escarpa.

Na Gruta 1 podem ser identificadas, provavelmente, duas fases de ocupação, uma primeira, pré-campaniforme, que parece distinguir-se espacialmente por um

conjunto de inumações junto às paredes, associadas a artefactos como “copos canelados, taças caneladas e betilos, atribuíveis aos construtores da gruta” (Gonçalves, 1992: 60); uma segunda fase, campaniforme, está representada por inumações essencialmente colocadas na zona central da câmara, acompanhadas por artefactos característicos deste período: cerâmica campaniforme (taças tipo Palmela, duas delas com pé, vasos e caçoilas), artefactos votivos de calcário, “braçais de arqueiro”, botões em osso com perfuração em V, entre outros.

Na Gruta 2 foi detectado um contexto específico com enterramentos e artefactos atribuíveis ao Neolítico Final: lâmina de sílex, machados de secção circular, enxós e goivas, furadores e sovela em osso e escassos fragmentos de cerâmica de fundo comum (cf. Leisner et al., 1964: 53-65). A ausência de cerâmica identificadora do período entre 4º e o 3º milénio coloca um problema de aferição cronológica segura, realidade detectada por V. Gonçalves (Gonçalves, 2005: 85) que aponta para uma fase antiga, isto é, Neolítico Final, mas pouco característica.

Quanto à morfologia destes monumentos, as descrições feitas na publicação de 1964 revelam algumas características singulares que apontam para um afastamento da sua arquitectura em relação ao modelo das suas vizinhas de Alapraia.

No que diz respeito à Gruta 1 os autores são pe-remptórios em afirmar que “... dá a impressão que uma cavidade rochosa já existente tivesse sido aproveitada e aperfeiçoada na técnica das grutas artificiais da região” e “...no lado Nordeste o recinto é limitado, numa altura de 0,70m, por um banco vertical de rocha sem qualquer lavra humana, o mesmo acontecendo no Sudeste

do lado do mar” (Idem, *Ibidem*:5) Contudo, ao longo do seu estudo nunca há referências ao facto desta poder apresentar uma morfologia diferente das demais grutas artificiais conhecidas.

Efectivamente, salientamos que o afloramento calcário em que foi escavada está bastante fragilizado por um processo de lapiação mais antigo do que o próprio monumento. Existe uma probabilidade elevada de ter existido uma cavidade natural que foi alargada pelo homem, à semelhança de outros casos. A sua existência atesta já a erosão da escarpa e a fraqueza da rocha, tendo sido escolhido e aproveitado este local para retirar vantagem destas características.

Parece-nos também que a câmara teria tido uma entrada primitiva a Sudeste e que esta seria natural, fazendo parte da cavidade natural pré-existente. No entanto, se considerarmos que este acesso à gruta ainda em uso deixara de existir, devido à erosão da falésia, então a entrada passaria a funcionar através da clarabóia. Mas se foi feita uma segunda entrada, este facto só por si exclui a hipótese de ter tido uma clarabóia. Por outro lado, se a sua câmara tivesse tido em algum momento três aberturas, o mais provável seria o colapso do tecto.

Finalmente, no que diz respeito à possibilidade de existir um corredor, parece-nos improvável, pela simples razão de que a erosão poupou uma faixa de terra suficientemente larga (2 a 3m) para que os vestígios de uma eventual estrutura paralela à existente (quanto mais não fossem as suas fundações) pudessem ser observadas. Assim, a funcionalidade da “muralha” seria simplesmente conter e reforçar o talude. Acrescente-se que os vestígios desta estrutura apresentam poucas semelhanças com o tipo aparelho dos corredores dolmênicos.

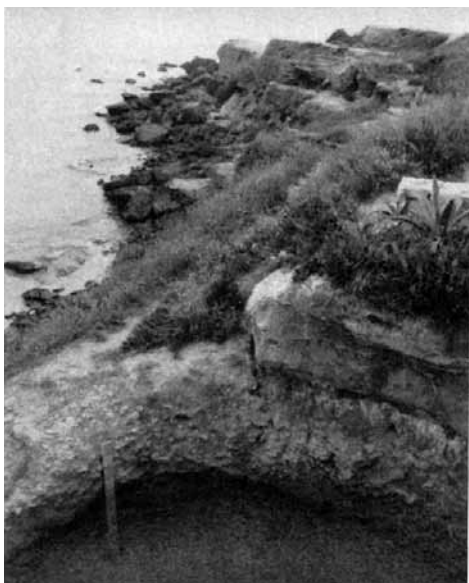


Fig. 31 e 32 - S. Pedro do Estoril 2

Desta forma somos da opinião de que a Gruta 1 é uma cavidade semi-artificial, constituída apenas por uma câmara, cujo caminho de acesso foi protegido e melhorado.

A Gruta 2 de São Pedro do Estoril é, ao nível da base, extremamente regular apresentando uma câmara de planta circular. Porém, esta regularidade só existe até aos 0,75m de altura, dado que “Por cima deste nível, a abóbada apresenta a mesma erosão da observada na primeira, havendo poucos pontos que nos proporcionem elementos para reconhecer a sua forma primitiva nos níveis mais altos” (idem, *ibidem*). Observando as fotografias publicadas e o que resta deste monumento e do local constatámos que, à semelhança da Câmara Ocidental da Praia das Maças, os estratos de calcário têm limites definidos e a sua composição é pouco homogénea. A sua dureza, resistência à erosão e alterabilidade (Aires-Barros, 1991) são diferenciados. Os estratos da base são de um calcário margoso mais fácil de afeiçoar, porém denotam um comportamento mais resistente à erosão, pelo contrário, os estratos de topo são mais rijos e compactos mas foram menos resistentes à erosão. A mudança de regularidade das paredes da abóbada coincide com a junta de estratificação entre os estratos não se tendo conservado estas camadas superiores da rocha. A questão que fica em aberto é se de facto teria existido afeiçoamento dos estratos superiores podendo a cavidade ter tido uma abóbada e clarabóia, passando a ser a única gruta deste tipo feita numa rocha com estas características ou se, pelo contrário, só tivessem sido escavadas as camadas da base, deixando as de topo inalteradas, ficando com um tecto tendencialmente plano.

Quanto ao eventual corredor ou antecâmara, é difícil aferir uma conclusão, pois conservou-se apenas “uma ligeira escavação na rocha até uma distância de 0,50m” e ambas as linhas apresentam uma orientação divergente. Os escavadores publicaram a reconstituição da gruta (1964), aproximando a sua forma à dos únicos monumentos conhecidos na altura, nesta região, que tinham clarabóia e corredor. Lembremos que uma gruta artificial foi sendo sistematicamente associada a uma estrutura de câmara e corredor com clarabóia, reconhecendo-se, porém, as excepções das grutas de tipo poço.

### **S. Paulo 1 e 2**

A necrópole de S. Paulo localiza-se no átrio da igreja do antigo Convento com o mesmo nome, na cidade de Almada. Foram identificadas duas cavidades escavadas nos calcários margosos e argilosos da arriba miocénica.

Da primeira pouco se sabe, pois quando em 1978 foi escavada por C. Tavares da Silva, já se encontrava em elevado estado de destruição. Porém, foi possível caracterizá-la como sendo “um afeiçoamento de uma cavidade natural” (Barros, 1998: 20) construída e utilizada durante o Neolítico final e da qual, infelizmente, nada sabemos sobre a sua morfologia. Em 1988 por ocasião das obras feitas no adro da Igreja de S. Paulo, os técnicos do Museu Municipal descobriram uma segunda gruta, orientada a ESSE, composta por uma câmara quase circular com 7,50m por 7m e um corredor de 2m de comprimento por 2,50m de largura; (fig.33).

A cavidade tem uma diacronia de ocupação funerária desde o Neolítico final até ao Bronze, com reutilizações durante as diversas fases do Calcolítico. Há ainda alguns vestígios materiais de época romana atribuíveis a escorrências provenientes das proximidades e uma intensa ocupação habitacional da Idade do Ferro de um grupo provavelmente não indígena, numa altura em que o tecto da estrutura abatera quase na totalidade. Serão principalmente estas últimas populações que, aparentemente em busca de artefactos metálicos, terão sido responsáveis pelo mau estado de conservação da estratigrafia.

O conjunto artefactual recolhido associado à utilização enquanto necrópole, isto é, para as fases da Pré-história recente, é vasto e diversificado. Relativamente aos artefactos líticos, incluem-se geométricos (triângulos e trapézios), pontas de seta de base pedunculada e em

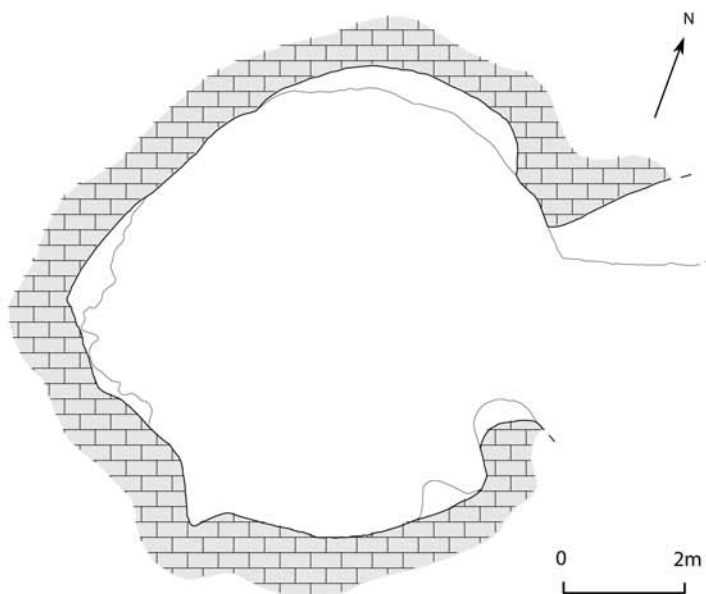


Fig. 33 - Gruta de S. Paulo

lingueta, lâminas, furadores, núcleos de lamelas, machados e enxós de secção circular e uma goiva; no espólio cerâmico estão presentes taças em calote, taças carenadas, copos e taças caneladas, um vaso almagrado, um vaso zoomórfico, taças e caçoilas campaniformes (em técnica pontilhada e incisa) e pratos, destacando-se um exemplar com decoração brunida no seu interior; o grupo dos objectos de adorno é constituído por contas bitroncocónicas, contas discóides, contas tubulares, pendente de marfim, búzios perfurados, dente de canídeo, pequeno coelho, alfinete para o cabelo, “ídolos de gola” e botões de osso com perfuração em V entre outros; no que concerne a artefactos relacionados com práticas mágico religiosas foram encontradas placas de xisto, placas de grés e calcário, betilos cilíndricos, toncocónicos e paralelepípedicos de calcário; os artefactos metálicos estão representados apenas por punções, um anzol, uma ponta de faca em cobre e uma conta de ouro.

Em contraste com a gruta de S. Paulo 1, onde apenas foram encontrados vestígios de seis enterramentos, em S. Paulo 2 este número sobe para cerca de 180 indivíduos.

Na descrição que L. Barros, responsável pelas escavações, faz do monumento refere que os condicionamentos geológicos “fizeram com que o tecto apresentasse um acentuado declive para Sul onde acabava por tocar o chão, num ângulo extremamente agudo, sem uma definição aparente de parede, ao contrário do que acontece no topo Norte, onde a altura média das paredes ronda o 1,60m” (1997: 218). Neste sentido estaríamos perante uma câmara com um tecto muito irregular e assimétrico, que em vez de ser abobadado seria inclinado de Norte para Sul. Tudo leva a crer que a escavação desta gruta, nomeadamente a sua arquitectura, esteve de facto sujeita às contingências naturais da rocha onde foi escavada, não sendo de excluir a hipótese de ter sido feita de modo semelhante a S. Pedro do Estoril 1 e, inclusivamente, à semelhança da sua vizinha S. Paulo 1, ter sido semi-artificial. Contudo, faltam-nos os dados que o confirmem.

Um outro aspecto relevante nesta cavidade é a dimensão da câmara (7,5m de diâmetro) que faz dela a maior conhecida em território nacional. O autor citado refere a existência de um corredor, cuja largura seria 2,5m. Esta medida torna este acesso o mais largo das grutas da Estremadura, fazendo lembrar um átrio. Face aos vestígios deste elemento representados na planta, verificamos que apenas existe um lado do corredor, com 2m de comprimento. O outro lado estaria destruído.

Embora o monumento já não esteja visível, e a sua descrição seja insuficiente para uma compreensão exacta da sua morfologia, é possível com estes elementos inferir que S. Paulo 2, do ponto de vista da sua arquitectura é pelo menos, de tipo diferente de Alapraia ou Palmela. Consideramos esta gruta artificial de Tipo 3.

#### **Casal do Pardo 1, 2, 3 e 4**

As grutas artificiais da Quinta do Anjo (Palmela) localizam-se a SE da povoação com o mesmo nome, numa bancada aplanada de “biocalcarenitos do Castelo de Palmela” (Manuppella *et al.*, 1999b: 67), do Miocénico.

Esta necrópole foi a primeira, deste tipo, a ser descoberta em Portugal. Escavada por António Mendes e Agostinho José da Silva, entre 1876 e 1878, devido ao falecimento do seu primeiro escavador, os resultados das intervenções vão sendo publicados por outros autores, nomeadamente por Cartailac em 1886 e J. Leite de Vasconcelos em 1897. As grutas são novamente escavadas por António Marques da Costa, em 1906 publicando, nos dois anos seguintes parte do conjunto artefactual exumado. Em 1961 foi compilada a maior parte dos dados disponíveis numa monografia (Leisner *et al.*, 1961) mas o registo mais completo sobre o sítio foi publicado por V. Leisner em 1965. Foram efectuados estudos, sobre os artefactos (Pereira e Bubner, 1977) e sobre o espólio osteológico (Bubner, 1979). Mas é em 2003 que toda a informação disponível sobre a necrópole é exaustivamente reunida, descrita e interpretada por J. Soares, na monografia intitulada *Os hipogeus pré-históricos da Quinta do Anjo (Palmela) e as economias do simbólico*.

O conjunto arquitectónico é constituído por quatro monumentos, todos de Tipo 1 ou “clássico”. A Gruta 1 possui pelo menos 9,75m de comprimento, dado que a parte final do corredor foi afectada pela abertura de uma estrada. “A câmara, subcircular, tem 5,50m de diâmetro, segundo o eixo longitudinal, e 4,70m, segundo o eixo transversal; possui 2,30m de altura [...] até ao topo da abóbada, onde se abre uma clarabóia com 1,40m de diâmetro. A entrada da câmara, em forma de ferradura, tem 0,80m de altura e 0,70m de largura máxima. Abre para uma antecâmara piriforme, com a largura máxima de 1,70m e a altura de 1,40m [...]. A antecâmara sofre acentuado estreitamento, assumindo o aspecto de curto corredor, com 0,60m de largura; este sobe em rampa, muito suave, até ao exterior.” (Soares, 2003: 49). Os dois segmentos do corredor estão delimitados por um estrangulamento, sinalizado

por um cordão de rocha em relevo no chão. O tecto seria, no primeiro troço, rochoso, provavelmente abobadado semelhante ao da câmara. A entrada da câmara seria fechada com uma laje, cujo negativo do encaixe na rocha ainda é visível. Infelizmente, o caminho que lhe está adjacente destruiu parte do corredor; (fig. 34)

A Gruta 2 de Palmela apresenta uma estrutura idêntica à da Gruta 1 mas em melhor estado de conservação, registando-se um comprimento total de 11,5m. A câmara é de planta circular, com cerca de 4,5m de diâmetro e 2m de altura, elevando-se em abóbada com uma clarabóia central de 0,90m de diâmetro. A entrada (0,70m de altura por 0,64m de largura) abre-se para uma antecâmara ovalada, com 3,60m de comprimento e uma altura conservada de 1,60m, apresentando um ligeiro estreitamento na parte central, delimitado por um cordão de rocha em relevo, bastante irregular. O tecto está parcialmente destruído, não se percebendo se seria rochoso ou, tal como a Gruta 1 de Carenque, coberto com lajes. O acesso a este primeiro troço do corredor “é feito através de um estrangulamento com 0,40m de largura mínima, dotado de sistema de encerramento formado por dois entalhes laterais destinados a receber a “porta”.” (idem: 53). O segundo troço, com cerca de 0,80m de largura, sobe em rampa ligeira durante aproximadamente 4m; (fig.35).

O terceiro monumento encontra-se bastante afectado, ostentando apenas parte do tecto da câmara. Tem um comprimento total de cerca de 10m. “A câmara possui 5m de diâmetro longitudinal, 5,30m de diâmetro transversal e conserva uma altura de 2,20m, mas é possível que atingisse os 2,50m [...]; a entrada da câmara funerária tem 0,55m de largura; das paredes da estrutura de acesso pouco se conserva. Esta é consti-

tuída por antecâmara muito semelhante à do monumento 1, com cerca de 3m de comprimento e 1,70m de largura máxima.” (idem: 56). Os relevos em cordão existentes na rocha da base da câmara e da antecâmara, que as atravessam “indiferenciadamente” (idem, ibidem), são de origem natural, apesar de alguns autores terem defendido uma origem antrópica; (fig.36).

A gruta 4 de Palmela constitui o exemplar em pior estado de conservação, restando as plantas de parte da antecâmara e da câmara, na qual se notam ainda as pa-

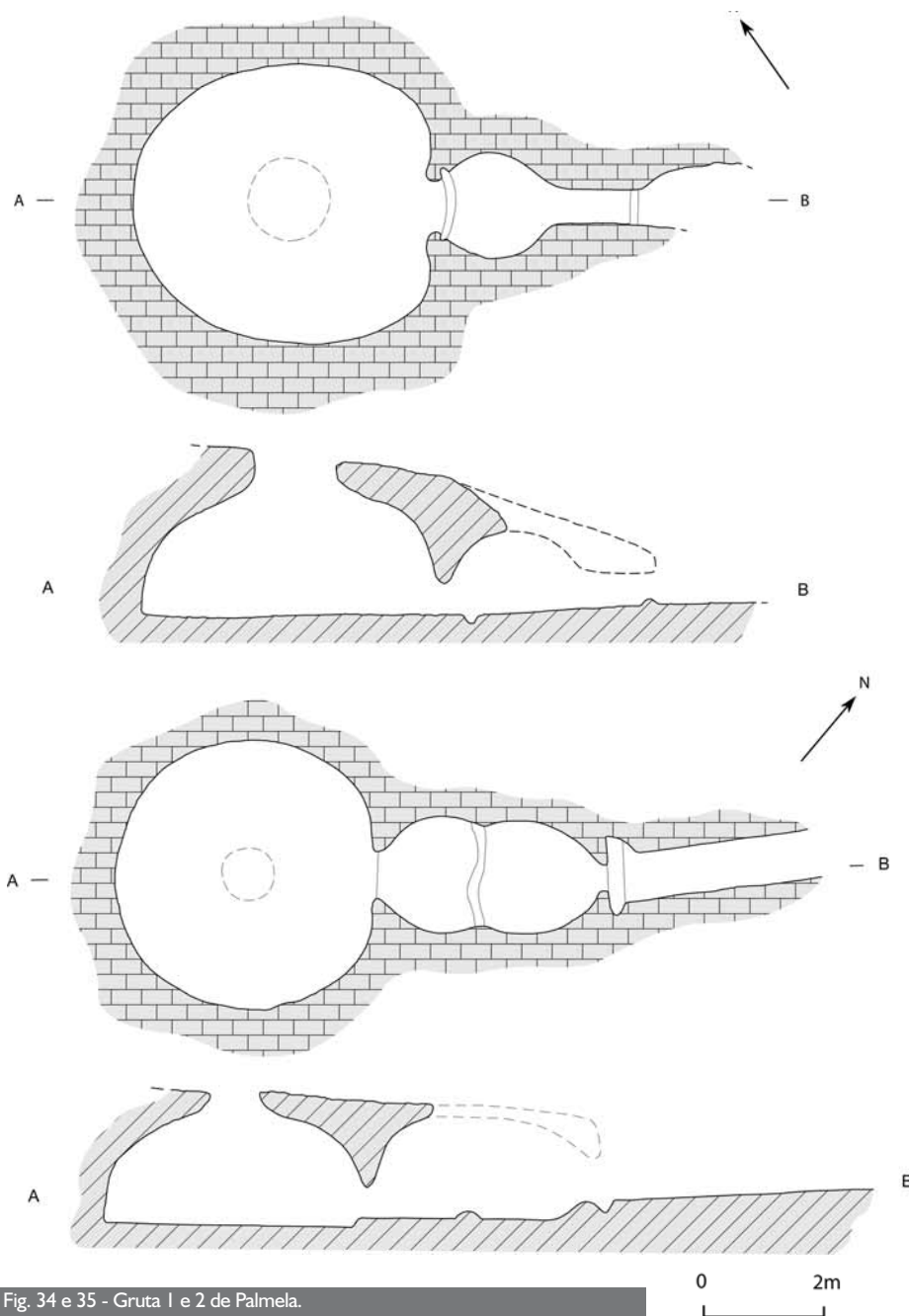


Fig. 34 e 35 - Gruta 1 e 2 de Palmela.

redes do fundo da cavidade. O monumento tem um comprimento total de 6m. A câmara tem 4,70mx4,10m de diâmetro e uma entrada com 0,65m de largura. Há vestígios de uma antecâmara com, pelo menos, 1,80m de largura máxima.

Possui uma bancada lateral a cerca de 50cm do chão, provavelmente de origem natural, “em parte afeiçãoada como possível altar” (idem: 60), a partir da qual se desenvolvem três concavidades para o interior (fig.37). É interessante observar a textura natural da rocha que vai desde esta bancada até à superfície do

afloramento. Teria sido este facto que levou Marques da Costa a considerar a existência de um poço que acedia à câmara (1907). Face ao actual estado de conservação da gruta é difícil confirmar esta hipótese. Porém, na linha do que temos vindo a defender, esta gruta poderia ter sido feita a partir de uma pequena cavidade natural que foi quase totalmente “disfarçada” pelo maior diâmetro da estrutura artificial escavada.

A orientação dos monumentos não é uníssona, abrindo-se cada um, do primeiro para o quarto, e genericamente, para SE, NE, SO e SSE.

A descrição abreviada do espólio da gruta I de Palmela é ilustrativa dos conjuntos exumados nos outros três monumentos, identificando-se uma associação dos artefactos desde o Neolítico final, continuamente até ao Calcolítico final. Citando J. Soares: “[...] atribuíveis ao Neolítico final (geométricos, machados de pedra polida de secção transversal circular ou subcircular, pontas de seta de base triangular/pedunculada, placas de xisto gravadas) [...] característicos do Calcolítico estão bem representados, em particular, os artefactos mágico-religiosos de natureza calcária. A utilização desta sepultura prolongou-se até à última fase do Horizonte Campaniforme, havendo a salientar a presença de cerâmica campaniforme incisa, um braçal de arqueiro, notável conjunto de botões em osso e marfim com perfuração em V e ainda objectos de cobre e de ouro.” (idem: 52).

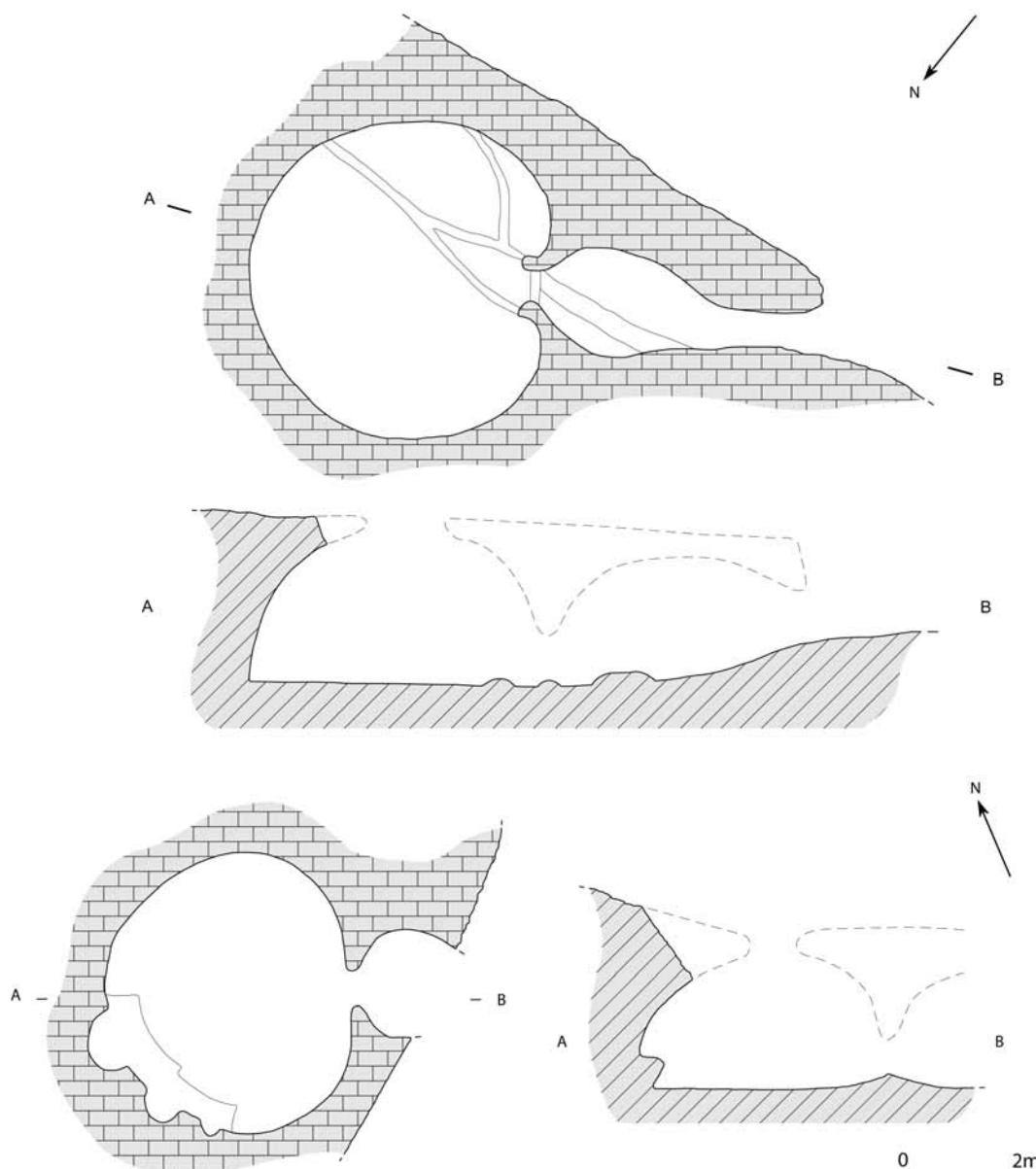


Fig. 36 e 37 - Gruta III e IV de Palmela.

### **Grutas dos Capuchos**

Localizadas na Quinta de S. Paulo, a meio da encosta Este da Serra dos Gaiteiros (Setúbal) encontramos duas pequenas grutas orientadas a nascente. A primeira trata-se de uma cavidade natural para a qual são desconhecidos vestígios de ocupação. A oriente desta, a cerca de 10m, há uma segunda gruta, de origem antrópica, que foi objecto de escavações arqueológicas em 1951 por O. da Veiga Ferreira. Nesta intervenção o autor refere apenas ter sido encontrado um bordo de uma taça campaniforme de tipo Palmela (Ferreira, 1966), fragmentos de cerâmica lisa, uma lâmina e duas pontas de seta de sílex (Harrison, 1977). Posteriormente, diversos autores fizeram alusão à gruta 2 de Capuchos sem, no entanto, acrescentar novos elementos.

Em 2002 fizemos o reconhecimento do local e constatámos tratar-se de uma gruta escavada num calcário margoso, constituída por uma câmara sub-circular de 4,50m por 4,10m com um tecto abobadado de apenas 1,30m de altura, o que faz dela a mais baixa entre as suas congéneres. O acesso à gruta faz-se por uma entrada que abateu parcialmente, conferindo-lhe hoje uma forma irregular e maior do que teria tido no momento da sua construção. Porém, é possível observar as dimensões originais da entrada através das fracturas da rocha, tanto no tecto como no chão rochoso, (fig.38).

A sua construção numa encosta de declive acentuado com um reduzido espaço plano à frente da entrada com-

promete a existência de um corredor escavado na rocha. Este só teria sido possível se fosse curto e feito com esteios. A ausência de qualquer vestígio físico que corrobore esta ideia e a existência de vários paralelos torna mais verosímil considerar este monumento uma gruta artificial de câmara única, sem corredor, (fig.39).



Fig. 38 - G ruta dos Capuchos II.

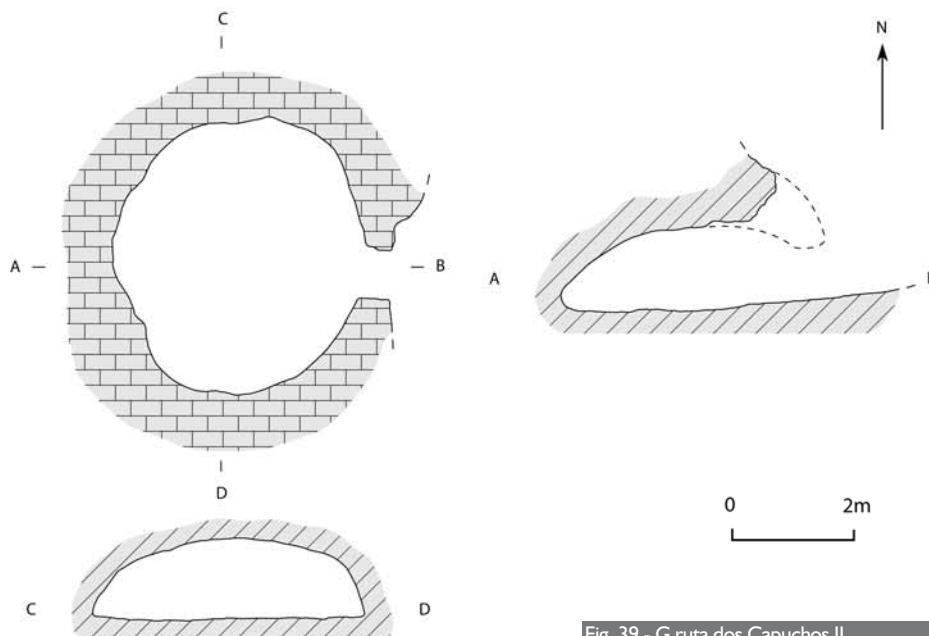


Fig. 39 - G ruta dos Capuchos II.

## 6. Considerações finais

“Listar questões é mais simples que triá-las, o que, por sua vez, é mais simples que discuti-las, sendo a discussão o mais importante, neste contexto, que uma eventual «solução».” (Gonçalves, 1995: 206).

Como fomos referindo ao longo deste trabalho, os estudos acerca das grutas artificiais na Estremadura incidiram sobretudo nos espólios arqueológicos, relegando para segundo plano as estruturas sepulcrais. Nunca se averiguou qual a informação disponível, impossibilitando a percepção de morfologias e maneiras de construir.

Uma vez construídos os dados possíveis, considerámos a existência de quatro tipos de grutas artificiais:

Tipo clássico

Câmara única

Câmara e corredor

Duas câmaras

Estendem-se, *grosso modo*, desde Setúbal até Torres Novas. As grutas de tipo I circunscrevem-se às Penínsulas de Lisboa e Setúbal, enquanto que as de Tipo 2 ou de câmara única apresentam uma dispersão por todo este território. Estes são os grupos mais homogêneos do ponto de vista morfológico.

O Tipo 3 é apenas representado pela Praia das Maças (câmara ocidental), pela Gruta 2 de S. Pedro do Estoril e por S. Paulo 2. Comum a este grupo, uma câmara sem clarabóia e a existência de um corredor, de reduzido comprimento, com uma largura que varia entre 0,7m e 2,5m.

Ribeira Branca I, pela sua singularidade, não coloca dúvidas acerca da necessidade da existência de um quarto Tipo, porém constitui o único exemplar na área estudada.

Os tipos de grutas que distinguimos parecem estar associados a técnicas de construção distintas. Anteriormente vimos que há diferentes maneiras de construir uma gruta artificial: aproveitando as diferentes camadas de uma mesma rocha, consoante a sua dureza; afeiçãoando pequenas cavidades naturais, das quais ficaram vestígios da sua textura original; e ainda utilizando diaclases como ponto de partida. Estes gestos que ficam materializados na rocha denunciam o recurso a uma estratégia recorrente de aproveitar “pequenos esboços naturais” para iniciar a escavação. Será legítimo pensar que, provavelmente, algumas grutas artificiais foram escavadas a partir destes esboços e que a acção de afeiçãoar acabou por disfarçá-los.

Exceptuando as grutas de Tipo “clássico” e de duas câmaras, os Tipos 2 e 3 podem ser artificiais ou semi-artificiais, isto é, com uma estrutura visível parte natural parte antrópica, produto da escavação a partir de uma pequena cavidade ou discontinuidade natural.

Estas formas de aproveitamento parecem ter sido uma das estratégias seguidas pelos construtores desde os momentos mais antigos, isto é, desde o Neolítico final/Calcolítico inicial, associando os espólios de diferentes cronologias a estes contextos como, por exemplo, o caso de Praia das Maças.

Os construtores de grutas artificiais e semi-artificiais, apesar de seguirem, provavelmente, um plano prévio de acordo com os pressupostos mágico-religiosos, este podia ser condicionado por uma estratégia oportunista de aproveitamento da morfologia do terreno, tipo e estrutura da rocha. Deste modo podemos compreender os “desvios” ao plano original de construção bem como algumas das particularidades de certos monumentos. Porém, é óbvio que todas estas acções poderiam ter sido justificados simbolicamente por parte dos seus construtores, mas essas foram irremediavelmente engolidas pelo Tempo.

Junho de 2008

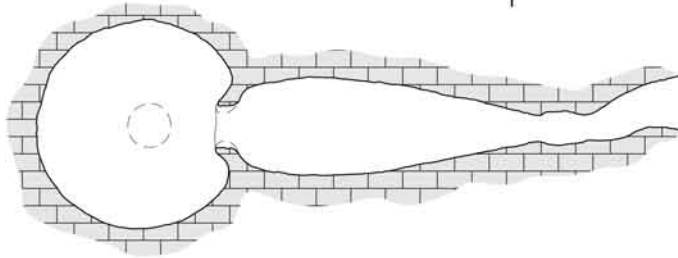
**Nota:** A seta cinzenta representa a direcção do eixo longitudinal das grutas, face ao norte magnético, seta negra.

### Agradecimentos

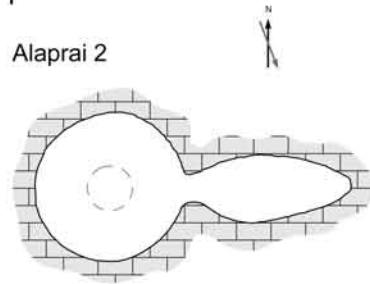
A Mariana Diniz, presente desde o início; a Ana Depalmas, per les “Atti” e per tutto; a Emanuel Carvalho na realocização de alguns monumentos; a Antonino Mendes, pela ajuda nos trabalhos de campo.

Monumentos de câmara com clarabóia e corredor - Tipo 1

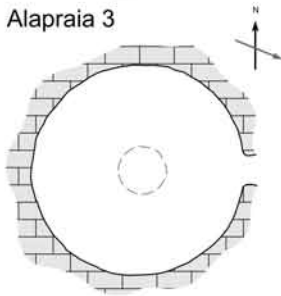
Alapraia 1



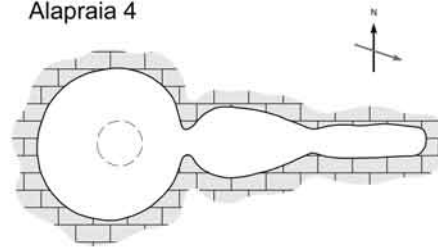
Alaprai 2



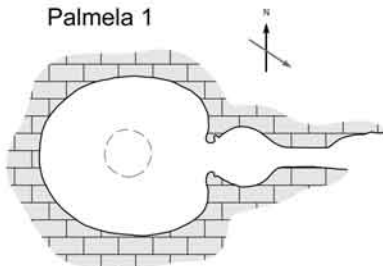
Alapraia 3



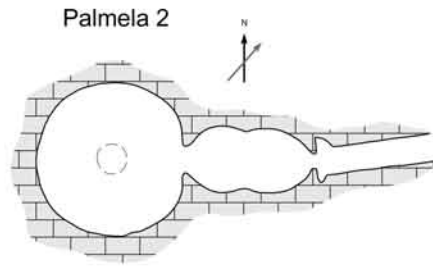
Alapraia 4



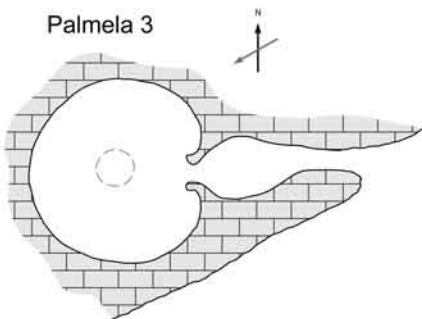
Palmela 1



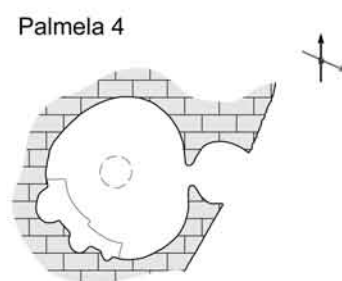
Palmela 2



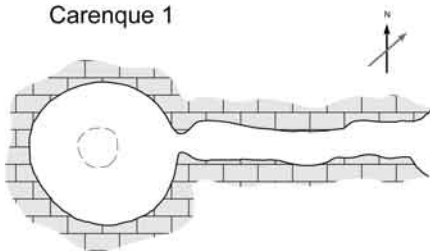
Palmela 3



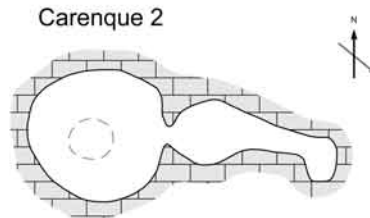
Palmela 4



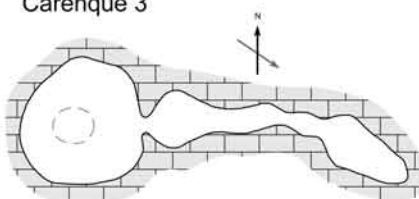
Carenque 1



Carenque 2



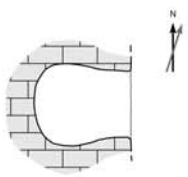
Carenque 3



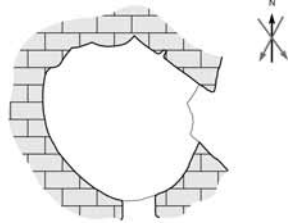
0 4m

## Monumentos de câmara única- Tipo 2

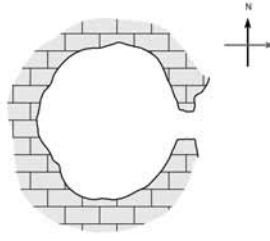
Cabeço da Arruda



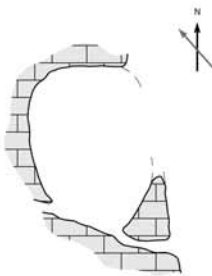
S. Pedro do Estoril 1



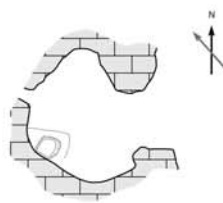
Capuchos



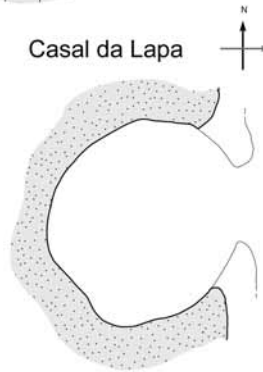
Ribeira de Crastos 1



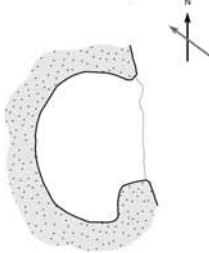
Ribeira de Crastos 1



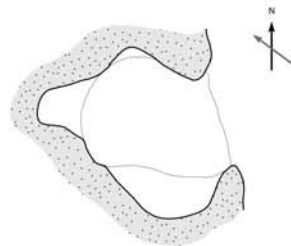
Casal da Lapa



Quinta das Lapas 1



Quinta das Lapas 2

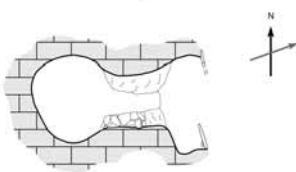


Ermegeira

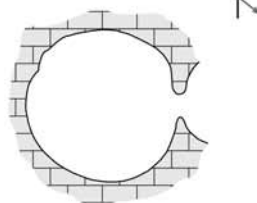


## Monumentos de câmara e corredor- Tipo 3

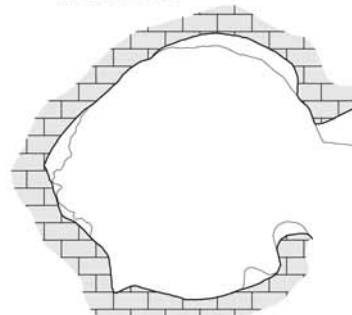
Câmara Ocidental da Praia das Maças



S. Pedro do Estoril 2

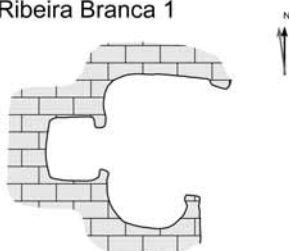


S. Paulo 2

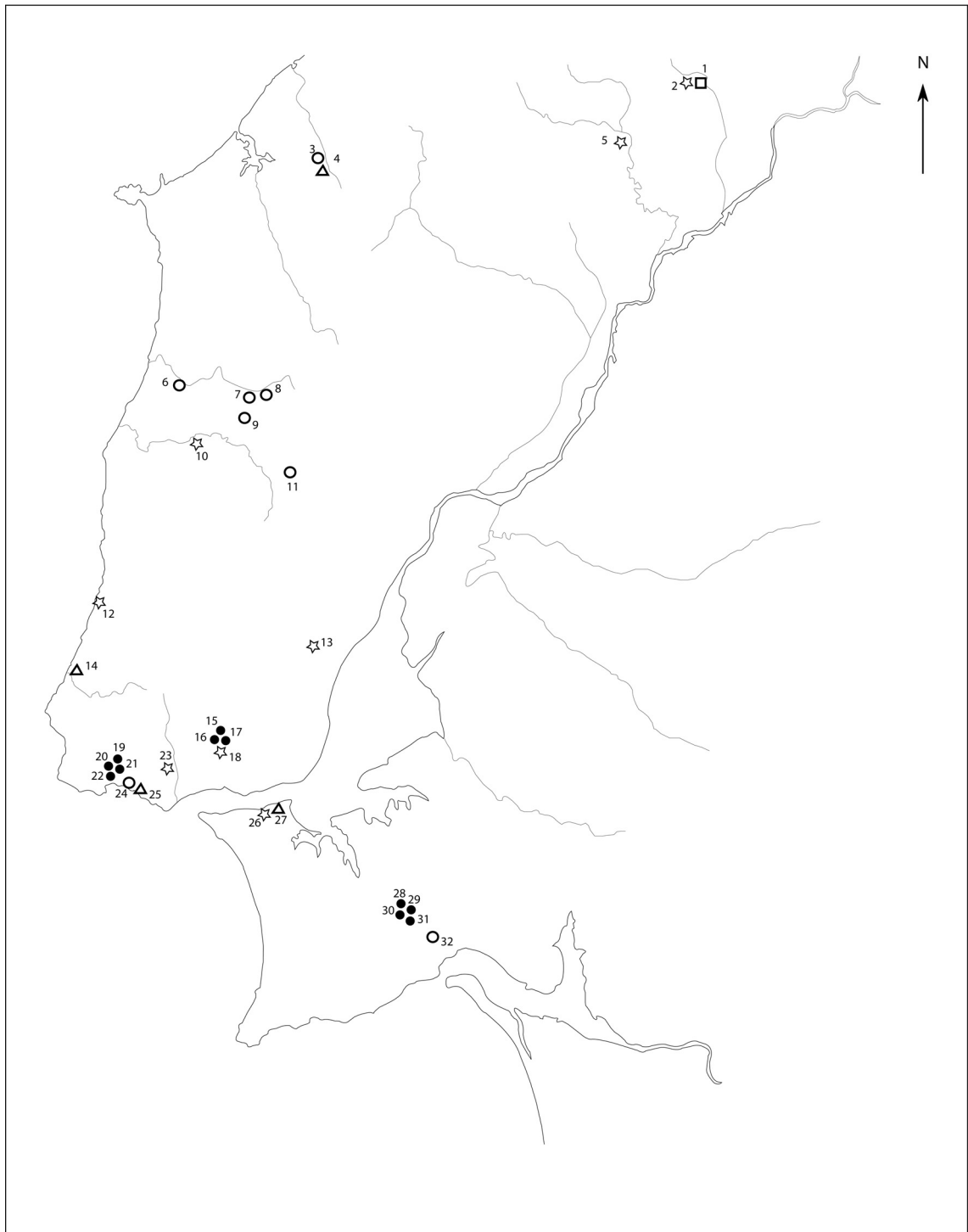


## Monumentos de duas câmaras - Tipo 4

Ribeira Branca 1



0 4m

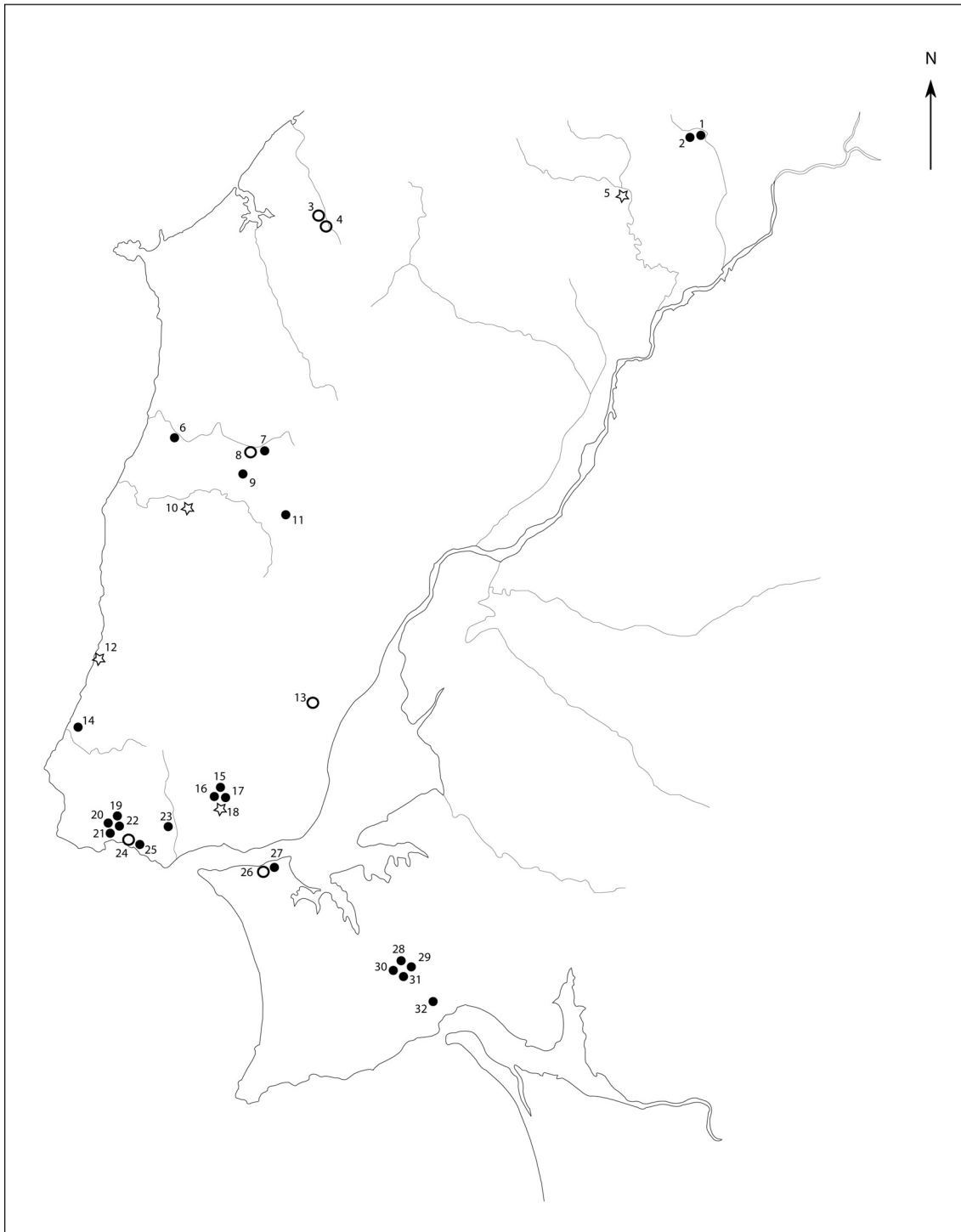


- Tipo 1                      ▲ Tipo 3                      ☆ Indefinido
- Tipo 2                      □ Tipo 4

0 25 km

1 e 2- Ribeira Branca I e II; 3 e 4- Ribeira de Crastos I e II; 5- Pernes; 6- Casal da Lapa; 7 e 8-Quinta das Lapas I e II; 9- Ermegeira; 10-Bolores; 11- Cabeço da Arruda; 12- Samarra; 13- Verdelha de Ruivos; 14- Câmara Ocidental da Praia das Maças; 15, 16, 17, 18- Carenque I, II, III e IV; 19, 20, 21 e 22- Alapraia I, II, III e IV; 23- Monte do Castelo; 24 e 25- S. Pedro do Estoril I e II; 26 e 27- São Paulo I e II; 28, 29, 30 e 31- Palmela I, II, III e IV; 32- Capuchos II.

**Tipologia das grutas artificiais segundo a morfologia da construção**



● Artificial      ○ Semi-Artificial      ☆ Indeterminada

0 25 km

1 e 2- Ribeira Branca I e II; 3 e 4- Ribeira de Crastos I e II; 5- Pernes; 6- Casal da Lapa; 7 e 8-Quinta das Lapas I e II; 9- Ermegeira; 10-Bolores; 11- Cabeço da Arruda; 12- Samarra; 13- Verdelha de Ruivos; 14- Câmara Ocidental da Praia das Maças; 15, 16, 17, 18- Carenque I, II, III e IV; 19, 20, 21 e 22- Alapraia I, II, III e IV; 23- Monte do Castelo; 24 e 25- S. Pedro do Estoril I e II; 26 e 27- São Paulo I e II; 28, 29, 30 e 31- Palmela I, II, III e IV; 32- Capuchos II.

Tipologia das grutas artificiais segundo os agentes de construção

### Fontes manuscritas

HELENO, M. (1939) – Cadernos de Manuel Heleno. *Gruta artificial de Ermegeira e outras antiguidades da região de Torres Vedras (lapas). Grutas da Quinta das Lapas. 16 de Dezembro de 1939.*

### Bibliografia

ABERG, N. (1921) – *La civilization eneolithique dans la Peninsule Iberique.* (Vilhelm Ekmans Universitetsfond, 25). Uppsala.

AIRES-BARROS, Luís (1991) – *Alteração e Alterabilidade de rochas.* Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

ALMEIDA, M. et al. (1991) – *Carta Geológica de Portugal. Folha 34A (Sintra).* Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

BARBOSA, E. (1955) – *Alenquer nas épocas Pré e Proto-Histórica.* Monografia arqueológica apresentada como Tese de Dissertação para a licenciatura de Ciências Histórico-filosóficas. FLUL. (policopiado)

BARROS, L. (1998) – *Introdução à Pré-História e Proto-História de Almada.* Almada: Câmara Municipal de Almada.

BARROS, L., ESPÍRITO SANTO, P. (1997) – *Gruta artificial de S. Paulo. Setúbal Arqueológica.* Setúbal. 11-12, p. 217-220.

BELCHIOR DA CRUZ, P. (1906) – *As grutas de Palmela.* In *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha*, p.1-3.

BERDICHEVSKY, B. (1964) – *Los enterramientos en cuevas artificiales del Bronce I Hispánico.* Madrid: Biblioteca Praehistorica de España. 6.

BUENO RAMIREZ, P., BALBÍN BERHMANN, R., BARROSO BERMEJO, R. (2000) – *Valle de las Higueras (Huecas, Toledo, España).* Una necrópolis ciempozuelos com cuevas artificiales al interior de la Península. *Estudios Pré-Históricos.* LOCAL: 8, p. 49-80.

CARDOSO, J. L., CUNHA, A. S., AGUIAR, D. (1991) – *O Homem pré-histórico no concelho de Oeiras.* *Estudos de Antropologia física.* Oeiras: Câmara Municipal, p. 23-82.

CARDOSO, J. L., NORTON, J., CARREIRA, J. R. (1996) – *Ocupação Calcolítica do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras).* *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6. Oeiras: Câmara Municipal, p. 287-299.

CARDOSO, J. L., SOARES, A. M. (1990-1992) – *Cronologia absoluta para o campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal.* *O Arqueólogo Português.* Lisboa. Série 4, vol. 8-10, p. 203-228.

CARDOSO, J. L., SOARES, A. M. (1995) – *Sobre a cronologia absoluta das grutas artificiais da Estremadura portuguesa.* *Al-madan.* Série 2, 4, p.10-13.

CARTAILHAC, M. (1886) – *Agès Préhistoriques de l'Espagne et du Portugal.* Paris: CH. Reinwald.

CONTU, E. (2000) – *L'ipogeismo della Sardegna Pré e Protohistorica.* *Actas do Congresso L'ipogeismo nel Mediterraneo. Origini, Sviluppo, Quadri Culturali.* (Sassari, 1994). Sassari. I, p.313-368.

COSTA, A. Marques da (1903-1910) – *Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. Grutas sepulcrais da Quinta do Anjo.* *O Archeologo Português*, VII-XV.

CREMONESI, R. (2000) – *L'ipogeismo nell'Italia centrale.* *Actas do Congresso L'ipogeismo nel Mediterraneo. Origini, Sviluppo, Quadri Culturali.* (Sassari, 1994). Sassari. I, p.250-266.

COSTA, J. Botelho da (2001) – *Estudo e Classificação das Rochas por Exame Macroscópico.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian,

CRUZ-AUÑÓN, R., RIVERO GALÁN, E. (s.d.) - *Cueva artificial de Antoniana (Gilena, Sevilla).* Ayuntamiento de Gilena.

DEPALMAS, A. (2000) – *Le sepolture ipogee della media valle del Tirso: tipologia, distribuzione ed analisi territoriale.* *Actas do Congresso L'ipogeismo nel Mediterraneo. Origini, Sviluppo, Quadri Culturali.* (Sassari, 1994). Sassari. II, p.835-846.

FERREIRA, O da V., TRINDADE, L. (1954) – *Objectos da necrópole do Cabeço da Arruda. Zephyrus.* Universidade de Salamanca.5, p. 29-35.

FERREIRA, O. da V. (1959) – *Inventário dos monumentos megalíticos dos arredores de Lisboa.* Sep. 1º Volume *Acta e Memória do 1º Congresso Nacional de Arqueologia.* (Lisboa, 1958). Lisboa, p. 215-224.

FERREIRA, O. da V. (1966) – *La culture du vase campaniforme au Portugal.* *Memória dos Serviços Geológicos de Portugal.* Lisboa. Memória nº 12, nova série. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

FERREIRA, O. da V. (1970) – *Grutas artificiais da Quinta da Lapas (Torres Vedras).* *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa.* Lisboa.p. 177-188.

FERREIRA, O. da V., LEITÃO, M. (1985) – *Portugal Pré-histórico – seu enquadramento no Mediterrâneo.* Lisboa: Europa-América.

FERREIRA, O. da V., NORTH, C. T., LEITÃO, M. (1977) – *O espólio arqueológico das grutas de Ribeira de Crastos (Caldas da Rainha).* *Comuni-*

*cações dos Serviços Geológicos de Portugal.* Tomo LXI. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal, p. 5-11.

FERREIRA, O. da V., TRINDADE, L. (1956) – *La necrópole de Cabeço da Arruda (Torres Vedras).* In *Congresso Internacional de Ciências Prehistoricas y Protohistoricas. Actas de la IV sesión.* Madrid, 1954. Saragoça, p. 503-520.

FIGUEIREDO, J., FAUSTO, A., PAÇO, A. (1946) – *Novos aspectos da necrópole de Alapraia.* *Las Ciencias.* Madrid. XI.

FORENBAHER, S. (1999) – *Production and Exchange of Bifacial Flaked Stone Artifacts during the Chalcolithic.* Oxford: BAR. 173 p.

FRANÇA, J. C., FERREIRA, O. da V. (1958) – *A estação pré-histórica da Samarra (Sintra).* *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal.* Lisboa. 40, 2, p. 61-84.

FREITAS, L. de (19) – *Orientações: Notas para uma hermenêutica das direcções do espaço.*

GONÇALVES, J. L. (1979) – *O monumento pré-histórico da Praia das Maças.* *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa.* Lisboa. Série 3. 85, p. 125-135.

GONÇALVES, J. L. (1982-1983) – *Monumento pré-histórico da Praia das Maças (Sintra).* *Notícia preliminar.* Sintra. 1-2, p.29-58.

GONÇALVES, J. L. (1992) – *Grutas artificiais da Quinta das Lapas (Monte Redondo – Torres Vedras).* *Setúbal Arqueológica.* Setúbal. 9-10, p. 247-276.

GONÇALVES, V.S. (1992) – *Sítios, “Horizontes” e Artefactos: 3. A Questão das grutas artificiais e os complexos funerários de Alapraia e S. Pedro do Estoril no processo de calcolitização do Centro/Sul de Portugal.* *Arquivo de Cascais.* Cascais, 11.

GONÇALVES, V. S. (1995) – *Sítios, “Horizontes” e Artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas.* Cascais: Câmara Municipal.

GONÇALVES, V. S. (1997) – *Manifestações do sagrado na Pré-história do Ocidente Peninsular: 2: A propósito dos artefactos votivos de calcário das necrópoles de Alcalar e Monte Velho.* *Setúbal Arqueológica*, 11-12, p. 199-216.

GONÇALVES, V. S. (1999) – *Reguengos de Monsaraz, Territórios megalíticos.* Reguengos de Monsaraz: Câmara Municipal.

GONÇALVES, V. S. (2003) – *Sítios, horizontes e artefactos: leituras críticas de realidades perdidas.* *Estudos sobre o 3º milénio no Centro e Sul de Portugal.* Cascais: Câmara Municipal, 2ª edição revista e aumentada.

GONÇALVES, V. S. (2003) – *Cascais há 5000 anos. Tempos, símbolos e espaços da morte das antigas sociedades camponesas.* *Cascais há 5000 anos.* Cascais: Câmara Municipal, p. 63-195.

GONÇALVES, V. S., ANDRADE, M., PEREIRA, A. (2004) – *As placas de xisto gravadas das grutas artificiais do Tojal de Vila Chã (Carenque) e da necrópole das Baútas (Mina, Amadora).* *O Arqueólogo Português.* Série IV. 22, p. 113-162.

GUILLAINÉ, J. (1994) - *La Mer Partagée. La Méditerranée avant l'écriture. 7000-2000 avant Jésus-Christ.* Paris : Hachette.

GUILLAINÉ, J. (2000) – *Lés hipogées de la France Méditerranéenne.* *Actas do Congresso L'ipogeismo nel Mediterraneo. Origini, Sviluppo, Quadri Culturali.* (Sassari, 1994). Sassari. I, p.221-250.

HELENO, M. (1933) – *Grutas artificiais do Tojal de Vila Chã (Carenque).* Lisboa: Tipografia da empresa do Anuário Comercial.

HELENO, M. (1942) – *Gruta artificial da Ermegeira.* *Ethnos.* Lisboa.2, p. 449-459.

HOSKIN, M. (1997) – *Tombs, temples and orientations. O Neolítico atlântico e as orixes de Megalitismo.* Ed A. Rodrigues Casal. Santiago de Compostela: Consello de Cultura Galega, p. 93-100.

HOSKIN, M. (2001) - *Tombs, temples and their orientations: a new perspective on Mediterranean Prehistory.* Sussex: Ocarina Books. VIII. 264p.

JALHAY, E. (1947-48) – *Una fase interessante del Bronce Inicial português.* In *Ampurias*, IX-X. Barcelona, p. 15.

JALHAY, E., PAÇO, A. do (1941) – *A Gruta II da Necrópole de Alapraia.* *Anais da Academia Portuguesa de História.* Lisboa. 4.

JORDÃO, P., MENDES, P. (2000) – *As grutas de Ribeira de Crastos (Caldas da Rainha): reinterpretção de um sítio.* *O Arqueólogo Português.* Série IV. 18, p. 11-60.

JORGE, S. O (1999) – *Domesticar a terra.* Lisboa: Gradiva.

LEISNER, G. (1941) – *Puertas perforadas en sepulcros megalíticos de la Península Hispánica.* *Corona de Estudios que la Sociedad Española de Antropología. Etnografía y Prehistoria dedica a sus mártires.* Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Tomo I. Madrid.

- LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel - Der Westen II*. Berlin: Madrider Forschungen.
- LEISNER, V., PAÇO, A., RIBEIRO, L. (1964) – *Grutas artificiais de S. Pedro do Estoril*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LEISNER, V., ZBYSZEWSKI, G., FERREIRA, O. da V. (1961) – *Les grottes artificielles du Casl do Pardo (Palmela) et la culture du vase campaniforme*. Lisboa. Memória nº 8, nova série. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- LEISNER, V., ZBYSZEWSKI, G., FERREIRA, O. da V. (1969) – *Les Monuments préhistoriques de Praia das Maças et de Casainhos*. Memória nº 6, nova série. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- LEITÃO, M. et al. (1984) – The prehistoric burial cave at Verdinha dos Ruivos (Vialonga), Portugal. *L'Age du Cuivre européen : civilisations à vases campaniformes*. Paris : CNRS, p. 221-239.
- LEROI-GOURHAN, A., BAILLOUD, G., BREZILLON, M. (1962) – L'hypogée II des Mourmouards (Masmil-Sur-Oges, Marne). *Gallia Préhistoire*. 5 (1), p. 23-133.
- LILLIU, G. (2000) – Aspetti e problemi dell'ipogeismo mediterraneo. Actas do Congresso *L'ipogeismo nel Mediterraneo. Origini, Sviluppo, Quadri Culturali*. (Sassari, 1994). Sassari. I, p.3-28.
- MACHADO, J. S. (1964) – Subsídios para a história do Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. II série, 5.
- MANUPPELLA, G. et al. (1999a) – *Carta Geológica de Portugal à escala 1: 5000. Notícia explicativa da folha 30A (Lourinhã)*. Lisboa: IGM.
- MANUPPELLA, G. et al. (1999b) – *Carta Geológica de Portugal à escala 1: 5000. Notícia explicativa da folha 38B (Setúbal)*. Lisboa: IGM.
- MANUPPELLA, G., et al. (1999c) – *Carta Geológica de Portugal à escala 1: 50000 - folha 27C (Torres Novas)*. Lisboa: IGM.
- MANUPPELLA, G. et al. (2000) – *Carta Geológica de Portugal à escala 1: 5000. Notícia explicativa da folha 27A (Ourém)*. Lisboa: IGM.
- MATOS, R. (1954) – *Carta Geológica de Portugal à escala 1: 50000 - folha 30C (Torres Vedras)*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- MELIS, P. (2000) – L'ipogeismo funerário nel território de Florinas (SS) dal Neolítico all'État del Bronzo. Actas do Congresso *L'ipogeismo nel Mediterraneo. Origini, Sviluppo, Quadri Culturali*. (Sassari, 1994). Sassari. II, p.250-266.
- MIRANDA, J., ENCARNÇÃO, G., et al. (1999) – *Carta Arqueológica do Paleolítico ao Romano*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.
- MIROSCHEJLI, P. (2000) – Les sepultures hypogées au Levant dès IV<sup>e</sup>-II<sup>e</sup> millénaires. Actas do Congresso *L'ipogeismo nel Mediterraneo. Origini, Sviluppo, Quadri Culturali*. (Sassari, 1994). Sassari. I, p.29-82.
- MONREAL JIMENO, L. (1989) – *Eremitorios Rupestres Altomedievales (en Alto Valle de Ebro)*. Cuadernos de Arqueologia de Deusto. Bilbao: Universidad de Deusto.
- MUÑOZ AMILIBIA, A. (2000) – El hipogeismo en la Península Ibérica. Actas do Congresso *L'ipogeismo nel Mediterraneo. Origini, Sviluppo, Quadri Culturali*. (Sassari, 1994). Sassari. I, p.157-184.
- NIETO, G. (1959) – La cueva artificiale de "La Loma de Los Peregrinos", Alguazas (Murcia). *Ampurias*. XXI, p. 189-237.
- OLIVEIRA, A., BRANDÃO, J. V. (1969) – Descoberta de restos de uma gruta artificial em Liceia. *O Arqueólogo Português*. Série III. 3, p. 287-290.
- OLIVEIRA, F. de Paula (1889) – Antiquités Préhistoriques et Romaines des environs de Cascais. In *Comunicações da Comissão de Trabalhos Geológicos de Portugal*. Lisboa. T II. 1, p. 83
- PAÇO, A. (1955) – Necrópole de Alapraia. *Anais da Academia Portuguesa de História*. Série 2, 6. Lisboa, p. 23-140.
- PAÇO, A., JALHAY, E. (1935) – As grutas de Alapraia. *Brotéria*. Lisboa. XXI, p. 108-129.
- PARREIRA, R., SERPA, F. (1995) – Novos dados sobre o povoamento da região de Alcalar (Portimão) no IV-III milénio a. C. *1º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto, 1993. Vol. 35 (3). Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, p. 233-256.
- PEREIRA, F. A. (1918) – A Cova dos Mouros na Alapraia. *O Arqueólogo Português*. Série I. 23, p. 64.
- Ramos Muñoz et al., 1994:
- RAMALHO, M. M. et al. (1993) – *Notícia explicativa da folha 34A (Sintra) da Carta Geológica de Portugal à escala 1: 50000*. Lisboa: IGM.
- RAMALHO, M. M. et al. (2001) – *Notícia explicativa da folha 34C (Cascais) da Carta Geológica de Portugal à escala 1: 50000*. Lisboa: IGM.
- RIBEIRO, C. (1880) – *Études pré-historiques en Portugal. II. Notice sur quelques stations et monuments préhistorique*. Memória apresentada à Academia Real de Ciências de Lisboa. Lisboa.
- RICOEUR, P. (1981) – *Hermeneutics and the Human Sciences: Essays on Language, Action and Interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RIVERO GALLÁN, E. (1988) – *Análisis de las cuevas artificiales de Andalucía y Portugal*. Sevilla: Colegio Universitario de la Rábida.
- ROSSELLO BORDOY, G. (2000) – El hipogeismo mediterráneo y su influencia en las Islas Baleares. Actas do Congresso *L'ipogeismo nel Mediterraneo. Origini, Sviluppo, Quadri Culturali*. (Sassari, 1994). Sassari. I, p.185-220.
- SILVA, A. M. (1997) – O hipogeu de Monte Canelas I. Contribuição da Antropologia de Campo e da Paleobiologia na interpretação dos gestos funerários do IV e III milénios a. C. *II Congresso de Arqueologia Peninsular. Neolítico, Calcolítico y Bronce. Zamora, 1996*. Tomo II, p. 241-246.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1990) – Notas para o estudo da génese da Idade do Bronze na Beira Alta: o fenómeno campaniforme. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 2, p. 173-200.
- SILVA, A. M. (1999) – A necrópole neolítica do Cabeço da Arruda (Torres Vedras, Portugal): os dados paleobiológicos. *Saguntum*. 2, p. 355-360.
- SILVA, A. M. (2002) – *Antropologia funerária e paleobiologia das populações portuguesas (litorais) do Neolítico final/Calcolítico*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra (poli-copiada).
- SILVA, C. T. da, SOARES, J. (1986) – *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação de Natureza.
- SILVA, C. T. da (1990) – Influências Orientalizantes no Calcolítico do Centro e Sul de Portugal. Notas para um debate. *Estudos Orientais*. I, p. 45-52.
- SILVA, R. B. (1993) – Contributos arqueológicos do concelho de Caldas da Rainha. *Terra de Águas*. Caldas da Rainha: Câmara Municipal, p. 25-36.
- SOARES, A. M., CABRAL, J. M. P. (1993) – Cronologia absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto, 33: 3-4, p. 217-226.
- SOARES, J. (2003) – *Os hipogeu pré-históricos da Quinta do Anjo (Palmela) e as economias do sagrado*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.
- TRINDADE, L., FERREIRA, O. da V. (1956) – A necrópole do Cabeço da Arruda (Torres Vedras). *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*. Porto. 38, p. 193-212.
- TUSA, S. (2000) – L'ipogeismo in Sicilia. Actas do Congresso *L'ipogeismo nel Mediterraneo. Origini, Sviluppo, Quadri Culturali*. (Sassari, 1994). Sassari. I, p.267-312.
- TRUMP, D. (2000) – The hypogea of maltese islands. Actas do Congresso *L'ipogeismo nel Mediterraneo. Origini, Sviluppo, Quadri Culturali*. (Sassari, 1994). Sassari. I, p.250-266.
- VASCONCELOS, L. (1897) – *Religiões da Lusitânia, I*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- ZBYSZEWSKI, G., et al. (1955) – *Carta Geológica de Portugal à escala 1: 50000. Notícia explicativa da folha 30C (Torres Vedras)*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- ZBYSZEWSKI, G., VIANA, A., FERREIRA O. da V. (1957) – Nota sobre a gruta da Ponte da Lage (Oeiras) e o "tholos" do Monge (Sintra). In Congresso Luso-espanhol para o progresso das ciências. (Coimbra, 1956), p.189-191.
- ZBYSZEWSKI, G., et al. (1965) – *Carta Geológica de Portugal à escala 1: 50000 - folha 30B (Bombarral)*. Lisboa: IGM.
- ZBYSZEWSKI, G., et al. (1966) – *Carta Geológica de Portugal à escala 1: 50000. Notícia explicativa da folha 30B (Bombarral)*. Lisboa: IGM.
- ZBYSZEWSKI, G., FERREIRA O. da V., LEITÃO, M., et al. (1976) – Découverte d'un silo préhistorique près de Verdinha dos Ruivos (Vialonga, Portugal). In *Madrider Mitteilungen*. Madrid. 17, p.76-78.
- ZBYSZEWSKI, G., et al. (1981) – *Carta Geológica de Portugal à escala 1: 50000. Notícia explicativa da folha 34B (Loures)*. Lisboa: IGM.
- ZILHÃO, J. (1987) – Bolores. *Informação Arqueológica* 8. Lisboa: IPPC, p. 54-55.

# Inscrição, na escrita do Sudoeste, do Vale de Águia São Bartolomeu de Messines, Silves

Mário Varela Gomes\*  
Luís Miguel Cabrita\*\*

## Descoberta

Nos finais da década de vinte ou nos inícios dos anos trinta, da passada centúria, o Sr. Jacinto Martins pôs a descoberto, durante lavra para a sementeira de cereais, a lápide objecto da presente nota, onde reconheceu a existência de restos de letras e, por isso, a conservou.

O pesado monólito ficou então encostado a muro de delimitação da propriedade onde foi exumado, até que na década de oitenta, o filho daquele, o Sr. António Guerreiro Martins levou-o para sua casa, no sítio do Cai Logo, em São Bartolomeu de Messines, situado a cerca de 1 Km para sul do local do achado.

A inscrição haveria de ser, por ele, oferecida ao Museu Municipal de Arqueologia de Silves, nos finais de 2007, onde um de nós (M.V.G.), a fotografou e decalcou em Março de 2008, tendo em vista o seu estudo e divulgação no meio científico. Todavia, ela foi dada a conhecer por H. Sauren (2008) ao 5º Encontro de Arqueologia do Algarve, realizado em Silves, no mês de Outubro de 2007.

O autor anteriormente referido não ofereceu levantamento credível da epígrafe, nem das características do seu suporte, não tendo sido capaz de reconhecer correctamente as letras ali conservadas. A leitura e decifração que apresenta não tem, quanto a nós, ligação com a realidade arqueológica e cultural que contextualizam este tipo de testemunhos.

O local do achado foi reconhecido por um dos autores da presente nota (L.M.C.), ali encontrando restos de construções e designadamente de sepulturas, talvez correspondendo à necrópole de onde provém a lápide, aspecto que ambos voltaríamos, mais tarde, a confirmar.

\* Membro da Academia Portuguesa da História e da Academia Nacional de Belas-Artes. Docente do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U.N.L. (Av. de Berna, 26-C, 1069-061 Lisboa, mv.gomes@fch.unl.pt).

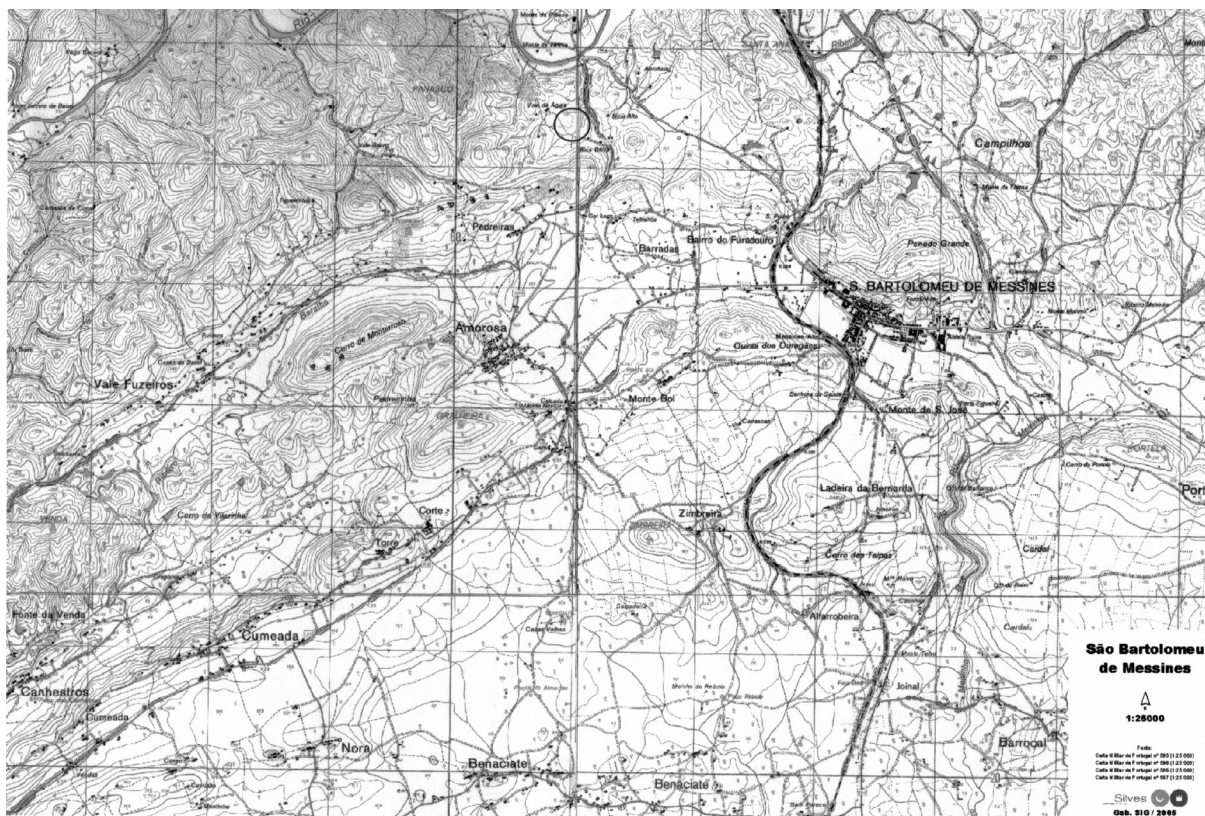
\*\* Mestre em Arqueologia, pela F.C.S.H. da U.N.L. Técnico-Superior da Divisão de Cultura, Turismo e Património, da Câmara Municipal de Silves (miguel.cabrita@cm-silves.pt).

## Localização

O denominado Vale de Águia integra zona, situada a sul do rio Arade, 2 Km a norte da povoação da Amorosa, a 1 Km para nascente do v.g. Panasco e 2,5 Km para noroeste de São Bartolomeu de Messines.

O local onde foi encontrada a inscrição, corresponde a pequena elevação, atingindo 136 m de cota, localizando-se a 200 m para norte das casas do monte do Vale de Águia.

Aquele pertence à freguesia de São Bartolomeu de Messines, ao concelho de Silves e ao distrito de Faro. As coordenadas geodésicas aproximadas são: 8<sup>o</sup> 18' 50" de longitude Oeste de Greenwich e 37<sup>o</sup> 16' 15" de latitude norte (seg. a C.M.P., n.º586, Amorosa, à esc. 1:25.000, S.C.E.P., 1979).



Local do achado da epígrafe do Vale de Águia (seg. a C.M.P., n.ºs 586 e 587, S.C.E.P., 1979).



Estela do Vale de Águia (São Bartolomeu de Messines).  
Foto M. V. Gomes, RII /08-4.

## A inscrição

Tem como suporte bloco, de forma sub-paralelepipedica, rudemente talhado, dado sobretudo aproveitar linhas de clivagem, de arenito vermelho, conhecido comumente como grés de Silves. A cerca de 500 m do lugar do achado deste monólito, localizam-se afloramentos de grés vermelho de onde, certamente, ele provém.

A superfície epigrafada apresenta alguns sinais de regularização, através de boiardagem e de polimento.

Mede 0,775 m de altura, sensivelmente a meio, 0,825 m de largura, no volume distal e 0,25 m de espessura máxima.

Ao centro da área mesial e distal, do anverso, reco-

nhecem-se partes de duas cartelas, definidas por linhas incisadas, uma delas, a maior, parcialmente amputada devido a fractura do suporte, desenvolvendo-se em arco e encontrando-se a menor, ao centro do espaço definido por aquela, disposta na vertical.

A zona que se conserva da cartela mais extensa mede de 0,58 m de comprimento e 0,095 m a 0,11 m de largura, enquanto a cartela mais curta oferece 0,20 m de comprimento e largura que varia de 0,06 m a 0,10 m.

Apenas a cartela maior conserva inscrição, onde se identificam nove letras completas e parte de seis, dado as profundas fracturas que danificaram tanto a extremidade distal, como parte do bordo direito ou, ainda, os volumes mesial e proximal do monólito.

Além das nove letras que consideramos completas, é possível restituir, entre as incompletas e com um mínimo de segurança, apenas três.

A disposição da maioria das letras completas permite avaliar tratar-se de texto com orientação sinistrorsa, ou seja escrito da direita para a esquerda.

O texto identificado é o seguinte, quando colocado no sentido dextrorso, com partes das palavras restituídas e com as letras transcritas para o alfabeto latino: ... KO ?[E] [AR]SEO SARONA[O]

A primeira letra é um *kapa*, com as barras oblíquas unidas e separadas da barra vertical, aspecto já conhecido em outras inscrições do Sudoeste Peninsular. O seu valor fonético é o do *k* ou *c* latinos.

As segunda, nona e décima terceira letras são *omicrons*, de dimensões médias e com o valor fonético do *o* latino.

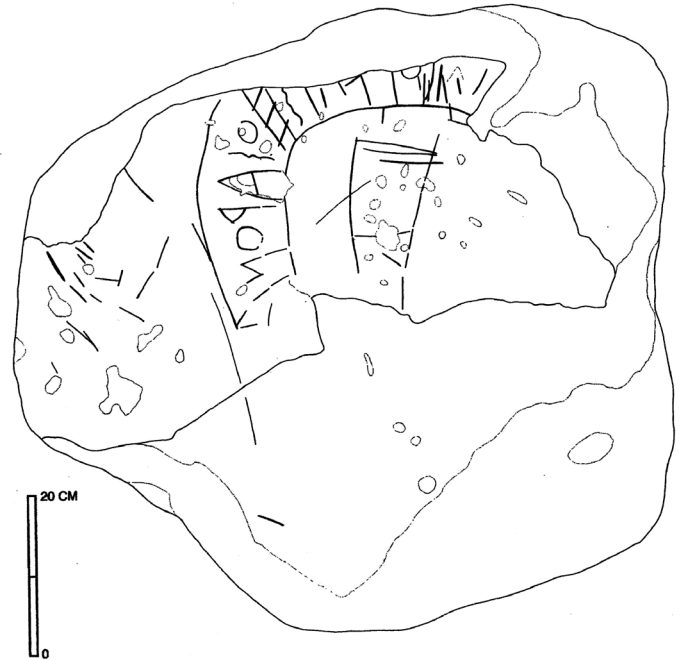
Não foi possível determinar, com um mínimo de certeza, a terceira letra.

A quarta letra pode corresponder a *épsilon*, com as barras oblíquas, constituindo forma registada na escrita do Sudoeste e com o valor do *e* latino.

A quinta e sexta letras, podem ser restituídas como correspondendo, respectivamente, a *alfa* e a *rho*; com maior probabilidade a primeira daquelas.

As sétima e décima letras são *sigmas*, ambos com seis curvas e com o valor do *s* latino.

A oitava letra é a vogal aspirada *heta*. Trata-se, muito possivelmente, da letra que, no alfabeto do Sudoeste



Levantamento da epígrafe do Vale de Águia (seg. M. V. Gomes).

Peninsular, maior número de variantes apresenta. A forma observada é afim da do rectângulo com barra central, conhecida no alfabeto arcaico de Tera, mas também na Ática e em diferentes outros pontos da Grécia Central ou no Norte do Peloponeso, sendo substituída, no século VI a.C., pela forma em H (Jeffery, 1961, p. 28).

A décima primeira letra é um *alfa*, com a barra quase horizontal, o que pode sugerir forma mais recente que quando aquela apresenta a barra bem oblíqua. Tem o valor fonético do *a* latino.

A décima segunda letra é um *rho*, com a parte superior triangular e com o som do *r* latino.



Texto da estela do Vale da Águia (seg. M. V. Gomes).



Pormenor da inscrição (foto M. V. Gomes, RII/08-2).

A décima quarta letra é claramente um *nu*, com o valor do *n* latino.

Por fim, a décima quinta letra, apenas esboçada, deve corresponder a *alfa*, a que se associaria um *oméga*, assim completando palavra bem conhecida, existente em mais de 50% das epígrafes da I Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular.

Entre a cartela epigrafada e o bordo do lado esquerdo do suporte observam-se alguns traços incisivos, filiformes ou abertos por abrasão e fusiformes.

### Comentário

O monumento que temos vindo a referir é o único, por ora, entre todas as inscrições funerárias da I Idade do Ferro, que não corresponde a uma verdadeira estela. De facto, conforme descrevemos, trata-se de bloco natural, lajiforme, dado não apresentar afeiçoamento, nem contorno subrectangular ou trapezoidal, aspectos típicos das estelas. A cartela não ocupa, como é normal, toda a área mesial e distal do anverso do monólito. Não obstante, ele terá sido implantado verticalmente no solo, mostrando o volume proximal anepígrafo.

A inscrição, devidamente inserida em cartela, que parece de forma subcircular, ocupa o centro das superfícies mesial e distal do anverso, deixando áreas laterais em reserva, conforme acima referimos. E é, ainda, interessante notarmos que a largura do monólito é algo superior à altura, ajudando a proporcionar o ineditismo desta forma de lápide, para o que também contribui a sua assinalável espessura.

O mau estado da epígrafe deixou reconhecer quinze letras, completas ou fragmentadas, constituindo fórmula funerária, cuja terminação é muito comum em monumentos congéneres.

As primeiras quatro letras correspondem a palavra indeterminada, a que se sucede outra onde se contam cinco letras (*Arseo*), talvez um etnónimo menor, que podemos aproximar de *uarsan*, presente nas estelas da Cerca do Curralão, Penedo e Arzil, de *uarsaneo* na de Nobres, *uarsano* em Benaciate II, *uarsaio*, em Alcoutim, *uarsanu*, na de Dobra e, igualmente, de *uarsatir* em Fonte Velha III, *arsario*, em Mestras e, apenas, *arsa* em Tavilhão I. *Arseo* sugere genitivo, que pode traduzir-se por “dos Arsanos”.

À última palavra, por demais conhecida, falta-lhe o *oméga* e lê-se *saronao*, antecedendo, em geral, o etnónimo maior ou originónimo *Koni*, *Konii*, *Konoi*, tal como outras variantes, em genitivo do plural.

*Saronao* e as suas variantes *sarosanao* e *saroso*, deve derivar de palavra acádica ou hitita (*sérum*), significando planície, campo ou deserto e onde terá origem a denominação sertão. É bem conhecida a evolução ou vocalização de *e* para *a*, obtendo-se *sarum* e *saro*, a que se adicionou o sufixo *-nao*, significando posse, pelo que *saronao* deve traduzir-se como “do território.”

Dadas as dimensões que calculamos ter tido, primitivamente, a epígrafe, a fórmula funerária seria constituída por antropónimo, ou nome próprio, patronímico, etnónimo menor e etnónimo maior (NP+P+Em+EM) e a sua tradução seria: “fulano, filho de sicrano, dos Arsanos, do território da Cónia.”

A forma cursiva do *kapa* e dos *sigmas*, o *alfa* com a barra quase horizontal e o *heta* com barra central, conduz a atribuímos cronologia tardia à epígrafe, no contexto de I Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular, ou seja na segunda metade do século VII a.C. ou na primeira metade da centúria seguinte.

Os autores pretendem, oportunamente, escavar a área de onde provém a estela e os restos de sepulturas ali patententes.

Importa referir que esta nova necrópole da I Idade do Ferro, com estela epigrafada, se situa a pouco mais de 5 Km para norte da necrópole de Benaciate, quase a igual distância, mas para noroeste, da necrópole da Portela (São Bartolomeu de Messines) e a, apenas, 1 Km, na direcção sudeste, da necrópole de Passadeiras, arqueossítios onde se detectaram vestígios de sepulturas e de inscrições do mesmo tipo.

### Bibliografia

Beirão, C. M. de M., 1986, *Une Civilizacion Protohistorique du Sud du Portugal (1<sup>er</sup> Âge du Fer)*, Éditions de Boccard, 162 pp., 52 figs, VI quadros, 12 mapas, XV ests, Paris.

Jeffery, L. H., 1961, *The Local Scripts of Archaic Greece. A Study of the Origin of the Greek Alphabet and its Development from the Eight to the Fifth Centuries B.C.*, Oxford Monographs on Classical Archaeology, Oxford University Press, 416 pp., 72 ests, 1 quadro, Oxford.

Sauren, H., 2008, Vale de Águia, S. B. Messines, *Xelb*, vol. 8 (II), pp. 53-58.

# O *proscenium* do Teatro romano de Lisboa: aspectos arquitectónicos, escultóricos e epigráficos da renovação decorativa do espaço cénico

\*Lídia Fernandes

\*\*Ana Caessa

em homenagem a Irisalva Moita, cujos trabalhos pioneiros tornaram possível este trabalho

Vários estudos têm vindo a demonstrar que os teatros, locais privilegiados de reunião de pessoas, foram usados a partir de finais do século I a.C. como meio de afirmação da figura do imperador e do poder de Roma sobre as províncias, compreendendo-se por isso que o edifício e os respectivos programas iconográfico e epigráfico formassem um todo propagandístico (por exemplo GROS, 2002, p. 25-40; JIMÉNEZ SALVADOR, 1993, 236-238; VENTURA VILLANUEVA, 1999, 64-72).

O presente trabalho tem como objectivo o estudo do *proscenium* do Teatro romano de Lisboa, entendido como um conjunto onde arquitectura, ornamentação e epigrafia formariam um todo que enobrecia o edifício e servia fins propagandísticos imperiais e locais.

Este estudo insere-se na investigação sistemática que tem vindo a ser desenvolvida por uma das signatárias (L.F.), sobre os elementos arquitectónicos e decorativos de época romana do Teatro de Lisboa<sup>1</sup>.

---

\* Arqueóloga do Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade - Divisão de Museus e Palácios (Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Património Cultural). Mestre em História de Arte. Coordenadora científica da intervenção arqueológica do Teatro desde 2001.

\*\* Técnica Superior do Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade - Divisão de Museus e Palácios (Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Património Cultural). Mestre em Arqueologia.

<sup>1</sup> Este artigo pretendia ser a versão escrita da palestra apresentada por Lídia Fernandes na Associação dos Arqueólogos Portugueses, a 28 de Novembro de 2006, por amável convite desta Associação, subordinada ao título "Teatro Romano de Lisboa: programa decorativo e sistemas construtivos". A vastidão do tema, bem como a necessidade de detalhar, levou à opção presente onde se faz uma análise pormenorizada de uma das partes do Teatro. Sobre o Teatro em termos mais generalistas, poder-se-á consultar FERNANDES, 2007, p. 27 – 39. Parte significativa do estudo dos elementos arquitectónicos e decorativos do teatro romano de Lisboa encontra-se já concluída prevendo-se para breve a sua apresentação.

## I – As fontes para o estudo do *proscenium*

Na “Coleção Cenáculo” da Biblioteca Pública de Évora existem duas plantas do *proscenium* do Teatro romano de Lisboa (Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Plantas Arquitectónicas, Pasta I, Plantas nºs 2 e 9). Estas plantas, que estiveram inéditas até à década de 90 do século XX, foram apresentadas, aquando da sua publicação (MACIEL, 1994, p. 33-42; *idem*, 1995, p. 86 e 87), como as mais antigas representações do *proscenium*, realizadas com o objectivo de informar D. Manuel do Cenáculo sobre a importante descoberta que então se havia realizado na capital. As duas plantas, que não representam a totalidade do que foi descoberto durante a reconstrução pombalina<sup>2</sup>, não estão assinadas, são pouco pormenorizadas e o seu esquematismo extremo parece denunciar a função de rascunho.

De outra natureza é o desenho aguarelado existente no Museu da Cidade, em Lisboa (“Prospecto e Planta das Ruínas do Teatro Romano de Lisboa”, Lisboa, Museu da Cidade, nº DES. 12) (Fig. 1), assinado no canto inferior direito “Francisco X. Fabri”. A contextualização deste original, as suas características internas e importância para a divulgação das ruínas até às primeiras intervenções arqueológicas que puseram a descoberto os vestígios do teatro, já foram alvo de estudo (LEITE; PEREIRA, 1994, p. 208 - 209; FERNANDES, 2004/05, p. 83-94) e explicam a sua importância. Este documento teve, aliás, divulgação internacional como

<sup>2</sup> Nos dois documentos há indicações topográficas das ruínas do teatro, mas do proscénio só três *exedrae* epigrafadas estão representadas. Numa das plantas (nº 2) os blocos pétreos daquela estrutura são discriminados; a outra (nº 9), mais esquemática, dá atenção à cor das pedras.

<sup>3</sup> “O autor refere que terão sido os dados fornecidos por Francisco Xavier Fabri que lhe terão permitido a inclusão dos desenhos e dos novos elementos que apresenta na sua obra. Para além do diletantismo próprio da época, que transparece amiúde ao longo do texto - nas longas descrições sobre as grandezas dos gregos e romanos e consequente importância do reino de Portugal que a edificação, em tempos idos, de um teatro de época romana justamente confirma - é somente na parte final da obra que o autor explicita, com a apresentação da planta e respectiva legenda, o que verdadeiramente se encontrou (...) na rua de S. Mamede ...” (FERNANDES, 2004/05, p. 85).

<sup>4</sup> Com efeito, tivemos a sorte de “... analisar com algum detalhe um original de Luís António de Azevedo, datado de Fevereiro de 1807 o qual, pelas anotações escritas e comparando com a obra publicada em 1815, concluímos tratar-se do esboço daquele, onde se encontram as indicações, apostas a grafite, auxiliares para o editor e gravador de algumas superfícies” (FERNANDES, 2004/05, p. 85). Este texto manuscrito foi-nos cedido pela Dr.<sup>a</sup> Fernanda Frazão a quem vivamente agradecemos a possibilidade que nos deu em poder estudar este tão precioso inédito exemplar da autoria do latinista Luís António de Azevedo.

indica o desenho existente na *Real Academia de la Historia de Madrid* (nº inv. B A VIe, 26), procedente da viagem “literária” de J. Cornide a Portugal, nos finais do séc. XVIII (ALMAGRO-GORBEA, 1999, p. 526). Trata-se de uma cópia não assinada e pouco rigorosa do desenho de Francisco Xavier Fabri que simplifica, deforma, ou anula muitos pormenores do original.

Um outro desenho, actualmente no Museu da Cidade, foi publicado em 1995 por Irisalva Moita que o descreve do seguinte modo: “Um desenho com as dimensões 0,395X1,100 m, representando a planta e o alçado do *proscenium* do Teatro Romano de Lisboa que se encontrava entre o espólio do Engº Vieira da Silva (...). O desenho apresenta traço rígido, traçado a régua e compasso, nada tendo a ver com os prospectos artísticos que nos deixou Francisco Xavier Fabri. É aguarelado, imitando o esponjado do mármore, a azul (os elementos de mármore cinzento), e a carmim (os elementos de mármore rosa), cobrindo-se as restantes cantarias de calcário vulgar com aguada cinzenta. Nada sabemos sobre a sua data e autor, mas o facto de a dedicatória a Nero se encontrar distribuída, com rigor, alternadamente, pelos elementos em mármore rosa e cinzento, indica que o autor conheceu as ruínas directamente e sabemos que estas, a partir do primeiro quartel do século XIX, já se encontravam, de novo, soterradas. Ainda que a representação do *proscenium* neste desenho coincida com a que dele nos deixou Fabri, há porém, algumas pequenas diferenças a anotar, o que logo indica não se resumir a um simples decalque” (MOITA, 1995, p. 374).

Em 1815, Luís António de Azevedo, na sua obra de título completo: *Dissertação Crítico-Filológico-Histórica Sobre o verdadeiro anno, manifestas causas, e attendiveis circunstancias da erecção do Tablado e Orquestra do antigo Theatro Romano, descoberto na excavação da Rua de São Mamede perto do Castelo desta Cidade, com a intelligencia da sua Inscripção em honra de Nero, e noticia instructiva d’outras Memorias alli mesmo achadas, e atégora apparecidas*, tece vários comentários a propósito do monumento, apresentando uma versão da planta de Francisco Fabri<sup>3</sup>. Esta obra, que constitui a primeira publicação do desenho de Fabri, não reproduz o original, sendo antes uma versão simplificada e imprecisa do mesmo. É interessante verificar, uma vez que esse documento existe, que o manuscrito que deu origem à publicação chega a ser mais rigoroso que a própria versão impressa<sup>4</sup>.

Os vestígios do Teatro romano de Lisboa foram en-

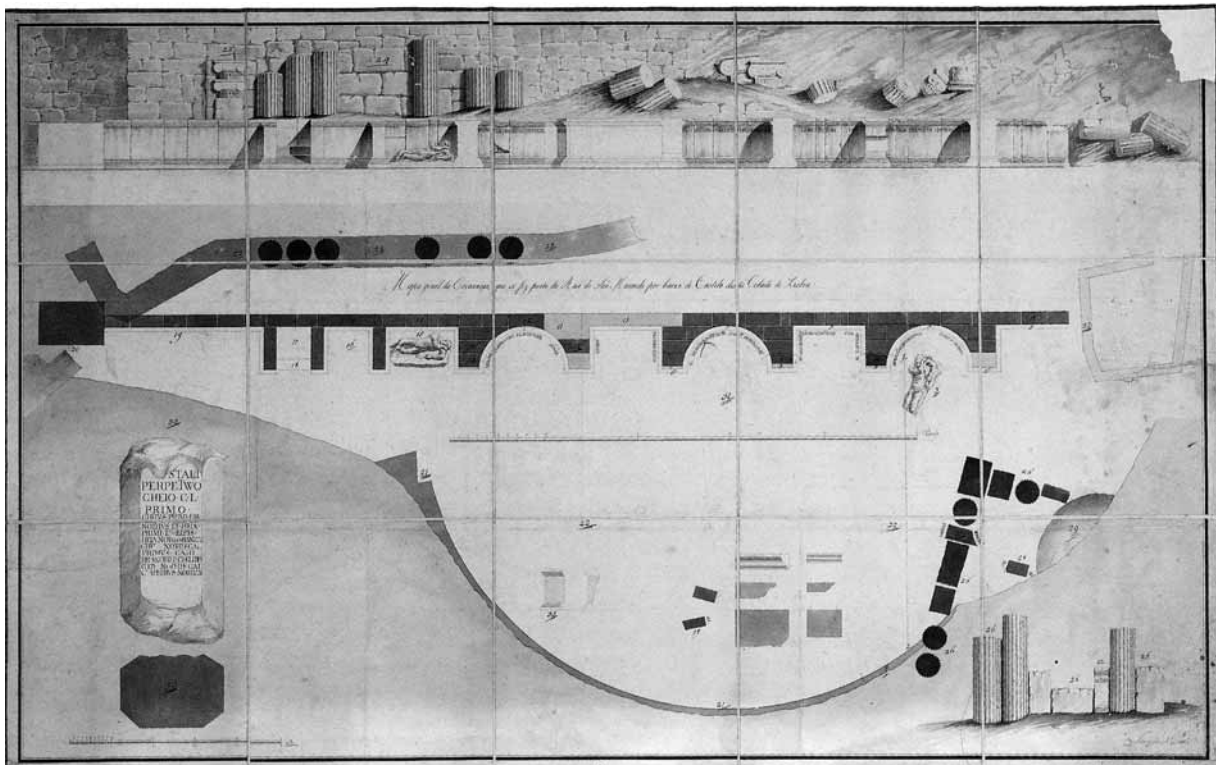


Figura 1 - Desenho aguarelado de Francisco Xavier Fabri de 1798 existente no Museu da Cidade.

contrados no contexto das destruições provocadas pelo terramoto de 1755. No âmbito da reconstrução pombalina foram descritos mas também novamente soterrados. Até ao início das campanhas arqueológicas no local, já na segunda metade do séc. XX, os documentos referidos foram as únicas fontes disponíveis para o estudo do edifício. As intervenções arqueológicas, porém, não puseram a descoberto tudo o que foi descrito, sobretudo no que diz respeito ao *proscenium*<sup>5</sup>. Assim se compreende que o desenho aguarelado assinado por Francisco Xavier Fabri, continue a ser a fonte mais importante para podermos imaginar o que terá sido esta estrutura no Teatro romano da cidade de *Felicitas Iulia Olisipo*, sobretudo se for levado em consideração o pouco que dela resta actualmente (Fig. 2).

## 2 – As opções técnicas e arquitectónicas do *proscenium*

### 2.1 – A estrutura do *proscenium*

São conhecidas referências literárias a *proscenium* durante a época romana, indicando que se tratava de uma estrutura perfeitamente individualizada e de grande valor simbólico, como se depreende das palavras de Tito Lívio quando conta que Lépido, no ano 179



Figura 2 – Algumas das pedras que se conservaram do *proscenium* do Teatro romano de Lisboa, em exposição no Museu do Teatro Romano (outros blocos encontram-se em reservas).

a.C., mandou construir “... um teatro e um *proscenium* junto ao templo de Apolo...” (Tito Lívio, L. XL, 51, 3). Ambas as estruturas assumem, assim, significados distintos: o teatro correspondendo às bancadas e área dos espectadores e o *proscenium* com o significado da área de cena. Também Suetónio, na obra *Os doze Césares*, refere que Nero assistia aos espectáculos do alto do proscénio (Suetónio, *Nero*; 12, 1).

No seu tratado de arquitectura, Vitruvius somente se refere à estrutura do *proscenium* ao tratar do Teatro grego (Livro V, Capítulo VII, 1): “... a delimitação

<sup>5</sup> A zona do *proscenium* foi alvo de intervenção arqueológica na campanha de 1964, dirigida por Fernando de Almeida e nas de 1965-1967, levadas a cabo por Irisalva Moita (respectivamente, ALMEIDA, 1966, p. 561-571; MOITA, 1970, p. 3-37).

do proscénio é feita segundo o lado do quadrado que intersecta a curvatura do círculo no ponto mais próximo da cena. A partir daí, traça-se uma linha paralela tangente ao mesmo círculo, sobre a qual se constitui a frente da cena, e pelo centro da orquestra descreve-se outra paralela à linha do proscénio, marcando-se centros nos extremos, à direita e à esquerda, onde essa paralela corta o círculo” (MACIEL, trad., 2006, p. 191)<sup>6</sup>. Embora essa estrutura nunca mereça do arquitecto qualquer atenção quando aplicada ao edifício romano, a não ser em termos do traçado do próprio teatro, o *proscenium* constitui-se como um dos elementos mais importantes do teatro romano. Essa importância advém-lhe do facto de estabelecer a fachada frontal do palco, defronte para o público e, por esse motivo, constituir um local ideal para o ensaio de novas soluções ornamentais e de mensagens propagandísticas.

Se a maioria dos teatros romanos oferecem *proscenaria* articulados em vários nichos, existem também exemplos de *proscenaria* constituídos por muros rectilíneos. Este último modelo constitui um tipo mais antigo e os poucos exemplos que sobreviveram concentram-se sobretudo na Ásia Menor e na Grécia (SEAR, 2006, p. 89). Podem, contudo, encontrar-se exemplos de teatros com *proscenium* rectilíneo a Ocidente dessa zona, como o



Figura 3 – Blocos epigrafados do *proscenium* onde a mesma palavra se encontra inscrita em duas pedras de cor diferente (rosa e cinza). Estes blocos pertencem ao terceiro nicho (semicircular).

<sup>6</sup> M. Justino Maciel, na tradução que faz da obra daquele arquitecto romano, refere que se trata de um “... muro recortado por pequenas *exedrae* semicirculares e rectangulares, nas quais eram colocadas estátuas, baixos-relevos ou inscrições e que, sustentando o *pulpitum*, o dividia do espaço da *orchestra*” (2006, p. 191, nota anexa).

<sup>7</sup> Sobre estes elementos arquitectónicos tivemos oportunidade de analisar circunstanciadamente as bases de coluna (FERNANDES, 2004/05, p. 83-94) e os capitéis (FERNANDES, 2001, p. 29-51; e em publicação na revista *O Arqueólogo Português*).

<sup>8</sup> Quanto a este aspecto, há que referir que o Teatro romano de Lisboa possui, no seu traçado conceptual, dois centros: um situado no limite da face Norte do *proscenium* e a meio do diâmetro da *orchestra* e outro no mesmo local, mas desviado para Norte coincidindo com o centro do *aditus maximus*. A este propósito vide HAUSCHILD 1990, p. 385 e 386.

de Verona e o de Castelsecco em Itália e exemplos tardios de *proscenium* rectilíneo na área de influência cultural grega e/ou helenística, como o teatro de Dionísio em Atenas, da época de Nero.

No original de Francisco Xavier Fabri estão representados o *proscenium*, a *orchestra*, duas estátuas de sileno e inúmeros elementos arquitectónicos como bases, colunas, fustes<sup>7</sup> que, na sua grande maioria, se encontram dispostos de forma cenográfica na parte superior do *pulpitum*. Estes elementos encontram-se desenhados em planta, na parte inferior do desenho e em alçado na parte superior do mesmo. Apesar deste levantamento não abranger todo o comprimento do proscénio, observa-se em mais de metade da sua total dimensão o que permite imaginá-lo na totalidade. O rigor de Fabri é notável: empregou duas cores, o cinzento para os elementos pétreos existentes e o amarelo, de tonalidade alaranjada, para os blocos desaparecidos, quando pôde calcular o local onde estariam localizados.

A partir deste desenho, pode concluir-se que as soluções técnicas e arquitectónicas adoptadas para o *proscenium* do teatro de *Olisipo* seguem as normas técnicas e decorativas mais usuais do Império, sendo nítida a semelhança que se pode estabelecer com o teatro da capital de província, *Emerita Augusta*. Estas

opções dizem respeito à fase de remodelação de ambos os teatros, datadas de época de Cláudio no caso de *Emerita* e da época de Nero, no caso de Lisboa. Desconhecem-se, assim, as características técnicas e decorativas de ambos os monumentos à época da sua fundação, ou seja, a época de Augusto (concretamente 16-15 a.C. para o caso de Mérida).

O proscénio do teatro romano de Lisboa articula-se em nove *exedrae*, se excluirmos os dois nichos com degraus para o acesso ao palco e não contabilizando igualmente os grandes “compartimentos” que se posicionam nos limites desta estrutura que, pela sua dimensão, não deverão ser considerados nichos (Fig. 1).

Das *exedrae*, três são semi-circulares e seis são rectangulares. As cinco *exedrae* do centro – três semicirculares e duas rectangulares – estão epigrafadas, coincidindo o centro do *proscenium* com o próprio centro definidor do traçado do espaço cénico<sup>8</sup>. Os nichos anepígrafos são quatro, todos eles rectangulares.

Uma outra particularidade diz respeito à cor dos vários blocos pétreos. O conjunto ornamental teve subjacente precisamente tal objectivo: o de constituir um elemento decorativo, esteticamente apelativo e marcante no conjunto do edifício cénico. Deste modo,

vemos o emprego de dois tipos de material distinto que alternam entre si: o mármore de Trigaches, de cor cinzenta com algumas venadas brancas e o calcário margoso de cor rosa, da região de Sintra. Estas duas cores dispõem-se alternadamente nos nichos, sem que uma cor pertença, individualmente, a cada um deles (Fig. 3).

Estes elementos, em mármore cinzento e em pedra de lioz de cor rosa, estariam unidos entre si por simples justaposição ou, quanto muito, por uma fina camada de argamassa de cal. A sobrepor estas peças, outras haveria que fariam o remate da sua parte superior, bem como das faces dos topos das *exedrae*. O conjunto assim obtido seria constituído por nove nichos, sendo seis rectangulares e três semicirculares. Os primeiros têm, no desenho de Fabri, um comprimento de cerca de 1,50 m e uma profundidade que ronda 1 m. As *exedrae* semicirculares têm a mesma profundidade e um comprimento de cerca de 1,80 m. A profundidade total do *proscenium* será de quase 1,45 m, já que a dimensão dessa estrutura é superior à do *frons pulpiti* que é, afinal, a sua face. Como comprimento total do muro do *proscenium*, o desenho de Fabri, ainda que incompleto, permite calcular a dimensão de 32 m.

Os blocos que compunham o *proscenium* são múltiplos. O levantamento de 1798 regista-os, indicando-os em planta e alçado, encontrando-se assinalada a inscrição que correria ao longo dos cinco nichos centrais. Francisco Fabri individualiza os vários blocos, contabilizando-se no seu desenho 52<sup>9</sup>. A morfologia dos vários elementos mostra-nos uma estereotomia perfeita e um plano de talhe extremamente cuidado que obrigou à realização de um projecto prévio. Este cuidadoso trabalho teve em linha de conta os blocos pétreos que continham troços da inscrição que, simultaneamente, pertenciam a duas *exedrae* contíguas, isto é blocos que continham letras em ambas as faces pertencendo assim, a dois nichos.



Figura 4 – Pormenor do desenho aguarelado de Francisco Xavier Fabri de 1798 com o perfil de elementos arquitectónicos moldurados.

## 2.2 – A molduração do *proscenium*

A ilustração de Francisco Xavier Fabri mostra que o arquitecto teve o cuidado de demarcar com cuidado algumas das pedras que possuíam molduras (Fig. 2), apresentando-as no meio do desenho, o que corresponde sensivelmente ao centro da *orchestra*, já que constitui um dos locais livres da mancha gráfica. O objectivo foi o de isolar esses elementos, com o intuito de os não adscrever a um determinado local do teatro, denotando nestes pormenores, um verdadeiro cuidado de arqueólogo. Os elementos arquitectónicos que se encontram nesse desenho são dois blocos, um de secção quadrangular e outro similar, mas de maiores dimensões e com uma face moldurada de relevo contido. Estão também desenhadas duas pequenas cornijas com um perfil em *cyma recta* direita, desenhadas com um artístico sombreado de curvas e contracurvas (Fig. 4). Estes elementos mostram-se bastante próximos dos perfis de múltiplas cornijas que foram recolhidas no Teatro romano no decurso das intervenções arqueológicas levadas a cabo por Fernando de Almeida em 1964 e por Irisalva Moita entre 1965/1967. Estes elementos apresentam um perfil simples, em *cyma recta*, como já referimos e pela sua diminuta dimensão tratar-se-ia de pequenas cornijas de remate, não integrando certamente qualquer entablamento de edifício. Também o tratamento gráfico que é dado à superfície destes elementos (insinuando polimento), parece indicar que deverá tratar-se de calcário fino ou mármore e não do biocalcarenito, empregue nas bases, fustes e capitéis que seriam revestidos a estuque e que se enquadram na primeira fase construtiva do edifício (FERNANDES, 1997, vol. II, p. 167- 175; 237-241; *idem*, 2001, p. 29-51; *idem*, 2007, p. 36- 38).

A *cyma recta* é, como quase todos os tipos de molduras similares, de origem bastante recuada tendo sido introduzida em Itália provavelmente no decurso do séc. II a.C., altura em que as ordens arquitectónicas gregas passaram a ser adoptadas integralmente (CHLINER MARTORELL, 1990, p. 108 e 109). Este tipo de moldura que coroa a parte superior do elemento ou do edifício, conjuga-se quase sempre com a adopção da *cyma reversa* na zona inferior. Esta solução será habitual em período proto-imperial, como é o caso do Templo Redondo de Tivoli do séc. II a.C. (SHOE, 1965, p. 177, Tav. LV, 5), da *scenae* do teatro de Arles e do ninfeu de

<sup>9</sup> Ao invés, Luís António de Azevedo não individualiza, nos seus desenhos, qualquer bloco pétreo.



Figura 6 – Bloco pertencente a uma das *exedrae* semicircular onde se observam os encaixes rectangulares na parte superior do bloco, bem como a faixa rebaixada do lado direito com o objectivo de encaixar com o bloco seguinte que finalizaria a *exedrae*.

Nimes (AMY; GROS, 1979, p. 171-121), ambos do séc. I a.C. Este tipo de molduras perdurará, razão pela qual continua a surgir em épocas posteriores como é o caso da *frons scaenae* do teatro de Mérida, depois da remodelação da primeira metade do séc. I d.C. (ALVA-REZ MARTINEZ, 2004, p. 312-315), uma vez que a primeira

frente cénica, coeva da edificação do teatro da capital da província da Lusitânia, é atribuível à época de Augusto e Agripa.

Algumas das pedras do *frons pulpitum*, ou fachada do proscénio do teatro de *Olisipo* possuem uma moldura inferior com perfil em *cyma recta inversa* ainda que aqui com uma pequena variante ao apresentar uma curvatura abatida, sem a elevação e elegância que este tipo de moldura geralmente apresenta (Fig. 5). Mas a composição total desta moldura é feita também por uma pequena *cyma reversa inversa* que se sobrepõe à já referida *cyma recta inversa*. A parte inferior desta composição não se visualiza pois está partida devendo ter possuído uma pequena faixa recta, vertical, como um plinto, tal como se observa no desenho de 1798, com uma altura de cerca de 11 cm.

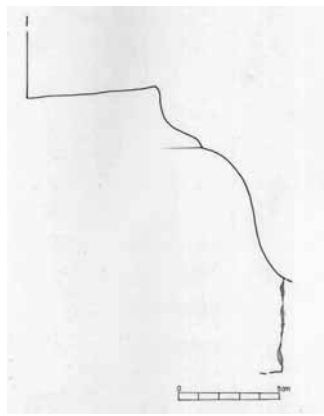


Figura 5 – Perfil da moldura inferior, em *cyma recta inversa*, de uma das pedras que o *proscenium* (Nº Inv.TRL/66-67/113).

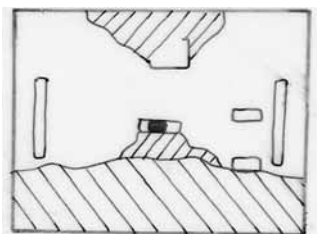
Os vários blocos que constituem o *frons pulpitum*, oferecem uma multiplicidade de soluções denunciadoras de um trabalho de extremo cuidado e qualidade, dignas afinal, de conter a dedicatória ao Imperador Nero. Os negativos da técnica de afeiçoamento que algumas das superfícies

evidenciam, ilustram um perfeito trabalho de polimento, resultando em superfícies perfeitamente lisas e homogêneas, de aspecto quase “vitrificado”. Nas faces laterais, que encostariam umas às outras e que, por tal razão, não seriam visíveis, nota-se o emprego de instrumentos de corte e de afeiçoamento posterior, verificando-se um acabamento cuidadoso. O tratamento menos sistemático de algumas superfícies permite comprovar o emprego da *gradine* e do cinzel de bico, oferecendo um picotado regular e fino. Este trabalho é realizado nas faces de adossamento dos vários blocos ou na única face que se conserva da parte recta frontal de ligação de nichos contíguos<sup>10</sup>.

### 2.3 - Os sistemas de encaixe

As superfícies de ligação entre os vários blocos do proscénio oferecem ainda outras particularidades. Numa das pedras pertencentes a um dos nichos circulares existe um rebaixamento da superfície em toda a sua altura o que significa que, devido à curvatura, os blocos encaixavam entre si ao invés de apenas adossarem (Fig. 6). Este aspecto é tanto mais interessante quanto não existem espigões em metal ou qualquer tipo de encaixe a estabelecer a ligação e a prensão entre os vários blocos. Este facto sublinha, mais uma vez, a qualidade da estereometria do trabalho e um conhecimento profundo e inteiramente especializado dos vários artífices envolvidos.

Os encaixes que possuiriam espigões em metal, isto é, os negativos que se visualizam e onde, em alguns deles, ainda existem vestígios da liga metálica, localizam-se, exclusivamente, na parte superior das pedras do proscénio. Isto significa que o reforço de todo o conjunto da estrutura era finalizado pela colocação de uma “capa” superior que a englobava e que unia parcelarmente um bloco ao seguinte, recurvando e abrangendo uma fatia da parte superior dos blocos, tal como se depreende dos encaixes que existem em alguns.



0 20 cm

Figura 7 – Desenho da parte superior de um dos blocos do *proscenium* onde se vêem seis concavidades de encaixes.

O sistema de prensão destas pequenas cornijas que constituíam esse remate final é feito pelo sistema macho/fêmea,

<sup>10</sup> Contando da esquerda para a direita: face entre o segundo e o terceiro nicho e face entre o quarto e quinto nicho.

ou seja, concavidades de secção quadrada onde se encaixariam iguais secções em relevo, talhadas no elemento a unir. Um dos blocos rosa de um dos nichos semicirculares possui conservadas três concavidades<sup>11</sup> (Fig. 6).

Este aspecto é tanto mais curioso quanto ao elevadíssimo número de encaixes da parte superior dos blocos, corresponde a total ausência de espigões ou encaixes nas faces frontais e laterais dos mesmos. Um dos blocos rosa de menor dimensão, apenas como exemplo, possui seis encaixes na parte superior do bloco e nenhum nas respectivas faces laterais (Fig. 7).

Pequenas concavidades, em forma de asa de andorinha, muito bem executadas, que se observam nas faces conservadas de ligação dos nichos semicirculares aos rectangulares justificam uma análise mais atenta. Estas concavidades, em número de quatro, duas de cada lado (uma em cima e outra em baixo), localizam-se no limite externo do nicho, isto é, dois no limite exterior da *exedrae* circular e os outros dois no limite exterior do nicho rectangular contíguo, uma vez que estes blocos funcionam simultaneamente como parte integrante dos dois nichos (Fig. 8).

Desconhece-se qual a funcionalidade destes encaixes e, na ausência de mais elementos, as hipóteses que agora se apresentam são precisamente isso. Tecnicamente, este sistema está presente, também, no tardoz de duas aduelas de arco<sup>12</sup>, exumadas nas campanhas de escavação de Irisalva Moita. Estes encaixes das aduelas e os do proscaenium são similares às braçadeiras de alguns elementos pétreos do Templo da Fortuna Augusta em Pompeia (ADAM, 1996, p. 57, fig. 126). No caso do teatro romano de Lisboa, este sistema é reforçado com um orifício para espigão de metal.

Estas concavidades possibilitariam a preensão de alguma estrutura, semelhante a uma grade, que poderia fechar os espaços reentrantes formados pelas *exedrae*. No entanto, uma vez que estas concavidades se posicionam ao mesmo nível da inscrição, a hipotética existência de um gradeamento, ou cancela, dificultaria a visualização da mensagem escrita. Por outro lado, a morfologia e posicionamento destes encaixes adequa-se aos sistema de preensão das placas marmóreas que deveriam revestir as faces rectas de ligação das *exedrae*. Estas pequenas placas de metal, das quais podemos imaginar o seu aspecto na Fig. 16, reforçariam o correcto posicionamento das placas que seria reforçado através de um outro artifício técnico que a seguir descrevemos.

Com efeito, um outro pormenor, extremamente curioso, pode ser identificado no perfil de algumas faces que corresponderiam às pequenas paredes que ligavam os vários nichos. Uma observação cuidada permite concluir que o sistema empregue foi o do talhe oblíquo na parte superior e inferior da moldura do bloco. Ou seja, o capeamento a colocar, com um talhe idêntico nos respectivos limites, apenas poderia entrar neste espaço de lado e não frontalmente. Deste modo, depois de colocado, o capeamento ficaria automaticamente travado (Fig. 8). Esta morfologia indica, mais uma vez, uma estereotomia cuidada, levada a efeito por técnicos especializados de grande qualidade, segundo um plano prévio extremamente detalhado.

### 3 – As opções escultóricas do *proscenium*

São tradicionalmente apresentadas como fazendo da ornamentação escultórica do *proscenium* duas estátuas de sileno, representadas por Fabri, e um fragmento de baixo-relevo recolhido nas escavações de Irisalva Moita.

#### 3.1- Os silenos

Os silenos foram recuperados durante os primeiros trabalhos de registo do monumento em 1798, altura em que o arquitecto Francisco Xavier Fabri realizou os levantamentos do edifício romano. Uma das estátuas ficou na posse dos Marqueses de Abrantes, integrando a estatuária do jardim do palácio da Anunciada às Portas de Santo Antão, em Lisboa. Adquirida pela Câmara Municipal de Lisboa em 2002, integrou a exposição permanente do Museu do Teatro Romano<sup>13</sup> (Fig. 9). A outra estátua, mais danificada e por isso de menores dimensões, integra as colecções do Museu Nacional de Arqueologia<sup>14</sup>.

As estátuas, em mármore branco quartzítico, de

<sup>11</sup> Ainda que originalmente devesse ter mais, uma vez que o bloco se encontra partido nesse local.

<sup>12</sup> TRL /1965-67/434 e 435.

<sup>13</sup> N° Inv. TRL/ESC.0001; dimensões (cm): comprimento - 123; altura - 50; largura - 53.

<sup>14</sup> N° Inv. E.6299=n° 994.50. I; dimensões (cm): comprimento - 108; altura - 42,5; largura - 53.



Figura 8 – Bloco do *proscenium* que conserva uma face frontal correspondente à parede de ligação entre o segundo nicho (rectangular) e o terceiro (semicircular). Em ambos os lados observam-se estes pequenos encaixes em forma de “asa de andorinha” com buraco para espigão metálico.



Figura 9 - Estátua de sileno. Em exposição no Museu do Teatro Romano.

Vila Viçosa, retratam uma figura masculina, deitada, com o torso reclinado para o lado esquerdo, apoiando-se no braço do mesmo lado que se encontra flectido. A mão esquerda seguraria um recipiente do qual hoje apenas se vê um orifício redondo<sup>15</sup>. O braço direito posiciona-se em cima do peito e a respectiva mão no ombro. Sobre essa mão apoia-se a cabeça. A perna direita descansa sobre a esquerda, ambas ligeiramente flectidas<sup>16</sup>.

As estátuas em si não denunciam elevada qualidade artística, ainda que seja evidente a busca de efeitos naturalistas, constatável nos volumes e pregas da barriga, nos caracóis do cabelo, nos pelos da barba e da zona púbica, onde o uso do trépano foi empregue. Esta técnica, no entanto, é pontual, não denotando grande cuidado no seu aperfeiçoamento e disfarce dos pontos de desbaste. O claro/escuro é demasiado evidente, sem que o corpo alcance delicadeza e naturalismo. Os silenos do teatro de *Olisipo* constituem plasticamente uma figura praticamente isenta. Com efeito, o vasado entre as pernas é evidente, distanciando-se do volume único que ostentam algumas das estátuas deste tipo, como acontece na divindade masculina de *Italica* que poderá representar o rio Betis, que tem a função de estátua-fonte, (FERNÁNDEZ GOMEZ, 1998, p. 230), ou os silenos de *Baelo Claudia* (SILLIÈRES, 1995, p. 134), ou ainda o sátiro deitado do Museu de Évora (SOUZA, 1990, nº 66). Os efeitos de alternância de volumes, evidenciado pelo tratamento arredondado do corpo, assim como a presença de ocós e vazios na metade inferior dos exemplares, confere-lhe uma dinâmica e um efeito

<sup>15</sup> Este orifício tem ligação a uma grande concavidade existente na base da peça, denunciando a possível passagem de líquidos da base da estátua para a sua face frontal.

<sup>16</sup> O exemplar do Museu Nacional de Arqueologia está fracturado pelos joelhos.

<sup>17</sup> As duas estátuas assemelham-se iconograficamente às estátuas “tipo Virunum” (LOZA AZUAGA, 1993, p. 100 e 101) e foram encontradas juntamente com três *arae* com decoração de cariz báquico.

cenográfico evidente. Tudo parece indicar que se trate do trabalho de uma oficina provincial.

A decoração de espaços cénicos no mundo romano com estátuas deste tipo é habitual. Os exemplos dos teatros de Djemila, Arles, *Caere*, Trieste, *Italica*, *Baelo* e Mérida são amplamente significativos. Por vezes, em vez de silenos ou divindades masculinas relacionadas com o culto a Dionísio,

encontram-se estátuas femininas, ménades e ninfas, estas provavelmente, relacionadas com o culto das águas, na tradição das ninfas aquáticas que, de forma mais vulgar, decoravam fontes e ninfeus em espaços públicos e privados.

Em *Italica*, foram descobertas em 1971, durante os trabalhos de escavação que ocorriam no teatro romano na área da *orchestra*, duas estátuas de ninfas adormecidas<sup>17</sup>. Estas estátuas fazem parte da decoração da parte superior do *proscenium*, que se articula em sete *exedrae* que alternam entre a morfologia rectangular e semicircular, tal como em Lisboa e em *Baelo Claudia*. De acordo com a opinião de L. Azuaga, as duas estátuas deveriam ocupar a parte superior dos nichos rectangulares laterais, hipótese que se adequa à decoração estucada representando peixes que ainda se pode ver numa das paredes de um dos nichos rectangulares (LOZA AZUAGA, 1993, p. 101). A cronologia proposta para estas esculturas é o séc. III, com a particularidade de terem sido talhadas reaproveitando duas estátuas de época júlio-cláudia que, provavelmente, terão pertencido a um programa decorativo do teatro de época anterior (LOZA AZUAGA, 1994, p. 270 e ss.; PILAR LÉON, 1995, p. 166-169).

O melhor paralelo que, provavelmente, se poderá apresentar para os silenos do teatro de *Olisipo*, será o do Teatro de *Baelo Claudia*, acima mencionados, onde



Figura 10 - Pormenor do desenho aguarelado de Francisco Xavier Fabri de 1798 com a representação de um dos silenos totalmente encaixado numa das *exedrae* rectangulares.



Figura 11 - Reconstituição provável do Teatro Romano de Lisboa, observando-se ao fundo a área da frente cénica; o *proscaenium* articulado com os respectivos nichos e os silenos a decorá-lo, posicionados na sua parte superior (FERNANDES; SALES, 2005, p. 28-32).

se recuperaram duas estátuas de silenos, datáveis do séc. II (LOZA AZUAGA, 1993, p. 100) que decorariam o muro do *pulpitum* e integrariam uma fonte arquitectónica do tipo *scaena frons*. A face frontal dessa estrutura encontra-se decorada por estuques pintados com temas vegetalistas e imitações de marmoreado. Os nichos encontram-se tapados frontalmente e ao nível do solo por placas de mármore, o que transformaria as *exedrae* rectangulares em pequenos tanques. Não se poderá deixar de referir também a existência no teatro de *Emerita Augusta*, de um fragmento de sileno que, provavelmente, decoraria a parte central do espaço cénico (R. MELIDA, 1935, p. 690).

Assim, os dois silenos do teatro de *Olisipo* deveriam, no seguimento dos exemplos anteriormente referidos, encimar o muro que delimita o *proscaenium*, ocupando a parte superior das *exedrae* rectangulares e não, como tem sido proposto, a *orchestra* ou o interior dos nichos. Esta ideia, até ao momento generalizada, dever-se-á ao facto de Francisco Xavier Fabri ter representado no seu desenho um dos silenos totalmente encaixado na base de um dos nichos (Fig. 10) e o outro ligeiramente desviado de uma outra *exedra*. A própria dimensão dos silenos em estado completo, invalida a ideia de que pudessem ocupar o interior das *exedrae* rectangulares e tornam muito difícil a ocupação do interior das semicirculares. O sileno melhor conservado e ainda assim incompleto, uma vez que lhe faltam os pés (o do Museu do Teatro Romano), apresenta um comprimento real de 123 cm e no desenho de Fabri tem uma dimensão de 145 cm, no mesmo estado incompleto. Quanto à

largura dos nichos do *proscaenium*, a única fonte disponível que temos para a conhecer é o desenho de Fabri que apresenta para as *exedrae* semicirculares 181 cm e para as rectangulares 150 cm. Estas duas estátuas encontram-se voltadas para o mesmo lado o que pode indicar a existência de outras análogas, mas voltadas em sentido inverso. Em princípio seriam quatro e estariam em cima da estrutura do muro que forma os quatro nichos rectangulares. No entanto, os paralelos desta situação mostram que os silenos de *Olisipo* tanto se poderiam situar no sentido do comprimento dos próprios nichos rectangulares, como

nos muretes entre esses e os semicirculares.

Um outro elemento que permite sublinhar a hipótese de que os silenos se encontravam na parte superior do *frons pulpitum*, é a concavidade que existe na base da estátua e que se transmite ao recipiente que originalmente seguraria na mão esquerda<sup>18</sup>. Para ser possível qualquer líquido sair de tal vaso ou odre, os silenos teriam que se localizar num sítio mais alto para o líquido verter para baixo, o que seria impossível caso as estátuas se encontrassem ao nível do solo. Para além disso, o embasamento do muro do *proscaenium* conserva, por baixo da actual argamassa, uma área com um revestimento em *opus signinum*, cuja extensão ainda não é conhecida e um canal de escoamento de água que se transmite à zona do *hyposcaenium*, local onde seria recolhida. Os encaixes em forma de asa de andorinha, já descritos, poderiam relacionar-se com a colocação de uma grade ou protecção em alguns dos nichos, de modo a formar um espelho de água<sup>19</sup>. Esta solução colocaria o *proscaenium* do teatro de *Olisipo*, em termos de efeitos ornamentais e cenográficos, muito próximo das soluções adoptadas por outros teatros, como é o caso do teatro de *Itálica* (RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, 2006, p. 162). Será sempre difícil, no entanto, imaginar-se o enorme efeito

<sup>18</sup> Esta concavidade circular, que se observa no limite exterior do sileno, sensivelmente a meio do seu comprimento, prolonga-se na base da estátua, até meio da largura do sileno, o que significa que esse canal teria, de facto, uma utilização prática, tal como referimos na n. 15.

<sup>19</sup> O maior obstáculo a esta hipótese encontra-se no facto de os encaixes estarem posicionados ligeiramente por cima do nível da inscrição, quando tudo indica que epígrafe e estátuas são contemporâneos. Os encaixes não deveriam significar que as paredes dos supostos espelhos de água impedissem a leitura da mensagem gravada.



Figura 12 - Fragmento de placa de capeamento com baixo-relevo e parte de inscrição.

que estátuas e tratamento decorativo e arquitectónico do *proscænium* suscitaria na população, com as cores, movimento e volumetria da composição (Fig. 11).

### 3.2- O baixo-relevo de Melpómene

O baixo-relevo está presente num fragmento de placa de revestimento, ou capeamento parietal, em mármore branco quartzítico<sup>20</sup>, onde é visível o perfil de uma figura em movimento sob uma legenda em grego (Fig. 12). As letras que restaram da legenda, ΜΕΛΠΟ, são suficientes para reconhecer a palavra Μελπο[μένη], ou seja Melpómene, a musa da Tragédia.

Uma vez que as faces frontais que estabelecem a li-

gação entre os nichos, se encontram assinaladas a amarelo no desenho de Fabri, o que significa a ausência dos finos capeamentos que as recobriam, este fragmento

de baixo-relevo tem sido interpretado, desde o seu aparecimento, como fazendo parte de um conjunto de baixos-relevos, representando as musas<sup>21</sup>. O baixo-relevo integraria, segundo esta interpretação, parte de um friso que decorava a frente do *proscænium*, nas pequenas paredes de ligação entre os vários nichos (MOITA, 1970, p. 16; ALARCÃO, 1982, p. 290).

Esta hipótese parece pertinente, quer pelo facto de a espessura máxima da placa (6,4 cm) ser semelhante à de uma das áreas assinaladas no desenho de Fabri<sup>22</sup> (entre o segundo e o terceiro nicho, a contar do lado esquerdo), quer pelo facto deste local se adequar à colocação de baixos-relevos do género e da própria estrutura possuir uma encaixe para o receber. No entanto é também possível a apresentação de argumentos sólidos que enfraquecem esta tese, aceite de uma forma mais ou menos consensual desde a sua formulação.

No desenho de Fabri de 1798<sup>23</sup> está assinalada a amarelo a ausência dos elementos das áreas frontais dos nichos. Na sua maioria, são silhares rectangulares que constituem o *proscænium*, não apenas os blocos epigrafados mas também os que compõem o próprio “miolo” da estrutura. Também assinalados como ausentes estão os elementos que formavam as pequenas paredes rectas que estabeleciam a ligação entre os vários nichos, bem como o seu revestimento. As dimensões dos elementos em falta são diferentes entre si. Todavia, a face que liga o quinto nicho ao seguinte<sup>24</sup> está assinalada como existente. O desenho de Fabri representa-a sem qualquer decoração, lisa e polida, indicando também que estava incompleta na sua parte intermédia, no entanto, não a representa como ausente, isto é, sem a colorir de cor branca pois é esta a cor como o arquitecto, e tal como ele também Luís António de Azevedo, representam as faces em falta da ligação dos diversos nichos: cor branca e um seccionar geométrico, sem aguarelado e sem indicar o aspecto final do polimento (Fig. 13).

Jorge Alarcão defende que existiria espaço para dez figuras, musas<sup>25</sup>, ou para onze, com Apolo, que geralmente é a elas associado (ALARCÃO, 1982, p. 290). No entanto, os três primeiros muretes do lado esquerdo<sup>26</sup> apresentam uma dimensão acentuadamente menor que os restantes. Com efeito são muito mais estreitos, com uma largura de 31,89 cm ao invés da dimensão de 47,72 cm dos outros<sup>27</sup> o que significaria que haveria baixos-relevos extremamente reduzidos

<sup>20</sup> Nº Inv. TRL/1965-67/01LAP; dimensões (cm): altura – 32,5; largura – 11,5; espessura – 6,3.

<sup>21</sup> As musas, para além de cantoras divinas cujos coros alegravam os deuses, eram também as inspiradoras dos pensamentos e criações humanas proporcionadoras de bem-estar e tranquilidade. Segundo a tradição mais corrente, as musas seriam nove e apesar de partilharem as suas funções, ter-se-iam também especializado por tarefas. Assim, se Melpómene tutelava a Tragédia, Tália inspirava a Comédia, Calíope os grandes géneros poéticos como a Epopeia, Érato a poesia lírica coral; Terpsicore a Dança, Euterpe a Música, Clío a História e Urânia a Astronomia. As qualidades benfazejas das musas tornam-nas num tema muito assíduo na decoração de edifícios (GRIMAL 1992, p. 319-320).

<sup>22</sup> A espessura destes elementos é, da esquerda para a direita: 6,05 cm; 36,5 cm (o que corresponde à largura de um verdadeiro silhar); 6,91 cm; 11,5 cm; 4,68 cm e, por último, 38,12 cm, o que, como no primeiro caso, é um bloco e não um simples capeamento.

<sup>23</sup> Assim como no livro publicado em 1815 por Luís António de Azevedo, onde estas lacunas são assinaladas a branco.

<sup>24</sup> A numeração que seguimos é feita da esquerda para a direita e não foram contabilizados como *exedrae*, como referido, os compartimentos que possuem os degraus da escada e as grandes áreas que se encontram a Este e a Oeste da estrutura do proscénio.

<sup>25</sup> Também relativamente a este aspecto pensamos ser importante salientar que as musas são geralmente em número de nove e não dez. Vide n. 21.

<sup>26</sup> Os dois que delimitam a escada e o outro imediatamente contíguo.

<sup>27</sup> Dimensões tomadas do desenho de Fabri de 1798 e da respectiva conversão de palmos para cm (1 palmo = 22,3 cm). Agradecemos à Dr.ª Rita Fragoso de Almeida que nos auxiliou nestas observações.

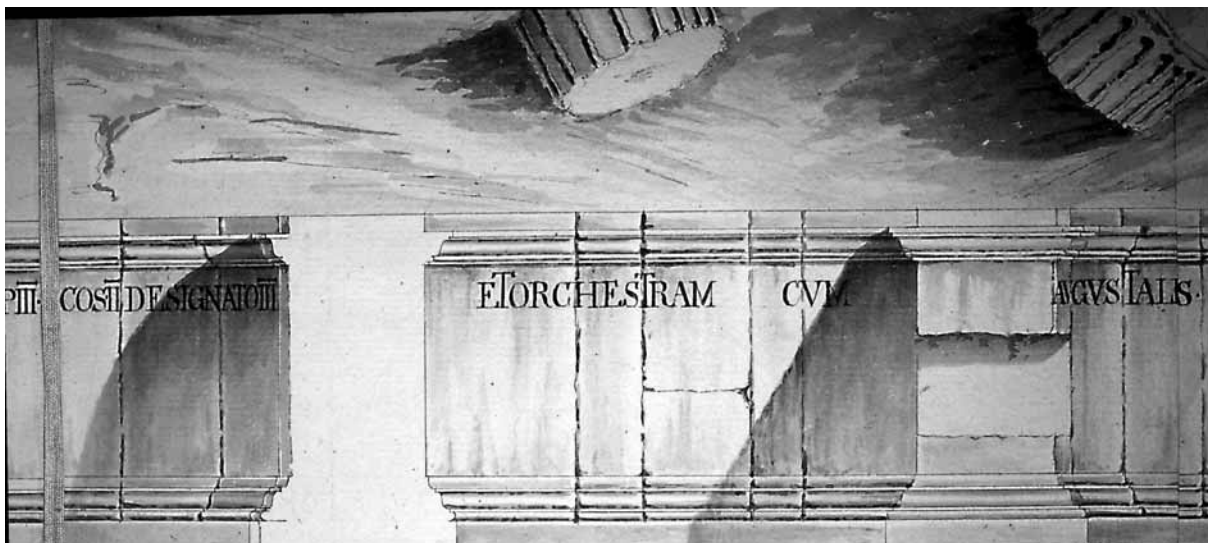


Figura 13 - Pormenor do desenho aguarelado de Francisco Xavier Fabri de 1798, representando um dos muretes frontais de ligação entre dois nichos: observa-se o tratamento final da parede e a sinalização, na sua parte intermédia, a falta de um bloco.

onde dificilmente seria possível retratar do mesmo modo as várias figuras das musas. Assim, apenas seriam seis as faces com capeamentos decorados, enquanto que as restantes, a confirmar-se a colocação de um revestimento extra, provavelmente não possuiriam decoração.

É difícil, com os dados disponíveis, conhecer com segurança o local exacto onde originalmente estaria o baixo-relevo de Melpomene do qual apenas um fragmento pequeno e descontextualizado foi encontrado nas escavações, mas não seria forçoso que o seu lugar fosse o proscénio. Na realidade, o fragmento dificilmente encaixa nas duas únicas faces que se conservam das paredes de ligação entre os nichos: a moldura superior não tem o talhe biselado para o encaixe e o tardo do baixo-relevo apresenta um acabamento demasiado irregular (Fig. 14) para poder ser adossado às faces, cujas superfícies mereceram um picotado fino e polimento<sup>28</sup>.

#### 4 – As opções epigráficas do *proscenium*

##### 4.1 - O texto

Como já foi referido acima, o *proscenium*, sendo nos teatros um elemento da fachada frontal do palco perfeitamente visível das bancadas, é um local de eleição tanto para a ornamentação como para a comunicação através de mensagens escritas. Assim, é fácil compreender que no *proscenium* do teatro romano de Lisboa tenha sido gravado um texto que terá constituído, no edifício, um dos elementos mais notáveis daquilo que Giancarlo Susini (1982, 17-18) designou por “paisagem epigráfica”, ou seja, uma escrita exposta aos olhos de

todos que cumpria uma função comunicativa considerada importante. Para além da inscrição do *proscenium*, conhecem-se actualmente mais dois elementos da “paisagem epigráfica” do teatro, ambos curiosamente, propagandeando o mesmo notável local que é referido no texto do *proscenium*.

A inscrição, descoberta juntamente com os vestígios do teatro em 1798, foi reproduzida nos desenhos de Francisco Xavier Fabri. No alçado e na planta que desenhou do *proscenium* é evidente que o arquitecto viu, quase na totalidade, a inscrição que aí estava gravada. Esse texto estendia-se numa única linha, inscrito na parte superior das cinco *exedrae* centrais da estrutura, começando e terminando numa semi-circular, mas ocupando ainda duas rectangulares e outra semi-circular entre estas duas. Em alçado foram representados, preenchidos a azul ou a rosa<sup>29</sup>, vinte e dois blocos epigrafados *in situ* e três deslocados, para os quais Francisco Xavier Fabri propôs a respectiva localização, já que os incluiu na representação em planta do *proscenium*.

Uma vez que a reconstrução pombalina não poupou

<sup>28</sup> Embora a espessura do fragmento, entre os 6 e os 6,4 cm, se adequasse ao espaço disponibilizado para a colocação de um capeamento (que nas faces conservadas é de 7,5 cm e 6,5 cm), se o adossamento for experimentado na prática, demonstrará que a grande irregularidade do tardo do não permite. Este tratamento indica que a peça se destinaria a ser embutida.

<sup>29</sup> O aparecimento das ruínas do teatro suscitaram grande interesse que o público podia satisfazer visitando o local, lendo as notícias que regularmente eram publicadas na Gazeta de Lisboa, ou assistindo a conferências proferidas em instituições prestigiadas como a Academia das Ciências. (Sobre este assunto veja-se por exemplo, RODRIGUES, 1987, p. 4-12).



Figura 14 – Tardoz da placa de capeamento (Fig. 12).

as ruínas do teatro romano, tudo o que se escreveu sobre a epígrafe, desde os finais do século XVIII até à campanhas arqueológicas na década de 60 do século XX, foi baseado no desenho de Fabri.<sup>30</sup> Nessas campanhas recuperaram-se nove blocos epigrafados, cuja descrição pormenorizada já foi publicada (HAUSCHILD, 1990, p. 375-377): cinco integram a exposição permanente do Museu do Teatro Romano de Lisboa - um bloco em mármore cinza gravado com as letras NE; um bloco em mármore cinza com a gravação AVDIO· DIV, um bloco em lioz rosa com a inscrição I· CLAVDI· F· GER; um bloco em lioz rosa com as letras HES e um bloco em mármore cinza com a inscrição TRAM - e quatro conservam-se em re-

serva - um bloco em lioz rosa com a face epigrafada concava com as letras MA; um bloco em mármore cinza gravado em duas faces, estando numa as letras NICO e na outra as letras PO; um bloco em mármore cinza com as letras SIGNA, cortadas na parte de cima; e um bloco em lioz rosa com a gravação, também incompleta na parte superior, ET· O.

Os nove blocos, por si só, seriam insuficientes para uma reconstituição eficaz do texto, por isso o original de Fabri continua, ainda assim, uma fonte incontornável para o estudo da mensagem do *proscenium*, que parece poder reconstituir-se com segurança na sua maior parte: NERONI CLAVDIO DIVI· CLAVDI· F(ilio)· GER(manici) [- - -]AESARI /[- - -]AESARIS[- - -] AVG(usto) GERMANICO /PONT(ifici) MAX(imo) TRIB(unitia) POT(estate) III IMP(eratori) III CO(n)S(uli) II DESIGNATO III /PROSCAENIVM ET· ORCHESTRAM CVM ORNAMENTIS /AVGVSTALIS PERPETVVS C(aius) HEIVS PRIMVS [- - -]<sup>31</sup>

O conteúdo do texto distribuía-se por assuntos nos cinco nichos. Ao longo do primeiro e do segundo estava gravada a dedicação ao imperador (Nero), ou seja o seu nome e seus títulos honoríficos em dativo<sup>32</sup>. De acordo com o desenho, a segunda *exedra* (rectangular) era a que menos elementos conservava na altura da descoberta, sendo por isso a que registava as maiores lacunas textuais. O espaço que se calcula disponível para a gravação levou alguns investigadores a propor que a indicação dos antepassados do imperador (tão habitual) remontasse ao grau de trisavô<sup>33</sup>. Na terceira *exedra* apareciam inscritos os cargos religiosos e políticos, bem como as titulaturas militares do imperador, situando o texto no ano 57. Na quarta eram discriminados os trabalhos de renovação no teatro - o proscénio e a orquestra com ornamentos - e na quinta era identificado o responsável pelos trabalhos e pela gravação do texto, o augustal perpétuo Caio Heio Primo.

O final do último nicho epigrafado é representado de forma a indicar falhas na terminação do texto. Também sobre essa lacuna surgiram propostas de reconstituição, umas prováveis, outras difíceis de comprovar<sup>34</sup>. As paredes rectilíneas que ligavam as *exedrae*, não epigrafadas, funcionavam como elementos de interrupção do texto que, único, visível e legível em toda a sua extensão, podia ser lido, a partir das bancadas, de uma forma mais ou menos independente em cinco partes distintas.

O processo de composição do texto que foi gravado no *proscenium* não é conhecido. Contudo, há indícios na própria epigrafia romana de que circulariam, entre os

<sup>30</sup> Uma lista exaustiva das publicações nacionais e estrangeiras, com as variantes de leitura, saída a público até aos inícios do século XX, pode ser consultada em CIL II 183 e em SILVA, 1944, n.º 70.

<sup>31</sup> As informações de CIL II 183 e de SILVA, 1944, n.º 70 devem acrescentar-se as propostas de GARCIA, 1991, n.º 490; HAUSCHILD, 1990, p. 376-377; MOITA, 1995, p. 374 e de FERNANDES, 2005, p. 30, nota 3, sendo esta última a que se apresenta neste trabalho. (Tradução do texto: A Nero Cláudio Augusto, Germanico, filho do divo Cláudio Germanico, Pontífice Máximo, no seu terceiro poder tribunitio, Imperador pela terceira vez, consul pela segunda vez e designado para a terceira. O proscénio e a orquestra com ornamentos, o augustal perpétuo, Caio Heio Primo).

<sup>32</sup> STYLOW, 2001, p. 145, nota 27, propõe o ablativo considerando o nome e titulatura do imperador como meros elementos de datação. Essa proposta, contudo, não resiste à análise do desenho de Fabri que apresenta por extenso a palavra NERONI (dativo) e não NERONE (ablativo).

<sup>33</sup> Veja-se por exemplo, SILVA, 1944, n.º 70: Nero apareceria como filho do imperador Cláudio, neto do imperador Tibério, bisneto do imperador Augusto e trineto de Júlio César recordando-se, assim toda a linhagem prestigiada dos Júlios-Cláudios (à excepção de Calígula, o príncipe de má memória).

<sup>34</sup> Sobre este assunto cf. FERNANDES, 2005, p. 31, n. 6

<sup>35</sup> As semelhanças dos textos, o uso das mesmas expressões, entre outras, são elementos que parecem denunciar a situação. Há também exemplares que parecem transformar as suspeitas em certezas, como quando na epígrafe o formulário é gravado e em vez da necessária adaptação, aparece gravada, por distração, a indicação de que chegado àquele ponto é necessário adaptar (veja-se, por exemplo, AE, 1931, 112). Por outro lado, sabe-se que existiu legislação romana que, impondo certas restrições e obrigações, acabava por condicionar o conteúdo das inscrições dos monumentos públicos (Digesto, L, 10, 2 a 7, referido por SAQUETE CHAMIZO, 1997, p. 112), contribuindo para uma certa uniformização dos textos a gravar.

artesãos epigráficos, colecções com formulários prontos a ser seleccionados e adaptados por quem encomendava a epígrafe<sup>35</sup>. E na realidade, o teor da inscrição do *proscenium* do teatro de Lisboa, salvaguardando as suas especificidades particulares, encontra paralelos no mundo romano<sup>36</sup>.

#### 4.2- As técnicas

Embora poucos e, alguns casos, fragmentados, os blocos epigrafados que se conservam são suficientes para esclarecer sobre as opções técnicas que foram tomadas na realização da epígrafe, permitindo uma análise que seria impossível a partir do desenho de Francisco Xavier Fabri.

O facto de sete dos nove blocos epigrafados poderem associar-se entre si<sup>37</sup> pode esclarecer algumas questões que os desenhos de Fabri não resolviam. Esses exemplares demonstram que a alternância entre o mármore cinzento e o líoz rosa se fazia sem que fosse reservada uma cor para cada exedra, ou para cada palavra (Fig. 3), havendo mesmo letras cujas hastes horizontais se distribuem pelas duas cores, como é o caso do T da palavra *orchestram*, em que a parte esquerda da haste horizontal está gravada num bloco rosa e a parte direita num bloco cinzento (Fig. 15). O número reduzido de blocos (epigrafados ou não) que se conservam do *proscenium* não permite detectar qualquer regra ou critério para a alternância das cores, mas é suficientemente esclarecedor para excluir ainda a hipótese de que a mudança de cor se desse apenas a meio de cada *exedra*.

O jogo obtido pelo contraste de cor do material escolhido para fazer as *exedrae*, o teor da mensagem do *proscenium* e as técnicas usadas para a gravação, parecem ilustrar perfeitamente a ideia de que edifício, iconografia e epigrafia formavam um conjunto integrado que servia fins propagandísticos imperiais e locais.

Como seria normal, a gravação do texto terá sido cuidadosamente preparada<sup>38</sup>. Um paginador, levando em consideração os objectivos da mensagem, terá ajustado o texto a gravar ao espaço disponível, determinando a existência de uma só linha (que foi gravada a 56 cm do chão e a 17 cm do início da moldura superior do *proscenium*), o tamanho e a forma das letras e a abreviação de algumas das palavras. Das linhas auxiliares que terão servido de apoio à paginação e ao desenho das letras na pedra, não restam quaisquer vestígios nos blocos epigrafados que chegaram à actualidade. Muito provavelmente as incisões leves que frequentemente é



Figura 15 - Blocos epigrafados do *proscenium* onde a mesma letra (T) se encontra inscrita em duas pedras de cor diferente (rosa e cinza). Estes blocos pertencem ao sexto nicho (rectangular).

possível detectar nos monumentos epigráficos romanos foram polidas depois de terminada a sua função ou então, em vez de incisas, foram feitas, tal como o desenho das letras, com traços pintados<sup>39</sup>.

A gravação do texto no *proscenium* terá exigido a utilização do cinzel de ponta em bisel e de percussão indirecta, para que fosse possível que os sulcos das letras tivessem a forma de um V. Esta técnica de gravação triangular, mais do que contribuir para uma boa legibilidade do texto através do contraste entre o escuro dos sulcos e o claro da superfície não gravada, ou

<sup>36</sup> Sobre a intervenção de particulares na construção e ornamentação e reparação de edifícios teatrais, conhecida por via epigráfica, veja-se por exemplo, MERCHOL GIL, 2002, p. 57-80.

<sup>37</sup> Dos nove blocos, sete podem ser associados entre si. É o caso do bloco em mármore cinza com a gravação AVDIO • DIV, com o bloco em líoz rosa com a inscrição I • CLAVDI • F • GER (ou seja, [C]LAVDIO • DIVI • CLAVDI • F • GERM); do bloco em líoz rosa com a gravação, incompleta por lascamento no canto superior direito, ET • O, com o bloco em líoz rosa com as letras HES e o bloco em mármore cinza com a inscrição TRAM (ou seja, ET • O[RC]HESTRAM); e ainda, muito provavelmente o bloco em mármore cinza gravado em duas faces, estando numa as letras NICO e na outra as letras PO com o bloco em líoz rosa com a face epigrafada concava com as letras MA (ou seja, [GERMA]NICO PO[NT(ifici)] • MA[X(imo)]).

<sup>38</sup> A realização material de uma epígrafe romana pode ser esclarecida pelas técnicas que lhe dão origem e mesmo pelos seus textos. Sobre este assunto veja-se, por exemplo: SUSINI, 1997; p. 7-69; IRELAND, 2006, p. 220-233; LASSÈRE, 2005, p. 33-34; ENCARNACÃO, 2006, p. 61-62. Com efeito, chegaram aos nossos dias epígrafes que publicitam oficinas epigráficas e os trabalhos que realizam (por exemplo CIL X, 7296 e CIL III, 633), ou que referem personagens com profissões relacionadas com a arte epigráfica (como CIL II, 133).

<sup>39</sup> O desenho e/ou a pintura prévios à gravação nas epígrafes romanas, sobretudo nas de carácter monumental, é um assunto raramente abordado, mas cuja importância se tem comprovado, sobretudo no que respeita às epígrafes de carácter monumental (IRELAND, 2006, p. 222-223).

do aproveitamento da luz natural ao longo do dia, jogando com a posição do sol, servia para proteger a tinta, normalmente encarnada ou dourada, que iria preencher os traços das letras. Da tinta, com que terão sido preenchidas as letras cinzeladas do *proscænium*, não é conhecido qualquer vestígio.

As letras escolhidas para o *frons pulpitem* do *proscænium* foram as capitais monumentais, tipo paleográfico muito valorizado na epigrafia da época de Augusto, que se foi aperfeiçoando ao longo da dinastia dos Júlio-Cláudios<sup>40</sup>. Mais do que capitais monumentais quadradas, parecem capitais monumentais alongadas com formas rectilíneas a sugerir um discreto rectângulo vertical<sup>41</sup>.

De dimensões significativas (8,5 cm), transmitem uma ideia de precisão e clareza, expressa através do biselado da gravação e das suas proporções harmoniosas, conseguidas à custa de módulos bem calculados para os seus quatro lados. Apesar disso, não chegaria a haver uma impressão de geometrismo rígido porque alguma flexibilidade era conseguida graças a várias técnicas facilmente identificáveis nos blocos recuperados: os sulcos em V são mais profundos na largura das letras do que nas áreas mais estreitas e estreitam ao centro das letras arredondadas como os O, os C, os G e os D; a largura e os sulcos oblíquos das letras dos blocos côncavos são alargados e estreitados alternadamente na mesma letra e em conjugação com as letras anterior e a seguinte; o uso de serifas dá uma imagem de homogeneidade horizontal e o recurso à gravação de letras estreitas mais altas, no caso o T (com 10 cm de altura) pertencente à palavra *orchestram*<sup>42</sup>, oferece algum ritmo vertical (Fig. 15).

A hipótese de quase todas as palavras, abreviadas ou não, terem sido separadas entre si por pontuação triangular, também cinzelada, parece poder confirmar-se

<sup>40</sup> Atingindo o seu ponto alto durante os principados de Trajano e Adriano, para depois começar a ser abandonado (MALLON, 1952).

<sup>41</sup> As dimensões da altura (8,5 cm) são sempre ligeiramente mais elevadas que as da largura (que oscila entre os 4 cm e os 6,5 cm) com a excepção do M, cuja largura (9,5 cm) excede muito ligeiramente (1 cm) a altura, sugerindo um quadrado, mas sendo de facto um rectângulo horizontal muito subtil.

<sup>42</sup> Francisco Xavier Fabri, nos alçados dos blocos epigrafados representa sete T de altura elevada, distribuídos ao longo de todo o texto.

<sup>43</sup> Em princípio, só as palavras finais de cada exedra não mereceriam pontuação, pelo menos é o que parece poder aferir-se da análise dos alçados de Fabri e dos nove blocos epigrafados que se conservam actualmente.

<sup>44</sup> Se já se chegou a defender que as escritas monumentais romanas eram uma espécie de adaptação das letras cursivas, estudos iniciados no século XX, vieram demonstrar que a escrita dos romanos, teve desde a origem uma forma capital e que foi a cursiva que derivou da simplificação do seu *ductus* (MALLON; MARECHAL; PERRAT, 1939).

tanto nos blocos epigrafados ainda existentes como nos alçados de Fabri<sup>43</sup>. À forma como os numerais estavam gravados na inscrição só se pode aceder através do original de Fabri que os representou encimados por um traço horizontal, ao longo da largura das letras que formavam o número. Estes traços horizontais são habituais sobre os numerais na capital monumental do século I a meados do século II e, por outro lado, os blocos epigrafados confirmam a representação das letras por Fabri, excepto no que respeita a algumas hastes horizontais cujo desenho insinua um encurvamento que não existe na realidade (Fig. 13).

A inscrição do *proscænium*, revelando uma tendência geométrica, um cuidado na relação entre espaços cheios e vazios, uma paginação harmoniosa, um cálculo cauteloso do jogo entre o claro e o escuro dos traços das letras, obtidos pela técnica da gravação triangular, demonstra bem que essas opções técnicas foram conscientemente tomadas. Além de cumprirem o objectivo da total legibilidade ao ar livre e à luz natural, também e sobretudo, davam imponência, poder e majestade, ao aspecto global do texto, onde se pretendia que também a forma reflectisse a importância do conteúdo.

Assim, esta inscrição monumental é mais um dos exemplos que ilustra a autonomia formal que a Epigrafia atingiu na época romana e que acabou por transformar as epígrafes, nomeadamente as inscrições gravadas em monumentos públicos, em elementos estruturantes da paisagem e os colocou no cume da hierarquia ideal das normas de expressão gráfica do alfabeto latino (PETRUCCI, 1993, 17)<sup>44</sup>.

### 4.3- A mensagem

A arte da inscrição, cultivada pela civilização romana, tinha propósitos eminentemente práticos: informar, recordar, exaltar e influenciar. A epígrafe do *proscænium* é bom exemplo disso. Como a maioria das mensagens epigráficas romanas era concisa e clara. Numa só linha, constituída por poucas palavras, cumpria simultaneamente várias funções: exaltava a figura do imperador em exercício e ao mesmo tempo que especificava os trabalhos de embelezamento, localizando-os no tempo, recordava o benemérito que os promovera, numa estratégia propagandística muito clara para influenciar a opinião pública.

O imperador a quem é dedicada a inscrição é Nero. Declarado *hostis publicus* em 68 d.C., a sua condenação ao esquecimento, através do instrumento legal da *damnatio memoriae*, obrigaria, em princípio, à martelagem

de todos os nomes e títulos que o identificassem na inscrição, o que nunca chegou a acontecer, no caso do texto do *prosaenium* do Teatro de Lisboa. Este não é um caso único nem raro. O cumprimento pouco rigoroso das implicações práticas da condenação tem sido explicado com a conturbação dos anos 68-70 e com a política moderada de Vespasiano (PAILLER; SABLAYROLLES, 1994, p. 11-15).

A dedicação a Nero é uma manifestação do culto imperial. O culto aos imperadores, colocando a religião ao serviço do Estado, foi um vector de romanização e um elemento fundamental para a estabilidade do Império. Na Península Ibérica, beneficiando de tradições ancestrais, implantou-se e desenvolveu-se com alguma facilidade, sendo detectável na Lusitânia já na época de Augusto. As manifestações desse culto a nível provincial e local eram promovidas por sacerdotes de origem livre, os flâmines que, tal como os pontífices e os áugures, eram representantes da religião oficial romana. Se inicialmente só eram alvo de culto os imperadores divinizados após a morte, gradualmente também algumas das suas esposas foram declaradas divas postumamente e mereceram cerimónias oficiais de culto, promovidas por flâmnicas. A partir dos finais do século I, flâmines e flâmnicas começam a promover o culto a imperadores vivos (ETIÉNNÉ, 1974, p. 121-126; 199-200 e 359-362; *idem*, 1990, p. 215-231; *idem*, 2002, p. 99-101 e 103).

Todavia, a dedicação a Nero do *prosaenium* do teatro romano de Lisboa não é promovida por um flâmine<sup>45</sup>. A inscrição é feita em vida do imperador numa época em que os flâmines apenas se ocupam com o culto a imperadores declarados *divi*, após a morte. De facto, *Caius Heius Primus*, omitindo a sua filiação, declara-se augustal perpétuo, o que denuncia a sua condição de *libertus*. Os *liberti*, dada a sua origem servil, estão legalmente impedidos do exercício de magistraturas políticas e de sacerdócios oficiais importantes, mas nada condiciona a sua prosperidade económica, como o acto recordado no texto do *prosaenium* bem demonstra.

Um estudo (FERNANDES, 2005, p. 29-40), partindo da análise do *nomen* deste augustal perpétuo de *Felicitas Iulia Olisipo* ajuda a explicar a origem dessa enorme fortuna. *Heius* é um gentilício itálico, pouco difundido no mundo romano, mas presente em importantes centros portuários: os *Heii* mais antigos registam-se no sul de Itália, na cidade litoral de *Cumae*, nos fins do século III a.C.; a partir do século II a.C. estão presentes em duas cidades portuárias da Sicília, *Messana* e *Lylybaeum* e também na Grécia, em *Delos*, *Corinthus* e

*Mantineia*; em número mais escasso há ainda *Heii* no Norte de Itália e no Norte de África e testemunhos isolados em *Nemausus*, na *Germania* e em *Siscia*, na *Pannonia Superior*. Nos locais de maior concentração do gentilício, a epigrafia, registando *Heii* de nascimento livre e libertos, faz prova do seu dinamismo político-social através dos cargos que exercem e assinala as suas actividades munificentes em edifícios públicos, resultado da grande riqueza acumulada graças ao comércio marítimo e à produção de cerâmica de construção.

A importância económica de *Felicitas Iulia Olisipo*, cidade portuária do estuário do Tejo, escala essencial da navegação atlântica e centro de activa cabotagem, em especial com a Bética, tem vindo a ser demonstrada (MANTAS, 1975, 167-169; *idem*, 1990, p. 169-172; *idem*, 1997, p. 15-41). A prosperidade de *Olisipo* ter-se-á baseado nas actividades produtoras como os preparados piscícolas, na comercialização de produtos agro-pecuários e na exploração pedreira e mineira dos arredores. *Olisipo*, como local de oportunidades para *negotiatores*, apresenta o ambiente económico onde é habitual encontrar *Heii* e poderá legitimamente supor-se que a fortuna de *Caius Heius Primus* se deva a actividades económicas ligadas à função portuária da cidade.

Como é relativamente frequente nos grandes portos do Império romano, também em *Olisipo* a epigrafia demonstra que os libertos constituíam um grupo social importante na cidade e regista uma quantidade importante de nomes de origem grega que devem significar, mais do que uma corrente cultural helenizante, uma população de origem greco-oriental (MANTAS, 1994, p. 72). Através de um monumento honorífico que esteve colocado no teatro, em homenagem ao próprio *Caius Heius Primus*<sup>46</sup> é possível conhecer outros *Heii* de

<sup>45</sup> O estudo sistematizado do culto imperial através de fontes literárias, epigráficas e arqueológicas inviabiliza a interpretação frequente, até meados do século XX, de que *Caius Heius Primus* fosse um flâmine.

<sup>46</sup> Trata-se de um cipo honorífico actualmente de paradeiro desconhecido, mas reproduzido por Fabri, com o seguinte texto, [AVGV]STALI PERPETVO/ C(aio) HEIO C(aii) Lib(erto)/ PRIMO/ C(aius) HEIVS PRIMI LIB(ertus)/ NOTHVS ET HEIA/ PRIMI L[IB(erta)] ELPIS/ HEIA NOTH·I F(ilia)· [S]ECVNDA/ C(aius) HEIVS NOTHI F(ilius) GAL(eria tribu)/ PRIMVS CA·T·O/ HEIA NOTHI F(ilia) CHELIDO/ [C(aius)?H]EIV[S] NOTHI F(ilius) GAL(eria tribu)/ GLAPHIRVS NOTHIA/[NV[S]?], (CIL II 196, CIL II 692, SILVA, 1944, n.º 71, GARCIA, 1991, n.º 543, FERNANDES, 2005, n. 8) (Tradução: Ao augustal perpétuo, Caio Heio Primo, libertos de Caio. Caio Heio *Nothus*, libertos de Primo e Heia *Elpis*, liberta de Primo. Heia Segunda, filha de *Nothus*, Caio Heio Primo Catão, filho de *Nothus*, inscrito na tribo Galéria; Heia *Chelido*, filha de *Nothus*; Caio Heio Glafiro Notiano, filho de *Nothus*, inscrito na tribo Galéria).

*Olisipo*. São os seus libertos e respectivos descendentes, já de nascimento livre, que aparecem como dedicantes do monumento. É interessante verificar que nessa epígrafe, *Caius Heius Primus*, augustal perpétuo, é referido claramente como liberto de um *Caius* e que a maioria desses seus herdeiros possui nomes de origem grega. A hipótese de que *Caius Heius Primus*, augustal perpétuo em *Olisipo*, seja liberto de um dos *Caius Heius* que actuaram como *negotiatores* no Mediterrâneo Oriental (FERNANDES, 2005, p. 35), é, portanto muito provável.

A *Caius Heius Primus*, liberto muito rico de *Olisipo*, estão vedados os cargos políticos e os principais sacerdócios do *municipium civium romanorum*, contudo a sua fortuna notável abre-lhe uma via de acesso ao protagonismo sócio-político: a *ordo augustalium*. Os augustais<sup>47</sup>, escolhidos pelos decuriões, preferencialmente entre os libertos mais abastados e de melhor reputação da comunidade, constituíam uma espécie de confraria religiosa oficialmente reconhecida que, no seio das colónias e municípios, se ocupava com homenagens a imperadores vivos, mesmo na época, como é o caso presente, em que os flâmines só promoviam o culto a imperadores divinizados. O cargo de augustal, considerado uma honra anual, com direito à *toga praetexta* e à *sella curulis* era sujeito à *summa honoraria*. Assim a augustalidade funcionava, para os libertos especialmente abastados, como via de entrada nas elites locais e nos modos de vida aristocráticos.

Como augustal perpétuo, *Caius Heius Primus* recebeu a honra máxima que lhe permite manter o título e o prestígio vitaliciamente. Essa honra foi certamente antecedida e acompanhada por actos de evergetismo marcantes, como a epigrafia do Teatro romano, nomeadamente a inscrição do *proscenium*, tão claramente demonstra. Foi também descoberto, em reutilização num edifício da Rua da Saudade, próximo do local das ruínas, o que aparenta ter sido um lintel do

Teatro, com a seguinte gravação, [C(aius) HEI]VS PRIMVS DEDIT<sup>48</sup>.

Não deverá surpreender que o teatro tenha sido o edifício que *Caius Heius Primus* escolheu para patrocinar. De facto, como tem sido salientado, os teatros estavam relacionados com o desenvolvimento de cerimónias de culto imperial, pelo que participar na sua construção, ou reforma, funcionava como um acto público de lealdade face aos imperadores divinizados e ao imperador em exercício (GROS, 2002, p. 30; MERCHOL GIL, 2002, p. 73), ao mesmo tempo que preenchia o défice crónico dos fundos públicos municipais, dependentes do evergetismo privado (CEBELLOS HORNERO, 2002-2003, p. 83-106; *idem*, 2004, p. 334-348).

### Considerações finais

A análise apresentada do *proscenium* do Teatro romano da cidade de *Olisipo*, é a abordagem possível mercê do pouco que restou dessa estrutura. Sendo poucos os vestígios e arquitectonicamente complexa a estrutura, as ideias expostas são hipóteses colocadas a partir da análise dos dados disponíveis, reinterpretando teses tomadas como certas pela bibliografia.

A tipologia das molduras empregues na remodelação do Teatro em 57 - quer as do *proscenium*, quer as representadas no centro do desenho por Francisco Fabri - integra-se plenamente no leque morfológico empregue no Império Romano. Esse modelo corresponde a uma tipologia menos vulgar no extremo ocidental da Hispânia, uma vez que foi divulgado num segundo momento da "arquitectura do mármore" em meados do séc. I. Esta data de 57, que inaugura as obras de remodelação do Teatro de *Olisipo*, baliza assim, a adopção de novos modelos de emprego desta matéria-prima e, ao mesmo tempo, a utilização das *cymae recta*, tipo recuperado dos modelos gregos e helenísticos que se distancia das habituais molduras em *cymae reversas*. Esta substituição revela uma clara atitude de demarcação com o estabelecido e um ensejo em mostrar novos modelos decorativos.

A divulgação destas novas molduras na cidade de *Olisipo* constitui, assim, um fenómeno de integração em relação ao que de mais recente era ensaiado nos *ateliers* do centro do Império, enaltecendo, simultaneamente, os pressupostos de rigor, sobriedade e singeleza recuperados dos modelos augustanos.

Mas o novo *proscenium* construído em mármore vindo do Alentejo - ainda que os blocos rosa imitem

<sup>47</sup> Os augustais têm sido estudados sistematicamente em relação com o culto imperial e com os fenómenos de evergetismo nos municípios e colónias do império (DUTHOY, 1974, p. 134-154; *idem*, 1976, p. 1254-1309; ETIENNE, 1974; *idem*, 1990, p. 215-231; *idem*, 2002, p. 97-104; SERRANO DELGADO, 1988, p. 97-148; *idem*, 1993, 147-155). De uma forma geral, esses estudos procuram as diferenças entre a designação de *augustalis* e a de *seviri augustales* (colégio de seis augustais) e assinalam o facto de em algumas províncias, ou mesmo *civitates*, se registarem epigraficamente as duas designações contemporaneamente, enquanto que noutras só uma das designações é usada.

<sup>48</sup> MOITA, 1995, p. 372-377; FE 55, 1997, n° 257= AE, 1997, 773 (tradução: Caio Heio Primo, deu).

aquela pedra mas provenham da região de Sintra – inaugura o processo de marmorização do Império na província da Lusitânia que ocorre, simultaneamente em Mérida, com o recurso às mesmas pedreiras. Com efeito, “... la gran mayoría de todos aquellos conjuntos arquitectónicos y edificios públicos de la época fundacional, a finales de la época julio-claudia, sufren una remodelación más o menos profunda, con la característica del empleo del mármol, procedente, en su enorme mayoría, de las canteras de Borba y de Estremoz” (TRILLMICH, 2004, p. 323).

As pedras escolhidas para a ornamentação do *proscenium*, criavam um jogo de cores provocante, cujo contraste era acentuado com as letras da inscrição, certamente preenchidas com uma cor viva. O conjunto chamaria a atenção para a mensagem que dificilmente deixaria de ser lida, no todo, ou em parte por *exedra*. Tornar-se-ia, assim, difícil esquecer a fidelidade ao Império, o acto de evergetismo do augustal perpétuo e o nome do benemérito, *Caius Heius Primus*.

Poderemos imaginar o que, provavelmente terá sido o *proscenium* do teatro de Olisipo ao observar a reconstituição provável desta estrutura na imagem 16. Este trabalho de reconstituição tridimensional, feito a partir dos registos de Francisco Xavier Fabri e dos vestígios materiais que se conservaram, encontra-se a ser feito por Carlos Loureiro, maquetista do Museu da

Cidade. Esta imagem permite inferir da riqueza ornamental da estrutura e do impacto visual que, certamente, terá suscitado.

As acções de evergetismo desempenhavam uma enorme importância na vida social, económica e política das sociedades romanas. “Los ricos libertos, tanto de Roma como de las demás ciudades, se servían del culto al imperador para lograr méritos y honores públicos, aun cuando estaban excluidos de los cargos públicos” (ZANKER, 1992, p. 364). Não admira assim, que seja precisamente um liberto que, em *Olisipo*, tenha chamado a si o encargo de mandar fazer no teatro da cidade o *PROSCAENIVM ET ORCHESTRAM CVM ORNAMENTIS*.

O sentido propagandístico deste acto é evidente e claramente intencional tanto na data escolhida para a concretização da obra, como na sua dedicação ao imperador Nero. Em 57 é inaugurado, em Roma, o edifício que Suetónio designa *amphitheatrum ligneum*, largamente elogiado, à época, pelo seu luxo e decoração ornamental (TRILLMICH, 2006). Provavelmente bem informado e profundamente esclarecido sobre o edifício romano (FERNANDES, 2007, p. 38), *Caius Heius Primus* terá escolhido o seu acto de evergetismo, planeando-o no tempo e no espaço, de modo a que a importância do seu conteúdo se reflectisse na forma.

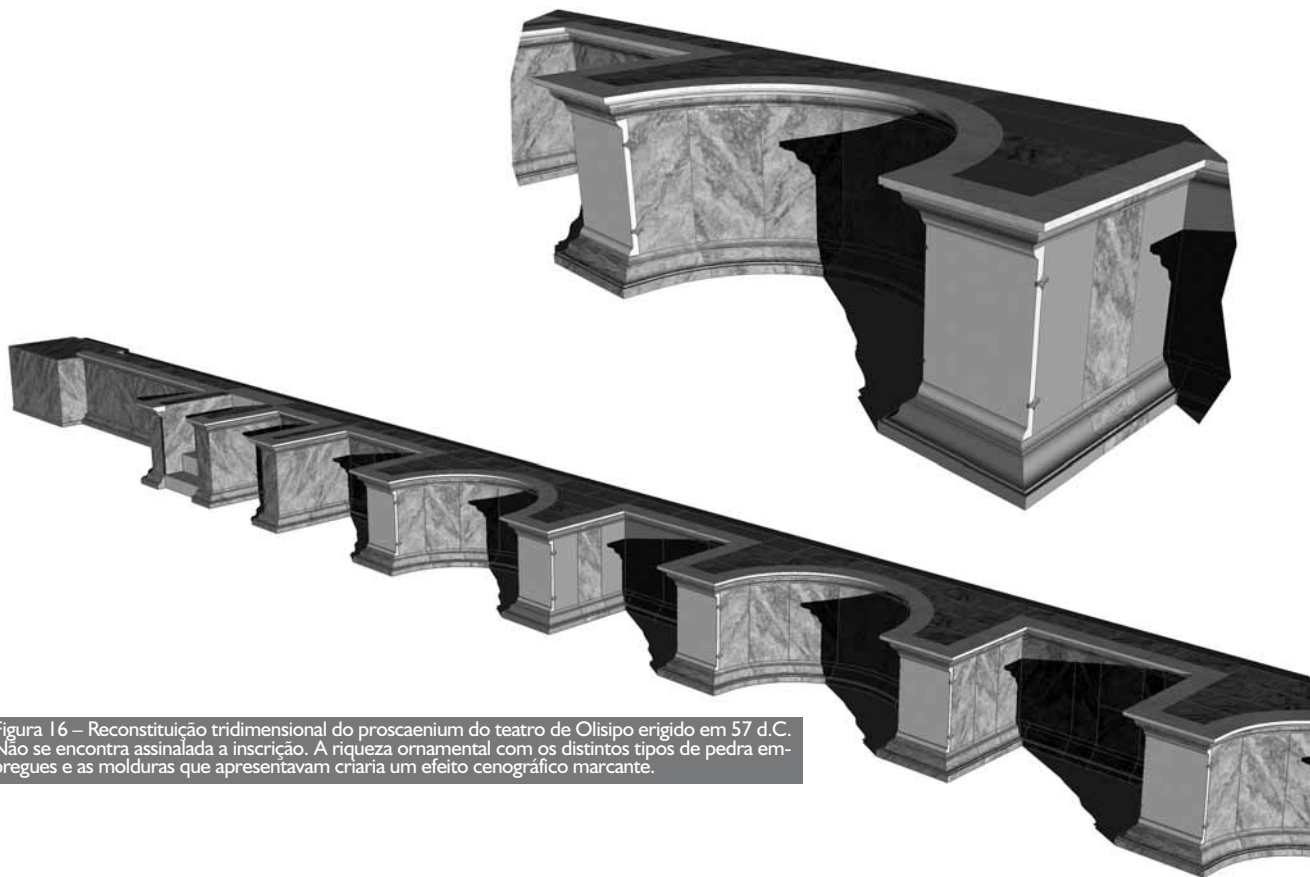


Figura 16 – Reconstituição tridimensional do proscenium do teatro de Olisipo erigido em 57 d.C. Não se encontra assinalada a inscrição. A riqueza ornamental com os distintos tipos de pedra empregues e as molduras que apresentavam criaria um efeito cenográfico marcante.

## Bibliografia

ADAM, J. Pierre, *La Cosntruction Romaine, Materiales y Técnicas*, Editorial de Los Oficios, España, 1996

AE= *L'Année Épigraphique* (indica-se o ano e o número da inscrição)

ALARCÃO, Jorge de “O Teatro romano de Lisboa”, *Actas del Simpósio «El Teatro en la Hispânia Romana»*, Institución Cultural Pedro de Valência, Badajoz, 1982, p. 287-301

ALMAGRO-GORBEA, Martin, “Dibujo del teatro romano de Ollisipo”, *En el Año de Trajano. Hispania: El Legado de Roma*, Museo Nacional de Arte Romano, Mérida 1999, p. 526

ALMEIDA, D. Fernando de, “Notícias sobre o teatro de Nero, em Lisboa”, *Lycerna*, *Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia* (Porto, 4 a 6 de Junho de 1965 vol. 5, Porto, 1966, p. 561-571)

ALVAREZ MARTINEZ, José M.; NOGALES BASARRATE, Trinidad, “Programas decorativos del foro colonial de Augusta Emerita. El Templo de Diana. Templo de culto Imperial”, *La Decoración Arquitectónica en las Ciudades Romanas de Occidente*, Universidad de Murcia, Murcia, 2004, p. 293-319

AMY, R.; GROS, P., «La Maison Carrée de Nîmes», *Gália*, XXXVI (supplément), ed. C.N.R.S., Paris, 1979

AZEVEDO, Luís António de, *Dissertação crítico-filológica-histórica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas e atendíveis circunstâncias da erecção do tablado e orquestra do antigo theatro romano descoberto na escavação da Rua de S. Mamede, perto do castello desta cidade, com a intelligência da sua inscrição em honra de Nero e noticia instrutiva d'outras memórias alli achadas e até agora apparecidas*. Manuscrito, Lisboa, 1807

AZEVEDO, Luís António de, *Dissertação crítico-filológica-histórica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas e atendíveis circunstâncias da erecção do tablado e orquestra do antigo theatro romano descoberto na escavação da Rua de S. Mamede, perto do castello desta cidade, com a intelligência da sua inscrição em honra de Nero e noticia instrutiva d'outras memórias alli achadas e até agora apparecidas*, Lisboa, 1815

CEBALLOS HORNERO; Alberto, “Coste y financiación de los espectáculos romanos – las ediciones españas”, *Anas*, Mérida, 15-16, 2002/2003, p. 83-106

CEBALLOS HORNERO; Alberto, *Los Espectáculos en la Hispania Romana: la Documentación Epigráfica*, Cuadernos Emeritenses, 26, Mérida, 2004

CHINER MARTORELL, Paloma, *La Decoración Arquitectónica en Saguntum*, Generalitat Valenciana, Valência, 1990

CIL= *Corpus Inscriptionum Latinarum* (indica-se o volume e o número da inscrição)

DIOGO, A. Dias; TRINDADE, Laura, “Fragmento de inscrição de C. Heius Primus, proveniente de Lisboa”, *Ficheiro Epigráfico*, Suplemento da Revista Conímbriga, 55, n° 257

DUTHOY, R., “La function social de l'augustalité”, *Epigraphica*, 1974, p. 134-154

DUTHOY, R., “Les augustales”, *ANRW*, II, 16, 1976, p. 1254-1309

ENCARNAÇÃO, José d', *Epigrafia. As Pedras que Falam*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 165-166

ETIENNE, Robert, *Le Culte Impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Paris, 1974

ETIENNE, Robert, “Le culte impérial, vecteur de la hierarchisation urbaine”, *Actes de la Table Ronde Internationale du CNRS “Les Villes de Lusitanie Romaine – Hierarchies et Territoires”* (Talence, le 8-9 décembre 1988), Paris, 1990, p. 215-223

ETIENNE, Robert, “Novidades sobre o culto imperial na Lusitânia”, *Religiões da Luistânia. Loquuntur Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002, p. 97- 104

FE = *Ficheiro Epigráfico. Suplemento da Revista Conímbriga* (indica-se o ano e o número da inscrição)

FERNANDES, Lídia, “Teatro romano de Lisboa: novos elementos sobre a sua história no período medieval”, *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. 1, Lisboa, 1994, p. 239-242

FERNANDES, Lídia, *Capitéis Romanos da Lusitania Ocidental*, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 4 volumes, Lisboa, 1997

FERNANDES, Lídia “Capitéis do Teatro Romano de Lisboa” *Anas - Revista del Museo Nacional de Arte Romano*, 14, Ministério de Cultura, Mérida, 2001, p. 29-51

FERNANDES, Lídia, SALES, Paulo, “Projecto Teatro romano, Lisboa – a reconstrução virtual” *Revista Arquitectura e Vida*, n° 57, Lisboa, Fevereiro 2005, p. 28-32

FERNANDES, Lídia, “O Teatro de Lisboa – intervenção arqueológica de 2001”, *III Jornadas Cordobesas de Arqueologia Andaluza – Los Teatros Romanos de Hispânia* (Córdoba, 12-15 Novembro 2002), Córdoba, 2006, p. 181-204

FERNANDES, Lídia, “Sobre a decoração arquitectónica do teatro romano de Lisboa: a propósito dos desenhos dos séculos XVIII e XIX”, *O Arqueólogo Português*, (em publicação)

FERNANDES, Lídia, Teatro romano de Lisboa – os caminhos da descoberta e os percursos da investigação arqueológica, *Revista Almadan*, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 2007, p. 27 – 39

FERNANDES, Lídia, “As bases de coluna nos desenhos dos séculos XVIII e XIX do Teatro romano de Lisboa”, *Revista Arqueologia e História*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. 56/57, Lisboa, 2004-2005, p. 83-94

FERNANDES, Luís da Silva, C. *Heius Primus, augustalis perpetuus*. Teatro e encenação do poder em Olisipo. *Mathésis. S/l*: ed. Universidade Católica Portuguesa, 14, 2005, p. 29-40

FERNÁNDEZ GOMEZ, F., *Las Excavaciones de Itálica y Demetrio de Los Ríos através de sus Escritos*, Córdoba, 1998

GARCIA, José Manuel, *Religiões Antigas de Portugal – Aditamentos e Observações às “Religiões da Lusitânia” de José Leite Vasconcelos – Fontes Epigráficas*, Lisboa, 1991

- GRIMAL, Pierre, *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*; Difel, Lisboa, 1992
- GROS, Pierre, "La fonction politique des monuments du spectacle dans le monde romain sous le Haut-Empire", *Ludi Romani. Espectaculos en Hispania Romana*, Mérida, 2002, p. 25-40
- HAUSCHILD, Theodor, "Das Römische Theater von Lissabon. Planaufnahme 1985-1988", *Madrider Mitteilungen*, Mainz, 31, 1990
- HÜBNER, E., *Corpus Inscriptionum Latinarum II*, Berlim, 1869, *Supplementum*, 1892
- IRELAND, Robert, "Epigraphy", in *A Handbook of Roman Art. A Survey of the Roman World* (Martin Hening, ed.), Phaidon Press, 2006, 6<sup>a</sup> ed., London, p. 220-233
- JAVIER ANDREU, "Munificencia Pública en la Provincia Lysitania", *Conímbriga*, vol. XXXVIII, Coimbra, 1999, p. 31-63
- JIMÉNEZ SALVADOR, José L., "Teatro y desarrollo monumental urbano en España", *Teatros Romanos de Hispania. Cuadernos de Arquitectura Romana*, 2, 1993, p. 225-238
- LASSÈRE, J-M., *Manuel d'Épigraphie Romaine*, ed. Picard, Paris, 2005
- LEITE, Ana C.; PEREIRA, P., "Prospecto e planta das ruínas do teatro romano de Lisboa", *Lisboa Subterrânea – Catálogo*, ed. Electa, Lisboa, 1994, p. 208-209
- LOZA AZUAGA, M<sup>a</sup> Luísa, "La escultura de fuentes en Hispania: ejemplos de la Baetica", *Actas de la I Reunión Sobre Escultura Romana em Hispania*, Ministério de la Cultura, 1993, p. 97-110
- MACIEL, M. Justino, "Lisboa Romana", *Olisipo. Boletim dos Grupo "Amigos de Lisboa"*, II<sup>a</sup> série, n<sup>o</sup> 1, Lisboa, 1994, p. 33-42.
- MACIEL, M. Justino, "A arte da época clássica (séculos II a.C.-II d.C.)", *História da Arte Portuguesa*, vol. I, Lisboa, 1995, p. 86-87.
- MACIEL, M. Justino, *VITRÚVIO. Tratado de Arquitectura. Tradução do latim, introdução e notas. Vitruvii Decem Libri*, ed. Instituto Superior Técnico, ISP Press, Lisboa, 2006
- MALLON, Jean; MARECHAL R.; PERRAT, Ch., *L'Écriture Latine, de la Capitale Romaine à la Minuscule*, Paris, 1939
- MALLON, Jean, *Paleographie Romaine*, Madrid, 1952
- MANTAS, Vasco Gil, "Notas acerca de três inscrições de Olisipo", *Conímbriga*, XV, 1975, p. 151-169
- MANTAS, Vasco Gil, "As cidades marítimas da Lusitânia", *Actes de la Table Ronde Internationale du CNRS "Les Villes de Lusitanie Romaine – Hierarchies et Territoires"* (Talence, le 8-9 Décembre 1988), Paris, 1990, p. 149-205
- MANTAS, Vasco Gil, "Olisiponenses: epigrafia e sociedade na Lisboa romana", *Lisboa Subterrânea – Catálogo*, ed. Electa, Lisboa, 1994, p. 70-75
- MANTAS, Vasco Gil, "Olisipo e o Tejo", *Il Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha* (Padrão dos Descobrimentos 2-4 Julho 1997), *Actas das Sessões*, ed. Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1997, 15-41
- MANUEL ABASCAL, Juan; ROSARIO CEBRIÁN; TRUNK, Markus, "Epigrafia, arquitectura y decoración arquitectónica del foro de Segobriga", *Actas del Congreso La Decoración Arquitectónica en las Ciudades Romanas de Occidente (Cartagena, 8-10 Octubre 2003)*, ed. Científico Sebastián F. Ramallo Asensio, Universidad de Murcia, Murcia, 2004, p. 219-256
- MECHOR GIL, Enrique, "Teatro y evergetismo en la Hispania Romana", *Jornadas Sobre Teatros Romanos en Hispania*. Córdoba, 2002, p. 57-80
- MOITA, Irisalva, "O teatro romano de Lisboa", *Revista Municipal*, Lisboa, vol. 124/125, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1970, p. 7-37
- MOITA, Irisalva, "Notícias de novos achados e documentos referentes ao Teatro romano", *Estudos de Arte e História - Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, ed. Vega, Mafra, 1995, p. 372-377
- PAILLER, J.-M.; SABLAYROLLES R., "Damnatio Memoriae: une vraie perpétuité", *Les Années Domitien. Colloque* (Université de Toulouse, 1992), Pallas, 1994, p. 11-15
- PETRUCCI, Armando, *Jeux de Lettres. Formes et Usages de l'Inscription en Italie, I le – 20e siècles*, École des Haute Études en Sciences Sociales, Paris, 1993
- PILÁR LEÓN, *Esculturas de Itálica*, Sevilla, 1995
- R. MÉLIDA, J., *Historia de España*, vol. II, Madrid, 1935
- RODRIGUES, Adriano Vasco, "O teatro romano de Felicitas Iulia (Lisboa)", *Suplemento da Ingenium. Revista da Ordem dos Engenheiros*, Dezembro, 1987
- RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, Oliva, "Programas decorativos de época severiana en Itálica", *La Decoración Arquitectónica en las Romanas de Occidente*, Actas del Congreso Internacional celebrado en Cartagena (8/10 Octubre de 2003), Universidad de Murcia, Murcia, 2004, p. 355-377
- RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, Oliva, "El teatro romano de Itálica: algunas propuestas a la luz de las nuevas investigaciones", *Jornadas sobre Teatros Romanos en Hispania* (Córdoba, 2002), Córdoba, 2006, p. 149-180
- SAQUETE CHAMIZO, José Carlos, *Las Elites Sociales de Augusta Emerita*. Cuadernos Emeritenses – 13, Museo Nacional de Arte Romano, Mérida, 1997
- SEAR, Frank, *Roman Theatres: An Architectural Study*, ed. Oxford University Press, Oxford, 2006
- SERRANO DELGADO, *Status y Promoción Social de los Libertos en Hispania Romana*, Sevilla, 1988
- SERRANO DELGADO, "El número de augustales en las ciudades del occidente romano: una propuesta cuantitativa", *II Congreso Peninsular de História Antigua*, (Actas, 1990), Coimbra, 1993, p. 147-155
- SHOE, I. T., "Etruscan and Republican Roman Mouldings", *M.A.A.R.*, XXVIII, 1965
- SILLIÈRES, Pierre, *Baelo Claudia – Une Cité Romaine de Bétique*, Madrid, 1995

SILVA, Augusto Vieira da, *Epigrafia de Olisipo (Subsídios para a História da Lisboa romana)*, Lisboa, 1944

SOUZA, Vasco de, *Corpus Signorum Imperii Romani Corpus der Skulpturen der Römischen Welt, Portugal*, ed. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 1990

STILOW, Armin, "Las estatuas honoríficas como medio de autorrepresentación de las elites locales de Hispania", *Elites Hispaniques*, Bordeaux, 2001, p. 143-155

SUSINI, Giancarlo, *Epigrafia Romana*, Roma, 1982

SUSINI, Giancarlo, "Il Lapidario Romano", *Epigraphica Dilapidata*, Faenza, 1997, p. 7-69

TRILLMICH, Walter, "Los Programas Arquitectónicos de época Julio-Claudia en la Colonia Augusta Emerita", *La Decoración Arquitectónica en las Ciudades Romanas de Occidente*, Universidad de Murcia, Murcia, 2004, p. 321-335

TRILLMICH, Walter, "El Anfiteatro de Nerón en Roma, visto desde la andanada", *Colóquio Internacional Amphitheatrum, del Edificio a los Juegos* (Museo Nacional de Arte Romano, 27-28 Octubre 2006), (resumos comunicações) Mérida, 2006

VENTURA VILLANUEVA, Ángel, "El teatro en el contexto urbano de Colonia Patricia (Córdoba): ambiente epigráfico, evergetas y culto imperial", *Archivo Español de Arqueología*, 72, 1999, p. 57-72

ZANKER, Paul, *Augusto y el Poder de las Imágenes*, Alianza Forma / Alianza Editorial, Madrid, 1992



# Uma unidade de produção de preparados de peixe de época romana na Casa do Governador da Torre de Belém (Lisboa): uma primeira apresentação

Iola Filipe<sup>1</sup>  
Carlos Fabião<sup>2</sup>

## Resumo:

Uma intervenção de arqueologia de contrato realizada na Casa do Governador da Torre de Belém permitiu identificar e em parte escavar uma grande fábrica de produção de preparados de peixe de época romana. A fábrica foi instalada junto à faz do rio Tejo, numa área que deveria corresponder a uma enseada abrigada. Embora não tenha sido possível datar com rigor a cronologia da sua instalação, a presença de ânforas Dressel 14 de fabrico lusitano permite supor que se terá situado algures no séc. I d.C. – alguns materiais mais antigos (como um fragmento de cerâmica campaniense, *sigillata* de tipo itálico e ânforas Dressel 1 e Dressel 2-4 itálicas) somente autorizam a suposição de que uma qualquer ocupação existiria já por ali em período mais antigo, mas não necessariamente relacionada com a exploração de recursos marinhos.

Na Antiguidade Tardia algumas áreas do grande complexo estavam ainda em funcionamento, registando-se ainda uma apreciável capacidade de produção instalada, excluindo assim qualquer possibilidade de se tratar de algo destinado somente ao consumo local. A presença de fragmentos de ânforas lusitanas dos tipos Almagro 50 e Almagro 51c confirma a dimensão exportadora desta actividade. A presença de materiais do séc.VI, designadamente fragmentos de ânforas orientais tardias do tipo LR 1 e um *pentanumium* de Justiniano I cunhado em Constantinopla comprovam que o local seria ainda frequentado nesta época. Contudo, os contextos estratigráficos em que se recolheram não autoriza a suposição de que o complexo ainda estivesse em laboração.

<sup>1</sup> Arqueóloga, responsável pela intervenção arqueológica, contratada pela empresa Era, Arqueologia, S.A., presentemente bolsreira de investigação do Projecto A indústria de recursos haliêuticos no período romano: a fábrica da Casa do Governador da Torre de Belém, o estuário do Tejo e a fachada atlântica (PTDC/HAH/74057/2006).

<sup>2</sup> Docente do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, investigador da UNIARQ, coordenador do Projecto (PTDC/HAH/74057/2006).

Compreender o contexto da produção num complexo como o da Casa do Governador da Torre de Belém afigura-se particularmente interessante, atendendo à proximidade de *Olisipo*, onde se conhece uma importante actividade de produção de preparados de peixe. Infelizmente, a extensão da área escavada não permite quaisquer conclusões sobre o enquadramento da unidade de produção, nem nas fases iniciais, nem nos momentos mais tardios. Pela sua dimensão, parece de excluir qualquer classificação como unidade relacionada com uma *uilla*, mas a ausência de informação sobre as áreas envolventes também não permite supor que a fábrica da Casa do Governador da Torre de Belém pudesse ser uma unidade de um complexo “industrial” mais vasto, do tipo *vicus*.

#### Abstract:

A rescue excavation done at the Torre de Belém Governor’s House was able to partially study a huge Roman fish product factory. The factory was installed in Tagus’ river mouth. Despite the lack of sound evidence, it seems that the huge complex was built in the first century AD, as some Dressel 14 *Lusitanian* amphorae were found. Some more ancient evidence from the Roman period (campanian and samian wares and Dressel 1 and 2-4 Italic amphorae) was not necessarily related to some kind of marine resources exploitation. In late Antiquity some areas of the former factory were still working. The exploitation of marine resources was still important, not just a self consumption activity as we have found Almagro 50 and Almagro 51c *Lusitanian* amphorae in the same context. For stratigraphical reasons, some sixth century artefacts found, such as late oriental amphorae (LR 1) and a Justinianus’ I *pentanumium* didn’t authorized the supposition the complex was still working. The exploitation of marine resources was still important, not just a self consumption activity as we have found Almagro 50 and Almagro 51c *Lusitanian* amphorae in the same context.

So we can assume that this relevant economic activity of the former Roman province of *Lusitania* is still relevant in late Antiquity, after the political collapse of the Western Empire. The social and economic contexts of this factory are relevant issues as we know that *Olisipo* (modern Lisbon) was a Roman city with a strong exploitation of marine resources activity. Unfortunately we have no idea of what could have been the general context of the Torre de Belém Governor’s House factory, both in the early and late phases. It seems clear that it cannot be seen as an example of a small factory related to a *uilla* and we have no sufficient excavated area to evaluate if the huge factory could have been a part of a bigger complex, such na industrial *vicus*.

#### Localização e circunstâncias da descoberta

O sítio da Casa do Governador da Torre de Belém corresponde ao quarteirão definido pela Travessa da Saúde (a Este), Rua Bartolomeu Dias (a Norte), Av. da Torre de Belém (a Oeste) e Av. da Índia (a Sul), na freguesia de Santa Maria de Belém, Lisboa. A sua localização privilegiada no estuário do Tejo e a proximidade ao rio, numa altura em que a linha de costa estaria mais recuada, terão representado em época romana importantes factores para a construção de uma unidade de produção de preparados piscícolas (Fig. 1).

Como o nome indica, a Casa do Governador da Torre de Belém foi construída, no séc. XVI, sobre a margem do rio Tejo, com a finalidade de servir de residência ao governador da emblemática estrutura militar, que defendia a entrada da barra, na zona da chamada praia do Restelo. Para lá da sua primeira função, o edifício conheceu múltiplas utilizações ao longo do tempo (Cortez, 1994) que, naturalmente, não vem ao caso comentar. A praia do Restelo está referenciada,



Figura 1 - Localização da Casa do Governador da Torre de Belém.

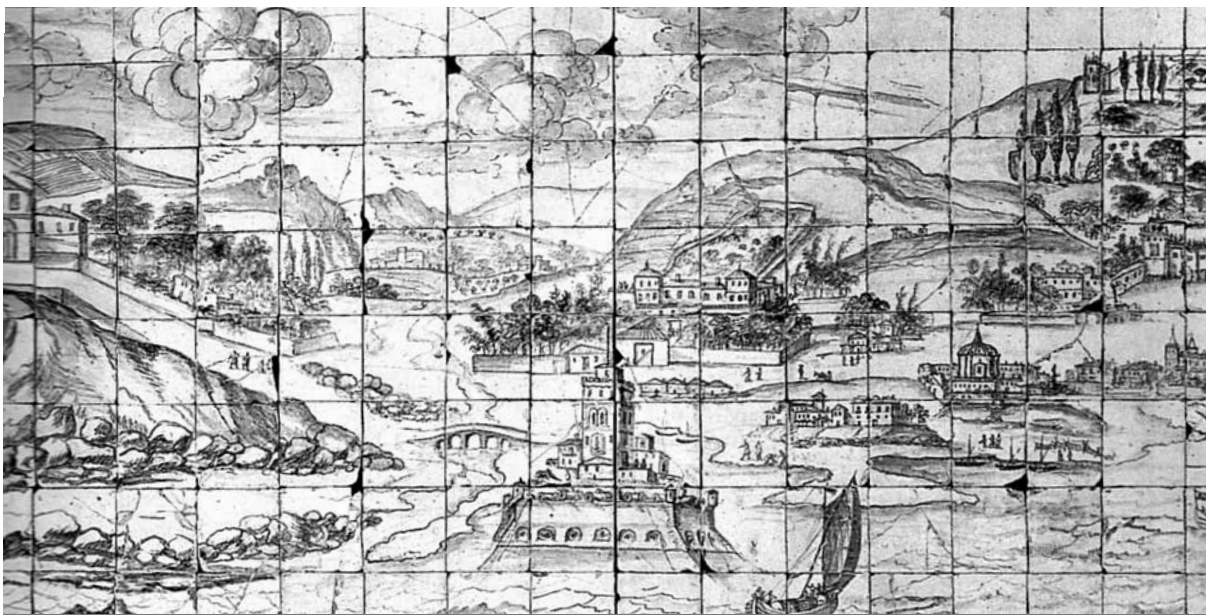


Figura 2 - Detalhe da chamada Grande vista da cidade de Lisboa, do Museu Nacional do Azulejo (digitalizado a partir de Moita, 1994).

pelo menos desde o século XIII, como notória enseada e um dos principais ancoradouros da entrada da barra do Tejo a mais antiga iconografia existente mostra-a como um extenso areal, com enseadas, onde frequentemente se encontram barcos fundeados – a título de exemplo cite-se o *panorama da cidade de Lisboa*, desenhado por Simon Beninc nos anos 30 do séc.XVI (Moita, 1994: 108); a imagem de Lisboa do *Civitates orbis terrarum* de G. Braunio, de 1572 (Id.: 141). Na expressiva *Grande vista de Lisboa*, do Museu Nacional do Azulejo (Id.: 267), pode ver-se, à direita da Torre de Belém, a Casa do Governador, representada com relativo rigor, e, junto dela, uma enseada com barcos fundeados e, na praia, redes de pesca estendidas (Fig. 2). Ao que parece, o pequeno aglomerado ali representado existia de há longa data (Alves, 1994: 153-4). Estas condições geográficas explicam as razões da sua utilização em época romana ou, se preferirmos, o núcleo habitacional referido na documentação medieval portuguesa e representado em várias destas imagens poderia constituir natural herdeiro de uma antiga fixação humana no local, que remontaria à época romana.

O imóvel foi adquirido com a finalidade de ser convertido em unidade hoteleira, pelo que os trabalhos arqueológicos na Casa do Governador da Torre de Belém resultaram de uma acção de arqueologia de contrato, visando a minimização de impactes patrimoniais no edifício (em vias de classificação), para além do mais, implantado na Zona Especial de Protecção (ZEP) do Mosteiro dos Jerónimos e da Torre de Belém.

Os trabalhos foram adjudicados à empresa ERA-Arqueologia, S.A. e realizaram-se em diferentes etapas. Inicialmente, no ano de 2003, houve uma acção de acompanhamento arqueológico da construção do parque de estacionamento subterrâneo, na área Sul da propriedade (Parque do Infante), sob a direcção das arqueólogas Ana Valente e Inês Mendes da Silva. Nesta intervenção registou-se apenas a presença de estruturas de época moderna, nomeadamente um tanque e muros de delimitação de propriedade, directamente assentes sobre o que seria o areal da velha praia do Restelo (Valente, Silva, 2003).

Foi somente em 2006 que novos trabalhos, divididos por duas fases de intervenção, permitiram localizar a inesperada presença de estruturas de época romana. Num primeiro momento, sondagens de diagnóstico realizadas sobretudo na área Norte da propriedade (no interior do imóvel e na área exterior correspondente a um pátio), possibilitaram a identificação de vestígios susceptíveis de serem interpretados como cetárias, hipótese posteriormente confirmada com a escavação integral de toda a área a afectar pela obra, numa segunda fase (fig. 2). Estas intervenções foram dirigidas por um de nós (Iola Filipe) (Filipe, 2006).

O contexto em que a intervenção se realizou explica algumas das suas limitações, uma vez que questões relacionadas com o normal desenvolvimento da obra implicaram várias condicionantes, nomeadamente, a impossibilidade de escavar em diversas áreas do complexo e sua envolvente, por razões de segurança. Assim



Figura 3 - Vista geral do sector NE

Letras da Universidade de Lisboa, o Centro de Arqueologia da mesma Universidade (UNIARQ), o Instituto de Tecnologia Nuclear e a Empresa Era-Arqueologia, S.A., recebeu financiamento da referida entidade e teve início no ano de 2008. Assim, o presente texto deve entender-se como uma primeira abordagem, relacionada apenas com o processo de escavação em si.

#### A unidade de produção: caracterização

Trata-se de um complexo edificado em uma única fase de construção, apresentando planta regular, ao que tudo indica simétrica, com 57,55m de comprimento e 26,50 de largura, o que perfaz uma área total de 1525,08 m<sup>2</sup>. A área intervencionada corresponde a cerca de 590 m<sup>2</sup>, tendo sido identificados 34 tanques, de dimensões variadas, a maior parte dos quais (28) dispostos em torno de um pátio central e seis, de menores dimensões instalados no corredor de circulação, entre o pátio e as fiadas de cetárias (três do lado Norte e outros tantos do lado Sul), ou seja, uma organização típica das unidades de pro-

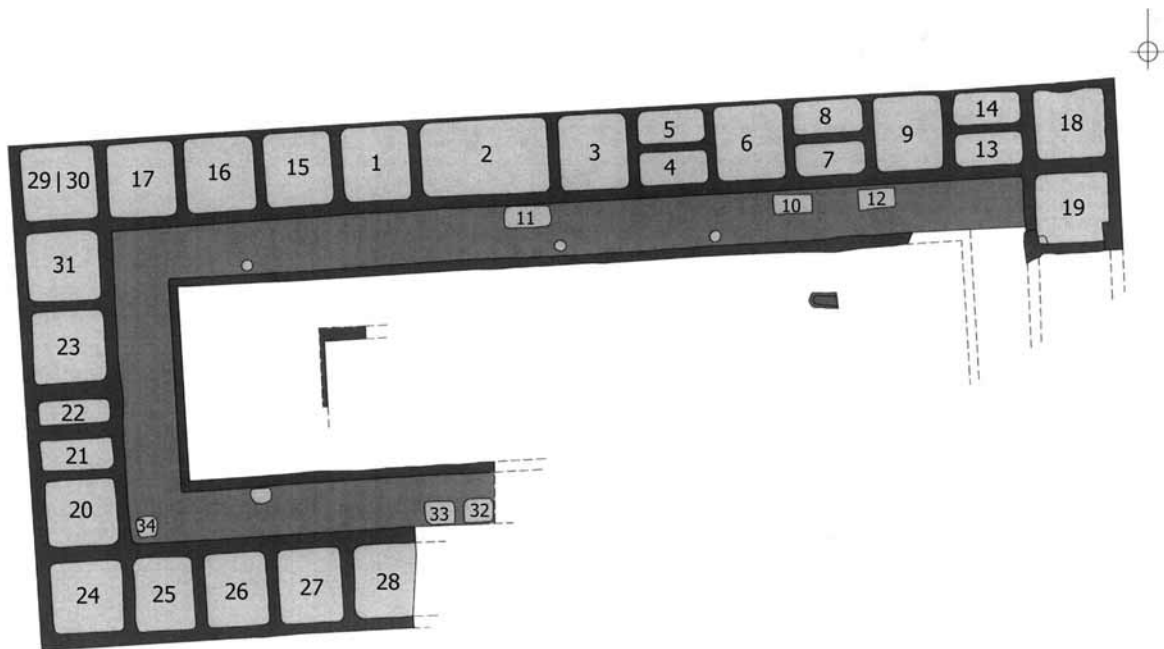


Figura 4- Planta simplificada da unidade de produção da Casa do Governador da Torre de Belém.

se explica que outras acções cientificamente importantes não se pudessem concretizar (Id.).

Pela relevância do sítio, foi submetido à Fundação para a Ciência e Tecnologia um projecto de investigação que pretende continuar o seu estudo, valorizando as componentes arqueológica, arqueozoológica e arqueométrica. O projecto, que envolve a Faculdade de

dução de preparados de peixe de época romana (Fig. 4). A informação relativa ao pátio central é escassa, na medida em que a área se encontrava muito afectada pelas construções associadas à Casa do Governador propriamente dita, tendo-se recuperado parte do corredor imediatamente adjacente às cetárias e somente uma pequena área do espaço central (Filipe, 2006).

Tendo presente que a parte Sudeste da unidade de produção se encontrava bastante afectada pela construção do imóvel quinhentista, não é possível determinar a localização precisa da sua entrada. O complexo identificado admite a possibilidade da existência de um vão de acesso aberto a Sul, no seu eixo menor, não sendo de excluir também a possibilidade de se abrir a Este, aproveitando o seu eixo maior (fig. 5). Ficou por esclarecer a relação entre a unidade de produção e o rio, bem como toda a envolvente, por exceder a área de escavação contratada.

As técnicas construtivas utilizadas na fábrica de preparados piscícolas da Casa do Governador da Torre de Belém repetem modelos já conhecidos para sítios com características e funcionalidades idênticas. No entanto, a sua dimensão é bastante superior à de outros complexos do mundo romano, sendo uma das maiores unidades de produção de preparados de peixe documentadas até à data. A sua organização apresenta-se também particularmente cuidada, sobretudo no tramo Nordeste, onde se verifica uma alternância entre tanques de contorno tendencialmente quadrangular, e

pares de tanques rectangulares. Por se não ter podido observar o equivalente tramo Sudeste, não sabemos se a organização seria simétrica.

As paredes dos tanques, em média com cerca de 40/ 50 cm de largura, foram construídas com blocos de calcário paralelepípedicos ligados por uma argamassa de cor cinzenta clara. Um *opus incertum* que parece um *opus vitatum* de fiadas isónomas, pela qualidade de execução e cuidado posto na selecção dos materiais. Os revestimentos realizados num “*opus signinum*” que, na realidade, utiliza brita calcária como inerte, cobre as superfícies internas dos tanques, sendo rematado com uma camada fina de argamassa de cal, de forma a tornar a superfície regular e impermeável (fig. 6). Os tanques apresentam os cantos arredondados, de forma a impedir a acumulação de detritos, e um rodapé em meia cana que estabelece a ligação entre a parede e o pavimento.

Na preparação dos pavimentos, identificaram-se dois níveis distintos, registados apenas durante o acompanhamento arqueológico. Sob o pavimento existia um nível de brita de calcário ligada por uma argamassa

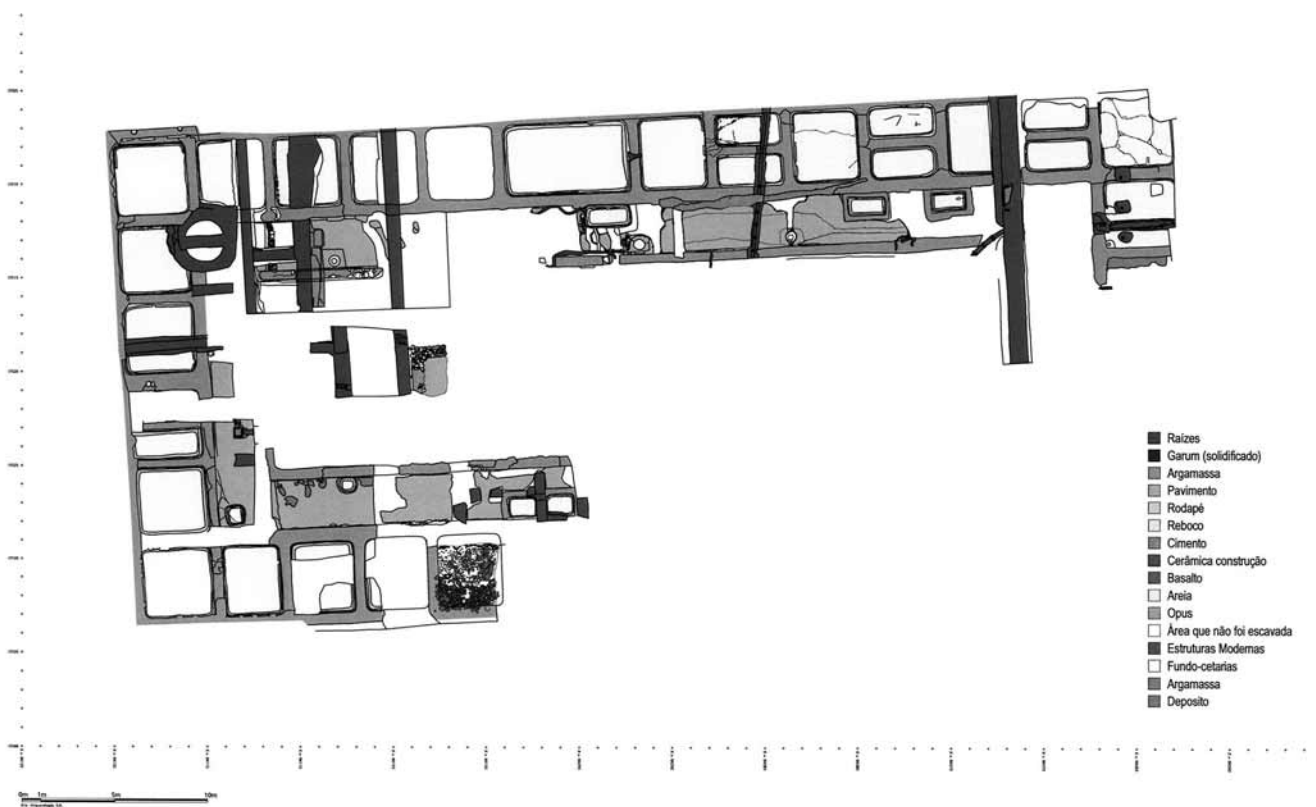


Figura 5 – Áreas escavadas da Casa do Governador da Torre de Belém..

dura, que assentava numa fiada de blocos de basalto, em bruto. Sob estas unidades estratigráficas foi possível identificar uma camada muito escura, quase negra, com presença frequente de conchas fragmentadas, que deveria corresponder ao paleosolo do local antes da construção. No caso específico da cetária 29/30 foi possível registar a separação entre o primeiro e segundo pavimentos, constituído por três níveis diferenciados. Sob o mais recente, registou-se uma camada constituída por calhaus de calcário e basalto, ligados por uma argamassa dura, de cor cinzenta, que assentava sobre argamassa com as mesmas características, com presença de brita calcária. O nível da preparação sobre o piso original era composto por calhaus e blocos de basalto e calcário ligados por uma argamassa dura, de cor cinzenta.

Relativamente ao muro de delimitação do corredor que ladeia a fiada principal de tanques (limite Sul da zona central) foi possível observar o alicerce (fig. 7), construído com blocos de basalto de forma alongada / alargada sub-angulosa, ligados por uma argamassa branca e compacta (visível o alçado Norte). Já os paramentos da estrutura que se ergue sobre o referido alicerce, como seria de esperar, apresentam o mesmo tipo de construção observado nos tanques.

Como foi referido, o “*opus signinum*” que reveste os pavimentos dos tanques foi construído com brita calcária (cascalho anguloso), mas no pavimento do corredor foi também utilizada a cerâmica triturada, ainda que em menor percentagem que a brita (fig. 8).



Figura 7 – Parede e respectivo alicerce de limitação do corredor central



Figura 8 – Aspecto do pavimento do corredor.



Figura 6 – Alçado de muro de cetária.

No que concerne ao pavimento dos tanques, ainda que a regra seja o modo de construção acima descrito, registaram-se dois casos diferenciados, num segundo momento de utilização das estruturas. Na Cetária 29/30 (fig. 9), o fundo mais recente foi construído com cerâmica triturada, pode dizer-se, um típico *opus signinum*, não se registando a presença de rodapé. O pavimento original foi alteado, tendo sido para o efeito utilizado o sólido enrocamento anteriormente descrito. Trata-se do único caso de divisão de uma primitiva cetária documentado em toda a unidade, o que não deixa de ser assinalável, uma vez que estas subdivisões de tanques são relativamente frequentes em complexos com uma longa diacronia de utilização.



Figura 9 – Cetárias 29/30: fase mais antiga (em baixo) e fase mais recente (em cima).

Um outro caso registou-se na Cetária 33 (fig. 10). Aqui foi construído um segundo pavimento sobre o original, com fragmentos de cerâmica dispostos na horizontal, de forma ordenada, cobrindo toda a superfície e o próprio rodapé.

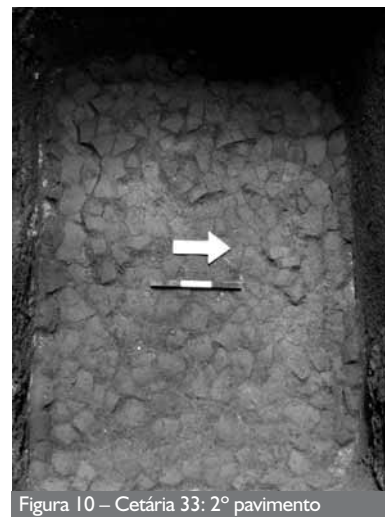


Figura 10 – Cetária 33: 2º pavimento

A presença de vestígios de sedimento com fauna ictiológica entre os fragmentos cerâmicos indica que este tanque continuou a desempenhar um qualquer papel no processo produtivo. Sublinhe-se que se trata de um dos tanques construídos no corredor e que, por isso mesmo, teria uma finalidade particular, mas de difícil caracterização, na fase inicial de laboração do complexo.

Face à diferença de dimensões registadas nos 34 tanques identificados, optou-se por agrupá-los em 5 categorias, de forma a sistematizar a informação e a determinar padrões de organização de forma a tentar perceber o seu significado na cadeia operativa.

A definição de cada tipo teve por base o comprimento e largura internos (assim como a diferença entre ambos), excluindo-se a altura por não se encontrar totalmente preservada na maior parte dos casos. No tipo 2 optou-se pela criação de um sub-tipo porque a diferença entre o comprimento e a largura era superior ao valor máximo considerado como parâmetro. No entanto, como se verá, existem outros critérios que justificam esta separação.

Tipo	Descrição	Nº de Cetária
I	Planta rectangular com 6,30 m de comprimento, 3,40 de largura e 1,60 de altura	2
2.1	Planta tendencialmente quadrangular com comprimento variável entre 3,35 – 4 m e largura variável entre 2,80 – 3,60 m. A diferença entre o comprimento e a largura varia entre 0,10 e 0,35 m. Documentado somente na fiada Norte.	3, 6, 9, 15, 16, 18, 19, 20, 23, 24,29/30, 31
2.2	Planta tendencialmente quadrangular com comprimento variável entre 3,30 – 3,55 m e com largura de 2,80 m. A diferença entre o comprimento e a largura varia entre 0,50 e 0,67 m. Documentado somente na fiada Sul.	25, 26, 27, 28?
3	Planta rectangular com comprimento variável entre 3,30 – 3,70 m e largura variável entre 1,10 – 1,70 m. A diferença entre o comprimento e a largura varia entre 1,80 - 2,20 m.	4, 5, 7, 8, 13, 14, 21, 22, 29, 30
4	Planta rectangular com comprimento variável entre 1,80 – 2,40 m e largura variável entre 0,90 – 1,00 m. A diferença entre o comprimento e a largura varia entre 0,80 – 1,40 m. Documentados somente no corredor Norte.	10, 11, 12
5	Planta tendencialmente quadrangular com comprimento variável entre 0,80 – 1,40 m e largura variável entre 0,60 – 0,90 m. A diferença entre o comprimento e a largura varia entre 0,20 – 0,50 m. Documentados somente no corredor Sul.	32, 33, 34

Tabela 1 – Tipologia dos Tanques: critérios de classificação.

No que concerne à organização espacial dos diferentes tipos considerados, verificou-se no alinhamento Norte a presença da única estrutura pertencente ao Tipo I (Cetária 2). As suas dimensões são extraordinárias, não sendo possível justificá-las, assim como determinar se teria uma qualquer funcionalidade específica. Não será de excluir a possibilidade de não ter uma função concreta na produção dos preparados de peixe, podendo ter servido simplesmente como depósito de água. Como não temos a totalidade do tramo Sul da fábrica, não foi possível apurar se existiria aí um outro análogo, sublinhando a simetria do conjunto. Para Este desta estrutura registou-se uma alternância entre uma cetária do tipo 2.1 e duas do tipo 3 (estas últimas com o seu

eixo maior no sentido Este-Oeste), e para Oeste observou-se o uso exclusivo de estruturas do Tipo 2.1 (com o seu eixo maior no sentido Norte-Sul). Deste modo, pelo menos no tramo Norte, o grande tanque parece marcar a organização do complexo.

No alinhamento Oeste registou-se uma alternância entre dois tanques de tipo 2.1 e dois de tipo 3 (com o seu eixo maior Norte-Sul). No entanto, importa ter presente que as cetárias 29 e 30 (tipo 3) foram inicialmente uma única de tipo 2.1, como já foi mencionando, o que invalida esta suposta organização, pelo menos, na sua fase inicial.

Os alinhamentos Sul e Este não são passíveis de caracterização devido à insuficiência de dados, o que se

Nº Cetária	Comprimento (m)	Largura (m)	Altura (m)	Volume (m³)
2	6,30	3,40	1,62	34,70
3	3,70	3,35	1,70/ 1,80	21,69
4	3,40	1,22	1,60/ 1,85	7,47
5	3,40	1,22	1,60/ 1,85	7,47
6	3,80	3,50	1,50	19,95
7	3,50	1,70	1,55	9,22
8	3,50	1,70	1,30	7,73
9	3,70	?	1,35	–
10	1,80	1,00	1,00	1,80
11	2,40	1,00	1,15	2,76
12	2,00	0,90	0,60	1,08
13	3,30	1,50	0,30	–
14	3,30	1,50	0,30	–
15	3,70	3,35	2,12	26,28
16	3,70	3,35	2,15	26,65
17	3,50	3,40	2,17	25,82
18	4,00	3,70	0,23	–
19	3,70	3,50	0,23	–
20	3,30	1,10	1,67	6,06
21	3,35	1,15	1,45	16,24
23	3,50	3,40	1,40	16,66
24	3,60	3,50	1,24	15,62
25	3,55	2,80	1,31	13,02
26	3,30	2,80	1,81	16,72
27	3,30	?	1,89	–
29	3,70	1,70	1,60	10,06
30	3,70	1,70	1,76	11,07
29/30	3,70	3,60	1,94	25,84
31	3,50	3,30	1,63	18,83
32	1,30	0,90	1,44	1,68
33	1,40	0,90	1,20	1,51
34	0,8	0,60	0,73	0,35

Tabela 2- Dimensões e volume das Cetárias.

justifica pelo facto da construção da Casa do Governador ter destruído o quadrante Sudeste da fábrica. Todavia, importa mencionar que o Tipo 2.2 apenas se

encontra representado na fiada Sul, em situação simétrica à da fiada Norte, onde somente se observam tanques do tipo 2.1 (cf. Figs.4 e 5).

## Cronologia

Os tanques de Tipo 4 e 5 apresentam menores dimensões e localizam-se na área do corredor que ladeia as fiadas principais, o que poderá sugerir uma funcionalidade complementar, mas distinta dos outros tipos referidos.

As quatro estruturas circulares/ ovais, localizadas no corredor, não foram contempladas nesta tipologia, já que a sua funcionalidade se relacionaria com a limpeza da área de produção, como se encontra atestado noutros sítios de características idênticas, designadamente na Oficina A do Largo João de Deus, Sines (Tavares da Silva, Coelho, 2006), para mencionar apenas um caso.

É possível observar a existência de tanques de distintas dimensões em praticamente todas as oficinas de produção de preparados de peixe, o que tradicionalmente tem sido interpretado como um sinal de distintas funcionalidades, por sua vez associadas a diferentes artigos processados. Contudo, em nenhum caso se observa a regularidade de distribuição que se presume na Casa do Governador da Torre de Belém – sublinhamos que se presume, na medida em que não foi possível recuperar toda a sua planta. Somente na fábrica identificada por Estácio da Veiga em Portimões (Figueiredo, 1906) parece possível identificar uma organização similar, com pares de tanques rectangulares alternando com quadrangulares. Contudo, o estado de destruição em que esse complexo se encontrava já no século XIX não permite mais do que assinalar a hipotética semelhança

A análise da volumetria de cada tanque, e consequentemente da capacidade de produção da fábrica, deverá ser perspectivada de forma relativa, na medida em que a altura registada não é frequentemente a original, e em determinados casos o grau de destruição é elevado, como no caso das cetárias 9, 13, 14, 18, 19 e 27, razão pela qual não se apresentam os seus volumes. Os tanques 22 e 28 não foram considerados, já que o primeiro não chegou a ser escavado e do segundo somente se documentou o nível de preparação do pavimento, o que impediu a realização das necessárias medições em ambos casos (Filipe, 2006b e Fig. 5). Pelas razões apresentadas, às quais se junta o facto de cerca de 1/3 da unidade não ter sido escavada, a volumetria total das cetárias intervencionadas, cerca de 335 m<sup>3</sup>, constitui, portanto, uma estimativa por defeito

Como sempre acontece em estruturas deste género escavadas em áreas urbanas consolidadas, revelou-se extremamente difícil obter dados concretos que permitissem datar em concreto a sua construção.

Os materiais arqueológicos de mais antiga cronologia recolhidos no decurso da escavação, um fragmento de cerâmica campaniense de forma indeterminada, um fragmento de bordo de *terra sigillata* de tipo itálico (Conspectus 18) ou fragmentos de ânforas Dressel I e 2-4 de origem itálica, todos encontrados fora de contexto primário, não podem, de facto, ser associadas à construção inicial, demonstrando somente a existência de uma ocupação local bastante antiga, dentro do período romano. Nem sequer será legítimo supor que uma tal presença nesta zona pudesse estar já relacionada com a exploração dos recursos marinhos.

Para datar o primeiro momento de utilização da fábrica da Casa do Governador da Torre de Belém assumem especial relevância as ânforas do tipo Dressel 14, de fabrico lusitano, ali encontradas. Documentaram-se diversos fragmentos destas ânforas, nomeadamente, em uma fossa escavada na área do pátio ou em contextos registados no quadrante Sudeste do complexo (Filipe, 2006a e 2006b). À falta de mais abundantes cerâmicas finas, estes contentores constituem os mais seguros indicadores cronológicos para a construção, permitindo datá-la de um qualquer momento do séc. I d.C., sem grandes possibilidades de maior precisão. Neste particular, como se verá, enfrentamos as mesmas limitações que até agora afectaram os outros complexos com cetárias escavados no baixo Tejo.

Durante o período de utilização da unidade de produção foram realizadas as remodelações pontuais já



Figura 11 – Exemplo de derrube (Cetária 9).

mencionadas (cetárias 29/30 e 33), que implicaram novas concepções de espaço, reflectindo diferentes necessidades da cadeia operativa. Os dados disponíveis não permitem determinar se estas remodelações são ou não contemporâneas, nem se afigura possível propor qualquer cronologia segura para as mesmas. No caso da Cetária 29/30, a ausência de material nos diferentes depósitos de preparação do último pavimento inviabiliza qualquer proposta de cronologia para esta remodelação. Relativamente à cetária 33, onde se registou a construção de um segundo pavimento de cerâmica, também nada foi encontrado que permitisse datar esta etapa.

As últimas fases da unidade fabril sugerem uma utilização algo errática dos diferentes tanques, que pode ser aferida pela distribuição dos vestígios de camadas de derrube das coberturas de *imbrices*, somente documentadas em alguns locais (Fig. 11), o que sugere que já boa parte da fábrica se encontraria destelhada e, portanto, destinada a outros usos que não a sua primitiva função ou simplesmente abandonada. A distribuição de camadas de sedimento com restos de ictiofauna pelas cetárias regista uma evidente coincidência entre estas e as que conservavam vestígios de desmoronamento de cobertura (Figs. 12 e 13), sublinhando a ideia de que somente estas estariam ainda dedicadas à produção de preparados de peixe. Assim, parece possível afirmar que, em fase tardia, somente os quadrantes Nordeste



Figura 14— Cetária 24: Depósito constituído por ânforas: vista geral (esq.) e pormenor (dir.), onde se podem ver vários exemplares da forma Almagro 50

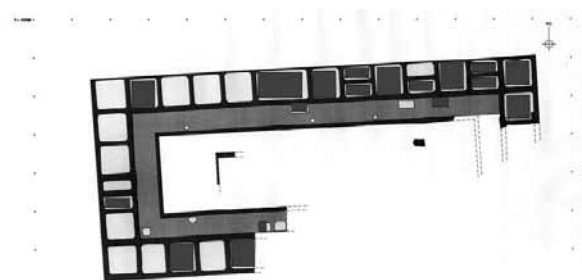


Figura 12— Tanques com presença de derrubes de coberturas.

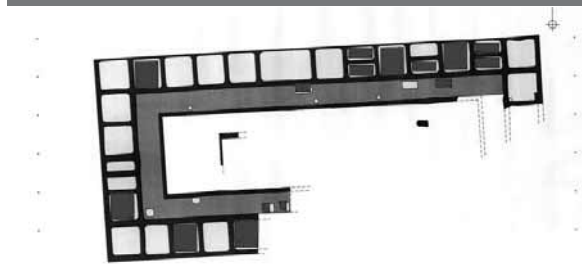


Figura 13 — Tanques com vestígios de sedimento com fauna ictiológica sob os derrubes.

e Sudoeste estariam activos. Contudo, não devemos perder de vista que estamos a considerar somente dois terços do complexo e que nos falta justamente aquele que poderia estabelecer a relação entre estas duas áreas na fase tardia.

A datação das últimas fases de laboração e do abandono afigura-se relativamente mais segura. Os materiais que podemos valorizar são fragmentos de pratos de *sigillata clara D* da forma Hayes 59b, encontrados na cetária 18 e no acompanhamento da área Sudoeste. Assim, embora sejam muito escassas as cerâmicas finas recolhidas durante a escavação, em ambas áreas activas na última fase de ocupação documentamos a mesma forma cerâmica, genericamente datável do séc. IV aos inícios do V. São abundantes as ânforas de fabrico lusitano das formas Almagro 50 e Almagro 51c, nesta fase, distribuídas pelas duas zonas, com particular incidência no quadrante Sudoeste, tanques 24 e 34 (Figs. 14 e 15).



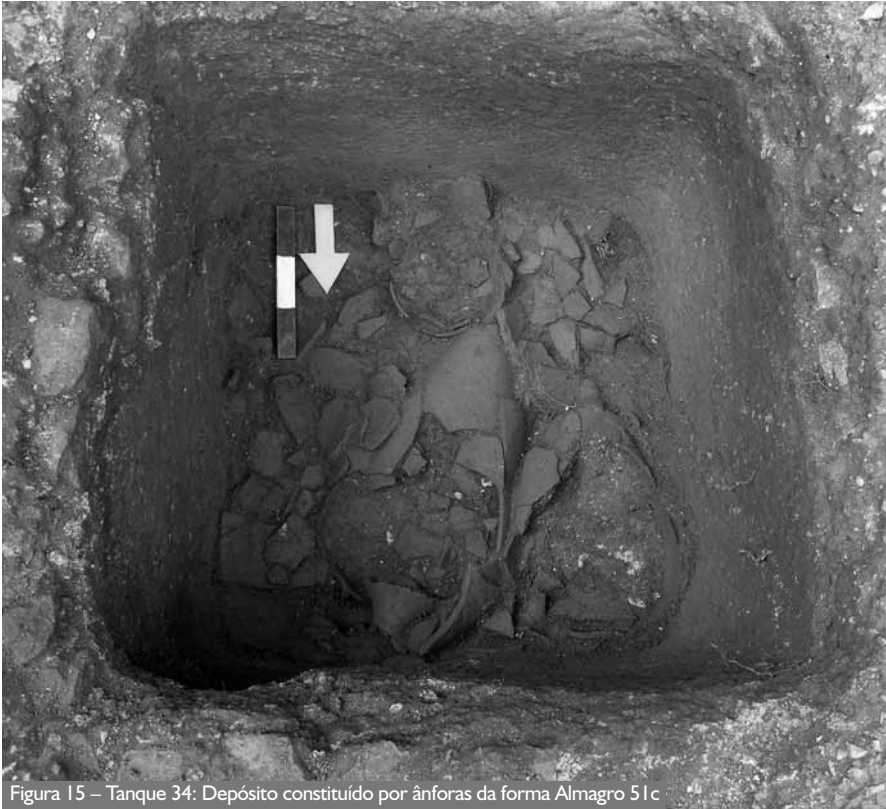


Figura 15 – Tanque 34: Depósito constituído por ânforas da forma Almagro 51c

A última fase de funcionamento da fábrica da Casa do Governador da Torre de Belém estará documentada nos quadrantes Nordeste e Sudoeste, pela presença de sedimentos ricos em fauna ictiológica sobre os quais caíram os derrubas das coberturas. Genericamente, esta última fase terminará em momento impreciso do

séc. V. Em ambos quadrantes, foram encontrados materiais mais tardios, mas em circunstâncias estratigráficas que sugerem estar já abandonado o complexo. Regista-se a recolha de um A2 de Teodósio da série Gloria Romanorum, no interior da Cetária 21, e surpreendentemente um conjunto de materiais do séc. VI, no quadrante Nordeste, designadamente fragmentos de ânforas orientais tardias do tipo LR 1 (Fig. 17, nº 34), na cetária 9 e, sobretudo, um Pentanumium de Justiniano I, cunhado em Constantinopla (538-542), encontrado na cetária 8 (v. Fig. 16). Embora não seja fácil atribuir a ânfora a uma das várias áreas produtoras já caracterizadas na parte oriental da bacia do Mediterrâneo (Williams, 2005), a sua boca ampla (c. de 9 cm) aproxima-a mais da chamada variante Kelia 164, característica dos contextos dos fins do séc. V e, sobretudo, do VI (Remolá, 2000).

A conjugação destes elementos autoriza a afirma-



Figura 16 – Pentanumium de Anastácio I.

ção que o local seria frequentado ainda no séc. VI, particularmente o quadrante Nordeste. Contudo, todos estes elementos foram recolhidos em estratos depositados sobre as camadas de derrube das coberturas, pelo que tudo indica que a unidade de produção se encontrava já desactivada.

#### Significado da unidade no contexto do estuário do Tejo

A fábrica da Casa do Governador da Torre de Belém constitui um elemento surpreendente no contexto do já conhecido panorama da produção de preparados de peixe do baixo Tejo. Foi a partir dos inícios da década de 80 do século XX que se documentou a exploração dos recursos marinhos como relevante actividade económica desta região, primeiro, com a identificação de uma unidade de produção em Cacilhas, depois, de uma outra no subsolo da Casa dos Bicos (Amaro, 1994: 69). Da primeira, os dados recolhidos em situação não explicitada sugere uma fundação antiga, uma vez que se salientou a presença de *sigillata* de tipo itálico e bordo de ânfora Dressel I, contudo, como nunca se publicaram mais do que curtas notícias e não há qualquer referência a espólio mais tardio, não é possível reconstituir o ciclo de construção / ocupação / abandono (Santos; Sabrosa; Gouveia, 1996: 229-230). Não estamos também melhor informados sobre a segunda, uma vez mais, por nunca ter sido objecto de detalhada publicação. Presume-se que teria sido instalada numa fase antiga e desactivada na segunda metade do séc. III (Amaro, 1994; 2002). Em nenhum dos casos foi possível identificar a estrutura e extensão das unidades. De qualquer modo, a simples existência de produção de preparados de peixe em ambas margens sublinhava bem a relevância desta actividade. A posterior identificação e estudo de algumas olarias, localizadas a montante, que produziram ânforas para o transporte destes preparados, veio enfatizar ainda mais este domínio da economia local (Raposo; Sabrosa; Duarte, 1995).

Com o desenvolvimento da arqueologia de contrato e de minimização de impactes na zona de Lisboa, multiplicaram-se as identificações de novos núcleos, que se estendem por uma ampla frente no subsolo da actual cidade, desde a Casa dos Bicos até ao meio da Rua Augusta, com especial incidência no núcleo da Rua dos Correeiros, por se tratar do mais extensamente escavado (Amaro, 1994: 69; Bugalhão, 2001: 52-54). Paralelamente, foram identificadas estruturas análogas na zona de Porto Brandão, na margem esquerda do

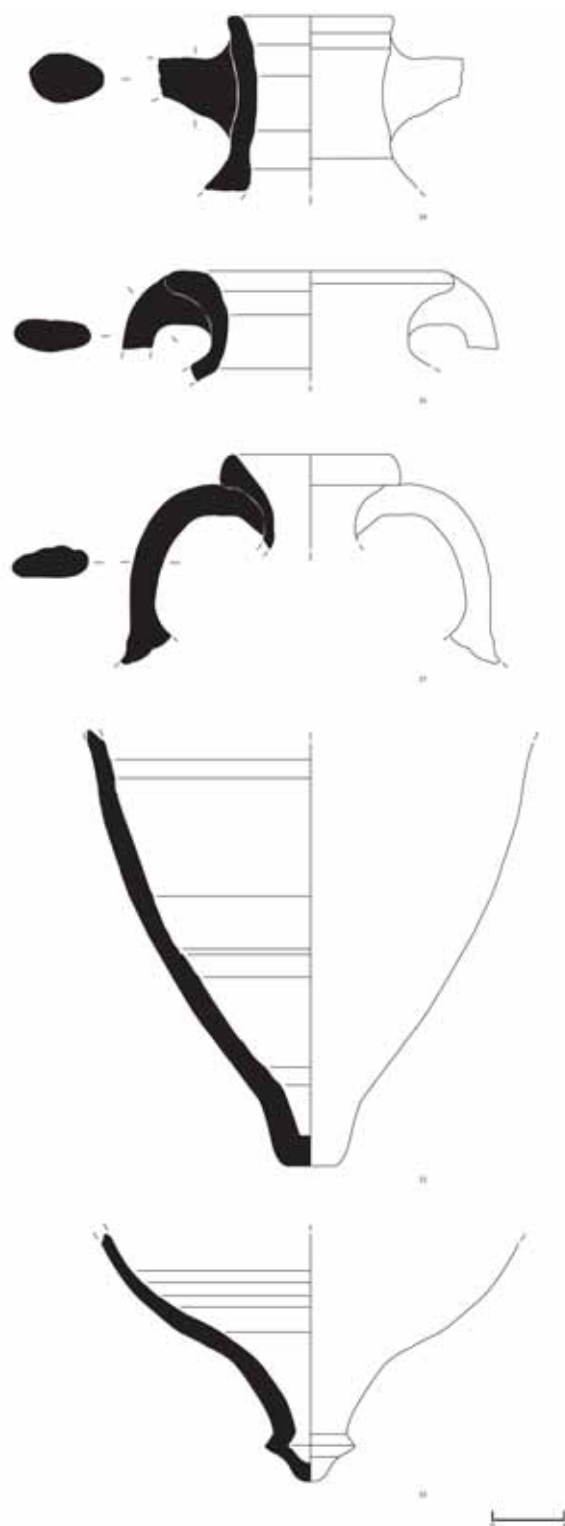


Figura 17- Ânforas das últimas fases de utilização da fábrica: Late Roman I, de origem Oriental (34), Almagro 50 (35 e 33) e Almagro 51c (37 e 32) de fabrico lusitano.

Tejo (Santos; Sabrosa; Gouveia, 1996: 229), sem que tenha havido qualquer escavação no local, e em Cascais, já claramente fora do estuário do rio (Cardoso, 2006).

Como denominadores comuns a todos estes locais poderemos assinalar, em primeiro lugar, o facto de em nenhum deles se ter escavado integralmente uma unidade de produção e também a extrema dificuldade sempre sentida em obter elementos datantes para as fases iniciais de construção. Somente para os complexos da Rua dos Correiros foi possível reunir um número significativo de dados que sugere um ciclo de instalação datável da primeira metade do séc. I d.C. (Bugalhão, 2001: 59-61).

Absolutamente assinalável é a concentração de unidades de produção na própria *Olisipo*, fazendo da produção de preparados de peixe uma das grandes, se não mesmo a mais importante actividade económica da cidade. Pelos dados conhecidos, não parece possível supor uma primeira etapa mais dispersa à qual se poderia ter seguido uma fase de concentração de natureza mais urbana. Ainda que a geografia da distribuição dos sítios tal pudesse sugerir, os dados arqueológicos desmentem-no categoricamente.

No panorama conhecido, mais estranho se afigura o enorme complexo da Casa do Governador da Torre de Belém. De facto, se fosse um núcleo de dimensões modestas, como se tem identificado em outros lugares do espaço hoje português, poderíamos supor tratar-se de uma pequena actividade, eventualmente subsidiária da agricultura, como propôs J. Edmondson (Edmondson, 1987). Se estivesse associada a outras unidades de dimensão análoga, hipótese que de todo se não pode excluir, no estado actual dos conhecimentos, poderíamos imaginar a existência de um grande complexo no local, por exemplo, à semelhança de Tróia, ou seja, de um “*vicus industrial*”, uma vez mais, segundo o modelo proposto pelo investigador britânico (Id.). Contudo, trata-se de uma grande unidade de produção, localizada nas proximidades de uma cidade que parece ter justamente na exploração dos recursos marinhos a sua principal actividade, o que tornaria algo anómala a exis-

tência de um tal complexo nas suas imediações, por se tratar de uma instalação que exploraria as mesmas fontes de recursos.

Para que melhor se possa entender qual é a real dimensão da fábrica da Casa do Governador, atente-se no seguinte quadro, que tem as limitações decorrentes de não se conhecer em muitos casos toda a extensão das unidades de produção. Chamamos-lhe “capacidade instalada” porque, de facto, é disso que se trata (Tabela 3). Não supomos, naturalmente, que a totalidade dos tan-

Sítio	Nº de fábricas	Capacidade m <sup>3</sup>
<b>Baelo Claudia (Baetica)</b>	6	295,05
<b>Lixus (Mauritania tingitana)</b>	10	1013
<b>Cotta (Mauritania tingitana)</b>	1	258
<b>Sines (Lusitania)</b>	7	119,2*
<b>Tróia (Lusitania)</b>	3	978
<b>Lisboa – R. Correiros (Lusitania)</b>	7	288*
<b>Casa do Governador(Lusitania)</b>	1	Mais de 335 *

\* Não se conhece a capacidade total.

Tabela 3 - Capacidade instalada em algumas oficinas de produção de preparados de peixe do ocidente romano

ques estivesse sempre cheia e que a unidade laborasse constantemente em carga máxima. Mas não devemos minimizar aquilo que podemos observar, uma vez que faria muito pouco sentido que se instalasse uma unidade com esta dimensão na expectativa de nunca usar toda a sua capacidade.

Como se pode ver, a fábrica da Casa do Governador da Torre de Belém é uma das maiores unidades actualmente conhecidas. Naturalmente, resultará sempre errado procurar estabelecer comparações com outros lugares onde se conhecem apenas fragmentos de unidades produtivas. Veja-se o manifesto absurdo resultante de existir maior capacidade instalada em Belém do que em toda a frente ribeirinha já identificada em *Olisipo*. De qualquer modo, é importante ter a noção das devidas proporções para melhor integrar a fábrica em apreço no contexto da produção de preparados de peixe da *Lusitânia*.

Parece de qualquer forma claro que, ao longo da sua existência, a unidade de produção de preparados de peixe foi reduzindo cada vez mais o volume da sua produção. Várias hipóteses se poderão formular para tentar explicar este processo. Por se encontrar sobre-dimensionada relativamente à capacidade de captura da comunidade que ali permanecia no período compreendido entre o séc. III e os inícios do V. Por uma eventual existência de transformações na natureza da exploração de recursos marinhos e produção de prepa-

rados de peixe, por exemplo, por uma concentração da actividade na área da cidade de *Olisipo* propriamente dita. Eventualmente, por outro factor de difícil equação. De qualquer modo, importa não perder de vista que, mesmo nas suas fases tardias, a fábrica da Casa do Governador da Torre de Belém continuaria a ser uma unidade de apreciável capacidade produtiva, certamente muito superior às necessidades locais, quer se

ção de preparados de peixe até à segunda metade do séc. V (Diogo; Trindade, 2000). Progressivamente, foi-se consolidando a ideia de que tudo teria cessado durante esta última centúria (Bugalhão, 2001: 174-175). Para outras regiões da Lusitânia, a ideia de que produção de preparados de peixe e fabrico de ânforas não teriam ultrapassado os meados do séc. V tornou-se discurso corrente (Étienne; Makaroun; Mayet, 1994; Étienne;

Mayet, 2002), apesar de haver indícios em contrário.

Para lá dos elementos que desde há longa

Fase inicial	Núcleo SW, em fase tardia (capacidade estimada)	Núcleo NE, em fase tardia (capacidade estimada)
Mais de <b>335</b> m <sup>3</sup>	c. 51 m <sup>3</sup>	<b>c. 79</b> m <sup>3*</sup>

\* Neste cálculo não se incluiu a grande cetária nº 2, apesar de haver derrube de cobertura no seu interior.

Tabela 4 – Capacidade instalada na fábrica da Casa do Governador da Torre de Belém, nas distintas fases de actividade.

imagine as duas áreas em laboração, quer se suponha que somente uma delas permanecia activa – e é importante sublinhar uma vez mais que não dispomos de qualquer informação para uma vasta área do complexo, pelo que todas estas estimativas, desde a fase inicial à final serão sempre por defeito, nunca por excesso.

Voltando ao tema da cronologia, sobretudo a que se refere às fases finais, deve sublinhar-se que também neste domínio a fábrica da Casa do Governador da Torre de Belém se afigura notável. O tema do âmbito cronológico em que se inserem as fases finais da produção de preparados de peixe e sua exportação é particularmente importante e sensível no quadro actual da investigação. No fundo, trata-se de saber como e durante quanto tempo este sistema de produção, exportação e consumo, emblemático do período romano, resistiu à dissolução política da estrutura imperial a Ocidente. Atendendo somente à área do baixo Tejo, verifica-se que as cronologias de abandono propostas pelos diversos investigadores, são muito variadas, pelo que se afigura difícil propor uma qualquer dinâmica ou faseamento comum a toda a região do estuário. Pode dizer-se que as opiniões têm oscilado ao sabor da identificação de novos casos ou simples mudança de pontos de vista. A fábrica da Casa dos Bicos, a primeira identificada na região, foi descrita como estrutura abandonada no séc. III, para que se construísse a muralha tardia da cidade romana (Amaro, 1994). Na escavação da cetária da Rua dos Fanqueiros, Dias Diogo defendeu que a produção de preparados de peixe e, conseqüentemente, de ânforas na área da Lusitânia teria cessado nos inícios do séc. V, em directa relação com as invasões bárbaras (Diogo, 1994). Mais tarde, o mesmo autor defendeu uma sobrevivência da produ-

ção de preparados de peixe e a sua exportação (entenda-se, a continuidade do fabrico de ânforas) se prolongavam para lá dos inícios do séc. V, recolhidos, sobretudo, no Algarve e vale do Sado (Fabião, 1996), veio acrescentar-se recentemente nova informação recolhida no Algarve, escavação da fábrica da Rua Silva Lopes, em Lagos (Ramos; Almeida, 2005; Ramos; Laço; Almeida; Viegas, 2007) e na própria cidade de Lisboa, nos armazéns Sommer, na zona ribeirinha (Pimenta; Fabião, no prelo). A escavação da fábrica da Casa do Governador da Torre de Belém constitui mais um elemento a juntar a este importante tema, de há muito valorizado pela investigação espanhola (Ponsich, 1988; Lagóstena Barrios, 2001; Bernal, 2008). Por um lado, resulta evidente que a unidade de produção teria sido abandonada durante o séc. V, em momento difícil de precisar, neste estado preliminar da investigação. Por outro, a presença de elementos datáveis do séc. VI sugere que, por uma qualquer razão, o local continuaria a ser frequentado. Sublinhe-se que a estratigrafia indica que estes materiais teriam sido depositados num momento em que já estaria desactivada a unidade de produção, mas não devemos esquecer que não conhecemos o enquadramento da mesma, pelo que não será de excluir a possibilidade de existir ainda nas imediações alguma exploração de recursos marinhos.

## Bibliografia

- Alves, J. F. (1994) - Belém (Sítio de). In: Santana, F.; Sucena, E. (dir.) *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas e Associados, p. 153-157.
- Amaro, C. (1994) - A indústria de salga de peixe na baixa de Lisboa. In: Moita, I. (dir.) *O livro de Lisboa*. Lisboa: Expo 98; Lisboa 94; Livros Horizonte, p. 69-74.
- Amaro, C. (2002) - Percurso Arqueológico através da Casa dos Bicos. In: *De Olisipo a Lisboa a Casa dos Bicos* (Catálogo de Exposição). Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, p. 12-27.
- Barros, L., Amaro, C. (1984-85) - Fábrica de Salga de Peixe em Cacilhas. Achegas para o seu conhecimento, *Al-madan*, nº 4-5, Centro de Arqueologia de Almada, p. 33-34.
- Bernal Casasola, D. (2008) - El final de la industria pesquero-conservera en Hispania (ss. V-VII d.C.) entre Obispos, Bizancio y la evidencia arqueológica. In: Napoli, J. (ed.) *Ressources et activités maritimes des peuples de l'Antiquité. Les Cahiers du Littoral*, 2 (6), p. 31-58.
- Bugalhão, Jacinta (2001) - *A indústria romana e transformação e conserva de peixe em Olisipo*. Lisboa, Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros. Lisboa: IPA.
- Cardoso, G. (2006) - As cetárias da área urbana de Cascais. In: Silva, C. T.; Soares, J. (dir.) *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet*. Setúbal Arqueológica, 13, p. 145-150.
- Cortez, M. C. (1994) - Casa do Governador da Torre de Belém. In: Santana, F.; Sucena, E. (dir.) *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas e Associados, p. 226.
- Diogo, A. M. D. (1994) Cetária da Rua dos Fanqueiros. In: Santana, F.; Sucena, E. (dir.) *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas e Associados, p. 267-8.
- Diogo, A. M. D., Trindade, L. (2000) - Vestígios de uma unidade de transformação do pescado descobertos na Rua dos Fanqueiros, em Lisboa, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Volume 3, número 1, Lisboa: IPA.
- Edmondson, J. (1987) - *Two Industries in Roman Lusitania: Mining and Garum Production*, Oxford: BAR - International Series 362.
- Etienne, R.; Makaroun, Y.; Mayet, F. (1994) - *Un Grand Complexe Industriel a Tróia (Portugal)*, Paris: E. de Boccard.
- Etienne, R.; Mayet, F. (2002) - *Salaisons et Sauces de Poisson Hispaniques*, Paris: E. de Boccard.
- Fabião, C. (1996) - O Comércio dos Produtos da Lusitânia Transportados em Ânforas do Baixo-império. In *Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*, Câmara Municipal do Seixal, Lisboa: Publicações D. Quixote, p. 329-342.
- Fabião, C., Guerra, A. (1993) - Sobre o conteúdo das ânforas Lusitanas. In: *Actas do 2º Congresso de História Antiga (Coimbra 1991)*. Coimbra: Faculdade de letras da Universidade de Coimbra, p. 995-1016.
- Figueiredo, A. M. (1906) - Ruines d'antiques établissements a salaisons sur le littoral sud du Portugal. *Bulletin Hispanique*, 8 (2), p. 109-121.
- Filipe, G.; Raposo, J. M. C. (dir.) (1996) *Ocupação romana nos estuários do Tejo e do Sado (Actas das primeiras jornadas sobre romanização dos estuários do Tejo e Sado, Seixal, 1991)*. Lisboa: C.M. do Seixal / Publicações Dom Quixote.
- Filipe, I. (2006a) - *Sondagens Arqueológicas. Casa do Governador da Torre de Belém. Relatório dos trabalhos arqueológicos*, Era, Arqueologia S.A., policopiado.
- Filipe, I. (2006b) *Relatório da escavação de emergência realizada na fábrica romana de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém*, Era, Arqueologia S.A., policopiado, <http://www.nia-era.org/component/>
- Lagóstena Barrios, L. (2001) - *La producción de salsas y conservas de pescado en la Hispania Romana (II a.C. - VI d.C.)*, Barcelona, Publicaciones Universitat de Barcelona.
- Moita, I. (dir.) (1994) - *O livro de Lisboa*. Lisboa: Expo 98; Lisboa 94; Livros Horizonte.
- Peacock, D. P. S.; Williams, D. F. (1986) - *Amphorae and the Roman Economy. an introductory guide*, London and New York: Longman.
- Ponsich, M. (1988) - *Aceite de Oliva y Salazones de Pescado. Factores Geoeconomicos de Betica y Tingitania*. Madrid: Universidad Complutense.
- Ramos, A. C.; Almeida, R.; Laço, T. (2006) - O Complexo Industrial da Rua Silva Lopes (Lagos). Uma primeira leitura do sítio e análise das suas problemáticas no quadro da indústria conserveira da Lusitânia meridional. In: Silva, C. T.; Soares, J. (dir.) *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet*. Setúbal Arqueológica, 13, p. 83-100.
- Ramos, A. C.; Laço, T.; Almeida, R.; Viegas, C. (2007) - Les Céramiques communes du VIe s. du complexe industriel de salaisons de poisson de Lagos (Portugal). In: Bonifay, M.; Tréglia, J.-C. (dir.) *LRCW 2. Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and Archaeometry*. Oxford: BAR International Series 1662 (1), p. 85-97.
- Raposo, J. M. C.; Sabrosa, A. J. G.; Duarte, A. L. C. (1995) - Ânforas do vale do Tejo. As olarias da Quinta do Rouxinol (Seixal) e do Porto dos Cacos (Alcochete). *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, 1993)*. Vol. VII. Porto: SPAE, p. 331-352.
- Remolà Vallverdú, J. (2000) - *Las ânforas tardo-antiguas en Tarraco (Hispania Tarraconense)*. Barcelona: Publicaciones de la Universidad de Barcelona.
- Santos, V. M.; Sabrosa, A.; Gouveia, L. A. (1996) - Carta arqueológica de Almada elementos da ocupação romana. In: Filipe, G.; Raposo, J. M. C. (dir.) *Ocupação romana nos estuários do Tejo e do Sado (Actas das primeiras jornadas sobre romanização dos estuários do Tejo e Sado, Seixal, 1991)*. Lisboa: C.M. do Seixal / Publicações Dom Quixote, p. 225-236.
- Silva, C. T.; Soares, J. (dir.) (2006) - *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet*. Setúbal Arqueológica, 13.
- Silva, C. T.; Coelho-Soares, A.; Soares, J. (1986) - Fábrica de Salga da Época Romana da Travessa de Frei Gaspar (Setúbal). In: *I Encontro de Arqueologia Urbana (Setúbal 1985)*, Lisboa, MEC, SEC, IPPC, p. 155-160.
- Silva, C. T.; Coelho-Soares, A. (1987) - Escavações Arqueológicas no Creiro (Arrábida). Campanha de 1987. *Setúbal Arqueológica*, 8, p. 221-237.
- Silva, C. T.; Coelho-Soares, A. (2006) - Produção de preparados piscícolas na Sines Romana. In: Silva, C. T.; Soares, J. (dir.) *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet*. Setúbal Arqueológica, 13, p. 101-122.
- Valente, A.; Silva, I. M. (2003) - *Relatório dos trabalhos de acompanhamento arqueológico na Casa do Governador da Torre de Belém. Parque de estacionamento subterrâneo de Belém - Parque do Infante*, Era - Arqueologia S.A., policopiado.
- Williams, D. F. (2005) - An integrated archaeometric approach to ceramic fabric recognition. A study case on Late Roman Amphora I from the Eastern Mediterranean. In: Gurt I Esparraguera, J. M.; Buxeda I Garrigós, J.; Cau Ontiveros, M. A. (eds) *LRCW 1. Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and Archaeometry*. Oxford: BAR International Series 1340, p. 613-624.

# Ruínas arqueológicas de São Miguel de Odrinhas: a propósito da campanha de 1997

Catarina Coelho  
Arqueóloga, Câmara Municipal  
de Sintra.

A primeira referência feita sobre Ruínas de São Miguel de Odrinhas<sup>1</sup> remonta ao século XVI. Porém, «apesar dos múltiplos artigos e notas consagrados a estas ruínas ao longo de mais de 400 anos, verifica-se afinal que ainda bem pouco sobre elas verdadeiramente se sabe» (Ribeiro, 1993, p. 110), apesar da bibliografia publicada quer sobre o sítio arqueológico, quer sobre a colecção epigráfica conservada no Museu epónimo, referida mais adiante. Por vezes os estudos sobre cada um daqueles temas misturam-se sendo indissociáveis uns dos outros.

---

<sup>1</sup> Classificadas como Imóvel de Interesse Público (Dec. 42692, DG 276 de 30.11.1959), localizam-se em torno da Igreja de São Miguel de Odrinhas, na Freguesia de São João das Lampas, no Concelho de Sintra, numa área de altitude média de 170 m (Lat: 38.53' 15" N, Long: -9.22'00" W).

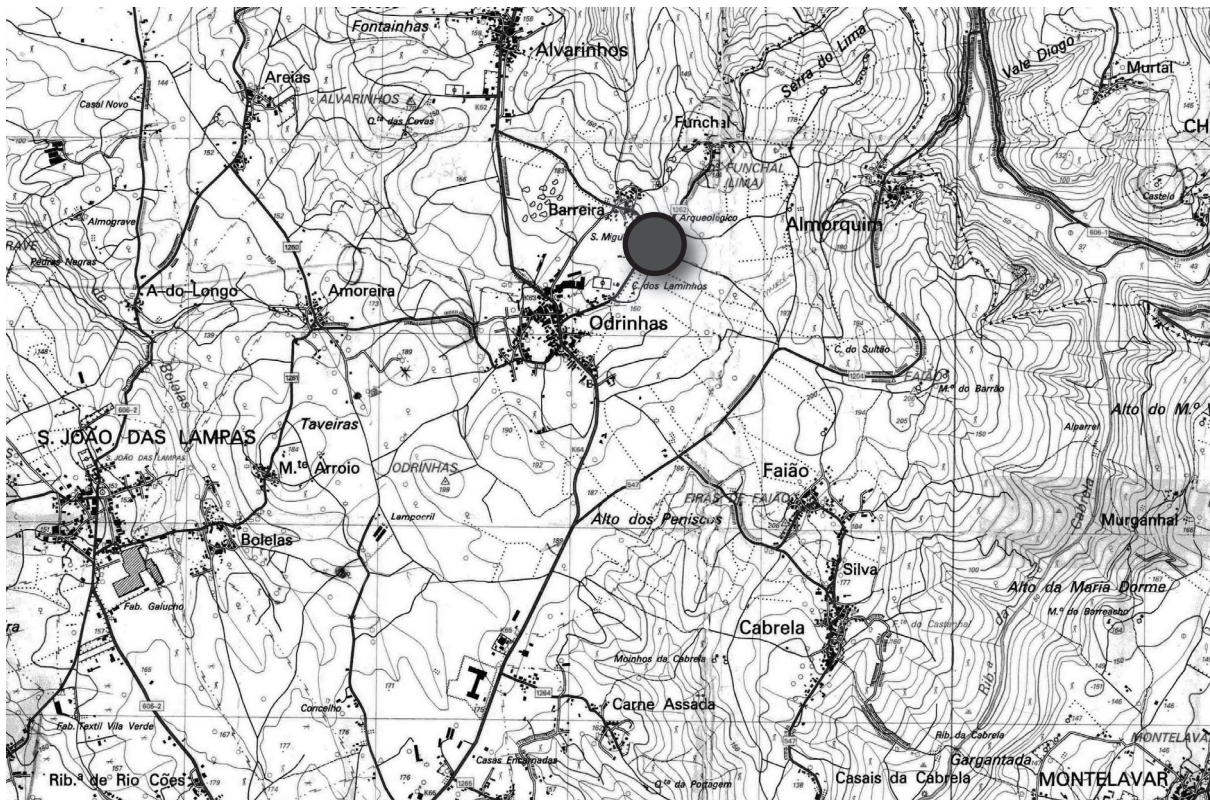


Figura 1 - Localização das Ruínas de São Miguel de Odrinhas (Extracto da Carta Militar de Portugal, fl. 402, ed. 1992).

No que respeita ao sítio arqueológico propriamente dito importa, sobretudo, referir que a larga diacronia de ocupação registada se encontra dispersa pelos diversos estudos elaborados em torno da ocupação romana especificamente da *domus* da *villa*, dos vestígios de uma ocupação tardo-antiga e/ou alto medieval do espaço – quase sempre integrados em sínteses mais alargadas sobre o tema –, e, ainda, da transformação do núcleo de *habitat* no campo santo medieval/moderno da Igreja dedicada a São Miguel, para além da bibliografia específica relacionada com o edifício religioso.



Figura 2 - Perspectiva geral da necrópole medieval/moderna de São Miguel de Odrinhas, antigo edifício de apoio à área museológica e espaços ajardinados (vista de NE, década de 1980; Arquivo do MASMOM).

Próximo das ruínas da *villa* romana localiza-se a designada via romana São Miguel de Odrinhas-Faião, cujo início do troço se encontra a menos de 100 metros em linha recta do núcleo habitacional e, ainda, a (eventual) necrópole romana do Almarjão, a cerca de 300 metros, onde em 1960 num terreno situado junto à mesma estrutura viária, e na sequência de trabalhos agrícolas mecanizados, se recolheu uma inscrição funerária romana, hoje em exibição na exposição permanente do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

As primeiras escavações são levadas a cabo, em

1949, sob a orientação de Camarate França, numa área a Nascente da capela-mor da Igreja de São Miguel. Durante estes trabalhos identificou-se para além de um troço de muro, uma sepultura com tampa e caixa pétreas, no interior da qual permaneciam duas inumações, que se sobrepunham a outra estrutura sepulcral, mas de planta antropomórfica.

Só em 1957 se dá início às

escavações sob orientação de D. Fernando de Almeida, altura em que foram postos a descoberto os vestígios de uma necrópole medieval dos séculos XIII-XV.

Os dois artigos editados acerca destes trabalhos totalizam as publicações efectuadas sobre os mesmos, pelo que nada mais chegou até nós, pois, muito embora seja referido, desconhece-se a existência de cadernos de campo e/ou relatórios destas campanhas arqueológicas.

Todavia, foi possível registar, para além de toda a planta da estrutura absidal que desde sempre se impunha a Norte da igreja de São Miguel, um conjunto variado de paredes pertencentes à *domus* de uma *villa*, um mosaico policromo, que cobria a totalidade do chão de uma das salas, bem como testemunhos de outros compartimentos com o mesmo tipo de pavimento, e ainda um tanque de *opus signinum*, reaproveitado na época medieval para a inumação de dois indivíduos.

A intervenção arqueológica da década de 1950 revelou um importante conjunto de sepulturas medievais dos séculos XIII-XV, que se verificou estarem implantadas sobre as estruturas da *domus* da *villa* romana. As sepulturas, num número total de 40, com orientação E-O tinham como base a própria rocha calcária ou vestígios de *opus signinum*, correspondente às anteriores ocupações do espaço. Estas equivaleriam, pois, a uma *villa* romana tardia, dos séculos III/IV, construída aparentemente sobre os vestígios uma outra *villa* do século II.

Assim, e de acordo com o espólio aqui exumado, já no séc. I a. C. terá existido em São Miguel de Odrinhas um núcleo populacional que, certamente, estará na origem da *villa*, cujo primeiro período de apogeu terá aparentemente ocorrido em torno do século I e inícios do II. Posteriormente ter-se-á assistido a uma fase de estagnação apenas superada nos finais do século III, altura em que terá aparentemente ocorrido a edificação de uma estrutura ‘apalaçada’, própria das *villae* áulicas. Este momento corresponderá à primeira fase defendida por Broguiolo e Chavarria (2008, p. 195) segundo a qual “a partir de finales del siglo III y a lo largo de todo el siglo IV se assiste a una gran reorganización de la estructura administrativa y territorial del Imperio que dio lugar en el campo a la monumentalización de los edificios residenciales de algunas grandes explotaciones rurales”. Os vestígios estruturais actualmente visíveis, concretamente a abside – seguramente com uma cobertura abobadada –, o pavimento mosaico e os muros circundantes que compartimentam todo o espaço, pertencem já a esta

etapa prolongando-a pelo século IV, o que virá a ser também comprovado pelo conjunto de espólio então recolhido. Até ao momento apontava-se um período cerca do século V para a derradeira etapa de decadência e extinção da *villa* romana de São Miguel de Odrinhas.

O estudo dos fragmentos vítreos exumados em 1957 regista um predomínio das produções baixo-imperiais, concretamente do século IV (Ferreira, 1997).

Por outro lado, a análise estilística efectuada sobre o pavimento de mosaico de São Miguel de Odrinhas remete para ambientes da 1ª metade do século IV (Caetano, 1997, 63-82), para além de destacar “que a originalidade do mosaico de Odrinhas reside também na articulação dos vulgares nós-de-Salomão e quadrilóbulos entrançados que preenchem os quadrados – emoldurados por tranças de dois cabos –, para a qual não foi recolhido qualquer paralelo” (Caetano, 1997, p. 69).

Durante a intervenção de meados do século XX foi exumado um conjunto de tesselas avulsas na área da abside, bem como um reduzido fragmento de mosaico – com tesselas de dimensões mais diminutas que as restantes – junto ao nicho nascente, testemunhando deste modo a existência de revestimentos musivos neste espaço específico da *domus*. Saliente-se a recolha de cerca de uma centena de tesselas vítreas, ainda que se desconheça a área específica da sua origem. Para alguns autores estes vestígios poderão relacionar-se com uma cobertura monumental da sala da abside, com paralelos em outras estruturas romanas como o mausoléu de Centcelles (Tarragona), datável também do século IV. Para outros, surge a hipótese mais simples de apenas fazerem parte de motivos decorativos mais elaborados dos painéis de mosaicos das salas da *domus*.

Para além deste tipo de pavimento foram identifi-



Figura 3 - Perspectiva geral do pavimento de mosaico que cobre um dos compartimentos da *domus* de São Miguel de Odrinhas (vista de Sul).

cados diversos vestígios de *opus signinum* que, embora por vezes fracturado, permaneciam ainda *in situ*.

Independentemente da colecção numismática depositada no Museu Nacional de Arqueologia, conserva-se no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas um conjunto composto por quatro centenas e meia de peças variadas. Dos numismas recolhidos destacam-se moedas de Graciano, Teodósio e Galieno, entre vários exemplares medievais portugueses (desde D. Sancho II a D. Sebastião, bem como alguns exemplares avulsos da 4ª dinastia).

O conjunto artefactual caracteriza-se, ainda, pela presença de inúmeros fragmentos de cerâmica comum e de importação, de vidro, artefactos de metal, osso polido e péticos, escória de fundição de ferro, fragmentos de estuque, de *opus signinum*, alguns exemplares fracturados de azulejos hispano-árabes, vestígios de mosaico remobilizados, tesselas policromas avulsas e artefactos de sílex.

Destaca-se também a recolha de um grande capitel romano, de influência síria, de cronologia tardia, integrado no aparelho de um muro auxiliar de suporte do campanário da igreja, construído de forma independente desta.

Após a realização dos trabalhos levados a cabo nas décadas de 1950/60 na área arqueológica em torno da

igreja de São Miguel de Odrinhas, efectuaram-se, sob a orientação de D. Fernando de Almeida, restauros e reconstruções das estruturas romanas segundo critérios altamente discutíveis, produzindo uma realidade algo complexa e desconexa, porquanto muitos desses muros aparecem agora imbricados nos sepulcros medievais.

Simultaneamente foram efectuados restauros na estrutura absidal, concretamente através da colmatação da grande lacuna existente no quadrante norte da mesma, para além da reconstrução e regularização dos topos dos 'braços' da abside, consentânea com a interpretação de basílica paleocristã defendida por D. Fernando de Almeida (Figs. 4 e 5). Uma vez privilegiada a tese oficial desta funcionalidade desconhece-se, porém, se houve remoção de eventuais vestígios menos óbvios que permitissem fazer uma abordagem diacrónica da mesma, tendo em conta a tese que defende que "entre los siglos V y VI se verifica el final del modelo de las villas. Estos complejos son abandonados o, como máximo, presentan indicios de reocupaciones marginales (postes de cabañas, hogares, basureros) que indican un cambio en el tipo de población instalada en estos edificios" (Broguilo e Chavarría, 2008, p. 195-196).

Em 1959/60 procede-se à construção de um alpendre em torno das ruínas e anexo ao edifício principal do primitivo Museu (inaugurado em 1955). Apesar do encerramento lateral desta estrutura para albergar a crescente colecção epigráfica que começava a extravar o limite do edifício museológico e área envolvente, todo o local permanecerá incólume até à intervenção agora em análise

No âmbito da campanha de restauro do imóvel da Igreja de São Miguel, levada a cabo em 1988, sob a orientação de José Cardim Ribeiro e Élvio Melim de Sousa, foi aberta uma sondagem no adro Sul da Igreja. No decurso destes trabalhos identificaram-se 40 sepulturas, tendo apenas oito sido integralmente escavadas. Tal como as restantes identificadas a Norte e a Nascente do templo, foram construídas directamente sobre os estratos e estruturas romanas. Contribuindo, ainda, para a caracterização dos vestígios romanos deste sítio arqueológico, foi aparentemente identificado um hipocausto, caracterizado por uma estrutura de *suspensura*, associada a outros compartimentos relacionados com a *domus* romana. Estes indícios poderão corresponder a uma eventual estrutura termal, ou simplesmente à existência de uma sala aquecida.

A necrópole medieval/moderna encontra-se maioritariamente orientada no sentido E-O, à excepção das sepulturas identificadas em torno da estrutura absidal,



Figura 4 - Abside de São Miguel de Odrinhas em 1907 (Pereira, 1914, p. 324-362).



Figura 5 - Estrutura absidal de São Miguel de Odrinhas, meados do século XX antes da intervenção arqueológica (Arquivo do MASMO).

seguindo radialmente a mesma. De um modo geral, as sepulturas seguem modelos já registados em necrópoles coevas, designadamente a correlação das estruturas tumulares com as paredes do edifício religioso. Efectivamente, coloca-se a hipótese das sepulturas registadas radialmente à volta da estrutura absidal, sem a orientação canónica a Nascente, pertencerem a uma fase mais arcaica da necrópole, articulada com a tese da abside poder ter albergado uma primitiva igreja, eventualmente dedicada a São Miguel, anterior à que actualmente existe. Aliás, o muro ortogonal a NE da estrutura absidal, que aparentemente apresenta uma orientação e construção distinta dos restantes compartimentos da *domus*, poderá estar relacionado com uma possível primitiva ocupação cristã alto medieval. Apenas uma nova intervenção arqueológica nesta área específica poderá vir a esclarecer as dúvidas levantadas.

O espólio antropológico identificado nas sepulturas escavadas permaneceu no seu interior, pelo que só mais tarde, em 1999 e 2005, foi dado início ao estudo paleoantropológico desta colecção osteológica, sob a responsabilidade da Dra. Teresa Fernandes do Departamento de Biologia da Universidade de Évora. De acordo com os resultados preliminares desta investigadora existem cerca de 450 sepulturas, 229 das quais com um índice de utilização de 5,44 durante um período de apenas 200 anos.

Atestou-se um elevado índice de ocupação de cada sepultura, não existindo sepulcros específicos para indivíduos com idades inferiores a 10 anos. A dimensão generalizada das sepulturas indicia a sua construção para inumação original de indivíduos adultos.

Na globalidade o espólio osteológico apresentava mau estado de conservação, com perda de ossos e muita fragmentação do conjunto (sobretudo das intervenções anteriores a 1997).

Tratava-se, na sua maioria, de indivíduos adultos, cerca de 95% com mais de 20 anos, 50 % dos quais seriam masculinos. A população adulta apresentava no conjunto um elevado índice de robustez denotando-se, porém, um grande dimorfismo sexual ao nível da estatura.

Dada a grande longevidade apurada para os indivíduos adultos desta colecção, verificaram-se poucos vestígios de lesões, a ausência de dentes e sinais de patologias degenerativas associadas à idade (artroses)<sup>2</sup>.

### **Intervenção arqueológica**

A campanha de trabalhos arqueológicos realizada

em 1997 pretendia verificar a incidência, ou não, de impactes patrimoniais negativos junto de eventuais vestígios arqueológicos remanescentes das ruínas romanas e medievais anteriormente identificadas.<sup>3</sup>

A construção dos novos edifícios para as instalações da Paróquia, nomeadamente a casa mortuária e as salas de apoio à catequese, projectada para a área imediatamente adjacente às ruínas de São Miguel de Odrinhas, bem como de um novo troço do alpendre confinante com o já existente, exigiu a prévia realização de trabalhos arqueológicos imprescindíveis e, inclusivamente, solicitados pelo ex-I.P.P.C. aquando da candidatura do Projecto do novo Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas aos fundos comunitários PRODIATEC.

Assim, estabeleceram-se como principais objectivos: a identificação de possíveis vestígios e/ou estruturas arqueológicas conservadas nas áreas a afectar pelas novas construções, a sua caracterização e a eventual preservação e/ou integração das realidades postas a descoberto no âmbito do novo projecto arquitectónico.

Os trabalhos decorreram, pois, em alguns momentos simultaneamente com a obra de construção dos novos equipamentos, pelo que o acompanhamento foi assíduo e constante.

### **Área I**

De acordo com as características específicas determinadas no projecto de construção implantou-se, inicialmente, uma área com cerca de 80 m<sup>2</sup> (20 m X 4 m) junto ao limite sul das ruínas arqueológicas, que se passou a designar por *Área I*. Para este espaço estava prevista a construção da nova secção do alpendre. A primeira zona de intervenção foi sendo progressivamente alargada pela identificação e remoção de algumas estruturas que exigiram o prolongamento da mesma, para melhor compreensão das realidades postas a descoberto, designadamente de sepulturas registadas em áreas de corte.

Foi, então, identificado um conjunto de oito sepulturas, implantadas na sua maioria na extremidade poente desta área. Afectado pela construção destes túmulos registou-se um troço de muro [UE 11] e respectivo derrube [UE's 12 e 30], pertencentes a uma fase de ocupação da *villa* romana. Porém, não foi possível observar a presença de quaisquer outras estruturas

<sup>2</sup> Dados divulgados na conferência apresentada pela Dra. Teresa Fernandes na Associação dos Arqueólogos Portugueses a 5 de Abril de 2008).

<sup>3</sup> Participaram nos trabalhos arqueológicos, dirigidos pela signatária, técnicos e auxiliares de Museografia dos Serviços de Arqueologia, Arte e Etnografia da, àquela data, Divisão do Património Histórico-Cultural da Câmara Municipal de Sintra.

associadas, perfazendo eventualmente um compartimento, dadas as alterações pós-deposicionais provocadas pela implantação da necrópole medieval, bem como pela plantação de algumas espécies arbóreas neste local específico

Merece especial destaque o reconhecimento de uma estrutura negativa [UE 43] escavada directamente no calcário base, cuja funcionalidade defendemos ser a de cloaca da *domus* de São Miguel de Odrinhas.

No decorrer dos trabalhos no terreno, e após terem sido demolidos o edifício do antigo Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas e parte do alpendre que lhe estava adossado, alargou-se a área de intervenção à zona onde aqueles imóveis estavam implantados.

A escavação na área específica do antigo MASMO para a qual estava prevista a construção do imóvel das salas da catequese foi realizada com a ajuda de meios mecânicos, através de um “bob-cat”. Uma vez que nos trabalhos de demolição, acima referidos, se havia registado o aparecimento da rocha de base logo à superfície, procedeu-se ao estabelecimento de dois corredores de sondagem, um com 26 m<sup>2</sup> (2 m x 13 m) – *vala 1* – e outro com 39 m<sup>2</sup> (3 m x 13 m) – *vala 2* –, paralelas à sondagem da designada área I. Outras duas valas, com 56 m<sup>2</sup> cada (4 m x 14 m) – *valas A e B* –, foram abertas perpendicularmente àquelas, interceptando desta forma a zona a sondar.

Para além disso, a observação prévia do terreno registou que na zona leste das ruínas arqueológicas, postas a descoberto em meados do século XX, a rocha de base se encontra a uma cota muito superficial não tendo sido ali preservadas quaisquer estruturas arqueológicas, excepção feita à vala de drenagem agora identificada [UE 43].



Figura 6 - Edifício do antigo Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, canteiros fronteiros e espólio lapidar pertencente à colecção do mesmo (década de 1980; Arquivo do MASMO).

## Área 2

Em simultâneo, foi intervencionado um outro local, para o qual o projecto de arranjos exteriores do novo Museu previa a construção de um muro no terreiro a Sul da Igreja de São Miguel de Odrinhas. Neste novo espaço denominado *Área 2* foram apenas sondados 35,52 m<sup>2</sup> (0,80 m x 44,40 m), relativos exclusivamente à vala de implantação do referido muro.

As estruturas identificadas resumem-se aos alicerces do coreto contemporâneo deslocado em meados do século XX, do adro nascente da Igreja de São Miguel onde se realizaram as campanhas de trabalhos arqueológicos, para o espaço fronteiro à fachada sul da ermida e, ainda, à estrutura romana [UE 43] de condução de águas descoberta na *Área 1*.

## Estruturas e estratigrafia

A realidade identificada no decorrer da intervenção na designada *Área 1* traduz uma forte e permanente perturbação de eventuais estruturas e estratigrafia conservadas, porquanto se registou um grande revolvimento dos estratos arqueológicos, bem como a intrusão de materiais medievais e modernos em contextos aparentemente conservados de época romana. Pensamos que tal se justifica pela prolongada utilização do espaço exterior da Igreja de São Miguel durante uma larga diacronia, com sucessivas alterações da envolvente, desconhecendo-se *a priori* a totalidade das respectivas preexistências (cfr. Fig. 14).

O local onde se encontrava implantado o antigo Museu, edificado em 1955, abrangido pelas denominadas *valas 1 e 2* da *Área 1* não revelou quaisquer vestígios conservados, factor resultante da afectação do subsolo aquando da construção do mesmo.

A este propósito, no catálogo do MASMO de 1960 refere-se “o (...) pilar que apareceu entre as casas velhas que foram demolidas para a construção do Museu” (Fontes, 1960, p. 28). Esta informação revela-se muito importante, uma vez que constitui a única menção à presença de construções na área onde foi edificado o edifício do antigo MASMO, cuja existência poderá, pois, justificar a recolha de espólio maioritariamente de Época Moderna e Contemporânea nos estratos depositados imediatamente sobre a rocha de base nesta zona específica.

No espaço compreendido entre os 8 e os 12 metros para Nascente da *Área 1* registou-se a total ausência de

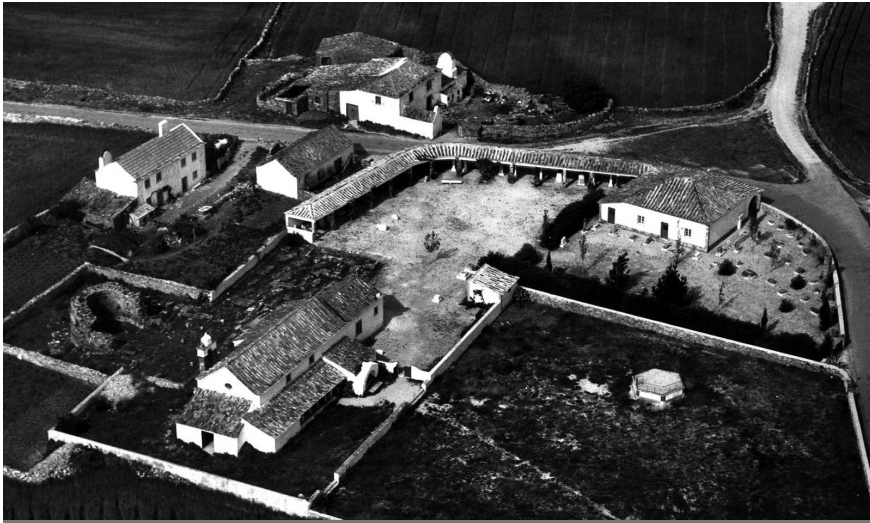


Figura 7 - Perspectiva geral do lugar de São Miguel de Odrinhas, englobando igreja, museu e ruínas arqueológicas (vista de SW; início da década de 1960; Arquivo do MASMO).

da *villa* romana (excepcionalmente um troço da fossa de escoamento de águas [UE 43]). De facto, os materiais arqueológicos exumados, muito embora apresentem um bom estado de conservação, integram aparentemente depósitos sem qualquer correlação estrutural. Sabemos, actualmente, que fronteiro à zona poente da *Área 2* foi identificado, em 2006, um poço e um muro (ao nível do alicerce) atribuíveis à ocupação romana de São Miguel

de Odrinhas. Estruturas arqueológicas. Nesta zona em concreto verifica-se o assentamento da UE [2] directamente sobre o calcário de base.

A realidade observada na *Área 2* permite-nos afirmar estarmos numa zona limítrofe do núcleo central do sítio arqueológico, dado não terem sido identificados vestígios estruturais quer da necrópole, quer

de Odrinhas.

Assim, as estruturas identificadas nas duas zonas intervencionadas resumem-se ao alicerce do coreto contemporâneo, a oito sepulturas medievais/modernas, a um troço de muro romano e à cloaca da *villa*, estrutura negativa escavada directamente no calcário base.

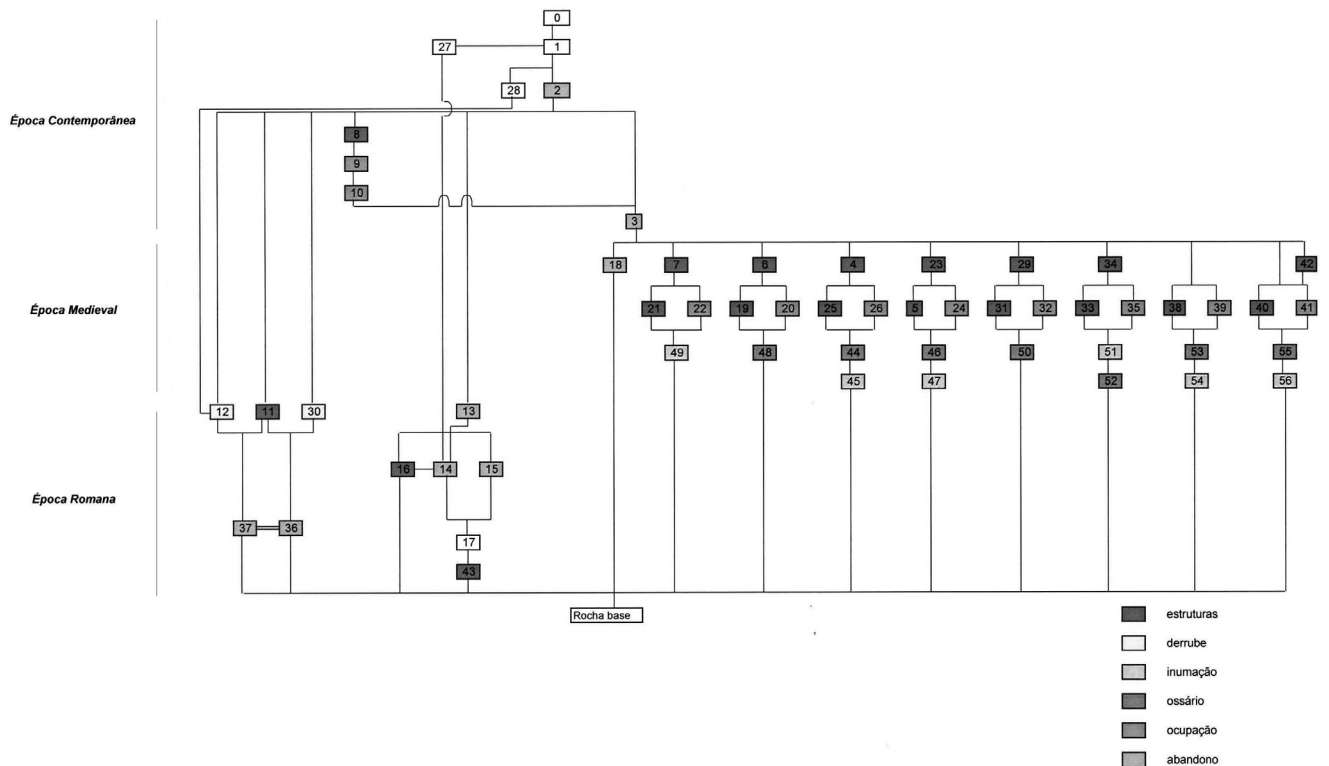


Figura 14 - Matriz estratigráfica da intervenção arqueológica de 2007.

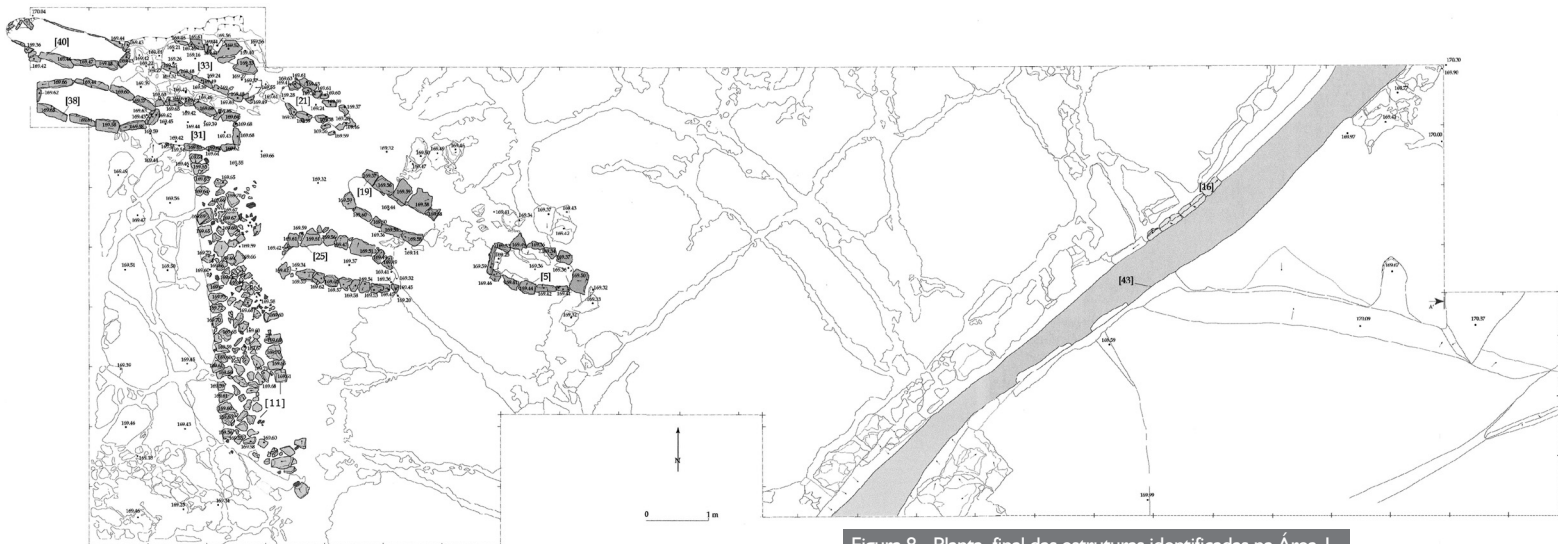


Figura 8 - Planta final das estruturas identificadas na Área I.

### Estruturas diversas

Junto ao limite poente da *Área I* identificou-se um troço de muro que se desenvolvia no sentido N-S, delimitado por pedras calcárias de média dimensão em ambas as faces, composto por um enchimento mais irregular do mesmo tipo de matéria-prima, sem vestígios de argamassa. Apresentava uma largura média de 1,30 m e um comprimento máximo conservado de 5,70 m. O topo sul do muro encontrava-se parcialmente destruído pela fossa de implantação de uma árvore (posteriormente removida para dar continuidade aos trabalhos de escavação e de construção dos edifícios). No limite norte esta estrutura romana foi afectada pela deposição dos enterramentos medievais, em particular pela sepultura nº 5 [UE 31], não existindo por isso ligação visível entre o muro [UE 11] e as restantes paredes romanas da *villa* (cfr. Fig. 8).

Trata-se, porém, de uma estrutura similar aos restantes muros pertencentes à casa romana baixo-imperial, eventualmente relacionado, pela proximidade, com as estruturas identificadas por Camarate França, em 1949, a Nascente da capela-mor (cfr. Fig. 13). Apresenta, para além da mesma orientação, espessura idêntica (largura entre os 0,75 m e 1 m) ainda que ligeiramente mais espessa.

Associados a esta estrutura encontraram-se dois depósitos [UE's 12 e 30] identificados como derrube/abandono do compartimento ao qual aquela parede pertenceria, compostos por pedras de média e pequena dimensão, bem como fragmentos de telha de cronologia diversa. O conjunto artefactual recolhido nestas áreas revela uma certa homogeneidade a nível da cronologia romana, apresentando-se porém

alguns dos fragmentos cerâmicos muito rolados.

Simultaneamente sob as duas camadas anteriores [UE's 12 e 30] e o muro [UE 11] registou-se a presença de um depósito [UE's 36 e 37] composto por abundantes materiais arqueológicos, na sua maioria fragmentos cerâmicos e duas tesselas, de cronologia variada, mas com especial incidência para a época romana. A intrusão de materiais modernos e contemporâneos deverá ficar a dever-se ao facto de a zona a poente do muro em causa ter sido perturbada quer pelo plantio de árvores, quer pela construção de muros e edifícios contemporâneos. Porém, trata-se de uma unidade estratigráfica composta na sua maioria por um conjunto homogêneo de fragmentos cerâmicos atribuíveis aos séculos II-IV.

Deste modo, a estrutura referida como UE [11] deveria estar relacionada com uma ocupação mais tardia da *villa* de São Miguel de Odrinhas, se tivermos em conta a sua edificação sobre ambientes onde foram exumados alguns materiais baixo-imperiais.

Ainda no espaço da *Área I* foi identificado um alinhamento de quatro blocos de calcário paralelepípedicos [UE 16], com extensão máxima conservada de 1,46 m, aparentemente sem qualquer relação com a vala de escoamento de águas, no limite poente da qual se localizava (cfr. Fig. 8). Porém, junto a esta realidade registou-se uma camada de terras [UE 14] com abundantes telhas de meia-cana, entre fragmentos de cerâmica e outros materiais arqueológicos, na sua maioria atribuíveis a ambientes tardo-romanos, a que inicialmente foi dada a designação de derrube. Se se considerar a presença da UE [16] podemos eventualmente pensar neste alinhamento de pedras como um vestígio de uma possível edificação da qual só restam quatro blocos pétreos do

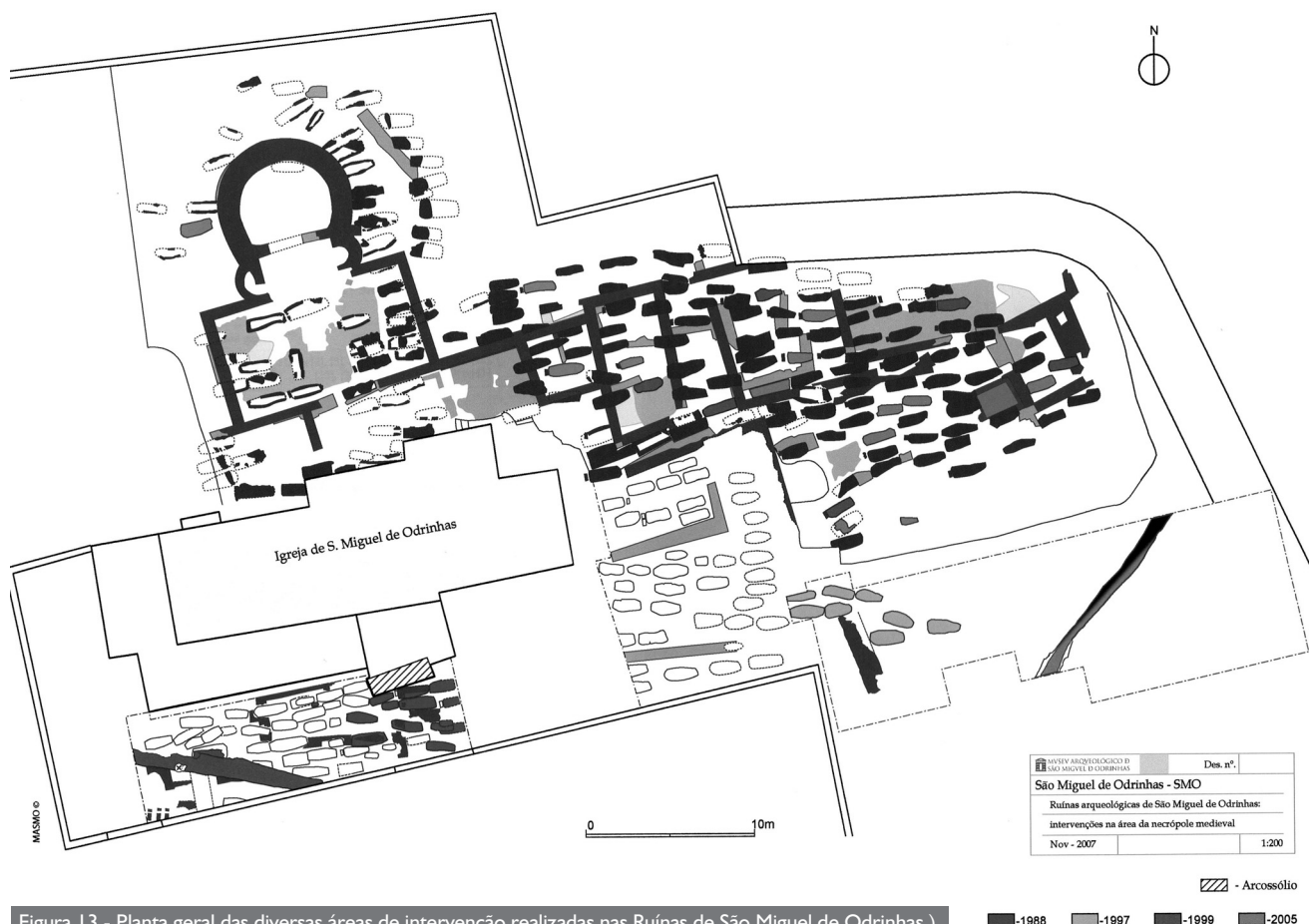


Figura 13 - Planta geral das diversas áreas de intervenção realizadas nas Ruínas de São Miguel de Odrinhas.)

alicerce e as telhas que compunham a cobertura. No entanto, esta UE [16] poderá corresponder tão só e apenas a um remate da parede poente da cloaca da *villa*, funcionando como reforço da mesma numa área onde a rocha de base se encontrava a uma cota mais profunda (cfr. infra).

Na denominada *Área 2* foi identificado parte do alicerce do coreto [UE 5] existente no terreiro sul da Igreja de São Miguel, onde foi edificado o novo muro de divisão integrado nos arranjos exteriores do novo complexo museológico. Aquela estrutura apresentava uma planta em arco de círculo (0,70 m de largura x 1,30 m de comprimento) com uma espessura conservada de 0,30 m).

### Estruturas hidráulicas

A identificação de uma estrutura de drenagem das águas recolhidas na *villa* romana constitui, sem dúvida, a maior novidade registada durante a intervenção em apreço, porquanto todos os restantes dados identificados estabelecem um prolongamento das realidades anteriormente postas a descoberto.

No limite nascente da área arqueológica registou-se uma estrutura [UE 43] escavada na rocha calcária, de perfil troncocónico invertido (Fig. 9), que se encontrava colmatada por estratos de terras com abundante espólio arqueológico e múltiplos restos faunísticos [UE's 13, 14, 15 e 17].

De facto, o volume de materiais arqueológicos recolhidos no interior desta estrutura representa 17,6% da totalidade do conjunto exumado, o que nos levou a avançar a hipótese de estarmos na presença de uma lixeira, derradeira fase de utilização de uma estrutura com fins hidráulicos na sua funcionalidade original.

Esta estrutura encontra-se escavada no substrato calcário. Do ponto de vista geológico, o subsolo de São Miguel de Odrinhas assenta num substrato rochoso de «calcários e margas (“Belasiano”)»<sup>4</sup>. Tais características morfológicas puderam ser observadas no decorrer da intervenção arqueológica, pela identificação de níveis de margas e argilas estéreis imediatamente depositados sobre a rocha de base, pela abertura como é o caso de estruturas negativas no substrato brando de calcário e,

<sup>4</sup>(*Carta Geológica de Portugal*, Esc. 1:50000, fl. 34-A, ed. 1991)



Figura 9 - Perspectiva geral da cloaca da *villa*. Destaque-se a sua continuidade para Sul, sob os canteiros fronteiros ao antigo edifício do Museu, cujas árvores permanecem no mesmo local na actualidade (vista de Norte).

ainda, pela utilização de lajes e blocos da mesma matéria-prima quer na construção das sepulturas medievais, quer na edificação dos muros romanos.

Esta estrutura atinge uma profundidade que varia entre 0,75 m e 1 m, uma largura média de 0,80 m, tendo sido intervencionada numa extensão de 11,6 m na *Área 1* e apenas 0,92 m na *Área 2* onde, como já vimos, também se registou um pequeno troço conservado. Inclusivamente, o esgoto da *villa* alcança a Sul da Igreja uma profundidade menor (0,42 m) do que na *Área 1*, justificando-se este facto pela diferença altimétrica verificada entre as duas zonas, mais elevada no espaço das ruínas arqueológicas já musealizadas. Pelas características morfológicas e tipológicas observadas defendemos tratar-se da grande cloaca da *villa* de São Miguel de Odrinhas.

Sensivelmente a cerca de 400 metros para Sul das ruínas arqueológicas, e numa zona de altimetria média de 160 metros, corre uma linha de água afluyente da Ribeira do Falcão, para onde certamente seriam conduzidas as águas residuais provenientes da *villa*.

Assim, numa primeira fase dá-se a construção/utilização da conduta de esgoto, etapa que deverá estar relacionada com a estruturação da *villa* romana de São Miguel de Odrinhas por volta do século II. Posteriormente, a contracção e o eventual abandono de algumas estruturas da *villa* áulica terão proporcionado o afasta-

mento da função original desta cloaca, que passou a ser utilizada como lixeira, pois os materiais arqueológicos exumados no interior da grande vala de esgoto apontam genericamente para uma cronologia do Baixo-Império.

Finalmente, não são visíveis vestígios da cloaca na área musealizada das ruínas, uma vez que esta vala deverá progredir sob o alpendre que delimita o espaço arqueológico a Nascente.

Voltando à questão da UE [16], de acordo com uma leitura mais centrada na estrutura hidráulica em si, é possível afirmar que este alinhamento de pedras poderia corresponder ao reforço da parede da cloaca, num local onde o calcário base se encontra mais degradado. Desta forma, poder-se-ia pensar que a UE [14] corresponderia a uma camada na qual subsistiriam os vestígios da cobertura do grande esgoto da *villa*, que neste caso poderia ser composto por *imbrices*.

Todas as estruturas identificadas foram removidas e desmontadas, à excepção da cloaca da *villa* [UE 43]. Neste caso procedeu-se à cobertura da mesma com rede-sombra a 90%, sobre a qual foi depositada uma camada de inertes e, posteriormente, construído o troço do alpendre a Sul, que encerra o recinto das ruínas arqueológicas já musealizadas.

### Sepulturas

A intervenção em análise permitiu exumar um conjunto de oito sepulturas, em tudo (orientação, tipologia, morfologia e estado de conservação do espólio antropológico) semelhantes às identificadas em campanhas anteriores, concretamente 1949 (Camarate França), 1957-58 (D. Fernando de Almeida) e 1988 (J. Cardim Ribeiro e E. Melim de Sousa).

Efectivamente, os túmulos registaram-se na totalidade junto ao limite poente da designada *Área 1*, num espaço com cerca de 36 m<sup>2</sup>, em perfeita continuidade com o campo santo já anteriormente identificado. Verificou-se, justamente, que para Sul e Nascente da zona intervencionada não foram registados quaisquer sepulcros pelo que, aparentemente, não existiram ou não se conservaram vestígios da necrópole nesta área específica.

As características tipológicas e morfológicas são comuns a todas as estruturas. Recorreu-se à matéria-prima local, blocos e lajes calcárias, na construção das coberturas e caixas das sepulturas. O substrato rochoso constitui a base das mesmas. Foi, no entanto, possível individualizar algumas particularidades no conjunto dos sepulcros intervencionados (Anexo I; Figs. 10 a 12).



Figura 10 - Pormenor da inumação em decúbito dorsal [UE 47] da sepultura 2 (vista de Leste).



Figura 11 - Perspectiva geral do espólio osteológico identificado no interior da sepultura 1 (vista de Leste).



Figura 12 - Perspectiva geral da inumação em decúbito supino [UE 56] identificada no interior da sepultura (vista de Leste).

Na generalidade todas as sepulturas foram colmatadas com as terras existentes no local onde foram implantadas. Deste modo, a presença de espólio cerâmico de época romana, bem como algumas tesselas, deve-se ao facto de estarmos na presença de uma necrópole medieval embutida nas ruínas de uma *villa* romana.

No que respeita à dimensão do campo santo, não existem dados concretos. Não obstante, há a notícia de, em meados do século XX, terem sido identificados indícios de sepulturas aquando do alargamento da estrada que circunda as ruínas a Nordeste. De facto, fala-se na recolha de algumas estelas discóides, não se apurando a sua proveniência exacta, nem a que se exemplares da colecção do MASMO se referem especificamente (Cfr. fig. 13).

Por outro lado, nos finais da década de 1970, José Cardim Ribeiro registou alguns vestígios de sepulturas e respectivo material osteológico, durante a abertura de uma vala para instalação de cabelagem eléctrica – cuja existência (UE [3]/A2) se registou inclusive no decorrer da intervenção da vala de sondagem da denominada *Área 2* –, sensivelmente em frente ao arcosólio da Igreja de São Miguel de Odrinhas, no terreiro meridional. Assinalou que os vestígios desapareciam a cerca de 15 metros para Sul dessa mesma zona.

Na área da intervenção de 1988 parece não subsistirem sepulturas a Sudoeste do grande muro moderno que atravessava essa zona (assinada a castanho na Fig. 13). A campanha de escavações realizada em 2006 efectuada para Sul desta área revelou a ausência de estruturas sepulcrais, pelo que o limite meridional da necrópole dever-se-á localizar na zona escavada em 1988.

Finalmente, toda a área a Poente da Igreja de São Miguel foi prévia e integralmente sondada, em 1992, para a edificação do novo complexo museológico, não tendo sido registadas quaisquer sepulturas. Desta forma, o limite oeste da necrópole dever-se-á confinar ao muro fronteiro à fachada

poente da ermida, advindo que a diferença altimétrica entre o espaço intramuros e a área exterior do actual Museu é superior a 1 metro, justificando assim a ausência de estruturas conservadas neste último espaço.

De acordo com os dados disponíveis apenas deverão subsistir vestígios conservados da necrópole para Norte, para o terreno vizinho, e para Poente da estrutura absidal, tendo como limite o espaço ocupado pelo novo Museu.

Tal como já referimos anteriormente, o estudo antropológico ficou, *a posteriori*, a cargo da Dra. Teresa Fernandes, uma vez que à data (1997) a legislação não exigia o acompanhamento antropológico das intervenções efectuadas em necrópoles. Porém, em 1998, o Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas/Câmara Municipal de Sintra estabeleceu um protocolo de colaboração com o Instituto de Ambiente e Vida da Universidade de Coimbra, com o objectivo de estudar o espólio antropológico exumado, até então, nas necrópoles do concelho de Sintra e em reserva no Museu, pelo que a colecção de São Miguel de Odrinhas integrou a Dissertação de Doutoramento (ainda indisponível) da supracitada académica. No âmbito deste mesmo estudo, os dados radiométricos entretanto obtidos para o espólio antropológico exumado na sepultura I [UE's 44 e 45] apontam uma cronologia em torno do século XIII para a utilização da mesma.

### Espólio

O conjunto artefactual recolhido durante a intervenção arqueológica realizada agrupa-se, no que respeita à morfologia e tipologia, em seis grandes grupos, concretamente cerâmica, metal, vidro, material lítico, osso

polido e restos faunísticos. O espólio exumado traduz, por outro lado, as diversas fases cronológicas de deposição destes mesmos vestígios arqueológicos na área intervencionada.

Para além dos abundantes fragmentos de cerâmica e numismas de Época Moderna, corresponde ao Baixo-Império o grande conjunto de artefactos de época romana exumados na presente campanha de trabalhos arqueológicos.

### Cerâmica

O grupo dos artefactos cerâmicos constitui claramente o mais abundante de todo o espólio exumado. É, igualmente, sobretudo através da análise deste conjunto, pelas suas características tipológicas e morfológicas, que se podem estabelecer limites cronológicos para os diversos contextos estratigráficos registados em São Miguel de Odrinhas.

Para uma maior facilidade interpretativa reunimos os materiais cerâmicos em dois grupos distintos, concretamente a cerâmica de revestimento e os recipientes de utilização quotidiana, quer de cozinha, quer de mesa, quer ainda de transporte e armazenagem.

Registaram-se, simultaneamente, inúmeros fragmentos de telhas, designadamente *imbrices*, tanto modernos como romanos, de diferentes dimensões e espessuras.

### Cerâmica de revestimento

Enquadram-se nesta categoria os três fragmentos de azulejos hispano-árabes exumados na designada *Área I*. Embora muito fragmentados, apresentam motivos vegetalistas de coloração verde e azul, elaborados a partir da técnica de aresta (Fig. 25).

De acordo com alguns estudos elaborados acerca das Igrejas matrizes de São João das Lampas, Montelavar e Terrugem, nos quais se equipara inclusive os seus revestimentos azulejares aos do frontão do altar-mor da Igreja de São Miguel de Odrinhas, atesta-se que este último poderá, justamente, pertencer ao conjunto de produções sevilhanas do século XVI difundido por diversos templos rurais sintrenses (Simões, 1958, p. 6-9).

A recolha destes fragmentos de azulejos hispano-árabes num



Figura 25 - Fragmentos de azulejos hispano-árabes.

estrato caracterizado pela enorme heterogeneidade cronológica do espólio reunido [UE 2] comprova, por um lado, o contexto de revolvimento do mesmo, e por outro testemunha quer a realização de diversas obras de beneficiação do edifício da igreja de São Miguel em diferentes épocas, evidenciada aliás anteriormente pelo reaproveitamento de cantarias manuelinas nos paramentos do imóvel, quer pela existência provável de algumas estruturas imobiliárias numa área em torno da ermida.

### **Cerâmica utilitária**

Optámos, no que diz respeito aos fragmentos cerâmicos atribuíveis à Época Moderna, por apenas contabilizar o número de existências, por se tratar de elementos claramente intrusivos, quer por actividades relacionadas com as utilizações sepulcrais, quer pelas campanhas de obras verificadas nesse mesmo período na igreja de São Miguel de Odrinhas.

De entre os fragmentos vidrados com claras características da Época Moderna, destaca-se a presença de escudelas meladas, malgas com esmaltado branco, alguidares vidrados a verde, alguns dos quais com reflexos metálicos, formas fechadas vidradas a verde no exterior e meladas na superfície interna, e diversos fragmentos de faiança com decoração a azul cobalto e motivos combinados com traços de manganés. Todos são enquadráveis num período compreendido entre os séculos XV-XVII, com claros paralelos a outros contextos coevos do território sintrense, concretamente conjuntos cerâmicos exumados no subsolo da denominada Vila Velha de Sintra. Existem, porém, fragmentos vidrados claramente contemporâneos e que deverão estar relacionados com a contínua utilização do espaço, igualmente, ligada às campanhas de melhoramento dos imóveis ali existentes.

Os materiais modernos estão, seguramente, relacionados com as campanhas de obras manuelinas efectuadas na igreja de São Miguel de Odrinhas.

Será de salientar que, aparentemente, as pastas dos fragmentos cerâmicos de Época Moderna são compostas por uma maior percentagem de componentes não plásticos de origem micácea comparativamente com a observação macroscópica feita sobre os fragmentos cerâmicos de Época Romana. Tal facto testemunhará, ao nível das produções locais, uma evidente distinção dos barreiros utilizados na produção cerâmica dos dois períodos considerados.

A tipologia cerâmica adoptada na descrição dos fragmentos romanos recuperados resulta da articula-

ção das classificações de Jeannette Nolen (1985) e Inês Vaz Pinto (2003). Deste modo, existem algumas designações que são exclusivas da primeira autora, como são disso exemplo os *púcaros*, forma que, entretanto, se encontra incluída na tipologia dos potinhos da segunda proposta classificativa. As cronologias apontadas derivam, igualmente, das tipologias apresentadas em ambos os estudos. Porém, tivemos mais em conta as propostas de Vaz Pinto, uma vez que neste estudo existe uma procura de dados cronológicos paralelos com outros sítios arqueológicos, para além de constituir uma análise de uma colecção recolhida num contexto idêntico de uma *villa* romana e não de necrópoles.

A cerâmica comum romana recolhida durante a campanha em apreço apresenta características reunidas em dois grandes *grupos*:

- a) cozeduras e arrefecimentos redutores,
- b) cozeduras e arrefecimentos oxidantes.

As cerâmicas do *grupo a)* apresentam-se associadas a recipientes de cozinha e de armazenamento, de cariz mais grosseiro.

As cerâmicas do *grupo b)* são correlacionáveis com recipientes de cozinha e de mesa. As pastas são, na globalidade, muito mais porosas e de coloração laranja vivo. Alguns dos exemplares mais “duros”, com pastas cremes e cremes alaranjadas, parecem corresponder a produtos exógenos a esta região.

Quer o *grupo a)* quer o *grupo b)* encontram paralelos em outros sítios romanos do território sintrense, como as *villae* romanas de Santo André de Almoçageme, da Granja dos Serrões e o sítio arqueológico de Colaride. Confirma-se, também, a sua identificação no espólio proveniente das escavações antigas de São Miguel de Odrinhas. As cerâmicas do designado *grupo a)* são também semelhantes a outros contextos romanos do actual território português, nomeadamente alentejanos.

Podemos, ainda, considerar um terceiro *grupo c)*, caracterizado por fragmentos de cerâmica cinzenta, bem depurada e normalmente sem engobe. No conjunto artefactual analisado, este grupo é claramente residual.

No que respeita ao estado de conservação, os materiais cerâmicos exumados na designada *Área 2* apresentam um grau bastante superior ao verificado no conjunto recolhido na *Área 1*. Esta situação resultará, aparentemente, da ausência de sepulturas ou quaisquer outras estruturas, posteriores à época romana, na vala do muro, localizado no terreiro sul da igreja, exceptuando a zona específica de implantação do antigo coreto. A área mais a Poente desta vala apresenta um conjunto



Figura 17 - Fragmentos de cerâmica de uso comum romana.



Figura 20 - Fragmentos de cerâmica com aplicações plásticas figurativas.

Classificação por fabrico	Nº exemplares
TS Hispânica	20
TS Sudgálica	1
TS Clara	54
TS Clara A	4
TS Clara A/D	6
TS Clara C	5
TS Clara D	7
TS Clara (?)	8
TS Foceense tardia	9
Total geral	114

Quadro I - Distribuição dos fragmentos de *terra sigillata* por origem/tipo de fabrico.

cerâmico coeso e homogêneo em termos formais e tipológicos. Curiosamente, atestamos a quase total inexistência de fragmentos de *terra sigillata* neste local. Tal facto poderá justificar-se por estarmos hipoteticamente numa área distinta da *villa*, eventualmente na zona *rustica*. À data do presente estudo sabemos já tratar-se de uma zona onde foi escavado um poço, para além da identificação de alguns muros e caleiras, o que ajudaria a confirmar a presença neste local de um espaço laboral/oficinal da propriedade romana.

Ascende a 1075 o número de fragmentos cerâmicos classificados como de uso comum, integrando-se neste grupo os utilizados para cozinhar, confeccionar e comer/beber (Figs. 17 e 20), isto é panelas, potes, bilhas, púcaros, tigelas, pratos, alguidares, almofarizes, etc.

Os exemplares fragmentados de produções de *terra sigillata* integram o conjunto da denominada cerâmica de mesa. Neste grupo assiste-se, como seria de esperar, ao predomínio das produções de *terra sigillata* norte-africana, confirmando a intensa utilização desta propriedade no Baixo-Império. Destaca-se ainda a recolha de sete fragmentos de produções foceenses tardias que atestam a exten-

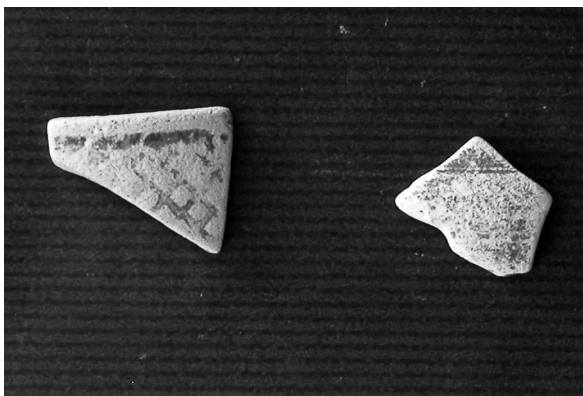


Figura 16 - Fragmentos de cerâmica de paredes finas com decoração a barbotina.

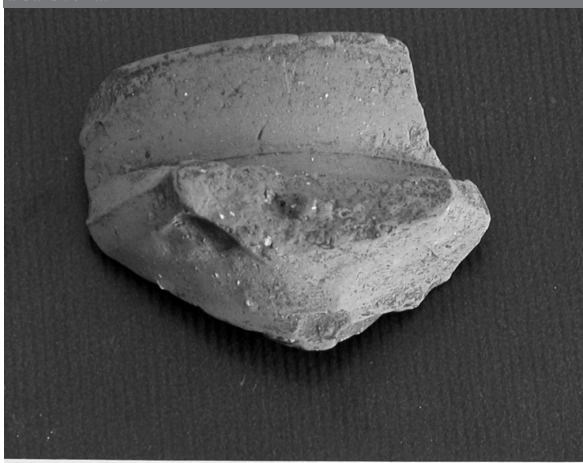


Figura 18 - Fragmento do bocal e arranque de asa de ânfora da classe 29.

são da ocupação da área da *villa* romana de São Miguel de Odrinhas até pelo menos meados do século VI (Fig. 19).

A recolha de quatro fragmentos de cerâmica de paredes finas (Fig. 16) enquadra-se perfeitamente nos ambientes mais antigos da ocupação romana de São Miguel de Odrinhas, já anteriormente comprovada no conjunto artefactual analisado, concretamente das ânforas.

O conjunto anfórico estudado em 1982-83, apenas 12 fragmentos, representa uma selecção do conjunto correspondente à totalidade de fragmentos desta tipologia. Nesta listagem predominavam as produções de preparados de peixe (75%), na sua maioria, aparentemente, do vale do Sado, em detrimento dos contentores oleários (Pimenta, 1982-83, 117-150).

A colecção exumada na presente intervenção distribuiu-se por distintas cronologias e tipologias/conteúdos exprimindo-se da seguinte forma:

Classificação <sup>5</sup>	Nº de peças
Classe 22 (Almagro 50)	4
Classe 23 (Almagro 51 C)	10
Classe 16 (Dressel 7/11)	1
Classe 19 (Beltran IIB)	1
Classe 20 (Dressel 14)	2
Classe 25 (Dressel 20)	4
Classe 29 (Galoise 3)	1
Classe 3 (Dressel 1A)	2
Indeterminada	8
<b>Total Geral</b>	<b>33</b>

Quadro 2 – Distribuição dos fragmentos de ânfora por tipologia

Assim, tal como já havia sido testemunhado, observa-se uma preponderância dos contentores de preparados de peixe. Por outro lado, os fragmentos de ânforas vinárias correspondem a uma ocupação mais antiga da propriedade (Fig. 18), o que poderia supor a eventual produção local de vinho durante o Baixo-Imperio, época em que a *villa* de São Miguel de Odrinhas terá atingido o seu maior esplendor. Trata-se efectivamente de uma hipótese, muito frágil, dado o carácter diminuto da amostra recolhida, por um lado, e a ausência de outros vestígios artefactuais relacionados com este tipo de produção, por outro. Curiosamente, pertence à colecção epigráfica do MASMO um peso prismático de lagar, porém, de azeite (SMO/LR/55/22).

Outro tipo de peça cerâmica corresponde a um fragmento de base rectangular de peso de tear. Também estes artefactos se encontravam já contabilizados nas campanhas anteriormente realizadas em São Miguel de Odrinhas – concretamente através do registo de 35 exemplares, três dos quais com marca –, não sendo por isso de estranhar esta ocorrência. Porém, destaca-se apenas que o exemplar em causa foi recolhido na denominada Área 2, para a qual temos vindo a avançar a hipótese de ali se concentrar uma zona da propriedade romana de cariz mais oficial.

Apenas foi recolhido um fragmento de disco de lucerna, num contexto de revolvimento [UE 2]. Do mesmo modo, compõem as reservas do MASMO 8 fragmentos variados de lucernas provenientes das escavações antigas realizadas em São Miguel de Odrinhas.

Existe ainda um conjunto significativo de 53 artefactos, pertencentes à denominada classe das malhas de jogo, muitas vezes também associadas a opérculos. Todos os exemplares se encontram completos e elaborados a partir de *imbrices* ou recipientes de cerâmica

<sup>5</sup> (Peakock e Williams, 1986)



Figura 22 - Tampas (ou malhas) em calcário..

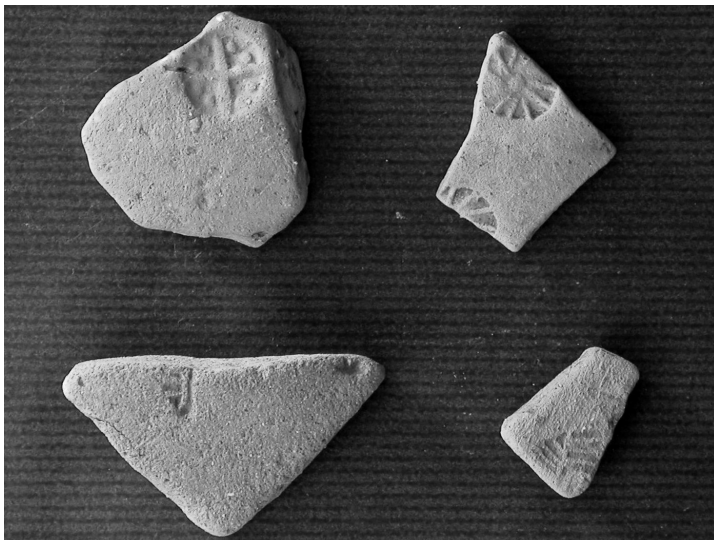


Figura 21 - Fragmentos de cerâmica de uso comum com decoração estampilhada.



Figura 23 - Fragmentos de parede de cerâmica de uso comum com cordões plásticos digitados.

comum. Porém, a sua presença foi registada em quase todos os contextos estratigráficos, exceptuando as estruturas tumulares, pelo que se torna muito difícil atribuir-lhes uma cronologia precisa. Para mais, algumas das peças são claramente efectuadas sobre telhas de meia-cana de fabrico moderno. Foram igualmente recolhidos diversos artefactos desta tipologia, mas feitos em suportes de calcário e arenito (Fig. 22).

O conjunto de cerca de trinta fragmentos cerâmicos enquadrados em ambiente alto-medievais, merece especial realce, pelo facto de pela primeira vez terem sido identificados materiais cronologicamente atribuíveis aos séculos VII-X. Testemunham, justamente – ainda que sem qualquer correlação estrutural e estratigráfica –, uma ocupação do espaço, não sabemos ainda com que características, durante este período específico. Destacam-se os fragmentos decorados com cordões plásticos digitados e pinturas a cru, de entre fragmentos de cântaros, púcaros e painéis com asas elevadas acima da linha do bordo, paredes caneladas, asas fitiformes etc. (Figs. 21, 23 e 24).

Deste modo – tendo ainda em atenção os dados cronológicos obtidos com os fragmentos de *terra sigillata* foceense tardia –, terá de se excluir a tese do abandono total e efectivo das estruturas baixo-imperiais de São Miguel de Odrinhas, devendo-se doravante equacionar um conjunto de questões relacionadas com distintas alterações funcionais dos espaços, bem como com uma abordagem diversificada das populações aos mesmos (cfr. Broguiolo e Chavarría, 2008, p. 198).

Finalmente, assinale-se a recolha residual de oito fragmentos de cerâmica manual pré-histórica, disseminada por diversas unidades estratigráficas, ou seja claramente remobilizados. Atestam a permanência, já anteriormente registada, de grupos humanos durante a Pré-história recente em São Miguel de Odrinhas, bem como a destruição desses mesmos contextos.

Classificação	Cronologia/Reinado	Nº de moedas
Dinheiro	D. Sancho II; D. Afonso III/D. Dinis; D. Fernando	18
1/2 Real cruzado	D. João I	1
Real de 3/2 libras	D. João I	2
Ceítal	D. Duarte; D. Afonso V; D. João II/D. Sebastião	19
X centavos	1925; 1949	2
Indeterminada		30
<b>Total geral</b>		<b>72</b>

Quadro 3 – Distribuição cronológica/tipológica dos numismas exumados

### Vidros

De todo o conjunto exumado os artefactos vítreos constituem o grupo de maior dificuldade de classificação cronológica e tipológica, porquanto do total de 52 exemplares, 31 correspondem a fragmentos de parede. Porém, identificaram-se 17 bordos de taça, 1 de garrafa, 1 de copo e, ainda, um botão de Época Contemporânea.

Destaque para a recolha de uma tessela vítrea fragmentada de cor verde-esmeralda, muito embora em ambientes de remobilização [UE 2]. Como vimos anteriormente, também, não é original a identificação deste tipo de peça nos contextos arqueológicos de São Miguel de Odrinhas.

### Metal

O espólio metálico recolhido nesta campanha divide-se em dois conjuntos fundamentais, as moedas e os artefactos do quotidiano.

No primeiro grupo destaca-se a reunião de 20 numismas romanos e de 72 exemplares medievais e modernos.

Relativamente às moedas medievais e modernas, a sua recolha justifica-se pela presença da necrópole coeva. Ainda que em apenas uma das sepulturas intervencionadas tenha sido possível identificar um numisma na mão da inumação ali depositada (sep. 7, [UE 54]), certo é que os exemplares recolhidos confirmam as balizas cronológicas já previamente aferidas para a ocupação do cemitério de São Miguel de Odrinhas. De facto, se exceptuarmos os 30 exemplares de classificação indeterminada, estatisticamente observa-se a existência de

Cronologia	Nº moedas
3º quartel Séc. III	2
Finais do Séc. IV	9
Exemplar ilegível (Moeda?)	9
<b>Total geral</b>	<b>21</b>

Quadro 4 – Distribuição cronológica dos numismas romanos exumados

dois grandes grupos cronológicos, um aproximadamente entre 1223-1383, e outro mais significativo centrado nas cunhagens da segunda dinastia. Tal realidade pode uma vez mais vir a comprovar-se através da leitura histórica do sítio, sobre-

tudo se atentarmos, por um lado, à existência de um local de culto no século XIII em São Miguel de Odrinhas e, por outro, à grande campanha de obras manuelinas que certamente deverá ter conferido alguma centralidade à igreja de São Miguel.

Quanto à colecção numismática de época romana, estudada por José Ruivo (a quem se agradece a classificação), observa-se que dos 21 exemplares recolhidos apenas 11 possibilitaram leitura. Estes apresentam cunhagens baixo-imperiais, nove das quais atribuíveis a finais do século IV. Estes nove numismas merecem especial atenção, uma vez que se encontravam reunidos num orifício do substrato calcário, denunciando a presença de um pequeno depósito, confirmado posteriormente pela coesão cronológica dos exemplares.

As balizas cronológicas atestadas, bem como a concentração de peças em torno do século IV, confirma os dados disponíveis nas anteriores campanhas arqueológicas efectuadas em São Miguel de Odrinhas.

O segundo grupo artefactual considerado agrupa diversificado espólio metálico associado quer às actividades do quotidiano, quer à estruturação das próprias construções. Difíceis de individualizar cronologicamente identificaram-se pregos e dobradiças de ferro, de entre chapas (cobre, ferro, prata, chumbo e zinco), uma argola, um arame, uma faca, fíbulas e fivelas, um botão e uma medalha.

Foram, ainda, recolhidos alguns pingos que se associaram a escória de fundição. Porém, não afastamos a hipótese de poderem ser quatro pequenos pesos esféricos.

### Líticos

O espólio lítico, à semelhança do restante conjunto artefactual, reflecte a grande diacronia de ocupação do sítio arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

De facto, registaram-se diversas lascas, lamelas, restos de talhe e nódulos de sílex (Fig. 15), a par de fragmentos de machado de anfibolite polida claramente associados à ocupação pré-histórica deste local. Igualmente os percutores, os seixos e um movente manual.

Para além disso, recolheram-se diversas *tesselae* de colorações distintas (pretas, brancas, cinzentas, amarelas e rosadas), em exclusivo na denominada *Área 1*, claramente remobilizadas do seu suporte original, testemunhando a destruição de pavimentos musivos quer pela implantação da necrópole medieval/moderna, quer pela edificação de diversas estruturas desde a própria ermida aos imóveis anexos ao antigo museu.

Alguns fragmentos de mó fazem, também, parte do conjunto artefactual pétreo, muito embora a sua classificação cronológica seja indefinida. São elementos de mó elaborados sobre suportes de basalto, granito e calcário. Este último exemplar poderia inclusivamente fazer parte não de um instrumento de moagem, mas antes de um elemento arquitectónico como uma pequena pia ou algo similar.

Finalmente, registaram-se ainda cinco malhas de jogo talhadas em calcário, cuja funcionalidade já foi discutida anteriormente. Refira-se, contudo, que não se trata de uma novidade, uma vez que este tipo de artefactos já havia sido exumado nas escavações de 1957, conservando-se nove exemplares na reserva do MASMO.

Um outro conjunto, ainda que composto apenas por dois exemplares, diz respeito a tampas circulares de calcário que muito provavelmente serviam de opérculos de potes ou de outros pequenos contentores.

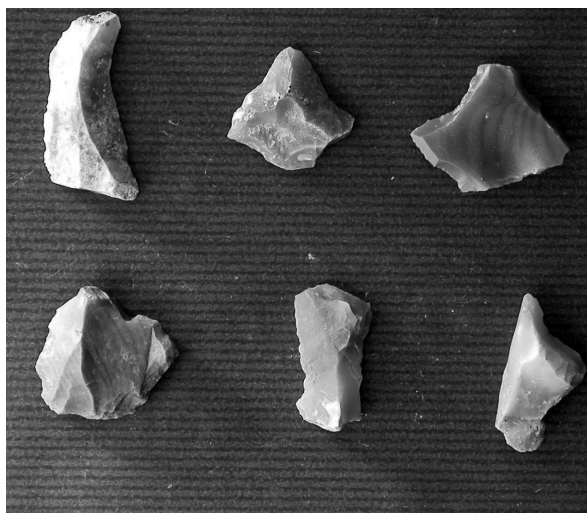


Figura 15 - Artefactos de pedra lascada.

### Restos faunísticos

A recolha de fauna mamalógica e malacológica verificou-se quase na totalidade na designada *Área 1*. Com efeito, o espólio exumado na *Área 2* era visivelmente residual.

Registaram-se fragmentos de ossos longos, planos, costelas, mandíbulas e dentes soltos de mamíferos de pequeno e grande porte, nos contextos de evidente revolvimento e remobilização [UE's 0, 2 e 3], destacando-se, contudo, pela especificidade os estratos da lixeira depositados no interior da cloaca da *villa*, perfazendo 25,8% da totalidade da amostra. Não obstante o deficiente grau de conservação deste material osteológico, a identificação da espécie e robustez dos indivíduos poderá vir a ser passível de classificação.

Constatou-se, de igual modo, a presença de fauna malacológica, concretamente *patella* (lapa), *ostrea* (ostra) e *cassis saburon* (búzio) nos contextos estratigráficos acima referidos. Certamente não será desprezível a proximidade da costa atlântica para a recolha deste tipo de componentes da dieta alimentar, ainda bastante activa na actualidade.

### Acerca das diferentes interpretações da estrutura absidal

Aparentemente a classificação da abside de São Miguel de Odrinhas como pertencendo a uma basílica paleocristã (Almeida, 1958) resulta da comparação simples da sua planta com outros modelos de igrejas paleocristãs, sem atender pormenorizadamente ao contexto do edifício onde a mesma se encontra inserida, sem uma análise de conjunto da totalidade das estruturas que lhe estão associadas. Essa mesma funcionalidade é defendida por Pedro de Palol (1967), que no entanto adianta a construção absidal de Odrinhas para os séculos VI ou VII d. C..

Distante repousa a classificação de templo romano defendida desde André de Resende até aos inícios do século XX.

Estudos mais recentes efectuados acerca da presença romana em São Miguel de Odrinhas afirmam que os vestígios existentes registam «(a) uma *villa romana* várias vezes reconstruída e/ou remodelada, cuja ocupação se inicia durante a 2ª metade do séc. I a. C. e cujo abandono, depois de uma vivência aparentemente contínua, parece ter-se verificado apenas no séc. V; (b) a já célebre construção absidal (...) [que] de forma alguma aí se encontra isolada, antes surge plenamente enquadrada nas estruturas da ampliação arquitectónica levada a efeito na

André de Resende, séc. XVI	Templo romano
A. G. Barreto, 1888	Templo romano
Gabriel Pereira, 1910	Templo romano
Félix Alves Pereira, 1907	Mausoléu romano Alto Imperial
Vergílio Correia, 1920	Baptistério paleocristão
Scarlat Lambrino, 1952	Baptistério paleocristão(muito interrogado)
D. Fernando de Almeida, 1958	Basílica paleocristã (sécs. IV-V)
Pedro Palol, 1967	Basílica paleocristã (sécs. VI-VII)
Carlos A. F. de Almeida, 1986	Edifício religioso do séc. VI
J. Cardim Ribeiro, 1991	<i>Oecus</i> da <i>villa</i> áulica Baixo-imperial
Justino Maciel, 1992	Mausoléu tardo-romano

Quadro 5 – Diversas interpretações acerca da estrutura absidal de Odrinhas

*villa em início do séc. IV d. C, sendo pois classificável (...) como um simples, ainda que monumental, oecus; (c) [que] até ao momento, nenhum testemunho descoberto em S. Miguel de Odrinhas pode, com um mínimo de segurança, ser interpretado como paleocristão»* (Ribeiro, 1993, p. 110-111).

Cardim Ribeiro defende que “*a abside está perfeitamente incluída numa villa romana e não é uma excrescência, sendo mesmo uma parte bem grande do conjunto com muros que não estão encostados aos das restantes divisões, antes continuam estes*” (Antunes, 1991, p. 3). Afirma a existência de um *oecus*, salão nobre da *domus*, em perfeita sintonia com as outras paredes edificadas nos finais do século III, aquando da transformação da casa romana numa *villa* áulica.

Todavia, a planta em volta ultrapassada da estrutura absidal, bem como a existência dos dois pequenos absidiolos laterais, distingue a estrutura de São Miguel de Odrinhas das salas tricôncias registadas em diversas *villae* baixo-imperiais da Hispânia. Efectivamente, “*las salas tetraconcas e trócoras, relacionadas com la función de salas de recepción, son mas frecuentes en los establecimientos rurales de la meseta norte y en menor medida en Lusitania, mas concretamente en el conventos emeritense, focalizada en la pertica y praefectura oeste. Una vez que salimos de este espacio y nos dirigimos hacia el litoral, este recurso arquitectónico va desapareciendo, sin que por ello se lleguen a abandonar las estancias con cabecera absidada, cuyo uso gozó de buena aceptación en la provincia*” (Rodríguez y Carvalho, 2008, p. 312).

Porém, Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1986, p. 9-37) defende que a estrutura da abside, ligeiramente ultrapassada, terá sido edificada sobre os muros preexistentes da *villa* romana. Segundo esta tese, os nichos laterais da abside – cuja planimetria e aparelho construtivo diferem entre si – corresponderiam a elementos de um compartimento da *domus*, reaproveitados e integrados, posteriormente, aquando da edificação da estrutura

absidal. Confere uma datação em torno do século VI para este edifício que afirma ter acolhido a capela-mor de uma construção religiosa primitiva, actualmente desaparecida. A sustentar tal teoria apresenta a diversidade da im-

plantação das sepulturas em torno deste edifício, bem como o capitel tardio de influência oriental, supracitado, que poderia ter feito parte dessa mesma construção inicial. Recorde-se que a reutilização das salas nobres da *villae* adaptadas a edifícios de culto, independentemente da sua orientação não canónica, constitui um modelo registado em diferentes sítios arqueológicos da Hispânia (Rodríguez y Carvalho, 2008, p. 321). Aliás, esta poderia efectivamente constituir a justificação para a preservação de apenas o edifício da abside incólume até pelo menos ao século XVI.

Não obstante, Cardim Ribeiro (Antunes, 1991, p. 3) que defende a reutilização do *oecus* da *villa*, recusando a construção independente da estrutura absidal, acaba por encontrar Carlos Alberto Ferreira de Almeida colocando a hipótese de, posteriormente, a abside ter acolhido uma primitiva ermida de São Miguel.

A mais antiga referência documental a uma ermida em Odrinhas remonta a meados do século XIII<sup>6</sup>, o que não impede a existência de um templo mais antigo, trasladado depois para o espaço do actual edifício religioso. A suportar esta tese estaria, justamente, a implantação de diversas estruturas tumulares em torno da estrutura absidal, seguindo a planta do templo, sem qualquer atenção à orientação canónica a Nascente, com paralelos registados em outros sítios arqueológicos onde foram identificadas igrejas com necrópoles associadas (Klieman, 1987, p. 498). Saliente-se, ainda, que algumas das sepulturas identificadas imediatamente a Norte da actual igreja parecem desenvolver-se sob a fachada setentrional deste imóvel, pressupondo a existência do campo santo previamente ao edifício (Fig. 13), modelo defendido aliás por Rodríguez e Carvalho segundo o

<sup>6</sup> Na «Demarcação das Três Paróquias de S. Pedro, S. Martinho, Santa Maria e S. Miguel de Sintra (*Treslado do Lemite, e demarcação das Igrejas da Villa Cintra de 10 de Dezembro de 1253*)» alude-se à existência de um “*heremitagium et Albergariam de Odrías*” (Costa, 1980, p. 105).



Figura 19 - Fragmentos de terra sigillata foceense tardia.



Figura 24 - Fragmentos de paredes caneladas de cerâmica de uso comum.

qual “dentro do processo de metamorfosis y abandono de las villae tardias resulta llamativa la transformación (y, por conseguinte, la continuidad) de aquellos establecimientos com edificios culturales y necrópolis en ermitas, santuários que en la mayoría de las ocasiones han llegado en uso hasta nuestros días, como los de Cubillana, Lacara, San Pedro, Santa Maria del Ventosos, São Vicente e Ventosa e São Miguel de Odrinhas” (2008, p. 322).

De acordo com Cardim Ribeiro, a edificação do actual imóvel da ermida dedicada a São Miguel poderá não ser anterior aos séculos XIV ou XV dada a identificação – aquando das obras de recuperação e restauro

<sup>7</sup> Onde se lê: «Sepultura de fernã(o) reganha, o velho e seus erdeyros fernã(o) de an(e)s seu bysneto e pesado(r) da cidade de Lxboa a mãdou faz(er)».

do edifício realizadas em 1988 – de uma porta na sua posição primitiva, mantendo as respectivas cantarias manuelinas *in situ*. Simultaneamente, identificou-se um conjunto de monumentos lapidares romanos e estelas medievais reaproveitados no aparelho construtivo da abside da capela-mor do templo, o que ilustra bem a ideia de Caballero e

Sánchez na qual “muchas iglesias (...) conservam elementos romanos, no solo como elementos constructivos, sino formando parte de sus suelos, de sus escalones, o simplemente recogidos en sus átrios, casi com la función de una ‘logia’ museísta” (1990, p. 442).

Relevante é, igualmente, o epitáfio de “Fernão Reganha”<sup>7</sup>, cuja lápide se encontra inscrita na parede fundeira do arcosólio que envolve a sua sepultura, implantado na fachada sul da igreja. A cronologia em torno do século XIV atribuída a esta inscrição de caracteres góticos (Pereira, 1914, p. 345) foi mais tarde avançada para os séculos XV-XVI (Sousa, 1956, p. 3-6). Pelo facto de estar fixado na estrutura do arcosólio, este elemento sugere, justamente, uma campanha construtiva do imóvel de São Miguel de Odrinhas em época quinhentista, muito embora numa sondagem efectuada junto à estrutura de arcosólio, se tenha verificado a presença de um pavimento lajeado semelhante ao do interior do templo, pelo que tal como o campanário, também a estrutura do arcosólio foi construída separadamente da igreja.

De acordo com Cardim Ribeiro “a villa romana funcionou em pleno até ao século V ou talvez até um pouco mais, esteve depois abandonada durante 500 ou 600 anos sendo, então, aproveitada a abside, porque [era] a parte mais sólida, para implantar a ermida, dali transferida” (Antunes, 1991, p. 3) alguns séculos mais tarde para edifício próprio. Porém, o conjunto artefactual recolhido em 1997 permite o estabelecimento de algumas releituras desta tese, em nosso entender, demasiado estanque, precisamente porque a solidez do edifício da abside – ímpar face às restantes estruturas da propriedade romana – denuncia a utilização privilegiada e prolongada desse espaço específico. Trata-se pois de uma questão demasiado complicada por quanto “sin embargo, resulta muy complejo establecer la sequencia cronológica existente entre villa - necrópolis y edificio de culto. Es decir, si las sepulturas se instalan debido a la existencia de un edificio de culto o si el edificio se construye con relación a las sepulturas pre-existentes” (Chavarría, 2006, p.31).

A intervenção arqueológica preventiva realizada em 1997 permitiu, por um lado, corroborar os dados obtidos nas diversas campanhas de escavação levadas a efeito anteriormente. Por outro, proporcionou a identificação de estruturas arqueológicas inéditas, bem como a exumação de espólio que possibilita reestruturar a leitura da diacronia de ocupação de São Miguel de Odrinhas.

Confirmou-se, então, a existência de estratos de revolvimento, resultantes da implantação da necrópole medieval/moderna e demais edifícios, originando não só a destruição de ténues contextos, alguns dos quais certamente mal conservados, como a remobilização dos próprios artefactos arqueológicos.

A falta de estruturas conservadas na zona anteriormente ocupada pelo antigo Museu, bem como a identificação de apenas oito sepulturas a Sudoeste da área das ruínas musealizadas, permitiu também aferir os limites da zona arqueológica, propriamente dita. Sabe-se agora que para Sul e Sudeste das ruínas de São Miguel de Odrinhas não existem mais vestígios conservados, pelo menos numa relação directa com aquelas.

Os dados obtidos pela escavação das oito estruturas tumulares consolidam o que até aqui se conhecia acerca da tipologia, cronologia e estado de conservação desta necrópole. Para mais, observou-se que o muro identificado junto às mesmas deverá relacionar-se, forçosamente, com os restantes vestígios estruturais pertencentes à propriedade romana, registando-se uma vez mais a implantação da necrópole medieval/moderna sobre as estruturas preexistentes.

Merece, todavia, especial destaque a identificação da grande cloaca da *villa* de São Miguel de Odrinhas, escavada no sentido NE-SO, em direcção à linha de água afluente da Ribeira do Falcão, localizada 400 metros para Sul. Numa primeira fase, a construção/utilização da conduta de esgoto deverá estar relacionada com a estruturação da *villa* por volta do século II. Consequentemente, o reordenamento do espaço, a contracção e o eventual abandono de algumas estruturas da *villa* áulica terão proporcionado o afastamento da função original desta cloaca, que passou a ser utilizada como lixeira em época baixo-imperial. Dada a inexistência de vestígios da cloaca na área musealizada das ruínas, defendemos que esta vala deverá, enfim, progredir sob o alpendre que delimita o espaço arqueológico a Nascente.

O conjunto artefactual exumado permitiu identificar a presença de grupos humanos neste local desde a Pré-história recente, muito embora, com maior expressão durante às épocas romana e medieval/moderna.

A novidade reside, no entanto, na identificação de fragmentos cerâmicos atribuíveis a um período em torno dos séculos VII-X, sendo, por isso, possível admitir uma contínua utilização do espaço de São Miguel de Odrinhas, desde pelo menos o Alto Império até ao final da Baixa Idade Média.

Porém, os moldes dessas ocupações, para além das evidentes estruturas da *villa* e necrópole, não são passíveis de uma caracterização efectiva. Defendemos que, seguramente, se terá assistido à desfuncionalização de determinados espaços e a apropriação e edificação de outros, culminando estas remodelações na implantação da necrópole medieval sobre as ruínas realmente já abandonadas e extintas da propriedade romana.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986) – «Arte paleocristã da época das invasões», *História da Arte em Portugal*, Vol. 2. Lisboa/Barcelona: Publicações Alfa, pp. 9-37.
- ALMEIDA, D. Fernando de (1958<sup>a</sup>) – «Escavações em Odrinhas», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, XXXIX, Lisboa, pp. 11-25.
- ALMEIDA, D. Fernando de (1958<sup>b</sup>) – «Inscrições paleo-cristãs do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, XXXIX, Lisboa, pp. 27-36.
- ALMEIDA, D. Fernando de (1962<sup>a</sup>) – «Arte Visigótica em Portugal. A basílica de Odrinhas», *O Arqueólogo Português*, II Série, IV, Lisboa, pp. 113-118.
- ALMEIDA, D. Fernando de (1962<sup>b</sup>) – «Notícia de Mosaicos Romanos em Odrinhas», *Revista de Guimarães*, LXXII, Guimarães, pp. 152-154.
- ANÓNIMO DE NÁPOLES – *Manuscrito da Biblioteca Nacional de Nápoles*, Séc. XVI.
- ANTUNES, José (1991) – «O templo “paleo-cristão”», caixa de «A pedra do arqueólogo», *Diário de Notícias*, caderno 2 (26 de Janeiro), p. 3.
- AZEVEDO, José Alfredo da Costa (1982) – «O Museu de Odrinhas», *Ve-lharias de Sintra*, Vol. IV, Sintra: Câmara Municipal de Sintra, pp. 55-70.
- BARRETO, António Gomes (1888) – «Antiguidades romanas do termo de Cintra». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, 2ª série, tomo IV, Lisboa, pp. 9-12, 26-29.
- BROGUIOLO, G. P. Y CHAVARRIA, A. (2008) – “El final de las villas y las transformaciones del territorio rural en el occidente (siglos V-VIII)”, in *Las villae tardorromanas en el occidente del Imperio: arquitectura y función*. Actas del IV Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón. Gijón: Ediciones Trea, pp. 193-214.
- CABALLERO ZOREDA, L. SANCHEZ SANTOS, J. C. (1990) – “Reutilizaciones de material romano en edificios de culto cristiano”, *Cristianismo y aculturación en tiempos del Imperio Romano*. In *Antigüedad y Cristianismo* (Murcia), VII, pp. 431-486.
- CAETANO, Maria Teresa (1997) – *Musivária Olisiponense. Estudo dos Mosaicos Romanos de Olisipo e da “Zona W” do Ager* (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa). Lisboa. Texto policopiado.
- CAPEANS, Rosa (1943) – «Antiguidades do Faião, Silva e Cabrela, Sintra», *Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*, VIII. Porto.
- CAPEANS, Rosa (1956) – «Lápides do Fação, Sintra», *O Arqueólogo Português*, série II, vol. III. Lisboa, pp. 129-133.
- CARDOZO, Mário (1956) – *Catálogo das Inscrições Lapidares do Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.
- CARDOZO, Mário (1958) – *Novas Inscrições Romanas do Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas (Sintra)*. Separata da *Revista de Guimarães*, LXVIII. Guimarães.
- CARDOZO, Mário (1961) – «Novas Inscrições lusitano-romanas do Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas (Sintra)». *Revista de Guimarães*, LXXI. Guimarães, pp. 265-286.
- CHAVARRIA ARNAU, Alexandra (2006) – “Villas en Hispania durante la Antigüedad Tardía”, *Villas Tardoantigua en el Mediterráneo Occidental*. Alexandra Chavarría, Javier Arce y Grau Pietro Brogiolo (eds.) *Anejos de AEspA*, XXXIX, pp. 17 - 35.
- CORREIA, Vergílio (1914) – «No Concelho de Sintra – Escavações e Excursões», *O Archeólogo Português*, XIX. Lisboa, pp. 200-216.
- CORREIA, Vergílio (1928) – «Arte Visigótica», *História de Portugal*, Vol. I. Barcelos.
- COSTA, Francisco (1980) – «Demarcação das Três Paróquias de S. Pedro, S. Martinho, Santa Maria e S. Miguel de Sintra (*Treslado do Lemite, e demarcação das Igrejas da Villa Cintra de 10 de Dezembro de 1253*)», in *O Paço Real de Sintra. Novos subsídios para a sua história*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, pp. 103-108.
- CUNHA, D. Rodrigo da (1642) – *História Eclesiástica da Igreja de Lisboa*. Lisboa.
- FERREIRA, Fernando Bandeira (1955<sup>a</sup>) – «Notícia de três inscrições lusitano-romanas de Janas e de S. Miguel de Odrinhas», *Brotéria*, LXI. Lisboa; pp. 414-424.
- FERREIRA, Fernando Bandeira (1955<sup>b</sup>) – «Nótula acerca de dois monólitos romanos de S. João das Lampas», *Revista de Guimarães*, LXV. Guimarães, pp. 337-364.
- FERREIRA, Fernando Bandeira e ALMEIDA, Justino Mendes de (1958) – «Varia Epigraphica», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, III série, nº II. Lisboa, pp. 337-364.
- FERREIRA, Manuela A. (1997) – «Vidros romanos de S. Miguel de Odrinhas (Sintra)». *Conímbriga*, Vol. XXXVI, Coimbra: Universidade de Coimbra, pp. 177-182.
- FONTES, Joaquim (1955) – *Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.
- FONTES, Joaquim (1960) – *Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.
- FONTES, Joaquim e ALMEIDA, D. Fernando (1979) – *Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas*, 4ª edição. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.
- FRANÇA, José Camarate (1950) – «Inscrição romana de S. João das Lampas», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XII. Porto, pp. 348-350.
- GORGES, Jean-Gerard (1979) – *Les Villas Hispano-romaines*. Paris: Editions du Bocard.
- KIELMAN, Katia (1987) – «La orientación de las sepulturas medievales», *II Congreso de Arqueología Medieval Española* (Madrid, 19 a 24 de Enero), Tomo I: Ponencias. Madrid: Comunidad de Madrid/Asociación Española de Arqueología Medieval, pp. 572-579.
- JORDÃO, Levy Maria (1959) – *Portugallie Inscriptiones Romanas*. Lisboa.
- JUROMENHA, Visconde de (1838) – *Cintra Pinturesca ou Memoria Descriptiva da Villa de Cintra, Collares e seus Arredores*. Lisboa.
- HAUSCHILD, Theodor (1986) – «Arte Visigótica em Portugal», *História da Arte em Portugal*, Vol. I. Lisboa/Barcelona: Publicações Alfa, pp. 149-169.

- HÜBNER, Emílio (1869) – *Inscriptiones Hispaniae Latinae*; 1892, Supplementum – (*Corpus Inscriptionum Latinarum*, II). Berlim (= C.I.L. II).
- LAMBRINO, Scarlet (1952) – «Les inscriptions de S. Miguel d' Odrinhas», *Bulletin des Études Portugaises*, XVI. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 134-176.
- MACIEL, Justino (1983) – S. Miguel de Odrinhas (Sintra): Arquitectura Romana ou Paleocristã?, dissertação policopiada. Universidade Nova, Lisboa.
- MACIEL, Justino e BARACHO, Carlos (1992) – O Monumento Absidal de Odrinhas (Sintra). *Actas da III Reunião d' Arqueologia Cristiana Hispânica* (Mao, 1988). Barcelona, pp. 93-103.
- MACIEL, Justino (1999) – *A Antiguidade Tardia do «Ager» Olisiponense: O mausoléu de Odrinhas*. Porto: Centro de Estudos de Ciências Humanas.
- MAYOR, Manuel Pereira Sotto (1642) – «Catálogo dos Piores da Igreja de S. Miguel de Cintra». *Manuscritos da Biblioteca Nacional*. Lisboa.
- MENDANHA, Vítor (1992) – «Arqueólogo desfaz um erro monumental», *Correio da Manhã*, (5 de Abril), p. 21.
- NOLEN, Jeannette (1985) – *Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.
- PALOL, Pedro de (1967) – *Arqueologia cristiana de la España Romana*. Madrid/Valladolid.
- PEACKOCK, D. P.S.; WILLIAMS, D. F. (1986) – *Amphorae and the Roman economy*. London-New-York: Longman.
- PEREIRA, Félix Alves (1908) – *Inscrições existentes na Igreja de São Miguel de Odrinhas* (Sintra), [s.l.].
- PEREIRA, Félix Alves (1914) – «Por caminhos da Ericeira». *O Archeólogo Português*, vol. XIX. Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 324-362.
- PEREIRA, Gabriel (1910) – *Pelos Subúrbios e Vizinhanças de Lisboa*, Lisboa: Livraria Clássica Editora A. M. Teixeira.
- PIMENTA, Frederico Coelho (1982-83) – «Subsídios para o estudo do material anfórico conservado no Museu Regional de Sintra», *Sintria*, I-II. Sintra: Gabinete de Estudos de Arqueologia, Arte e Etnografia, pp. 117-150.
- PINTO, Inês Vaz (2003) – *A Cerâmica comum das villae de São Cucufate (Beja)*. Coleção Teses. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- RESENDE, André de (1620) – *Codex Valentianus*, ms; cfr. C.I.L. II, p. XIV, nº 28.
- RIBEIRO, José Cardim (1974-77) – «Três novos monumentos Epigráficos da Época Romana, pertencentes à Zona Oeste do Município Olisiponense», *O Arqueólogo Português*, série III, vol. VII-IX. Lisboa, pp. 277-329.
- RIBEIRO, José Cardim (1982-83) – «Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de L. IVLIVS MAELO CAVDICVS», *Sintria*, I-II. Sintra: Gabinete de Estudos de Arqueologia, Arte e Etnografia, pp. 151-476.
- RIBEIRO, José Cardim (1991) – «Complexo Museológico de São Miguel de Odrinhas – Memória Descritiva». *Dossier de candidatura aos fundos comunitários PRODIATEC*. Texto policopiado.
- RIBEIRO, José Cardim (1993) – «A villa romana de São Miguel de Odrinhas (Sintra, Lisboa): novos dados, novas interpretações», *Livro-guia do I Congresso de Arqueologia Peninsular* (Porto 12-18 de Outubro). Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 110-111.
- RIBEIRO, José Cardim (1994) – «FELICITAS IVLIA OLISIPO. Algumas considerações em torno do catálogo *Lisboa Subterrânea*», *Al-Madan*, IIª série. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 75-95.
- RIBEIRO, José Cardim (1997<sup>a</sup>) – «Antecedentes do novo do Complexo Museológico de Odrinhas. O culto ao Sol e à Lua», *Jornal A Pena* (27 de Fevereiro), pp. 14-15.
- RIBEIRO, José Cardim (1997<sup>b</sup>) – «Antecedentes próximos do Complexo Museológico de Odrinhas. Ressurgimento e dispersão», *Jornal A Pena* (6 de Março), pp. 18-19.
- RIBEIRO, José Cardim (1997<sup>c</sup>) – «Nascimento do Complexo Museológico de Odrinhas. O princípio vital», *Jornal A Pena* (27 de Março), pp. 18-19.
- RIBEIRO, José Cardim (2006) – «A estela funerária medieval: questões de origem e de terminologia, rotas de difusão, enquadramento histórico e função social», in *Actas do VIII Congresso Internacional de Estelas Funerárias*. Suplemento nº 3 do *O Arqueólogo Português*. Lisboa, pp. 597-611.
- RIBEIRO, José Cardim, SIMÕES, Teresa e COELHO, Catarina (1999) – «O novo Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas – um projecto arrojado?», *O Arqueólogo Português*, série IV, vol. 17. Lisboa, pp. 451-456.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. GERMÁN y CARVALHO, António (2008) – «Torre Águila y las villas de la Lusitania interior hasta el occidente atlántico», in *Las villae tardorromanas en el occidente del Imperio: arquitectura y función*. Actas del IV Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón. Gijón: Ediciones Trea, pp. 301-344.
- SIMÕES, J. M. dos Santos (1958) – «Breves notas sobre algumas igrejas azulejadas dos Arredores de Lisboa», *Belas Artes. Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*, 2ª Série, nº 12. Lisboa, pp. 5-11.
- SOUSA, José Cordeiro de (1956) – *Revisão de leitura de uma Inscrição Medieval*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.
- SOUSA, José Cordeiro de (1959) – *Inscrições Lapidares Portuguesas do Concelho de Sintra*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.
- VASCONCELOS, José Leite de (1911) – *Religiões da Lusitânia*, vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, José Leite de (1940) – «Lápide romana de S. Miguel de Odrinhas, concelho de Sintra», *Portucale*, XIII. Porto, pp. 3-5.

## Anexo I – Descrição individual das sepulturas exumadas

**Sep. 1** Orientação: E-W; Tipologia da sepultura: planta rectangular de ângulos arredondados; secção de fundo plano com paredes tendencialmente paralelas. Identificação de um ossário [UE 44], composto por vários ossos longos e um crânio. Este conjunto encontrava-se localizado abaixo da área das rótulas de um esqueleto [UE 45] depositado em decúbito supino, em conexão anatómica. Os braços estirados ao longo do tronco e cruzados sobre a região da cintura. As pernas permaneciam esticadas paralelamente (U.E.'s [4], [25], [26], [44] e [45]).

**Sep. 2** Orientação: E-W. Tipologia da sepultura: planta rectangular tendencialmente trapezoidal; secção de fundo plano com paredes divergentes. Registo de um ossário [UE 46], composto por dois crânios depositados ao lado da cabeça da inumação de um esqueleto [UE 47] em conexão anatómica. Identificou-se, ainda, um outro conjunto osteológico depositado aos pés da referida inumação. O braço esquerdo do esqueleto, depositado em decúbito supino, encontrava-se esticado ao longo do tronco. O direito estava dobrado, virado para cima, sobre o tórax com a mão a tocar no crânio. As pernas estavam estendidas paralelamente (U.E.'s [5], [23], [24], [46] e [47]).

**Sep. 3** Orientação: E-W. Tipologia da sepultura: planta: rectangular de ângulos arredondados; secção de fundo plano com paredes tendencialmente paralelas. Identificação de um esqueleto em conexão anatómica [UE 48], depositado em decúbito supino. Saliente-se que o crânio desta inumação se encontrava, de modo intencional, cortado transversalmente entre a parte de trás do parietal e a cavidade nasal. Os braços encontravam-se esticados ao longo do tronco. As pernas estavam estendidas e paralelas (U.E.'s [6], [19], [20] e [48]).

**Sep. 4** Orientação: E-W. Tipologia da sepultura: planta rectangular de ângulos arredondados; secção fundo plano com paredes tendencialmente paralelas. Registou-se um esqueleto [UE 49], em conexão anatómica, depositado em decúbito supino. No entanto, o crânio encontrava-se virado com a face para baixo. Apenas o crânio assumia esta particularidade, muito provavelmente relacionada com factores pós-deposicionais. Os braços estavam esticados ao longo do tronco e cruzados sobre a cintura. Pernas distendidas paralelamente (U.E.'s [7], [21], [22] e [49]).

**Sep. 5** Orientação: E-W; Tipologia da sepultura: planta rectangular de ângulos arredondados; Secção de fundo plano com paredes tendencialmente divergentes. No interior desta sepultura apenas foi identificado um conjunto de ossos longos associados a um crânio [UE 50], eventualmente de uma criança. Este ossário localizava-se na parte superior da sepultura, nomeadamente, junto à cabeceira. Foi, ainda, identificado um exíguo núcleo de pequenos ossos, junto ao esteio final da sepultura, que poderá estar relacionado com os vestígios anatómicos do pé de uma inumação, já não conservada, em decúbito dorsal. A ser assim, teríamos aqui o exemplo da ocupação deste túmulo com um ossário [UE 50], após o levantamento de inumação original [observação feita posteriormente em gabinete] (U.E.'s [29], [31], [32] e [50]).

**Sep. 6** Orientação: E-W; Tipologia da sepultura: planta rectangular de ângulos arredondados; secção de fundo plano com paredes tendencialmente paralelas. Identificação de um esqueleto [UE 51], em conexão anatómica, depositado em decúbito supino. Registou-se uma certa desordem ao nível da deposição de alguns ossos [UE 52] na área superior do esqueleto, concretamente, na zona do tórax, através da presença de vários ossos longos e costelas completamente misturados entre si e fora do lugar devido a fenómenos pós-deposicionais. Pernas estendidas paralelamente (U.E.'s [33], [34], [35], [51] e [52]).

**Sep. 7** Orientação: E-W; Tipologia da sepultura: planta rectangular tendencialmente ovalada; secção de fundo plano com paredes tendencialmente paralelas. Identificação de uma grande amálgama de

ossos na sua maioria fracturados. Tal poderá ficar a dever-se à constituição de um grande "nível" de ossário [UE 53], a alterações pós-deposicionais ocasionadas no interior da sepultura após a colocação da última inumação, ou ainda à limpeza das sepulturas vizinhas, concentrando-se no interior deste sepulcro os restos osteológicos remanescentes de um modo indiferenciado. Neste conjunto recolheram-se três crânios, vários ossos longos, bem como, vértebras, costelas e dentes.

Sob este conjunto osteológico foi identificado um esqueleto [UE 54], em conexão anatómica, depositado em decúbito supino. Destaque para a recolha de uma moeda (ceitil, nº inv. 1574) no interior da mão direita que se encontrava cruzada sobre a cintura para o lado esquerdo. O braço esquerdo estava dobrado sobre o tórax, atravessado para o lado direito. Pernas estendidas paralelamente (U.E.'s [38], [39], [53] e [54]).

Saliente-se que esta constitui a única sepultura, de todo o conjunto escavado nesta campanha, onde se recolheu espólio numismático. Foram, no entanto, recolhidos vários exemplares, sobretudo ceitils, em camadas de revolvimento em torno da área das sepulturas exumadas.

**Sep. 8** Orientação: E-W; Tipologia da sepultura: planta: rectangular de ângulos arredondados; secção: fundo plano com paredes tendencialmente paralelas. Foi identificado um ossário [UE 55], composto por três crânios e variado espólio osteológico, colocado sobre um esqueleto [UE 56], em conexão anatómica, depositado em decúbito supino. Os braços permaneciam esticados ao longo do tronco com as mãos cruzadas sobre a zona pélvica. As pernas estavam esticadas e paralelas.

Destaque-se que na terra que enchia esta sepultura foram recolhidos alguns fragmentos de cerâmica e *tesselae*. Nas restantes sepulturas exumadas verificou-se esporadicamente o aparecimento de alguns fragmentos de cerâmica algo informes (U.E.'s [40], [41], [42], [55] e [56]).

# D. Afonso IV e a Sé de Lisboa A escolha de um lugar de memória<sup>1</sup>

Carla Varela  
Fernandes  
CEAUCP -  
Centro de Estudos Arqueológicos das  
Universidades de Coimbra e Porto

Where kings choose to be buried is a fair  
indication of who they think they are.  
(Paul Binski)

## **A escolha da Sé Catedral de Lisboa para lugar de sepultura – a ruptura com a tradição**

Quando, em 1345, data do testamento de D. Afonso IV, o rei afirma a decisão de se sepultar na Catedral de Lisboa, produz uma ruptura para com a tradição dos enterramentos régios em casas monásticas, que se verificava desde D. Afonso Henriques, e mais uma vez, assiste-se à descontinuidade nas opções régias. A inédita escolha de D. Afonso IV por Lisboa e pela Sé Catedral, para lugar de sua sepultura, não pode deixar de nos fazer reflectir sobre a importância que este monarca atribuiu a Lisboa e à sua principal igreja do clero secular, bem como sobre os benefícios que pretendeu daí retirar para a sua imagem enquanto representante de um poder superior.

---

<sup>1</sup> Este estudo resulta das reflexões e consequente redacção de alguns textos apresentados na Dissertação de Doutoramento, na qualidade de Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia – PRAXIS XXI/BD/15631/98. Pretende-se agora interligar os vários temas aí abordados e acrescentar outros contributos e ideias entretanto desenvolvidas, para melhor compreensão do tema central. Cf. Carla Varela FERNANDES, *Poder e Representação. Iconologia da Família Real Portuguesa. Primeira Dinastia. Séculos XII a XIV*, 2 Vols, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005, pp. 323-345 e 589-610.



Fachada da Sé Catedral de Lisboa.  
Foto: José Pessoa/DDF/IMC

O facto de Lisboa ser a cidade “cabeça do reino” não constitui, por si só, o principal motivo, pois já o era ao tempo de Afonso III e, nem este rei nem os seus sucessores optaram por qualquer casa religiosa da capital para os lugares de sepultura/memória, sendo D. Dinis o que mais se aproximou de Lisboa, ao escolher o mosteiro

<sup>2</sup> Cf. A. H. de OLIVEIRA MARQUES, *Nova História de Portugal*, Vol. IV, (Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV), Lisboa, Presença, 1986, p. 181-183.

<sup>3</sup> Cf. Marcelo CAETANO, *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1.ª Dinastia (1179-1383)*, Sep. da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, vol. VII (1950) e vol. VIII (1951), Lisboa, 1951, pp. 103 e ss. e ainda *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, (ed. preparada por A. H. de Oliveira Marques, Maria Teresa Campos Rodrigues e Nuno José Pizarro Dias), Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/ Centro de Estudos Históricos, 1982 e, mais recentemente, Bernardo Vasconcelos e SOUSA, *D. Afonso IV (1291-1357)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 244-253.

<sup>4</sup> Gérard PRADALIÉ, *Lisboa. Da Reconquista ao Fim do Século XIII*, Lisboa, Palas Editores, 1975, p. 93.

<sup>5</sup> Veja-se, entre os vários estudos sobre as importantes famílias de burgueses em Lisboa, durante a Idade Média, J. M. Cordeiro de SOUSA, “Inscrições Sepulcrais da Sé de Lisboa” (1927), 3ª. ed., in *Coleção Olistiponense*, vol. II, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1982, p. 2; José MATTOSO, “Os nobres nas cidades portuguesas da Idade Média” (1981), *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, pp. 273-291; Mário Jorge BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa*, 2000, vol. 2, tomo II, pp. 1498-1499; Carla Varela FERNANDES, *Memórias de Pedra. Escultura Tumular Medieval da Sé de Lisboa*, (fotografia de José Pessoa), Lisboa, IPPAR, 2001, pp. 99-115.

<sup>6</sup> Fazendo de Lisboa o lugar das suas estadas mais prolongadas, preferindo-a a qualquer outra cidade do reino, D. Afonso III torna-se muito presente na vida económica e administrativa da cidade. Cf. Gérard PRADALIÉ, *Lisboa. Da Reconquista ao Fim do Século XIII*, Lisboa, Pala Editores, 1975, p. 30.

<sup>7</sup> A fundação da Universidade portuguesa em Lisboa, em 1290, confirma a crescente importância da cidade em relação ao restante País.

de Odivelas, do qual foi fundador e protector. Não pode, por isso, considerar-se a opção de D. Dinis por um importante centro urbano, mas sim por um mosteiro integrado numa realidade rural, mais semelhante ao caso de Alcobaça.

Sem dúvida que era a cidade mais importante e populosa do reino, com um desenvolvimento urbano comparável ao de outras importantes cidades europeias, embora medianas em superfície, e contrastante, por isso, com o fraco desenvolvimento populacional que se verificou entre o século XII e a primeira metade do século XIV nas restantes cidades portuguesas<sup>2</sup>.

Lisboa foi a cidade onde D. Afonso IV nasceu (a 8 de Fevereiro de 1291) e onde viria a residir com a corte, apesar das temporadas de Inverno em Coimbra ou em Évora, numa clara manifestação da sua preferência pelas principais cidades, ou seja, menos pelo mundo rural e mais pelos atractivos do mundo urbano de meados da centúria de Trezentos<sup>3</sup>. Centro citadino de relevo, Lisboa era, devido ao seu porto, também uma porta aberta ao mar e ao mundo, permitindo o encontro do comércio marítimo e fluvial com o comércio terrestre, isto é, do mercado interno com o mercado externo e, desde finais do século XIII, Lisboa era um porto afecto à armada régia<sup>4</sup>. Integrava, por isso, uma burguesia florescente, pelo menos desde o reinado de D. Dinis, onde são maiores os sinais da existência de uma importante oligarquia urbana (como bem provam as capelas funerárias de Bartolomeu Joanes, rico mercador de Lisboa, anexa aos antigos muros da Sé, ou a da família Palhavã, na igreja de São Domingos<sup>5</sup>).

Assim, ao tempo de Afonso IV, o poder exerce-se cada vez mais nas grandes cidades, onde fervilha uma nova realidade económica, potenciada por grupos de homens ligados ao comércio (interno e externo), cada vez mais poderosos. Estes associam-se, sobretudo, ao poder real, fazendo face ao tradicional poder da nobreza, a qual tende, também e cada vez mais, a imiscuir-se no universo das transacções comerciais. O tempo de Afonso IV é, por isso, o tempo da nobreza de corte, uma nobreza de espada, que vive à sombra do rei (diferente da antiga nobreza terra-tenente do Norte), e o tempo da ascensão das oligarquias urbanas. Nesse novo mundo (que já se fazia sentir durante os reinados de D. Afonso III<sup>6</sup> e de D. Dinis<sup>7</sup>, e que mais não é do que o reflexo da evolução, em termos políticos, do modelo do rei feudal para o de rei soberano), Lisboa, com os seus múltiplos atractivos, assume o papel de charneira entre as principais cidades do reino, como lugar de preferência do monarca.

Dos templos existentes em Lisboa ao tempo de Afonso IV, contando com importantes mosteiros, conventos, igrejas paroquiais e ermidas<sup>8</sup>, dos quais, hoje, a malha urbana apenas nos dá uma muito pálida ideia, a Catedral de Santa Maria Maior foi o lugar que o rei escolheu para repouso do seu corpo após a morte. Preferiu-a, por exemplo, ao Mosteiro de S. Vicente de Fora, dos Cónegos regrantes de Santo Agostinho, igualmente relevante na história eclesiástica de Lisboa e associado, tal como a Sé, às iniciativas construtivas de D. Afonso Henriques, ou, ainda, aos conventos dos mendicantes, dos quais se destacavam os imponentes conventos de São Francisco e de São Domingos, este último, já lugar de sepultura de elementos da família real desde o reinado de D. Afonso III, entre outras casas religiosas de relevo. Mas Afonso IV não parece ter hesitado na sua escolha, ao contrário de seu pai, que num primeiro momento escolheu Alcobaça (testamento de 1289) e, numa segunda e última opção, por São Dinis de Odivelas (testamento de 1320).

Como bem resume Bernardo Vasconcelos e Sousa, “Lisboa era, cada vez mais, a cabeça do reino e a cidade do rei. E, nela, só a catedral, espaço sagrado por excelência e onde se encontravam depositadas as relíquias vicentinas, estava à altura de receber os corpos do soberano e da sua mulher”<sup>9</sup>.

### **O patrocínio da reconstrução da capela-mor e a sepultura *ad sanctus***

A escolha do local de sepultura por D. Afonso IV pressupôs, certamente, razões de ordem devocional e de ordem política, do mais elevado relevo para a glorificação e boa memória do monarca. Fosse motivado por catástrofes naturais (terramotos de 1321, 1335, 1344 e 1355)<sup>10</sup>, como a historiografia sobre este assunto tem defendido até aqui, fosse por simples decisão do rei, o facto é que teve a oportunidade de intervir directamente no edifício da Sé Catedral, na qualidade de promotor de uma grande obra. O rei assumiu o patrocínio da reconstrução, ou, simplesmente, construção de uma nova cabeceira para a igreja, exactamente o espaço litúrgico onde desejou assentar sepultura para si e para os seus familiares.

Vejamos as questões relativas à arquitectura deste espaço do ponto de vista programático, e não tanto estilístico.

Como refere J. C. Vieira da Silva, “Se a nova cabeceira destruiu a românica primitiva, é de assinalar o facto de ter sido a vontade de D. Afonso IV em se tumular na catedral de Lisboa, bem próximo da sepultura do mártir S. Vicente,

a dar origem a um programa arquitectónico de grande impacto, não só pela qualidade artística que aí se documenta mas por se tratar também de uma estrutura que a arquitectura medieval portuguesa raramente utilizou”<sup>11</sup>.

Afonso IV é, de facto, o principal responsável pela transformação da antiga Sé românica numa igreja “híbrida”, que conjuga um corpo de três naves e transepto saliente românicos, um claustro gótico, do reinado de D. Dinis, e ainda, a nova capela funerária (de Bartolomeu Joanes), construída a partir de 1327, com a nova cabeceira, agora ao modo do Gótico, mais ampla, circundada por deambulatório e nove capelas radiantes. Através da construção de uma nova cabeceira, que veio substituir a antiga românica, alegadamente destruída pelos efeitos de vários terramotos<sup>12</sup>, os construtores, ao serviço do rei e do cabido da Sé, conceberam um projecto que visava a construção de uma capela-mor de acordo com linhas programáticas diferentes de tudo o que até aí se fizera e na órbita das mais avançadas propostas da arquitectura gótica da Europa de então.

Pela primeira vez, surgia em Portugal, um deambulatório que, como defendeu Mário T. Chicó, nada tem de compromisso com a arte românica ou com a arquitectura dos cistercienses, significando, tão simplesmente, um esforço para atingir a monumentalidade das

<sup>8</sup> Sobre as paróquias medievais de Lisboa, cite-se os estudos de A. Vieira da Silva, de Gerárd Pradalié, e recentemente o trabalho de José Manuel VARGAS, “As freguesias de Lisboa e do seu termo na Idade Média”, *Olissipo*, Boletim do grupo “Amigos de Lisboa”, II série, n.º 17, Julho-Dezembro 2002, pp. 47-66. Neste estudo, o autor parte da análise de quatro quadros das freguesias de Lisboa datados de 1220, 1259, 1321 e 1342, bem como do exame de documentos provenientes das diversas colegiadas das igrejas de Lisboa, traçando um proposta evolutiva, que vem juntar algumas novidades aos estudos de Vieira da Silva. Sobre a evolução urbana da Lisboa medieval veja-se ainda, A. H. de OLIVEIRA MARQUES, coord., *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas (Séculos XII-XIV)*, vol. I, Lisboa, 1990, pp. 55-60 e, do mesmo autor “A Cidade na Idade Média”, *O Livro de Lisboa*, coord. Irisalva Moita, Lisboa, Horizonte, 1994, pp. 89-113. Certo é que os resultados das investigações demonstram uma rápida evolução das freguesias, contando cinco em 1160 e vinte e três em 1342.

<sup>9</sup> Cf. Bernardo Vasconcelos e SOUSA, *Op. cit.*, 2005, p. 255.

<sup>10</sup> Nenhum documento, até ao momento, no elucidado sobre os efectivos estragos que estes sismos poderão ter provocado no edifício da Sé e, em concreto, na sua capela-mor.

<sup>11</sup> José Custódio Vieira da SILVA, “Da galilé à capela-mor: o percurso do espaço funerário na arquitectura gótica portuguesa” (1993), *O Fascínio do Fim*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997, p. 50.

<sup>12</sup> Durante o reinado de D. Afonso IV registaram-se vários terramotos, sem que saibamos se todos eles infligiram graves estragos à cabeceira da Sé de Lisboa: antes de 1345, data do testamento do monarca, no qual indica que deseja ser sepultado na Sé e onde transparece já o atraso nas obras, ocorreram terramotos em 1337 e 1344. Dez anos decorridos sobre o testamento do rei, em 1355, volta a haver notícias de um terceiro terramoto e, por fim, outro em 1356, os quais poderão ter atrasado ainda mais a conclusão do projecto.



Deambulatório da Sé Catedral de Lisboa.  
Foto: José Pessoa/DDF/IMC

<sup>13</sup> “Depois da charola de Santa Maria de Alcobça outra aparece que não é já um compromisso entre a arte sólida e austera das igrejas românicas da ordem de São Bernardo e a arquitectura do «novo estilo», mas uma cabeceira em que o deambulatório é directamente iluminado, como os das catedrais de Toledo, de Mans e de Beauvais. Se o programa não é tão ambicioso como aquele a que se subordinam as cabeceiras destas catedrais, apesar disso, a nova cabeceira representa o único esforço realizado em Portugal para se atingir a monumentalidade das grandes igrejas góticas do Norte, e para se obedecer à mesma disposição”. Mário Tavares CHICÓ, *A Arquitectura Gótica em Portugal* (1954), 3ªed., Lisboa, Livros Horizonte, 1981, p. 129.

<sup>14</sup> Paulo PEREIRA, “A arquitectura (1250-1450)”, *História da Arte Portuguesa*, (dir. Paulo PEREIRA), vol. I, Lisboa, Circulo de Leitores, 1995, p. 393.

<sup>15</sup> Cf. Pedro DIAS, *História da Arte em Portugal*. Vol. IV (*O Gótico*), Lisboa, Alfa, 1986, p. 56 – refere-se a documento encontrado e por Alberto Feio e que deu origem a várias notas na Imprensa de então. Desconhece-se o paradeiro, embora não justifique duvidar da sua existência ou autenticidade.

<sup>16</sup> Cf. Paulo Almeida FERNANDES, “O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura «cheia de imperfeições?»”. *Muphy. Revista de história da Arquitectura e do Urbanismo*, N.º1, Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, Março | 2006, pp. 18-70.

<sup>17</sup> Cf., entre outros estudos, Gérard PRADALIÉ, *Op. cit.*, 1975, p. 25.

grandes igrejas europeias, em especial as do Norte da Europa<sup>13</sup>, visando “dotar a Sé de Lisboa de um dispositivo interno idêntico ao das grandes catedrais europeias da época; visava, enfim, actualizá-la e modernizá-la”<sup>14</sup>.

Assim, quer a decisão de Afonso IV tenha sido consequência de destruições causadas por terremotos, quer tenha sido exclusivamente a sua vontade pessoal de intervir no templo mais emblemático da cidade, este era, sem dúvida, o momento certo para dotar a Sé de Lisboa de características arquitectónicas que ajudariam a potenciar a peregrinação e o culto em torno das relíquias de S. Vicente, características essas que a construção românica não integrava. Com a sua intervenção directa, D. Afonso IV não perdeu a oportunidade de deixar a marca pessoal e a marca do seu reinado nesta importante obra, retirando daí os proveitos espirituais e políticos que tanto o interessariam, como se depreende do texto do seu testamento.

Interessante é a proposta de datação para a construção da capela-mor apresentada por Paulo de Almeida Fernandes, que interpreta o já muito referido documento de 1332<sup>15</sup>, onde é referida a existência de um grande estaleiro na Sé, não como uma importante data da construção do claustro dionisino, como até aqui havia sido interpretado, e que, segundo o mesmo autor, poderá ter ficado concluído logo nos primeiros anos do século XIV, mas como uma provável data para o pleno desenvolvimento das obras da cabeceira, fazendo assim recuar a cronologia do projecto de construção. Junta à interpretação do referido documento, a leitura estilística e orgânica da relação entre os vários elementos e espaços arquitectónicos góticos da Sé para sustentar este recuo na datação da fase inicial de obras de construção da capela-mor, ainda que se saiba que esta só veio a ficar concluída muitos anos depois, já no reinado de D. João I<sup>16</sup>.

A aceitar-se esta nova proposta, então, não só a intervenção directa do monarca neste espaço é anterior ao que se supunha, como é possível equacionar que as intenções de o eleger para espaço de sepultura própria possam ser também anteriores à década de 40.

Não é difícil perceber o compromisso e empenho de D. Afonso IV na reconstrução da Igreja de Santa Maria de Lisboa. Ela era, desde a reconquista da cidade, em 1147, a sede episcopal e, desde 1173, o principal lugar de culto das relíquias de S. Vicente<sup>17</sup>, e este santo era, desde Afonso Henriques, o patrono de Lisboa e, por extensão, do reino português e da própria dinastia portuguesa, tal como São Dinis, cujas relíquias se guardavam na Abadia de Saint-Denis de Paris, era o patrono de

França e da monarquia francesa. Muito provavelmente, esses motivos foram, suficientes, para que urgisse a reconstrução do templo e a salvaguarda das relíquias vicentinas, ou, simplesmente, substituir a “arquitectura antiga” (românica) pela “nova architectura” (gótica). Isto é, propiciar uma morada condigna para os restos mortais do santo de especial devoção do rei, como percebemos pelo texto do seu testamento e como parece provar a iconografia de um selo do Concelho de Lisboa, de 1346, que analisarei mais adiante.

Sabemos que, até 1755, ano do grande terramoto de Lisboa, a arca das relíquias se encontrava na capela-mor<sup>18</sup>, certamente aí colocada já após a morte de D. Afonso IV, uma vez que a reconstrução só viria a ser concluída mais tarde, nos inícios do séc. XV, altura em que recebera definitivamente os túmulos de D. Afonso IV e de D. Beatriz<sup>19</sup>, dispostos, então, do lado do Evangelho, em frente ao relicário de S. Vicente.

Ora, este projecto, que inovava em relação à construção românica pelo acrescento de um monumental deambulatório, transformava a antiga Sé Catedral de Lisboa numa igreja com características mais próximas, sob o ponto de vista estrutural e funcional, das igrejas de peregrinação, não por aproximação aos clássicos modelos das igrejas românicas de Saint-Martin de Tours, Saint-Martial de Limoges, Sainte-Fois de Conques, Saint-Sernin de Toulouse ou mesmo Santiago de Compostela, com menor número de capelas radiantes e mais simples no seu conjunto, mas com modelos mais evoluídos e mais amplos, por alinhamento com o gosto e com a monumentalidade próprios do tempo em que foi realizada e, por isso, mais próxima das grandes abadias e catedrais europeias do Gótico.

Contrariamente ao que hoje vemos e que é fruto da reconstrução do século XVIII e do restauro do século XX, é possível pensar que os arcos e frestas dos muros da capela-mor seriam abertos para o deambulatório e não entaipados como os vemos hoje. Alexandre Herculano, citado depois por Júlio Castilho, afirmava: “A capella-mor da Sé, como todos sabem, era antigamente rôta para todos os lados. Não se tinham construído os claustros actuaes, e o altar-mor vinha portanto a ficar erguido e solitário no meio de uma ampla quadra. Combina portanto esta circunstância com a tradição; [...]”<sup>20</sup>. Também uma informação muito subtil dada por D. Rodrigo da Cunha, a propósito das grades de madeira e prata que protegiam o túmulo-relicário do santo<sup>21</sup>, vem, julgo, abonar em favor desta hipótese. António do Couto Abreu viria contrariar a afirmação

de Alexandre Herculano, com base na descoberta de antigas frestas nos muros da capela-mor, sem que indique, com exactidão, onde essas frestas eram abertas, nem qual o seu perfil<sup>22</sup>.

Por outro lado, Augusto Vieira da Silva, escrevia em 1936<sup>23</sup>, que “A planta da capela-mor, mais larga e mais extensa do que a abside primitiva, é formada por uma parte rectangular ocupando três tramos da galeria, e por um semi-polígono com sete lados. O muro de contorno da capela apresentava, originariamente, pelo lado exterior, doze contrafortes ou botarésus, dividindo-o em treze tramos, nos quais se rasgavam vãos de portas góticas, nos dois mais próximos do arco triunfal, e altas frestas também ogivais, geminadas, com duas lancetas separadas por um pinásio de cantaria com óculo superior, nos nove posteriores; nos segundos tramos ignora-se o que existia”.

<sup>18</sup> D. Rodrigo da Cunha informa que as relíquias de S. Vicente, colocadas na capela-mor da Sé em 1173, aí se mantiveram, pelo menos até ao século XVII: “(...) O certo é que nunca sairão da capella-mór, sendo esta designada por Capella de S. Vicente, por respeito, apesar de ter a invocação de Sta. Maria. Ainda hoje [1642] lá estão as relíquias com retábulo e túmulo”. D. Rodrigo da CUNHA, *História eclesiástica da Igreja de Lisboa*, Lisboa, Manuel da Silva, 1642, fl. 96. A Arca das relíquias encontrava-se no lado da Epístola, juntamente com o túmulo de D. Gilberto, primeiro bispo da Lisboa pós-Reconquista e, em frente, do lado do Evangelho, os túmulos do casal régio (veja-se Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga*, Parte II (Bairros Orientais), vol. VI, (1.ª ed., Lisboa, 1884-1890), 2.ª ed. Revista e comentada por Augusto Vieira da Silva, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1934-1938, p. 19.

<sup>19</sup> Cf. Júlio de CASTILHO, *Op. cit.*, vol. VI, ed. 1975, pp. 18-21. A estes atrasos não foram certamente alheios os vários terramotos ocorridos durante os últimos séculos da Idade Média. Em 1357, ano da morte de D. Afonso IV registam-se vários sismos, como dá conta os *Anais quatrocentistas* de Santa Cruz de Coimbra: *Era de mil iii<sup>os</sup> lrb morreo el rey dom Affonso e tremeo a terra todo esse anno . . . . .* (Cf. António CRUZ ed., “A vida de D. Telo”, *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, Biblioteca Pública da Municipal do Porto, 1968, p. 91). Rui de PINA, dava também notícia da provisória sepultura do rei, dizendo que “foi seu corpo sepultado no coro da sé de Lisboa, enquanto se acabava sua sepultura; porque este tinha feito seu solene testamento [...] em que mandou que a dita sé o sepultassem na capela mor, onde ele e a rainha sua mulher ordenaram suas sepulturas” – Cf. *Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal, 1952-1954*, Edição de Carlos da Silva Tarouca, Lisboa, Academia Portuguesa de História, II, p. 372.

<sup>20</sup> Júlio de CASTILHO, *Op. cit.*, vol. V, ed. 1936, p. 232. (cf. *Panorama*, T. IX, p. 20).

<sup>21</sup> “*Cobrem este túmulo [de S. Vicente], da face que olha à capella-mór, hũa graciosa fronteira de marcenaria ao uso átigo, lavrada, & dourada com grãdes primores, dentro de ella a imagem do santo, feita de prata (...) em postura de morto, que nas suas festas se deixa ver, levantando-se a fronteira que a esconde. Por detrás do santo vai outra fronteira de prata, na correspondência da de madeira, ricamente acabada, & pregada em hũa caixaõ de madeira, que faz guarda a outro de pedraria de preço, precintada de todo de faixas, assy mesmo de prata*”. D. Rodrigo da CUNHA, *Op. cit.*, 1642, fl. 96v.

<sup>22</sup> Cf. Júlio de CASTILHO, *Op. cit.*, vol. V, ed. 1936, p. 232 (nota).

<sup>23</sup> Cf. Augusto Vieira da SILVA, “Descrição da Sé”, Júlio de CASTILHO, *Op. cit.*, vol. V, 2.ª ed., 1936, p. 100.

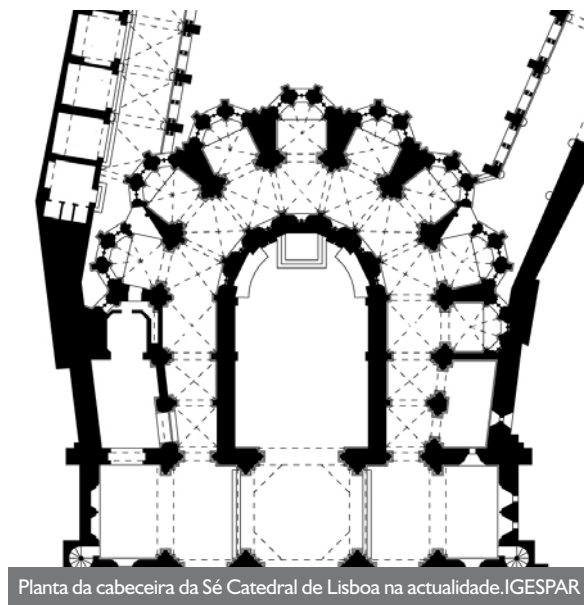
As altas frestas geminadas, encimadas por óculos, a que se refere Vieira da Silva, faziam com que as faces dos muros da capela-mor fossem, de facto, e usando as palavras de Herculano, “rotas para todos os lados”, permitindo a iluminação e, até, a visualização do deambulatório a partir da capela-mor e vice-versa.

Os dois primeiros tramos eram rasgados por duas portas em arco apontado e, os dois tramos seguintes, de ambos os lados, porque se destinavam aos túmulos régios de D. Afonso IV e de D. Beatriz (do lado do Evangelho) e ao túmulo-relicário de S. Vicente, bem como o túmulo do bispo D. Gilberto (do lado da Epístola), não apresentavam as ditas janelas geminadas, nem sequer qualquer porta, porque eram abertos e protegidos por grades. Esta última afirmação só se pode confirmar documentalmente para o tramo correspondente à arca das relíquias do santo e ao túmulo do bispo, mas permite colocar a hipótese de ter sido adoptada a mesma solução para os tramos dos túmulos régios.

A abertura dos arcos de sustentação da abóbada da capela-mor, através de altas frestas, permitiria aos fiéis, peregrinos ou não, a visão dos diferentes altares que aí se encontravam a partir do cruzeiro, mas também do corredor do deambulatório, nomeadamente o altar de S. Vicente, embora este estivesse protegido por ricos gradeamentos de madeira e de prata.

Embora esta hipótese tenha deixado de ser equacionada desde os estudos de Mário Tavares Chicó e até aos autores mais recentes<sup>24</sup>, alegando-se “razões de programa”, a verdade é que a sua recusa choca com a proposta feita pelos mesmos autores quanto a uma inspiração na cabeceira da Abadia de Alcobaça, a qual integra uma capela-mor aberta por arcos para o deambulatório e choca, ainda, com a alegada tentativa de obedecer ao gosto e estilos mais modernos das catedrais e abadias góticas europeias, como são exemplos, entre outros, a igreja abacial de Saint-Denis, no projecto desenvolvido a partir de 1231, sob o patrocínio de Luís IX, Branca de Castela e do abade Eudes de Clément, bem como outras igrejas góticas francesas, como Notre-Dame de Chartres, Saint-Pierre de Beauvais,

Notre-Dame de Reims, Notre-Dame de Rouen, ou Saint-Pierre sur Vezelay. Então, as “razões de programa”, programa esse que, de facto, desconhecemos, não constituem um alicerce verdadeiramente sólido para se que possa afastar esta hipótese.



Com este tipo de ousia vazada por arcos para o deambulatório, ao mesmo tempo que se individualizavam outros cultos e devoções nas diferentes capelas da charola<sup>25</sup>, concedia-se maior visibilidade e, logo, maior relevo, ao culto vicentino, e tornava-se a cabeceira da catedral não só mais leve mas também mais moderna. Se tivermos em linha de conta que o novo projecto do reinado de D. Afonso IV incluía, desde logo, a abertura de grandes janelas ao nível do segundo registo do corredor da charola, mais facilmente aceitamos que esse projecto de iluminação não se destinaria, somente, a dotar esse mesmo corredor da luz necessária, mas visaria ampliar ao máximo a iluminação do ponto fulcral de todo edifício – a capela-mor – tornando-a, assim, plenamente “gótica”, e necessariamente diferente da anterior, românica. E se juntarmos a estas entradas de luz, outras, provenientes da torre construída sobre o cruzeiro (hoje desaparecida, mas atestada em alguma iconografia da época), então, todo o espaço da cabeceira era, nessa época, o ponto fulcral de recepção da luz do exterior para o interior da igreja.

O facto de na reconstrução efectuada durante o reinado de D. João I, em consequência de novo terramoto, ter havido, eventualmente, a opção por uma capela-mor fechada para o deambulatório, entaipando-se os panos de muro até aí abertos por altas frestas, não

<sup>24</sup> Pedro DIAS, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1994; Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA e Mário Jorge BARROCA, *História da Arte em Portugal*. Vol. 2 (O Gótico), Lisboa, Presença, 2002, pp.57-58.

<sup>25</sup> Veja-se Ana Paula FIGUEIREDO, *O Espólio Artístico das Capelas da Sé de Lisboa*, vol. I, Dissertação de Mestrado em Arte Património e Restauro, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2000, pp. 151-153. Do conjunto das capelas do deambulatório, cinco podem ser designadas por Capelas Reais, já que foram instituídas por D. Afonso IV e D. Beatriz, a saber, capelas da Santíssima Trindade, Santa Ana, Nossa senhora da Conceição (?), Santo Ildefonso, São Cosme e São Damião.

invalida uma primeira opção diferente; e se na reconstrução pós 1755, se optou por este tipo de soluções fechadas, é que pode, sim, justificar-se por “razões de programa”, de acordo com a estética barroca no que se refere ao controlo da iluminação. Deixo, no entanto, a questão em aberto, pois no presente estado das investigações sobre o edifício da Sé, o máximo a que me permito é a colocação de hipóteses, apenas sustentadas sobre as parcas informações existentes.

Mas voltemos à questão das relíquias vicentinas. Não é, pois, difícil, perceber o valor que estas conheceram em Portugal durante a Idade Média, como revela a descrição do chantre da Sé, Mestre Estêvão<sup>26</sup> e como já chamara à atenção, D. Rodrigo da Cunha<sup>27</sup>, bem como, na actualidade, os estudos do Cónego José Falcão<sup>28</sup>, os de Aires Augusto Nascimento e Saúl António Gomes<sup>29</sup>, bem como o de Lídia Fernandes<sup>30</sup>.

Por um lado, sob o ponto de vista puramente religioso, estas, tal como todas as relíquias veneradas em templos da Cristandade, associadas aos corpos ou histórias de vida de santos e mártires, pedras angulares do Cristianismo, constituíam os mais importantes objectos suscitadores de veneração, culto e, conseqüentemente, prestígio e riqueza para os seus detentores. A presença de importantes relíquias num espaço sagrado era a melhor garantia para os religiosos da afluência de fiéis, bem como de donativos a favor destes templos e dos ministros do culto. Por outro lado, sob o ponto de vista político, as relíquias do mártir S. Vicente estão estreitamente associadas às acções gloriosas do fundador da nacionalidade – D. Afonso Henriques – cuja memória perdurou ao longo da nossa história como verdadeiro herói, sendo certamente essa a imagem que dele tinham os contemporâneos de Afonso IV, e ele mesmo.

Retomar “a questão das relíquias” vicentinas em meados do século XIV, através da criação de condições espaciais e materiais para engrandecer e valorizar o fenómeno das peregrinações era, no fundo, reafirmar e reavivar, na memória de todos, um acontecimento histórico e religioso do mais elevado relevo e significado (resgate das relíquias e a sua associação à vontade de D. Afonso Henriques que as terá mandado colocar na capela-mor da Sé em 1173) e chamar ao rei, D. Afonso IV, o protagonismo desses acontecimentos.

A verdade é que D. Afonso IV (e por sua influência, D. Beatriz), é o primeiro rei português a escolher sepultura “*ad sanctus*”, isto é, sob a protecção e intercessão directa de um santo, concedidas pela presença das suas relíquias. Este facto não pode ser, de forma alguma, irre-

levante. Notemos, pois, que a sepultura junto dos corpos dos mártires assumia para os homens da Alta e da Baixa Idade Média valor relevante, como testemunha não apenas a constante procura de inumação na sua proximidade, mas também alguns escritos a este respeito, como é exemplo o de um autor do século V, Máximo de Turim (*Patrologia Latina*, vol. LVII, col. 427-428) onde afirma que “Os mártires guardar-nos-ão a nós, que vivemos com os nossos corpos, e tomam-nos a seu cargo quando tivermos deixado os nossos corpos. Aqui, eles impedem-nos de cair no pecado; lá, protegem-nos do inferno horrível. Por esta razão, os nossos antepassados procuraram associar os nossos corpos às ossadas dos mártires”<sup>31</sup>.

Até então, as escolhas dos reis e rainhas portuguesas parecem ser orientadas pela crença nas capacidades de intercessão dos religiosos das ordens monásticas, a quem pertencem as diferentes casas religiosas em que se fizeram sepultar, sem que procurem a proximidade física com os corpos santos dos mártires. Os santos, intercessores das suas almas, são por eles referidos ou invocados em testamento, ou figurados nas decorações dos seus monumentos funerários, e isso parece bastar.

A opção de D. Afonso IV relaciona-se, não tanto com um reconhecimento da incapacidade por parte dos cónegos, monges ou frades para interceder pela sua alma no Além (através de funerais e exéquias), ou mesmo com uma confiança maior no clero secular<sup>32</sup>,

<sup>26</sup> “Traslatio et miracula sancti Vicentii”, *Portugaliae Monumenta Histórica – Scriptores*, pp. 96-97.

<sup>27</sup> Ao referir-se ao facto de as relíquias terem sido mandadas colocar na capela-mor da igreja logo em 1173, no altar principal, para “*que pudesse ser tocada dos enfermos, e fiéis que ellas acediam*”. Cf. D. Rodrigo da CUNHA, *Op. cit.*, 1642, fl. 96.

<sup>28</sup> José FALCÃO, *O Mártir S. Vicente e a sua Liturgia*, 2ª ed., Lisboa, 1974.

<sup>29</sup> Aires Augusto NASCIMENTO e Saúl António GOMES, *S. Vicente e os seus Milagres Medievais*, Lisboa, Didaskalia, 1988.

<sup>30</sup> Lídia FERNANDES, “O culto vicentino na formação do reino português”, *Arqueologia Medieval*, n.º 3, Porto, Afrontamento / Campo Arqueológico de Mértola, 1995, pp. 221-231.

<sup>31</sup> Apud Philippe ARIÈS, *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*, Lisboa, Teorema, 1989, p. 22.

<sup>32</sup> José MATTOSO, “O poder e a morte”, *Anuario de Estudios Medievales*, n.º 25/2, Barcelona, Institutió Millá Fontanals, CSIC, 1995, p. 404, refere que D. Afonso IV “(...) prefere uma vinculação por assim dizer institucional a uma autoridade religiosa que não representa Deus pelos mesmos critérios, mas pela legitimidade do poder sacramental recebido através da cadeia ininterrupta que a liga aos Apóstolos. A instituição de uma «capela» com oficiais próprios e celebrações ordenadas pelo rei no seu testamento mostra que ele não confiava tanto nos sufrágios genéricos de uma comunidade monástica, mas que queria ser ele próprio a determinar os officios e a forma de os executar. Ou seja, o papel individual do rei perante a morte e a memória funerária vai-se acentuando sem cessar na Península Ibérica desde a época de Fernando o Magno”. Parece-me, no entanto, que esta intervenção do rei se destinou, sobretudo, e na linha das palavras de José Matoso, a interferir directamente, mas como medida de precaução (e porque a vivência da morte tende a ser cada vez mais personalizada). Ou seja, não tanto por desconsiderar os sufrágios das comunidades monásticas, mas porque o cabido da Sé era o guardião do corpo de S. Vicente, esse sim, o motivo principal da sua escolha.

mas sim, com uma crença profunda de que a proximidade do corpo do mártir, bem como as obras que havia patrocinado na Sé para o engrandecimento da devoção e culto a S. Vicente, lhe proporcionariam, mais facilmente, um destino feliz no além-túmulo. Essa dedução pode ser extraída logo nas primeiras linhas do testamento do rei, datado de 1345, e que em tudo são elucidativas do que aqui se expõe: “*Em nome de Deos todo poderoso, que hé começo, meyo, e fim de todo o bem, porque as obras devotas que os homens fazem em este mundo terreal prazem a Deus para elle lhes dar galardão no seu Reino Celestial. Porem D. Affonso IV. pella graça de Deus Rey de Portugal, e do Algarve, a honra, e louvor de Deus, e da Virgem Gloriosa Santa Maria sa Madre, e do Martre S. Vicente fosse edificada por minhas proprias despezas na Igreja Cathedral de Lisboa û o Corpo do Bemaventurado S. Vicente jás, a ouvia principal da ditta Igreja com outras capellas darredor, a qual ouvia eu hey por minha sepultura; e querendo mais acrescentar em esta obra para Deus ser louvado, e para me dar el galardom nossa santa gloria do Paraizo. (...)*”<sup>33</sup>.

Por isso, o testamento do rei especifica, depois, melhor do que nenhum outro testamento de um monarca da primeira dinastia, a quantidade e tipo de sufrágios que exigia que fossem feitos após a sua morte, assegurando-se, assim, que os religiosos da Sé não teriam um empenhamento para com a salvação da sua alma inferior aos que o clero regular havia dedicado à salvação das almas dos seus antepassados – era mais uma questão de prevenção e de interferência directa do rei na sua própria morte, do que uma especial preferência pelo clero secular. A D. Afonso IV interessava, sim, uma sepultura *ad sanctus*, e esse objectivo só a Sé Catedral de Lisboa e o seu cabido lhe podiam proporcionar.

Talvez seja importante relacionar as intenções de D. Afonso IV relativamente à Catedral de Lisboa com aquelas que expressou Afonso IX de Leão, na Acta da Consagração da Catedral de Santiago de Compostela, datada de 21 de Abril de 1212, durante o seu reinado, como cumprimento de um compromisso assumido durante o reinado de Afonso VI:

<sup>33</sup> Apud António Caetano de SOUSA, *Provas Genealógicas da Casa Real Portuguesa.*, (Lisboa, 1739-48), ed. 1946-54, Tomo I, Liv. II, p. 335.

<sup>34</sup> Apud Manuel NÚÑEZ RODRÍGUEZ, *Muerte Coronada, El Mito de los Reyes de la Catedral Compostelana*, Santiago de Compostela, Universidade, 1999, p. 11.

<sup>35</sup> A obtenção desse prémio superior no Além, encontra-se ao alcance dos “bons reis” ao serem exemplo de todas as virtudes cristãs. Tal argumentação tem no *Fuero Real* (I/IV/II) clara expressão na ideia de que aquele que honra e protege a obra divina na Terra, também proclama ser merecedor de “*haber por ende galardón de Dios a los cuerpos e las almas, en vida e en muerte*”.

<sup>36</sup> Cf. José MATTOSO, “O poder e a morte...”, *Op. cit.*, 1995, p. 401.

“(…) *durante muchíssimo tiempo he mantenido el deseo de que la Iglesia de Santiago tuviese la gloria de verse solemnemente consagrada durante mi reinado, queriendo así tributar a ella algún obsequio a Dios y a su Apóstol y conseguir el perdón de mis pecados. Por lo mismo he insistido muy largamente ante el arzobispo de Santiago D. Pedro IV rogándole con sumo afecto hasta conseguir que cumpliera mis deseos llevado a término obra tan ardua. (...) Nada hayo tan conforme, justo y conveniente a la dignidad de los Reyes, como servir en todo a aquel por quien reinan y por quien esperan reinar eternamente en el cielo*”<sup>34</sup>.

A eleição do lugar de sepultura por Fernando II ocorreu a 26 de Junho de 1180, expressando o seu desejo de conceber sepultura “*mia y de mis sucesores*”, no lugar onde repousavam os seus antepassados; a mãe, imperatriz Berenguela e seu avô, o Conde Raimundo de Borgonha. Fernando II e Afonso IX preocuparam-se com a consagração da Catedral compostelana, escolhendo-a para *locus sepulcralis*, tal como D. Afonso IV se preocupou e actuou no sentido de reconstruir a Catedral lisboeta, eleita para sua sepultura. Ambos os casos, revelam, assim, preocupações e desejos de inumação junto aos corpos dos santos, tendo como principal objectivo conseguir o perdão dos pecados e ganhar a *santa gloria do Paraizo*<sup>35</sup>.

Note-se, ainda, que no espaço peninsular e durante o século XIII, também se sepultaram em catedrais, para além dos já referidos monarcas de Leão, os reis Fernando III e Afonso X, o *Sábio*, que escolheram sepultura na Catedral de Sevilha. Todos estes enterramentos expressam, na opinião de José Mattoso, o assumir de um carácter mais nacional<sup>36</sup>, diferente daquele que era conseguido através da sepultura em mosteiros rurais.

Para além da sepultura *ad sanctus*, há que juntar outras motivações à opção de D. Afonso IV pela Sé de Lisboa. Importa, talvez, concentrar as atenções no exterior das fronteiras portuguesas, em especial no país que mais relevo tinha nessa época em matéria de teoria política com vista à imagem régia e consequentes formas de propaganda das acções e figura do rei, bem como centro polarizador e disseminante de formas devocionais: sem dúvida a França e as dinastias Capetíngia e Valois.

A monarquia francesa considerava-se eleita de Deus e o seu país a nova terra eleita, a nova Jerusalém. A herança capetíngia, em matéria de engrandecimento do poder monárquico, foi marcante a todos os níveis, tendo como pontos altos os reinados de Filipe Augusto (1165-1180 -1223), São Luís (1214-1226-1270) e de Filipe IV, o *Belo* (1268-1285-1314). Esse crescendo, quase tentacular, do poder monárquico francês, conse-

guido de forma menos controversa durante o reinado de São Luís e com consequências mais violentas durante o reinado de Filipe IV, contribuiu, essencialmente, para a criação de uma imagem-modelo dos reis franceses, propagada para as restantes monarquias europeias, quer em matéria de ideologia e comportamento do foro estritamente político, quer nas suas formas de representação pessoal através das imagens, quer, inclusive, em matéria de devoções e enquadramento dos comportamentos dos monarcas face a essas mesmas devoções.

De facto, embora Luís IX tenha começado a reinar em 1226, data correspondente em Portugal ao reinado de D. Sancho II e tenha falecido em 1270, data correspondente ao reinado de D. Afonso III, a sua canonização, em 1297, ocorreu durante o reinado de D. Dinis, já em vida de D. Afonso IV. O impacto desta canonização, bem como o modelo ideal de rei que a mesma propunha e simultaneamente consagrava, deve ter sido significativo em todas as cortes europeias e, certamente, não deixou de se fazer sentir em Portugal e na própria educação do rei português, especialmente por influência de sua mãe, D. Isabel de Aragão, ela própria um modelo de religiosidade próximo do de São Luís, numa versão feminina de santidade, na linha dos ideais mendicantes.

São Luís foi o promotor empenhado na segunda reconstrução da Abadia de Saint-Denis e, em simultâneo, da encomenda de 16 túmulos novos, com o objectivo de dignificar e tornar mais visíveis aos olhos de todos, as memórias dos reis merovíngios e carolíngios, seus antecessores, com os resultados políticos que um gesto inédito desse género implicava. Também a ele se deve a definição decisiva da abadia de Saint-Denis como panteão exclusivo dos reis franceses, o que só por si explica a onerosa e nunca vista encomenda destes novos túmulos para antigos monarcas. Dificilmente se pode aceitar que iniciativas deste nível de significados possam ter passado despercebidas nas cortes europeias da época, e que não tivessem repercussões.

Para S. Luís, as relíquias eram uma obsessão. Por isso, a decisão de proclamar oficialmente Saint-Denis como panteão régio, colocando os corpos dos reis e as suas almas “à sombra” da protecção concedida pelas relíquias de S. Dinis (*ad sanctus*), enquadra-se perfeitamente na linha de pensamento deste rei-frade.

É, pois, provável, que D. Afonso IV tivesse tomado

a decisão de se sepultar em Lisboa, na Catedral, junto às relíquias do mártir S. Vicente, por suposta influência da tomada de posição de Luís IX de França em relação à Basílica de Saint-Denis, tanto no que se refere ao aproveitamento dos dividendos da reconstrução, por ele ordenada e patrocinada, como à transformação definitiva desta em “cemitério dos reis” e, ainda, na valorização dos enterramentos *ad sanctus*.

Um e outro templo guardavam os corpos santos dos mártires protectores das duas cidades, dos reinos e das duas dinastias e ambos estavam associados aos inícios das duas nacionalidades – Saint-Denis, associado à figura mítica de Carlos Magno; a Sé de Lisboa à figura igualmente mítica (ainda que mais restrita ao âmbito nacional) de D. Afonso Henriques. Por isso, um e outro templo, tomando também a função de lugares de sepultura dos corpos régios, serviam importantes propósitos de afirmação dinástica.

É preciso não esquecer, ainda, que descrições anteriores ao terramoto de 1755 indicam que a arca sepulcral do rei era decorada com cenas do martírio de S. Vicente<sup>37</sup>. Desta forma, o túmulo do rei, inserido no mesmo espaço litúrgico que o túmulo-relicário do mártir, bem como a restante decoração de temática vicentina que muito provavelmente existiria na capela-mor, constituía um novo contributo imagético para a devoção e também glorificação de S. Vicente.

D. Afonso IV era, não apenas o reconstrutor da Sé, mas também o principal obreiro na valorização do antigo culto cristão a este santo, estabelecendo, com ele, uma relação de reciprocidade no que se refere às formas de protecção: o rei, através das suas obras de beneficiação do edifício, por um lado, e como cabeça tutelar de importantes cerimónias de difusão e valorização do culto vicentino por outro, garantia, enquanto braço secular de Deus na corte terrena, a protecção das relíquias do santo; S. Vicente, intercessor eleito, e alvo de particular devoção do rei, garantir-lhe-ia a protecção da sua alma e a condução desta para a Corte Celestial. Estas intenções e, especialmente, a sua propaganda, deixaram marcas materiais e visuais na iconografia do selo pendente de um documento 1346.

<sup>37</sup> “Tinha relevos figurando os martírios de São Vicente na face que ainda se deixa ver [...] o mais jazia alagado em calça”. João Baptista de CASTRO, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno* (1745-58), 3ªed., tomo III, Lisboa, Typografia Panorama, 1870, p. 119.

## A promoção do culto das relíquias de S. Vicente e a propaganda imagética de D. Afonso IV

Um selo pendente de um documento datado da Era de 1384 (ano de 1346)<sup>38</sup>, referente à arrematação de umas casas em Lisboa (a S. Mamede), feito por Martim Rois Balestro, escudeiro e cidadão de Lisboa, que eram então da posse do rei, por terem sido penhoradas a João Lourenço por dívidas deste para com o monarca, vem revelar-se um documento iconográfico de grande relevo para a melhor compreensão sobre o papel da Sé de Lisboa ao tempo de D. Afonso IV e de como este templo lhe serviu de cenário e enquadramento para a exaltação do exercício de algumas das mais destacadas funções dos soberanos medievais. Este selo, já referido e divulgado por diversos autores<sup>39</sup> careceu, no entanto, de uma análise e leitura iconológicas. A primeira proposta de leitura foi realizada por Francisco Sengo,<sup>40</sup> no âmbito de um trabalho curricular, não publicado e, por isso praticamente desconhecido, mas onde expressou algumas das ideias fundamentais, desenvolvendo-as. No âmbito da dissertação

Selo camarário de Lisboa. 1346. (Reinado de D. Afonso IV). Foto: IANTT (Luís Pavão). Nesta representação do edifício da Sé podemos perceber a existência de duas altas torres na fachada e de uma torre sobre o cruzeiro.



<sup>38</sup> Selo do Concelho de Lisboa, ANTT, Convento de Santos-o-Novo, Caixa 3, maço 12, n.º 145.

<sup>39</sup> Marquês de ABRANTES (Luís Gonzaga de Lencastre e Távora), *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*, Lisboa, Ministério da Cultura, 1983. O autor ressalta a importância deste selo, considerando-o de excepção e analisando-o detalhadamente. Porém, apesar de tentar uma primeira leitura interpretativa, não desenvolve de forma satisfatória a sua proposta. Lúcia Maria Cardoso ROSAS, "104. Selo do Concelho de Lisboa", *Nos Confins da Idade Média, Arte Portuguesa Séculos XII-XV*, Cat. de Exposição (Europália 1992), Lisboa, Instituto Português de Museus, 1992, p. 196, resumiu a identificação das cenas à veneração das relíquias de S. Vicente e à presença de um rei e de um bispo oficiante.

<sup>40</sup> Francisco SENGO, *Um Selo Medieval Português. Contributos para o seu estudo*, trabalho curricular apresentado no âmbito da disciplina de História da Arte Gótica, do curso de História, variante de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999 (poli-copiado).

de Doutoramento tive oportunidade de tratar este tema, acrescentando outras ideias e uma nova proposta no que se refere à interpretação das várias cenas, e ao significado global.

Importa, antes de mais, referir que é iconografado nas duas faces: numa, representa-se a imagem idealizada da organização do espaço urbano de Lisboa com a Sé Catedral em grande destaque, (apesar da idealização é provável que os perfis da catedral ao tempo de D. Afonso IV, sejam coincidentes com o que se pode ver nesta representação e que é muito sugestivo para a análise destas temáticas, mas menos importante para os objetivos deste estudo); na outra face, uma composição de grande complexidade figurativa, onde se agrupam personagens de difícil identificação, elementos de micro-arquitecturas e micro-esculturas, heráldica e legendas. Ambas as representações, do verso e do averso, se interligam entre si. Detenho-me apenas nesta última composição, uma vez que as cenas aqui representadas se relacionam com a iconografia vicentina e a sua ligação à Sé de Lisboa no tempo de reinado de D. Afonso IV, pelo que se impõe descrevê-la sumariamente, para que melhor possamos compreender a organização do espaço, as hierarquias pré-determinadas, a iconografia e a sua simbólica.

O espaço algo circular onde as cenas se desenrolam é marcado pela oposição entre o interior e o exterior, delimitadas por uma estrutura que sugere arquitetura, mas que mais não é que a justaposição entre elementos verdadeiramente arquitectónicos e outros com carácter simbólico.

Assim, como delimitação vertical do espaço interior, erguem-se

Selo camarário de Lisboa. 1346. (Reinado de D. Afonso IV). Foto: ANTT



dois báculos episcopais (com crossa em voluta e sem decoração), substituindo-se ao papel de vulgares colunas. A fechar, superior e horizontalmente, um arco abatido e decorado com minúsculas esferas e encimado por onze pequenas torres, faz a vez de arco, ou melhor, de tecto em abóbada, cobrindo o que podemos interpretar como sendo um templo. O facto de, na outra face do selo, se dar grande destaque à Sé de Lisboa e de, nesta face, a composição estar delimitada por dois báculos, insígnia episcopal por excelência, permite concluir sobre a intenção de se representar o interior da referida Catedral, como já o havia defendido Francisco Sengo.

No exterior deste templo (na face que aqui nos ocupa), delimitados por uma circunferência pérolada (pequenas esferas organizadas sequencialmente), a composição organiza-se simetricamente em três registos: em baixo, duas figuras ajoelhadas, de frente uma para a outra, têm as mãos juntas para oração; ao centro, dois escudos com as armas de Portugal e, a terminar, duas legendas que, pelo facto deste selo se encontrar danificado na orla, impossibilita a leitura de ambas.

No interior, a composição organiza-se, igualmente, em três registos, aqui melhor estratificados pela inclusão de faixas separadoras, sugerindo uma organização em andares. No primeiro registo, em baixo, sobre aquilo que poderão ser as ondas de um estilizado mar, ou a sugestão de uma escadaria, ajoelham-se dezoito figuras em oração, antecedidas por outras duas, de pé. De frente a este amplo conjunto figurativo, duas personagens, uma ajoelhada e a outra de pé, ambas em prece, como se di-

relacionadas com a presença ou evocação de mártires.

Por fim, o terceiro registo, mais amplo e mais rico em elementos iconográficos. Da esquerda para a direita, podemos observar a figura mais destacada de toda a composição pelas suas superiores dimensões: uma figura masculina, sedente sobre um trono, vestida com túnica curta e manto que lhe cobre apenas as costas, deixando a descoberto a anatomia dos braços, parte das pernas e os pés, pelo que entendo tratar-se de uma indumentária secular, não obstante a importância, dignidade e solenidade da figura. Apresenta coroa sobre a cabeça, de difícil definição, e segura uma esfera, ou globo da soberania, com uma das mãos e, com a outra, prepara-se para receber uma palma que lhe é entregue por uma segunda figura masculina, tonsurada e genuflectida à sua frente (um clérigo).

De costas para esta última personagem encontra-se, de pé, um oficiante religioso, paramentado com vestes talares (episcopais) e com mitra sobre a cabeça, posicionado em frente a um altar, sobre o qual se encontra o cálice eucarístico<sup>41</sup>. Sobre ele, dispõem-se, como que dependurados, dois candelabros em forma de estilizadas embarcações.

Com proporções igualáveis à da primeira e maior figura, e assumindo a escala de hierarquias que se verificam nas representações medievais, a representação de um túmulo-relicário<sup>42</sup>, assente sobre altas colunas



Segundo registo (intermédio) do selo – figuras ajoelhadas, em oração e a segurar palmas

rigissem a comunicação que aqui se estabelece.

No segundo registo, dois grupos constituídos por quatro e cinco figuras respectivamente, em frente um ao outro, posicionam-se novamente genuflectidos, são de maiores dimensões do que as personagens descritas para o primeiro registo e, pelo menos duas delas, parecem segurar palmas, conhecido atributo de identificação dos mártires, ou usados em cerimónias

<sup>41</sup> A relação entre as relíquias, a eucaristia e as imagens apresenta uma circularidade contínua, quaisquer que sejam as diferenças existentes entre estes objectos. Cf. Jean-Claude SCHMITT, "Le relique et les images", *Les Reliques. Objects, Cults, Symboles, Hagilogia. Études sur la Sainteté en Occident*, Actes du Colloque International de l'Université du Littoral-Côte d'Opale (Boulogne-sur-Mer), 4-6 Setembro de 1997, Breplos Publishers, 1999, p. 150

<sup>42</sup> Os túmulos-relicários tanto podem ser os túmulos originais em que os santos foram inumados, como cenotáfios, ou túmulos de "aparato", especialmente concebidos para a exposição das relíquias.



capitelizadas e encimado por duas aves afrontadas (muito provavelmente dois corvos), constitui o elemento não humano mais destacado do conjunto<sup>43</sup>.



Pormenor da figura do rei, entronizado, segurando o Globo da Soberania e recebendo a palma das mãos de um religioso



Pormenor do bispo oficiante e do altar eucarístico, encimado pelos candelabros em forma de barcas

Sob o túmulo-relicário, duas pequenas figuras ajoelhadas e orantes, olham na direcção do altar e da celebração da Eucaristia. Por fim, uma personagem isolada, atrás do túmulo relicário, está de pé e segura, com as duas mãos, o que parece representar um círio (diferente, pela sua fisionomia, dos atributos que identifico nesta composição como representações de palmas).

A partir da observação das várias personagens envolvidas na cena, da divisão dos espaços e de outros elementos que a compõem, é possível avançar, dificilmente sobre a identificação de todas, e mais facilmente sobre algumas e, sobretudo, propor uma leitura geral, ou seja, uma proposta sobre a mensagem principal e as sub-mensagens que lhe estão inerentes.

Facilmente percebemos que a figura coroada, e destacada em relação às outras, é a representação de um rei, que identifico aqui como sendo D. Afonso IV, tanto pela data do documento a que o selo pertence (1346), como pelo facto de toda a cena se desenrolar no interior da Sé e Lisboa e, ainda, por estar ladeada pelos escudos heráldicos com as armas de Portugal<sup>44</sup>.

À data da realização deste selo, já às obras de reconstrução da Catedral, sob o patrocínio e forte empenho de D. Afonso IV, estavam em pleno desenvolvimento, e o próprio testamento do rei, revelando a sua intenção de aí se sepultar sob a protecção de S. Vicente, havia sido redigido (1345), pelo que a notoriedade que se havia de dar à pessoa do monarca em qualquer iconografia relacionada com a Sé e com S. Vicente, não pode, de forma alguma, estranhar. Esta conclusão já havia sido expressa por F. Sengo, a qual sublinho.

Da mesma forma, e a partir destes pressupostos, elementos como os dois corvos, as barcas<sup>45</sup>, o túmulo-relicário e a água que se desenha no registo inferior, relacionam-se com a iconografia de S. Vicente, mártir cujo corpo era guardado e venerado na Sé desde o reinado de D. Afonso Henriques (1173), obedecendo a um projecto de enobrecimento de Lisboa<sup>46</sup> como nova capital, sendo o rei o principal dinamizador do empreendimento.

Em número de dois, os corvos cedo aparecem na

<sup>43</sup> Com frequência, as arcas ou túmulos-relicários são de grandes dimensões e desproporcionadas em relação às relíquias que contêm, por um questões de prestígio e de ostentação (cf. Alain DIERKENS, "Du bon (et du mauvais) usage des reliquaires au Moyen Age", *Les Reliques. Objects, Cults, Symboles*, (hagiologia. Études sur la Sainteté en Occident), Actes du Colloque International de l'université du Littoral-Côte d'Opales (Boulogne-sur-Mer), 4-6 Setembro de 1997, Brepols Publishers, 1999, p.242.

<sup>44</sup> O Marquês de Abrantes, na breve proposta de leitura iconográfica que faz deste selo, entendeu poder tratar-se de um cerimónia de entronização das relíquias de S. Vicente na presença do soberano português – o Rei Afonso I – e do Bispo de Lisboa. Já Francisco Sengo deixou bem argumentado no seu estudo que, o soberano em causa, seria D. Afonso IV, proposta que corroboramos, dada a cronologia (embora não fosse impeditiva a existência de uma representação memorial de D. Afonso Henriques, sempre que o tema é S. Vicente) e, ainda, com maior significado, todo o ambiente político-religioso que se viveu neste reinado em torno da Sé de Lisboa, protagonizado pelo próprio monarca, bem como a sua especial devoção para com o mártir S. Vicente.

<sup>45</sup> Sobre o significado simbólico das embarcações na iconografia de S. Vicente já muito se tem escrito, pelo que, simplesmente, remeto para as conclusões de Lúcia FERNANDES, "O Culto Vicentino...", *Op. cit.*, 1995, p. 227, por resumirem os aspectos mais importantes deste atributo, ou signo.

<sup>46</sup> Cf. Aires de NASCIMENTO e Saúl A. GOMES, *Op. cit.*, 1998, p. 10



Pormenor do túmulo-relicário de S. Vicente e das figuras que lhe estão mais próximas, bem como dos dois corvos, pousados sobre a tampa. Foto: IANTT (Luís Pavão).

iconografia vicentina, incluindo a que se expressa na sigilografia medieval do Mosteiro de S. Vicente de Fora, desde 1190<sup>47</sup>. A presença simbólica da água é feita pelas barcas e pela representação estilizada das ondas do mar que, em conjunto, trouxeram o corpo do santo martirizado até à costa, após a derradeira fase do martírio e morte, e até Lisboa, durante a *traslatio* do Cabo de S. Vicente.

O relicário<sup>48</sup> é semelhante, na sua forma, a um túmulo, como era comum na época e como atestam vários exemplos iconográficos, de entre os quais podemos referir o de um capitel da cripta românica da abacial de Saint-Denis de Paris, onde um grupo de religiosos, em cortejo solene, transporta um relicário deste tipo, ou, ainda, o fragmento do túmulo-relicário de São Bonifácio (?) na Igreja de All Saints de Brixworth, Northamptonshire (Inglaterra), datado de 1330<sup>49</sup>, ou ainda, o túmulo-relicário de São Tomás Beckett, representado num vitral da capela da Trindade na Catedral de Canterbury, entre outros.

Todos se caracterizam pela forma paralelepípedica com tampa de duas águas, decorados com arcarias cegas<sup>50</sup>. Esta mor-



Fragmento do túmulo-relicário de S. Bonifácio (?). Igreja de All Saints de Brixworth, Northamptonshire (Inglaterra), 1330. Apud ALEXANDER, Jonathan, BINSKY, Paul, ed., *Age of Chivalry. Art in Plantagenet England (1200-1400)*, Londres, Royal Academy of Arts, 1987, p. 210

fologia, herdada dos túmulos-relicários altomedievais, constitui um modelo imaginário, como imagem da casa de Deus, de acordo com o arquétipo do Templo da Jerusalém Celeste<sup>51</sup> e, repetido a cada nova realização, como tão bem testemunham al-



Elevação das relíquias de São Luís. *Grandes Chroniques de France*. 1370. BNF, fl. 324.

guns exemplos que nos chegaram, bem como as suas representações na pintura e na escultura medievais. Veja-se o exemplo da arca com as relíquias compradas por São Luís e representada nas *Grandes Chroniques de France*.

É de notar também, a preferência que se verifica na Europa ocidental pelas colunas como suporte dos relicários, colocando-os numa posição elevada, tendência esta que se regista em simultâneo com a novidade de elevar a hóstia sagrada durante a Eucaristia<sup>52</sup>, sendo o primeiro registo deste acto datado de finais do século XII, na igreja de Notre-Dame de Paris<sup>53</sup>.

<sup>47</sup> Cf. *Catálogo da Exposição Iconográfica e Bibliográfica comemorativa do VIII Centenário da chegada das relíquias de S. Vicente a Lisboa*, Lisboa, 1973, n.º 153. Com múltiplos significados simbólicos, o corvo esteve sempre presente na iconografia de S. Vicente, normalmente em número de dois. Duarte GALVÃO, *Cronica del Rey Dom Affonso Hamrriques primeiro Rey desdes regnos de Portugal*, ed. Cascais, Conde de Castro Guimarães, 1918, acentua o papel do corvo na defesa do corpo do santo.

<sup>48</sup> O valor, forma e função dos relicários são temas que têm vindo a suscitar grande interesse por parte dos historiadores, existindo já uma ampla bibliografia, especialmente de origem alemã e francesa. Citem-se os estudos de Alain DIERKENS, "Reliques et reliquaires, sources d'histoire du Moyen Âge", *Sainteté et Martyre dans les Religions du Livre*, (ed. J. Marx), Bruxelles, 1989, pp. 47-56 e "Du bom (et du mauvais)...", *Op. cit.*, 1999, pp. 239-251.

<sup>49</sup> Este relicário de pedra, aberto em 1809, onde se encontrou fragmentos de ossos e um fragmento de papel que se desintegrou antes de poder ser lido, poderá ter sido destinado a guardar as relíquias de São Bonifácio, santo patrono de uma guilda de Brixworth, Northamptonshire. O santo beneficiava de uma festa anual, com vigília e feira de três dias. Sobre este relicário Cf. a ficha de Catálogo n.º 25 de Jonathan ALEXANDER e Paul BINSKI, ed., *Age of Chivalry. Art in Plantagenet England 1200-1400*, London, Royal Academy of Arts, 1987 (com outra bibliografia citada).

<sup>50</sup> Dos séculos XVII e XVIII várias são as descrições do túmulo do mártir, encontrado e re-encontrado na capela-mor da Sé, embora os autores dos documentos sejam parcos nas observações sobre a sua morfologia, referindo apenas que era de pedra, com cintas de prata, possuía colunas e guardava-se dentro um caixão de madeira. Sobre este assunto veja-se o apanhado do conjunto documental em Dagoberto MARKL, *O Retábulo de S. Vicente da Sé de Lisboa e os Documentos*, Lisboa, Caminho, 1987, pp. 231-235.

<sup>51</sup> Cf. Alain DIERKENS, "Du bom (et du mauvais)...", *Op. cit.*, 1999, p. 243.

<sup>52</sup> Cf. Paul BINSKI, *The Plantagenets. Kingship and the Representation of Power 1200-1400*, New Haven e Londres, Paul Mellon Centre for Studies in British Arts, Yale University Press, 1995, p. 94.

<sup>53</sup> Cf. V. L. KENNEDY, "The moment of consecration and the elevation of the Host", *Medieval Studies*, n.º 6, 1944, pp. 121-150.

No túmulo-relicário que podemos observar neste selo não existe qualquer deslocação do objecto e das personagens, mas sim um notório estaticismo, não se tratando, por isso, de um cortejo ou procissão solenes de transporte de relíquias como no capitel da cripta de Saint-Denis, ou, de forma mais simples, como numa iluminura datada do séc. IX, da *Histoire de la mort de saint Jean-Baptiste*, em que vemos duas personagens a transportar o *feretrum*, a fim de depositar as relíquias no altar da igreja correspondente. O túmulo relicário do selo encontra-se, pois, estanque, e bem assente sobre altas colunas.

Talvez seja a primeira vez que o túmulo-relicário do santo foi representado num selo, porquanto os exemplos anteriores conhecidos, relativos à iconografia vicentina, mostram o corpo do santo deitado e não protegido por qualquer arca para relíquias<sup>54</sup>.

Ora, no selo que agora nos ocupa, a presença das relíquias do santo não se faz pela representação do seu corpo, como julgou ver F. Sengo, numa hipotética figura ajoelhada sob o altar. A verdade é que não se trata de uma figura, mas, simplesmente, das pernas do pequeno altar e dos pregueados da toalha que o cobre. O corpo encontra-se, por isso, oculto, resguardado pela arca sepulcral destinada às relíquias<sup>55</sup>, dando-se “visibilidade” à sua presença através dos atributos da iconografia vicentina (corvos e



Transporte da arca das relíquias. Capitel da cripta de Saint-Denis (Paris). Séc. XII. Foto: PAF

barcas) e, na outra face do selo, pelo destaque que é dado à Sé

de Lisboa, lugar onde se guardava os restos mortais. O oculto torna-se assim visível, na conjugação de vários símbolos.

F. Sengo propõe, como leitura global da obra, tratar-se da representação de uma cerimónia de re-consagração do altar dedicado a S. Vicente que, sob o patrocínio do rei, havia sido erguido no âmbito da reconstrução da cabeceira da Sé. Identifica o conjunto das muitas personagens em oração como a junção de toda uma sociedade, unida numa missa de “acção de graças” pela protecção exercida por S. Vicente nos anos imediatos ao flagelo da Peste Negra, uma vez que, e baseado nos estudos de Mario Sensi, S. Vicente era conhecido nas comunidades moçárabes como santo *depulsor pestilentiae*. Entende, pois, que se trata de

evidenciar o papel moral do rei como *Rei Cristianíssimo*. “O Rei surge como intermediário entre São Vicente e seus vassallos, encarregado de transmitir a prece, de ordenar o acto, de beneficiar da presença perto das relíquias. A sua posição nesta composição, ao alto e na cena principal não é despropositada numa hierarquia de valores visuais. Entronizado, o rei não é apenas um actuante ou uma mera cabeça coroada. Ele tem a função sagrada de *Rector Ecclesiae*, ou seja, ele é o protector da Igreja de Deus no seu reino (...)”<sup>56</sup>.

No que à questão de D. Afonso IV como imagem de *rei muito cristão* ou *cristianíssimo* se refere, estou em total sintonia com o autor. Para D. Afonso IV, assumir o



Transporte das relíquias. *Histoire de la mort de saint Jean-Baptiste*. Evangeliário cartuxo, séc. IX. Biblioteca Nacional de Paris, ms. Lat. 9386, f.º 147. Apud *Naissance des Arts Chrétiens. Atlas des Monuments Paléochrétiens de la France*, Paris, Ministère de la Culture/ Imprimerie National Editions, 1991, p. 86.

<sup>54</sup> Apresentam a figuração de um corpo nu, deitado de lado, com um corvo sobre os pés e, a encimar esta composição, dois bustos, um de homem e outro de mulher. Na interpretação de Luís Gonzaga de Lencastre e Távora (Marquês de Abrantes), poderá ser a representação de D. Afonso Henriques e D. Teresa “pairando” sobre o corpo do mártir S. Vicente, numa homenagem dos Regrantes de Santo Agostinho ao fundador deste cenóbio, e responsável pela recuperação das relíquias do santo mártir de Saragoça. Cf. Marquês de ABRANTES, *Op. cit.*, 1983, p.152 (nº 154), e ainda, IDEM, *Manual de Sigilografia Portuguesa Medieval*, ed. do autor, s.d.

<sup>55</sup> A colocação dos restos mortais dos santos em túmulos de pedra constituiu uma das respostas que a Igreja conseguiu dar à necessidade de protecção destas valiosas relíquias, face ao crescente fenómeno das peregrinações, desejáveis enquanto intensa manifestação de fé e igualmente rentável negócio para os seus detentores, mas também, face aos constantes e muito conhecidos episódios de roubo de relíquias que ocorreram um pouco por toda a Cristandade.

papel preponderante desta cerimónia, investida, toda ela, bem como o próprio rei, de carácter religioso e sacerdotal, significa, ou que ele é um ungido, ou, então, que a unção dos primeiros reis se perpetuou através dos sucessores, não o obrigando ao mesmo cerimonial, e aceitando-se que as qualidades sacerdotais dos monarcas estavam, à partida, implícitas, desde que este subia ao trono e governava como *rex gratia Dei*.

O certo é que o rei, entronizado, vestido e coroado como para uma representação de majestade, segurando com uma das mãos o globo da soberania (o Orbe ou *Globus* - atributo que passou despercebido nas várias análises que até agora foram feitas a este selo) e dirigindo os acontecimentos de toda a cerimónia, assume a majestade própria dos reis ungidos, os quais, por isso mesmo, estão investidos de um poder religioso que lhes permite intervir nos rituais, substituindo-se ou compartilhando esse poder com os arcebispos e bispos, representando, tal como eles, a supremacia do poder espiritual na hierarquia eclesiástica. Constitui, juntamente com a coroa, o manto real e o trono, um conjunto de atributos próprio do governo monárquico, alguns dos quais pertencentes ao grupo das *regaliae*.

O Globo é, porém, a única insígnia do poder régio que o monarca segura com uma mão, pois não nos parece que aqui se possa ver, como segundo atributo sustentado pela outra mão do rei, o ceptro, numa clara transposição de modelos franceses, como pretendeu ver F. Sengo. O objecto que poderia ser identificado como tal, tratar-se-á, sim, por analogias formais com outros objectos idênticos no mesmo selo, de uma palma identificadora de martírio, agora maior e mais destacada do que as restantes que se podem ver nas mãos de outras personagens e, por isso, em sintonia com a superioridade dimensional da figura do rei, e que lhe é entregue pelas mãos de um religioso, colocado em posição subalterna. Tratando-se de uma cerimónia relacionada com S. Vicente Mártir, faz todo o sentido que as palmas como símbolo de martírio estivessem abundantemente presentes no desenrolar dos acontecimentos.

Aliás, o ceptro, ou vara da justiça, não poderia ser entregue ao rei, no âmbito de uma cerimónia e num “retrato” de aparato, por uma simples figura de religioso, que nem sequer pode ser identificado como um bispo. O ceptro, como elemento identificativo do poder e da missão do soberano, a ser representado aqui, estaria implicitamente nas mãos do rei, sem qualquer interferência de outras personagens.

Entronizado, recebendo a palma do martírio e pre-

sidindo a toda a cerimónia, à qualidade de soberano na pessoa de D. Afonso IV, junta-se a de um eclesiástico, ou seja, unem-se as duas funções no mesmo corpo político do rei. D. Afonso IV é, a partir das ilações susceptíveis de retirar desta iconografia, o principal intermediário entre Deus e o seu povo, bem como o chefe da Igreja do seu reino, aquele que patrocina e conduz cerimónias de carácter religioso do mais elevado relevo. Como tal, a sua representação não podia deixar de se revestir de todos os aspectos que nos fazem reconhecer a sua *auctoritas*, como cabeça tutelar, condutora e simultaneamente dinamizadora da cerimónia, bem como a *maiestas*, decalcada ao nível da representação das imagens religiosas da Majestade de Cristo ou, e talvez neste caso, de forma mais precisa, das representações do poder episcopal ou arquiépiscopal (o bispo ou o arcebispo majestaticamente sentado na sua sede). Acentua-se, pois, o carácter sagrado do rei, identificando-o com o poder religioso, ao nível da representação, já que, efectivamente, ele detém esse mesmo poder, em termos teóricos e práticos.

Desta forma, o lugar que Afonso IV ocupa na composição é, no quadro das funções políticas e religiosas da pessoa do rei, a de “*rex et sacerdos*”, indo de encontro à perspectiva defendida por Garcia Peláiz<sup>57</sup> (e anteriormente por Kantorowicz) de que “Siendo tanto los reyes como los obispos imágenes o tipos de Cristo, y uniendo Cristo las naturalezas real y la sacerdotal, quedaba abierta la vía tanto a la consideración del *rex* como *sacerdos* como la consideración del obispo como *rey*”<sup>58</sup>.

Por isso, a história do Estado medieval é, em grande parte, a história dos intercâmbios entre as funções real e sacerdotal, assim como o mútuo intercâmbio de símbolos. Tal como D. Dinis, que encontrou em Afonso X, o *Sábio*, seu avô, o arquétipo régio por excelência<sup>59</sup>, também D. Afonso IV não terá sido alheio aos conceitos sobre as formas de governo expressos nas *Partidas*, onde se indica que o rei não é apenas o guia e caudilho das suas hostes, mas também juiz no seu reino e “senhor en las cosas espirituales” (II, I, VI). Princípios que se baseiam na procura da imagem do rei e do poder perfeito, encarnada pelo bíblico David: o rei deve ser enérgico com os inimigos do seu povo, justo com os seus vassallos e garante ou responsável pela fé<sup>60</sup>.

<sup>57</sup> Garcia PELAIÓ, *Los Mitos Políticos*, Madrid, Alianza, 1981, pp. 258-260.

<sup>58</sup> E. KANTOROWICZ, *Op. cit.*, 1985, p. 140 e ss.

<sup>59</sup> Cf. S. R. ACKERLIND, *King Denis of Portugal and the Alfonsine Heritage*, Nova York, Peter Lang Publishing Inc., 1990.

<sup>60</sup> Cf. Manuel NÚÑEZ RODRÍGUEZ, “*Religio regis y culto al poder*”, *Propaganda e Poder*, Actas do Congresso Peninsular de História da Arte (5 a 8 de Maio de 1999), Lisboa, Colibri, 2001, p. 99.

Já no que se refere à hipótese de se tratar da representação de um cerimónia de sagração, ou re-consagração, do altar dedicado a S. Vicente, coloco algumas dúvidas e proponho uma leitura algo diferente.

Primeiro, é preciso compreender alguns passos da evolução do culto Vicentino e, sobretudo, conhecer um conjunto de elementos comuns à celebração dos milagres atribuídos ao santo. Como já referiram Aires A. de Nascimento e Saúl António Gomes, o culto que é devotado em Portugal ao mártir S. Vicente, a partir do século XII, impôs-se numa cidade onde se veneravam relíquias de outros santos da tradição hispânica altomedieval: Sta. Justa, S. Gens, St. Anastácio, S. Plácido, S. Manços (não só na Sé de Lisboa mas também noutros templos), S. Veríssimo, Sta. Máxima e Sta. Júlia no Mosteiro de Santos), S. Félix, Sto. Adrião e Sta. Natália (no Mosteiro de Chelas), entre outros.

A justificação para a aceitação e afirmação de S. Vicente, um santo do Sul hispânico, como padroeiro de Lisboa, encontram os referidos historiadores no facto de não ser apenas um santo tradicional, mas que também associava a revivescência do seu culto junto das elites do poder, em especial da corte francesa, passando também a ser culto das cortes hispânicas, como poderá ser prova a existência do *Missal de Mateus*, trazido de Moissac para Braga, onde é dado particular destaque a S. Vicente no conjunto do santoral. A alteração dos cultos de Lisboa neste período deverá, por isso, ser entendida no quadro da emigração franca para o ocidente peninsular e consequente alteração do meio dirigente, a partir da corte e da hierarquia eclesiástica, logo após a conquista de Lisboa<sup>61</sup>.

O que é certo é que, entre os mártires peninsulares, o diácono valenciano S. Vicente, assumiu particular des-

taque, e a sua fama rapidamente se espalhou por toda a Cristandade, sobretudo no Ocidente, mas não só. Prova cabal do que se afirma, e baseado nos estudos e conclusões de outros autores a este respeito, é o facto de Santo Agostinho lhe ter dedicado “nada menos de cinco sermões”<sup>62</sup>.

A presença das relíquias vicentinas representava, no contexto da Reconquista de Lisboa, uma forma de “patrocínio” celestial que importava argumentar, legitimando e impondo a presença das autoridades cristãs do poder temporal e do poder espiritual na cidade, como bem testemunha a construção do Mosteiro de S. Vicente de Fora, ou a presença muito precoce da iconografia vicentina em selos, quer do Mosteiro de S. Vicente, quer em documentos do concelho de Lisboa, permitindo detectar uma mensagem simbólico-religiosa que tende a relacionar a cidade de Lisboa com o Além<sup>63</sup>.

O santo actua, assim, como estandarte da trama política da formação da nacionalidade, como símbolo da luta e da vitória contra os infiéis. “Ele é o santo que dá bênção à luta. É ele quem comanda as vitórias e as derrotas, quem pauta os passos da guerra e quem disciplina depois a tormenta. D. Afonso Henriques funciona nesta acção como o elemento cumpridor do destino divino. As suas decisões não são, em última instância, suas, antes acata as inspirações e ditames superiores que o irão conduzir à vitória”<sup>64</sup>.

A exortação à veneração das relíquias do santo era feita não apenas em Lisboa, mas também noutras paróquias portuguesas, como induz o texto do sínodo de Lisboa de 1240<sup>65</sup>. Assim, se o mártir de Saragoça era, essencialmente, um santo da urbe lisboeta, tornou-se, de alguma forma, um santo nacional. Mas o que o diferencia de tantos outros, cujas relíquias se veneravam em Portugal no século XII, era o facto de ter como principais devotos e seus defensores, a nobreza, encabeçada pelo próprio rei, D. Afonso Henriques, e notáveis figuras da época como são exemplos D. Gualdim Pais e D. Gonçalo Egas de Lanhoso, entre outros. De resto, a estreita ligação entre a família real portuguesa e o culto vicentino não mais deixou de existir durante a primeira dinastia, tornando-se especialmente visível durante o reinado de D. Afonso IV.

O santo mártir, cujos restos mortais repousavam na capela-mor de Lisboa, era invocado não apenas como poderoso curandeiro de doenças do foro neurológico, mas também para ajudar os infelizes a recuperar bens perdidos ou roubados ou para o salvamento de naufragos<sup>66</sup>. O êxito da sua intercessão era celebrado

<sup>61</sup> Cf. Augusto A. de NASCIMENTO e Saúl António GOMES, *Op. cit.*, 1988, pp. 9-10. Cf. também Lídia FERNANDES, “O culto vicentino...”, *Op. cit.*, 1995, p. 223.

<sup>62</sup> Cónego José FALCÃO, *Op. cit.*, 1974, p. 6.

<sup>63</sup> Augusto A. de NASCIMENTO e Saúl António GOMES, *Op. cit.*, 1988, pp. 11-12.

<sup>64</sup> Lídia FERNANDES, “O culto vicentino...”, *Op. cit.*, 1995, pp. 223-224.

<sup>65</sup> Augusto A. de NASCIMENTO e Saúl António GOMES, *Op. cit.*, 1988, pp. 11-12, p. 13.

<sup>66</sup> Como refere André VAUCHEZ, *La Espiritualidad del Occidente Medieval, Madrid, Cátedra*, ed. 1985, p. 122, a santidade era verificada pela sua eficácia. Se para os poderosos, a eficácia de um santo era verificada através da sua intervenção em acções que poderiam mudar o curso da História (ex. das aparições de Cristo, da Virgem Maria e de santos nos momentos de anteceder uma grande batalha), já para os simples fiéis, os milagres esperados eram especialmente curas: “restituir la paz del espíritu a los poseídos por el demonio, hacer caminar a los cojos y devolver la vista a los ciegos representaban entonces los criterios más comunes de la santidad”.

de maneira festiva e altamente participativa por todos, beneficiados ou não.

Ora, no caso da composição iconográfica aqui em análise, vários são os indícios de que se trata de uma cerimónia de agradecimento a S. Vicente pela sua protecção e milagres, e, em última instância, uma cerimónia que visava a exaltação do santo na sua relação com a monarquia portuguesa. Aliás, a forma como se organizam as muitas figuras participantes da cena, em grupos de religiosos e de leigos, estratificados de acordo com a sua condição e importância social, bem como a forma como todas as figuras se relacionam com o túmulo relicário do santo e com o altar eucarístico, vão de encontro às descrições que se conhecem destes momentos de louvor ao mártir curandeiro, pelo que citamos importantes excertos do estudo de Aires de Nascimento e Saúl Gomes, como conclusões da análise às duas colectâneas de milagres de S. Vicente que até nós chegaram<sup>67</sup>.

Assim, relativamente aos gestos, atitudes e comportamentos dos devotos nos momentos de solicitação da intervenção do santo em auxílio dos doentes e necessitados e seus consequentes milagres: “As curas são celebradas com estrépito, por aclamação jubilosa: os sinos dobram, transpondo para o exterior, com a aprovação das autoridades competentes, o alvoroço das primeiras testemunhas; em resposta, toda uma multidão ocorre à Sé. De resto, os suplicantes, nunca surgem isolados, ainda que possam ser anónimos; à sua volta há sempre gente em movimento, de olhar perscrutador e atento ao evoluir da situação. Interessada, muitas vezes, participante sempre”<sup>68</sup>.

O milagre, como pretexto para celebração, impõem-se como ritual unificador de todas as gentes em torno de algo Maior. É um louvor ao santo e a Deus, com a participação do beneficiário, mas também de toda a comunidade que, em rituais nocturnos, na Sé de Lisboa, se junta para agradecer a graça de que, hoje, foi alvo um vizinho, um parente ou até um desconhecido, mas que, amanhã, poderá ser necessária para qualquer um dos presentes, ou mesmo para o seu conjunto.

“Mas a entrada do doente na comunidade orante faz-se habitualmente através de uma certa encenação teatral e movimentação dramática que envolve a participação do próprio interessado. Mesmo em casos de paralisias infantis profundas, anota-se que a criança se expressa «gestu perditu corporis et gutturus impedito murmure grauis», a reclamar que a coloquem junto das

reliquias do santo, enquanto os familiares se esforçam por explicar ao povo, que imediatamente ocorre, as circunstâncias da doença. Gesto necessário este para garantir a oração comunitária (*a populo circumstante piis lacrimis et communibus uotis oratur*), ele prepara também o anúncio da cura e o extravasamento jubiloso para a cidade inteira”<sup>69</sup>.

As duas pequenas figuras que podemos ver ajoelhadas debaixo do túmulo-relicário podem ser interpretadas como representações dos que vêm suplicar pela cura dos seus males, situando-se, por isso, mais do que qualquer personagem envolvida nesta cena, na proximidade ou contacto directo com o *locus sepulcralis* do santo<sup>70</sup>, sendo que “(...) Um dos gestos requeridos é por vezes o do toque com as mãos no sarcófago do santo, como acontece no caso presenciado por Gualdim Pais. Também a palavra de súplica se torna habitualmente indispensável. O santo, por seu lado, exerce a sua acção ora imperceptivelmente ora por intervenção marcada por aparição. (...) E o agradecimento exprime-se ritualmente pela participação no culto estabelecido, nos sermões laudatórios organizados para a proclamação solene do milagre, pela divulgação festiva do favor recebido”<sup>71</sup>.

A obtenção de uma graça exige que o suplicante entre em contacto, o mais directo possível, com o túmulo-relicário. Como bem definiu Francesca Español a propósito dos túmulos-relicários catalães “como que las reliquias pueden contaminar de santidad a quien se ponga en relación con ellas, el sarcófago que las acoge es el medio a través del cual se puede conseguir la curación. Por eso el enfermo lo toca, pasa por debajo o circunda varias veces. (...). Por el mismo motivo, para favorecer la práctica de unos rituales seculares, los sepulcros-santos románicos y góticos adoptan una específica topología y los vemos dispuestos generalmente

<sup>67</sup> Uma primeira colectânea inserta num Leendáruo Alcobacense (Lisboa, B.N., Alc. 420) – publicada por Fei António Brandão (Monarquia Lusitana, 3.<sup>a</sup> parte, Lisboa, 1632, fls. 296-300), bem como pelo editor dos *Portugaliae Monumenta Historica*, e um segundo, correspondendo a descoberta recente, em caderno isolado, na Biblioteca Nacional de Lisboa (Cx 21/X-3-14, n.º 21), inédita até à data de publicação deste estudo (1988).

<sup>68</sup> Aires A. de NASCIMENTO e Saúl António GOMES, *Op. cit.*, 1988, p. 14.

<sup>69</sup> IBIDEM, p. 16

<sup>70</sup> A tradição de uma culto e de consequente pedido de protecção para cura de doenças e outros favores não deixa de ser mencionado por D. Rodrigo da Cunha, ao referir ao facto das reliquias terem sido mandadas colocar na capela-mor da igreja logo em 1173, no altar principal, para “que pudesse ser tocada dos enfermos, e fieis que ellas acediam”, *Op. cit.*, fl. 96.

<sup>71</sup> IBIDEM, p. 17.

sobre columnas y separados del muro de fondo de la capilla que los custodia”<sup>72</sup>.

A colocação destas duas figuras debaixo do túmulo-relicário, ajoelhadas e em prece, deve ser suficientemente valorizada para compreensão geral do tema. A sua disposição está em relação com a absoluta centralidade do valor, real ou imaginário, que na Idade Média se atribui ao contacto físico com os objectos da devoção cristã. Por um lado, porque esse contacto propiciava, na mente dos crentes, o contágio de um benefício espiritual; por outro lado, o contacto sensorial relacionava-se com a ideia de autenticidade<sup>73</sup>.

Esta é uma cena que, embora mais simplificada, recorda a que podemos ver numa das iluminuras da *Vida de Eduardo o Confessor* (*Estoire - Westminster*), de meados do século XIII, em que a forma de proximidade ou de contacto físico com o túmulo-relicário do rei-santo da dinastia saxónica, é procurada por uma multidão de peregrinos que apresentam problemas de saúde ou deficiência física, enquanto um monge canta o *Te Deum*.

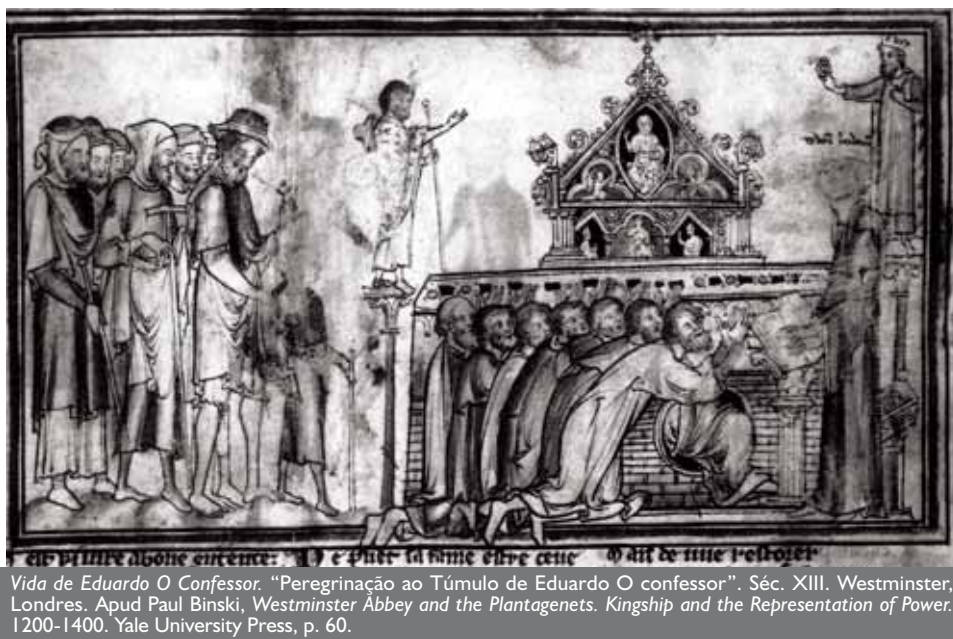
Da mesma forma, e reveladora de idêntica intencionalidade valorizadora do poder milagroso dos sarcófagos-relicários dos santos, uma iluminura da *Vida de Santa Edeviges* (*Vita Beatea Hedwigis*) que se pode

contemplar entre as muitas iluminuras que ilustram este manuscrito de 1353 (pertença do Museu J. Paul Getty, Malibu, ms. Ludwig XI.7, fol. 87v), mostra-nos três figuras de doentes e estropiados, ajoelhados sob o altar da famosa santa medieval, enquanto outras personagens, de pé, assistem às preces e aos acontecimentos.



Vita Beatea Hedwigis. "Peregrinação ao Túmulo de Santa Edeviges"

Um pouco mais distante cronologicamente, uma pintura de Gentile da Fabriano, datada de 1425, remete a nossa imaginação para ambientes e gestos rituais tão semelhantes ao que podemos ver no selo aqui em análise



Vida de Eduardo O Confessor. "Peregrinação ao Túmulo de Eduardo O confessor". Séc. XIII. Westminster, Londres. Apud Paul Binski, *Westminster Abbey and the Plantagenets. Kingship and the Representation of Power. 1200-1400.* Yale University Press, p. 60.

e nas duas iluminuras supracitadas. Observa-se o túmulo-relicário de São Nicolau de Bari, cuja colocação sobre quatro colunas se aproxima claramente do que vemos no nosso selo e, por baixo, várias figuras tocam-no ou desfalecem perante a emoção do momento, enquanto outras, visivelmente doentes, conduzem-se, ou são conduzidas na direcção do relicário, na esperança de curas milagrosas.

Em conclusão, e fazendo uso das palavras de Alain Dierkens<sup>74</sup>, o estatuto do relicário merece, pois, uma atenção específica como receptáculo, como objecto sumptuoso, beneficiando do contacto prolongado com as relíquias e, por isso, participando da *virtus* e da *potestas* das mesmas. Logo, tocar, ou na impossibilidade de o fazer, estar o mais perto possível do relicário tinha, para os fiéis, um valor central nas esperanças colocadas em torno de curas milagrosas, pois o objecto tangível

<sup>72</sup> Cf. Francesca ESPAÑOL, "Sicut ut decet. Sepulcro y espacio funerário en la Cataluña bajomedieval", *Ante la Muerte. Actitudes, Espacios y Formas en la España Medieval*, (Jaime Burrel e Julia pavón, ed.), Pamplona, ENSA, 2002, p. 105

<sup>73</sup> Cf. Paul BINSKI, *Medieval Death. Ritual and Representation*, Ithaca/Nova York, Cornell University Press, 1996, p.16. Fazendo uso dos argumentos de Jean-Claude SCHMITT, "Le relique et les images", *Op. cit.*, 1999, p. 149, a legitimidade das relíquias dos santos reside, em última análise, na corporeidade e historicidade de Cristo. Em sentido metafórico, os santos são o "Templo" de Cristo, aquilo que justifica, sobretudo após a sua morte e ainda mais se esta assume a forma violenta do martírio, a veneração dos seus restos corporais. A memória dos santos através das suas relíquias (elas próprias testemunho de mortes violentas), são também a memória da Paixão de Cristo e da Sua vitória sobre a morte.

<sup>74</sup> IBIDEM, p. 240.

adquire valor e eficácia de substituição, tal como as imagens dos santos substituem a presença real dos santos ou mesmo das suas relíquias, conduzindo-se a elas preces, agradecimentos e castigos, como se de seres reais se tratassem<sup>75</sup>.

Já as duas figuras do primeiro registo da composição, do selo que se posicionam de frente para um conjunto de fiéis, a eles se dirigindo ou simplesmente assumindo o papel de protagonistas da cena, poderão relacionar-se com o papel desempenhado pelos familiares ou amigos próximos do beneficiado, explicando a gravidade da enfermidade ou problema, e exortando à participação directa ou através da oração, como se percebe pelos gestos das mãos de todos aqueles que escutam as palavras dos dois oradores.



Peregrinação ao Túmulo de S. Nicolau de Bari. 1425. Gentile da Fabriano. National Gallery of Art, Washington D.C. Samuel H. Kress Coleccion. Inv. N.º 1939.1.268

Todo o conjunto das cenas é marcado pela solenidade e ritualização dos gestos, onde os símbolos religiosos assumem particular destaque (dois corvos, duas barcas, palmas de martírio, altar e cálice eucarístico), sendo a condução do culto exercida por uma autoridade secular com poderes religiosos – o rei, D. Afonso IV -, e por uma autoridade religiosa – o bispo oficiante. “Fácil é reconhecer nestas expressões uma forma elaborada por parte da autoridade que assume a condução do culto e pouco deixa à espontaneidade do momento ou do indivíduo. O povo, esse está em toda aquela multidão

de devotos que cerca o santo e acompanha interessada a procissão dos necessitados que acodem a pedir auxílio ou vêm testemunhar a assistência recebida em situações aflitivas, quer em terra quer no mar”<sup>76</sup>.

A verdade é que, se a iconografia deste selo se referisse a uma cerimónia de re-consagração de um novo altar dedicado a S. Vicente, na Sé de Lisboa, certamente, tal como acontece noutros muitos exemplos, verificaríamos a existência de uma procissão solene, em que o túmulo-relicário seria transportado com destino ao novo altar, sendo este um dos passos de maior relevo na *traslatio*, situação que aqui não se verifica. Pelo contrário, todas as cenas, anteriormente descritas se relacionam, claramente, com uma cerimónia destinada à obtenção de ajuda por intervenção do santo, cenas estas comprometidas com as descrições que são feitas na colectânea de milagres de S. Vicente, da Biblioteca Nacional, tal como se tem vindo a expor.

O facto de toda a cerimónia ser presidida pela figura do rei, não significa que estejamos necessariamente na presença da cura, ou agradecimento por uma cura, de alguma personagem específica e de elevado relevo social. Note-se que nenhum protagonismo especial é conferido às figuras que se encontram em contacto mais estreito com o relicário. Nas suas reduzidas dimensões, elas são, apenas, os simples motivos que desencadeiam e justificam uma mensagem de maior alcance propagandístico.

O que interessou aqui relembrar, através de uma memória material, foi o valioso significado, religioso e político, do culto de S. Vicente nestes anos, na sua intrínseca relação com o monarca D. Afonso IV, coincidente com cronologias em que vários sismos poderão ter provocado a derrocada de partes importantes do edifício da Sé e a sua conseqüente construção, sob o patrocínio e elevado empenho do rei. Ou seja, faz-se a exaltação da relação entre a monarquia portuguesa e o culto vicentino, usando o melhor dos temas – a capacidade das relíquias do santo intervirem na ordem natural, através do poder taumaturgico – e colocando a figura do soberano em evidência, como *rector ecclesiae* e como *rex et sacerdos*, aparecendo, ele, como o principal interveniente, como eixo de todo o acontecimento.

Potenciando o valor de S. Vicente como santo nacional, protector e taumáturgo, D. Afonso IV rememora aqui, tal como no seu papel como construtor da Sé de

<sup>75</sup> Cf. Carla Varela FERNANDES, *Imaginária Coimbrã dos Anos do Gótico*, 2 vols., Lisboa, Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1998.

<sup>76</sup> Aires A. de NASCIMENTO e Saúl António GOMES, *Op. cit.*, 1988, p. 17.

Lisboa, edifício onde estas cenas decorrem, acções e valores inerentes à pessoa de D. Afonso Henriques, constituindo, este último, uma memória de grande significado nacional.

A iconografia deste selo é, pois, uma iconografia de propaganda régia, onde são colocados em destaque os poderes intervencionistas e participativos do rei na esfera do sagrado e a sua identificação com o modelo de herói nacional proposto pela imagem, algo mitificada, do primeiro rei dos portugueses. Mas também uma iconografia celebrativa, que exalta as qualidades e poderes do santo, bem como doutrinária, enquanto mensagem que incide sobre o poder e valor da fé, capaz de produzir milagres, em torno de um santo tornado nacional.

### **A intenção de criar um novo panteão régio e um novo centro de poder**

Acresce ainda, no âmbito do propósito em estabelecer paralelos com outros panteões reais, que a decisão de D. Afonso IV ao optar pela Sé, e ao ser seguido nessa vontade pela rainha D. Beatriz, sua mulher, parece não ter tido, unicamente, o propósito de aí estabelecerem as suas duas e únicas sepulturas. Na linha do que equacionei no decurso de um trabalho anterior, a propósito da tumulária medieval da Sé de Lisboa<sup>77</sup>, parece-me provável que D. Afonso IV tivesse a intenção de valorizar as sepulturas de elementos da família real que já se encontravam na Sé antes da sua, mandando fazer novos túmulos ou simplesmente mudando-os de lugar, os quais seriam colocados na capela-mor, tal como os do casal real.

As relações ao nível da política externa durante a primeira dinastia portuguesa, e em particular a partir de D. Afonso III, permitem concluir que os nossos monarcas e as pessoas mais próximas a eles tinham, necessariamente, conhecimento sobre os principais panteões dinásticos das monarquias europeias, especialmente da monarquia francesa (Saint-Denis) e da monarquia inglesa (Westminster), e de como a existência deste tipo de panteões contribuía para o enaltecimento e fortalecimento das respectivas casas reais.

A concentração dos corpos dos reis num único espaço religioso permitia, mais facilmente, o desenvolvimento da *religio regis*, na qual conviviam conceitos como o da eternidade do rei (“os dois corpos do rei” – natural e político, sendo o segundo eterno), bem como

a veneração dos mesmos, proporcionada tanto pela presença das sepulturas com os seus restos mortais, como por um conjunto de objectos com eles relacionados. Ora a *religio regis* desenvolve-se em consonância com o fortalecimento do poder real e, no caso de D. Afonso IV, este fortalecimento foi também acompanhado da necessária propaganda, visível tanto no já referido selo, como na conquista do espaço funerário dentro do templo por ele eleito – a capela-mor – e num conjunto de objectos-testemunho do seu triunfo e glória.

D. Afonso IV não se terá limitado a escolher lugar de sepultura para si e para a rainha D. Beatriz, mas, também, a criar condições para dotar a Sé de Lisboa de um novo carácter - o de panteão régio - convivendo, lado a lado, com as sepulturas de importantes nobres (essencialmente da corte de Afonso IV) e dos bispos e outros prelados de Lisboa, e deixando o caminho aberto para os seus sucessores. É um facto que não possuímos informações concretas a este respeito, diferindo, por isso, do que aconteceu com Jaime II de Aragão, que deixou por escrito a sua vontade de que o Mosteiro cisterciense de Santes Creus fosse, a partir do seu enterramento, da sua mulher e do seu pai, Pedro III (em túmulo mandado fazer por Jaime II), o panteão da monarquia aragonesa/catalã, pretendendo evitar, desta forma, a variedade dos lugares de sepultura régia que até então se verificava. Não foi respeitado na sua vontade, mas teve essa intenção muito clara.

Porém, ainda que não exista documentação que comprove a encomenda por parte de D. Afonso IV de novos túmulos para guardar os restos mortais de outras pessoas da família real já sepultadas na Sé, hipótese apenas levantada com base em comparação estilística e correspondentes cronologias que se verificam entre os vários túmulos existente na Sé, o texto do antigo epitáfio do casal régio (desaparecido e substituído por outro mais simples, após 1755), foi lido e transcrito por D. Rodrigo da Cunha, revelando-nos a possível intenção ou desejo do monarca em que os seus descendentes o seguissem na escolha do *locus mortis*:

ERA M.CCCLXXII. EM E DE ABRIL O MUI ALTO PRÍNCIPE SENHOR D. AFONSO 4. PELA GRAÇA DO SENHOR, REY DE PORTUGAL & DOS ALGARVES, FILHO DO MUI NOBRE REY DOM DYNIS, POR ESSA MESMA GRAÇA REY DOS SOBREDITOS REYNOS, MANDOU, & FEZ EDIFICAR, & ACABAR À SUA CUSTA ESTA CAPELLA, COM A CHAROLA, & TODAS AS DETRAS CAPELLAS DE REDOR D'ELLA, Á HONRA & LUUOR DE DEOS, & DA SAGRADA, &

<sup>77</sup> Carla Varela FERNANDES, *Op. cit.*, 2001, pp. 61-72 e 117-126.

GLORIOSA S. MARIA, & DO MARTYR S. VICENTE, PADROEIRO, & COLUNA DE PEDRA DOS REYNOS DE PORTUGAL, & DOS ALGARUES, E DOS NATURAES, & MORADORES DOS DITOS REYNOS, NA QUAL CAPELLA O DITO SENHOR REY ELEGEO SEPULTURA, COM A RAYNHA DONA BRITES SUA MOLHER, PARA SI, & PARA SEUS FILHOS, & PARA OS OUTROS DE SEU SANGUE, QUE DELLES DESCENDEREM POR DIREITA LINHA, OS QUAES SENHORES, REY E RAYNHA, E SEUS FILHOS MANTENHA DEOS EM SEU SERUIÇO, & OS LEUE, DESQUE DESTE MUNDO SAIREM, PARA O SEU SANTO REYNO DO PARAISO. AMEN<sup>78</sup>.

Esta hipótese já foi levantada por outros autores, nomeadamente por Luís Krus<sup>79</sup>, bem como pela signatária, e novamente volto a colocá-la aqui apenas nessa condição, embora a veja como muito provável.

Por tudo isto, neste período e neste preciso reinado, a importância de Lisboa tem de ser, necessariamente, associada à importância da sua Catedral e parece-me legítimo, no actual estágio dos conhecimentos, defender que D. Afonso IV tivesse em mente uma valorização de Lisboa como centro do poder real fortemente instituído, escolhendo fazer-se sepultar na Sé Catedral, para aí deixar a sua marca pessoal, mas também, através disso (e de outras formas de marcar a presença do poder régio neste edifício de tanta relevância simbólica), associar a Sé, definitivamente, a outros lugares do poder monárquico que se situavam nas proximidades, ou seja na mesma colina: o castelo, com o paço da alcáçova<sup>80</sup> onde o monarca e a sua *antourage* residiam preferencialmente, com as torres onde se guardavam o tesouro e os documentos régios (Torre do Tombo). Nada que não tenha sido realizado poucos anos antes em Inglaterra por Henrique III (1276-1272), através de uma campanha notável de construção e enriquecimento de Westminster como pólo por excelência do poder monárquico, concentrando aí as funções de abadia, panteão, palácio real e parlamento.

Esta ideia, a ter existido nos planos de D. Afonso IV, não só não era inédita no quadro das políticas de afirmação do poder real das monarquias europeias da Baixa Idade Média, como nos parece justificar a amplitude da importância que o rei confere à Sé, às suas obras, ao seu significado simbólico, à sua inumação na capela-mor e à associação deste edifício com os seus sucessos militares mais valiosos, como adiante veremos.

Apesar de a Sé e do Mosteiro de S. Vicente-de-Fora

serem templos de fundação ou patrocínio régio (com D. Afonso Henriques), até então, devido à dispersão dos enterramentos régios por Coimbra, Alcobaca e Odivelas, nunca tinha sido possível concentrar, num mesmo espaço da malha urbana lisboeta (colina do Castelo), a residência do rei, a Torre do Tombo, o Tesouro e o Panteão régio. Passava, agora, a ser uma realidade muito concreta.

### **A Sé Catedral de Lisboa, lugar de exaltação da Batalha do Salado e da *strenuitas* de Afonso IV**

A importância que o rei concede a Lisboa, e em particular à Sé Catedral é anterior à data do seu testamento (1345), com as obras de reconstrução da capela-mor já a decorrer e sob patrocínio régio, como já referi anteriormente. Para além do objectivo de se fazer aí inumar, Afonso IV escolheu a Sé e a sua capela-mor, para lugar de exaltação da sua *strenuitas*, isto é, para guardar e expor à sociedade do seu tempo e às sociedades vindouras, os testemunhos dos seus valores guerreiros, de grande e vitorioso chefe militar. Em estudo anterior, a propósito dos modelos míticos do poder régio que terão influenciado a actuação e imagem de alguns dos nossos reis entre os séculos XII e XIV, abordei a questão da importância da Batalha do Salado (1340) e as formas como a vitória foi comemorada e celebrada pelos participantes portugueses, tendo a figura de D. Afonso IV como protagonista<sup>81</sup>.

Após o retorno das tropas portuguesas, à parte as celebrações realizadas em Évora, envolvendo as questões relacionadas com a Vera Cruz de Marmelar, a verdade é que, segundo nos informam dois autores anteriores ao terramoto de 1755, o rei e os restantes militares ter-se-ão dirigido para Lisboa e dado continuidade às celebrações de triunfo, parte delas ocorridas, certamente, na Catedral. Francisco da Fonseca refere que *O despojo publico foy tam rico, e tanto, que o ouro e a prata abaterão a Sexta parte do valor que tinhão: todo esto offereceo El Rey de Castella ao nosso D. Affonso generosamente, e todo rejeytou D. Affonso com a mesma ge-*

<sup>78</sup> Apud Júlio de CASTILHO, *Op. cit.*, vol. V, ed. 1936.

<sup>79</sup> «A política urbana do monarca reflecte-se ainda na sua simpatia pelos Franciscanos, com cujo hábito se faz enterrar na capela-mor da Sé de Lisboa, reconstruída à sua custa, e na qual desejava que fossem enterrados os reis seus sucessores». LUÍS KRUS, «D. Afonso IV», *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Alfa, 1991, p. 24.

<sup>80</sup> Sobre o crescendo de importância do paço régio de Lisboa, herdeiro da antiga alcáçova muçulmana veja-se José Custódio Viera da SILVA, *Paços Medievais Portugueses*, Lisboa, IPPAR, 1995, pp. 87-88.

<sup>81</sup> Carla Varela FERNANDES, 2005, vol. I, p. 130-141.

nerosidade dizendo – *Que não queria mais riquezas, que a glória de ver abatida a soberba Mauritana, e que para consagrar á eternidade a memoria deste dia: lhe bastava levar para Lisboa a trompeta do Rey de Granada, o Infante Abohamo, e as cinco bandeyras, que por sua mão tinha ganhado. – Estes depois de servirem em Evora no triunfo, as pendurou em Lisboa sobre o seo sepulcro, e o Infante mandou a seu Pay Ali Boacem sem querer aceytar resgate*<sup>82</sup> e António Caetano de Sousa, também não deixa de referir a existência de (...) *algumas espadas e alguns jaezes, e um Infante Moiro, que lhe cativou, e cinco Bandeiras, que tinha ganhado, que fez pendurar por voto ao Deos dos Exércitos na Capella mayor da Sé de Lisboa, e em outras partes*<sup>83</sup>.

A trompeta do rei de Granada, de que fala Francisco da Fonseca, é referida por Caetano de Sousa, entre o espólio exposto na capela-mor, apelidando-a de buzina dos mouros, e que esta vinha referida em tarja dourada, onde se podia ler: *Esta buzina que aos moiros Afonso, quarto do nome, tomou para se tornar primaz no mundo, ao passo que soa por el-Rei, e pelo triunfo que ele alcançou, está ordenando a Afonso que se erga para a glória*<sup>84</sup>.

Ou seja, entre os troféus de guerra de grande valor que Afonso XI colocou à disposição de Afonso IV, este apenas escolheu símbolos da derrota dos mouros, sem importância material, mas plenos de relevância simbólica para a sua própria glória como chefe militar e como rei cristão, e foram colocadas nas paredes da capela-mor da Sé de Lisboa, sobre o seu túmulo. Foi neste templo e em nenhum outro que Afonso IV pretendeu, desde o primeiro momento recordar material e simbolicamente essa extraordinária vitória da Reconquista cristã.

Juan Carlos Ruis Souza, em estudo dedicado à importância de que se revestiam os espólios de guerra na Idade Média, aborda o exemplo paradigmático do espólio resultante da batalha do Salado<sup>85</sup>, a partir de excertos da *Gran Crónica de Alfonso XI*, onde se relatam situações

<sup>82</sup> Padre Francisco da FONSECA, *Évora Gloriosa*, Roma, 1728, p. 60, (Apud Cónego José MENDEIROS, *Op. cit.*, 1953, p. 268).

<sup>83</sup> António Caetano de SOUSA, *História Genealógica...*, tomo I, ed. 1946-54, p. 307.

<sup>84</sup> Tradução do latim de Caetano de Sousa, Apud Júlio de CASTILHO, *Op. cit.*, vol. VI, ed. 1975, p. 25.

<sup>85</sup> Juan Carlos RUIZ SOUSA, «Botín de guerra y Tesoro sagrado», *Maravillas de la España Medieval. Tesoro Sagrado y Monarquía*, vol. I, León, Junta de Castilla y León, 2001, pp. 31-39.

<sup>86</sup> Quanto à célebre buzina, diz Vilhena Barbosa no *Archivo Pitoresco*, mas não cita a fonte, que esteve primitivamente pendurada na parede por cima da sepultura de el-rei; depois da trasladação deste para a capela-mor esteve colocada sobre o mausoléu; e, finalmente, por vontade de D. Diogo Lobo foi colocada na a mão da estátua da Fama.

alusivas à vitória cristã: “Los cautivos constituían uno de los tesoros más preciados de la guerra. Si el cautivo era un personaje importante se podría obtener una buena suma de dinero mediante el pago del rescate. En ocasiones se vendían en almoneda con el resto de la ganancia, en otras eram regalados o cedidos a reyes y nobles, y a veces eran llevados a las cantras de los templos para trabajar».

Juntamente com os objectos de grande interesse material, havia também peças com um valor simbólico que superavam largamente o valor material e/ou artístico. Era o caso das bandeiras, pendões, tambores e trombetas utilizados pela tropa inimiga, ou mesmo as chaves que eram entregues aos vencedores na conquista das cidades e fortalezas, assim como as peças com elevado significado religioso existentes nas mesquitas: “Muy importante fue la toma de las banderas del enemigo tras el triunfo, y su posterior traslado en procesión a las iglesias. Estos objetos eran la expresión máxima del triunfo, pues su obtención era sinónimo del descalabro del enemigo».

O mesmo autor conclui, dizendo que “muchos de nuestros templos tuvieron en el medievo una imagen muy diferente a la actual, y en ellos habría objetos colgados procedentes de la batalla. Dichas piezas simbolizaban el triunfo frente al enemigo y de paso servían para enriquecer la épica de la memoria colectiva, en clara alusión a la confrontación que periódicamente se producía entre cristianos y musulmanes”.

A escolha dos objectos, feita por D. Afonso IV, põe em relevo uma das principais virtudes dos cavaleiros medievais – nobreza de gestos com desprezo pelo material (*largesse*) – ao mesmo tempo que, através desse gesto subtil, mas tão louvado pelas crónicas, o rei assumia, na sua pessoa, a responsabilidade pela vitória cristã e revestia-se de toda a glória<sup>86</sup> que esse protagonismo implicava, como se percebe das palavras tardias de Caetano de Sousa ao dizer que D. Afonso IV - (...) *não queria mais riquezas, que a glória de ver abatida a soberba Mauritana, e que para consagrar á eternidade a memoria deste dia*.

Da decisão de D. Afonso IV em expor o espólio de guerra nos muros da Sé de Lisboa, e não na Sé de Évora, por onde passaram as hostes portuguesas de regresso ao reino, depreende-se, em primeiro lugar, que a Sé de Lisboa era, para o rei, e certamente já antes de 1340, o principal lugar de propaganda da sua imagem e memória, ainda que o único testemunho documental seja o seu testamento datado de 1345. É verdade que a colocação destes objectos sobre o túmulo só poderá

ter acontecido muito posteriormente, já que à data da morte do rei, o seu túmulo e o de D. Beatriz ainda não se encontravam na capela-mor, como se percebe do testamento da rainha, datado de 1358<sup>87</sup>. É também provável, porém, que a colocação das bandeiras e outros objectos cativos aos mouros tivesse ocorrido imediatamente, noutros muros da Sé, independentemente do túmulo estar pronto, como se depreende das palavras de Caetano de Sousa ao referir, para além da exposição nas paredes da capela-mor, também se encontram em “outras partes” da igreja.

Esta decisão de D. Afonso IV relativamente à Sé de Lisboa como lugar preferencial de evocação do Salado encontra um paralelo posterior no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, já nos finais do século XIV, quando, após a vitória dos portugueses na batalha de Aljubarrota, D. João I oferece a este novo mosteiro, ele próprio celebrativo da vitória, parte do espólio dos castelhanos vencidos, tal como é descrito no manuscrito inédito de Thomas Pitt, intitulado *Observations in a Tour to Portugal and Spain*, datado de 1760<sup>88</sup>.

Em 1995, Paulo Pereira, a propósito da cabeceira da Sé de Lisboa, levantava a seguinte questão: “Teria a iniciativa de engrandecimento da Sé algo a ver com a comemoração do Salado? Não se sabe. Mas é certo que este evento deteve um grande poder evocativo”<sup>89</sup>.

Que a Catedral de Lisboa foi escolhida por D. Afonso IV como principal lugar de memória do Salado, não me oferece quaisquer dúvidas<sup>90</sup>. Até porque, na capela de São Cosme e São Damião, capela funerária de D. Lopo Fernandes Pacheco e D. Maria de Vilalobos, situada no deambulatório da igreja, guardava-se também a Rosa de Ouro, oferecida pelo papa Bento XII ao referido cavaleiro, como prémio pela vitória contra o Islão, e em troca de alguns troféus e estandartes tomados ao inimigo<sup>91</sup>, numa mostra de reconhecimento da Santa Sé para com os vitoriosos do Salado, fortemente apoiada pelo próprio papa. A Rosa de Ouro constituía uma importantíssima distinção, que apenas seria dada a outro português durante a Idade Média: D. Afonso V - que a recebeu do papa Nicolau V, a 13 de Abril de 1454.

Assim, num mesmo espaço religioso, juntavam-se, como símbolos do triunfo, os objectos trazidos do campo de batalha por D. Afonso IV e a Rosa de Ouro, entregue pelo papa nas mãos de um dos mais prestigiados nobres e guerreiros da sua corte, Lopo Fernandes Pacheco.

Tanto o rei como o cavaleiro supracitado decidiram

sepultar-se na Sé de Lisboa, tornando-se esta, assim, um lugar de memória das suas pessoas, ao que se junta a memória da vitória do Salado, com a sua dupla vertente militar e religiosa, e contribuindo decisivamente para a glória e fama de ambos, o que, aliás, ficou bem expresso no longo texto do epitáfio do referido cavaleiro<sup>92</sup>, que ainda hoje subsiste.

Creio poder defender, pois, que a reconstrução da Sé, iniciada antes de 1340, se não teve subjacente, inicialmente, motivos relacionados com a comemoração da vitória do Salado, por ser anterior a este notável feito militar, muito rapidamente ele veio juntar-se aos outros já apontados, merecendo, como tal, o empenho do monarca no engrandecimento deste templo, pese os constantes problemas verificados pelos seguintes terramotos que atrasaram continuamente a conclusão dos trabalhos, bem como a colocação dos túmulos régios na capela-mor no tempo certo.

A escolha do seu lugar de sepultura terá sido, assim, determinada por razões de ordem política e religiosa: a vontade de criar, à semelhança dos que haviam feito os monarcas franceses e ingleses, uma concentração de espaços afectos ao poder régio e à sua exaltação; a constituição de um lugar de memória da Batalha do Salado; a protecção concedida à sua alma pelo importante mártir do Cristianismo, cujas relíquias se veneravam na capela-mor da mais importante igreja da cidade e que constituía, segundo as palavras do epitáfio do próprio monarca D. Afonso IV “padroeiro e coluna de pedra do reino de Portugal”.

Com a escolha da Sé de Lisboa por D. Afonso IV para seu *locus sepulcralis*, o rei, na importância que con-

<sup>87</sup> “E mando q depois q o moimento de ElRey, e o meu forem postos, em aquel lugar, hu ouvermos de jazer, q deitem a ossada da Infante D. Beatriz minha neta, no moimento em q hu jouer comigo, e mando com o meu corpo a essa Capela hu ElRey, e eu joueremos, a minha Capella, q eu hei toda por feita e acabada, como andar ao tempo do meu saimento, e que toda estee, e se ponha na Capella, hu ElRey e eu joueremos, (...)”. Testamento da Rainha D. Beatriz, Apud António Caetano de SOUSA, *Provas Genealógicas...*, Tomo I, Livro 2, p. 343.

<sup>88</sup> Cf. Maria João Baptista NETO, “A arquitectura de Santa Maria de Alcobaça e a discussão em torno das origens do Gótico nos finais do século XVIII. Uma descrição inédita do mosteiro de 1760”, *Cister. Espaços, Territórios, Paisagens*, vol. I, Lisboa, IPPAR, 2000, p. 272.

<sup>89</sup> Paulo PEREIRA, *Op. cit.*, vol. I, 1995, p. 394.

<sup>90</sup> Cf. Carla Varela FERNANDES, *Op. cit.*, 2001, pp. 31-34.

<sup>91</sup> Veja-se Mário Jorge BARROCA, *Op. cit.*, 2000, vol. II, Tomo 2, p. 1709.

<sup>92</sup> Veja-se Mário Jorge BARROCA, “107. Túmulo de D. Lopo Fernandes Pacheco”, *Nos Confins da Idade Média, Arte Portuguesa Séculos XII-XV*, Cat. de Exposição (Europália 1992), Lisboa, Instituto Português de Museus, 1992, p. 198 e IDEM, *Op. cit.*, 2000, vol. II, Tomo 2, pp. 1698-1709.

cede a este edifício da sua capital e o amor, reverência e devoção que demonstra para com S. Vicente, associando a tudo isto a propaganda que faz dos seus próprios méritos como guerreiro, dá claros sinais de que se vê a si próprio como um digno sucessor de D. Afonso Henriques, rememorando os seus feitos e as suas devoções, demonstrando-o através de gestos, de objectos e até de imagens.

# O Vale e o Convento de Chelas

Eduardo Sucena

O vale de Chelas está, de certo modo, ligado à lenda da fundação de Lisboa pelo herói grego Ulisses, lenda em parte resultante de uma incompreensível confusão sobre a velha geografia da Península Ibérica e de versões fantasiosas de autores da Antiguidade sugestionados pelo imaginário da riquíssima mitologia greco-romana. Leite de Vasconcelos defende que essa confusão terá resultado de um fenómeno homófono. E, em nota à sua obra *Religiões da Lusitânia*, diz: “Sabida é a tendência que tinham os auctores antigos para explicarem nomes geographicos e ethnograficos por nomes históricos de fama. Na Iberia há também muitos exemplos d’ella”<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> J. Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1989, p. 30.

Que Ulisses, ele mesmo uma figura lendária, nos seus erros tenha arribado à foz do Tejo fundando Ulísseia 300 anos antes da fundação de Roma, e depositado a título votivo rostros de embarcações e escudos de soldados num templo por ele construído no alto dum monte (onde veio a ser construído o Castelo) e dedicado a Minerva (a correspondente romana da grega Atena) é coisa hoje inadmissível. É certo que Asclépiades de Mirleia seguido por Artemidoro e Possidónio, todos citados por Estrabão, a aceitam. Mas nem este último, nem os poemas de Homero *Iliada* e *Odisseia* autorizam tal conclusão, nem escritores graves mais recentes como Masdeu, Lourenço Valas, Gaspar Barreiros, Flores e outros fazem fé nela. É certo que também Gaio Júlio Solino, Marciano Capela e Santo Isidoro de Sevilha acreditaram na lenda, mas isso não garante a veracidade dos supostos acontecimentos que ela veicula, uma vez que todos esses autores antigos partiram do mesmo falso pressuposto, a que também deram crédito espíritos esclarecidos de humanistas como André de Resende, Diogo Mendes de Vasconcelos, João de Barros, Camões e até mesmo Damião de Goes.

A lenda, que inspirou os temas dos poemas seiscentistas *A Ulísseia ou Lisboa Edificada* (1636) de Gabriel Pereira de Castro e *Olissipo, Poema Heroico* (1640) de António de Sousa de Macedo, não se reduz, porém, ao que atrás ficou dito. Vai mais longe. Afinal, o templo de Minerva, supostamente construído por Ulisses, seria, sim, no Vale de Chelas e quem o diz é o biógrafo de Camões, Manuel de Faria e Sousa<sup>2</sup>. Por Chelas teria andado, a tocar a sua harpa, o centauro Quíron, mestre de Aquiles, e este, por sua vez, ainda segundo a lenda, estivera ali disfarçado de vestal, no templo dedicado à deusa do fogo, para fugir à guerra de Tróia, o que não conseguiu por Ulisses o ter descoberto e levado para essa guerra. Isto,

porém, não passa da transposição para o cenário de Chelas do episódio mitológico em que Ulisses, sabendo pelo espião Ásio que Aquiles, enamorado de Dedamia, filha do Licomedes, fora escondido por Tétis, sua mãe, na corte daquele rei, se fez passar por bufarinheiro para o descobrir e arrastar à expedição a Tróia, onde foi ferido mortalmente no calcanhar por uma flecha disparada por Páris.

Pretendeu-se, aliás, que o próprio nome de Chelas teria derivado de Aquiles (Achilles): Achelis > Achelas > Chelas. Leite de Vasconcelos prefere-o derivado do étimo latino *planus, planellas* > chaellas > Chellas<sup>3</sup>. Mas há outras hipóteses. Por exemplo: em França existiu a abadia de Chelles (Sena-e-Marne) onde em 1008 Roberto o Piedoso participou na celebração do Pentecostes com os bispos e os grandes senhores do seu reino<sup>4</sup>, a qual ficava na área da estação paleolítica que deu o nome à época *Chelense*. Não é, pois, de excluir que religiosos dessa abadia, aquando da Reconquista ou ainda na vigência da Monarquia visigótica, tenham ali estabelecido um cenóbio dando-lhe o nome da sua casa-mãe que, aporuguesado, deu Chelas, nome que no tempo de D. João I se grafava *Celhas* e que tem afinidades com Celas, em Coimbra, onde havia também um célebre convento, este cisterciense (séc. XIII).

Que o sítio de Chelas foi banhado por um esteiro do Tejo, parece não oferecer dúvidas. Esse esteiro prolongar-se-ia até à baixa da Paiã, alagada na Pré-História e que comunicaria com o rio de Sacavém. Dele persistiam ainda no século XVI “numerosas petrificações marinhas conservadas no solo”<sup>5</sup>, segundo Júlio Castilho, o qual informa ainda que em 1840 e tal, numa escavação realizada em Santo Eloi (Pontinha) foram encontrados “os restos de um grande cais”, o que confirmaria a navegabilidade até aí desse esteiro. Se bem que não existam, que saibamos, estudos, pelo menos actualizados, da geologia daquela zona oriental de Lisboa, ao contrário do que sucede com a Baixa<sup>6</sup>, é todavia razoável aceitar-se que o braço do Tejo banhava, na época dos primórdios do cenóbio, o local da sua implantação. Luís Marinho de Azevedo diz que “no lugar em que hoje [1652] está o claustro do Convento, se acharão no tempo da reedificação [1604] muitas argolas de ferro, e bronze, prezas nas pedras de hum caes de enxelharia, a que se amarravaõ as embarçaõens, que pelo esteiro subiaõ até o templo, de que ficou memoria no letreiro da pedra, que fica sobre a Capella de S. Felix”<sup>7</sup>.

<sup>2</sup> Luís de Camões, *Lusíadas*, comentados por Manuel de Faria e Sousa, vol. 2, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1972, pp. 381-382.

<sup>3</sup> J. Leite de Vasconcelos, “Da Etymologia de Chellas”, *Revista Arqueologica e Historica*, vol. IV, n.º 1, Lisboa, Janeiro, 1890, p. 38.

<sup>4</sup> Georges Duby, *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*, tradução de Maria Helena Costa Dias, 2.ª edição, Lisboa, Estampa, 1994, p. 151.

<sup>5</sup> Júlio Castilho, *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, vol. 1, 2.ª edição, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1939, p. 292.

<sup>6</sup> Cf. Isabel Moitinho de Almeida, “Caracterização geológica do esteiro da Baixa”, *Revista Monumentos*, Setembro, 2004, pp. 152-157.

<sup>7</sup> Luiz Marinho de Azevedo, *Fundaçam, Antiguidades, e Grandezas da muy insigne Cidade de Lisboa*, Primeira Parte, Capitulo VI, Lisboa, Oficina de Domingos Rodrigues, 1753, p. 22.

O letreiro acima referido seria o que Vilhena Barbosa transcreve<sup>8</sup> e diz:

ESTE CONVENTO É DE CONEGAS  
REGRANTES DE SANTO AGOSTINHO POR  
ESCRITURAS ANTIQUISSIMAS.  
FOI CASA DAS VESTAES ANTES DA VINDA  
DE CHRISTO NOSSO SENHOR, O QUE SE  
VÊ PELOS VESTÍGIOS DE PEDRAS QUE  
ESTÃO NA CRASTA VELHA, E PELO CIPPO  
DE JULIA FLAMINEA, E ARA DAS VESTAES,  
COM O BURACO DA URNA DO  
IGNE PERPETUO.  
ASSIM QUE SE ACHA SER REEDIFICADA  
ESTA CAPELLA QUATRO VEZES, UMA EM  
TEMPO DAS VESTAES, OUTRA NA  
PRIMITIVA EGREJA DE HESPANHA,  
E DUAS DEPOIS.

Frei Luís de Sousa insurge-se contra a veracidade dessa inscrição, considerando-a uma fraude destinada a retirar aos frades da sua Ordem “o título de fundadores do Mosteiro”<sup>9</sup> de Chelas e argumentando também contra a hipótese de ter ali existido um templo de vestais por, segundo ele, as não ter havido fora de Roma. Da mesma opinião não é D. Rodrigo da Cunha, que admitia ter ali havido o culto do fogo perpétuo, já praticado por Caldeus, Medos, Assírios, Egípcios e Persas, e que sacerdotisas desse culto – as vestais – já as havia em Tróia, Lavínio e Alba Longa antes da fundação de Roma<sup>10</sup>. Mais cauteloso, Frei António Brandão diz: “ainda assi fica duvidoso, se morarão as Vestaes em Chellas, que em tanta antiguidade não há certeza”<sup>11</sup>.

Peças arqueológicas encontradas em 1604, de que nos dão notícia António Cardoso Borges de Figueiredo<sup>12</sup> e Inácio de Vilhena Barbosa<sup>13</sup>, atestam uma marcada presença romana no local. Uma, era um marco miliário da via Olisipo-Bracara, da época do imperador Macrino (217/8) ou de Magnêncio (350/3), o que revela que essa via passava por ali. A mais notável era o friso da tampa de um sarcófago, que de cada lado de um rectângulo vazio tem esculpidas as musas Tália (Comédia) e Melpómene (Tragédia), Polímnia (Poesia) e Clio (História), cada uma delas acompanhada por uma figura que poderá representar um escritor. Esse friso, também referido pelo Dr. Leite de Vasconcelos<sup>14</sup>, está depositado no Museu Arqueológico Nacional e pertenceria talvez ao

túmulo de um literato. Mas, havia, inclusivamente, moedas acerca das quais não existe notícia da sua identificação. Conjectura por isso Borges de Figueiredo, citado por A. Vieira da Silva, que o povoado de Chelas teve por “início uma casa de campo ou vila dum rico cidadão de Olisipo pertencente à tribo Galéria, com o nome de Júlio”<sup>15</sup>, acrescentando o segundo daqueles autores: “O que, porém, parece certo, é que houve, no sítio onde se fundou o mosteiro, algum edifício importante durante o domínio romano”<sup>16</sup>. Ora esse edifício poderia ser, provavelmente, um templo ou incluía um templo. De vestais, como é de tradição e defende D. Rodrigo da Cunha? A favor dessa presunção estaria, além da inscrição atrás transcrita, uma pedra mencionada por Vilhena Barbosa com a seguinte inscrição:

ERA DE 300 QUE ESTE CONVENTO TEVE  
PRINCÍPIO DAS VESTAES CCC.

Nesse ano governava Roma o imperador Diocleciano e estava-se na *era dos mártires*. Sobre aquela pedra, que parece ter desaparecido, nada mais, porém, se sabe.

Um cipo funerário, partido, em pedra mármore, de 63 palmos (Fig. 1), recolhido no Museu do Carmo, de que não se encontra registo no respectivo *Roteiro*, teria a seguinte inscrição:

IULIA. Q.F. F. V.  
Q. IULIUS. Q.F. C.  
SEVERUS  
H.S. SUNT

<sup>8</sup> Vilhena Barbosa, “Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inédito)”, *Arquivo Pittoresco*, vol. VII, Lisboa, Typographia de Castro & Irmão, 1864, pp. 374-376.

<sup>9</sup> Frei Luís de Sousa, *Primeira Parte da História de S. Domingos*, vol. I, Capítulo XXXIII, 3.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Typografia do Panorama, 1866, pp. 121-122.

<sup>10</sup> D. Rodrigo da Cunha, *História Eclesiástica da Igreja de Lisboa*, Parte II, Capítulo XXXVIII, Lisboa, 1642, p. 150.

<sup>11</sup> Frei António Brandão, *Monarchia Lusitana*, vol. 2, Livro X, Capítulo XXXVI, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1806, p. 307.

<sup>12</sup> António Cardoso Borges de Figueiredo, “Antiguidades Romanas de Chellas” *Revista Archeologica e Historica*, vol. IV, n.º 1, Lisboa, Janeiro, 1890, pp. 1, 15, 30, 37, 126 e 128.

<sup>13</sup> Vilhena Barbosa, “Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inédito)”, *Arquivo Pittoresco* [...], pp. 374-375.

<sup>14</sup> J. Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, pp. 382-383.

<sup>15</sup> A. Vieira da Silva, *Epigrafia de Olisipo. Subsídios para a História de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, 1944, pp. 66-67.

<sup>16</sup> Idem, *Ibidem*, p. 200.

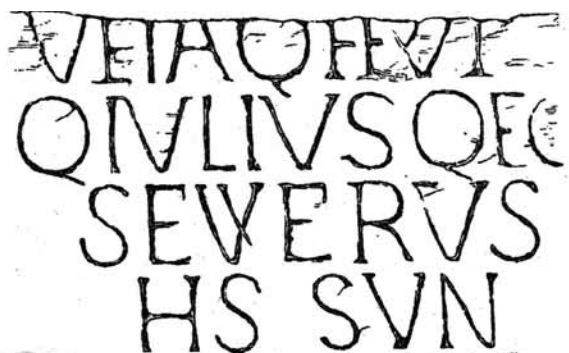


Figura 1

Vilhena Barbosa leu-a assim:

IULIA QUINTI FILIA FLAMEN VESTALIS IULII,  
QUINTUS IULIUS QUINTI FILIUS, CAIUS  
SEVERUS  
HIC SEPULTI SUNT

Que em vernáculo seria:

AQUI ESTÃO SEPULTADOS, JÚLIA FLAMINEA,  
VESTAL, FILHA DE QUINTO,  
QUINTO JÚLIO FILHO DE QUINTO,  
E CAIO SEVERO

Ora, Borges de Figueiredo faz outra leitura dessa inscrição:

[I]IULIA Q. F [ilia] FVN [dana]  
Q. IULIUS Q. F [ilius], G [al (eria tribu)],  
SEVERUS  
H. [ic] S.[iti] SVN [T].

Tradução :

JÚLIA FUNDANA  
QUINTO JÚLIO SEVERO DA TRIBO GALERIA  
FILHOS DE QUINTO JÚLIO FUNDANO  
AQUI ESTÃO SEPULTADOS

Sendo assim, a suposta vestal Júlia Flamínia não passava de uma tal Júlia Fundana, sepultada com o seu irmão Quinto Júlio Severo (sendo ela a primogénita), ambos filhos de Quinto Júlio Fundano, sujeito que na opinião daquele arqueólogo, se não foi o edificador da vila romana de Chelas, era um seu descendente<sup>17</sup>.

A “ara das vestaes com o buraco da urna do igne perpetuo” referida no letreiro atrás transcrito, que segundo Vilhena Barbosa estaria no claustro velho, e que ele descreve como sendo “quadrada de alabastro, com um buraco oval no meio, e quatro mais pequenos nos cantos”<sup>18</sup>, não a encontrou Borges de Figueiredo apesar das diligências que fez para a localizar. Mas, diz ele, admitindo ter sido essa pedra “a parte superior dum altar domestico, a *ara impluvii* com a sua competente cavidade (*focus, foculus*) onde se accendia o fogo e se consumiam as *offertas*”, que ela “fosse a parte superior d’um monumento funebre; o buraco oval seria a cavidade do cippo destinada a conter as cinzas; e os quatro pequenos buracos dos angulos seriam feitos com o fim de nelles se collocarem outras tantas pequenas urnas funerarias”<sup>19</sup>. O que se lhe deparou e que a tradição dizia ser a *ara das vestaes* foi “uma pedra quasi quadrada, com uma larga cavidade rectangular d’um lado e arredondada do outro, e com um só orificio da banda semi-circular”<sup>20</sup> que identificou como sendo, afinal, uma simples pia de esgoto....

Caíam por terra, desse modo, os pretensos vestígios do culto de Vesta em Chelas. De qualquer forma, a hipótese de a primitiva igreja desse sítio ter sido erguida sobre ruínas de um templo romano, que poderia ter pertencido à vila rústica de um próspero membro da tribo Galéria, predominante em Olisipo, é perfeitamente aceitável, dada a frequência de locais sacralizados em que a cultos de deuses pagãos se sucederam cultos cristãos e, por vezes, a estes sucedeu o culto do Islão e vice-versa. No caso presente, o que parece óbvio é ter um templo romano precedido uma igreja paleocristã, que já existira na época em que Recensvinto governava a Monarquia visigótica e o papa S. Vitaliano presidia à Cristandade (século VII). Teria sido então que ali chegaram as relíquias de S. Félix, conforme a pedra referida por D. Rodrigo da Cunha “q em Chelas se vê, & tem o nome de S. Félix, com os 13 de Dezeb, & era de Cesar 704, que são annos de Christo 666”<sup>21</sup>. Vilhena Barbosa descreve essa pedra como sendo “de forma circular, de mármore avermelhado” e traduz a respectiva inscrição em caracteres romanos, rectificando aquela data: “Em os idos de dezembro de 703

<sup>17</sup> António Cardoso Borges de Figueiredo, “Antiguidades Romanas de Chellas”, *Revista Archeologica e Historica*, vol. IV [...], p. 126.

<sup>18</sup> Vilhena Barbosa, “Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inédito)”, *Archivo Pittoresco*, vol. VII [...], p. 379.

<sup>19</sup> António Cardoso Borges de Figueiredo, “Antiguidades Romanas de Chellas”, *Revista Archeologica e Historica*, vol. IV [...], pp. 7-8.

<sup>20</sup> Idem, *Ibidem*, p. 7.

<sup>21</sup> D. Rodrigo da Cunha, *História Eclesiástica da Igreja de Lisboa*, Parte II, Capítulo XXXIII, [...], p. 151.

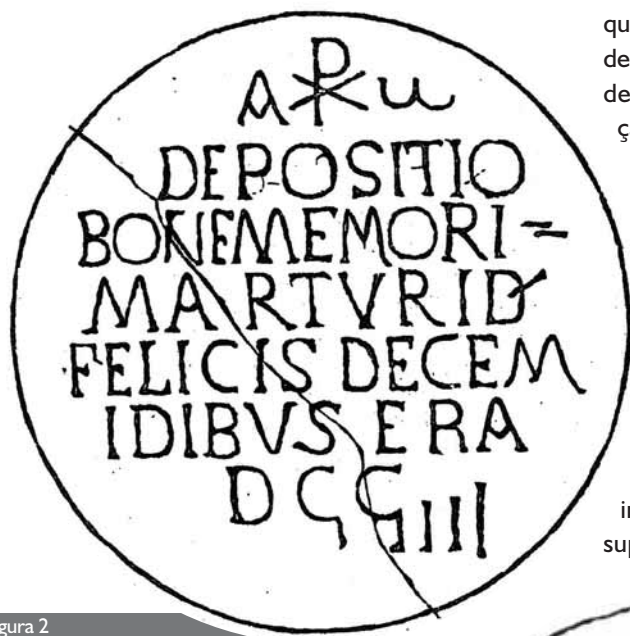


Figura 2

(13 de dezembro de 665 da era de Christo) se fez o depósito de S. Felix, de boa memoria, martyr do verdadeiro Deus”<sup>22</sup> (Fig. 2). Foi este, portanto, o facto que deu motivo à invocação da igreja, que ainda hoje se mantém.

São, porém, desconhecidas as circunstâncias em que as relíquias do Santo (martirizado em Gerona, Catalunha, em 1 de Agosto de 301) ali vieram parar. O arcebispo diz que tudo constava de pergaminhos que sobre elas estiveram dependuradas durante muito tempo e que desapareceram “perdendo-se com elles toda a noticia desta tresladação”<sup>23</sup>. Há uma tradição segundo a qual as relíquias teriam chegado ao sítio de Chelas numa barca que, subindo o esteiro, ali aportara. Um caso, afinal, idêntico ao que ocorreria com as relíquias de S. Vicente, no tempo de D. Afonso Henriques. Ora já em relação a este se levantara a dúvida sobre se o esteiro da Baixa seria ainda navegável nesse tempo. Júlio de Castilho<sup>24</sup>, na senda de seu pai António Feliciano de Castilho, garante que sim; que ele ainda existia no terceiro quartel do século XII<sup>25</sup>, apoiado em ponderosa argumentação. A ser assim, não custa a crer que o esteiro de Chelas fosse navegável no século VII.

No século IX, reinando em Leão Afonso III o Magno, o Conde Jesuado, senhor das Montanhas de Bohnal, recolhendo de uma embaixada ao papa João VIII (872-882)<sup>26</sup>, que o presenteara com relíquias, entre as

quais as de Santo Adrião, de sua mulher Santa Natália e de onze companheiros, terá passado por Chelas onde deixou parte dessas relíquias, que também ali começaram a ser veneradas. A *Crónica Geral de Espanha de 1344*<sup>27</sup>, que trata largamente daquele reinado, regista apenas uma embaixada de Afonso III a Roma, em 847, constituída pelos clérigos Sueiro e Desidério, a pedir a criação do arcebispado de Santiago. Mas isso não prova, é claro, que não tenha havido outra ou outras<sup>28</sup> e Frei António Brandão, que nos dá aquela notícia, apoiou-se em autores como Morales e Yepes.

Uma outra pedra mencionada por Vilhena Barbosa, também de forma circular, (tal como a da inscrição de São Félix), de que só restava a metade superior (Fig.3), aludiria ao depósito das relíquias dos

referidos mártires, sacrificados em

Nicomédia de Bitínia no tempo dos co-imperadores Maximiano e

Diocleciano

(286-305). Estava então o

actual território português,

pelo menos a sul do rio



Figura 3

Douro, sob o domínio árabe, embora nele permanecesse a população moçarabe, isto é, os cristãos submetidos, mas que continuavam a professar a sua fé, mediante o pagamento de um tributo. Em Chelas, zona rural e pouco habitada, devia subsistir a igreja da invocação de S. Félix, que devido à distância a que se encontrava de Aschbouna ou Lissibona (como os mouros denominavam Lisboa) não lhes daria grande cuidado. Em 877 ocorreu, porém, a investida do rei

<sup>22</sup> Vilhena Barbosa, “Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inédito)”, *Archivo Pittoresco* [...], p. 376

<sup>23</sup> Idem, *Ibidem*, p. 376.

<sup>24</sup> Cf. Júlio Castilho, *Lisboa Antiga. Bairros Orientais (Segunda Parte)*, vol. I [...], pp. 273-283.

<sup>25</sup> Cf. António Feliciano de Castilho, *Quadros Históricos de Portugal*, nova edição, prefaciada e revista por Justino Mendes de Almeida, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1989, p. 238.

<sup>26</sup> Frei António Brandão, *Monarchia Lusitana*, Livro X [...], p. 309.

<sup>27</sup> *Crónica Geral de Espanha de 1344*, edição crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1954, pp. 456-457.

<sup>28</sup> D. Rodrigo da Cunha, *História Eclesiástica da Igreja de Lisboa*, Parte II, Cap. XXXIX [...], p. 151 diz que o embaixador era o Conde Servando e o papa, Leão III. Ora isto parece improvável, dado que Leão III exerceu o Pontificado entre 795 e 816 e Afonso III o Magno reinou de 837 a 887. Por outro lado, D. Rodrigo da Cunha diz que este último, com o remanescente das relíquias, fundou na vila de Tunho, “pelos anos de 701”, um mosteiro com o título de Santo Adrião e Santa Natália, baseado em Morales. Como podia ser isso?



Figura 4

trabalhadas entre as que o Ministério da Guerra enviou em 1898 para o Museu Arqueológico do Carmo<sup>30</sup>, onde

leonês, que terá chegado ao Tejo, ignorando-se que consequências ela poderá ter tido na vida desse templo cristão, que, é de crer, fosse um dos primeiros que existiram no que é hoje Portugal, segundo D. Rodrigo da Cunha<sup>29</sup>.

Dessa igreja paleocristã, pré-existente ou construída para acolher as relíquias de S. Félix e dos seus onze companheiros, restaram algumas pedras tra-

estão expostas. Uma dessas pedras é um fragmento de pilar esculpido em calcareo vermelho, que apresenta entre profusos elementos vegetalistas, numa face dois círculos, e um na outra, com animais fabulosos, pégaso e grifo ou o pássaro o divino *Simorgh* em representação tardia<sup>31</sup>. Luís Marinho de Azevedo e Vilhena Barbosa tomaram essa peça por romana, mas Borges de Figueiredo discorda e, considerando o seu estilo ornamental e a execução do baixo-relevo, atribui-lhe origem românica (Fig. 4.).

Há também um friso, que seria da capela-mor, dividido em duas fachas, a superior com figuras de leões e, por detrás deles, árvores que poderão ser palmeiras, e a inferior com uma contínua haste de vide com cachos de uvas e parras, igualmente tido por romano por Vilhena Barbosa, mas que Borges de Figueiredo reputa também românico (Fig.5). No *Roteiro da Exposição Permanente do Museu Arqueológico do Carmo* Paulo de Almeida Fernandes atribui-as aos séculos IX-X, mas não deixa de notar que as decorações dessas peças são reproduzidas de fragmentos têxteis bizantinos<sup>32</sup>, Ora convém não esquecer que Olisipo esteve sujeita ao domínio bizantino a partir da segunda metade do século VI,

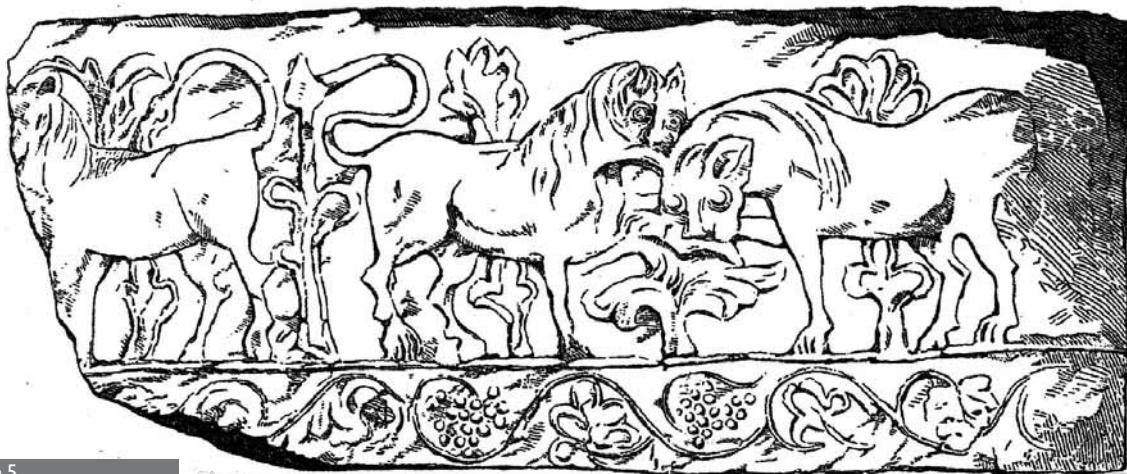


Figura 5

<sup>29</sup> Idem, *Ibidem*, p. 150.

<sup>30</sup> Livro de Actas da Assembleia Geral da Associação dos Architectos Portuguezes referente a 1898-1903, p. 19.

<sup>31</sup> Paulo de Almeida Fernandes, "Escultura da Alta Idade Média Cristã", *Roteiro da Exposição Permanente do Museu Arqueológico do Carmo*, coordenação de José Morais Arnaud e Carla Varela Fernandes, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses/Museu Arqueológico do Carmo, 2002, p. 65.

<sup>32</sup> Idem, *Ibidem*, p. 65.

<sup>33</sup> José Augusto Correia de Campos, *A Propósito das Muralhas Antigas de Lisboa*, separata do *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. XXXVI, Braga, 1985, pp. 5-24..

<sup>34</sup> Francisco José Velozo, "Ciclo suévico-bizantino e não ciclo visigótico (409-711)", separata da *Revista da Sociedade Histórica da Independência de Portugal*, n.º 20, Lisboa, 1954, pp. 5-10.

conforme defendem José Augusto Correia de Campos<sup>33</sup> e Francisco José Veloso<sup>34</sup>. Sendo assim, não poderão elas ser mesmo bizantinas? A serem, aquela datação terá de recuar uns três séculos. Além dessas pedras fragmentadas há ainda naquele Museu um capitel românico datado, no *Roteiro*, do século XII, também proveniente de Chelas.

Por sua vez, Vilhena Barbosa refere uma pedra com três letras góticas E:D:M: (Fig. 6), iniciais de *Era Domini Millia* [millesima] (Era do Senhor de mil) por cima da

qual se encontrava outra “de forma quadrada, ressaltando da parede [do quintal da sacristia], e que não terá menos de metro e meio em cada face”. Esta pedra “guarnecida de moldura e esquadrelada, tendo em dois quadrados duas rosas ou florões, e nos outros dois um lavor espherico a modo de botão” crê Vilhena Barbosa “ser peça do tecto de um peristilo”<sup>35</sup> e de fábrica romana. Borges de Figueiredo, que dá o desenho dela, concorda tratar-se de trabalho romano. Pertenceria a um edifício da vila rústica.

Os vestígios arqueológicos acima mencionados sugerem, pois, que antes de 1147, ano da tomada de Lisboa aos Mouros, no local da igreja de Chelas se sucederam várias construções, não nos dando, porém, nenhuma indicação de quando essa igreja foi acrescentada com o cenóbio, o qual, forçosamente, já existia antes daquela data.

Um manuscrito de 1650, da autoria de Frei Timóteo dos Mártires, notário apostólico de Santa Cruz de Coimbra, intitulado *Memorias de Santa Cruz*<sup>36</sup>, diz assim: “He de saber que entrada a Cidade de Lisboa em 25, de Outubro da Era de, M.c.l.xxx.v = que he Anno, 1147 = pelo valoroso Rey Dom Affonso Henriques, e lansados



Figura 6

os Mouros fora, mandou logo purificar as Igrejas que ainda avia em pé na Cidade, e fóra della pello nosso Arcebispo de Braga Dom João Peculiar, foi huma a Igreja de São Felix de Chellas. Tinha esta Igreja uma claustro e cujas paredes avia algumas cruces semelhantes às que avia na Igreja, pello que mostrava fora sagrada. Por estas cruces, claustro, e officinas que ao redor della estavam quasi arruinadas, entendeu o Arcebispo, que naquelle lugar ouvera antes mosteiro. Comunicando isto com elRey Dom Affonso Henriques, e com o novo bispo D. Gilberto, assentarão se restaurasse este mosteiro à honra dos Santos Martyres que, segundo a tradição antiga, alli estavam supultados. Restaurado, e reedificado o antigo mosteiro de Chellas, escreveu o

Arcebispo para Coimbra ao Padre Santo Theotonio, e com licença sua vierão do mosteiro das Donas de São João pera este de Chellas tres religiosas Conegas, e para Prioressa sua irmã Justa Rabaldes, que se chamava, da Crus; conega também do mesmo mosteiro. Acompanharão a estas quatro religiosas alguns Conegos do mosteiro de Santa Crus pera ficarem com ellas n'este mosteiro de Chellas, que ahi forão tomando o nosso Santo habito Canonico. Tudo isto consta de escripturas antigas dos nossos cartorios”<sup>37</sup>.

Há aqui, porém, uma dúvida. Se o Convento de Chelas foi imediatamente habitado por cónegas e cónegos regrantes de Santo Agostinho, após o restauro da igreja e do cenóbio por D. Afonso Henriques, este tê-los-ia doado depois aos Templários, segundo Cristovão Rodrigues Acenheiro<sup>38</sup>. Frei António Brandão, por seu lado, pretende que essa doação foi feita à Ordem de S. João [de Jerusalém] ou Ordem do Hospital, depois Ordem de Malta<sup>39</sup> e confirma que viu na Torre do Tombo (Livro I dos Forais antigos, fol. 69), uma escritura de 1192 em que D. Sancho I faz a doação aos frades de Chelas de uma vinha, doação confirmada por D. Afonso II por outra escritura, em 1219<sup>40</sup>. De que Ordem fossem esses frades (ou freires) é que ele não conseguiu tirar a limpo, talvez por aqueles documentos o omitirem.

Mudados os freires templários ou hospitalários para o interior da cidade muralhada, voltariam as freiras a ocupar o convento de Chelas, onde entre 1220 e 1226 o quarto bispo de Lisboa D. Soeiro (II) Viegas fez importantes obras. Há notícia de, no reinado de D. Afonso III, as freiras de Chelas terem celebrado várias escrituras, que foram consultadas por Fr. António Brandão, designadamente uma de 1271<sup>41</sup> em que o rei escamba herdades com a prioressa Tareja Fagundes, à qual sucedeu Maria Sebastião.

O que diz Frei Timóteo acerca do povoamento do convento por religiosos de ambos os sexos da sua Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, ainda no tempo de D. Afonso Henriques, pode ter talvez uma explicação. A figura máxima da Igreja portuguesa

<sup>35</sup> Vilhena Barbosa, *Archivo Pittoresco*, vol. VII [...], p. 380. Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcho S. Agostinho*, 2 vols., Lisboa, Oficina de Ioam da Costa, 1668.

<sup>36</sup> Timotheo dos Martyres, *Memorias de S. Cruz*, 1650, apud Vilhena Barbosa, *Archivo Pittoresco*, vol. VII [...], p. 408..

<sup>37</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 408-409.

<sup>38</sup> Apud, António Coelho Gasco, *Das Antiguidades da Muy Nobre Cidade de Lisboa* [...], Primeira Parte, Coimbra, 1924, p. 175.

<sup>39</sup> Frei António Brandão, *Monarchia Lusitana*, Livro X [...], p.310.

<sup>40</sup> Idem, *Ibidem*, p. 310.

<sup>41</sup> AA/TT, *Livro das Mercês & Forais del Rey Dom Afonso III*, fol. 26..

era então o arcebispo de Braga, D. João Peculiar, ele mesmo religioso dessa Ordem, que não custa a crer tenha escolhido sua irmã Justa Rabaldes da Cruz para priora, cuja sepultura veio a ser encontrada e por ordem do bispo D. Soeiro Viegas colocada na parede da igreja, do lado do Evangelho com a pedra de seu epitáfio<sup>42</sup>.

É de ponderar, com efeito, que desde 1147 até à morte do primeiro rei (1185), decorreram 38 anos, e nesse espaço de tempo podia muito bem o cenóbio de Chelas ter sido duplex, com freiras provenientes do convento das Donas de S. João, anexado ao de Santa Cruz de Coimbra, e frades deste mosteiro, sendo umas e outros substituídos por freires-cavaleiros de algumas das mencionadas Ordens militares para, mais tarde, ser só de freiras. É possível!

Frei Luís de Sousa<sup>43</sup> insurgindo-se, como atrás se disse, com os termos do letrado que dá essas freiras como sendo cónegas regantes de Santo Agostinho, quer à viva força que elas fossem da Ordem dominicana, de que ele foi o cronista. Aduzindo farta argumentação em abono da sua tese, menciona, inclusive, os termos de um breve de Clemente III, datado de 1266, em que este Papa se refere às freiras ou sorores de Chelas da *Ordem de Santo Agostinho*, as quais “há mais de trinta anos [portanto, pelo menos desde 1236] que vivem segundo os estatutos, debaixo do governo dos amados filhos, os Frades da Ordem dos Pregadores”<sup>44</sup>. E, para reforçar o seu ponto de vista, menciona ainda a procuração da priora Tareja Fagundes passada em 1292 a favor de D. Fernando Frutuoso em que, para o fim da mesma, solicita a autorização de D. Frei Gil, prior dos Frades Pregadores de Lisboa “de cuja Ordem nos somos sojeitas”<sup>45</sup>. Comentando isto, Frei António Brandão<sup>46</sup> escreve: “Não he cousa nova, que as Freiras de huma Ordem se sujeitem a outra, mayormente quando em ambas se guarda a mesma regra, como

vemos fizerão as freiras de Semide, as quais sendo do hábito negro do Patriarcha São Bento, guardarão os Estatutos & Reza de Cister até nossos tempos (como o fazem ainda as de Muimenta da Beira), & forão governadas por Monges de Alcobaça. Assi parece que fizerão as Freiras de Chellas, as quais por mayor perfeição guardarão algum tempo os Estatutos de São Domingos & se sojeitarão à sua Ordem, sendo Conegas Regulares”<sup>47</sup>.

A sujeição à Ordem de São Domingos era de natureza administrativa e de observância dos seus Estatutos, de que, aliás, as freiras de Chelas se libertaram mais tarde quando “deixarão de todo a Reza e Ceremonias dos Frades Pregadores” em razão de “as Religiosas não quererem goardar a clausura, & mais rigores a que as obrigavão”<sup>48</sup>.

Pode-se pois concluir, e assim o entende Fortunato de Almeida<sup>49</sup>, que as freiras de Chelas sempre foram cónegas regantes de Santo Agostinho (e não dominicanas) na verdade ciosas de certas prerrogativas, entre elas a de disporem de bens próprios.

São escassas as informações que até nós chegaram sobre a vida conventual até ao reinado de D. Manuel I, que tendo subido ao trono em 1495 logo em princípios do século XVI fez na igreja importantes obras de que subsiste no nártex o portal trilobado e que contava então com 48 freiras e 12 noviças<sup>50</sup>. No reinado de D. João III, Chelas teve uma notável priora, D. Maria da Silva, cuja acção reformadora mereceu o apreço do monarca e que tendo vivido ali 42 anos faleceu em 21 de Janeiro de 1589. Existe na igreja a sua sepultura que, aberta trinta e três anos depois, continha o corpo consumido, mas o véu intacto. Sucessos idênticos ocorreram com as freiras D. Helena do Espírito Santo, que exerceu durante largos anos o cargo de porteira do convento, falecida em 1596, e com a freira Brites da Paixão, falecida em 1603, em cujos túmulos, passados anos, foram encontrar os seus véus intactos.

Anos antes, em 1580, soldados indisciplinados do Duque de Alba haviam tentado assaltar durante a noite o convento sem conseguirem entrá-lo. Frei Luís de Sousa atribui isto a um milagre em que vinte e cinco cavaleiros encapuzados, de alvas vestes, montados em cavalos brancos (os mártires de que ali existem as relíquias) teriam ocorrido em socorro das freiras, afugentando os assaltantes<sup>51</sup>. No mesmo ano do trespassse da priora Brites da Paixão, com o desembarque dos ingleses em Peniche (que deu lugar ao aforismo “amigos de Peniche”, sinónimo de “amigos da onça”) e a sua marcha sobre Lisboa, onde chegaram a 30 de Maio, novo sobressalto para as

<sup>42</sup> Transcrito por D. Teotónio de Melo, *Memorias da Ordem Canonica de Santo Agostinho em Portugal*, 1604.

<sup>43</sup> Frei Luís de Sousa, *Primeira Parte da História de S. Domingos*, vol. I [...], 122-128.

<sup>44</sup> Idem, *Ibidem*, p. 124.

<sup>45</sup> Idem, *Ibidem*, p. 127.

<sup>46</sup> Frei António Brandão, *Monarchia Lusitana*, Livro X, [...], p. 313.

<sup>47</sup> Frei António Brandão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, edição actualizada com introdução de A. de Magalhães Basto, Porto, Livraria Civilização, 1945, p. 157.

<sup>48</sup> Frei António Brandão, *Monarchia Lusitana*, Livro X [...], p. 312.

<sup>49</sup> Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1967, p. 134.

<sup>50</sup> Cristovão Rodrigues de Oliveira, *Lisboa em 155—Sumário*, apresentação e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1987, p. 77.

<sup>51</sup> Frei Luís de Sousa, *Primeira Parte da História de S. Domingos*, vol. I [...], pp. 131-132.

freiras de Chelas que se refugiaram dentro da cidade com receio de desacatos dos “hereges”.

Uma freira que também morreu em cheiro de santidade, em 16 de Janeiro de 1617, e tem o seu túmulo na igreja de Chelas, foi D. Filipa do Espírito Santo. Frei Luís de Sousa dedica-lhe várias páginas, encarecendo os setenta anos de vida monástica dessa religiosa, que era irmã do arquitecto de Filipe II (1.º de Portugal), Nicolas de Frias<sup>52</sup>. O convento tinha então sessenta freiras<sup>53</sup>. Além das já mencionadas há ainda que referir as prioresas D. Isabel dos Anjos, falecida em 18 de Maio de 1638, e D. Juliana de Noronha, esta falecida no mesmo dia e mês, ambas igualmente tumuladas na nave da igreja.

Novas e profundas obras foram realizadas no convento em 1604, sendo arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro e prioresa D. Luísa de Noronha. Data desse ano a trasladação dos mártires, com a presença do arcebispo, das duas arcas de mármore em que haviam sido encerrados no tempo de D. Afonso Henriques, para vinte e seis esculturas-relicário de meio corpo. Em metade delas, colocadas de lado do Evangelho, na capela-mor, ficaram as relíquias de S. Félix e dos seus doze companheiros; e, na outra metade, colocada de lado da Epístola, ficaram as de Santo Adrião, de sua mulher Santa Natália e dos onze companheiros destes. Encimando cada grupo de esculturas e respectivo altar, viam-se as seguintes inscrições:

*Lado do Evangelho*

ESTA CAPELLA SE REEDIFICOU EM TEMPO DO ILLUSTRISSIMO SENHOR D. MIGUEL DE CASTRO, ARCEBISPO DE LISBOA, PRELADO D'ESTA CASA, COM CUJO GOVERNO FOI SEMPRE ADMINISTRADA ANTES DOS REIS DE PORTUGAL, COMO SE VÊ DE UM CIPPO FEITO NA ERA DO S. DE MIL, E DAS ARMAS DE ELREI WAMBA, QUE REPARTIU OS BISPADOS EM HESPAÑA, O QUE TUDO SE ACHOU N'ESTA REEDIFICAÇÃO, COM RUÍNAS DE UM CAES DE ENXELARIA, ONDE DESEMBARCARAM ESTES SANTOS MARTYRES, POR ESTE VALLE SER MAR<sup>54</sup>.

BEATISSIMO XPI DNI MARTIRI FELICE  
DIACONO, ALIIS QUE XII MARTIRIBUS QUI  
IMPORUM GLADIIS SUB DIOLECIANO  
OCCUBUERUNT, QUORUM CORPORA HIC  
JACENT, ANTE ALPHONSUN I PORTU. REGEM,  
HOC ALTARE EST DICATUM.

(ESTE ALTAR SE DEDICOU AO BEATÍSSIMO  
MARTIR DE CRISTO NOSSO SENHOR FÉLIX  
DIÁCONO, E A OUTROS DOZE  
COMPANHEIROS, QUE FORAM MORTOS PELOS  
TIRANOS, SENDO IMPERADOR  
DIOCLECIANO; CUJOS CORPOS AQUI JAZEM  
SEPULTADOS ANTES DO TEMPO DE D. AFONSO  
PRIMEIRO REI DE PORTUGAL).

*Lado da Epístola*

FIDELISSIMO AC INVICTISSIMO XPI DNI  
MARTIRI ADRIANO ET NATALIE, UXORI EVUS  
ALIIS QUE UNDECIM SOCIIS, QUI SUB  
MAXIMIANO VARIO TORMENTORRUM  
GENERE OCCUBUERE, QUORUM CORPORA  
ANTE ALPHONSUM PRIMUM PORTUGALIE  
REGEM HIC QUIESCUNT, HOC ALTARE EST  
DICATUM.

(DEDICOU-SE ESTE ALTAR AO FIDELÍSSIMO E  
INVICTÍSSIMO MÁRTIR DE CRISTO NOSSO  
SENHOR ADRIÃO, E NATÁLIA, SUA MULHER, E  
OUTROS ONZE COMPANHEIROS, OS QUAIS,  
IMPERANDO MAXIMIANO, FORAM MORTOS  
COM VÁRIOS GÊNEROS DE TORMENTOS, CUJOS  
CORPOS DESCANSAM NESTE LUGAR ANTES DE  
D. AFONSO PRIMEIRO REI DE PORTUGAL).

Em 20 de Setembro de 1654 um incêndio deflagrou no convento, mas não sabemos quais os estragos que sofreu e se estes afectaram somente o edifício conventual ou também a igreja. Aliás, esta casa religiosa parece ter sido atreita a esse tipo de sinistros. Quem o diz é Frei Luís de Sousa, sem no entanto especificar as respectivas datas e consequências: “aconteceu muitas vezes pregar-se fogo no Mosteiro, casa de edifício velho, e desamparada de auxílio de homens, atear-se em madeira seca, estar longe a agoa, assoprarem ventos”<sup>55</sup>.

<sup>52</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 135-140.

<sup>53</sup> Frei Nicolau de Oliveira, *Livro das Grandezas de Lisboa*, prefácio e notas de Francisco Santana, fac-símile da edição original de 1620 e texto actualizado por Maria Helena Bastos, Lisboa, Vega, 1991, p. 535.

<sup>54</sup> Se esta transcrição, feita por Vilhena Barbosa, “Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inédito)”, *Archivo Pittoresco*, vol. VII [...], p. 376, está correcta, temos de concordar que a sua redacção é algo abstrusa.

<sup>55</sup> Frei Luís de Sousa, *Primeira Parte da História de S. Domingos*, vol. I [...], p. 130.

Provavelmente por esse motivo, as obras continuaram em Chelas. A portaria tem a data de 1667 e será dessa campanha o revestimento azulejar policromo, tipo tapete, do respectivo átrio e das paredes do claustro de dois pisos; o térreo, de arcaria apoiada em colunas, de sete tramos por lado, e o superior de elegantes colunas que suportam o telhado; ao centro tem uma fonte rodeada por bancos de espaldar inclinado e alegretes de azulejos azuis e brancos. Este claustro, que datará, talvez, da campanha de obras do tempo do arcebispo D. Miguel de Castro, não é, porém, como se disse, o primitivo, o qual tanto podia ser no mesmo local como na parte posterior do edifício conventual, onde ainda se pode ver o que resta do aqueduto que, a partir da Bela Vista, abastecia de água o convento.

O terramoto do 1º de Novembro de 1755 provocou importantes danos no convento e na igreja, implicando mais uma campanha de obras, que decorreu de 1756/57 até, pelo menos, 1780.

Com a extinção, em 1834, das Ordens religiosas e a morte da sua última freira, o Estado apropriou-se do edifício do convento, mas a igreja continuou aberta ao culto. Segundo Luís Gonzaga Pereira ela tinha capacidade para 600 fiéis e, além da capela-mor, de abóbada de canhão com caixotões, possuía mais seis capelas (uma de cada lado do arco triunfal e duas de cada lado da nave). Algumas das capelas tinham retábulos pintados em madeira, da escola de Grão Vasco. “Toda a Igreja e capellas são obra de ornato de bom gosto (apesar de antigo) e muitos dourados” – escreve aquele autor e acrescenta que na sacristia existiam “dous quadradinhos de santos da Ordem de St.ª Theresa [Ordem Carmelita], que são insignes”<sup>56</sup> e um arcaz de madeira do Brasil.

Ou ainda em 1898, quando o Ministério da Guerra enviou para o Museu Arqueológico do Carmo as peças já atrás mencionadas, ou após a implantação da República, a igreja foi despojada da sua ornamentação, sabendo-se que, em 1923, servia de depósito de materiais explosivos. Quanto ao seu recheio, temos notícia de o órgão estar hoje no coro da igreja de São Nicolau; de um painel de azulejos de remate semicircular, de autor desconhecido, de finais do século XVII, representando

“São Miguel a derrotar o demónio”, que terá pertencido a uma das capelas laterais, estar no Museu do Carmo, onde também está uma série de 14 painéis de azulejos azuis e brancos, como os do anterior, estes em estilo rococó, representando cenas da Paixão de Cristo, atribuídos a Francisco Jorge e datados de 1780<sup>57</sup>, possivelmente provenientes das paredes da nave.

Num terreno por detrás da igreja fora construída e inaugurada, em 14 de Março de 1898, uma fábrica de pólvora sem fumo, produzida segundo o método do coronel António Xavier Correia Barreto, a qual utilizou inicialmente motores Sulzer e esteve em grande actividade no período da primeira grande guerra<sup>58</sup>. Na década de 20 passou a dispor dum motor Krupp notável peça arqueológica industrial ainda lá existente e que deveria ser devidamente preservada, pois, além dela, só existe outra na Holanda.

Quanto ao grandioso edifício conventual, constituído por rés-do-chão (com lojas e habitações que serviram para alojar pessoal da fábrica) e três andares, acolheu no primeiro andar o Arquivo Geral do Exército, e nos dois superiores foi instalado um recolhimento de viúvas e órfãs de oficiais.

Na madrugada de 19 de Agosto de 1923 deflagrou no terceiro andar do edifício um violento incêndio, que pôs em risco a vida das 29 pensionistas ali recolhidas e que se propagou ao segundo, ficando ambos devastados. Salvou-se o primeiro andar, devido à sua sólida construção abobadada, pouco sofrendo o Arquivo. Veio a apurar-se que se tinha tratado de fogo posto pela pensionista de cor negra, Felizarda Emília Tavares, de 70 anos, natural de Luanda, uma demente que já antes estivera internada num manicómio.

Posteriormente, efectuadas obras de restauro do edifício, o Arquivo Geral do Exército foi reinstalado nos pisos devastados pelo incêndio, onde actualmente se mantém.

Resta dizer que a igreja e o convento de Chelas foram classificados como monumento nacional por decreto de 16 de Junho de 1910, publicado em 23 do mesmo mês, e que, curiosamente, na Torre do Tombo a documentação do arquivo do convento ali existente está classificada como pertencente ao Mosteiro de Santa Maria de Chelas, nome que ele nunca teve, pois foi sempre conhecido como São Félix de Chelas.

<sup>56</sup> Luís Gonzaga Pereira, *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, prefácio de A. Vieira da Silva, Lisboa, Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, 1927, pp. 282-283.

<sup>57</sup> José Meco, “Azulejaria”, *Roteiro da Exposição Permanente do Museu Arqueológico do Carmo* [...], pp. 127-133.

<sup>58</sup> Jorge Custódio, “Xabregas (Indústria)”, *Dicionário da História de Lisboa*, direcção de Francisco Santana e Eduardo Sucena, Lisboa, Carlos Quintas & Associados–Consultores Lda, 1994, p. 968.

# A Casa da Flor da Murta

Eduardo Sucena

D. João V foi um mulherengo impenitente cujas aventuras amorosas a História registou e alguns escritores, entre os quais Alberto Pimentel (*As Amantes de D. João V*), Júlio Dantas (*O Amor em Portugal no século XVIII*) e Rocha Martins (*Dona Flor da Murta*), dissecaram e romancearam. À parte o caso da famosa Madre Paula, freira do Convento de Odivelas, que parece ter sido a sua única paixão duradoura e que maior pasto terá dado às coscuvilhices contemporâneas, o de D. Luísa Clara de Portugal, dama do Paço, “Uma bonita mulher, branca e loira, possuidora de uns magníficos olhos azuis onde os do Rei se perdiam como no céu”<sup>1</sup> foi talvez o mais badalado na época.

---

<sup>1</sup> Francisco Câncio, *Lisboa-Tempos Idos*, vol. II, Lisboa, 1958, p. 150.



D. Maria Clara de Portugal, da Casa da Flor da Murta

Dizia-se que D. João V, encantado com a beleza dela, lhe dava o galante epíteto de *Flor da Murta* e que até lhe dedicara a seguinte quadra, na verdade de autor anónimo:

Flor da Murta,  
Raminho de freixo,  
Deixar de amar-te  
É que eu não deixo.

Ora, *Flor da Murta* não era como, por exemplo, *Flor da Altura* (Leonor Teles) ou *Colo de Garça* (Inês de Castro), um *sobriquet* terno, mas o nome da casa senhorial a que D. Luísa Clara de Portugal pertencia pelo casamento com D. Jorge de Meneses, e que teve o seu palácio na Rua de S. Bento fazendo esquina com a Rua do Poço dos Negros, o qual ainda hoje se pode ver ostentado no cunhal daquela esquina a respectiva pedra de armas.

<sup>2</sup> G. de Matos Sequeira, *Depois do Terramoto*, vol. II, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1967, p. 55.

A Casa da Flor da Murta era um ramo da nobilíssima família Meneses, uma das mais ilustres e antiga da Península Ibérica, cuja genealogia o *Armorial Lusitano* remonta a Fruela II, rei de Leão e da Galiza. A sua ascendência, que tomou o nome da antiga vila castelhana de Meneses, no tempo de D. Telo Peres de Meneses veio a adoptar também o patronímico Teles, passando os Teles de Meneses a Portugal, dos quais um dos seus membros foi a rainha D. Leonor Teles de Meneses, mulher de D. Fernando I.

No que respeita, directamente, à Casa da Flor da Murta, provêm este ramo por varonia legítima de D. Pedro de Meneses, primeiro senhor de Formoselhe, segundo filho de D. Jorge de Meneses, quinto senhor de Cantanhede, e de sua mulher D. Leonor Manuel (esta filha de D. João de Sotomaior, senhor de Alconchel, e de sua mulher D. Joana Manuel). Um outro D. Pedro de Meneses, primeiro conde e terceiro senhor de Cantanhede e sua mulher D. Leonor de Meneses foram os avós paternos do também D. Pedro de Meneses, fundador da Casa da Flor da Murta, que foi casado com D. Mécia Manuel de quem teve um filho, D. Jorge de Meneses, o qual venceu uma demanda sobre a Casa de Alconchel, em Espanha, e foi senhor dessa vila e de Formoselhe. Este D. Jorge de Meneses,

que viveu no século XVI, foi casado com D. Guiomar da Silva de Faria (dos Farias, alcaides-mores de Palmela) de quem teve D. António de Meneses Sotomaior, que lhe sucedeu, o qual entre outros filhos teve D. João de Meneses e D. António de Meneses, que pelo seu casamento com D. Mariana da Silva foi senhor da Casa de Soure.

O *Livro de Oiro da Nobreza* de Domingos de Araújo Affonso e Ruy Dique Travassos Valdez deixa-nos, porém, algumas dúvidas, que isto da genealogia é ciência pouco exacta e particularmente ingrata. Sabe-se, no entanto, que outro D. António de Meneses e D. Antónia Margarida foram os pais de D. Jorge de Meneses (e de mais quatro irmãos deste)<sup>2</sup>, o que foi casado com D. Luísa Clara de Portugal, da Casa Castelo Melhor (Vasconcelos e Sousa), de quem teve três filhos: D. António, D. Bernardo e D. José. Foi com estes filhos que ele se retirou para a sua casa do Morgado da Terrugem, hoje pertencente à Câmara Municipal de Oeiras, quando teve conhecimento da infidelidade da mulher, nunca mais dali saíndo durante os cinco anos que ainda viveu.

Quanto à origem e entrada na posse da Casa da Flor da Murta do palácio das ruas de S. Bento e do Poço dos Negros, onde D. Jorge vivia em 1731 com D. Luísa Clara e até esta se ter tornado amante do rei há, pelo menos, duas versões. Segundo uma delas, na sua origem teria estado uma casa nobre que no século XVI pertenceu aos Pereira Faria, senhores de Alconchel (e, pelo que atrás se disse, alcaides-mores de Palmela) a cuja família pertencia D. Guiomar da Silva Faria, mulher do D. Jorge de Meneses por via do qual o palácio entrou na Casa da Flor da Murta de que aquele era o representante. Noutra versão, essa primitiva casa nobre terá sido integrada, no século XVII, no Morgado da Terrugem, instituído em 1681 por Pedro Jacques de Magalhães, primeiro visconde da Fonte Arcada, general das guerras da Restauração e governador de armas da Beira. Este casou em segundas núpcias com D. Maria Vicência de Vilhena e tiveram uma filha, D. Madalena de Vilhena, a qual por sua vez casou com D. António de Meneses de Sotomaior (dos Meneses de Cantanhede), Morgado de Sousa. Por este casamento ficaram ligados o Morgado da Terrugem e a Casa da Flor da Murta, passando o palácio de Lisboa a ser habitado pelos Meneses. Há aqui, porém, uma discrepância, pois, segundo o citado *Livro de Oiro da Nobreza*, aquele D. António de Meneses de Sotomaior foi casado com D. Cecília de Mendonça e Meneses. Será que ele casou duas vezes?

O edifício das ruas de S. Bento e do Poço dos Negros terá sido reedificado no século XVI, talvez no tempo dos Pereira Faria, e sofreu obras de restauro no século XVII quando já na posse da Casa da Flor da Murta, devendo datar de então a sua arquitectura, pois o terramoto de 1755 só o afectou ligeiramente, sendo a sua fachada sul prolongada no século XIX. Tratava-se de uma sumptuosa casa nobre com capela da invocação de Nossa Senhora de Monserrate, jardim com uma fonte monumental e aposentos decorados com silhares de azulejos, alguns holandeses do século XVII, e tectos apainelados e de pinturas sobre tela.

Nos anos quarenta do século XX vivia lá D. António de Meneses o último descendente de D. Jorge de Meneses que habitou o edifício, já na sua maior parte arrendado desde 1890, e onde estiveram instaladas firmas comerciais, um serviço público e vários inquilinos particulares.

Voltando à geração da Casa da Flor da Murta: um neto de D. Jorge e de D. Luísa Clara, que se notabilizou, foi D. António Maria de Meneses Portugal, moço-fidalgo

com exercício na Casa Real, senhor das Casas do Lavre e da Flor da Murta, Morgado de Soure e de S. Francisco da Ponte de Sôr, senhor do Paúl da Badoeira, no Algarve, capitão da cavalaria, condecorado com as medalhas de campanha da Guerra Peninsular e de honra da batalha da Albuhera e comendador da Ordem de Cristo, que casou em 1823 com D. Ana Mafalda da Cunha. Deste casamento teve um filho, que lhe sucedeu, D. Manuel Maria de Meneses, falecido em 1909, que terá sido o pai de D. António Meneses, atrás mencionado, último ocupante do palácio e, ao que supomos, pela extinção da varonia das Casas dos Marqueses de Marialva, dos senhores da Ponte da Barca, dos Marqueses de Lourçal, dos senhores de Oliveira e dos Comendadores de Grândola, o último chefe dos Meneses em Portugal e também da Casa da Flor da Murta.

Para terminar, diremos que além dos filhos que deu ao seu marido, D. Luísa Clara deu a D. João V uma filha – D. Maria Rita de Portugal – que professou no Convento de Santos-o-Novo e que, tal como a sua mãe, foi conhecida por “Flor da Murta”. E, a fazermos fé em Camilo Castelo Branco<sup>3</sup>, ela terá sido ainda mãe de dois dos *Meninos de Palhavã*, D. Gaspar e D. José, o primeiro arcebispo de Braga, e o segundo Inquisidor-Geral do Santo Ofício.

<sup>3</sup> Camilo Castelo Branco, *O Perfil do Marquês de Pombal*, Lisboa, Folhas e Letras, 2003, p. 120.



# A Pedra de Armas do Palácio da Flor da Murta

J. Ramos Baptista



Se a pedra de armas colocada no cunhal do palácio da Flor da Murta, não oferece particular dificuldade quanto à sua interpretação, a forma como se articula com o edifício, suscita dúvidas sobre as quais vários autores se debruçaram sem resultados conclusivos. Não temos a pretensão de conseguir essa resolução definitiva, mas antes tentar sistematizar as questões que essa pedra suscita.



Não existem quaisquer dúvidas de que se trata de armas pertencentes aos Pereira Faria, senhores de Alconchel. Contudo, a determinado momento da sua história, o palácio passou a propriedade dos Meneses de Cantanhede, e aqui surge a primeira questão: quando se deu essa

passagem, já que três hipóteses se apresentam? Tomando como ponto de partida os Pereira Faria, é sabido que uma senhora da família, D.Guiomar Faria, casou no século XVI com D.Jorge de Meneses, da Casa da Flor da Murta, o que para além de justificar a mudança de proprietário, suporta a designação pela qual o palácio é vulgarmente conhecido. No entanto, outros investigadores ligam a posse do edifício a Pedro Jacques Magalhães, 1º Visconde da Fonte Arcada e Morgado da Terrugem, casado em segundas núpcias com D.Maria Vicência de Vilhena. Deste matrimónio nasceu D.Madalena de Vilhena que veio a casar com D.António de Meneses Sotto Mayor, da Casa de Cantanhede e Morgado de Sousa. Teria desta forma a propriedade passado à posse dos Meneses, ficando contudo por esclarecer a presença das armas dos Pereira Faria. Uma terceira hipótese apoia-se no casamento de D.Luísa Clara de Portugal, filha de D.Bernardo Vasconcelos, Castelo Melhor, e de D.Maria Madalena de Portugal, com D.Jorge de Meneses, Senhor da Badoeira e da Terrugem. Três possíveis vias se nos oferecem pois, para a entrada dos Meneses na posse do Palácio da Flor da Murta. No entanto as armas que podemos ainda hoje observar no local, não são nem Magalhães, nem Meneses, o que nos leva a crer, julgamos que com alguma segurança, que os proprietários iniciais do imóvel terão sido os Pereira Faria. Sustentam alguns que a pedra de armas terá sido colocada já no século XVIII. Tal hipótese não se nos afigura muito provável, se considerarmos que ao tempo, o palácio era já propriedade dos Meneses que dispunham de armaria própria, não sendo por isso provável que aceitassem colocar na sua residência outra heráldica que não a sua.

Voltando à pedra de armas ainda hoje visível no cunhal que liga a Rua de S.Bento com a Rua do Poço

dos Negros, trata-se como já foi dito dos Pereira Faria e tomando como base a sua representação original, brasonam-se da seguinte forma: esquartelado, o primeiro Pereiras, de vermelho, uma cruz florenciada e vazia; o segundo, Castros, de prata, seis arruelas de azul, postas 2, 2 e 2, o terceiro Barbosas, de prata, banda de azul carregada de três crescentes de ouro, ladeada de dois leões de azul, postos em banda, batalhantes, armados e lampassados de vermelho; o quarto, Farias, de vermelho, torre de prata aberta e iluminada de negro, cinco flores de lis em prata, três em chefe e uma em cada flanco. Sobre o todo, armas dos Sousas do Prado, esquartelado, o primeiro e o quarto de prata, cinco escudetes de azul postos em cruz, cada escudete carregado de cinco besantes do primeiro metal, postos em aspa; segundo e terceiros de prata, com um leão de púrpura.

Concluindo, e à falta de melhor explicação, o Palácio da Flor da Murta terá tido a sua origem nos Pereira Faria, passando a dado momento da sua história e na sequência de um casamento, para a posse dos Meneses.

Pela mesma razão o morgadio da Terrugem, próximo de Paço de Arcos, originalmente do Conde da Fonte Arcada, terá passado para o património dos Meneses, nele acabando os seus dias, D.Jorge de Meneses, o marido de D.Luísa Clara, que aí veio a falecer, retirado do mundo.



# D. Maria Ana de Áustria - a Rainha desaparecida

Eduardo Sucena

Em 1989, por ocasião das comemorações do tricentenário do nascimento de D. João V, desencadeou-se em Mafra um movimento a favor da trasladação para a Basílica local dos restos mortais daquele monarca e da sua mulher, a rainha D. Maria Ana de Áustria. O motor desse movimento foi o Sr. Vasco Marques, natural daquela vila e residente no Bombarral, que não se poupou a esforços, junto das entidades oficiais e outras, para atingir o seu fim. O argumento principal era que o *Magnânimo*, segundo o testemunho de Frei António de Sant'Ana no sermão das exéquias, realizadas a 8 de Agosto de 1750, exprimira repetidas vezes o desejo de ser tumulado naquela Basílica. Aliás, mandara abrir e reservar na respectiva capela-mor, de ambos os lados, vãos destinados aos túmulos reais.



Túmulo do Museu do Carmo

Para surpresa do activo Sr. Vasco Marques, veio este a verificar, no decurso das suas diligências, que o cadáver da rainha D. Maria Ana não estava junto do seu marido, no Panteão da Casa de Bragança, como seria de presumir. Quem, segundo a respectiva inscrição, se encontra junto do rei é, na verdade, a sua irmã, a infanta D. Isabel Luísa Josefa.

O que terá, pois, acontecido aos restos mortais da malograda rainha?

D. Maria Ana Josefa Antónia, 3ª filha do imperador Leopoldo I e de sua mulher D. Leonor de Neubourg, arquiduquesa da Áustria, nasceu em Linz a 7 de Setembro de 1683. A ideia do seu consórcio com o herdeiro do trono português fora sugerida a D. Pedro II pelo arquiduque Carlos por ocasião da sua permanência em Lisboa, em 1704, na qualidade de pretendente ao trono espanhol, apadrinhado e financiado pelo nosso monarca. O arquiduque fora aclamado no ano anterior, em Viena, rei da Espanha, e voltara a sê-lo em 1706, em Madrid, então ocupada por um exército de portugueses, ingleses e holandeses sob o comando do 4º marquês das Minas, D. António Luís de Sousa. No entanto, quem se viria a sentar no trono espanhol seria o duque de Anjou, neto de Luís XIV, Filipe V, e não Carlos III como o arquiduque já se fazia tratar.

A estada de D. Carlos em Lisboa, envolvidos como estávamos na Guerra da Sucessão da Espanha por influência de Guilherme III da Inglaterra, se nos trouxe pesados encargos financeiro, tal como essa Guerra nos havia de trazer elevadas perdas em vidas, teve de positivo, ao menos, aquela ideia do consórcio, que o próprio arquiduque, já então na Catalunha, se encarregou de transmitir à corte de Viena, onde foi bem acolhida.

Pela parte portuguesa, as negociações foram iniciadas pelo conde de Assumar e continuadas pelo 3º conde de Vilar Maior, Fernão Teles da Silva, este já na qualidade de embaixador extraordinário. Dessas negociações resultou o pedido formal de casamento e a assinatura do respectivo contrato, celebrando-se os esponsórios a 9 de Julho de 1708 na catedral de Santo Estevão, sendo D. João V, já então rei, representado pelo imperador José I, irmão da noiva, a qual, em seguida, iniciou a viagem para Portugal com a sua comitiva, via Haia e Roterdão, onde embarcou para Inglaterra. Aí, atendendo-se à Aliança luso-britânica e ao apoio de Portugal à posição inglesa na Guerra da Sucessão da Espanha, foi a rainha recebida com excepcionais honras, permanecendo como hóspede da corte de Londres até 17 de Outubro devido ao mau tempo que se fazia sentir. Reembarcou depois em Portsmouth com destino a Lisboa, na nau *Royal Ann*, em que viajava também o almirante Bings, que comandava uma esquadra de 18 naus de guerra e 150 navios mercantes.

A 26 desse mês verificou-se a entrada no Tejo da esquadra, mas a rainha, devido aos incómodos da viagem por mar, só desembarcou no dia seguinte, com a pompa e circunstância que o acontecimento impunham. Abundam os relatos das festas da recepção, que se prolongaram por vários dias, entre os quais se destacam: o de D. António Caetano de Sousa na sua *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, publicada entre 1735 e 1748 (tomo VIII, p. 23 e seguintes); o do manuscrito da Biblioteca Pública do Porto intitulada *Relação e breve compêndio da entrada da serenissima rainha de Portugal D. Maria Ana Josefa Antónia de Austria, filha do Imperador Leopoldo Inácio, 1º do nome, vindo a casar com D. João 5º, filho de el-rei D. Pedro 2º, com notícia das festas de toiros feitas no Terreiro do Paço, da cidade de Lisboa. Escritas por um curioso que em todas as ocasiões se achou presente*; e, ainda, o da *Gazeta campestre em forma de carta*, de 1701-1716, de José Soares da Silva, também a esse respeito muito noticioso.

Não interessa, porém, dar aqui conta de que foram

essas festas em que a corte portuguesa e a cidade de Lisboa se esmeraram. Basta dizer que, trocados os cumprimentos da praxe e substituída a condessa de La Tour no cargo de camareira-mor da rainha pela marquesa de Unhão, se seguiram, na Capela Real, as bênçãos nupciais dadas pelo bispo, capelão-mor, D. Nuno da Cunha, e, após elas, a velada no paço com a presença da fina-flor da nobreza e outros convidados.

D. Maria Ana de Áustria tinha então 24 anos. Alta, de porte majestoso e de trato insinuante, cativou desde logo as simpatias não consentindo que a infanta D. Francisca e os infantes, seus cunhados, lhe beijassem a mão como mandava a pragmática.

D. António Caetano de Sousa diz que ela era «muy formosa, com grande bizarria, e excelentemente airosa, rosto redondo, os olhos grandes, e pardos, muito brancos, e corada, nariz e boca pequenos, e proporcionados, dentes perfeitíssimos, com fisionomia alegre, e sumamente agradável». Senhora culta, que dominava o latim, o italiano, o francês e o castelhano, além do alemão, a sua língua materna, falava e escrevia “com admirável propriedade”. Apreciava a música, tocando vários instrumentos, entre eles o cravo. Interessava-se pela pintura e pelos bordados. Dançava graciosamente. E revelou-se exímia caçadora exercitando a cinegética nas tapadas reais.

Fazendo *pouco ruído*, na expressão de Cunha Brochado, acompanhava atentamente os negócios do reino; atraíam-na as coisas do mar, não faltando ao lançamento à água dos novos navios, e até o progresso industrial não lhe era indiferente, haja em vista as visitas que nessa área realizou, em 1727, entre elas à Real Fábrica de Vidros de Coima, mais tarde transferida para a Marinha Grande. No capítulo das distrações, a sua preferência ia para os passeios no Tejo, em que se fazia acompanhar por membros da família real e da corte.

Um dos aspectos mais notáveis do carácter da rainha era a sensibilidade que revelou perante as necessidades e o sofrimento alheios, e tão generosa foi na distribuição de dádivas aos mais desfavorecidos, que chegou a ser acusada de pródiga. Outro dos sentimentos que a exornavam, era o da religiosidade, de que existem elucidativas notícias na *Description de la ville de Lisbonne*, de autor anónimo, e na *Gazeta de Lisboa*. Foi esse sentimento que a levou a fundar em 1723 o Hospício dos Religiosos Carmelitas Descalços Alemães, construído à sua custa no sopé do monte de Santa Catarina, depois de obtido, para o efeito, o breve do Papa Clemente XI,

sendo a respectiva igreja benzida em 19 de Março daquele ano.

Os carmelitas descalços alemães vieram para Portugal no mesmo ano de 1708 em que a Rainha cá chegou, e a instâncias desta, que entendeu ser necessário prestar assistência religiosa aos cidadãos de língua alemã aqui residentes ao tempo, e que formavam uma antiga comunidade com irmandade própria - a de S. Bartolomeu - com capela na primitiva igreja de S. Julião, e cujas origens remontavam a 1290. O primeiro desses religiosos foi Frei Leopoldo de Santa Teresa, a que se seguiram mais três, que tiveram casa junto à ermida de S. Pedro Gonçalves, ao Corpo Santo, passando depois para a ermida da Ascensão de Cristo, na Calçada do Combro, e, por fim, para o Hospício mandado erigir pela rainha.

Dedicados a S. João Nepomuceno e à Senhora Santa Ana, o hospício e a igreja ficavam junto à Calçada Salvador Correia de Sá (neto do general governador do Rio de Janeiro e de Angola e 2º Visconde de Asseca, que aí teve umas casas). A escolha de S. João Nepomuceno para patrono, devem-se à devoção da rainha fundadora por esse santo, que viveu entre 1330 e 1383, e que foi morto por afogamento por ordem de Venceslau IV da Alemanha a quem se recusou a revelar um segredo de confissão da sua mulher, a rainha Joana. Desse patrono resta no pátio do edifício a estátua em pedra, mutilada, como também lá se encontra ainda uma pedra com as armas de Portugal e de D. Maria Ana de Áustria. É curioso referir que, anos mais tarde, outro devoto do santo erigiu-lhe uma monumental estátua, da autoria do escultor italiano João António de Pádua, sobre o lado norte da desaparecida ponte de Alcântara, peça essa actualmente recolhida no Museu desta Associação e que apresenta uma legenda em latim cuja tradução é a seguinte: “A S. João Nepomuceno, novo taumaturgo do mundo, dominador da terra, do fogo, da água e do ar, e sobretudo aplacador dos mares, um seu devoto, reconhecido para com o seu protector, ergueu esta estátua no ano de 1743 depois de salvo”. Quem fosse esse devoto, não o sabemos; mas era, com certeza, pessoa abonada, como o atesta a grandiosidade do monumento, de 6 metros de altura.

A igreja do hospício de S. João Nepomuceno foi sendo beneficiado ao longo do tempo. Em 1737 terá sofrido importantes obras sob a responsabilidade de Carlos Mardel. Em 17 de Junho de 1749 recebeu uma «perfeitíssima imagem do glorioso Menino Jesus de

Praga» com a assistência da rainha, da princesa D. Maria Bárbara e das infantas, em cerimónia que terminou com um *Te Deum Laudamus*. Em 1752 D. Maria Ana de Áustria dotou-a «larga e realengamente» com rendas e alfaias e determinou no seu testamento ser nela sepultada, como efectivamente foi. Falecida a 14 de Agosto de 1754, o seu corpo ficou depositado na igreja do Hospício em mausoléu próprio, após a extracção do coração, que mandou fosse para a cripta da sua família de origem (a Kaisergruft, na igreja do convento dos Capuchinhos, no centro de Viena) onde se encontra em monumento que foi objecto de uma bem documentada comunicação do nosso prezado Consócio Dr. Francisco de Simas Alves de Azevedo à Academia Portuguesa de História, publicada nos *Anais* dessa Academia (II Série), vol. 37, 1998).

Mas nem sempre os mortos têm o merecido descanso e nem sempre a sua vontade é respeitada. Sua neta, a rainha D. Maria I, decidiu trasladar os restos da avó para o antigo mosteiro de S. Vicente de Fora dos cónegos regrantes de Santo Agostinho. Morta havia 26 anos, ao abrir-se em 23 de Julho de 1780 o caixão, verificou-se que o corpo de D. Maria Ana de Áustria estava incorrupto, o que fez espalhar-se a fama da sua santidade, conforme nos conta Frei Cláudio da Conceição no *Gabinete Histórico* (tomo XII, pp. 295 e seguintes), onde descreve pormenorizadamente o cerimonial a que então se procedeu. Na noite de 27, depois de o corpo ter sido vestido de novo, e exposto, foi encerrado em caixão de chumbo onde foi gravado o seguinte:

D.O.M. D. MARIA ANNA DE AUSTRIA. REGINA  
FIDELISSIMA PORTUGALIAE, ET ALGARBIORUM  
REGI JOANNI V. NUPSIT ANNO DOMINI  
MDCCVIII – VIXIT – COPULATA CONJUGI  
ANNOS XLII SUPERSTES CONJUGI ANNOS IV.  
DIEM CLAUSIT EXTREMUM – ANNO MDCCLIV  
– MENSIS AUGUSTI DIE XIV.  
AETATIS SUAE ANNO LXXI – CUJUS CORPUS  
RECOGNITUM.

Esta inscrição foi gravada por António Rodrigues de Leão, que cobrou 3200 [...] pelo trabalho (Casa Real, L<sup>o</sup> 505, 18 de Dezembro de 1780).

O caixão foi depois colocado sobre uma eça erigida

no meio da igreja. “Depois dos costumados Responsórios foi levado pelas primeiras pessoas da Nobreza, e posto no Túmulo, que se acha no lado da Epístola do Altar maior” [de S. Vicente de Fora], lavrando-se a escritura da entrega do corpo, que foi assinada pelo Secretário de Estado, pelo vigário do Hospício e por várias testemunhas nobres.

Houve, portanto, uma transferência do túmulo (da igreja de S. João Nepomuceno para a de S. Vicente de Fora), obra do escultor Francisco Leal sob risco de Machado de Castro e que apresentava na arca a seguinte inscrição:

MARIA ANNA/ PORTUGALIAE  
REGINA/ JOANNIS V REGIS VIDUA/ OBIT  
ANNO MDCCLIV/ XIV AUGUSTI.

Ora sucede que D. Fernando, então regente do reino na menoridade de D. Pedro V, tomara a iniciativa da criação de um Jazigo Real no edifício do antigo mosteiro de S. Vicente de Fora, destinado aos membros da Casa de Bragança. Para lhe dar execução, a portaria do Ministério do Reino, de 7 de Dezembro de 1853, encarregava o cardeal patriarca D. Guilherme Henriques de Carvalho e o conselheiro Diogo António Corrêa de Sequeira Pinto de constituírem uma comissão para aquele efeito, orçamentando a respectiva despesa. Esta foi estimada em 6 000\$000 réis e, já em 18 de Maio de 1855, o secretário da comissão, Manuel Cesário Silva, informava sobre a possível disposição dos féretros no Jazigo.

É de notar que, além do túmulo de D. João IV (1604 – 1656), que em testamento se fizera sepultar na igreja de S. Vicente de Fora, já se encontravam na capela-mor desta, em 1758, os de D. Pedro II, da sua segunda mulher D. Maria Sofia de Neuburgo e dos seus pequenos filhos D. João (1688) e D. Teresa (1696 – 1704), a que se juntou, em 1780, o de D. Maria Ana de Austria, todos depois transferidos para o Jazigo Real. Inácio de Vilhena Barbosa, referindo-se a este (*Archivo Pittoresco*, vol. VI, 1863, pp. 227 a 229), escreve:

“Ao lado da capela-mor, da parte do Evangelho, está uma pequena porta, que dá entrada para a casa que serviu de jazigo real, e serve agora [àquela data] de última morada aos patriarcas de Lisboa. É uma casa comprida, muito estreita e lúgubre, toda forrada de pano preto, a qual pela sua simplicidade e pobreza contrastava com

os esplendores e grandezas que cercaram na vida os reis e príncipes que ali repousaram por larga série de anos”.

Em 1863 o jazigo real fora já mudado para o antigo refeitório dos cônegos regantes de Santo Agostinho e José Manuel Dinis Oliveira Travassos na sua *Breve Notícia do Real Templo e Mosteiro de S. Vicente de Fora e das Pessoas Reaes que n'elle jazem*, publicada naquele ano, dá a de relação dos corpos ali depositados, todos “em caixões forrados, uns de seda e outros de velludo preto e encarnado, com galões a oiro, com argolas e fechaduras douradas”, excepto o de D. João IV, que estava em túmulo de mármore.

A *Ilustração Portugueza* de 11 de Novembro de 1889 (5º ano, nº 43, pp. 10 e 11) sob o título de *O Pantheon dos Reis Portuguezes* descreve o Jazigo Real da seguinte forma:

«O jazigo é quadrilongo, decorado com arcadas e pilares de cantaria em barretes de abóbada de três angulos vivos ou salientes e dois reentrantes, guarnecidos e arrinquados de pedra lioz. Mede 38 metros de comprimento sobre 9,75 metros de largura e 7,50 de altura. Dos dois lados é guarnecido com eças geraes, subdivididas todas em apainelados de mosaico em marmore de côres. No centro ha duas eças com quatro faces, com embutidos de marmore e decorações em alto relevo. Na parte superior do jazigo ergue-se o altar em mosaico, com guarnições eguaes às das eças.

«A porta do jazigo é de ferro fundido, com elegantes e primorosos festões. No arco que a forma vêem-se as armas portuguezas em relevo doirado. A ante-sala do jazigo mede 16 metros de comprimento sobre 9.75 de largura. A porta é de vinhatico, com grandes almofadas. Sobre ella, n'um largo tarjão de ferro, lê-se a seguinte inscripção, com letras de bronze doirado:

REAL JAZIGO  
DOS MONARCHAS, PRINCIPES  
E MAIS PESSOAS REAES  
DA SERENISSIMA CASA DE BRAGANÇA  
QUE, NO REINADO DE SUA MAGESTADE  
EL-REI D. PEDRO QUINTO,  
MANDOU ERIGIR SEU AUGUSTO PAE  
EL-REI D. FERNANDO SEGUNDO,  
REGENTE DO REINO  
1855

«No centro do Pantheon estão levantadas duas eças, a primeira com o corpo do rei soldado, D. Pedro IV, e a segunda onde está D. Pedro V.

«Estão cobertas de pannos pretos franjados de oiro.

«Ao lado conservam-se ainda algumas das corôas que lhe foram offerecidas.

«Do lado esquerdo encontram-se os tumulos da infanta D. Isabel Maria, fallecida em 22 d'abril de 1876; princeza D. Amelia, fallecida no Funchal a 4 de fevereiro de 1853; imperatriz D. Amelia, fallecida a 26 de janeiro de 1873; dos dois infantes D. João e D. Fernando, fallecidos, aquelle a 27 de dezembro e este a 6 de novembro de 1861; da rainha D. Estephania, fallecida em 17 de julho de 1859; da rainha D. Maria II, fallecida a 15 de novembro de 1853; do príncipe D. Augusto, fallecido a 28 de março de 1835; da rainha D. Carlota Joaquina; do rei D. João VI, fallecido a 10 de março de 1826; do príncipe D. José, filho de D. Pedro III, fallecido a 11 de setembro de 1788; da infanta D. Maria Clementina, fallecida a 20 de julho de 1776, e da infanta D. Maria Isabel, fallecida a 14 de janeiro de 1777; seguem-se ainda três caixões, contendo os restos mortaes de mais três filhos menores de D. Maria II.

«Do lado direito estão os feretros do infante D. João e da infanta D. Maria, filha de D. Maria II.

«Seguem-se os do rei D. Pedro III, fallecido em 25 de maio de 1786; rainha D. Maria Francisca; infanta D. Maria Dorothea, fallecida em 14 de janeiro de 1771; príncipe D. Pedro, filho de D. João V; D. João V, fallecido em 31 de julho de 1750; **rainha D. Marianna de Austria**; infante D. Carlos, fallecido em 30 de março de 1736; e seus irmãos o infante D. Manuel, fallecido a 3 de julho de 1776; infante D. António, fallecido a 20 de outubro de 1757; infante D. Francisco, fallecido a 21 de julho de 1742; rainha D. Maria Sophia, mulher em segundas núpcias de D. Pedro II, fallecida a 4 de julho de 1699; D. Pedro II, fallecido em 9 de dezembro de 1700; infanta D. Francisca Josepha, filha de D. Pedro II, fallecida a 15 de julho de 1736; e rei D. Afonso VI, fallecido nos paços de Cintra a 12 de setembro de 1665.

«O cadaver do Senhor Infante D. Augusto ali ficou também depositado no 1º de outubro findo».

Este arranjo do Jazigo Real, agora denominado *Panteão*, foi feito sob o risco do Arqº José da Costa Sequeira, da Academia Real de Belas Artes de Lisboa, e a ele alude, ligeiramente, Júlio de Castilho na sua *Lisboa Antiga/Bairros Orientais* (1884 – 1890). Mas em 1932/33 o Panteão sofre novo arranjo, desta vez sob o risco do

Arqº Raul Lino, que lhe modifica o aspecto fúnebre e a arrumação dos féretros. Em “Aditamento” àquela referência de Júlio Castilho, A. Vieira da Silva, na 2ª edição da citada obra (vol. VII, 1937, pp. 143 a 150) descreve essa nova arrumação e, começando pelo túmulo de D. João IV, embebido no vão do lado sul, hoje tapado, que dava acesso a uma grande sala, menciona os túmulos dos reis D. Carlos I (1863 – 1908), D. Manuel II (1889 – 1932) e do príncipe D. Luís Filipe (1887 – 1908), aos quais depois foi acrescentado o da rainha D. [Maria] Amélia [Luísa Helena de Orleães] (1865 – 1951), ao centro, e dá nota da disposição dos féretros nos vinte e dois receptáculos vedados por placas de mármore e dispostos em duas ordens de cada lado do Panteão:(conforme representado no esquema na página seguinte).

Transitoriamente, estiveram também no Panteão os corpos de D. Pedro II do Brasil (1825 – 1891) e de sua mulher D. Teresa Cristina (1822 – 1889). Foram ambos trasladados para o Rio de Janeiro em 22 de Dezembro de 1920.

Actualmente, estão também ali os corpos do rei D. Miguel I (1802 – 1866) e de sua mulher D. Adelaide de Loewenstein-Wertheim-Rosenberg (1831 – 1909) e também da rainha D. Maria Amélia de Orleães e Bragança (1865 – 1951).

Já Oliveira Martins notara, a propósito da trasladação (em 26 de Março de 1914) dos filhos de D. João IV (D. Catarina, D. Teodósio e D. Joana) dos Jerónimos para S. Vicente de Fora, que nas indicações do Panteão existiam várias anomalias: a ausência de referência aos restos mortais do príncipe D. Teodósio (1634 – 1653); a existência de uma inscrição referente à infanta D. Ana (1635), também filha do *Restaurador*, que está, sim, tumulada no Convento das Chagas, de Vila Viçosa; a existência de uma inscrição referente à rainha D. Mariana Vitória, mulher de D. José I, cujo túmulo está, de facto, na igreja de S. Francisco de Paula, às Janelas Verdes; e a falta, por outro lado, da inscrição referente a D. Maria Ana de Áustria.

Mais anomalias se detectam, porém, naquela necrópole. A. Vieira da Silva, no referido “Aditamento”, rectifica algumas datas de inscrições, mas outras, também erradas, corrigimos neste trabalho, indicando entre parêntesis rectos as correctas. Mas há que registar ainda a ausência de referências aos dois filhos

de D. Pedro II, D. João (1688) e D. Teresa [Maria Francisca Xavier Josefa Leonor] (1696 – 1704), ambos também ali depositados.

Do que fica exposto, pode concluir-se, sem dúvida, que os restos mortais da rainha D. Mariana de Austria estão no Panteão de S. Vicente de Fora, muito provavelmente no receptáculo erradamente atribuído a D. Mariana Vitória, que nunca lá esteve. A memória daquela rainha, em especial, mas também as dos outros membros da Casa de Bragança vítimas de indesculpáveis erros de identificação, exigem que se proceda às necessárias rectificações; e exige-o, ainda, o respeito pela verdade histórica e a credibilidade de quem superintende no Panteão.

## O Panteão em 1855

<b>Reis</b>	D. João IV (1604 – 1656)
	D. Afonso VI (1643 – 1683)
	D. Pedro II (1648 – 1706)
	D. João V (1689 – 1750)
	D. José I (1714 – 1777)
	D. Pedro III (1717 – 1786)
	D. João VI (1767 – 1826)
	D. Pedro IV (1798 – 1834)
	D. Pedro V (1837 – 1861)
<b>Rainhas</b>	D. Maria Sofia de Neuburgo (1666 – 1699)
	<b>D. Maria Ana de Austria (1683 – 1754)</b>
	D. Carlota Joaquina de Bourbon (1775 – 1830)
	D. Maria II (1819 – 1853)
	D. Estefânia de Hohenzollern-Sigmaringen (1837 – 1859)

### Príncipes, infantas e infantes

D. Teodósio D. Joana	Filhos de D. João IV
D. João D. Francisco D. António D. Teresa D. Manuel D. Francisca	Filhos de D. Pedro II
D. Pedro D. Carlos D. Alexandre	Filhos de D. João V
D. Maria Francisca Doroteia D. Maria Francisca Benedita	Filhas de D. José I
D. José D. João D. Maria Isabel D. Maria Clementina	Filhos de D. Pedro III
D. António	Filho de D. João VI
D. Maria D. Leopoldo D. Maria D. Eugénio D. Fernando	Filhos de D. Fernando II
D. Augusto de Leuchtenberg e Santa Cruz	1º marido de D. Maria II
D. Amélia de Bragança	Filha de D. Pedro IV

## O Panteão em 1933

### Reis, rainhas e regentes do reino

D. Luísa de Gusmão (1613 – 1666)  
D. Catarina de Bragança, rainha da Inglaterra (1638 – 1705)  
D. Afonso VI (1643 – 1683)  
D. Maria Francisca [Isabel de Saboia] (1646 – 1683)  
D. Pedro II (1648 – 1706)  
D. Maria Sofia [de Neuburgo] (1666 – 1699)  
D. João V (1689 – 1750)  
D. José I (1714 – 1777)  
D. Mariana Vitória (1718 – 1781)  
D. Pedro III (1717 – 1786)  
D. Carlota Joaquina (1775 – 1830)  
D. João VI (1767 – 1826)  
D. Isabel Maria (1801 – 1876), filha de D. João VI  
D. Pedro IV (1798 – 1834), [trasladado para o Brasil em 1972]  
D. Amélia A. Eugénia [de Beauharnais] (1812 – 1873)  
D. Fernando II (1816 – 1885)  
D. Maria II (1819 – 1853)  
D. Pedro V (1837 – 1859 [1861])  
D. Estefânia [de Hohenzollern-Sigmaringen] (1837 – 1859)  
D. Luís I (1838 – 1889)  
D. Carlos I (1863 – 1908)  
D. Manuel II (1889 – 1932)

### Príncipes e infantes

D. Ana (1635) | Filhas de D. João IV  
D. Joana (1636 [1635] – 1653) |

D. Isabel [Luísa Josefa] (1669 [1668] – 1690) | Filhos de  
D. Francisco [Xavier José António Bento Urbano] (1691 – 1742) | D. Pedro II  
D. António [Francisco Xavier José Bento Teodósio Leopoldo  
Henrique] (1695 – 1757) |  
D. Manuel [José Francisco António Caetano Estevão Bartolomeu] (1697 – 1736)  
D. Francisca Josefa (1699 – 1736) |

D. Maria Amélia (1831 – 1858 [1853]) | Filha de D. Pedro I do Brasil  
(Partilhará o receptáculo com D. Maria Clementina) |

D. Maria [Francisca Doroteia] (1739 – 1771) | Filhas de D. José I  
D. Maria [Francisca Benedita] (1746 – 1829) |

D. José (1761 – 1788) | Filhos de D. Maria I  
D. João (1763) |  
D. Maria Clementina (1774 – 1776) |  
D. Maria Isabel (1777 [1776] – 1777) |

D. António [Pio] (1795 – 1801) | Filhos de D. João VI  
D. Maria da Assunção (1805 – 1834) |

D. Augusto de Leuchtenberg (1810 – 1835)  
(1º marido de D. Maria II)

D. João (1846 [1842] – 1861) | Filhos de D. Maria II  
D. Fernando (1846 – 1861) |  
D. Augusto (1847 – 1889) |  
D. Leopoldo (1849 – 1857 [1849]) |  
D. Maria (1851) |  
D. Eugénia Maria [D. Eugénio] (1853) |

D. Afonso (1865 – 1920) | Filho de D. Luís I

D. Maria (1888) | Filhos de D. Carlos I  
D. Luís Filipe (1887 – 1908) |

# Uma enigmática pedra de armas oitocentista em Lisboa<sup>1</sup>

Francisco de Simas  
Alves de Azevedo

Entre as numerosas pedras de armas existentes em Lisboa, conta-se uma (pelo menos) que se singulariza pelo enigma que põe ao observador heraldista.

É a do portão do jardim do palacete *Beau Séjour*<sup>2</sup>, no 368 da Estrada de Benfica; pedra essa omitida, aliás, nas obras, publicadas, de inventariação de tal tipo de monumentos.

---

<sup>1</sup> Desenvolvimento da parte da comunicação apresentada à Comissão de Estudos Olisiponenses da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a 2 de Março de 2004

<sup>2</sup> Essa preciosa jóia da arquitectura civil portuguesa oitocentista.

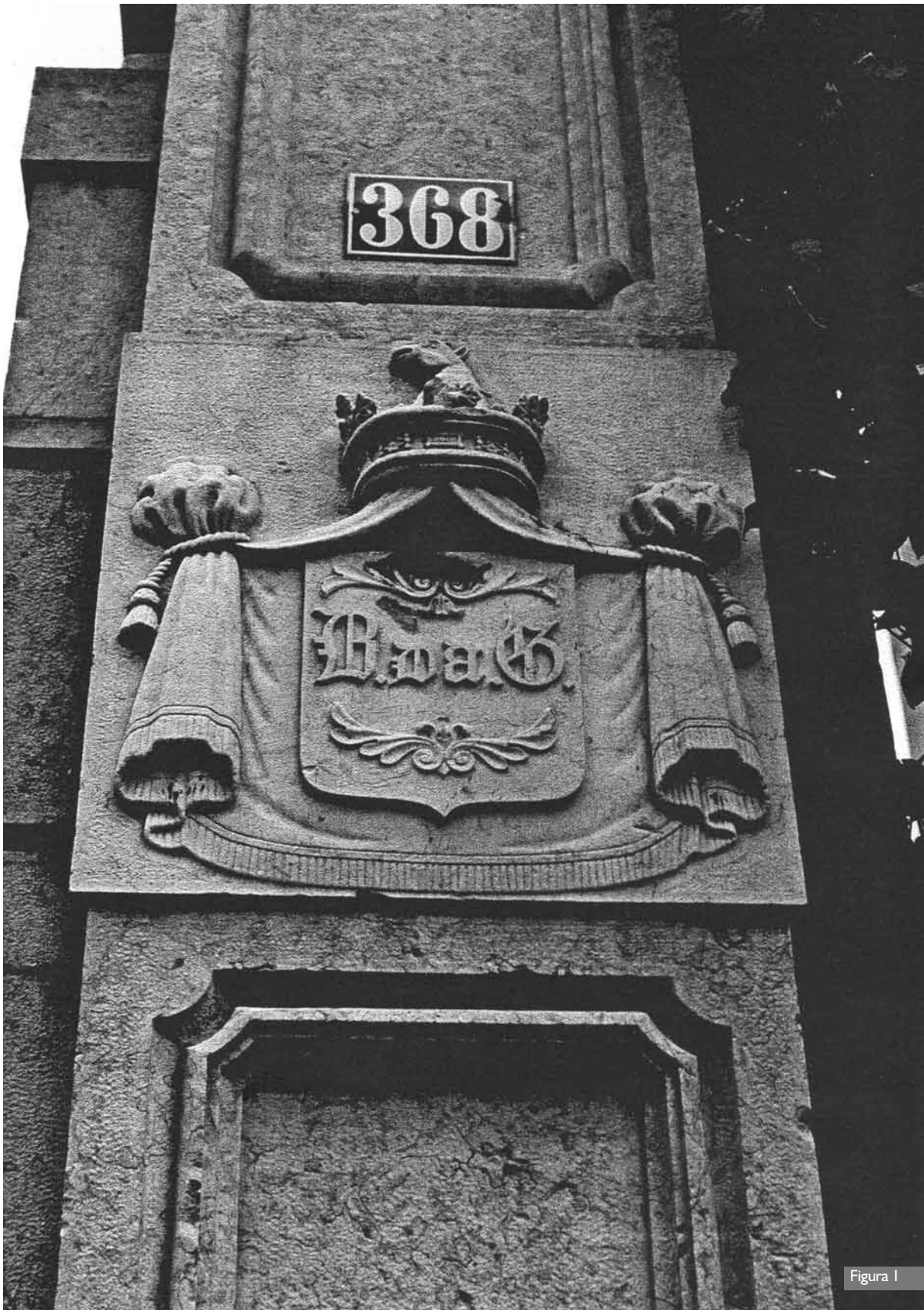


Figura 1

Ostenta um escudo de tipo francês moderno no qual, em faixa, figura, em letra gótica, a inscrição: «B. da g.», acompanhada em chefe e em ponta por motivos decorativos vagamente semelhantes a palmas, mas indiscutivelmente não heráldicos. O escudo assenta num manto (de par do reino, presumivelmente) atado nos cantos superiores por cordões com borlas, saindo do que parece ser um coronel ducal, timbrado por cabeça e pescoço de cavalo (fig. 1)<sup>3</sup>.

As iniciais referidas são – pode afirmar-se – as de «Barão da Glória».

António José Leite Guimarães (1806-76) um português enriquecido no Brasil, filho de António José Leite de Faria e de D<sup>a</sup>. Custódia Maria Machado foi agraciado pela rainha D<sup>a</sup>. Maria II por decreto de 6 de Julho de 1852, com o título de barão da Glória, título concedido por uma vida, não renovado; não me consta lhe tenha sido concedido ou confirmado brasão de armas.

O barão da Glória comprou, cerca de 1859, o palacete *Beau Séjour*, a D<sup>a</sup>. Maria Isabel Allen (1808-89), 2.<sup>a</sup> baronesa da Regaleira, sobrinha e sucessora da fundadora do palacete, a I.<sup>a</sup> baronesa e depois a I.<sup>a</sup> viscondessa da Regaleira, D<sup>a</sup>. Ermelinda Allen (1768?-1858).

No palacete e no jardim fez o barão vários embelezamentos.

E chego ao enigma. Qual a razão de ser, na pedra de armas do barão da Glória, do manto, do coronel e do timbre?

Antes de apresentar algumas hipóteses sobre o que terá sucedido, devo referir um facto curioso.

É que na pedra de armas do *Beau Séjour* os ditos elementos são praticamente iguais aos mesmos que vemos na pedra de armas do prédio no. 14 do largo de São Domingos (por vezes designado por Palácio Regaleira).

Aí o conteúdo do escudo são as armas dos Allen<sup>4</sup> (fig. 2), família inglesa de que vários membros se radicaram em Portugal, entre eles Edward William Allen (no nosso país, Duarte Guilherme Allen) cônsul de S. M. Britânica em Viana do Castelo e pai da I.<sup>a</sup> baronesa da Regaleira (diga-se de passagem que esta senhora recebeu os seus títulos no estado de viúva, não tendo associado as suas armas às do marido, falecido cedo).

Existem entre nós várias fontes destas armas, publicadas. São: cortado em asna, 1- de vermelho, duas cabeças de leão de ouro; 2 – de arminho pleno; timbre: cabeça e pescoço de cavalo, de ouro.

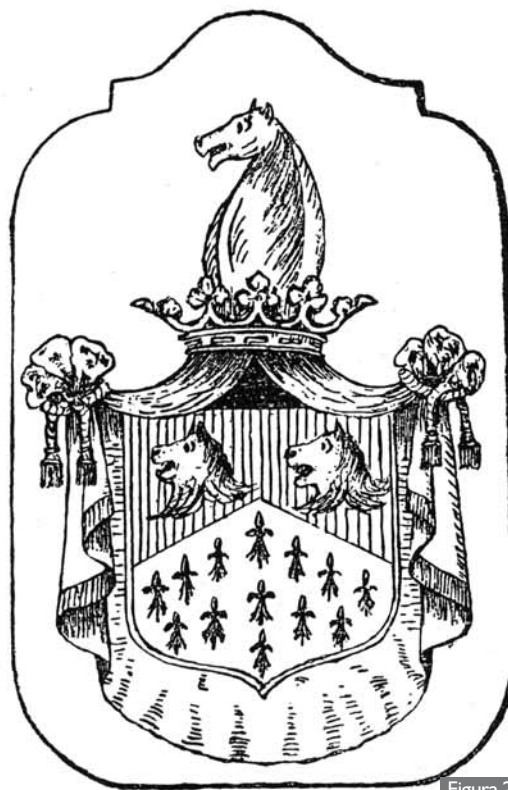


Figura 2

O prédio de São Domingos foi adquirido cerca de 1800 por D<sup>a</sup>. Ermelinda Allen (ainda não baronesa, nem viscondessa). Terá sido ela quem, posteriormente, mandou fazer e a pôr a pedra de armas que vemos, ainda hoje, no dito prédio. E é lógico que o *Beau Séjour* tenha tido idêntica pedra.

E que terá feito o barão da Glória? A sua preocupação de deixar marca pessoal no palacete é conhecida.

Seguem duas hipóteses do que poderá ter sido a iniciativa do barão.

1.<sup>a</sup>- Substituição, no escudo, das armas dos Allen pela inscrição e ornatos já descritos, mantendo o manto, o coronel e o timbre? Não me parece, pelo aspecto da pedra, que tal «enxerto» tivesse sido feito.

2.<sup>a</sup>- Feitura de nova pedra de armas copiando os ditos ornatos exteriores do escudo, talvez por considerar, na sua ignorância, que sendo tais atributos heráldicos usados por uma baronesa (Regaleira), ele, um barão (Glória) iguais os poderia usar.

<sup>3</sup> Fotocópia de fotografia que muito agradeço ao distinto fotógrafo Ex.mo Senhor Carlos Didelet.<sup>57</sup> José Meco, «Azulejaria», *Roteiro da Exposição Permanente do Museu Arqueológico do Carmo* [...], pp. 127-133.

<sup>4</sup> Fotocópia, com a devida vénia, do desenho publicado sob o n.º 71 na obra *Pedras de armas que ainda existem nalgumas casas de Lisboa e seus arredores* – Album inédito organizado pelo Ex.mo Senhor José de Melo (Sabugosa) separata da «Revista Municipal», Câmara Municipal de Lisboa, 1947.

(Note-se que o valioso álbum não estava completamente inédito pois já vários dos desenhos tinham sido publicados na «Revista Portuguesa», em 1939).

Apesar do absurdo que contem tal procedimento, inclino-me para que tenha sido o que se verificou.

O que é cómico é que se o barão da Glória não tinha o mais remoto parentesco (creio eu) com as baronesas da Regaleira<sup>5</sup> e de forma nenhuma poderia arvorar o timbre dos Allen, também as mesmas baronesas não teriam direito a arvorar manto de par do reino e coronel ducal. Estes atributos também o barão da Glória os não poderia usar, devendo contentar-se com um coronel de barão e nada mais.

Quem tenha mais ciência e imaginação do que eu poderá apresentar outras hipóteses. O Leitor escolherá!

Tenha sido como tenha sido parece evidente que a uma enorme ignorância heráldica se teria associado, nesse barão de meados do século XIX, nesse rico «brasileiro», uma indiscutível afeição pelo brasão, como elemento identificativo e marca de estatuto.

E a afirmação acima pode ser a conclusão deste modesto artigo.

---

<sup>5</sup> A 1.ª baronesa era filha de inglês e de italiana; a 2.ª era filha de ingleses. Não tinham sangue português, tanto quanto sei.

Nota bibliográfica: Além da obra já citada, deram-me informações as obras de consulta habitual sobre pedra de armas de Lisboa, titulares e brasões de armas portuguesas (ou usados em Portugal). Foi-me muito útil um pequeno mas informativo opúsculo intitulado *Beau Séjour*, texto de Pedro Bebiano Braga, desing de Joaquim Capelo, editado pela Câmara Municipal de Lisboa (2003).

# Joaquim Possidónio Narciso da Silva 1806 – 1896

A intervenção como  
Presidente da Comissão  
dos Monumentos  
Nacionais

José Trindade  
Chagas

Durante a formação académica na *École des Beaux-Arts*, em Paris, Possidónio da Silva adquiriu uma aprendizagem baseada nos princípios neoclássicos difundidos por Percier, Fontaine e Quatremère de Quincy. Em Roma, ao acompanhar os pensionistas franceses nos estudos desenvolvidos na *villa Médicis*, desenvolveu e cimentou o gosto pela cultura clássica, sobretudo durante as visitas empreendidas aos vestígios da Roma Imperial.

Como experiência autêntica relacionada com a salvaguarda e conservação dos monumentos antigos registam-se as visitas às intervenções de recuperação do Arco de Tito efectuadas por Stern e por Valadier na “cidade eterna”. O trabalho de consolidação do Coliseu de Roma desenvolvido pelo seu colega Louis Duc, pensionista na *Académie de France*, fez também parte das atenções de Possidónio da Silva. O contacto e o conhecimento da importância da pesquisa arqueológica, da indispensável confrontação entre os diferentes vestígios detectados que constituem as fontes fundamentais de investigação, trouxeram novas perspectivas à formação intelectual e arquitectónica de Possidónio da Silva.

Para este arquitecto, o monumento passava a figurar como o repositório dos acontecimentos históricos nele ocorridos ao longo dos tempos. Com as intervenções de conservação então em curso, em Roma, ao utilizarem pela primeira vez na História do Restauro materiais e técnicas de acabamento diferenciados da obra original, trouxeram a Possidónio da Silva uma nova forma de encarar as intervenções nos monumentos. Stern e Valadier, com o “método arqueológico”, asseguravam assim, a autenticidade histórica, com a confirmação das alterações, das adições e da patina do tempo expressas no monumento.

De regresso a Paris, em 1830, por ocasião da “Revolução de Julho”, época em que se processavam alterações marcantes de ordem política, social e cultural, tomou contacto com o trabalhos de investigação e estudo arqueológico empreendidos por Ludovic Vitet e Arcisse de Caumont relacionados com a génese, a datação e as tipologias dos monumentos medievais normandos. Essa área de investigação, ou “método histórico”, era marcada pela exaltação dos nacionalismos, e alicerçava-se sobretudo na pesquisa da documentação coeva e dos registos iconográficos, constituindo uma matriz diferente daquela com que anteriormente tinha contactado em Roma.

Com o regresso a Portugal, em 1833, Possidónio da Silva imbuído dessa nova forma de contemplar os testemunhos construídos do passado, iniciou pesquisas no sentido da salvaguarda e conservação do património arquitectónico, assumindo estas duas formas de aproximação ao estudo e salvaguarda dos monumentos. Através da leitura das crónicas coevas, procurava compreender com profundidade científica as circunstâncias históricas e os conteúdos artísticos que deram origem a muitos dos edifícios de valor histórico-arquitectónico estudados. Este estudo englobava ainda a apreensão do trabalho do arquitecto ou arquitectos responsáveis pela respectiva construção. A investigação era aprofundada com o recurso à leitura e interpretação dos elementos epigráficos existentes nos edifícios de valor histórico pretendendo, assim, chegar ao conhecimento dos artífices e das corporações de artesãos que aí teriam laborado.

A análise das técnicas construtivas utilizadas, através da inspecção minuciosa que efectuava ao monumento acompanhada de um levantamento gráfico rigoroso que, por vezes, chegava aos detalhes constru-

tivos e decorativos faziam também parte das áreas de investigação de Possidónio da Silva. Os levantamentos gráficos e investigações arqueológicas tinha por objectivo delinear a “collecção architectonica do archivo dos monumentos nacionaes”, procurando, à semelhança de Arcisse de Caumont, estabelecer a análise comparativa dos monumentos religiosos, determinando os então designados “paralelos artísticos”, numa perspectiva de aproximação científica ao estudo da história da arquitectura nacional.

Estes trabalhos realizados até 1858, através do empenho individual e exclusivo de Possidónio da Silva tomariam, a partir de então, um carácter oficial com a publicação da portaria de 27 de Outubro desse ano e que instituiu a “comissão de examinar todos os edificios publicos, das diversas epochas que existem no Reino”. Esse organismo oficial recém-criado não dispunha, contudo, dos meios necessários à prossecução das tarefas entretanto empreendidas promovendo com mais alguns arquitectos, em 1864, a instituição da “Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes”.

Com a instituição dessa nova associação, votada aos fins específicos da divulgação das áreas técnico-profissionais da arquitectura, da salvaguarda dos edifícios históricos e da arqueologia, suportada por um posicionamento positivista começava, a partir de meados de Oitocentos, a assumir foros de ciência.

Através da R.A.A.C.A.P., procurou implementar o estudo e a investigação nas áreas da salvaguarda e conservação dos edifícios de valor histórico-arquitectónico dando assim seguimento aos preceitos de Vitet e de Mérimée. Com esse objectivo procurava, através dos sócios amadores, obter nas diversas regiões do país informações detalhadas acerca dos monumentos, dos vestígios arqueológicos e dos registos epigráficos aí existentes.

Desta forma, pretendia dar resposta antecipada ao anseio, apresentado em 1875, por Sousa Holstein de “que se estude a nossa architectura, sobre a qual há por ora pouquissimos trabalhos verdadeiramente scientificos”<sup>1</sup>.

Em 1881, a R.A.A.C.A.P. ao apresentar o “Relatorio e mappas...” contendo a listagem dos edifícios de valor histórico-arquitectónico que propunham para classificação como Monumentos Nacionais, referia a importância em se implementar medidas concretas de salvaguarda e conservação do património. Para isso, chamavam a atenção do Governo no sentido de atender ao conteúdo das *ordenações francesas de 1839 e de 1840*, onde eram explicitadas as acções a empreender e a metodologia a utilizar.

<sup>1</sup> HOLSTEIN, Marquês de Sousa, *Observações sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal...*, Lisboa, 1875, p. 46.

Relatório dos trabalhos effectuados em 1857 e de 1858 em Portugal, com omissão de que se actualizaram pelo Sr. Possidónio da Silva em 1861. Lisboa, 1861.

Localidade	Descrição do Imóvel	N.º
Lisboa	Convento e Igreja das Religiosas de S. Clara	3
	Palácio Real de S. João de S. Francisco	4
	Igreja de S. Roque	2
	Igreja de S. Vicente	1
	Convento e Igreja de S. João de S. Francisco	3
	Palácio Real de S. João de S. Francisco	2
	Convento e Igreja de S. João de S. Francisco	10
	Convento e Igreja de S. João de S. Francisco	2
	Igreja e Convento de S. João de S. Francisco	1
	Igreja de S. João de S. Francisco	2
Coimbra	Palácio Real	2
	Convento e Igreja de S. João de S. Francisco	4
	Palácio Real	3
	Convento e Igreja de S. João de S. Francisco	5
	Palácio Real	4
	Convento e Igreja de S. João de S. Francisco	6
	Palácio Real	5
	Convento e Igreja de S. João de S. Francisco	7
	Palácio Real	8
	Convento e Igreja de S. João de S. Francisco	9

Foto 2 – Localização e descrição dos imóveis inventariados dos quais já tinha sido efectuado um levantamento parcial em 1860. I.A.N./T.T.T., Correspondência artística e científica, nacional e estrangeira com J. Possidónio da Silva. Tomo I (4º), doc. N.º 2198.

Com a constituição da *Comissão dos Monumentos Nacionaes*, nesse mesmo ano, Possidónio da Silva procurou introduzir no nosso país os preceitos idênticos aos que Ludovic Vitet e posteriormente Prosper de Mérimée vinham praticando, em França, desde 23 de Outubro de 1830, data da constituição da *Inspection générale des monuments Historiques de la France*. Na metodologia adoptada Possidónio da Silva incluiu, porém, algumas modificações que considerou oportunas face às diferenças existentes em ambos os países quer no número de monumentos, quer no respectivo valor artístico. Se adoptou a metodologia de Vitet relativa à intervenção de recuperação dos monumentos o mesmo não sucederia, contudo, em relação às normas de Mérimée<sup>2</sup>. Enquanto este último incidia a atenção sobre o “monumento tipo”, representativo de uma determinada escola ou estilo arquitectónico, Possidónio da Silva empenhava os esforços na salvaguarda e recuperação dos edifícios de valor histórico-arquitectónico em geral, conforme expressava nos relatórios das inspecções que efectuava em todo o país no exercício da actividade de presidente da “Comissão dos Monumentos Nacionaes”.

As intervenções efectuadas em diversos edifícios de valor histórico-arquitectónico, quer pelas Repartições



Fotos 3, 4 – Sé Velha de Coimbra. Fotografia tirada por Possidónio da Silva, documentando as anomalias detectadas durante as visitas efectuadas em 1857-61 e posteriormente em 1882. Explicação da Estampa N.º 85, “Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes”, Tomo VI, 2ª Série, N.º 1, 1888, pp.10-14.

Distritais de Obras Públicas quer pelas Autarquias, provocavam com frequência atritos com a “Comissão dos Monumentos Nacionaes” a qual também dependia do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Esta situação prendia-se com o facto de a Comissão servir apenas de suporte aos preceitos normativos relacionados com a classificação, a inventariação e a inspecção dos edifícios de valor histórico-arquitectónico que Possidónio da Silva ia efectuando pelo país nas designadas *Excursões Artísticas e Archeologicas no Reino*. Por seu lado as Repartições Distritais de Obras Públicas, sob a direcção de engenheiros e de intendentos das obras, superintendiam na execução dos trabalhos de restauro dos edifícios de valor histórico-arquitectónico, na maioria das vezes sem obedecer a um projecto de conservação coerente.

Este tipo de acção de Possidónio da Silva como presidente da Comissão dos Monumentos Nacionais assumia também um carácter didáctico. O posicionamento assim assumido enquadrava-se nos preceitos de Prosper Mérimée sucessor de Ludovic Vitet. Mérimée preocupava-se em conservar na integridade original os monumentos do passado, embora a ideologia da escola francesa de conservação do património evoluísse ao longo de Oitocentos de forma conceptual e determinada. Mérimée invocando os valores da “antiguidade”<sup>3</sup>, como apelo justificativo na protecção e conservação dos edifícios de valor histórico-arquitectónico, determinava o método “arqueológico” de intervenção nos monumentos, que residia na manutenção da lacuna das obras, dos defeitos próprios da integridade, da *patine* e do processo de degradação a que se encontravam sujeitos<sup>4</sup>.

Contudo, ao longo de Oitocentos, impor-se-ia o primado positivista em relação aos estudos analíticos dos monumentos medievais, efectuados por arqueólogos, com a pesquisa dos “paralelos artísticos” através da respectiva distinção tipológica a qual acabaria por conduzir a novos conceitos formais.

Esse processo analítico levaria à génese do valor “histórico”, através do qual se acabaria por isolar um determinado momento da evolução histórico-cultural, de forma a evidenciá-lo, trazendo-o para a actualidade.

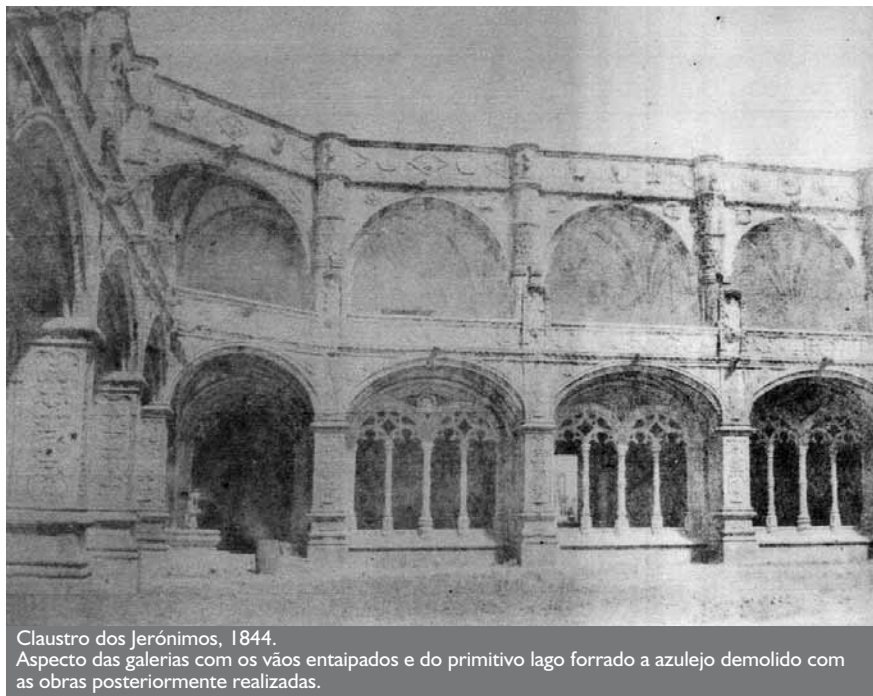
<sup>2</sup> BERCÉ, Françoise, *Des Monuments Historiques au Patrimoine, du XVIIIe Siècle à nos jours*, Paris, 2000, p. 31.  
<sup>3</sup> BERCÉ, Françoise, *Des Monuments Historiques au Patrimoine du XVIIIe à nos jours ou "Les égarements du coeur et de l'esprit"*, Paris, 2000 p. 31.  
<sup>4</sup> RIEGL, Alois, *Le culte moderne des monuments son essence et sa genèse*, Paris, 1984, p. 64.



Foto 5 – Igreja da Sé de Lisboa. Sobre o pórtico de entrada são visíveis os vãos e a varanda construídos pelas Obras Públicas à revelia das indicações de Possidónio da Silva. “Revista Pittoresca e Descritiva com Vistas Photographicas”, Lisboa, 1863.

Este novo posicionamento analítico-científico, levaria a que do ponto de vista da conservação “histórica” o monumento, embora fosse considerado intocável na respectiva estrutura formal, pudesse de alguma forma ver sustidas as anomalias que provocavam a sua degradação<sup>5</sup>. Esta norma conceptual buscava a manutenção da autenticidade do monumento, considerando que toda a reconstituição especulativa está sujeita a erro subjectivo.

Tal atitude não velava apenas pelos traços de envelhecimento ou as alterações causadas pelos agentes naturais que o valor da “antiguidade” consagrava, mas permitia aos historiadores continuar a proceder a futuras pesquisas histórico-artísticas. Contudo, muitas das intervenções em monumentos assentavam em pressupostos de um pseudo historicismo, escapando à alçada dos *Monuments Historiques* não atendendo, portanto, aos preceitos de Mérimée.



Claustro dos Jerónimos, 1844. Aspecto das galerias com os vãos entaipados e do primitivo lago forrado a azulejo demolido com as obras posteriormente realizadas.

<sup>5</sup> Idem, *ibidem*, pp. 73-77.

Em meados de Oitocentos Possidónio da Silva procedeu aos trabalhos de recuperação do claustro e fachada sul dos Jerónimos. O processo que seguiu fixou-se numa intervenção metodológica baseada nas investigações “arqueológica” e “histórica”. A realização de sondagens prévias corroboradas pela pesquisa de documentos coevos pretendia reconstruir os pórticos do claustro em falta conferindo-lhe, contudo, uma leitura simbólica descontextualizada do programa celebratório manuelino.

O projecto de restauro integral da igreja dos Jerónimos, baseado nos conceitos de “unidade de estilo”, apresentado em Paris por ocasião da Exposição Universal de 1867, representava para Possidónio da Silva o culminar dos estudos que vinha efectuando, desde há muito, sobre este templo. À semelhança de Viollet-le-Duc, baseara-se num método de pesquisa racionalista procedendo à análise da igreja apoiado pelo estudo matemático da proporção arquitectónica e nas consequentes relações geométricas.

Apesar desta forma diferente de encarar a intervenção dos monumentos, nunca deixou de seguir os preceitos de Vitet e de Mérimée, pois já em 1868-69 e mais tarde, em 1878, apresentava comunicações a organismos internacionais onde expressava a forma correcta, segundo o seu ponto de vista, da actuação do arquitecto Lucas dos Santos Pereira na recuperação da

Igreja do antigo mosteiro de Santa Maria de Alcobaça.

Os conceitos de Ruskin também não lhe eram estranhos pois, em 1875, a Comissão de que fazia parte publicou o opúsculo “Observações Sobre o Actual Estado do Ensino das Bellas Artes em Portugal [...]” onde se transcrevia a opinião daquele intelectual inglês acerca do ensino artístico. Mais tarde, em 1888, apresentou no Boletim da R.A.A.C.A.P. o artigo “Origem do Estylo Ogival na Inglaterra” onde referia o cuidado posto na conservação das habitações, mesmo as mais modestas, levantando de seguida a questão “quando se faz um culto de conservar



Foto 6 – Alçado sul do Mosteiro dos Jerónimos. Vista fotográfica, da autoria de Possidónio da Silva, anterior às obras de restauro efectuadas a partir de 1863.  
“Revista Pittoresca e Descriptiva de Portugal com Vistas Photographicas”, Lisboa, 1863.

a sua própria habitação, como se poderiam deixar alterar e perder-se essas grandiosas e magnificas construções, obras de tantos seculos e de tanto valor artistico?”, posicionamento muito semelhante ao que defendia Ruskin<sup>6</sup>.

Como se tem procurado evidenciar, o “estrangerrado” Possidónio da Silva era uma personalidade de interesses multifacetados, dedicando a maioria dos seus esforços à salvaguarda e conservação dos edifícios históricos nacionais. Um dos cuidados que patenteou foi a procura constante do conhecimento da evolução teórica dos conceitos subjacentes à salvaguarda dos monumentos ao longo de Oitocentos. Embora tenha

constituído um *corpus* metodológico de intervenção, nos edifícios históricos, coerente e avançado nessa época e apesar dos esforços despendidos não conseguiu implementar, no seio da Comissão dos Monumentos Nacionais, uma especialização dos arquitectos em conservação de monumentos, à semelhança do que sucedia em França com os *architects des Monuments Historiques*.

Não obstante a impossibilidade de especialização profissional dos nossos arquitectos, muitos dos esforços de Possidónio da Silva reflectem-se, hoje, na nossa consciência de defesa, conservação e valorização do património cultural português.

<sup>6</sup> CHOAY, Françoise, *L'allégorie du Patrimoine*, Paris, 1992, p. 109.

## Bibliografia

BERCÉ, Françoise, *Des Monuments Historiques au Patrimoine du XVIII<sup>e</sup> à nos jours ou “Les égarements du coeur et de l’esprit”*, Paris.

“Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes”, Tomo VI, 2<sup>a</sup> Série, N.º 1, Lisboa, 1888.

CHOAY, Françoise, *L’allégorie du Patrimoine*, Paris, 1992.

HOLSTEIN, Marquês de Sousa, *Observações sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal,...*, Lisboa, 1875.

I.A.N./T.T., *Correspondência artística e científica, nacional e estrangeira com J. Possidónio da Silva*. Tomo I (4<sup>o</sup>), doc. N.º 2198.

I.A.N./T.T., *Correspondência artística e científica, nacional e estrangeira com J. Possidónio da Silva*, Tomo XV (8<sup>o</sup>), doc. N.º 2918.

“*Revista Pittoresca e Descritiva com Vistas Photographicas*”, Lisboa, 1863.

RIEGL, Alois, *Le culte moderne des monuments son essence et sa genèse*, Paris, 1984.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *O Palácio da Ajuda*, Lisboa, 1961.

# Relatórios

# Relatório de actividades da Direcção referente ao ano de 2006

Não podemos deixar de começar este Relatório por referir o súbito falecimento da nossa ilustre consócia Prof.a Doutora Teresa Júdice Gamito. Este dramático acontecimento constitui uma perda irreparável não só para a nossa Associação, de cuja Mesa da Assembleia Geral era a Presidente, mas também para a Arqueologia portuguesa, para cujo desenvolvimento e prestígio internacional muito contribuiu.

O ano de 2006 foi também marcado pelo agravamento do estado de conservação do edifício histórico do Carmo, o qual tem causado algumas perturbações ao normal funcionamento do nosso Museu. Com efeito, apesar das sucessivas chamadas de atenção das entidades responsáveis pela conservação deste monumento nacional, as águas pluviais, durante os dias de temporal, continuam a penetrar nas antigas capelas do lado da Epístola, através das fissuras existentes junto aos janelões, inundando o chão e as vitrinas colocadas junto à parede Este. A fim de evitar sérios danos ao espólio, fomos obrigados a remover a maior parte das 1200 peças provenientes de Vila Nova de S. Pedro expostas na grande vitrina que ocupa sala 1, bem como a cobrir algumas peças da sala 2, também afectada pela penetração das águas pluviais. Dado que quer a DGEMN quer o IPPAR estão em vias de extinção ou fusão, no âmbito da profunda reestruturação da Administração Pública actualmente em curso, a Direcção está a envidar todos os esforços no sentido de se conseguir o apoio de outras entidades, nacionais e estrangeiras, para a resolução deste grave problema com a possível brevidade.

Em relação ao Museu, em 2006 procedeu-se à instalação, sem quaisquer encargos para a AAP, do programa de informatização do inventário Matriz, desenvolvido pela Pararede em parceria com o Instituto Português de Museus, e à informatização de toda a informação referente ao acervo, constante da obra *Construindo a Memória — As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Esse trabalho foi realizado com a maior eficácia pela Dr.ª Célia Pereira, licenciada em História de Arte, com o apoio financeiro da Rede Portuguesa de Museus (RPM), no âmbito do programa de apoio técnico aos museus que integram esta estrutura de projecto, cuja colaboração pontual tem sido preciosa para a modernização do nosso Museu.

Ainda no que respeita ao Museu, no âmbito da elaboração de um Plano de Conservação Preventiva, documento que nos foi solicitado pela RPM, não só por ser um importante instrumento de gestão de qualquer museu moderno, mas também a fim de dar cumprimento ao disposto na Lei de Bases dos Museus Portugueses, foram estabelecidos contactos com o Eng.º Elias Casanovas, ilustre decano dos especialistas neste domínio, com o objectivo de nos aconselhar sobre as medidas a adoptar para resolver os complexos problemas de conservação das colecções, instaladas num edifício com as características e as inúmeras patologias que as Ruínas do Carmo apresentam. Com efeito, não só uma parte substancial das colecções se encontra a céu aberto, sem que seja de todo possível alterar essa situação, como as que se encontram expostas na parte coberta estão sujeitas às consideráveis alterações de humidade relativa e de temperatura características de um edifício construído em pedra, cujas paredes apresentam várias fissuras, e cujo pé direito oscila entre os 9 e os 15m de altura, o que muito dificulta a instalação de qualquer tipo de climatização.

Entre os aspectos mais positivos da vida associativa importa, por um lado, referir que se conseguiu o desejável equilíbrio financeiro, graças ao drástico conjunto de medidas de contenção de despesas posto em prática, bem como ao aumento significativo do número de visitantes que se verificou em 2006 no nosso Museu. Com efeito, verificou-se um número record de visitantes - cerca de 63.800 - o que corresponde a um aumento de 15% em relação ao ano de 2005. Este aumento não se deve exclusivamente à reabertura da ligação do elevador de Santa Justa ao Largo do Carmo, pois é idêntico ao verificado na maior parte dos museus de Lisboa, e reflecte um maior afluxo de visitantes à cidade, resultante da proliferação dos chamados voos *low cost* esperando-se que este fenómeno prossiga nos próximos anos.

Também a livraria/loja deu uma contribuição substancial para as receitas da Associação, constituindo neste ano 13,2 % das receitas do Museu.

A fim de melhor aproveitar o afluxo de visitantes, durante os meses de Verão, graças à colaboração do pessoal do museu, e à contratação a tempo certo de mais um vigilante-recepcionista, foi possível alargar os horários de abertura ao público até às 20 horas. Esta prática foi muito bem recebida pelo público, pois o espaço museológico é especialmente atractivo nos fins de tarde, pelo que será adoptada nos próximos anos, e devidamente divulgada nas publicações destinadas aos turistas.

Contribuíram também para o aumento do número de visitantes as 105 visitas guiadas, destinadas sobretudo à população escolar, realizadas pelo Serviço Educativo do Museu, abrangendo um total de 2084 alunos de vários graus de ensino.

No âmbito do programa comunitário Euroyouth- Leonardo, o Museu contou ainda com a colaboração de uma estagiária italiana, com formação na área do turismo cultural, a qual, após um curto período de formação, realizou diversas visitas guiadas em língua italiana, as quais tiveram grande receptividade por parte dos numerosos visitantes provenientes de Itália.

Motivo de grande satisfação foram também os resultados de uma visita técnica efectuada pela RPM, a qual destacou as significativas melhorias efectuadas, nomeadamente no domínio da investigação, divulgação e apresentação das colecções, bem como no serviço educativo, na recepção e na loja, e reforçou a necessidade de se colmatarem algumas lacunas verificadas, nomeadamente a necessidade de dotação no quadro de pessoal de um técnico superior, para repor a situação anteriormente existente, de se melhorarem os acessos para deficientes, e de se colmatarem as fissuras existentes nas capelas laterais.

Em relação ao preenchimento do lugar de conservador, deixado vago pela saída da Doutora Carla Varela Fernandes, em Abril de 2005, a Direcção considera que é ainda prematuro preencher esse lugar, tendo em conta os elevados encargos financeiros daí decorrentes, enquanto não se verificar se a estabilidade financeira este ano alcançada continua a ser sustentada pelo aumento significativo de visitantes verificado em 2006. Assim, essas funções, continuaram a ser asseguradas pela própria Direcção, que tem contado para isso com a preciosa colaboração da D. Cristina Macedo e da maior parte do pessoal afecto ao museu, cuja polivalência e flexibilidade muito tem ajudado. Verifica-se, no entanto, que será aconselhável o preenchimento desse lugar, logo que houver condições para tal, não só por ser uma exigência legal, à luz da nova legislação dos museus portugueses, mas também para assegurar a plena rentabilização dos escassos recursos humanos e materiais disponíveis, com o objectivo de realizar plenamente os fins museológicos.

Quanto ao acesso a deficientes motores, na sequência de uma exposição mais ampla sobre acessibilidades ao Museu, foram estabelecidos vários contactos, ao longo do ano, com o Gabinete do Sr. Presidente da Câmara de Lisboa, no sentido de resolver a situação em relação aos acessos exteriores, que são da responsabilidade daquela autarquia, pois sem esse problema resolvido, não tem qualquer sentido implementar as soluções previstas para assegurar as acessibilidades no interior do edifício. Apesar de várias reuniões, com técnicos de vários departamentos municipais, não foi ainda possível concretizar a instalação dos equipamentos necessários, o que esperamos venha a acontecer em 2007. No que respeita ao problema das infiltrações, o mesmo continua por resolver, conforme acima se refere, o que causa grandes prejuízos ao funcionamento do museu.

Quanto à Biblioteca associativa, apesar das limitações de espaço e de verbas para a manter em pleno funcionamento, prosseguiram os trabalhos de catalogação, graças à amável colaboração da Dr.ª Conceição Neves, tendo sido registadas cerca de 50 novas publicações periódicas e ocasionais.

Foi ainda adquirida num leilão um excelente exemplar completo da "Crónica dos Carmelitas", em dois volumes, datada de 1745, da autoria de Frei José Pereyra de Sant'Anna, que constitui um elemento fundamental para o conhecimento da história do Convento do Carmo.

Num ano em que se anunciam grandes mudanças na Administração Pública, a nossa Associação tem procurado intervir junto do Ministério da Cultura, no sentido de assegurar a defesa dos legítimos interesses dos seus associados e do que resta do já tão massacrado património cultural do país, tendo dado uma contribuição decisiva para uma tomada de posição conjunta das principais associações de profissionais da área do património, em relação às anunciadas alterações do enquadramento institucional da sua actividade. Com efeito, dando seguimento a uma proposta aprovada na última Assembleia Geral, foi criada uma Plataforma de Defesa do Património Cultural, que

integra, além da nossa Associação, a Associação Profissional de Arqueólogos, a Associação Portuguesa de Museologia, a Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal, e a Confederação das Associações de Defesa do Ambiente. Essa Plataforma elaborou um documento em que se apresentavam, de uma forma serena e construtiva, as principais questões levantadas pela recente publicação da Lei Orgânica do Ministério da Cultura, o qual foi entregue no Gabinete da Ministra da tutela, esperando-se que o mesmo seja tido em devida consideração, a fim de evitar a completa paralisia do sector do património cultural no âmbito do aparelho de Estado.

Em 2006 foram admitidos um total de 6 novos sócios, dos quais 4 se inscreveram na Secção de Pré-História, e 2 na Secção de História, o que se pode considerar bastante pouco, para assegurar a desejável expansão e renovação associativa. Apela-se, assim, a todos os sócios que conheçam pessoas interessadas em pertencer à nossa Associação, e para tal qualificadas, no sentido de as proporem.

Finalmente, importa referir que, no ano que agora finda, se verificou um aumento significativo da actividade das Secções de Pré-História e História, bem como da Comissão de Estudos Olisiponenses, o qual nos dá grande satisfação, pois é o garante de que a nossa Associação está viva e actuante, e aberta à colaboração de todas as pessoas de boa vontade, que pretendam contribuir de forma séria e desinteressada para o seu prestígio e engrandecimento.

A terminar, resta-nos agradecer a todos os consócios, funcionários, colaboradores e que deram o seu melhor contributo para a realização dos fins associativos no 133º ano da sua existência.

O Presidente da Direcção  
José Morais Arnaud

---

## **Relatório de actividades da Secção de Pré-História. Ano associativo 2005-2006**

No ano associativo que agora termina foram admitidos quatro novos sócios na Secção de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

No âmbito das actividades da Secção foi proferida a 11 de Novembro de 2005 uma conferência pelo Doutor Thierry Aubry, investigador do CIPA e Arqueólogo do PAVC (IPA), sobre o “Contexto Arqueológico da Arte Paleolítica do Vale do Côa. Novas Descobertas”. O autor teve oportunidade de apresentar as descobertas inéditas de arte móvel por si realizadas poucos meses antes no Vale do Côa.

A 16 de Dezembro de 2005, a Professora Doutora Susana de Oliveira Jorge, Catedrática de Arqueologia da Universidade do Porto, apresentou uma comunicação à Secção intitulada “Castelo Velho de Numão: da investigação à musealização”, onde compaginou os resultados dos trabalhos que dirigiu nesta importante jazida arqueológica duriense.

No quadro do calendário da vida associativa da Secção, realizou-se em 23 de Março de 2006 a eleição da respectiva direcção. Ao acto concorreu uma única lista, tendo sido eleito como Presidente da Secção João Pedro de Paiva Gomes Cunha Ribeiro, Vice-Presidente a Doutora Mariana Teodósia Lemos Castelo Branco Diniz e como Secretária a Dra. Cláudia Cordeiro Costa.

No dia 4 de Maio, em colaboração com a Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses e a Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia, o Professor Doutor João Luís Cardoso, Catedrático de Arqueologia da Universidade Aberta, proferiu uma comunicação de homenagem a José Fernandes Gomes.

Posteriormente, no dia 8 de Julho de 2006, foi proferida uma conferência pela Dra. Cidália Duarte, investigadora do CIPA (IPA), sobre “A Escavação e Problemática da Escavação de Restos Humanos em Portugal”.

A Direcção da Secção de Pré-História

João Pedro de Paiva Gomes Cunha Ribeiro  
Mariana Teodósia Lemos Castelo Branco Diniz  
Cláudia Cordeiro Costa

# Relatório de actividades da Secção de História. Ano associativo 2005-2006

As actividades da Secção de História iniciaram-se neste ano associativo a 18 de Novembro de 2005, com a apresentação pelo Dr. Guilherme Cardoso da comunicação. “1.ª Notícia das Sondagens Arqueológicas no Convento de Nossa Senhora das Neves (Serra de Montejunto – Cadaval)”. O comunicante fez algumas considerações sobre as edificações, a história da ocupação do convento e do culto à Nossa Senhora das Neves.

A 27 de Janeiro de 2006, foi apresentado pelo Dr. Francisco Santana o seu trabalho intitulado “Sinais da Industrialização no Distrito de Lisboa em Finais do Século XIX”, onde se apresentaram dados sobre a introdução dos maquinismos a vapor.

Na sessão que decorreu a 17 de Fevereiro de 2006, a Professora Doutora Cecília Casaca e o Dr. F. E. Rodrigues Ferreira, apresentaram o trabalho intitulado “Utilização do Calcâneo para a Determinação da Estatuta”, apresentação subsidiária da investigação das causas de morte de Damião de Góis.

No passado dia 31 de Março, procedeu-se à eleição de nova direcção da Secção de História da AAP, para desempenhar o mandato 2006-2009.

No sentido de terminar o ano associativo e preparar os seguintes, organizaram-se as actividades a partir de um grande tema, tendo-se optado pelo estudo, investigação e divulgação das cidades históricas. Como principais actividades a desenvolver no triénio, julgou-se oportuno seleccionar, anualmente, uma ou várias cidades históricas como tema de estudo, convidando-se vários especialistas.

Realizou-se, assim, o 1.º Ciclo de Conferências, Arqueologia das Cidades Históricas e Turismo Cultural, que abordou neste ano “O Caso de Évora, Cidade Património Mundial”, tendo as várias conferências decorrido nos dias 25 de Maio e 6 de Junho. Pretendia-se com as mesmas efectuar uma panorâmica sobre a evolução e desenvolvimento urbano da cidade seleccionada e das suas múltiplas “sobreposições e justaposições”, apresentar o estado actual do conhecimento e as contribuições recentes da investigação histórica e arqueológica e, por outro lado, fazer notar a importância e contribuição que estes estudos têm na criação de novos pólos de interesse no âmbito do turismo cultural. Salientar também que, indirectamente, as dinâmicas e inércias intrínsecas aos centros históricos acabaram por criar itinerários culturais, que se têm vindo a afirmar como novos «produtos» turísticos.

Assim, foram apresentadas as seguintes conferências, no dia 25 de Maio, pelas 18h: “Frei Manuel do Cenáculo e as colecções arqueológicas do Museu de Évora”, por Joaquim Oliveira Caetano, director do Museu de Évora (IPM) e docente na Universidade de Évora; “Évora Romana”, por Panagiotis Sarantopoulos, arqueólogo da Câmara Municipal de Évora e assistente na Universidade de Évora; “Escultura Romana do Museu de Évora”, por Luís Jorge Gonçalves, docente na Escola Superior de Belas Artes, da Universidade de Lisboa.

No dia 2 de Junho de 2006, pelas 18h, foram apresentadas as seguintes conferências: “Évora Islâmica”, por Fernando Branco Correia, assistente na Universidade de Évora; “Évora, 1520-154: do Manuelino ao Maneirismo ou a Aceleração da História da Arte”, por Manuel Branco, investigador de temas da História da Arte Local; “Évora Contemporânea”, por Paulo Simões Rodrigues, assistente na Universidade de Évora.

A comunicação “S. Cucufate, um Projecto Cultural”, a ser efectuada por Rafael Alfenim, arqueólogo da Direcção de Évora do IPPAR, foi adiada para data a anunciar, tal como a visita de estudo a Évora e a Vila de Frades / S. Cucufate, devido ao número insuficiente de inscrições.

Encontra-se já em preparação o próximo ciclo de conferências e oportunamente será comunicado o respectivo programa.

Lisboa, 31 de Outubro de 2006

O Presidente da Secção de História

João António Marques

# **Relatório de actividades da Comissão de Estudos Olissiponenses**

## **Ano associativo 2005-2006**

Durante o ano associativo, foram apresentadas as seguintes comunicações:

A 25 de Novembro de 2005, “O que Lisboa deve a Pezerat, Engenheiro da Câmara, através de uma Memória de A 7 de Abril de 2006, “Património Cultural e o Projecto Alcântara XXI. Algumas Questões”, pelos Drs. Laura Trindade e António Dias Diogo.

A 16 de Maio de 2006, “Descoberta de uma Fábrica de Salga Romana na Casa do Governador da Torre de Belém. Apresentação Preliminar”, pelos Drs. António Varela e Iola Filipe e o Doutor Carlos Fabião.

A 27 de Junho de 2006, “O Palácio da Flor da Murta e a sua Pedra de Armas”, pelos Drs. Eduardo Sucena e J. Ramos Baptista.

A Comissão não quer deixar de lembrar a figura da Exma. Senhora Professora Doutora Teresa Júdice Gamito, cujo nome ficará para sempre ligado à história da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

A Comissão regista um voto de louvor a todo o pessoal administrativo pela disponibilidade e prestabilidade dispensadas. Igualmente se pretende registar um gesto de apreciação pela gentileza, disponibilidade e compreensão que à Comissão foram dispensadas por parte da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Lisboa, 27 de Junho de 2006

O Vice-Presidente,

J. Ramos Baptista

---

# **Relatório de actividades da Comissão de Heráldica. Ano associativo 2005-2006**

A Comissão de Heráldica continuou a sua actividade no ano associativo 2005-2006.

Reuniu com a periodicidade mensal, com a presença dos seis membros mais activos e assíduos.

Nos termos estatutários e regulamentares, logo após a eleição dos corpos gerentes da Associação dos Arqueólogos Portugueses, também houve eleição dos membros da Mesa da Comissão, tendo sido re-eleitos os mesmos sócios para os mesmos cargos.

A actividade da Comissão de Heráldica centrou-se, principalmente, na emissão de pareceres sobre os símbolos heráldicos para diversas autarquias, tendo sido recebidos 82 pedidos de parecer e emitidos 116 pareceres.

Depois de muitos anos de actividade na elaboração de pareceres para os órgãos do poder local, restam umas escassas centenas que, em tempo oportuno, pedirão o devido parecer. Ficará assim concluída uma honrosa missão que, desde 1930, foi cometida oficialmente à Associação dos Arqueólogos Portugueses. A Associação e a sua Comissão de Heráldica congratulam-se pelos encómios e louvores que lhe são, amiúde, endereçados.

Continuará a Comissão os seus trabalhos como até aqui: colaborando na publicação de obras e publicando os seus membros as suas próprias obras; prestando a sua colaboração às entidades oficiais e privadas, por esclarecimento de dúvidas; identificando pedras de armas existentes em Portugal e que vão sendo encontradas; colaborando na feitura de emblemas e bandeiras. Seguir-se-á uma campanha de sensibilização junto de clubes e associações, confrarias e associações de bombeiros, paróquias, empresas comerciais e industriais e outras entidades, com vista à correcta e digna representação heráldica.

Lisboa, 13 de Julho de 2006

O Presidente da Comissão de Heráldica

# Relatório de actividades da Direcção referente ao ano de 2007

Como é natural, a vida associativa neste ano foi marcada por aspectos positivos e aspectos negativos. Entre estes últimos, importa destacar, no que respeita ao nosso Museu, o facto de não ter ainda sido possível resolver o problema das infiltrações das capelas do lado da Epístola, o que levou ao encerramento temporário da sala I, onde se encontravam expostas as colecções de Pré- e Proto-História. Com efeito, uma vez que a DGEMN quer o IPPAR serem extintos, no âmbito da profunda reestruturação da Administração Pública actualmente em curso, transitando as suas funções para o recém criado IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico), a Direcção da Associação envidou todos os esforços no sentido de se conseguir uma intervenção deste organismo, para a resolução deste grave problema com a possível brevidade. Porém, apesar da boa vontade manifestada pela Direcção do IGESPAR, não foi ainda possível orçamentar as verbas necessárias para o efeito, o que muito lamentamos, pois trata-se de um Monumento Nacional cuja conservação compete ao Estado.

Entre os aspectos mais positivos da vida associativa importa, por um lado, referir que se conseguiu o desejável equilíbrio financeiro, graças ao drástico conjunto de medidas de contenção de despesas posto em prática, bem como ao aumento significativo do número de visitantes registado no primeiro semestre, e que se continuou a verificar no segundo semestre de 2007, embora com um certo abrandamento. Com efeito, o número total de visitantes registado este ano foi de 69.990, atingindo praticamente os 70.000 visitantes que estavam previstos nos objectivos do Projecto Dinacarmo. A nomeação para o cargo de Sub-Director do IGESPAR do nosso estimado consócio e até então membro da Direcção desta Associação, Prof. Doutor João Pedro Cunha Ribeiro, embora tenha originado o seu pedido de demissão, constitui uma honra para a nossa associação e uma garantia de que o património arqueológico será devidamente acautelado, no âmbito do novo instituto, apesar da actual conjuntura se afigurar muito desfavorável. Cumpre-nos aqui agradecer a sua excelente colaboração, ao longo dos últimos cinco anos, e desejar-lhe os maiores êxitos nas suas novas funções. Em 2007 a Direcção intensificou os contactos com o Comando Geral da GNR no sentido de se estreitar a colaboração entre o Museu Arqueológico do Carmo e o futuro Museu da Guarda Nacional Republicana, tendo sido assinado, no dia 25 de Abril, um protocolo de cooperação nesse sentido. Por ocasião do 33.º aniversário do 25 de Abril de 1974, teve lugar no Museu Arqueológico do Carmo uma exposição de desenhos alusivos à efeméride, realizados pelo Robot Isu, programado pelo conhecido artista plástico Leonel Moura, que esteve patente até dia 2 de Maio, e teve bastante repercussão na comunicação social. Para assinalar a Noite dos Museus, a AAP contratou o grupo de música antiga Camerata da Cotovia que realizou um concerto intitulado "Quadros de Música Vocal e Instrumental Europeia entre os séculos XVI e XVIII", no dia 19 de Maio, o qual suscitou o maior interesse entre as cerca de três centenas de pessoas que visitaram o museu nessa noite. Tendo em conta a necessidade de se elaborarem os vários documentos exigidos pela Lei Quadro dos Museus Portugueses, aprovada em 2005, nomeadamente o Plano de Segurança e as Normas de Conservação Preventiva, foram estabelecidos contactos com vários especialistas nas matérias relevantes.

No que respeita ao Plano de Segurança, foram estabelecidos contactos com o Gabinete da Protecção Civil da Câmara Municipal de Lisboa e os Bombeiros Sapadores de Lisboa, estando a conclusão do referido Plano para muito breve. No domínio da segurança foi decidido por termo ao contrato com a empresa Prosegur, que havia instalado um primeiro sistema de detecção de intrusão em 2002, por esta ter deixado de efectuar de maneira eficaz a manutenção dos equipamentos que havia instalado, tendo-se optado pelos serviços da empresa Securitas Direct, que instalou um sistema muito mais fiável, e cujos serviços se têm revelado de muito melhor qualidade. Foi também decidido instalar um sistema de videovigilância, com câmaras de infravermelhos, que passou a assegurar o controle de todas as áreas do Museu abertas ao público 24 horas por dia.

Em relação às Normas de Conservação Preventiva, foi solicitada a colaboração do Doutor Elias Casanovas, reconhecido especialista na matéria, que tem vindo a orientar o Curso de Mestrado em Arte, Conservação e Restauro da Dr.<sup>a</sup> Célia Pereira, colaboradora do Museu, bem como a colaboração do Prof. Aires de Barros, no que respeita à conservação do túmulo de D. Fernando I. Importa referir que, no ano que agora finda, se verificou um aumento significativo da actividade das Secções de Pré-História e História, bem como da Comissão de Estudos Olisiponenses, o qual nos dá grande satisfação, pois é o garante de que a nossa Associação está viva e actuante. Entre as várias iniciativas levadas a cabo merece natural destaque a realização das I Jornadas de Arqueologia e Património - 1807-2007 Duzentos anos de destruição e salvaguarda do património histórico nacional, organizadas pela Secção de História, em estreita colaboração com a Direcção. Estas Jornadas, para as quais foram convidados vários especialistas de renome, decorreram da melhor maneira, tendo proporcionado uma reflexão aprofundada sobre os problemas da salvaguarda e valorização do património, ao longo dos últimos dois séculos e sobretudo no actual quadro institucional. No debate final foi discutida e aprovada uma moção para ser divulgada junto das entidades competentes, da comunicação social e de todos os interessados, na qual se recomendava que a nossa Associação se assumia como um "observatório do património arqueológico e arquitectónico do país", com o objectivo de alertar para todas as situações de ameaça iminente ou de destruição patrimonial que cheguem ao seu conhecimento. A concretização desta proposta depende naturalmente da vontade e do empenho de todos os nossos associados, pelo que deverá ser objecto de análise e discussão numa futura Assembleia Geral. Considerando que muitos dos nossos associados não estiveram presentes nestas Jornadas, envia-se em anexo o texto da moção acima referida. Já no final do ano a Direcção foi agradavelmente surpreendida com a atribuição pela APOM - Associação Portuguesa de Museologia - do prémio de Melhor Catálogo de 2006 à obra Construindo a Memória - As Colecções do Museu Arqueológico do Carmo, editada com grande esforço pela nossa Associação, galardão que consagra o reconhecimento da qualidade desta obra por parte da comunidade museológica nacional. e que muito nos honra.

O Presidente da Direcção

José Morais Arnaud



**Associação dos Arqueólogos Portugueses**

